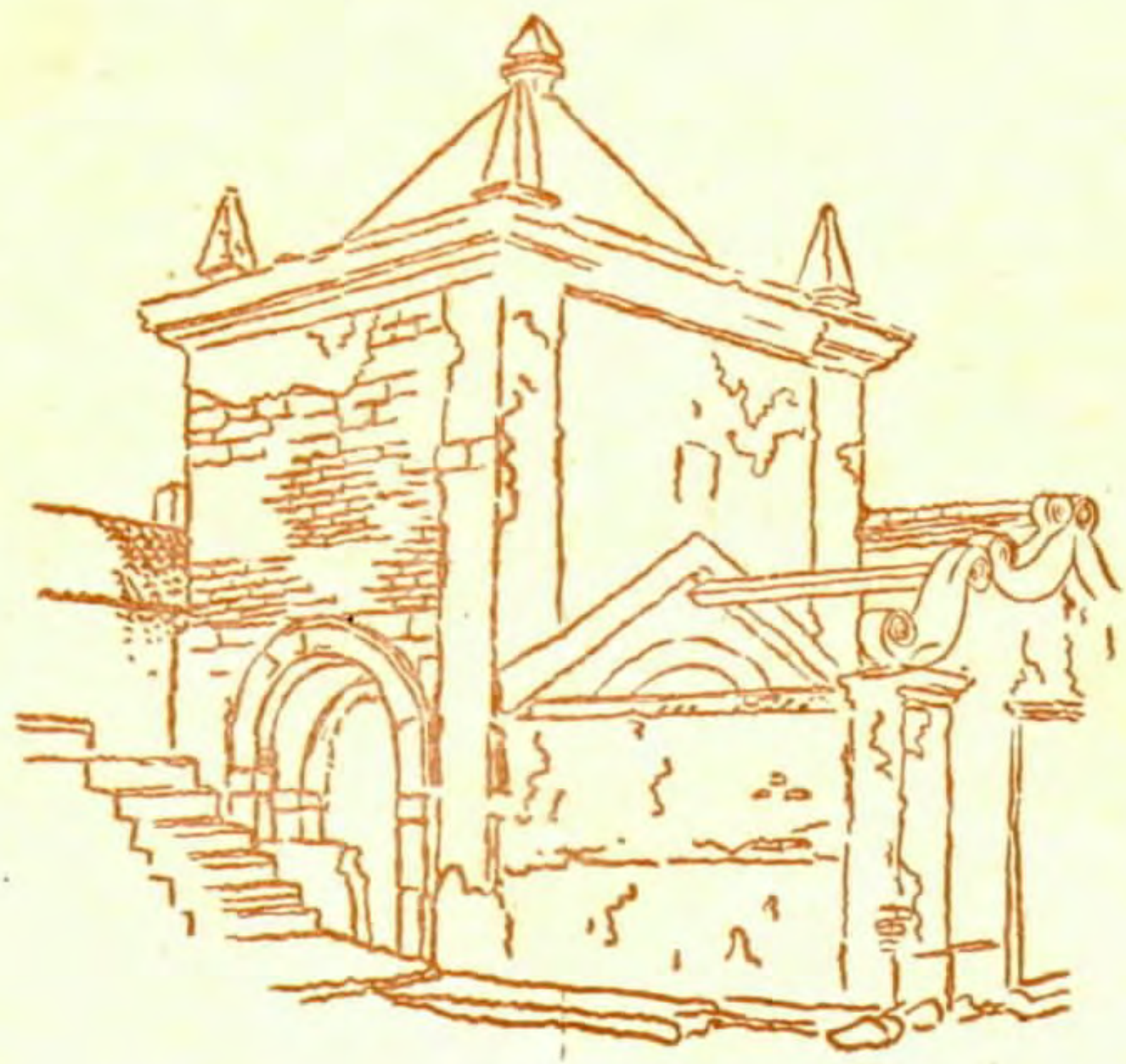
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

# REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



9

RIO DE JANEIRO — 1945

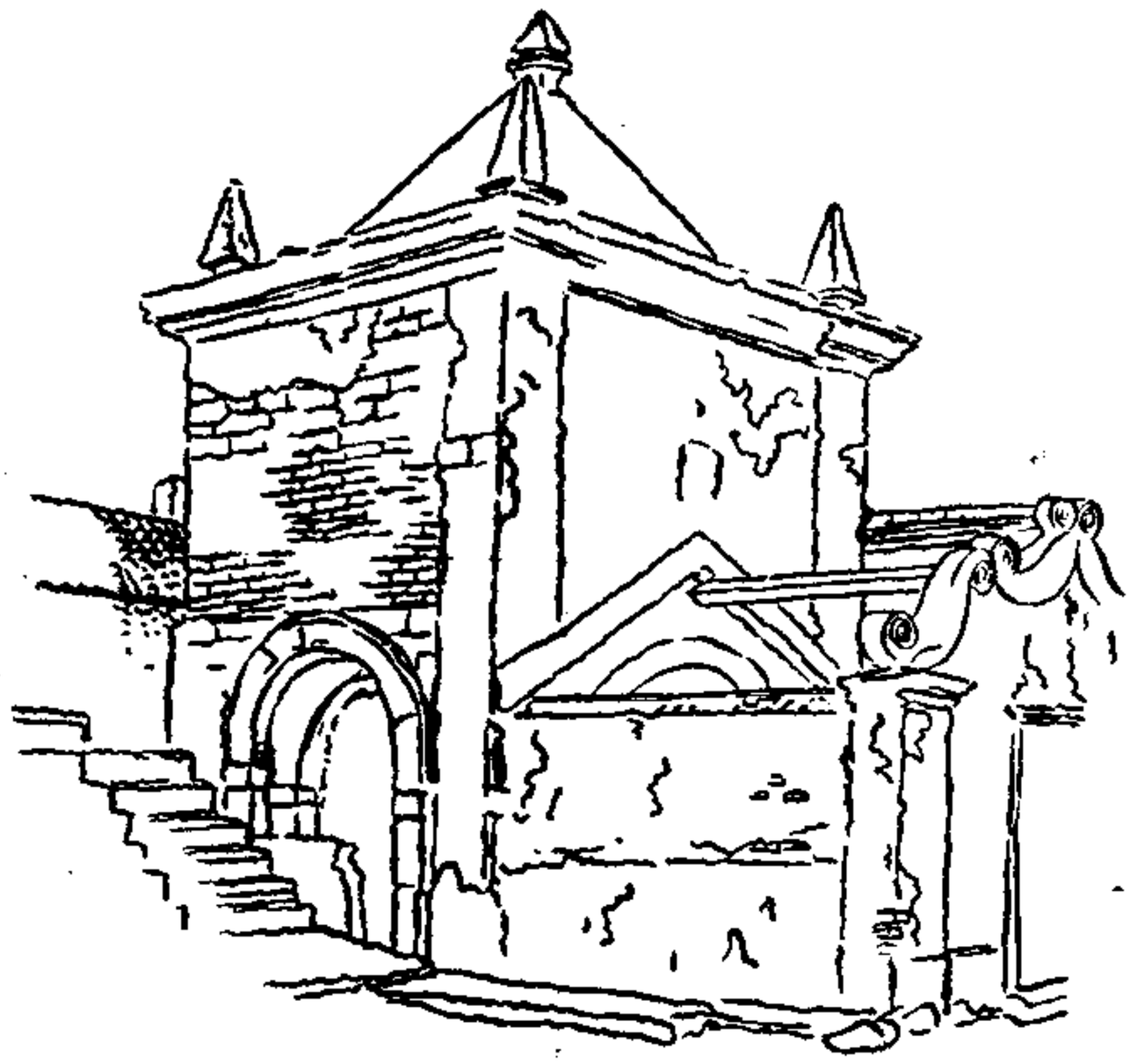
# REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

# 9

A.19
P
709.81
R454
ex.2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

# REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



9

RIO DE JANEIRO — 1945

# REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTORICO E ARTÍSTICO NACIONAL

## SUMÁRIO


| | | |
|---|---|---|
| *Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil* ..... | D. Clemente Maria da Silva-Nigra O. S. B. ..... | 9 |
| *Documentos baianos* ..... | Roberto C. Smith ..... | 85 |
| *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae* ..... | J. de Souza Leão, Filho ..... | 135 |
| *A casa de moradia no Brasil antigo* | J. Wasth Rodrigues ..... | 159 |
| *O Convento da Penha* ..... | Mário A. Freire ..... | 199 |
| *A Casa Capitular de Mariana* ..... | Cônego Raimundo Trindade ..... | 217 |
| *Retratos coloniais* ..... | Hannah Levy ..... | 251 |
| *Como nasceu Sabará* ..... | Salomão de Vasconcellos ..... | 291 |
| *A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco* ..... | Augusto de Lima Júnior ..... | 331 |
| *Casas dos séculos 18 e 19 em Scrocaba* | Aluízio de Almeida ..... | 347 |
| *A Fortaleza de Villegagnon* ..... | Mário Ferreira França ..... | 369 |

# FRANCISCO DE FRIAS DA MESQUITA

## ENGENHEIRO-MOR DO BRASIL

Até hoje, poucos são os dados sôbre a vida e as obras do grande e longevo arquiteto Francisco de Frias da Mesquita, nomeado por provisão régia de Lisboa, a 24 de janeiro de 1603, para servir como engenheiro nas *fortificações das partes do Estado do Brasil*. Realmente serviu ao Brasil, não só na construção de numerosas fortalezas, mas também na de conventos e quartéis, igrejas e seminários, e serviu até como provedor da fazenda real e ouvidor geral, nos primeiros tempos da conquista do Maranhão.

Em 1942, pela primeira vez, encontrámos o nome dêsse desconhecido arquiteto, quando decifrávamos o valioso manuscrito de Frei Bernardo de S. Bento Corrêa de Sousa: *Declaraçoins de obras*. Aí, à pág. 44, revela-se que a primeira planta do atual mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro é da autoria do grande Frias. (figs. 14 e 15). A cuidadosa reconstituição do texto, quase destruído pela ação nefasta do tempo e dos insetos, permite-nos ler o seguinte: *Conforme achei na traça antiga do Frias, como se ue de hum papel antigo que foi por onde se principiou este mostr.º* Procurando identificar o verdadeiro portador dêsse nome ilustre de arquiteto, encontramos em Sousa Viterbo [1]) as primeiras informações certas que serviram de base e guia para as ulteriores pesquisas do presente estudo.

---

1) Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos. Engenheiros e Construtores Portuguêses ou a Serviço de Portugal*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1899, vol. I, A-G. páginas 376-380.

Nascido por volta de 1578, [2]) tudo indica que Francisco de Frias da Mesquita pertenceu à tradicional família de engenheiros dos *Frias*: Nicolau Frias, Eugênio Frias, Teodósio Frias, Sebastião Frias, Luís Frias, Valeriano Frias. Assim diz Sousa Viterbo: *Seria parente de Nicolau de Frias? Ignoramo-lo: o que sabemos é que êle em 1598 foi nomeado para uma vaga dos três lugares de aprender arquitetura. Era, como se diria hoje, um pensionista do Estado. A arquitetura, era obrigado a aprendê-la com Nicolau de Frias, e a geometria com o cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha. Tinha de ordenado ou pensão 20$000 reis anuais.* [3])

Por provisão régia de 24 de junho de 1603, Francisco de Frias — que geralmente se assinava *Francisco de Frias da Mesquita* [4]) —, é mandado ao Brasil, *a couzas do meu serviço sobre fortificações das fortalezas das ditas partes,* recebendo já então, de ordenado anual, 400 cruzados. [5]) Realmente, de 1603 até 1635, [6]) isto é, durante o tempo em que o Brasil sofreu as mais duras agressões estrangeiras, vemos Francisco de Frias da Mesquita à frente e na direção das principais fortalezas, que então foram construídas no extenso litoral brasileiro. Com relação a muitas obras conseguimos apurar, documentadamente, sua autoria pessoal; no tocante a outras, sua qualidade de engenheiro-mor do Brasil teria pelo menos exigido, sem dúvida, sua aprovação final e inteira responsabilidade.

Em 1606, encontramos Frias da Mesquita ocupado na construção da fortaleza de Recife. O alvará régio, de 6 de maio daquele ano, [7]) esclarece que, então, Frias era o único engenheiro no Estado do Brasil. Desejando *que com toda brevidade possível se fortifique também a Cidade do Salvador*, El-Rei ordena que Frias se mudasse, quanto antes,

---

2) Doc. 13, da Bahia, de março de 1624.

3) O documento, por onde se fica sabendo como então, oficialmente, se fazia o ensino artístico, acha-se transcrito no fim dêste estudo, em *Documentação*: *Doc.* 1, *de* 11 *de junho de* 1598.

4) Vide *Fig.* 5, e *Doc.* 8, *de* 11 *de janeiro de* 1619.

5) *Doc.* 2, *de* 24 *de janeiro de* 1603.

6) Em 1635, pela última vez, aparece o registro de pagamento a Frias, pelo tesouro geral da Bahia: *Doc.* 3, 1626-1635.

7) *Doc.* 4, *de* 6 *de maio de* 1606.

a fim de dar início às fortificações da Bahia, conforme ós projetos, desenhados pelo Comendador Tibúrcio Spanoqui, engenheiro-chefe de Felipe II.

## FORTALEZA DA LAGE (RECIFE)

Consta que Francisco de Frias da Mesquita, ainda em 1608, estava dirigindo a construção da *Fortaleza do Recife,* chamada também *Castelo do Mar, Forte da Lage, Forte de São Francisco* ou *Forte do Picão* [8]) (fig. 1).

A informação básica sôbre a Fortaleza da Lage nos é fornecida pelo *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil,* quando trata da Capitania de Pernambuco; seu texto inédito é o seguinte: *O forte nouo da lage, q' guarda o mar, e a barra no ponto D, se fundou a custa dos moradores, e do senhor da terra; está em toda a perfeição acabado conforme a sua capacidade, porq' o reedificou e lhe fes muitas cousas, que lhe faltauão o gouernador geral Mathias de Albuquerque; hé obra do engenheiro Francisco de frias; diligencia de Alexandre de Moura; traça de Tiburcio espanhochi, e mandado do gouernador geral dom Dioguo de meneses, q' em seu tempo se compessou, e acabou; faltão lhe duas colibrinas de alcance; estas lhe pos o gouernador geral Mathias de Albuquerque de quarenta quintais.*

Sousa Viterbo atribui a Berredo a afirmação, referente a Frias, de *que com grande louvor tinha acabado a fortaleza da lagem de Recife.* [9]) Não nos consta que Pôrto-Seguro se haja servido de outra fonte, quando escreveu: *foi concluído pelo engenheiro-mor Francisco de Frias, o forte do Picão ou S. Francisco, começado no governo de D. Francisco de Sousa.* [10]) Nas cartas ao rei, de 4 de dezembro de 1608, e de 8 de fevereiro de 1609, o governador D. Diogo de Menezes fala

---

8) Carlos Garrido, *Fortificações do Brasil,* 1940, Separata, pág. 66. Somos muito reconhecidos ao Autor pela cooperação que nos prestou, no arquivo e na biblioteca do Ministério da Marinha.

9) Sousa Viterbo, op. cit., 1.º vol., pág. 379. As citações dêste autor são feitas diante da primeira edição de Berredo, *Anais históricos do Estado do Maranhão.*

10) V. de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil,* 3.ª ed., tomo II, pág. 124.

expressamente da construção dessa fortaleza e de seu *arquiteto.* [11]) Mais tarde, Barleu nos informa que *em frente do Castelo da Terra, vê-se o do Mar, de forma redonda, formidável por sete peças de bronze, destinadas à defensão do pôrto, da barra e do litoral.* [12]) Finalmente, é o próprio Frias que relata na sua importante *Exposição de Olinda, de 1618,* [13]) como o povo da capitania de Pernambuco concorreu espontaneamente, tanto para a construção do *forte na Lage do Recife,* como para a da nova matriz de Olinda.

No começo dêste século, a maior parte do histórico Forte do Picão foi inùtilmente sacrificada, e seu material usado para a construção do grande quebra-mar do pôrto de Recife.

FORTE DO MAR (SALVADOR)

Quando o novo governador, D. Diogo de Menezes, chegou à Bahia, em 17 de dezembro de 1608, apenas encontrou dois fortes que mereciam êste nome: o de Santo Antônio da Barra, e o de Montesserrate, em Itapagipe. [14]) Achou então de urgente necessidade fortificar a lage do porto da Bahia, que depois se chamou: *Forte do Mar, Fortaleza de São Marcelo, Forte de Nossa Senhora del Pópolo.* [15]) O cronista contemporâneo, Frei Vicente do Salvador, não só nos conta a estranha oposição levantada pelo bispo à construção dessa fortaleza em 1622, como ainda nos lembra *dê que não se pode tirar o louvor ao arquiteto Francisco de Frias, que a traçou.* [16])

Conforme a já citada carta do novo governador, D. Diogo de Menezes, de 22 de abril de 1609 (nota 14), *a planta debuxada* por Tibúrcio Spanoqui, *para o forte sobre hũa lagem,* não estava de acôrdo com o sítio; motivo porque a sua execução ficou suspensa por uma

---

11) *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio, 1935, vol.. LVII, págs. 42-43 e 49. Texto transcrito em *Doc.* 5.

12) GASPAR BARLEU, O *Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau,* Minist. Educação, Rio, 1940, pág. 142. A forma foi, pròpriamente, poligonal de noye ângulos, vide fig. 1.

13) *Doc.* 7.

14) *Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1935, vol. LVII, págs. 57-58. Descreve as fortificações da Bahia. então existentes, em carta ao rei, de 22 de abril de 1609; *Doc.* 6.

15) SOUSA CAMPOS, *Fortificações da Bahia,* 1940. Publicações do SPHAN, n.º 7, pag. 53.

16) FR. VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil,* 3.ª ed., págs. 505-506.

provisão régia. Daí a necessidade de Frias traçar uma planta nova para o célebre Forte do Mar. Convém acentuar que as duas fortificações (como as de Santos e de Vitória) apresentam visível identidade, pois são construídas sôbre laje, em meio de água, e são tôdas de forma redonda. [17])

FORTE DE SÃO DIOGO (SALVADOR)

E' possível que o projeto do Forte de S. Diogo fizesse parte dos *modelos e traças*, fornecidos por Tibúrcio Spanoqui, e mandados por El-Rei à Bahia, já em 6 de maio de 1606. [18]) Em todo caso, foi Francisco de Frias que, entre 1609 e 1612, [19]) dirigiu a construção do Forte de S. Diogo, na cidade, baixa, ao pé da Santa Casa de Misericórdia, [20]) como prova a planta da Bahia, do *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil*. Baseando-se provàvelmente neste códice, escreve Pôrto-Seguro: *Atendeu tambem o governador a melhorar a defesa da Bahia pela construção de um novo forte que foi chamado de São Diogo, e que foi artilhado com três colibrinas, uma espera e um passavolante turquesco.* [21]) Silva Campos consagra um capítulo especial a êste forte da cidade-baixa, e faz expressa menção do outro forte, posterior a êste, chamado de *São Diogo da Barra*, situado ao sopé da igreja de Santo Antônio da Barra. [22])

FORTALEZA DOS REIS MAGOS (NATAL)

Esta fortaleza é uma das mais interessantes de tôda a história militar do Brasil. [23]) Foi o padre jesuita e arquiteto Gaspar Samperes [24])

---

17) As gravuras do séc. XVII, apresentam o Forte do Mar nas mais variadas formas: triangular, quadrada, de cinco pontas, etc. Apenas a gravura de Froger, de 1696, corresponde à sua forma redonda.

18) *Doc.* 4, e *Doc.* 6, de 22 de abril de 1609.

19) Aos 11 de agôsto de 1612, encontramos na Bahia o *arquiteto e mestre das obras de Sua Majestade e desta Cidade, Domingos da Rocha*, auxiliar do engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita; *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento da Cidade do Salvador*, 1945, pág. 43.

20) *Primeiro Livro do Tombo da Misericordia*, códice, ms., n.º 312, fl. 21.

21) V. de Pôrto Seguro, op. cit., tomo II, pág. 139.

22) Silva Campos, op. cit., págs. 101-105 e 247-249.

23) Carlos Gabrido, op. cit., págs. 48-54.

24. Serafim Leite, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo I, págs. 513 e 516.

que lhe traçou a primitiva construção, começada na festa dos *Reis Magos,* a 6 de janeiro de 1598, e terminada na de São João Batista, a 24 de junho do mesmo ano.[25]) Semelhante à de Cabedelo, a primitiva fortaleza dos Reis Magos foi construída *soomente de taypa, estacada, e de area solta;*[26]) e sobretudo, no meio de grandes infestações do inimigo.[27]) Assim, nem o material, nem o tempo permitiam uma construção definitiva;[28]) e dez anos mais tarde, o novo governador geral, D. Diogo de Menezes, foi forçado a escrever ao rei: *Achej as fortalezas da paraiba* (Cabedelo) e *Rio grande* (Reis Magos) *de feição que a artelharia dellas não podia jugar nem tinha repairos nem armas/ mandej lá o sargento mór diogo de Campos,*[29]) *o qual repairou tudo entulhando a do Rio grande e repairando a artelharia leuando officiais particulares para as armas.*[30])

Os *repairos* e o *entulho,* feitos em 1608, não salvaram a fortaleza do padre Samperes da constante destruição das águas revoltosas do mar. Assim, temos em 1614 o nosso engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita apresentando as *traças* da nova e sólida construção de pedra e cal, da atual fortaleza dos Reis Magos, que, sem nenhuma alteração, e apesar dos receios do seu próprio autor, resistiu durante mais de três séculos a todos os inimigos: à guerra, ao mar, ao tempo e à indiferença dos homens. Graças à recente e felicíssima aquisição

---

25) FREI VICENTE DO SALVADOR, op. cit., pág. 306.

26) *Exposição de Olinda de* 1618, manuscrito do próprio Frias. *Doc.* 7.

27) V. DE PÔRTO SEGURO, op. cit., tomo II, págs. 53-54. A citação exata dos nomes dos diversos religiosos que acompanharam esta expedição prova que Pôrto Seguro conhecia muito bem o manuscrito de Frei Vicente do Salvador: *História do Brasil,* cap. 31, págs. 359-365.

28) Na sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil,* tomo II, págs. 112-113, e tomo V, págs. 515-516, o padre Serafim Leite apresenta duas reproduções da *Fortaleza dos Reis Magos,* tiradas do *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil.* Jaime Cortesão, notável mestre de cartografia luso-brasileira, prova que os desenhos do códice do Pôrto foram feitos depois de 1615 ou 1616; e os do códice do Instituto Histórico Brasileiro, sòmente depois de 1626. Daí, torna-se evidente que estas gravuras já representam a *fortaleza de pedra e cal,* traçada por Francisco de Frias da Mesquita em 1614, e não a construção primitiva do P. Gaspar Samperes de 1598, que apenas foi de *taypa, estacada e area solta entulhada.*

29) O autor do texto do *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil,* redigido em Lisboa em 1613, ou mais tarde, e jamais em 1612. PÔRTO SEGURO, op. cit., tomo II, pág. 141.

30) *Anais de Bibl. Nac.,* Rio, 1935, vol. LVII, pág. 45.

do Itamarati, do *Primeiro Livro do Govêrno do Brasil,*[31]) podemos hoje nos inteirar do precioso relatório do próprio punho de Francisco de Frias da Mesquita, datado de 11 de janeiro de 1619, e intitulado: *Apontam.to de fran.co de frias da Mesquita Ingen.ro mor/ deste estado das obras que faltaó na fortaleza do Rio/ grande, pera V. S. mandar se façaó se lhe parecer* [32]) (figs. 3, 4 e 5.)

Informa o engenheiro-mor que as novas obras desta fortaleza, traçadas por êle em 1614, correram sob suas ordens. Queixa-se, porém, dos mestres da nova construção *que em parte uariaraó, e em outra deyxaraó totalmente de seguir em grande detrimento da mesma obra.* Julga que as paredes externas ficaram fracas demais, incapazes de resistir aos ataques constantes *de o lageamento não estar nunca firme, antes fará continuo assentamento*. Falta ainda a cisterna, cujo projeto analisa. Quer fazer as casas e alojamentos dos soldados com abóbadas, *pera excusar madeyras que custaó muito e duraó pouco.* Pretende levantar no meio da praça uma casinha ou paiol, *armada sobre quatro arcos,... como mostra na traça que com este uay* (figs. 6, 7, 8 e 9). No meio, e por baixo dessa casa de pólvora, prevê um sumidouro para as aguas pluviais *que por hú cano pello corredor da porta do socorro despida as agoas fora.*

Frias termina o seu Apontamento ao governador geral, D. Luis de Sousa, com vigorosa recomendação para que o capitão-mor do Rio Grande, Ambrósio Machado, *faça executar como nelle se contem,* estendendo-a ao mestre de obras, ao qual mandou também uma cópia,

---

31) Êste códice inédito e desconhecido é dos mais importantes para a história do Brasil: foi adquirido em Portugal, no comêço de 1947, por iniciativa do dedicado Chefe do Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Luís Camilo de Oliveira Neto. A maior parte de seus numerosos documentos, quase todos originais, refere-se ao govêrno de D. Luís de Sousa (1617-1621), vindo assim completar o *Livro Segundo do Govêrno do Brasil,* publicado pelo mestre Afonso de E. Taunay, em 1927, nos *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte. págs. 1-128.

A descoberta dêstes dois códices, anteriores à invasão holandesa, desautoriza a afirmação de Accioli, que do governador Luís de Sousa disse o seguinte: "...conservou-se até 1622 no govêrno, sem que durante sua administração houvesse cousa memorável, que a tradição dos homens pudesse transmitir, *visto que os arquivos públicos que existiram dêsse e antecedentes governadóres, foram prêsa dos holandeses.*" (J. Accioli-B. Amaral: *Memórias Históricas e Politicas da Bahia,* vol. 1, pág. 254).

32) *Doc. 8. do Recife, de 11 de janeiro de 1619.*

a fim de *ter na maó e uer por onde ha de caminhar pera q̃ dispoïs se naó disculpe q̃ naó uia ordem minha pella naó ter na maó.*

No mesmo dia em que Frias apresentou o seu *Apontamento das obras da fortaleza do Rio grande*, um certo Nuno Pimenta de Avelar — não sabemos com que qualidade ou ofício —, dirigiu uma carta ao governador geral, condenando a maior parte das obras, aconselhadas por Frias.[33]) Não quer o missivista saber de abóbadas, nem de fieiras, nem de lajeamento; investe contra *a caza da polvora no ar sobre 4 piramides,* e, observando faltar a cisterna, acha *q se pode fazer com asás pouco gasto*. Realmente, o motivo de toda esta lamúria é: fazer economia !

Parece, todavia, que a carta de Nuno Pimenta de Avelar não produziu efeito algum, pois até hoje podemos admirar, na bela fortaleza em ruinas, todos os elementos do projeto original de Frias. Lá estão as lajes e as abóbadas; e no meio da praça ainda vemos a austera casa da pólvora, fiel ao projeto de 1619. Mais tarde, como nos revela uma planta (fig. 2) do Ministério da Guerra,[34]) a parte inferior do paiol foi convertida em capela-mor, acrescentando-se-lhe uma nova construção para servir de nave a uma igreja improvisada no local.

Conclui-se destas anotações que a fortaleza dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte, merece a proteção especial dos poderes públicos, à vista do seu valor histórico, arquitetônico e militar.

## CONQUISTA DO MARANHÃO — FORTE DE QUAXENDUBA OU SANTA MARIA

Apenas traçara a fortaleza dos Reis Magos, em 1614, o capitão e engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita apresentou-se voluntàriamente para seguir com a expedição que iria reaver o Maranhão

---

33. *Doc.* 9, *de* 11 *de janeiro de* 1619, copiado também do *Primeiro Livro do Govêrno do Brasil*.

34) Ao general João Monteiro de Barros, Diretor de Obras e Fortificações, ao coronel Bittig de Campos e ao capitão Luís Pôrto Alegre, agradeço vivamente a obsequiosidade com que me facilitaram as pesquisas, efetuadas nos meses de outubro e novembro de 1947, no arquivo do Ministério da Guerra.

aos invasores franceses. E' o próprio Sousa Viterbo que, em suas notas biográficas, refere o seguinte:

> "Embora no tempo do governador Botelho de Sousa se intentasse a conquista do Maranhão, foi todavia no govêrno do seu sucessor, Gaspar de Sousa, que ela prosseguiu com mais eficazes meios, sendo encarregado de a realizar Jerônimo de Albuquerque. Pouco depois da partida dêste militar, saía do Recife, a 23 de agôsto de 1614, uma pequena armada de refôrço capitaneada por Diogo de Campos Moreno. Para fazer parte desta expedição ofereceram-se vários indivíduos e entre êles o engenheiro-mor do estado do Brasil, Francisco de Frias da Mesquita, *que, com grande louvor tinha acabado a fortaleza da laje do Recife*. (Berredo, *Anais históricos do estado do Maranhão,* pág. 85).

No dia 26 veio Jerônimo de Albuquerque ao encontro de Diogo de Campos e daí por diante principiou a expedição a ser dirigida pelos dois, embora Albuquerque desempenhasse o papel principal, ficando o seu colega um pouco na sombra. Sôbre o plano que se devia seguir houve controvérsia por diversas vêzes, mas a discordância nunca chegou a tanto que não acabasse pela harmonia dos pareceres. Não é nosso intento seguir as pisadas da expedição, cuja narrativa minuciosa, tão embrenhada às vêzes como as selvas tropicais, encontrará o leitor na obra de Berredo e na *Jornada do Maranhão,* manuscrito de que Berredo se aproveitou e que a academia real das ciências publicou sob o título de *Memórias para a história da Capitania do Maranhão* no vol. I da sua *Coleção de Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas.*

A 12 de outubro, era uma hora da noite, entraram os expedicionários, com grande risco, a barra do Periá, e a três léguas de distância saltaram em terra, determinando aí formar quartel, sendo o engenheiro Frias encarregado de delinear o forte. Observou-se, porém, que o sítio não era conveniente e resolveu-se escolher outro mais próximo do inimigo. A 26 de

outubro entravam os navios no mar de *Guaxenduba,* defronte da ilha do Maranhão e aí trataram de estabelecer o seu pôsto fortificado. Depois de algumas dúvidas entre os dois comandantes da fôrça, resolveu-se construir uma fortificação à européia e não à moda dos índios, como pretendia Jerônimo de Albuquerque. Francisco de Frias traçou então, diz o autor das *Memórias*, "um hexágono perfeito, capaz de alojar em si tôda aquela gente e se defender com mui pouca, acomodando-se com o terreno e assim aos 28 do dito se disse missa e nela os padres capuchos lançaram sorte ao nome da fortaleza e saiu o nascimento de N. Senhora e assim se chamou o *forte Santa Maria*". *Memórias* citadas, pág. 40.

Berredo não concorda neste ponto com o autor das *Memórias* e põe em relêvo os defeitos da construção traçada pelo nosso engenheiro. Referindo-se a um dos chefes franceses, Rivardière, escreve o autor dos *Anais*:

"Da mesma Almiranta, como capitão experimentado, observou bem êste general, assim a irregularidade do acampamento português, como a da fortaleza de Santa Maria, porque esquecido o engenheiro-mor Francisco de Frias de tôdas as regras da fortificação, levantou aquela em uma eminência tão vizinha de outra mais elevada, que não só lhe servia de padrasto, mas também de cabeça de trincheira para o ataque mais vigoroso, etc." (Berredo, *Anais*, pág. 119).

Apesar dos defeitos da fortaleza e dos limitados recursos dos seus defensores, os franceses não lograram conquistá-la e os nossos soldados, preferindo atacar os assaltantes a defender-se por detrás dos muros da fortificação, desbarataram completamente o inimigo, resultando desta batalha, tão arrojada e tão felizmente conseguida, a expulsão completa dos franceses do Maranhão. Lendo a memória dêstes feitos, não sabemos o que mais admirar, se a bravura e a felicidade dos nossos, se o desconcerto e falta de tenacidade dos franceses, que possuindo superiores recursos, eram além disso comandados por homens de reconhecido valor e merecimento. Ao

mesmo tempo que se sente orgulho, quase se sente pena de vencer inimigos de tal ordem, valentes na refrega, cavalheirosos na desdita". [35])

Também Fr. Vicente do Salvador refere a atuação de Francisco de Frias na conquista do Maranhão e na construção do forte de Quaxenduba, que chama de Santa Maria. Diz sua informação:

"Aos 28 do mês de outubro (de 1614), dia dos bem-aventurados apostolos S. Simão e S. Judas, desembarcaram na terra firme (do Maranhão) e começaram a fazer *um forte* a que chamaram *de Santa Maria,* no qual, ainda que de faxina e matéria fraca, *materiam superabat opus,* pela boa traça que lhe deu o capitão Francisco de Frias, arquiteto-mor de Sua Majestade em estas partes do Brasil. E êste forte se fêz ao Leste da ilha de S. Luís, onde estavam os franceses". [36])

Que nessa emprêsa da conquista do Maranhão o capitão Francisco de Frias da Mesquita também se mostrou guerreiro valente, atesta-o a *Breve Relacion* de Manoel de Sousa Dessa, ao narrar como êsse oficial comandou sua companhia, no assalto ao forte dos franceses. [37]) Mais tarde, na invasão holandesa da Bahia, em 1624-1625, teremos nova ocasião de apreciar a coragem e o denodo do capitão e engenheiro militar.

Sousa Viterbo adiciona esta informação: *Francisco de Frias não ficou inativo na fortaleza* (do Quaxenduba ou Santa Maria), *e, contradizendo o seu apelido, foi um dos que mais briosamente se bateram, indo na vanguarda de Jerônimo de Albuquerque. A 3 de dezembro* (de 1614) *partiu para Pernambuco um caravelão a participar ao governador geral Gaspar de Sousa, os brilhantes e definitivos resultados*

---

35) Sousa Viterbo, op. cit., vol. I, págs. 378-379.

36) Fr. Vicente do Salvador, op. cit., págs. 470-471.

37) *Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1904, vol. XXVI, pág. 285. *Doc.* 10. Devemos a indicação dêste volume, que oferece tantos documentos a respeito de Frias, ao Dr. Luís Camilo de Oliveira Neto.

*da campanha e foram encarregados desta missão, Manuel de Sousa d'Eça e Francisco de Frias.* [38])

Em Pernambuco, Francisco de Frias não se terá demorado por muito tempo. Em 1615, voltou ao Maranhão, para continuar no seu ofício de arquiteto, e ainda para prestar valiosos serviços como provedor-mor da real fazenda e como ouvidor geral. Depois de revelar qualidades excepcionais de engenheiro e de militar, Frias aparece-nos como chefe das finanças e como primeiro magistrado na nova conquista do Maranhão. Prova de suas novas atividades oferece o extenso *Relatório de Alexandre de Moura sôbre a expedição à Ilha do Maranhão,* com os documentos que o acompanham. [39]) Encontra-se aí uma assinatura de *fran.co de frias de Mesquita* em 4 de novembro de 1615, [40]) sendo que de 8 de janeiro de 1616 até 20 de dezembro do mesmo ano, figura como *prov.dor da fazenda e Auditor geral.* [41]) O último documento é uma certidão pessoal, escrita do próprio punho, assinada, e selada com o sinete de suas armas (doc. 10).

## FORTES DE SÃO FELIPE, SÃO FRANCISCO E SÃO JOSÉ (MARANHÃO)

Na mesma época de 1616, entregou-se Francisco de Frias ao desenho das plantas de reforma total dos fortes de São Felipe, [42]) São Francisco e, provàvelmente, São José, no Maranhão. O *Regimento que o Capitão Mor Alexandre de Moura deixa ao Capitão Mor Hieronimo Dalbuquerque,* [43]) feito no Forte de São Felipe a 9 de janeiro de 1616, determina:

*Sera advertido elle dito Capitão Mor reformar este forte são Phellippe na forma, e ordem, que pela traça do Capitão franc.o de frias engenheiro mor do estado do Brasil esta desenhado, a qual esta*

38) Sousa Viterbo, op. cit., vol. I, pág. 380.

39) *Anais da Bibl. Nac.,* Rio, 1904, vol. XXVI, págs. 193-242.

40) Ibid., 1904, vol. XXVI, pág. 229.

41) Ibid., 1904, vol. XXVI, págs. 214, 215, 217, 218, 219 e 220.

42) Carlos Garrido, op. cit., págs. 35-36. Informa que o *Forte de S. Luís,* construído pelos franceses com material precário em 1612, depois de ocupado pelos portugueses foi chamado de *Forte de São Felipe,* em homenagem a Felipe II (Fig. 10).

43) *Anais da Bibl. Nac.,* Rio, 1904, vol. XXVI págs. 229-234.

*assinada por mim, e por elle, tendo particular cuidado de não deixar de continuar com todas que nella estão apontadas, singindo todo o dito forte de parede pela parte de fora que comecara em baixo em sete palmos e cada seis venha deminuindo hum para sima, e o mesmo cuidado e deligencia tera em fazer executar a traça, que lhe fiqua para o forte de s. fr.º* [44])

Sôbre êsses fortes de São Felipe, São Francisco e São José, a cuja reforma se procedeu lentamente, colhe-se outra notícia no *Regimento para o capitão mor do Maranhão Antonio dalbuquerque,* feito por D. Luis de Sousa em 22 de março de 1619, e no qual se fala da *"traça do forte S. fellipe comforme a qual paresse que se deue hir procedendo nas obras fazendo todas as mais que puder ser de pedra e cal pois ha comodidade de achegas".* [45])

FORTE DE SÃO MATEUS (CABO FRIO)

A resposta de El-Rei em 18 de julho de 1617, às duas cartas do governador Luís de Sousa, cogita das novas fortificações a serem feitas na Paraíba, em Fernando de Noronha, no Espírito Santo, e principalmente em Cabo Frio. [46] Atendendo a que os *apontamentos acêrca de fortificação,* em todo o estado do Brasil, *ex-officio,* constituíam atribuições do engenheiro-mor, conclui-se que Frias, no comêço de 1617, (pois em 20 de dezembro de 1616, [47]) ainda assinou sua certidão pessoal em S. Luís do Maranhão) teria viajado para o Rio de Janeiro, fazendo estudos e elaborando projetos concernentes às mencionadas fortificações novas. Que êle esteve no Rio de Janeiro em 1617, prova-o o projeto do mosteiro novo de São Bento, desta capital, de que trataremos adiante.

Diz a referida carta régia, de 18 de julho de 1617, o seguinte:

*Com tudo o que appontaes acerca da fortificação do Cabo Frio, e soldados que nelle deve haver e reformação, e provimento dos fortes*

---

44) Ibid., 1904. vol. XXVI, pág. 230.
45) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, pág. 96.
46) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, págs. 41-42.
47) Vide *Doc.* 10, *de* 20 *de dezembro de* 1616.

*das Capitanias da Parahiba, e do spirito sancto, me conformo e vos encomendo que o ponhaes logo em execução, pelos mesmos termos que vos parecem a proposito, para o conseguir; e com tal brevidade que se previnão os danos que poderão resultar da fraqueza com que de presente se acham : advertindo que convem que a fortificação seja tal, que possa bastantemente resistir, em hua occasião de Estrangeiros se pretenderem tomar terra.*

Para evitar o furto de pau-brasil, efetuado pelos holandeses e ingleses, que tinham até construído ali um fortim, o governador do Rio, Constantino de Menelau, fundou em 1615 a *Cidade do Cabo Frio,* dando início no local a uma fortificação provisória, na entrada da barra da Lagoa de Araruama. [48])

A data da traça definitiva da fortaleza de São Mateus do Cabo Frio deve coincidir com a sua aprovação em 1617. Seguindo as ordens régias de Madrid, o governador geral deu logo começo à obra na pitoresca ilhota; mas já no ano seguinte outra carta régia, a 14 de abril de 1618, transferia a responsabilidade dessa praça forte, do governador geral para o governador do Rio, nos seguintes têrmos:

*Considerando eu as razões que havia para se continuar a fortificação do Cabo Frio, que Vós me escrevestes q tinheis começado,... ouue por bem de encarregar desta occupação a Martim Correa de saa, tendo por certo delle que me seruirá neste pp.ticular, com a mesma satisfação com que ategora procedeo em outros que teue algua conta.* [49])

Obedecendo às instruções dessa carta régia, bem como ao alvará de El-Rei, de 22 de março do mesmo ano, [50]) o governador Martim Correia de Sá mandou *descer* grande número de índios, para guarnecer e defender a fortaleza, a cidade e todo o litoral do Cabo Frio.

---

48) V. DE PÔRTO SEGURO, op. cit., tomo II, págs. 224-226.

49) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, pág. 63.

50) *Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1937, vol. 59, págs. 174-175.

## FORTIFICAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO E DE FERNANDO DE NORONHA

A carta régia de 18 de julho de 1617, [51]) igualmente, cuida de fortificar êstes dois pontos estratégicos do litoral brasileiro. A *Fortaleza* do Espírito Santo (fig. 19), já a encontramos terminada em 1624, conforme nos mostra a gravura do importante *Reys-boeck*, impresso em Amsterdão, naquele mesmo ano. [52])

A fortificação da ilha de Fernando de Noronha só foi levantada depois da primeira invasão holandesa, segundo o próprio texto daquela carta régia, onde se lê: *E posto que o que toqua a fortificar a Ilha de ferñão de noronha, está bem apontado, toda via hey porbem, que por hora se suspenda, por quanto havendo outras obrigações mais precisas, convem accudir primeiro a ellas.* Os projetos definitivos das fortificações da ilha de Fernando de Noronha são de autoria do pintor e arquiteto beneditino Frei Estêvão do Loreto Joassar, feitos entre 1742 e 1745.

## FORTALEZA DE SANTA CATARINA DO CABEDELO (PARAÍBA)

Esta fortaleza, tanto por sua posição como por sua importância, foi sempre considerada como rival da dos Reis Magos do Rio Grande. Fundada em 1585, pelo engenheiro Cristóvão Lins [53]) encontra-se a seu respeito valiosos informes no *Livro que dá Rezão do Estado do Brasil,* como nos *Pagamentos do forte de Cabedelo, de 1616.* [54])

Semelhante à Reis Magos, a fortaleza fôra construída com material precário; *fabricada de huas taipas fraquissimas em area solta, sem modo ou regra algua de fortificação pelo q não podia resistir a qualquer encontro de inimigos.* [55]) Em face dessa circunstância, Felipe II, na

---

51) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, pág. 42.

52) Reys-Boeck *van het ryche Brasilien, gestsamengestellt door N. G.* = *Livro de viagem do reino do Brasil, compilado por N. G. Impresso no ano de Nosso Senhor — Anno* 1624, *por Jan Canin.* Parece-nos que esta valiosa obra, até hoje, não foi traduzida para o português. A Bibloteca Nacional possui um dos seus raros exemplares.

53) Carlos Garrido, op. cit., págs. 60-62.

54) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, págs. 26-27.

55) *Doc.* 11, *de* 23 *de novembro de* 1618.

sua mencionada carta de 18 de julho de 1617, sôbre se referir a Cabo Frio, Espírito Santo e Fernando de Noronha, recomenda *com brevidade, reformação, e provimento do forte da Capitania da Parahiba.* [56])

No ano seguinte, em 6 de junho, volta Sua Majestade a dar instruções, com ordens de pagamento para a nova construção:

*Vos Encommendo ā façaes entender, com todo cuidado empregando nelle os tres mil Cruzados de minha fazenda, que tenho mandado lhe apliquem; E para que os officiaes da Camara de Olinda, concorrão com outros tres mil Cruzados, que faltão, uay com esta carta que uos pareceo lhe mandasse escreuer, com a qual fareis com elles as diligençias que entenderdes para que cumprão o que se lhe Encomenda.* [57])

A imposição do tributo de três mil cruzados ao povo levou Francisco de Frias da Mesquita a compilar a histórica e valiosa *Exposição de Olinda, de 1618,* transcrita no *Doc. 7.* O importante documento figura no já mencionado códice do *Primeiro Livro do Governo do Brasil.* [58]) Embora o original não tenha data nem assinatura, foi fácil identificar-lhe o autor, dada a natureza do assunto, e sobretudo pela caligrafia característica de Francisco de Frias da Mesquita. Esta *Exposição de Olinda, de 1618,* constituiu sem dúvida impressionante demonstração de espírito democrático, em meio ao absoluto regalismo colonial.

Em 23 de novembro de 1618, o próprio governador geral, D. Luís de Sousa, que fôra especialmente para tal fim à Paraíba, em companhia do engenheiro-mor do estado, Francisco de Frias da Mesquita, e de todo o govêrno da capitania, dirigiu-se à barra, a fim de assistir à escolha e bênção do local da nova fortaleza, que devia chamar-se de *São Luís,* provàvelmente em homengem ao governador geral. A lembrança dêste fato memorável da nossa história militar, mais uma vez, devemo-la ao *Primeiro Livro do Governo do Brasil,* onde se encontra o original do *Auto q̄ mandou fazer o S.or g.or e capp.am geral deste estado do brazil dom*

---

56) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, pág. 42

57) Ibid., págs. 66-68.

58) Vide nota 31.

*luiz de souza o forte novo q̃ sua mag.de ordena se faça pera fortificasaó do porto desta capp.ta* [59]) Suas vinte e três assinaturas autógrafas, em parte ilegíveis, são as das pessoas mais consideráveis da época.

Poucos meses depois, o próprio rei, em carta de 23 de março de 1619, mostrava-se satisfeito com a construção da nova fortaleza, recomendando:

*per o muito que importa, que se acabe, e ponha em forma de deffensavel o forte novo da Prahiba, a que tinheis dado principio, me pareceo encomendar vol-o logo, para que cõ todo o cuidado, e assistencia o procureis.* [60])

Apesar da recomendação, parece que as obras prosseguiam lentamente. Pelo teor da carta régia, a 19 de outubro de 1631, [61]) e ainda pelo de outra de 17 de março de 1632, [62]) verifica-se que só no govêrno de Antônio de Albuquerque, (e êste fôra nomeado em 1622), terminaram as obras da fortaleza nova (fig. 13).

MOSTEIRO DE SÃO BENTO (RIO DE JANEIRO)

No ano de 1617, os monges de São Bento do Rio de Janeiro solicitaram à Câmara desta cidade o aforamento da pedreira existente no atual Morro da Viuva, pois *com o favor de Deos querem comesar hua Igreja para qual ham mister muita pedra para arcos portaes Colunas janelas e frestas* [63]) Conforme despacho da mesma Câmara, a 9 de dezembro daquele ano, os beneditinos obtiveram vinte braças da pedreira, *para tirarem a pedra que lhes for necessaria para as obras da sua Igreja e Mosteiro.* [64])

A petição dos monges de São Bento e o despacho favorável da Câmara não sòmente revelam a existência do projeto de construção de uma igreja nova e de um novo mosteiro, como ainda, fazem menção

---

59) *Doc.* 11, *de* 23 *de novembro de* 1618.

60) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, pág. 104

61) Ibid., pág. 139.

62) Ibid., pág. 153.

63) *Arquivo do Distrito Federal,* n.º 9, setembro, 1895, pág. 407.

64) Ibid., pág. 408.

expressa de determinados pormenores dêsse mesmo projeto, como sejam arcos, portais, colunas, etc. Tudo indica que tal projeto ou *papel antigo do Frias, por onde se principiou êste mostr.º* [65]), haja sido elaborado por essa mesma época (fig. 14). Aliás, a já mencionada carta régia de 18 de julho de 1617, [66]) mostra que, então, o engenheiro-mor do Brasil, Francisco de Frias da Mesquita, se achava no sul, tratando da fortificação do Espírito Santo, e do vizinho Cabo Frio.

Igualmente, não nos parece estranho que o mesmo engenheiro-mor, nessa mesma ocasião, ou em 1618, tivesse elaborado a planta para a nova igreja e para o novo convento dos religiosos do Carmo do Rio de Janeiro. É que também os carmelitas pediram então à mesma Câmara a pedra da ilha das Enxadas, porque *elles querem comesar as obras de sua Igreja o que he bem e honra da terra por ser templo donde concorre toda a gente della.* Nos primeiros dias de janeiro de 1619, a Câmara atendeu ao pedido. [67]) Não sabemos contudo se alguma pedra para as obras do Carmo foi realmente extraída da Ilha das Enxadas; certo é que o granito para a construção do convento novo, hoje Academia de Comércio, se tirou da Ilha das Cobras, como o demonstra o processo do mosteiro de São Bento contra a usurpação do governador Luís Vahia Monteiro, de 1727 a 1729. [68])

### IGREJAS-MATRIZES DE OLINDA E NATAL — OUTRAS IGREJAS

A maneira como Frias se refere em sua *Exposição de Olinda de 1618,* [69]) a certas particularidades da nova matriz, não deixa dúvidas quanto ao fato de que êle estava diretamente ligado às obras da nova construção dêsse templo olindense, por volta de 1608.

Outrossim, a carta de Nuno Pimenta do Avellar, de 11 de janeiro de 1619, [70]) revela que ao ser construída a nova fortaleza dos Reis Magos, também se edificava a nova matriz de Natal. Tendo sido esta obra

---

65) *Declaraçoens de obras,* ms., pág. 44. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Rio.
66) *Anais do Museu Paulista,* tomo III, 2.ª parte, págs. 41-42.
67) *Tombo do Convento do Carmo,* in *Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1935, vol. LVII, pág. 361.
68) Arquivo do Mosteiro de São Bento, Rio, pasta *Ilha das Cobras.*
69) *Doc. 7.*
70) *Doc. 9.*

custeada pelos cofres públicos, competia sua execução, oficialmente, ao engenheiro-mor do Brasil, Francisco de Frias da Mesquita.

Considerando-se que, durante os primeiros anos da estada de Frias em Olinda, se iniciou a construção da igreja e do convento do Carmo, não será fora de propósito atribuir-se-lhe certa influência na obra, senão mesmo tôda a autoria daquela construção clássica. [71]) Talvez que ulteriores pesquisas confirmem esta hipótese.

Será lícita a mesma suposição no tocante a outras igrejas de certa importância, então construídas no vasto litoral brasileiro, e das quais já não restam vestígios, como, por exemplo, a igreja de São Bento, na Bahia, em 1612.

## SEMINÁRIO DA BAHIA

Já em 12 de fevereiro de 1569, o jovem rei D. Sebastião, *para a boa criação dos discipulos,... e descargo de minha conciencia, e proveyto espiritual, e reformação dos costumes*, houvera por bem ordenar a construção de um colégio ou seminário na cidade do Salvador. [72]) Devia êsse estabelecimento ser *da mayor utilidade não só para os moradores, mas tambem, e muyto principalmente para os do reconcavo, e dilatados Certoens, e minas daquele Estado que por não terem com que pôr caza a seos filhos na dita cidade nem com que lhes poderem suprir aos gastos do seo tratamento, e sustentação nella os mandão a estudar, e alguns que por mais abastados o podem fazer experimentão regularmente consideravel despesas na sua ascistencia e muytas vezes o disgosto de as verem frustradas por se empregarem seos filhos mais na applicação dos vicios, e deziluçoens de mocidade do*

---

71) Vide a tela de Franz Post, existente no Museu Real de Amsterdão, e que mostra o Carmo depois de sua devastação pelos holandeses em 1631; e *pasta M PE* 53, *Olinda*, do arquivo da DPHAN, Ministério da Educação e Saúde, Rio.

72) Bibl. Nac., Rio. Seção de Manuscritos: II-33, 18,5, n.º 2. Êste e outros valiosos documentos, devemo-los à gentileza do Dr. José Honório Rodrigues, Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional. Está essa Divisão concluindo o catálogo dos documentos que se referem à Bahia, e cuja publicação constituirá uma das mais expressivas comemorações do IV centenário da cidade do Salvador, em 1949. — Sôbre o Seminário da Bahia, pretende o autor destas linhas publicar um estudo particularizado que, em grande parte, se baseia nos documentos inéditos da Biblioteca Nacional.

*que no progresso das letras, e vertudes vivendo com ampla liberdade em suas auzencias.* [73]) Embora nos faltem outros documentos do século 16, sabe-se que um *seminario ... houvera a principio na d.ta cid.e p.lo grande frutto q resultava da boa criação dos moços q nelle se reColhião e estudavão.* [74]) Frei Vicente do Salvador, por sua vez, atesta *que el-rei havia mandado fazer com renda um seminario, mas, que se havia despeito, por as casas serem de taipa de terra e cahirem.* [75])

Já em 1608, a provisão régia de 8 de novembro visava a reconstrução do seminário, mas seus propósitos malograram, ao que parece, em virtude da desarmonia surgida entre o bispo D. Constantino Barradas e o novo governador geral, D. Diogo de Menezes. [76])

Finalmente, o valioso *Primeiro Livro do Governo do Brasil* proporciona-nos o documento de 10 de março de 1621, *Auto q mandou fazer o g.or e capitão geral deste estado dom luis de sousa sobre o Seminario desta cid.e do Salu.or* [77]) Êste *Auto* acha-se acompanhado de três desenhos originais, feitos com tinta escura e reforçados com aquarela de côr amarela, representando: a *Fachada do novo seminário* (fig. 16); a *Planta baixa do 1.º pavimento* (fig. 17), e a *Planta do 2.º pavimento* (fig. 18). O projeto monumental, já por si, sugere a autoria do então engenheiro-mor do Brasil, Francisco de Frias da Mesquita. Esta atribuição ainda é confirmada pela letra das legendas dos dois últimos riscos: logo que o autor abandona o grifo, aparecem os traços característicos de Frias, como C, st, p, z.

Durante os pouos meses que lhe restavam de govêrno, de 10 de março a 12 de outubro de 1621, D. Luís de Sousa *começou a construção do novo seminário de pedra e cal, deixando já pera ella seis mil cruzados consignados.* [78]) Mas, o seu sucessor, Diogo de Mendonça, e o novo bispo, D. Marcos Teixeira, já no próprio dia da chegada dêste

---

73) Ibid. Representação do arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Matos, com despacho da Mesa da Consciência a 27 de fevereiro de 1744.

74) *Doc.* 12, *da Bahia, de* 10 *de março de* 1621.

75) Frei Vicente do Salvador, op. cit., pág. 497

76) *Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1935, vol. LVII, págs. 33-37, 60-64, 72-75, 79.

77) *Doc.* 12.

78) Frei Vicente do Salvador, op. cit., pág. 497.

último, se desentenderam definitivamente. Sobreveio o descalabro da invasão holandesa, e assim as obras do novo seminário ficaram paradas para sempre. Penalizado com êsse fato, escrevia Frei Vicente do Salvador, em 1627: *nem por ser obra tão pia, nem por deixar já para ella seis mil cruzados consignados, houve quem puzesse mão até agora, e queira Deus que alguma hora o haja.* [79])

## OUTROS PASSOS DE SUA VIDA

Entre o grande número de documentos importantes reunidos no *Primeiro Livro do Governo do Brasil,* [80]) algumas dezenas de fôlhas constituem o interessante processo da *Devaça da Residencia que se tomou a Dom frei Luiz de souza Governador e Capitão Geral que foi deste Estado do Brasil*. Essa *residencia foi tirada* na Bahia, em 9 de janeiro, terminando em fins de março de 1624, pouco antes da invasão holandesa, portanto. As acusações contra o ex-governador acham-se expostas em quinze capítulos; e entre as numerosas *pessoas graves,* chamadas para a Mesa da Relação, a fim de se pronunciarem pró ou contra o acusado, figura o engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita. O depoimento de Frias, como o da maioria das testemunhas, é plenamente favorável ao seu antigo superior e amigo; diz que *não sabia cousa algúa de erro e culpa, e q o g.or dom Luiz de Souza governava este estado cõ m.ta paz e quietação, e m.ta Christandade de temor de Deus.* [81]) Tinha então o depoente *quarenta e seis annos pouco maes ou menos,* inferindo-se daí que teria nascido por volta de 1578.

---

79) Ibid.

Essa hora tão desejada pelo cronista baiano pareceu aproximar-se, cento e dezesseis anos mais tarde. quando o apostólico Padre Malagrida reuniu boa soma para o patrimônio e para compra de um sítio, junto à capela de Nossa Senhora da Saúde, em 9 de abril de 1743. Em 1751, o engenheiro militar José Antônio Caldas desenhou nova planta para êsse seminário, achando-se o respectivo original no arquivo do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Em 1756, os Padres Jesuitas ocuparam o velho *Solar Ferrão,* construção de 1701, que tinham adaptado provisòriamente para os fins de seminário. Com a supressão da Companhia de Jesus em 1759, mais uma vez anulou o secular projeto de um seminário na Bahia (ms. da Biblioteca Nacional, Rio, e SERAFIM LEITE, S. J., op. cit., tomo V, págs. 152-155).

80) Vide nota 31.

81) *Doc.* 13, *da Bahia, de março de* 1624.

Durante a invasão holandesa de 1624 a 1625, o capitão e engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita tomou parte ativa na defesa da terra baiana. Conta Frei Vicente do Salvador:

*Outra sahida fizeram* (os holandeses), *ao Carmo, a qual não lhes succedeu tanto a seu gosto, por ser a tempo que D. Francisco mandava o architecto Francisco de Frias reconhecer aquelle sitio e como em elle se pudessem os nossos fortificar. E iam em seu resguardo o capitão Manoel Gonçalves, Gabriel da Costa e os mais que daquella parte militavam, os quaes pelejaram com tanto esforço neste encontro, e lhes mataram e feriram tantos com morte de um só dos nossos, que o architecto foi dizer a D. Francisco que para tão valentes e animosos soldados não havia mister fortificações artificiaes, pois sem ellas remettiam aos inimigos como leões.* [82])

Expulso o invasor holandês, aplicou-se o engenheiro-mor à reconstrução das fortalezas e da cidade do Salvador. Os trabalhos foram tão numerosos e árduos que houve necessidade de chamar em seu auxílio o engenheiro Marcos Ferreira, de Pernambuco, em setembro de 1627, *para lhe correr com algumas das obras de Fortificação desta Bahia por o Engenheiro Francisco de Frias ser ocupado em outras Fortificações, e não poder assistir no mesmo tempo a todas as quaes era necessario fazer elle todas num mesmo tempo pelo grande perigo, que corria na dilação.* [83])

Apesar desta indicação, não conseguimos identificar qualquer trabalho de Frias, após a restauração da Bahia. [84]) E' de supor que haja êle superintendido tôdas as obras, até sua volta a Portugal, em 1635.

Excepcional valor apresenta o *Memorial do stado do Brasil p.ª S. Mg.de, de 1627,* cuja grafia característica denuncia claramente a

---

82) FREI VICENTE DE SALVADOR, op. cit., pág. 547.

83) *Documentos Históricos,* Bibl. Nac., Rio, 1939, vol. XV, pág. 154.

84) CARLOS GARRIDO, op. cit., pág. 86, afirma que o *Forte de S. Maria,* da Bahia foi então construído por Frias, enquanto SILVA CAMPOS, op. cit., pág. 56, diz ter sido Frias o construtor de tôdas as fortificações erguidas na cidade por ordem do governador Diogo Luís de Oliveira (1627-1635).

autoria de Francisco de Frias da Mesquita. [85]) Êsse extenso documento é mais uma das preciosidades do novo códice do Itamaratí, o *Primeiro Livro do Governo do Brasil*. Em longa exposição, Frias enumera os danos sofridos pela indústria do açucar às mãos dos corsários e por falta de uma frota de defesa. Exorta el-rei a *segurar e guardar a Costa... por ser contratto mutuo, e obrigação reciproca q fez cõ o pouvo, o qual de sua parte não tẽ faltado*. Indicando meios e formas, Frias aconselha a constituição de uma frota de doze navios armados, que, em comboio, protegessem o transporte do que era então o produto mais importante do Brasil. Compete aos entendidos em história política e econômica avaliar êste trabalho, não do engenheiro, mas do antigo provedor-mor da real fazenda de Sua Majestade.

As *Atas da Câmara de 1625-1641*, publicadas em boa hora pela Prefeitura da Cidade do Salvador, também fazem referências a Frias. Atestam que a 8 de novembro de 1629 foi êle incumbido de projetar novo e grande quartel para as muitas tropas que então se achavam alojadas em casas particulares: *e sendo presente Francisco de Frias Engenheiro Mor, lançou suas Linhas por mandado do Senhor Governador, e Officiaes da Camara, e achou que era necessario para dito Quartel, o chão que contem desde hum Baluarte que está por detraz das Cazas de Manoel Maciel Aranha, té entestar com as Cazas de João Baptista, e dahi correndo até as Ortas e brejo.* [86])

Nas *Notas e Comentarios feitos à sexta e setima Cartas de Luís Vilhena pelo Professor Brás do Amaral*, encontra-se um capítulo concernente a Francisco de Frias. Trata-se de um parecer do engenheiro-mor de um terreno na ladeira da Conceição da Praia, onde houve uma plataforma para artilharia, de nenhuma utilidade. Êste documento é datado de 10 de novembro de 1633. [87])

---

85) *Doc.* 14.

86) *Documentos Históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara*, 1625-1641, 1.º vol., pág. 138. Esse quartel ficava localizado abaixo da antiga *Rua dos Capitães*, hoje *Rui Barbosa*. O *Baluarte* corresponde às *Portas da Cidade* ou de *São Bento*. Manoel Maciel Aranha morava aí: na *Rua de Baixo de noSa Senhora dajuda Viindo das portas de Sam Bento defronte das casas de Manoel Maciel Aranha que partem da Porta desta Cidade*. (*Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento* — Bahia, 1945, pág. 355.

87) *Doc.* 15.

Afirma Pedro Calmon que Francisco de Frias da Mesquita foi substituído por Diogo Pais, no cargo de engenheiro-mor do estado.[88] Nesse caso, a substituição se teria efetuado com a nomeação do novo governador geral D. Pedro da Silva, a 9 de maio de 1635. Esta conjetura encontra apoio no *Registro de Pagamento a Francisco de Frias*, em 1635, em que o último têrmo é datado de julho dêsse ano.[89])

Para terminar, servimo-nos das palavras de Sousa Viterbo, a que devemos os primeiros e mais importantes traços biográficos de Francisco de Frias da Mesquita:

*Não sabemos quando Francisco de Frias regressaria do Brasil, mas vemos que êle se achava na patria nos primeiros anos da guerra da independencia. Numa informação acêrca da fortaleza de Outão, de Manoel da Silva Mascarenhas, governador daquela fortaleza, escrita no ano de 1645, lê-se o seguinte: Esta obra he grande e requer muito cuidado, e emtendo que se não acabará em dous annos, não faltando dinheiro. A planta della uay com esta, a qual fez o engenheiro Francisco de Frias, que aqui achey, homem uelho e de experiencia, e me parece pessoa de gram talento, o que delle posso affirmar he a grande aplicação e cuidado que tem, não só no tocante a seu officio, mas achandosse presente a todos, e me parece pessoa de grande prestimo.*[90])

---

## DOCUMENTAÇÃO

DOC. 1

*Alvará régio de* 11 *de junho de* 1598, *que autoriza Francisco de Frias a aprender arquitetura e geometria.*

"Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Frãcisqo de Frias de hum lugar que ora esta vago dos tres que eu tenho prouido em pessoas naturais deste Reino para aprenderem

---

88) Pedro Calmon, *História do Brasil*, 2.º vol., pág. 172. O documento citado *in Doc. Hist. Bibl. Nac.*, Rio, 1930, XVIII, pág. 121, é de 29 de janeiro de 1639. Sousa Viterbo, op. cit., vol. II, pág. 235, n.º 697, trata do engenheiro Diogo Pais.

89) *Doc.* 3, Bahia, 1626-1635.

90) Sousa Viterbo, op. cit., vol. I, pág. 380.

arquitetura, a qual aprendera com Nicolao de Frias, mestre de minhas obras, e asystiraa com elle ou com qualquer outro mestre dellas que lhe for mandado, e ouuyrá geumetria de João Baptista Lauanha, cosmographo mor destes reinos; e auera de ordenado cada ano, ẽquanto estiuer no dito lugar, vynte mil rs. que lhe serão pagos com certidão de Gonçallo Pirez Carualho, do meu cõselho, prouedor de mynhas obras, de como serue e he cõtinuo na dita assistẽcia e estudo, e os ditos vynte mil rs começará a vẽcer de vynte de março deste ano presente de B.e nouenta e oyto em diãte, em que lhe delles fiz merce; pello que mando aos veedores de minha fazenda que lhe fação assentar os ditos vynte mil rs nos lyuros dellas e do dito tempo em diante despachar cada ano em lugar onde aja delles bom pagamento, com declaração que lhe serão pagos com certidão de Gonçallo Pirez Carualho de como he continuo na dita assistẽcia e estudo como acyma he declarado; e este aluara hei por bem que valha como carta &c. na forma. Manoel Vaz o fez em Lixboa a XI de junho de b.e IRbiij. Sebastião Perestrello o fez escreuer."

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. Fillippe II, Doacões, liv. 8. fol. 249; em SOUSA VIERBO, *op. cit.*, 1.º vol., pág. 377.)

---

DOC. 2

*Provisão régia de 24 de janeiro de 1603 de Francisco de Frias engenheiro pela qual se declara o ordenado que ha de ter.*

"Eu elRei faço saber aos que este aluará uirem q̃ eu hei por bem e me praz que Francisco de Frias, q̃ hora uai as partes do Brazil a couzas de meu seruiço sobre as fortificações das fortalezas das ditas partes, como mais larguamente de hordenado, emquoanto seruir nas ditas fortificações, quoatro sentos cruzados, que lhe serão pagos no almoxarifado da capitania de Pernãobuco do dia q̃ lhe for dado a posse e comesar de seruir em diante, aos coarteis de cada anno, e pello treslado deste aluará, que será registado no liuro de sua despeza pello escriuão de seu cargo e conhecimentos do dito Francisco de Frias e sertidão do capitão de Pernãobuco de como assim serue, lhe sera leuado em conta o que lhe assim pella dita maneira pagar cada anno: pello que mando ao dito almoxarife, que hora he e ao diante for, que pague ao dito Francisco de Frias os ditos qoatro sentos cruzados dordenado, em quoanto seruir na maneira asima declarada, e este quero que valha como carta e que não passe pella chansellaria sem embargo da hordenação do segundo liuro, titollo vinte, que o contrario dispoem. Luis Figueira o fez em Lisboa a vinte e quoatro de janeiro de seis centos e tres. Yanalures Soares o fez escreuer. Rey. O conde meirinho mor. — Alvará porque

vossa magestade ha por bem que Francisco de Frias, que hora vai as partes do Brazil a couzas do seruiço de vossa magestade sobre as fortificasõis das fortalezas daquelle estado, tenha e aja de ordenado quoatro sentos cruzados pagos no almoxarife de Pernãobuco do dia que lhe for dado a posse e comessar a seruir pella maneira assima declarada e que este não passe pela chansellaria e valha como carta. A folhas sento e sesenta e noue, por despacho do conselho da fazenda. Inalures Soares. Fica asentado e pagou sincoenta rs. Marçal da Costa. Cumprase e registese nos liuros da fazenda. Olinda sette junho mil seis sentos e tres. Pero Dabreu de Vasconcellos.

O qual tresllado eu Leonardo de Barros, escriuão da camara desta villa Dolinda capitania de Pernãobuco, do estado do Brasil, por Duarte Dalboquerque Coelho, capitão e gouernador della por sua magestade, fiz tresladar do liuro dos registos da dita camara que está em meu poder a que me reporto, com o qual registo o concertei fielmente e com o escriuão abaixo assignado e me asino, oje vinte e oito dias do mes de novembro de seis centos e oito anos. — Leonardo de Barros."

(Códice 645 da Coleção pombalina, fls. 184; em SOUSA VITERBO, *op. cit.*, 1.º vol., págs. 377-578; e em *Documentos Históricos*, Bibl. Nac., Rio, 1930, vol. XV, pág. 155.)

---

DOC. 3

*Registros de pagamento a Francisco de Frias Engenheiro deste Estado no Thesourciro Geral da Bahia,* 1626-1635.

1626 "Houve pagamento Francisco de Frias Engenheiro deste Estado no Thesoureiro Geral Antonio Mendes de cento, e trinta, e nove mil, trezentos, e sessenta reis, que tantos recebeu a conta de seu ordenado, do anno, que começou ao primeiro de Agosto de seiscentos, e vinte cinco, e acabou ao ultimo de Julho de 626, o qual pagamento houvc pela Folha do dito anno. Viegas."

1627 "Houve pagamento o Capitão Francisco de Frias no Thesoureiro Geral Thomé da Fonseca de cento, e trinta mil e seiscentos, e quarenta reis a conta de seu Ordenado por um Assento da Folha do mesmo, que começou ao primeiro de Agosto de seiscentos e vinte e seis, e acabou em Julho de seiscentos e vinte sete."

1627 "Houve pagamento o Capitão Francisco de Frias no Thesoureiro Geral Thomé da Fonseca de cem mil reis em fazendas a conta de seu soldo por Despacho verbal do Governador Geral Diogo Luiz de Oliveira passado em 19 de Outubro de 627. Viegas."

1627 "Houve pagamento o Capitão Francisco de Frias Engenheiro deste Estado no Thesoureiro Geral Thomé da Fonseca de dez mil reis a conta do que se lhe está devendo de seu ordenado por Despacho verbal do Governador, e Capitão Geral Luiz de Oliveira de quatro de Outubro de 1627 annos, digo, quatro de Novembro do dito anno. Viegas."

1628 "Houve mais pagamento o dito Francisco de Frias no dito Thesoureiro de cento, e sessenta mil reis de seu Ordenado pela Folha do anno, que acabou em fim de Julho de seiscentos e vinte oito. Pinto."

1628 "Houve pagamento Francisco de Frias no Thesoureiro Geral Thomé da Fonseca de cem mil reis em Fazenda a conta do que se lhe está devendo de seu ordenado por mandado do sr. Governador Diogo Luis de Oliveira feito a vinte e nove de Novembro de seiscentos, e vinte e oito. Viegas."

1629 "E houve mais pagamento o dito Francisco de Frias no dito Thesoureiro Geral Thomé da Fonseca cento e sessenta mil reis pela Folha do anno, que acabou em fim de Julho de seiscentos e vinte e nove."

1630 "Houve mais pagamento o dito Francisco de Frias no dito Thesoureiro Geral Thomé da Fonseca de cento e sessenta mil reis pela Folha do anno, que acabou em fim de Julho de seiscentos e trinta. Pinto."

1631 "Houve pagamento Francisco de Frias no Thesoureiro Geral Antonio Mendes de cento, e sessenta mil reis de seu ordenado do anno, que começou em Agosto de 630 até fim de Julho de 631, o que houve pela Folha do dito anno. Moura."

1632 "Houve mais no dito Thesoureiro de cento, e sessenta mil reis de seu ordenado de um anno, que começou em Agosto de 631 até fim de Julho de seiscentos e trinta e dois, o qual houve pela Folha do dito anno. Moura."

1633 "Houve mais no dito Thesoureiro cento, e sessenta mil reis do seu ordenado do anno, que começou em Agosto de 632 até fim de Julho de 633, o qual houve pela Folha do dito anno. Moura."

1634 "Houve mais no dito Thesoureiro outros cento, e sessenta mil reis de seu ordenado do anno, que começou em Agosto de 633 até fim de Julho de 634, o que houve pela Folha delle. Moura."

1635 "Houve mais no dito Thesoureiro outros cento, e sessenta mil reis de seu Ordenado do anno, que começou em Agosto de 634 até fim de Julho de 635, o que vence pela Folha. Moura."

(*Documentos Históricos*, Bibl. Nac., Rio, 1930, vol. XV, págs. 156-158.)

DOC. 4

*Alvará régio de 6 de maio de 1606, a respeito das fortificações de Recife e da Bahia e do seu engenheiro Francisco de Frias da Mesquita.*

"Eu El Rey. Faço saber aos que este meo Alvará virem, q̃ considerando eu a muita necessid.e q̃ ha de se fortificarem a Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos, e o Porto do Recife na Capitania de Pernambuco, por serem estas as duas Praças daquelle Estado, e de cuja consignação e defenção depende a de todos os mais Lugares delle; e tendo respeito as Lembranças, q̃ sobre isso me fizerão o meo Governo Diogo Botelho, e os Officiaes da Camara da dita Cidade da B.a: Hey por bem, e mando, q̃ as ditas duas Praças se fortefiquem com toda a brevid.e possivel pelas traças, q̃ della fês o Comendador Tribulchio Espanhol, que com este envio.

E para se poderem continuar as ditas Fortificações, como convem a meo serviço, e benefício dos Moradores do dito Estado, sem embg.o da impossibilid.e em q̃ está minha Fazenda, ora, houve por bem que para ellas se dem vinte mil cruzados por hua vês, pagos no melhor parado das rendas, q̃ me pertencem no dito Estado, de que lhe mando passar outra Provisão de consignação delles.

E pellos mesmos respeitos: Hey por bem e mando, q̃ para as despesas das ditas Fortificações, se continuem, e arrecade em todas as Cidades, Villas e Lugares do dito Estado a Impozição dos Vinhos, que os Moradores da Cidade da Bahia, e os da Capitania de Pernambuco, puzerão voluntariamente sobre sy sobre outras obras publicas, tendo respeito a serem estas de tanta importancia, e em tanto beneficio de todo o dito Estado, e Moradores delle.

E mando ao meo Governador que hora he, e ao diante fôr, que em quanto as ditas obras durarem, faça correr com a dita Impozição Pedro de Mendonça Furtado, Dom Francisco de Almeyda, e arrecada-la-hão com muita diligencia, e todo o dinh.o della assim como se fôr cobrando fica meter em duas Arcas, de três chaves cada hua, h'ua de diferentes guardas, que estavam depozitadas em dous Mosteiros da Cidade da Bahia, e Villa de Olinda, de que terá h'ua chave o Thesoureiro, que ha de servir deste dinheiro, e outra o Prior do Mosteiro de cada hum dos ditos Lugares, e dentro em cada h'ua das ditas Arcas estarão dous Livros numerados, e assignados pelo Prov.or mor da m.a Fazenda do d.o Estado, em hum dos quaes se deitará a receita do dinheiro que entrar nas ditas Arcas, carregando-se sobre o dito Thezoureiro, e no outro a despeza, aos quaes Officiaes se dará juramento dos santos Evangelhos que bem e verdadeiramente sirvão o dito Cargo.

Das ditas Arcas se não tirará dinheiro algum sem estarem prezentes todas as pessoas, q̃ hão de ter as ditas Chaves, e acabado de tirar tornarão a tomar cada hum a sua, fazendo-se primr.o assento no Livro da despeza, em q̃ todos

assignarão, em que se declarará a quantidade, e para q̃ se tirou e a quem se entregou, ou pagou, e assim haverá hum Apontador dos Officiaes, que andarem nas ditas Obras, que será pessoa de muita confiança, e o pagamento se fará as mesmas Pessoas diante das que tiverem as Chaves das Arcas, de que se fará assento em outro livro, que para isso terá o Escrivão, e no pé delle assignará com o dito Thezoureiro, e Apontador.

E não se tirará dinh.º algum das ditas Arcas p.ª despender em couza outra alg'ua por urgente, e necessr.ª q̃ seja, mais que para as ditas Obras das Fortificações porque fazendose o contrario, mandarey proceder com muito rigor contra os Culpados; e o Governador que pelo tempo for terá cuidado de dar Ordem que se não tive dinheiro algum das ditas Arcas, se não pela maneira asima declarada.

Hey por bem, que o rendimento da Impozição da Capitania de Pernambuco, se despenda na Forteficação do Porto do Recife, athé se acabar de todo, e na cidade da Bahia se respenderá, assim o que montar na impozição daquella Capitania da B.ª como as de todas as mais daquelle Estado, athé estar de todo acabado, e acabando-se primeiro a do Forte do Recife, se hirá continuando a Impozição da Capitania de Pernambuco, e se despenderá nas obras da Fortificação das obras da Bahia, athé de todo se acabara, por ser esta obra mayor, e aquella Cidade cabeça do Estado.

E mando ao Gov.or, q̃ procure arrendar logo a d.ª Impozição a pessoa, ou pessoas seguras, e abonadas, para que assim se cobre melhor dellas, e se escuzem as despezas, que na arrecadação seria necessario fazer-se, havendo de correr em outra forma Pedro de Mendonça Furtado, D. Francisco de Almeida.

E as pessoas que arrendarem a dita Impozição serão obrigados a cumprir com os pagamentos dellas ao tempo, e prazos assignados, e mando que se lhe declare em seos arrendamentos, que não o fazendo assim serão executados, e se procederá contra elles, como se procede contra os devedores da mesma Fazenda.

E os Provedores da mesma Faz.ª nas d.ªs Capitanias da B.ª, e Pernambuco, terão cuidado de saber como se procede na arrecadação do d.º dinhr.º, e darão balanço cada seis mezes aos Rendr.os ou Pessoas, que correrem com a d.ª arrecadação, e do que tem recebido, e pago nas ditas Arcas, lhe farão pagar, e defeito tudo o que estiverem devendo.

E succedendo, q̃ nas ditas partes não haja quem queira arrendar a dita Impozição, o d.º Govern.º dará Ordem aos Officiaes da dita Camara das ditas Capitanias, para q̃ elejão pessoas, q̃ corrão com arrecadação do dito dinheiro e enviem as ditas Arcas do desctrito a que pertencer, e para isso mandará passar as Provisões necessarias.

Mando, e encomendo ao Cap.m, e Governador da Capitania de Pernambuco, cada hum na parte q̃ lhe toca, tenha superintendencia nas ditas obras, e assistão muitas vezes, e vejão se os officiaes trabalhão, e nellas se continua com a deligencia devida.

E na obra, e' Fortificação, que se hâ de fazer na Cidade da Bahia; Hey por bem assista *Francisco de Frias,* que ora serve de Engenheiro no dito Estado, e no Recife assistirá a Pessoa que eu de cá enviar para isso, e em falta delles a quem nomear o dito Governador que seja de experiencia na materia de Fortificações.

E mando que este Alvará se registe no Livro da receita e despeza deste dinheiro, q̃ hão de andar dentro nas Arcas, e o proprio estará na Arca da Camara da Bahia, e será registado outro sim nos livros das Camaras das outras Capitanias do dito Estado.

E mando, e hey por bem, que acabadas as ditas obras das ditas Fortefica-ções se não continuem mais com arrecadação da dita Impozição, e cesse Logo sem mais se poder pedir, nem levar á Pessoa algu'a; e este hey por bem se cumpra, e guarde como nelle se conthem, sem ambg.º de quaesquer Leys, e Privileigos em contrario; e mando ao dito Governador e Capitães, e Ouvd.or Geral, e mais Justiças do d.º Estado, que assim cumprão, e guardem, e fação cumprir, e guardar, e que valha, e tenha faras, e vigor, como se fora Carta feita em meu nome, e passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, sem embargo da Ord. do Liv. 2.º § 39, e 40 em contr.º Francisco Ferr.ª o fês em Lix.ª a 6 de Mayo de 1606. O Secretario, Pedro da Costa o fez escrever" o B.º D. Pedro "Pedro de Mendonça Furtado" D. Francisco de Almeida."

(Arquivo Nacional — Rio, Coleção 538, *Ordens régias,* Provedoria da Fazenda da Bahia, 1592-1780, vol. II, fls. 162.)

---

DOC. 5

*Referências à Fortaleza da Laje de Recife, em cartas do governador geral D. Diogo de Menezes ao rei, de 4 de dezembro de* 1608.

"... Quanto a fortalesa do Recife fica sse continuando com toda a brevidade possivel posto que não com tanta como quisera pela falta do dinheiro que como he cousa de imposição e direitos que vem de fora, e não ha dinheiro iunto metesse a fabrica conforme ao cabedal.

Quando aqui cheguej achej este forte começado por hũa banda da parte do norte onde a lagem sobre que se faz tem hum grande concavo por baixo, e como não uaza da maré de maneira que se possa ver he grande consideração pelo risco que ha de não ficar por aly segura, e por que o que estaua feito era cousa de pouca consederação por ategora se haverem ocupado em laurar a pedraria por esta falta nos pareceo a Alexandre de Moura e ao *Architeto* (Francisco de Frias da Mesquita) e a Diogo de Campos, e a este pouo que se deuia parar com o principio começado em que estauão poucas pedras

assentadas e começar pelo meo da plataforma da traça leuantado o baluarte até çima por que assy fica capaz de uinte peças de artelharia, e de agasalhar a gente neçessaria que até despesas bastarão tres bombardeiros, seis soldados e hum cabo que sirua de tenente, e assy fica o forte no meo da lagem onde não tem risco e já pode ser que leuantado em perfeição ueia V. M.de não lhe ser neçessario mais obra, e quando lhe pareçer ahy fica o continuar sse conforme *a traça.*

Isto pareçeu assy pela necessidade que ha delle e de lhe prantar artelharia por o que está em terra está tão fraco que a artelharia que joga dará com elle no chão, e por isso se tem muito tento em à disparar por estar hum trauez da banda do mar todo no chão e pedesse subir por elle como por hũa escada muj bem lançada o qual nunca se podera escuzar de reformar pelo pouco fruto que o da lagem faz a nhuã outra parte (sic) senão a bera da Barra como tenho scrito a V. M.de nesta conformidade se uaj continuando e neste uerão entendo que ficará capaz de lhe prantarem a artelharia." Carta do Recife, de 4 de dezembro de 1608.

(*Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1935, vol. LVII, págs. 42-43.)

"... A Alexandre de Moura deixei encomendadas as cousas que me parecerão necessarias daquella Capitania e principalmente o *forte* que deixei começado na *Lagem* e assi uim descanssado por entender elle o faria mui bem feito, porque he bom soldado e tem grande zello do serviço de V. Mag.de e mereçe que V. Mag.de lhe faça muita merce pello cudado que de seu seruiço tem procurando não aia falta e principalmente nas cousas da guerra que fas mui puntulamente." Carta da Bahia, de 8 de fevereiro de 1609.

(*Ibid.*, pág. 49.)

---

DOC. 6

*Descrição das fortificações da Bahia, feita pelo governador geral D. Diogo de Menezes, em carta ao rei, de 22 de abril de* 1609.

"... No que toca aos fortes desta Baia bem se lhe pudera escusar esse nome pois tudo tem de contrario só o *forte de Tapagipe* e *S.to Antonio* tem guarnição, os outros chamados fortes nem a tem nem pera que nem em que a ter, pollo que não tiue que fazer nelles e assi se estão com o que se gastou nelles sem necessidade, o de S.to Antonio e Tapagipe só tem guarnição como V. Mag.de uera nas listas que hão de ir e o que tem oje de soldados de praças he o menos que podem ter e nem esses tem onde se agasalhar sendo seis ou sete.

No que toca a fortificação desta Baya me pareceu lembrar a V. Mag.de a grande necessidade que tem de se fazer por estar esta cidade situada sem nhuã deffenssão mais que a que lhe derem corpos de homens e por que a pratica deste particular tem V. Mag.de ha muitos dias e muitos annos não tenho pera que tomar a escreuerlhas só lhe lembro *ser necessario correr com a fortificação desta cidade como V. Mag.de tem ordenado em seus modelos e traças* porque todo esta mui bem feito e mui a proposito e de nhũa utilidade he o não se começarem nem fazerem pois a imposição se paga e se ajunta dinheiro ou pouco ou muito e he melhor gastar sse que estar arriscado a se perder.

As *trincheiras da praia* achei quasi todas feitas só lhe falta hum pedaço de chão que esta no meio deste porto no qual pella *traça* que V. Mag.de tem aqui mandado se hão de fazer hũs Almazens que he cousa de grande utilidadc assi para o pouo como pera a fazenda de V. Mag.de e que se farão facilmente e assi me parece que deue mandar com a obra e ir sse gastando dinheiro assi como se for pagando e começalla por este pedaçao que esta começado a fazer de trinchejra porque fique começando a render.

E quanto ao *forte* que V. Mag.de manda fazer *sobre hũa lagem* pera resguardo dos nauios que estão no porto que se lá por duuidas não auia sitio pera *a pranta que estaua debuxada* foi falsa informação porque o sitio he capás e doutra fortaleza ainda maior do que está ordenado e he sitio mui importante per que fortificado elle não póde o inimigo fazer nojo aos nauios que estiuerem no porto nem roubalios que he o intento que elles só trazem o que oje facillissimamente poderão fazer como fiserão e a resão porque não tenho começado esta obra depois que cheguei posto que ha pouco dinheiro como lá dirá Sebastião de Carvalho que reçençeou as contas he porque tiue huã priuisão de V. Mag.de que não bullisse nella até me auisar."

(*Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1935, vol. LVII, págs. 57-58.)

---

DOC. 7

*Exposição de Olinda de* 1618, *feita pelo próprio punho do engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita.*

"Vendosse os Moradores desta Capp.ª de Pernambuco Sem Igreja matriz na qual se çelebrassem os oficios diuinos cõ a deçençia diuida, por quanto a q então tinhão aLem de ser muy pequena, e o pouo yr creçendo em grande numero constaua de huás taipas quasi caydas considerando a qualidade desta falta, e a man.ra com q melhor se poderia acudir ao remedio buscandosse dinheiro, e cabedal p.ª ysso, ordenarão por entre sy (como puserão) hua imposição, a qual se tiraria dos vinhos q entrassem neste porto pagando certa contia cada pipa, q Se cobraria dos proprios donos, e pera q elles a não pagassem, e ficasse som.te

carregando Sobre o pouo acrecentou a Camara o preço do vinho por canada do q antes Valia, e asi se foi continuando algús annos.

Sendo S. Mag.e sabedor do negocio, emformado do m.to q importaua fortificasse o porto do Reciffe da Villa d'olinda plas rezoés q Se lhe reprezentarão ordenou por Sua prouizão q do dinheiro da tal imposição se fosse juntam.te fazendo cõ a Igreia hú forte na Lagém do dito Reciffe (como se fez) aprouando desta man.ra a ditta imposição q o pouo puzera sobre Sy Sem Sua autoridade.

Foy o tempo mostrando q conuinha acudirse a outras obras do bem publico da dita capp.a, e fortificação della, e escreuendo Sobre isto, os offiçiaes da Camara a S. Mag.e lhe conçedeo q a dita imposição Se pudesse gastar nas tais cousas, e aprouou o q os ditos officiaes tinhão ja nellas gastado como tudo consta de suas cartas, e prouizoés.

Passados algús annos en q assi se foi continuando cõ a arrecadação e dispeza da ditta imposição, succedeu escreuer S. Mag.e hua carta a Camara da ditta capp.a cuja sustançia era q informado de q importaua a Seu Seruiço, e a defenção de todas as capp.as do norte, fortificarse o porto e barra da Paraiba por o grande perigo q oje Corria de poder Ser entrada de inimigos conforme sua muyta fraqueza Sendo o forte que tem Soom.te de *taypa, e estacada* de *area solta* (preuendo tão grande dano) ordenaua q aquelle porto se fortificasse dandosse para esse Effeito cada anno enquanto a obra durasse tres mil cruzados de.sua faz.a, e porquanto estes não bastauão para semelhante obra, nem de prezente Se podião dar mays por Se auer de acudir as despezas ordinarias do estado do Brazil, e as q fazião as Conquistas do Maranhão, Se daria por bem Seruido en q do Rendim.to da imposição desta Villa se desse outra tanta contia na mesma conformidade p.a a obra referida, porq assy aueria cabedal bastante para q Se fizesse, e aLem do particular Seruiço q nisto reçebia Vissem q a elles tocaua tambem a obrigação de acodir a fortificação daquelle porto pois sendo entrado (o q̃ Ds. não permita) e podendo o inimigo fortificarse n'elle p.a Seu intento, e ficando tão vezinho a este de Pernambuco, não estaria nunca Seguro de o acometerem, e infestarem cõ continuos roubos, como antes de tomado o Ryo grande aconteçera a toda esta costa.

Lida esta carta en Camara como mais Largam.te nella se continha Se asentou q a total rezolução e reposta della, pendia da q desse o pouo, porquanto elle dera o q pagaua a tal imposição, e como parte prinçipal e intereçante deuia Ser ouuido do q feito aSento a Som de campa tangida Se juntarão, e congregarão tantos homens q bem fazião por Sy pouo, aos quais lida e declarada a dita carta cõ lhe mostrarem de mais perto a proxima vezinhança, q hua cõ outra capp.a tinhão, e quanto o perigo de hua era comuú d'ambas, e o ficaua tambem Sendo reciprocam.te o proueito, e como a Experiençia mostraua quan infestados andauão os mares por aquella Costa, e que Sendo como era a barra da Paraiba gargante de ambas as Cappitanias cõ se fechar, e fortaleçer da man.ra q se trataua ficauão ambas mais fortes, e defensaueis, Respondeu

finalm.te o pouo tão confuso pro et contra, q estando todo prezente por consentim.to, e aplauso geral Se fez aSento en Camara q Se ellegessem seis homens bons varões timoratos, E de saá conciençia dous dos quais Serião de calidade, e quatro de menos sorte, que juntos cõ os Seis da Camara a saber dous juizes, tres Vereadores e o procurador Votarião todos doze, e Regulados os vottos, no q achassem q Se rezoluia a mayor parte delles, nisso se deliberarião, e isso darião por reposta a carta de Sua Magestade.

Para o q Se aduertio Logo ao pouo era neçessario conferir todo elle, o direito, e poder que tinha nestes doze q Se auião de elleger para q assi o determinado por elles tiuesse força e Vigor de determinação popular, no q veyo o Pouo por comuú aplauso, pedindo soo dous outros dias de acordo p.a a elleição dos seis, q aLem dos da Camara, se auião de elleger, no cabo dos quais votarão, cento e sincoenta homens pouco mais ou menos de que resultou Sairem os seis eleitos na conformidade do dito asento feito entre a Camara, e Pouo.

Passados algús dias Se juntarão en Camara todos estes doze, e feita declaração entre elles do modo q Se auia de ter no votar, e em effeito votando, Se achou regulados os votos q outo delles conuinhão no donatiuo, e os quatro mais, en q Se não disse nada, erão os oito todos nobres, Seis da Camara, e dous q de nouo Se ellegerão, e quatro gente plebea, e de menos porte, por onde assy en rasão da cantidade como por rasão da calidade se achou q devia ser seruido Sua Magg.e e q soo ficaua de duuida saber a forma, como aula de ser seruido porq.to os ditos oito q conuinhão no donatiuo variauão entre Sy na cantidade do dinheiro, e enquanto tpo Se auia de dar.

Tres delles dizião q tres mil cruzados en cada hú anno por tempo de sinco annos, dous q tres mil cruzados por tempo de quatro annos, e os tres mais dezião Se dessem dous mil cruzados en cada hú por espasso de sinco annos.

escolhesse então de comuú acordo entre os doze o meo desta variedade assentando q Se dessem doze mil cruzados em sinco annos repartidos igualm.te tanto en hú como en outro com q o negoçio ficou concluido nesta conformidade.

> Perguntasse agora Suppósto todo o preçedido, se o pouo tem rezão de duuidar remetendo esta resolução por dizer q quatro do Pouo conuierão en q Senão desse nada sendo assy q por igual en todos os doze Se conferio todo o poder E direito q o pouo tinha como assyma fica ditto."
>
> (Do códice manuscrito *Primeiro Livro do Govêrno do Brasil*, do Ministério das Relações Exteriores. O assunto e a letra do documento indicam como seu autor o engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita. O códice não tem nenhuma numeração de documentos, fôlhas ou páginas. Vide nota 31).

DOC. 8

11 Janr.º 1619

*Apontam.to defran.co de frias Mesquita Ingen.ro mor deste estado das obras que faltaó na fortaleza do Rio grande, pera VS. mandar se façaó se lhe parecer.*

Na fortaleza do Rio grande, que por mandado de V. S. fui uer (e pera que fiz/traças o anno de seiscentos e quatorze) faraó correndo as obras por ordem mi/nha que em parte uariaraó, e em outra deyxaraó totalmente de seguir em gran/de detrim.to da mesma obra por ser em cousas a que ja senaó pode dar remedio/pello muyto que custaraó. Eraó estas./

Que como as paredes de fora saó em extremo delgadas, e estaó opostas a hu/ inimigo taó continuo como o mar e obrigadas do pezo do terrapleno q he carga/uiolenta q ordinariam.te as esta repuxando pera fora, E outros m.tos inconueni/entes ordeney selhe botassem da banda de dentro a distançias limitadas hus con/trafortes de quatro palmos de cabeça esette de comprido pera dentro, que as fa/uoreçessem, e afincassem os repuxos dos terraplenos ao q senaó acodio nẽ fez/

Como esta força esta feita sobre hua lagem branda, e aquella pedra de sua/natureza he poroza, e coa a agoa persi; ordeney que o espaço que occupauaó/ os terraplenos emquanto alcança a subir a mayor agoa uiua se maçissasse/de pedra emcossa, pera que estando o terrapleno liure d'agoa ficasse perpetuo/oque senaó fez antes o botaraó Logo sobre a lagem, que sera occasiaó de o lageam.to/ naó estar nunca firme antes fara continuo assento, E isto já agora tem o remedio dificultozo e muy custoso./

O mesmo terrapleno auendo de ser de terra ou lama dos mangues se fez/ darea, cousa bem incomoda e ruim pera o Effeito que se pretende. deyxo ou/tras cousas de menos sustancia./

falta nesta fortaleza por fazer a sisterna que se fara no lugar que esta/ determinado com as peruençois que a arte pede, macissando o naó desde a la/gem do fundam.to de pedra m.to bem rachada até uençer a agoa salgada, E logo/ fazendo o lastro de pedra e cal, e argamassa, e as paredes acompanhadas de hú/pano de tijollo assentado ao comprido bem argamassado de modo q uenhaó/as paredes a ter cinco palmos de grosso, e a aboueda se fechara tudo o que poder/abatida có hu pillar no meo que naó seja de pedra do reçife em quatro partes// O Lastro sera mais alto que a praça quasi dous palmos, E tera hu cano por/onde se esgote, e laue, E arriba do lastro dous palmos se fara hua porta/como d'almario onde esteja fechado o registro por onde se ha de tirar agoa/

No lageamento da praça alta se ha de assentar hua pia de cinco palmos/ que estara no lugar q aponto na traça, e tera dous canos hu mais baixo/outro mais alto pello mais baixo se uazara a agoa pera fora emquanto no/uier limpa, E tapado aquelle se recolhera pello outro pera a sisterna/

Na escada que esta junto a ella, se fara hua portinha de tres palmos em qua/drado com hua pia que sera pera encaminhar a agoa pera dentro, E pera/entrarem a laualla. E lembro que o tijollo ha de ser de bom barro e bem/cosido, e sem sombra d'agoa salgada, E o tittim [91]) m.to bem moido, as argamassas/curtidas por muitos dias, como Largam.te digo nos apontam.tos que deyxey ed/as traças porque qualquer descuido ou falta q aja sera trabalho perdido/sem se aproueytar nenhua cousa/

Todas estas casas e alojam.tos de soldados se faraó d'Aboueda que/posto que as paredes saó muyto delgadas, por serem os uaos pequenos/e repuxarem huas contra as outras bem se sustentaraó, pera excuzar/mos madeyras que custaó m.to e duraó pouco. E por çima se lageara, E/ aduirto q assi como o lageam.to uay com correntez pera a parte do parapeito/assi o ande ir tambem os cascos das abouedas que teraó de grosso dous/tijollos ao comprido/

E porque o almazem E a casa em que o Condestable tem os petrechos/ e seruiço d'artelharia saó grandes selhes fara no meo de cada hua hu/pillar de tres palmos de grosso sobre que se fechem/

No Corpo de guarda no meo delle se fara hu arco do tamanho do/que esta feito pera se fecharem as abouedas encima/

No meo da praça se fara hua cazinha que tem deuaó quatorze pal/mos, armada sobre quatro arcos de dez palmos de largo, e doze d'alto/ e tres de grosso as paredes (que seraó de tijollo) como se mostra na traça que/ com este uay, que sera d'aboueda singella de hu tijolo fechada capella/por a resta; e a casaençima sera de dez palmos d'alto de pe dereyto e dahi/pera çima fechada de mea singella, e guarnecida toda por dentro de/barro sem mistura de cal nem d'agoa salgada. E guarnecida por fora//de boa argamassa e tettim pera que melhor se defenda das humidades, co hua/porta a parte do norte de tres palmos de Largo e seiś d'alto, que tenha dous por/tais hu mais dentro de tres palmos, E outro de fora de tres e meyo de uaó, e ambos/ande abrir pera fora com portas inteirissas como claram.te se ue naplanta/que com este uay notado por letra/

Na praça bayxa se lançaraó duas fiadas de lagens que faraó quatro/ palmos ao redor e o demais calçado fazendolhe no meo de baixo da casa da/ poluora hua sumidouro que por hu cano pello corredor da porta do socorro/ despida as agoas fora/

---

91) *Tetim*: pó de tijolo com cal e azeite, de que se faz uma espécie de betume ou argamassa.

A praça alta se acabara de lagear por cima dos aposentos, fazendo os/ do Capitaó mor demodo que delles se deça hu degrao pera o lageam.to/ A plataforma que ordeney da parte do mar se fara assi por ser muyto/ necessaria, como pera fortificar aquella cortina, e sera em altura de/ quinze palmos de silharia grande e de bons Leitos/

Toda a silharia digo toda a fortaleza se deue uestir pella parte de fora/ de silharia em altura de quinze palmos assentada com bitume d'azeite/de peixe, porque como as paredes saó feitas d'aluenaria, e o mar lhe tem/tirado a cal em muytas partes, as uay esgarauatando e tirando as rachas/com que ja em alguas partes tirou pedras, e pera se leuar este inconuenien/te e segurar a fortaleza sera necessario fazerse o que aqui digo/

Algus canoucos que estaó na lagem junto a fortaleza se deuem/maçissar de pedra na melhor forma que for possiuel, E assi acudir a tudo/o mais que o tempo mostrar ser necessario pera seguridade da obra/sobre que o mestre deue andar muy uigilante./

Isto he o que me pareçe deue V. S. mandar se faça com ordem preçi/sa que se naó altere nem diminua nada do q V. S. determinar porque/de pouca uariedade uem a nascer m.to grandes inconuenientes a que dis/pois senaó pode dar remedio sem m.ta despeza. E deste theor fiz dous hu p.a que/ V. S. o mande ao Capp.am mór d'aquella Cap.a pera q o faça executar como se nelle/ contem outro p.a o mestre ter namaó euer por onde hade caminhar pera q dispois/senaó disculpe q naó uia ordem minha pella naó ter na maó, e que essa era a ra/zaó d'alguas cousas q achey fora da minha traça. Recife 11 de Jan.ro de 1619.

(as.) *Fran.o de frias da Misq.ta*

(*Primeiro Livro do Govêrno do Brasil*. Pela letra dêste documento original foram identificados os outros trabalhos do mesmo autor, contidos neste códice. Vide nota 31.)

---

DOC. 9

11 de janeiro de 1619

*Contra-proposta de Nuno Pimenta do Avelar ao governador geral D. Luís de Sousa, contra o Apontamento de Francisco de Frias da Mesquita a respeito da fortaleza do Rio Grande.*

O Arquitecto fr.co de frias indo ao rio grande por mandado de V. S.a uer as obras da fortaleza tratou q dava basta (?) p.a as Cazas se fazerẽ todas de abobada no q se fara gasto eseciuo pella grandeza da obra e incomodidades

das couzas a élla nececarias q de força haõ de faltar especial Cal e tijolo posto q tudo se facilitou ao arquitecto, nẽ a obra acresenta na forteficação da fortalesa por ficarẽ as Cazas da porta a dentro mais baixas q o mesmo muro — tambem tratou de fazer o 4.º das Cazas dos Cappitaeins 2 sobrados mais altas q a fortaleza, gasto q tambem se pode escuzar pello bom gazalhado q oie tem em 8 Cazas 4 de sobrado grandes E bem repartidas, e as mais por baixo Lageadas onde uiuerão os Cappitaeins atrazados — Como tambem se pode escuzar Lagear a praça da fortaleza e fieyras ao lõgo das paredes, e o mais calçado como deu por ordẽ o mesmo Arquitecto resp.to de andare os soldados de ordin.ro nella descalços e sera de m.to prejuizo a saude andarẽ sobre a pedra e seyxo o q a area lhes conserua mais e assi chouendo tem a agoa é uescozidades de peixe e outras couzas q lhe deitaó milhor uazaó.

Tratou outrosi mandar fazer no mejo da d.a praça da fortaleza Caza de poluora no ar sobre 4 piramedes, sendo assi q andão os soldados de contino nella com mechas asezas de q andaó as fagulhas pello ar de ordin.ro por ser o sitio muy uentoso e pode suceder hú dezastre no almazé onde csta fica mais segura e menos ariscada posto q diga bate o Mar sempre na fortaleza e a ésse resp.to aq.la fazer fora saó as pranchadas e muro taó Largo q nhú prejuizo fas a poluora como se deixa uer pois ha 20 annos se conserua onde oie esta sem corrupção algua, pode se com pouco custo a casinha onde esta, fazer de abobadã, fora da de mad.ra p.a mais conseruação, finalm.te esta Caza d'Agoa acabar de cobrir o Corpo d'guarda he o q falta p.a prefeiçaó da fortaleza como pareçe, o q se pode fazer com asas pouco gasto o mais sera muy e que isso nẽ se acabaraó as obras os p.ros 10 annos naó se aCreçentando cousa algua na forteficaçaó da fortaleza, Antes se a Cresentara concluir cbm as obras na forma q digo e meter V. S.a das 30 praças q p.a ellas estaó consignadas 15 soldados mais do q oie estaó por ser a praça grande e ter neceçidade de mais gente E as q restaó aplicar V. S.a a outra p.te mais neceçitada de obras, e onde sejaó de mais eff.to tem V. S.a Aplicado p.a a Capella Mor do rio gr.de da ig.ra q se ha de fazer 150 Crs. em cada hú anno q se haó de tirar das 30 praças das obras da fortaleza, e assi mais 2 praças de mosque.ros aos P.es da Comp.a q deuẽ sair das mesmas por estarẽ as 10 prouidas, conforme a isto, deue V. S.a mandar sobestejaó por algũ tempo com as obras q oie correm, p.a auer deCreçim.to o q asima digo por Corerem com tanta fabrica q o anno pasado naó bastaraó 912 Crs. q as 30 praças montaó, p.a acodir a toda a despeza q se fes, e assi deue V. S.a mandar prouer a fortaleza de poluora arcabuzes e piques do q oie esta muy neceçitada e muraó e com isto conclue V. S.a a obra atalhando aos grandes gastos q se faraó corendo de outro modo, a quẽ ds. gr.de

(as.) *Nuno Pim.ta do auellar*

(*Primeiro Livro do Govêrno do Brasil*. Vide, nota 31.)

DOC. 10

*"Certidão do Capitão Fr.co de Frias Misq.ta*

O Capitão fr.co de frias mesquita Ingen.ro do estado do Brazil por sua Mag.de Provedor de sua fazenda, e Auditor geral desta Provincia do Maranhão &.ª Certefiquo, que avendo nos chegado ao Porto do Perea primeira barra do Rio Maranhão, e distante delle vinte legoas com toda a Armada junta a salvamento de que era Capitão Mor o S.r Alexandre de Moura, mandou elle fazer sabedor de nossa chegada a Hr.mo dalbuquerque Capitão Mor da nossa gente, que residia nesta Conquista, e juntamente pedirlhe Pilotos, que levassem a Armada ao d. Rio, e despois de sinquo dias veio de la fr.co Caldeira de Castello branco e disse mandara pedir ao general dos franceses Pilotos, que sem duvida virião ter a ilha de Sancta Anna, e consigo trouxe dous, que nenhum delles se atreveo a levar a Armada nem por dentro, nem por fora, e senão fora pelas diligencias, de sondas balizas, que mandou fazer o d. S.r Capitão mor pelos Pilotos da Armada senão pudera dar fim a d. Jornada com a felicidade que se deu, porque não tam somente senão acharão os ditos Pilotos franceses, na d. Ilha de sancta Anna, mas inda pelas demonstrações, que fizerão mostrarão o zello mui ao contrario do que dissera o d. fr.co Caldeira de Castello branco, porque dentro da boca do dito Rio Maranhão, indo nos entrando descobrio hua embarcação nossa, junto a terra da Ilha grande hua Lancha grande surta, que não fazia demonstração de nos buscar, E arribando sobre ella a trouxe consigo, e daly por diante mostrou querermos encaminhar, e ouvera de ser ocasião de Roim sucesso, porque nos mandava surgir na costa a merce da marra, e contra sua ordem entramos dentro no porto, e pelo que despois se vio na dita Lancha de ferragens de navio, ferro, asso, tenda de ferreira, moos damolar, e outras cousas, E o que se soou os que nella estavão detreminavão irse pela costa adiante, E essa mostrava ser a tenção com que estavão fora, e não recolher a Armada, porque se a nossa embarcação os não descobrira, e trouxera, elles se ficavão, e segundo os pilotos disserão se surgiramos no posto que nos dizião por ser fundo de pedra, e as correntes muito grandes, corria muito risquo desgarrarmos para as Indias, o que tudo passo na verdade pelo juramento dos sanctos evangelhos, e por me ser pedida a presente a passei por mim feita, e assinada, em sam Luis, 20 de Dezembro 1616. a. e sellada com o sinete de minhas armas. francisco de frias mesquita."

(*Anais da Bibl. Nac.*, Rio, 1904, vol. XXVI, págs. 220-221.)

DOC. 11

23 9.bro 1618

*Auto q mandou fazer o S.or g.or e capp.am geral deste estado do brazil dom luis de souza sobre o forte novo q sua mag.de ordena se faça pera fortificasaó do porto desta capp.ta*

Anno dc nasimento de nosso S.or jhs xpó de mil e seis c.tos e dezoito aos Vinte e tres dias do mes de nov.ro do dito ano no forte do cabedello capitania da paraiba estando prezentes o S.or dom luis de souza g.or e cap.am Jeral deste estado do brazil q ora he vindo a dita capitania pera prover en couzas do cerviço de sua mag.de e o cap.am mor fran.co nunes marinho de ça e João Rebelo de lima capp.am mor otro si q foi da dita capp.ta e ambrozio machado de carvalho cap.am mor do Rio grande e o cap.am do dito forte João de matos cardozo e o sargento mor e ouvidor e provedor da faz.da e mais officiais della e da camara da dita capp.ta aodiante asinados e bem asi otras pessoas nobres da governança e fran.co de frias engenheiro mor deste dito estado e João pires patrão da barra e porto da dita paraiba logó pelo dito S.or g.or foi mandado a mim escrivão da faz.da pedro cadera fazer este auto en como ao tempo q chegara ao dito estado tratando de prover en todas as materias consernentes a boa defenção e governo delle entre as mais q Reprezentara a sua mag.de a q devia mandar acodir fora a fortificação do dito porto da paraiba por ser de muita importançia e a poca defenção q tinha em Rezão do dito forte do cabedello q o goardava Ser fabricado de huas taipas fraquisimas em aRea solta sem modo ou Regra algua da arte de fortificação pelo q não podia Rezestir a qualquer encontro de inimigos q se offereceçe ao q avendo Respeito sua mag.de fora servido mandarlhe a elle dito g.or q cõ toda a posivel deligençia ordenasse q o dito forte da paraiba se forteficasse e se fizesse p.ª o tal efeito hum forte na parte onde comforme ao sitio paresseçe mais conveniente segundo se continha em hua carta q dito S.or lhe mandara escrever escrita em madril (!) a seis de junho de MDCVIII [92]) cujo capitolo estava Registado no 1º dos Registos da faz.da da capp.ta de pernaobuco p.ª em virtude delle se fazer o dito forte e se despender nas obras a contia q sua mag.de lemita se desse p.ª isso de sua Real faz.da e perquanto elle g.dor era vindo a dita capp.ta da paraiba asi a isto como a outros particulares do serviço de sua mag.de a q convinha acodir e dar ordem antes q se partisse p.ª a baija pera onde se embarca brevemente cõ o favor devino e ora estava no dito forte do cabedello pera escolher o sitio do novo forte q se avia de fazerlhes mandava a todas as sobreditas pessoas q prezentes estavão dissesem seu pareser p.ª asim se poder milhor asertar como pertendia

---

92) Vide texto desta carta régia em *Anais do Museu Paulista*, tomo III, 2.ª parte, págs. 66-68.

fazendo o dito forte na parte q ficasse dando goarda e defendendo o porto cõ mayor efeito e altercandosse na materia e dandosse as Rezois mais eficazes pelas pessoas q tinhão experimentado em alguas ocazioıs de enemigos a parte donde ao entrar se lhe poderia fazer maior dano e tendo comsiderasão a barra E a todas as mais sircunstancias q se offeresião em comsequensia de escolher o milhor sitio pera o dito forte foi asentado por comum pareser de todos q o dito forte se fizesse pegado ao q ora esta feito do cabedello comesandoo mais pera a barra poca distançia no qual o dito S.or g.or mandou logo arvorar hua grande Crus deixandoo cõ ella desenhado e ao arvorar da dita crus ao tom da artilharia hum sacerdote Revestido benzeo o dito sitio deitandolhe agoa benta fazendo comemorasão do gloriozo são luis de cujo nome se a de intitular o dito forte novo e cõ vivas e aclamasois ao dito santo e a magestade catolica del Rei nosso S.or dom felipe segundo de portugal ove o dito sitio por escolhido e desenhado pera nelle se fazer o dito novo forte São luis e pera q de tudo constasse mandou fazer este dito auto en q asinou cõ os sobreditos o qual ordenou otrosi se Registasse no livro dos Registos da faz.da desta dita capp.ta da paraiba e eu pedro cadera escrivão della por sua mag.de o escrevi.

(as.) *O g.or* Dom *Luis de sousa*

(as.) .....

(as.) *Fran.co de frias da Misq.ta*

(as.) .....

(as.) *...fran.co madeira Cardozo*

(as.) *Jorge Lopes Brandão*

(as.) *Manoel Coresma Carn.ro*

(as.) *o Capitão João de M.los Cardozo*

(as.) *J.o piz (João Pires)*

(as.) *O p.dor João vans*

(as.) *fffr.co nuz maho de ça*

(as.) *fr.co de gouuea*

(as.) *J.o Rebello de Lima*

(as.) *Fern.d (?)... lopes brandão*

(as.) *Ant.o de Valadares*

(as.) *Abrosio Md. de Carualho*

(as.) *Bento do Rego*

(as.) J.o.....

(as.) *Bastião de luçena de az.do*

(as.) *felipe da Cruz*

(as.) *Manoel ar.o de moura*

(as.) *o Sargento mor B.ar da Rocha pitta*

fica Registado no Liuro dos Registos da faz.a desta Capp.ta da Parahiba a fs. 46 v dita ate fs. 47 Volta em 29 de nou.ro de 618

(as.) *Pedro cadera.*

(*Primeiro Livro do Governo do Brasil*. Vide nota 31.)

DOC. 12

10 Março 1621.

*Auto q mandou faser o g.or E capitão geral deste estado dom luis de sousa sobre o Seminario desta cide. do Salu.or*

Anno do nacim.to de nosso S.or Jhus xpó de mil e seiscento e vinte hú aos dez dias do mes de março do d. anno nesta cidade do Saluador nas casas em q pousa o g.or E capitão geral deste estado do Brazil Dom luis de sousa estando elle presente em junta da fazenda de Sua Mag.e e bem assi o prouedor mor della P.o de gouuea de mello, E o procurador da dita fazenda o Desembargador Antão da mesquita doliueira plo d. g.or foi dito q o Deão e mais capitulares da Sancta Se desta dita cid.e do Salu.or lhe tinhão Significado por muytas uezes cõ mais apertadas Lembranças q.to acrecentadas taóbem por p.e do bispo elleito do estado Dom Marcos teix.ra importaua na forma da prouisão de S. Mag.e p.a ysso se passara em x.a a 8 de nou.bro de 1608. O q ornarse (?) a faser E reedificar de nouo o Seminario por ordem do d. S.or houuera a principio na d. cid.e plo grande frutto q resultaua da boa criação dos moços q nelle Se reColhião E estudauão principalmente sendo da obrigação precisa de S. Mag.e conforme ao sagrado consilio Tridentino. E porq.to elle dito gou.or trattando o negocio cõ pessoa doutas e Religiosas achara q faltaua a sua obrigação aynda em foro de consciencia não acudindo a dar comprim.to a d. prouisão de S. Mg.e o qual se descarregaua cõ o encomendar a seus ministros maiormente q senão podia allegar escusa uisto as necess.es do estado darẽ lugar de presente e hauer cabedal da faz.a de S. Mag.e p.a o d. Semin.ro se faser dos mesmos ordenados de cursos q ao dito seminario se lhe estauão deuendo de tempo atrasado os quaes S. Mag.e mandaua Se lhe pagassem p.a o d. effeito plo q elle g.or ordenara se ajuntassem elles ditos prou.or mor e procur.or da faz.a de S. Mag.e comigo escriuão p.a nesta materia se tomar o assento q parecesse mais asertado q uisto a dita proposta E Considerada as Rezoes q hauia Se assentou q o d. Seminario se faça cõ toda a delig.a possiuel fasendosse conta do q se lhe estaua deuendo dos ditos ordenados hate o presente assi dantes do acresentam.to como despois delle a rezão do q se lhe acrecentara de q Se passaria mandados. *) E q em caso q a

---

*) Nota a margem: fazendo se declarasão as margẽs das prouisois por onde o seminario antes e dipois do dito acrescentam.to em como esta pago dos ditos atrasados p.a q em ninhum tempo se posão repetir á faz.da de Sua mag.de visto serem gastados nas ditas obras conforme á ordẹm do d. g.or e ao teor deste assento q sobre esta materia se tomou.

dita cõntia não bastasse se fosse continuando cõ as obras do d. Seminario hate de todo se acabarẽ pagandosse o mais q montasse outro Si da faz.ª de S. Mag.e uistas as Rezoés sobreditas e q o d. g.or mandou fazer este assento em q todos assinarão". (Chancela do escrivão.)

(*Primeiro Livro do Governo do Brasil*. Vide nota 31.)

---

DOC. 13

*Termo do depoimento do capitão Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro mor do Estado do Brasil na "Deuaça da Residencia que se tomou a Dom frei Luiz de souza Governador e Capitão Geral que foi deste Estado do Brasil", em março de* 1624.

"O Capitão franc.º de frias de mesquita engenheiro mor deste estado do brasil m.or nesta cidade e de idade q disse ser de quarenta e seis annos pouco maes ou menos test.ª q rendeo Juram.to dos Sanctos evangelhos em q pos sua mão direita e prometeo diser verdade e perguntado pelos capitulos atras disse q não sabia cousa algùa de erro e culpa q o g.or dom Luiz de Sousa no tempo q governou este Estado fizesse contra a obrigação de seu cargo, e q governava este estado cò mt.ª paz e quietação, e mt.ª Christandade de temor de Deus, e tanto assi q mandando em pernambuco quando chegou do Reino dar a Vendagem algùas pipas de Vinho constando lhe se derão aos vendeiros por maes do q valião o mandou refazer aguada hum deles em particular, o q sabia pelo ouvidor diser a algùs dos ditos vendeiros, e elle test.ª vira hùa carta q o dito g.or escreveo a pernambuco a hù criado seu q la corria com seos negocios em q lhe dizia q tratasse de cobrar o q se lhe devia com toda suavidade, e q antes deixase perder a vida q fazer molestia nem executar a ninguem. E sabia elle test.ª q pagara cò mt.ª pontualidade aos eclesiasticos seus ordenados, e atrazados, e nunca foram melhor pagos, e q estando elle testimunha em pernambuco vira fazer algus provim.tos de Roupas e faz.as por ordem do provedor mor da faz.ª E com outras q derão em pagam.to os contratadores daquela cap.ª do q̃ estavão devendo de seu contrato, e não vira nem ouvira nunca dizer q o g.or dom luis de sousa entrasse nisso, nè tivesse parte nas ditas fazendas, E sempre vira as comp.as da ordenança desta cidade em seu tempo sairem aos domingos, E dias sanctos a se exercitar, e dar mostra de suas armas, e a pescaria das baleas se fizera sempre como oie se faz por

arendam.to p.a faz.a de sua mag.e, e al não disse dos ditos capitulos q lhe forão lidos nè do costume e asinou com o dito Chanceler, e eu Joam de freitas tabelião q̃ o escrevy: francisco de frias de mesquita: Mesquita." 93)

(*Primeiro Livro do Governo do Brasil*. Vide nota 31.)

---

DOC. 14

1627.

*Manuscrito de Francisco de Frias da Mesquita, que trata da organização de doze navios armados para proteger o transporte do açucar do Brasil.* 93 a).

Memorial dostado do Brasil pª S. Mag.de

Os moradores dostado do Brasil compilidos de continuos roubos, e intoleraueis danos q recebem do enemigo rebelado d'Olanda tomandolhe seus nauios, carga de acucres, ouro prata e outras cousas importantes, assi na Costa de Portugal como na do mesmo stado, e por todo o mar Oceano, acodem ao Refugio e unico amparo de V. Mag.de de cuja real prouidencia esperão ser acorridos, certos do pio, e singular zello cõ q a seus vassallos ampara paq os perniciosos nocumentos deste stado não pcedão a total ruyna q promete.

A qual se pode efficazm.te obuiar cõ doze naos armadas q a V. Mag.de pedem cõ pouco ou nenhú dispendio de Sua real faz.da, guarnecidas de infanteria e prouidas de munições pa darẽ guarda as frotas em q possão nauegar Seus acucres aos portos de Portugal, seguros do incurso do piratas q lhos tirão sẽ nehúa resistencia, por serẽ os nauios de q uzão mancos, e indeffensaueis, a que tãc intrepidam.te ja cometẽ que he o mesmo velos q rendelos.

Cujo damno chega a tanto que nestes dous pximos annos de 625, e 626, tem auido a seu poder oitenta, carregados, q pa o enemigo importarão quasi cinco milhões, cõ q cobrando forças, e ousadia, não som.te se sustentão em sua rebelião, mas ja cõ poderosa mão cometẽ o mesmo stado orgulhosos cõ tão importantes prezas, deixando cõ ellas todo o R.no abatido, esta nauegação quasi extinta, a negoceação atenuada, o mais tratto ocioso, os direitos Reaes diminuidos, e a reputação dos vassallos muy atrazada.

cõ este socorro de naós armadas, não somente se pode tudo reparar, mas inda conseguir grande aumento, e não pequenas utilidades na fazenda real,

---

93) Esta última assinatura é do Chanceller da Relação, Dr. Antão de Mesquita de Oliveira.

93 a) O efeito dêste *Memorial* aparece no "Regimento que a de usar o General da Frota Salvador Corrêa de Sá, em 1644." *Rev. Inst. Hist. Bras.*, Tomo LXIX, pte. 1.ª, págs. 131 a 142.

estado de todo o Reyno, o que insinua a informação q offrecem, a qual pedem a V. Mag.de mande ver, e aualiar suas razoes demóstratiuas da importancia, e necessidade de Lauoura do acucre, damnos perniciosos de Sua deminuição, effeitos p. as presas té causado abbalo de todo o Reyno, e detrimento da faz.da real; Urgentes motiuos pa cõ a deuida puidencia [94]) se acodir aos damnos antes que (mais procedendo) se fação irreparaueis.

Informação sobre os damnos da nauegação do Brasil, remedio util, e suas conueniencias.

Principiis obsta: sero medicina paratur.

Com mala p. Longas conualuere moras.

Segundo doutrina politica he o conselho, ou puidencia do stado coração do R.no a cuja imitação nenhúa parte (se remota e minima) desampara: antes auxiliando a quanto a possibilidade, a conserua, o Principe cõ que he a mesma cousa ou seu real amparo sol: a cuius calore non est q se abscondat. He finalm.te uniuersal causa q moderando as inferiores, induz seus effeitos ordenados a união, e conseruação do corpo da republica: a que cada hua deue recorrer buscando o nescessario remedio nos impendentes perigos: como no presente faz o estado do Brasil prealegando os perniciosos nocumentos q da extinção ou deminuição de seu tratto, e lauoura se seguirão a todo o Reyno de Portugal, motiuos urgentissimos pa cõ a deuida puidencia se atalharẽ os danos q padece, antes q mais procedendo se fação irreparaueis.

*Segue-se três motiuos do intento q pretendem*

He o prim.ro motiuo a importancia da lauoura do açucre de q tanto pende o stado do R.no de Portugal que ja serâ necessario a sua declinação declinar, e polo contrario a seu aumento. Quanto a importançia e utilidade da lauoura do Brasil, foy ja bem entendida dos Reyes passados quando a preuilegiarão, e concederão excempções e liberdades de direitos reaes mas ultra disto cõ o discurso do tp̃o, foy tanto o aumento, tanta a extenção, e uzo do acucre por toda a europa, tanto, por esta causa o crecimento de comercio do nosso Portugal, q o que então era meram.te util, veo a ser (como hoje he) juntam.te necessario. Para cuja proua como principio certo, e inductiuo do intento, he de saber q faz oje o Brazil tanta quantidade de açucre q por

*A Lauoura do Brazil he oje necessaria ao stado da Coroa de Portugal*

94) Puidencia = providência.

Seu diz.º dão os contrattadores 150$ de q por computação arismetica, ou manifesta euidencia remanece, q cõ 50 mais q se despendẽ no encaxam.to, e arrecadação, valem qua os fructos de q se pagão 2 V.es e que estes nauegados de açucre ao R.no de Portugal pagos fretes e direitos reaes sobem o valor de quasi o dobro q são 4 V.es o q não he duuidauel e que juntos a estes setenta contos de rs que valem nauegados 10$ de pao Brasil que deste estado Se tirão fazẽ inda mayor quantia.

*Importa o açucre do Brasil nauegado a Portugal milhões d'ouro*

A minima parte destas drogas gasta o nosso Portugal o mais sacão os estrangeiros por troco das roupas e mantimentos de q o R.no padece falta, e como estas ja não poderia escuzar, permanecendo no Luxo das oLandas Cambraes, Londres, galas, Sẽ tornar ao parco uso dos antigos (que já serâ impossiuel) contentandose de seu linho beira e Lam de Alentejo. Segue se q na falta dellas necessariam.te sacarião a mesma quantia de ouro e pratta q outra cousa não tẽ de sua laura e proprio prouento q lhe dar: por o azeite não ser mais que pa seu uso, e puimento (95) de suas conquistas, o sal de pouca importancia, e as roupas da India alem de custarem os reales de prata q cada anno as naos de viagem leuão, as terẽ ja cõ a pimenta e mais drogas por sua Via.

*A mor parte dos açucres gastão os estrangeiros p comutaçõ es de faz.as e mantim.tos*

*em falta do açucre sae do R.no outra tanta contia de ouro e prata.*

Pois cõ a falta destes metaes, ou arterial sangue em quantidade de quatro ou mais milhões q suprem o açucre e pao Brasil (segundo q das premissas fica manifesto) como se pode duuidar q poucos annos enfraquecerião nosso Portugal ? e a tão grande, se fosse continua a saca, não declinaria ? como ao merecimento (fazendo o contrario effeito) se aumentaria ? que he a proposissão deste prim.ro motiuo. Mas inda fica euidente que a este damno se seguiria outro, e he q se farião os estrangeiros ricos e opulentos, tanto mais se engroçarião quanto nos mais atenuasemos cousa em razão d'estado perniciosissima digna de m.ta ponderação, e ser bem tenteada pa conhecim.to da importancia da Lauoura do açucre, e se atalharẽ seus damnos antes q mais procedão

*cem a saca dos metaes q supre o açucre enfraquece a Coro de Portugal*

*engroçaõ se os estrangeiros tanto, quantos nos atenuamos.*

O segundo motiuo he o numero de nauios de açucre q o enemigo rebelado toma; tão grande q da racionauelm.te a entender ser m.ta parte pa se sustentar em sua rebelião, cobrar forças, e

---

95) Puimento = provimento.

ousadia pa os danos que cada dia mayores neste stado experimentamos, porq nestes dous pximos annos tẽ roubado oitenta (se m.tos outros que delles oprimidos padecerão naufragio) e destes mais de sessenta de açucre indo desta costa onde carregarão de 300 tẽ 700 cxªs cada hu q pa o oLandez valem bem a quarenta mil rs, e todas mais de 3 V.es e vinte vindo do Reyno carregados de diuersas mercadorias q importauão melhor de 500$ se os cascos e parelhos do todo este numero de nauios que tẽ de estimação mais de outro tanto.

*N.º de nauios de açucre que o enemigo roubou estes dous annos.*

Alem destas quantias, o pao Brasil, algodão e outras cousas de importancia; m.to din.o amoedado, ouro, prata, ambar q ordinariam.te vão deste stado. cuja quantia se bem ao certo se não pode saber, menos se pode duuidar ser grande pelas continuas queixas dos que padecẽ, e quotidiana experiencia dos q o vem. De q não contentes orgulhosos cõ tão importantes presas, auidas sẽ resistencia pede já resgate das pessoas q lhe parece o darão: e o alcançáo: que de tudo se pode fazer estima de mais de 5 V.es quantidade de notauel, e mais digno de nota que Cobrando forças neles quebrantão.

*Tirou o enemigo das prezas do Brasil estes dous annos 5 V.es*

De que se colhe por racional discurso, e vehemente ilação; tão grande socorro, auido sẽ Larga nauegação, ou grandes gastos não poder deixar de ser parte grande pa se o enemigo sustentar em sua rebelião. O q ajudão a entender não se lhe sentir mor cousa nẽ a menos custo a uida porq a nauegação e comercio que tẽ na India he cõ m.tas despesas, Larga Viagem, continuos naufragios importantes resgates, q segundo Sua quexa, e razão euidente já se lhe iguaião cõ pducto; e as prezas do Brasil colhẽ tanto a seu saluo q nẽ pessoa, nauio, ou inda liura de poluora arriscão, por não acharẽ resistencia nos miseros roubados e cõ ellas continuão seus trattos por toda a europa Italia, França, Inglaterra, escocia, Alemanha: por ser droga o açucre a todos comumente necessaria, do qual comercio todos os mais pueitos (96) e direitos lhe resultão ex quo iterũ manifestam.te se conhece serẽ as prezas do Brasil grande parte de parmenecerẽ em sua rebelião; maxime por cahirẽ em sogeitos q se gouernão por arte q nenhua outra razão mais vehem.te se acharâ pa emtender como tanto durão a resistencia da poderosa Monarchia de Hespanha.

*São grande parte as presas desta Costa pa se sustentar em Sua rebelião*

*Com o açucre das prezas continua seu comercio o enemigo toda a Europa*

---

96) Pueitos = proveitos.

e confirma esta conferencia finalm.te a mesma conclusão q se o nosso R.no de Portugal (como no prim.ro motiuo fica concluido) pela saca de tres, ou quatro milhões declinaria, como se deixarâ de entender q os rebeldes com tanta ou mayor contia q lhe importão as presas desta Costa, e ajudados de sua artificiosa policia Se não sustentarão, e farão grossas armadas, cõ q ja não contentes cõ os fructos colhidos a seu saluo queirão conquistar o estado, e propriedade q os dâ? q̃ue era apposissão deste segundo motiuo. Acerca do qual he (se quanto anos certo) digno de ponderar e ser porquem ptense diliberado Se a segurança desta nauegação equipara, ou poem em igual cerco ao rebelde; tirandolhe o util das presas, e atalhando seus comercios deminuindolhe direitos; que os campos pa q S.Mag.de enuia tantos milhares de ducados oLandes ? porque destes vemos por fructo a ocasião de hũ continuo exercicio militar, cõ q inuentando, e cada dia machinando nouos estratagemas se tornão mais aptos a deffensão e ultra disto por sua arte q lhe a nescessidade ministra, auer ou mediata, ou immediatam.te a suas mãos toda a prata q vay de Hespãna (que pa qua lhe não vemos regresso) por troco dos mantim.tos e roupas q os q Lâ militão e hão mister conuertendo em pprio uzo o q sua Mag.de manda em sua offenção, e tomandoo por instrum.to eficaz de permanecerẽ no obstinado odio contra Hespanha, e puicacia contumas dados obediencia do seu natural principe. Mas tiradas as importantes prezas do açucre não som.te lhe deminuẽ forças, comercio de aliados cõ cujo fauor resistem; mas ainda toda a isperança q se pmetião, dominando o estado, e fructos do Brasil, q não era menor q sobre absolutos na europa Senhorear toda a America e o mundo ficâ logo muy conueniente e racional obuiar a tanto damno, antes q (mais procedendo) se faça irreparauel.

*A falta das prezas do Brazil porão grande cerco o enemigo*

*A segurança desta nauegação do mar forças, é corta esperanças ao enemigo*

He o ultimo dos motiuos ppostos o notauel detrim.to q a falta do açucre roubado dâ aos direitos reaes, comercio, e nauegação de todo o R.no, a q se anexa a obrigação q S.Mag.de tẽ de lhe acodir. A prim.ra parte desta proposissão ficara manifesta aduirtindo q carregão pa o Brasil todos os annos numero de mais de 300 nauios dos moradores de todo entre douro e minha Beyra e Tejo por meyo de Viana, Porto, e Lx.a carregados de panos de Lam, linho, azeite, outros fructos e obras manuaes os quaes tornão de açucres nescessarios pa a comutação dos mantim.tos e

*naucgão de Portugal 300 nauios pa a costa do Brasil*

*esta perda nas alfandegas verá melhor adiante no fim destc apontamento*

roupas estrangeyras de q carecẽ. De que se segue q pella falta dos roubados, não som.te S. Mag.de perde os dir.tos reaes de entrada (q he oje o mais, e de mais importancia q nas alfandegas entra) seus vassalos os cabedatõ, mas ainda o direito das mercadorias q o estrangeiro auia de trazer pa a saca delles, o pouo padecendo a penuria e carestia no nociua que padece; e cõ ella nescessitado a darlhe pello pouco q trazẽ o mesmo q lhe ouuerão de dar pelo muito se o trouxerão. elles extrahindo, ou arrancandonos cõ pouco cabedal, e geral incomodo de todo o R.no o q hão mister; nos delles o q nos trazẽ por injustos e excessiuos preços; redundando tudo em aumento de extranhos, e diminuição de naturaes. Cujo effeito chega a tão manifesta euidencia, q he ja seu miserauel estado mais digno de compaixão q demonstração, porq nẽ os moradores do R.no possue cabedais para mandar seus empregos; ou as praças mercantis tẽ Largueza pa continuar Seus trattos; os do Brasil destituidos de fabrica pa seus engenhos, e Lauouras; e nauegação quasi extincta, sẽ mareantes, sẽ nauios, posse ou inda animo pa Leuantar outros, a reputação dos Portugueses abatida, e nella a occasião de m.tos danos; os portos mais frequentados desta Costa (que são Pernambuco e Bahia) onde se achauão 80 e 100 nauios oje vagos cõ dous e tres e m.tas vezes nenhú, por virẽ todos apoder do enemigo. Cousa de ficarẽ estes annos os açucres represados cõ grande detrimento dc todo o R.no, e faz.da real, pelos direitos q faltarão, lucros dos trattos q cessarão, e damnos outros m.tos q daqui emergirão. finalm.te tudo de toda a parte tão destituido q são constrangidos a acodir ao amparo e unico refugio de S.Mag.de de quem librão suas esperanças pa o remedio q esperão, certos não sô na geral obrigação de Rey a emparo de vassalos oprimidos, mas inda na particular q contrahio de segurar e guardar a Costa de Portugal de enemigos pella pensão de tres por cento q se lhe pagão das fazªs q entrão, e saem do R.no q em ambas o foros o obriga, por ser contratto mutuo, e obrigação reciproca q fez cõ o pouo, o qual de sua parte não tẽ faltado e sobre tudo fiados na mais restricta de seu Catholico, e piedoso zello, pa q o enemigo e o mundo todo conheça, não poderẽ perecer vassallos de tão benigno, e poderoso Monarcha

Propostos estes motiuos. Pretendem os moradores dostado do Brasil pa euitar os nociuos damnos q recebem na nauegação dos acucres, ẽ ppetucar seu tratto e Lauoura lhe faça S. Mag.de

*A falta do açucre roubado he causa de penuria e carestia de faz.das estrangeiras*

*o miserauel estado em q os piratas tẽ posto o R.no e o estado do Brasil*

*estão os açucres reprezados no Brasil por falta de nauios*

m.ce de doze naos de força, q̃ acompanhẽ e dê guarda as frotas q mandão ao R.no, cõ aduertencia q lhos pode conceder cõ pouca ou sẽ nehuma despesa de sua real faz.da ne extorção do pouo, dandoas a Contrattador q delles se encarregue pa as Leuantar, guarnecidas de infanteria, monidas, e puidas de petrechos, ẽ Vitualhas necessarias permittindolhes tirar per Lastro das mesmas naos doze mil rs de pao e tinha das matas do mesmo Brasil (de q oje ha m.ta quantidade cortado neste stato, e quasi perdido) q pelo certo e grande pueito q o Contratto pmete auerâ m.tos q o pretendão por o valor delle posto em Portugal Ser bastantissimo pa toda a despeza prim.ra ẽ os fretes do açucre q os m.tos de Pernambuco e Bahia se obrigarão a carregar nestas naos, cõ pequena pensão q os nauios mancos a q derẽ guarda lhe pagu[illegible] sufficiente ou inda exuberante contia pa os puer, e reparar, em cada viagem e sustentar de soldos e mantimentos (como adiante arithmeticam.te se mostra) Meyo pa segurança da nauegação dos açucres e obuiar os perniciosos damnos q padece; efficaz e suauissimo: sendo as condições, portẽ, guarnição e ordem destas naos a seguinte.

quatro galeões de 600 toneladas pa tomarẽ a Bahia de todos os s.tos cõ 24 peças cada hũ, 8 de bronze de 35 ars. e as 16 de ferro coado de 25 ars. e oito naôs pa Pernambuco de a 300 toneladas de q sua barra he capaz cõ 18 peças, 6 de bronze de 25 ars. e 12 de ferro de azoge nouos e de força q na occasião possão resistir.

esta armada guarnecida de infanteria e mareantes, os galeões cõ 150 homẽs cada hú B 100 infantes, 50 entre artilhros, marinheyros e mais officiaes nescessarios a ordem de seu governo e as oito naos menores cõ 100 homẽs pello mesmo modo repartidos equipadas de Velame, xarcea, prouidos ou payoes e as pracas das armas nescessas Que dandose esta armada a Contrattador Seja por S.Mag.de puida de General, Almirante e Capitão particulares pessoas de experiencia e calidade q a importancia do cargo requere, a que proponha a remuneração dos seruiços q nesta armada fezerẽ pa q a expectatiua do premio os excite a competencia, e cuidado da deffensão da frota que saya da barra de Lxa, e carregue toda a carga q ouuer pa os portos de Pernambuco e Bahia, e q outro nenhú nauio (sob cominação de pena) a possa carregar, da qual se lhe pague no Brasil a 6$ rs de frete por ta, e a 600 rs de au.as pa a receita

das despezas d'armada que tomem as oito naos menores o porto de Pernambuco, e os quatro galeões a Bahia da Cidade do Saluador q he donde se carrega toda ou a mais carga do açucre do Brasil trazendo consigo todos os nauios q pa estes ou para os mais portos da Costa se offrecerẽ

Que carreguẽ as naos da armada do acucre e pao de tinta não mais das duas partes da carga de q forẽ capazes pa q fique Lestes a resistencia e deffensão dos nauios mancos, e offensão do enemigo e os m.tos destas Capit.as se obrigarão a pagar no R.no as 12$ rs por ta do frete, e 800 rs de au.as onde carregarẽ Que na Bahia da Cidade do Saluador se junte os nauios de acucre do Rio de Jan.ro e mais Capas do Sul e assi agregados em compa dos 4 galeões auistẽ o porto de Pernambuco donde parta toda a armada a acompanhando e dando guarda a todos os nauios q nelle ouuer

*e se não puderem auistar Pernambuco partão em duas esquadras*

que o General e mais Capitãos sejão obrigados a amparar e deffender a frota dos açucres em todo o caso tê Largar nas Ilhas, meter no Porto e Viana os nauios q pa ali tiuerẽ sua descarga; os marchantes a seguilos e obedecer sob comina-ção de graues penas q se lhe hão de impor e notificar que cada hú dos nauios merchantes a q a armada a der guarda pague pa aueria e despeza della 400$ exceptuando os q forẽ de 150 t.as de porte, ou dahi pa cima e teuerẽ oito ou mais peças, os quais ultra de serẽ exemptos desta pensão q sejão preferidos aos mancos no tpo da carga.

*que por se izentarẽ da pensão e serẽ preferidos aos macos auera m.tos armados e se conseguira por esta via q seja a frota hua força inexpugnauel e por esta razão ha de inuernar no Brasil q he o tp em q os piratas fogindo da de Portugal buscão esta Costa*

Que tanto que a armada chegar ao R.no se apreste logo pa tornar ao Brasil, e depois de auiso de partida, q de nenhú dos portos se deixe sahir nauio tê sua chegada, pa q assi possa dar guarda a mais nauios, e aproueitar o tpo dando cada dous annos tres viagẽs; e acompanhar a costa pa terror dos enemigos q a trazẽ infestada.

A qual ordem e numero de Naos não som.te he sufficiente pa excluir os roubos do açucre, mas concorrẽ nella todas as conue-niencias requisitas pa suauidade de sua execução (q hua e outra cousa adiante racionalm.te se demonstra) Sẽ deixar em-pedimento pa menos S.Mag.de condecender na justa instancia do stado do Brasil: antes he de excellencia a segurança de sua nauegação q ulta da efficacia de q nos certificão ao effeito se segue as utilidades que aqui se notão

De que ne

*A prim.ra*

Que cessando os roubos crecerão os cabedaes dos vassalos de S.Mag.de seus trattos, e comercios: que redundarâ em crescerê ao mesmo passo suas rendas reaes. O enemigo pello contrario: porq sempre assi o aumento nosso necessariam.te serâ cõ diminuição Sua

**A 2a**

Que entrarão tantas mais mercadorias no R.no e mantim.tos quantas lhe serão necessarias pa a saca dos mais açuores q auerã de q resultarão dous pueitos: O pouo cessar da penuria e carestia e delles, e pela môr quantidade mais dir.tos de entradas e sahidas nas alfandegas

***A* 3a**

Que as partes do Leuante e as mais do norte virão buscar esta droga de prim.ra nescessidade tem (se não natural moral pa a continuação de seus trattos) aos portos de Portugal quando a não acharẽ na mão do enemigo, cõ q tambem fica destituido da não minima parte de seu comercio

***A* 4a**

Que os piratas q trazẽ infestada esta Costa do Brasil por não acharẽ que por mar lhe resista, cõ o temor da armada, o não forão aqual q.do se nella achar ha de estar aparelhada pa acodir as necessidades da Costa

***A* 5a**

Que peruine S.Mag.de nesta armada en q hão de militar quasi mil infantes, e mais de 400 homẽs mareantes hú aparelhado socorro pa acodir aos casos que se offrecerẽ semelhantes ao da restauração da Bahia

***A* 6a**

Que vendo o enemigo q vassallos de S. Mag.de en q achauão tão pouca resistencia sustentão armadas lhe quebrarâ o animo, e orgulho ajudarâ a pôr terror necessº pa cõ messos ousadia cometer as impurezas y comete

***A* 7a**

Que acode S.Mag.de a mayor falta de Portugal q he de gente exercitada no mar pa occasiões de conflitos nauais q se offerecerẽ a hú R.no q possue a mayor parte da costa de Hespanha, e tẽ seu comercio e cabedal em conquistas ultramarinas.

*A 8ª*

Que pode sahir a armada do porto de Lxª (conuindo em hú tp̃o) na compª das naôs da India, e não Sô estas acompanhar tê altura da costa do Brasil, mas inda as q vierẽ de viagem q por algú caso lhe for necess.º tomarẽ esta ou auistar o Cabo de s.to Agostinho (como acontece) as trazer tê o Reyno

*A ultima*

que segura a nauegação do Brasil não fica cousa em q o enemigo por mar possa empecer a Hespanha, ou della tirar fructo quando das naôs das Indias oriental, e occidental estão bem desenganados por sua inexpugnauel fortaleza q não he pequeno estimulo pa se mais facilm.te reduzirẽ

*Item*

que o paô Brasil q S. Mag.de contratta pode ir por Lastre das naôs da armada q alem de seguro, por Liure de frettes, val mais o Contratto milhor de vinte mil rs. pa Sua real fazenda

Resta mostrar a efficacia e sufficiencia do numero de doze naôs de guerra q se pedem, pa euitar os roubos do açucre, e excluir todos os nocumentos q delles resultão. Mas conuẽ prim.ro saber o mais suaue meyo porq se pode auer. Acerca do q he de aduertir q dando S. Mag.de esta Para cuja inteligencia (fazendo reffeição as premissas dos discurso) se aduirta serẽ os nauios de açucre q os rebeldes tẽ tomado indo desta costa nos dous annos pximos 60 os quais carregão de 300 tê 700 caxªs e todos mais de 30 ars. a 18 ars. são 540 ars. de q tirada a quarta parte q era de Lauradores exemptas de direitos pelo preuilegio q lhe S.Mag.de concedeo, das 405 ars. restantes faltarão os direitos nas alfandegas que sendo outra quarta parte de açucre baxo, e o mais de macho, resulta por computação arismetica q importaua a entrada, siza, dizima e consulado melhor de 55 q.tos de rs. e por esta falta faltarão tambem as mercadorias q auião de entrar pa a Saca do n.º de 540 ars. q a metade de acucre Br.co outro meyo de mascauado e Panela a preços de 1500 rs, 900, e 600 q comum.te valem pduzẽ 607 q.tos 500$ rs; e a entrada de outros tantos de mercadorias estrangeiras val aos dir.tos 150 g.tos q cõ os 55 q.tos da entrada dos açucres roubados fazião duzentos e cinco q.tos, e tantos he visto perder S. Mag.de em suas alfandegas nos dous pximos annos de 625 e 626 pelo defeito dos nauios do Brasil q he a falta q se oje nellas sente, e aumento q tinhão razão de ter pelos m.tos engenhos q se de nouo edificarão e copia de acucres que nestes annos acreceo

finalm.te vista a suauidade do meyo pa criar esta armada, a ordẽ conueniente della q se mostra discorrendo pela calidade, porte guarnições das naôs, sua

agregação, pensão limitada dos merchantes, repartição della, exempção dos de força, preço justo dos frettes, e quantidade da carga fica mostrar a efficacia e sufficiencia do n.º de 12 naôs armadas pa euitar os roubos do açucre, e excluir os mais nocumentos q he manifesto resultarẽ delles. O q he euidente porq não pode auer força de Cossarios q as rendão, nẽ ser tantos em nº q inda bastem a lhes fazer rostro unidas a frota e quando o sejão vir tão armados q lhe resistão. Que sendo armada de stado ou braço poderoso nunca poderâ sahir sẽ ser sentida, o q elles não ignorão, e q sendoo não poderâ ter effeito seu intento, pello q nê se porão a risco de fazerẽ em vão gastos de tão grossa e sumptuosa armada como lhe sera nescessaria; quando sẽ as doze naôs d'armada auerâ mais de outras tantas de força (que costuma auer) entre as da frota; e milhor auerâ daqui em diante supposta a execução deste remedio; porq irão em crecim.to por se exemptarẽ da pensão dos mancos, e auansarẽ o premio, e serẽ preferidas no tẽpo da carga meyo pa este fim conuenientissimo de q resultarâ q multiplicamdose os nauios armados se faça hua forçaa inexpugnauel, e desta (ultra da segurança dos açucres) todas as mais utilidades conseguidas."

(*Primeiro Livro do Governo do Brasil*. Vide nota 31)

---

DOC. 15.

*Parecer do engenheiro mor Francisco de Frias da Mesquita sobre um terreno na Ladeira da Praia, da Bahia, de* 10 *de novembro de* 1633.

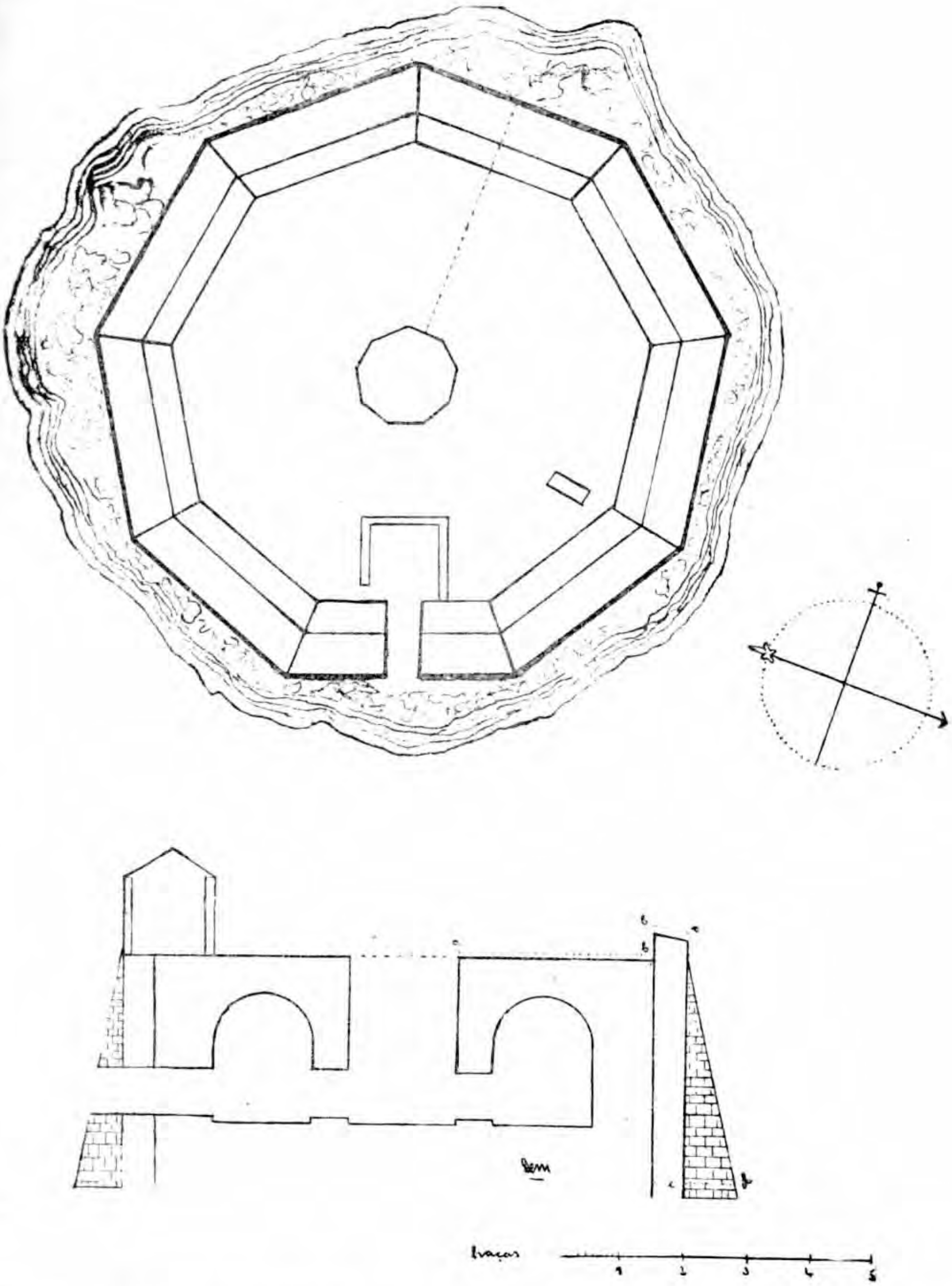
Nos lugares em que tinha havido fortificações foram mais tarde alguns individuos requerendo os chãos para edificar casas e de alguns destes requerimentos temos as provas. Uma destas é a de Domingos da Fonseca Pinto que requereu os chãos de um logar na ladeira da Praia, onde no tempo da guerra holandesa se haviam posto duas peças. O capitão engenheiro Francisco de Frias informou dizendo (97):

"Fui como V. S.ª me ordenou ver a plataforma da Ladeira que está no caminho que vae para a Praia e como para o effeito que se fez de ter

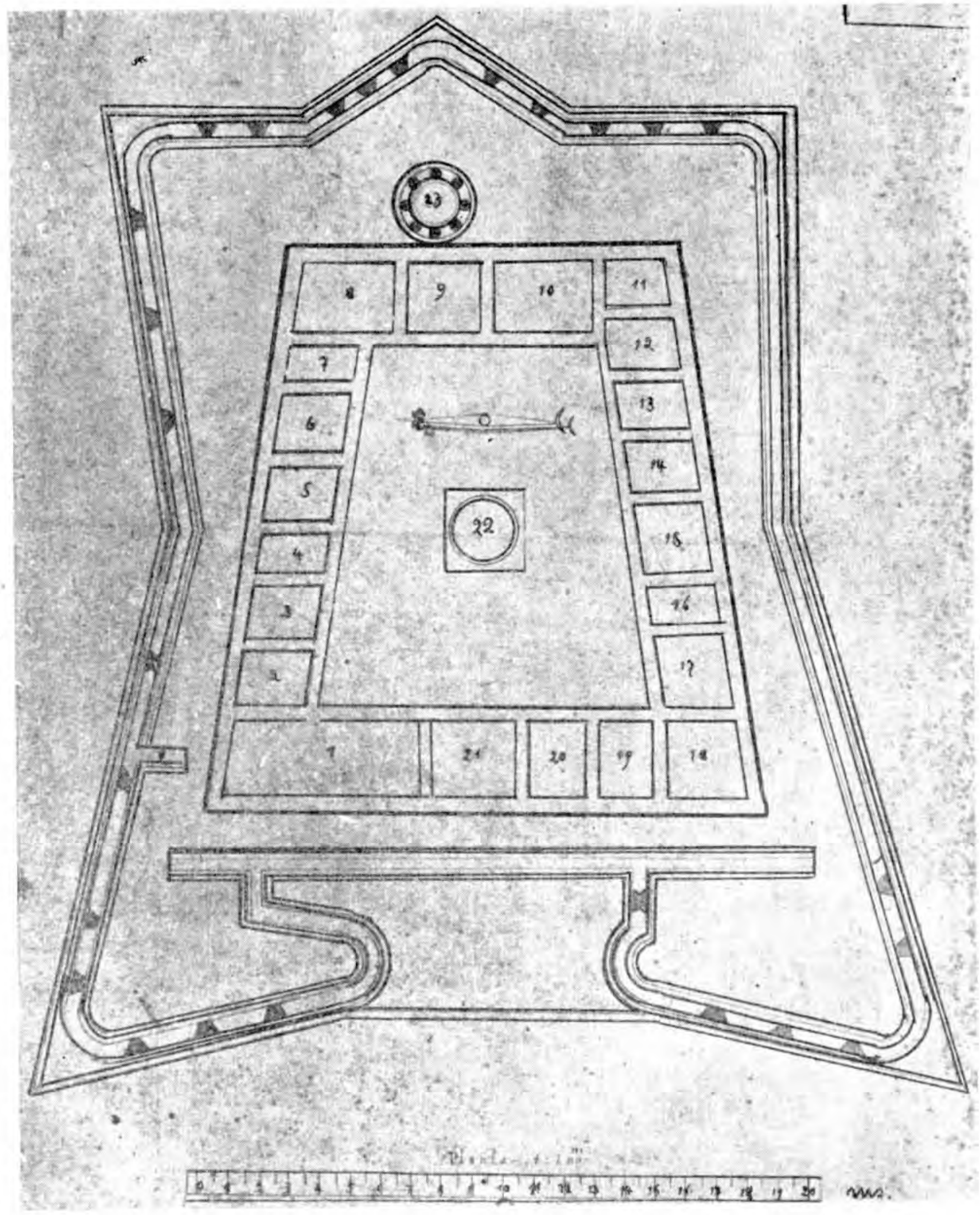
97) VILHENA. Anotações de Brás do Amaral, pág. 277.

Artilharia não hé de utilidade, como a experiencia o tem mostrado por sua muita altura, couza contraria ao bom uzo della, acho que não hé de importancia para o dito effeito e só se poderão accomodar as paredes que estão feitas a hua caza particular, e não grande. Na Bahia des de Novembro de 1633. — *Francisco de Frias de Mesquita*".

D. CLEMENTE MARIA DA SILVA-NIGRA, O. S. B.



1. *Planta e perfil do Forte da Lage* (Recife). Traça de Tibúrcio Spanoqui, engenheiro chefe de Felipe II; construção de Francisco de Frias da Mesquita, concluída em 1612. (Arquivo de Obras e Fortificações, Ministério da Guerra, Rio. Desenho de Antônio Bernardino do Lago, Pernambuco, 1808)




2. *Planta da Fortaleza dos Reis Magos* (Natal). Traça e construção de **Francisco de Frias** da Mesquita, 1614-1619. (Arquivo de Obras e Fortificações, Ministério da Guerra, Rio. Desenho de José Joaquim de Carvalho, (1873)

1. Corpo de Guarda. 2, 3. Prisões civis. 4. Calabouça militar. 5. Almoxarifado. 6, 7. Depósito. 8, 9, 10. Quartéis. 11. Cisterna. 12, 13, 14, 15. Quartéis. 16. Subida para as baterias. 17, 18. Prisões antigas subterrâneas. 19. Casa do comandante. 20. Cozinha. 21. Estado-maior. 22. Capela. 23. Farol.

11 Jan.º 1619

Apontam.to de Fran.co de Frias da Mesquita Engen.ro mor
deste estado das cousas que faltão na fortaleza de Re
grande, para S.A mandar se faça o que for Seruido

Na fortaleza do Rio grande, que ElRey mandou fazer (começou-se
treze annos de Seiscentos e quatorze) forão correndo as obras com toda mi
nha que emparte uariauão, e em outra deyxarão totalmente de seguir empor
de outrem. Da mesma obra por ser em couzas aquea senão pode dar remedio
pello muyto que custarão. Digo estas. —

Que como as paredes de fora saõ em extremo delgadas, e estão expostas a hu
inimigo taõ contynuo como o mar, e obrigadas do ecco do terraplano a hu carga
violenta q' ordinariam.te as esta requerendo com força, E nestes ha inconuenie
entes ordeney se lhe botassem na banda de dentro a distancias uniformes humas
fortes de quatro palmos de cabeça e sette de comprido por dentro, que as fo
mentessem, e afirmassem as reguas dos terraplenos q' senão podio nellas. —

Como esta fortaleza esta feita sobre hua lagem branda, e aquella pedra de sua
natureza he porrosa, e com agua corre; ordeney que o espaço que ocupauão
os terraplenos emquanto a lagea se subia a mayor altura se fizesse
de pedra emcorsa, com que estando o terraplano livre da agoa ficaria perpetuo
o que senão fez antes estoraua hua sobre a lagem, que sera occasião de ella se
não estar nunca firme antes estara continuo abrindo, E está ja agora em ex
mesos de ficar muyto custoso. —

O mesmo terraplano cuydo deser de terra ou lama dos marques se fez
hua area, cousa bem encommenda e hum perfeito que se pretende deixão ou
tras cousas de menos substancia. —

Falta nesta fortaleza por fazer a cisterna que se tem resolugado muyto
determinado com as pertenenças que a arte pede, mandando correr desde a la
gem da cacimba de acima m.to bem rachada atencher a agoa salgada, E logo
fazendo hum lastro de pedra e cal, e argamassa, e as paredes acompanhadas de hu
pano de tejollo assentado acompridio com argamassa de modo q' nellas
as paredes aja cinco palmos degrosso, e a abobeda se fechara tudo o que ficar
abatido do hu pillar ao meo que naõ seja despeza de vinte em quatro pares

3 - *Texto do apontamento de Francisco de Frias da Mesquita*, de 11 de janeiro de 1619. ("1.º livro do Govêrno do Brasil", códice do Itamarati)

O lastro sera mais alto que apresa quasi dous palmos, E sera hu' cano ou-
onde se esgote, e lave, E arriba do lastro dous palmos se fara hua' porta
como d'almario onde esteja serrado o registo por onde se ha de tomar agoa
No lageamento da praca alta se ha de assentar hua' pia de cinco palmos
que estara no lugar q' apraz na traca, e tera dous canos hu' mais baix-
outro mais alto pollo mais barato se mandara a agoa pera fora em quanto
nuem estiver dimpa. E tapado aquelle se recolhera pollo outro pera a cisterna.
Na escada que esta junto della, se fara hua portinha de dous palmos em qu-
dous com hua pia que sera pera emmudar a agoa pera dentro, E pera
entrarem a lavalla. E sera bem que o tejollo haja de ser de bom barro e bem
cozido e com sombra d'agoa salgada, E outrosim ha bem moido as argamas
curtidas por muitos dias, como largam. diguo nos apontamentos ou decreyros com
as traças porque qualquer descuido ou falta q' aja sera muito perdido.
Sem se aproveytar nenhua cousa.—

Todas estas casas cabejam. 20 de soldados se farão d'Abobeda que
posto que as paredes sao muyto delgadas, por serem os vãos pequenos
e repuxarem humas contra as outras bem se sustentarão, pera exce-
mos madeyras que custão mto. e duram pouco E porcima se lageam, E
aduirto q' alli como se lageam. nay com correntes pera apartte do parede
alli o ande ir tambem os caseos das abobadas que terão de groso dous
tejollos ao comprido,—

E porque o almazem E casa em que se ha de recolher a polvora
e serviço d'artelharia sao grandes seria bem fazer no meo de cada hua hu'
pillar de tres palmos de groso sobre que se fechem.—

No Norte de guarda no meo delle se fara hu' arco de tamanho de
que cabe feito pera se fecharem as abobadas enxerma.—

No meo da praca se fara hua cazinha que tera de vão quatorze pa-
mos, armada sobre quatro arcos de dez palmos de largo, e doze de alto
e tres de groso as paredes (que serão de tejollo) como se mostra na traca que
com este vay, que sera d'abobeda sengella de hu' tejollo fecha a capella
por aresta; e a casa encima sera de dez palmos d'alto de pederijs e dai
pera cima fecha de cimea, Sengella, e guarnecida hua porta dentro de
barro sem mistura de cal nem d'agoa salgada. E guarnecida por fora

4. *Texto do apontamento de Francisco de Frias da Mesquita*, de 11 de janeiro de 1619. ("1.º livro do Govêrno do Brasil", códice do Itamaratí)

de ôr agoamana e tettim serque mister sedevenda das humidades cõ huãs porta apar.te do norte de tres palmos de largo e seis dalto, que tenda cous por tais hũ mais dentro de tres palmos, e outro de foraõ se tres e meyo de cada, e ambos ande abrir para fora comportas inteiriças como declaraõ de neesta planta que com este vay notado por letra. —

Na prea baixa se lancarão duas fiadas delagens que farão quatro palmos ao redor e demais enlado fazendo lhe no meo debaixo da casa da polvora hũ sumidouro que por hũ cano pello corregor da porta de socorro despida as agoas fora. —

A praça alta se acabara de lagear porcima dos assentos, fazendo os de sabitão mor demido quedelles se deca hũ degrao pera se lagear. —

A plataforma que vay ney da parte domar se faz ali por ser muyto necessaria, como pera fortificar aquella cortina, e sera em altura de quinze palmos de sellaria grande e de bons seitos. —

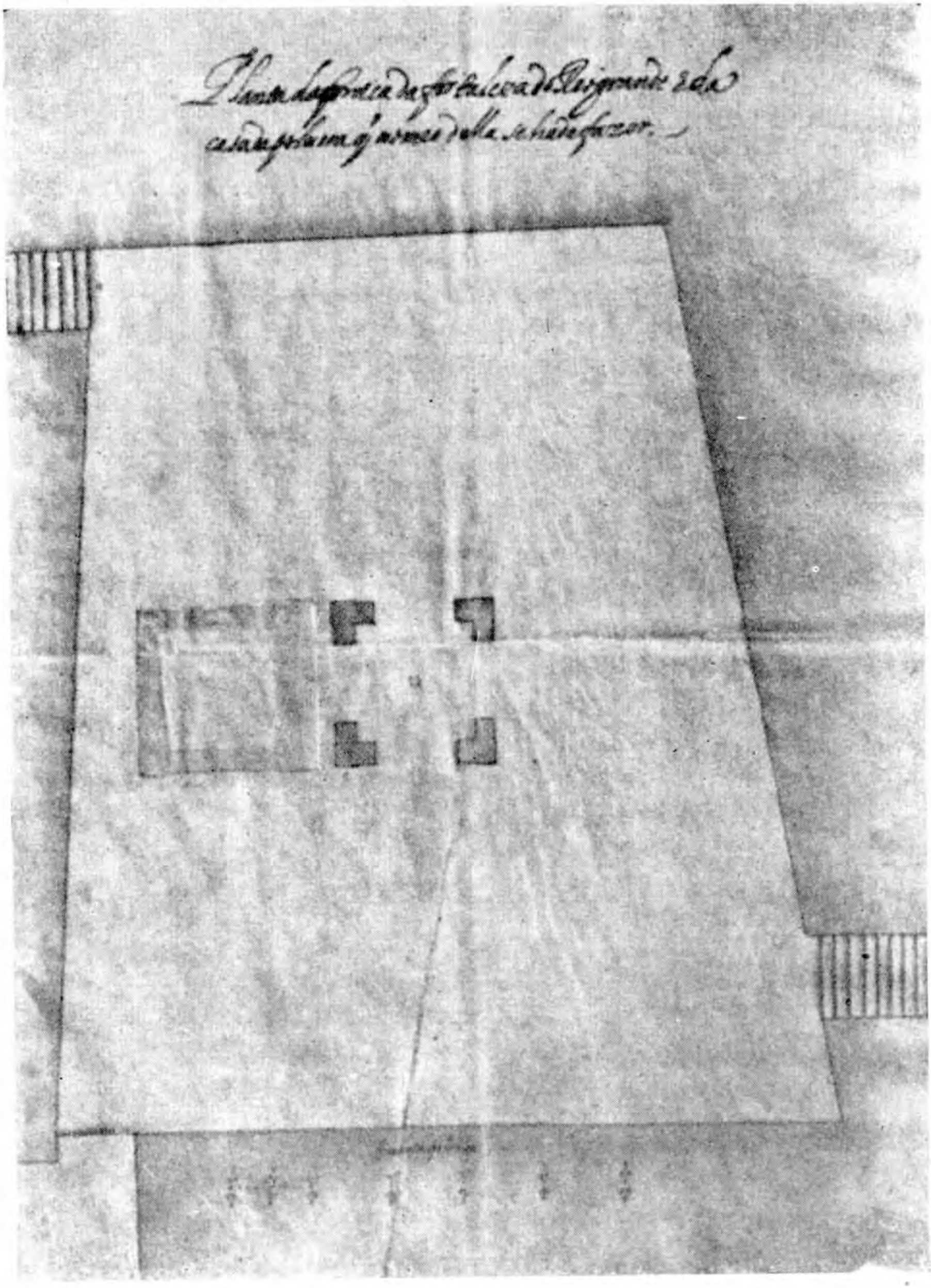
Toda a sellaria desta obra da fortaleza se deue cubrir de lla parte de fora de sellaria em altura de quinze palmos assentada com betume á feicte de perre, porque como as paredes saõ feitas dalvenaria, e omar lhe tem tirado acal em muyta parte, a suay ega ranhatando entra pello as pedras como ja em algũas partes tem feito palmo, e sera lenar este inconveniente e segurar a fortaleza em necessario fazerse oque aqui digo. —

Hũs camenos que estaõ na lagem junto a fortaleza se deuem macissar de pedra na melhor forma que for possivel, e alli acudir a tudo mais que o tempo mostrar ser necessario pera segurydade da obra sobre que o meste deue andar muy vigilante. —

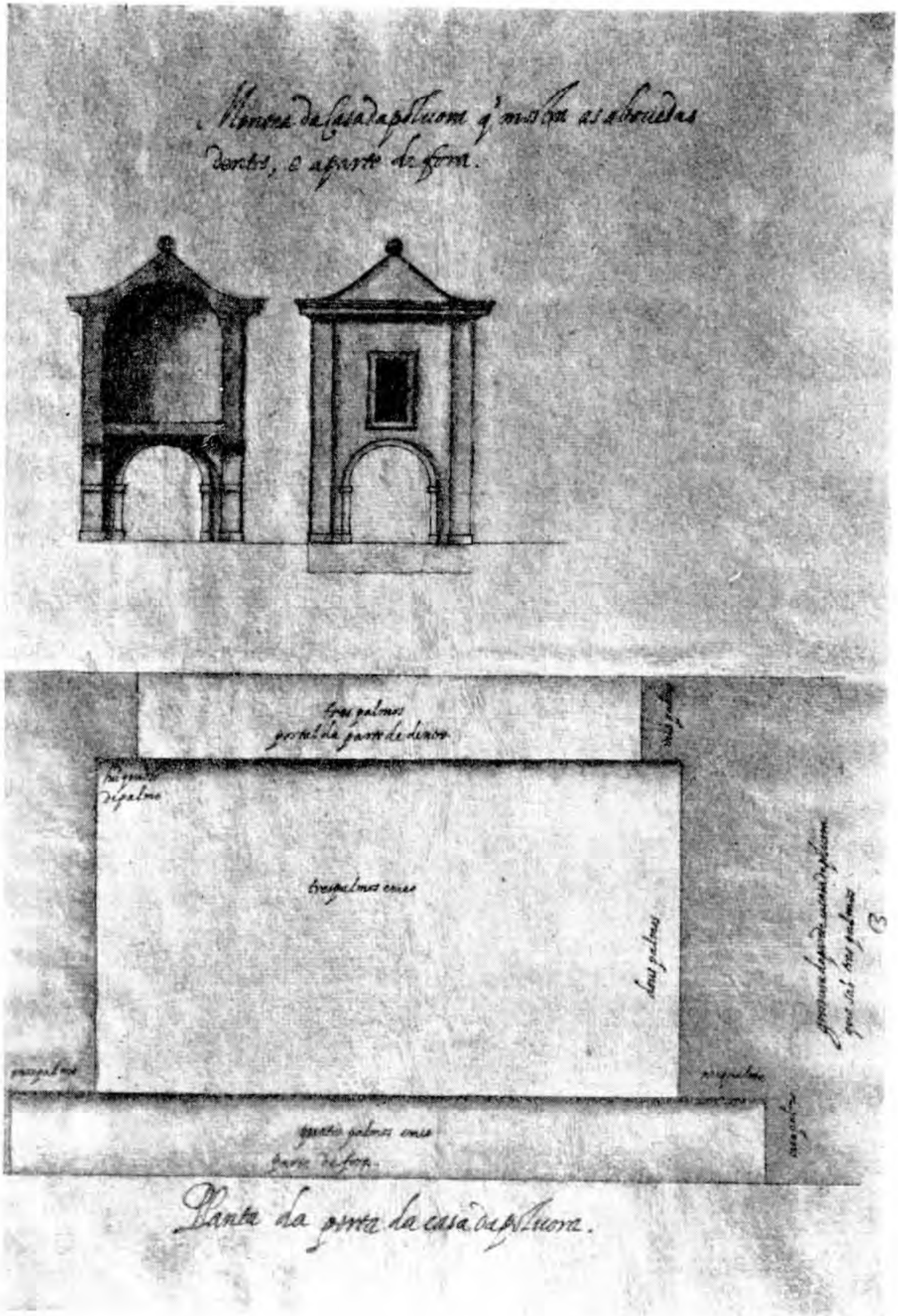
Isto he oque me parece de ue V. S. mandar se faça com ordem e recado que se naõ altere nem diminua nada desta V. S determinar porque de pouca variedade nem anascer mt.os grandes inconvenientes a que despois se naõ pode dar remedio sem mt.a despeza. E deste theor fiz dous hũs. hũ que V. S. mande assinar por daquella sap.a pera q. se faça executar como se nelle contem outro q. o meste tenha em seu por onde hade caminhar pera despois se naõ dizer q. naõ sua ordem mas pella naõ ter nas mãos, e que esta era amazaõ dalgũas cousas q. ao dey for caminhar traça. Recife 11 de Jan.o de 1619 —

Fran.co de Frias da Mesquita

5. *Texto do ayontamento de Francisco de Frias da Mesquita*, de 11 de janeiro de 1619. ("1.º livro do Govêrno do Brasil", códice do Itamarati)



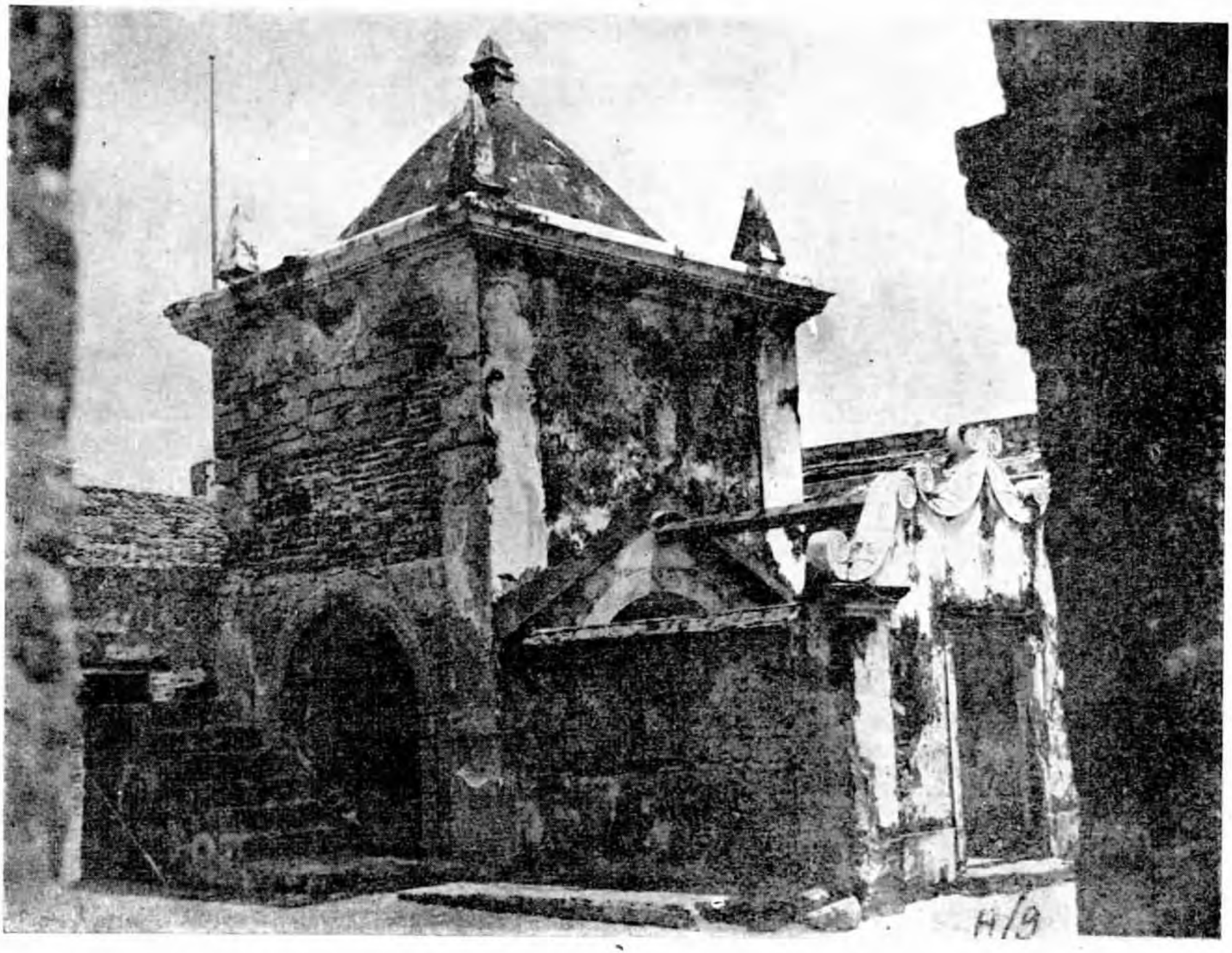
6. *Planta da praça da fortaleza do Rio Grande e da Casa da Pólvora que no meio dela so há de fazer.* Desenho original de Francisco de Frias da Mesquita. ("1.º Livro do Govêrno do Brasil", códice do Itamarati)



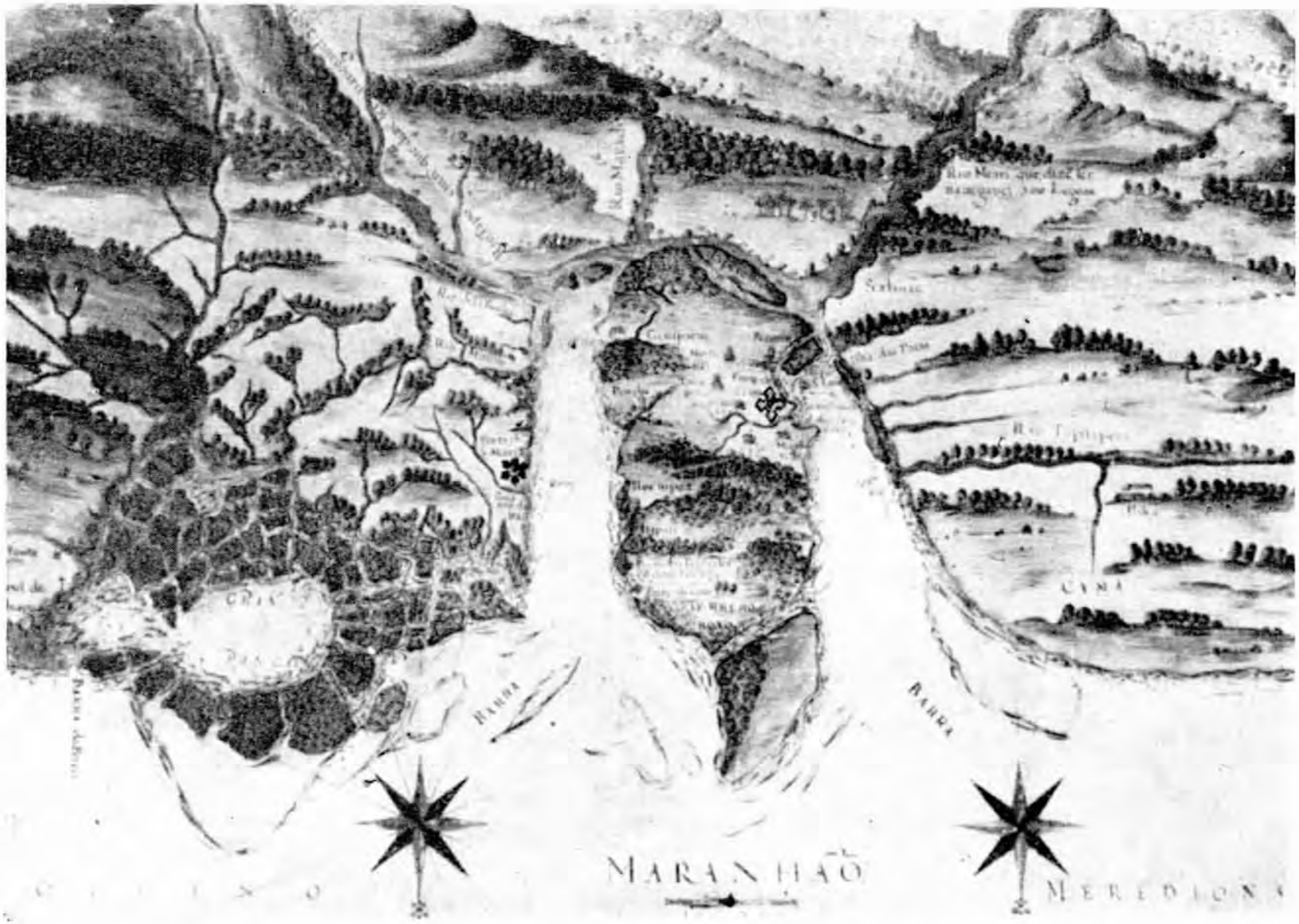

7. *Montes da Casa da Pólvora, da fortaleza do Rio Grande*. Desenho original de Francisco de Frias da Mesquita. ("1.º Livro do Govêrno do Brasil", códice do Itamaratí)



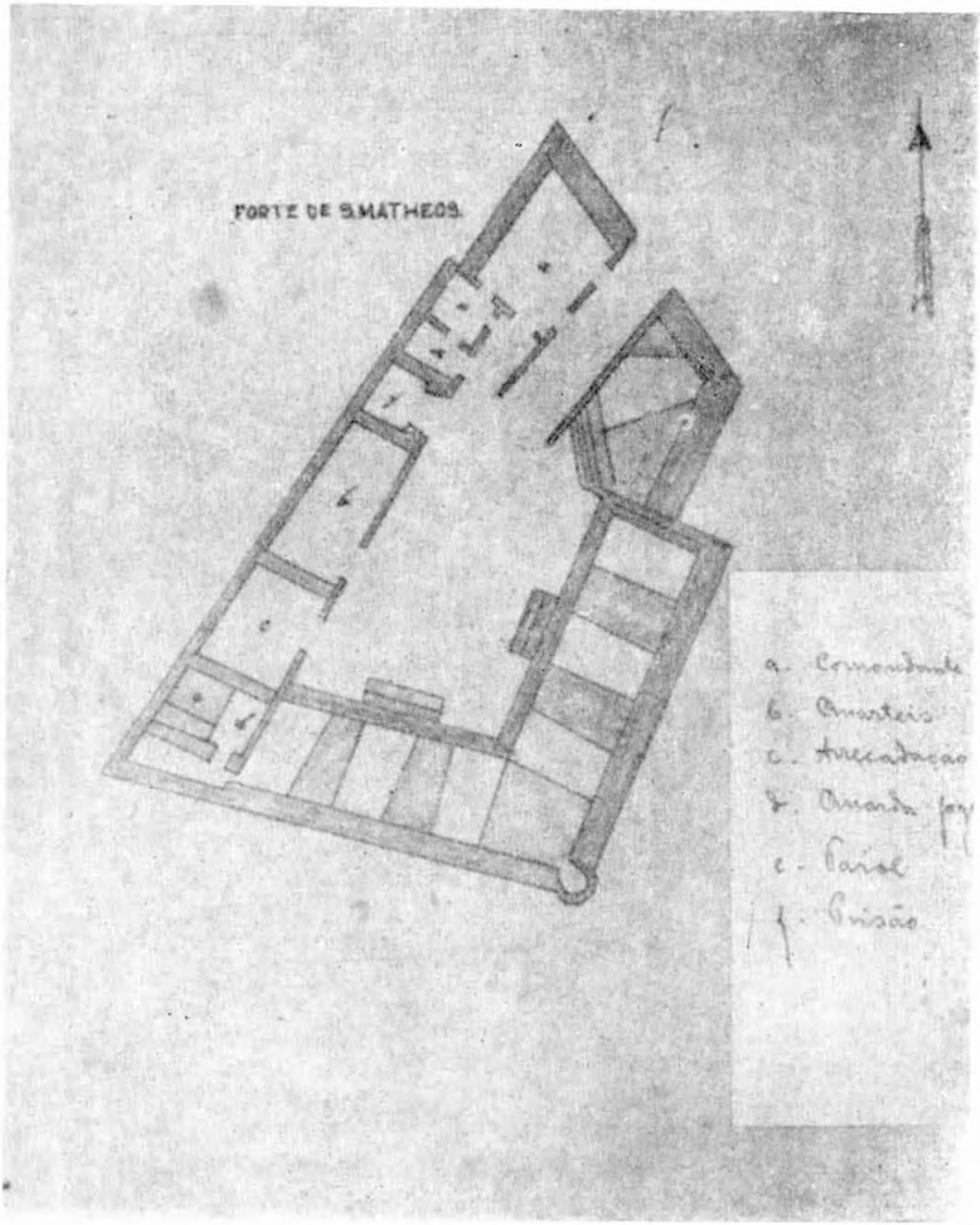
8. *Estado atual da Casa da Pólvora, da fortaleza do Rio Grande.* (Foto do arquivo da DPHAN)



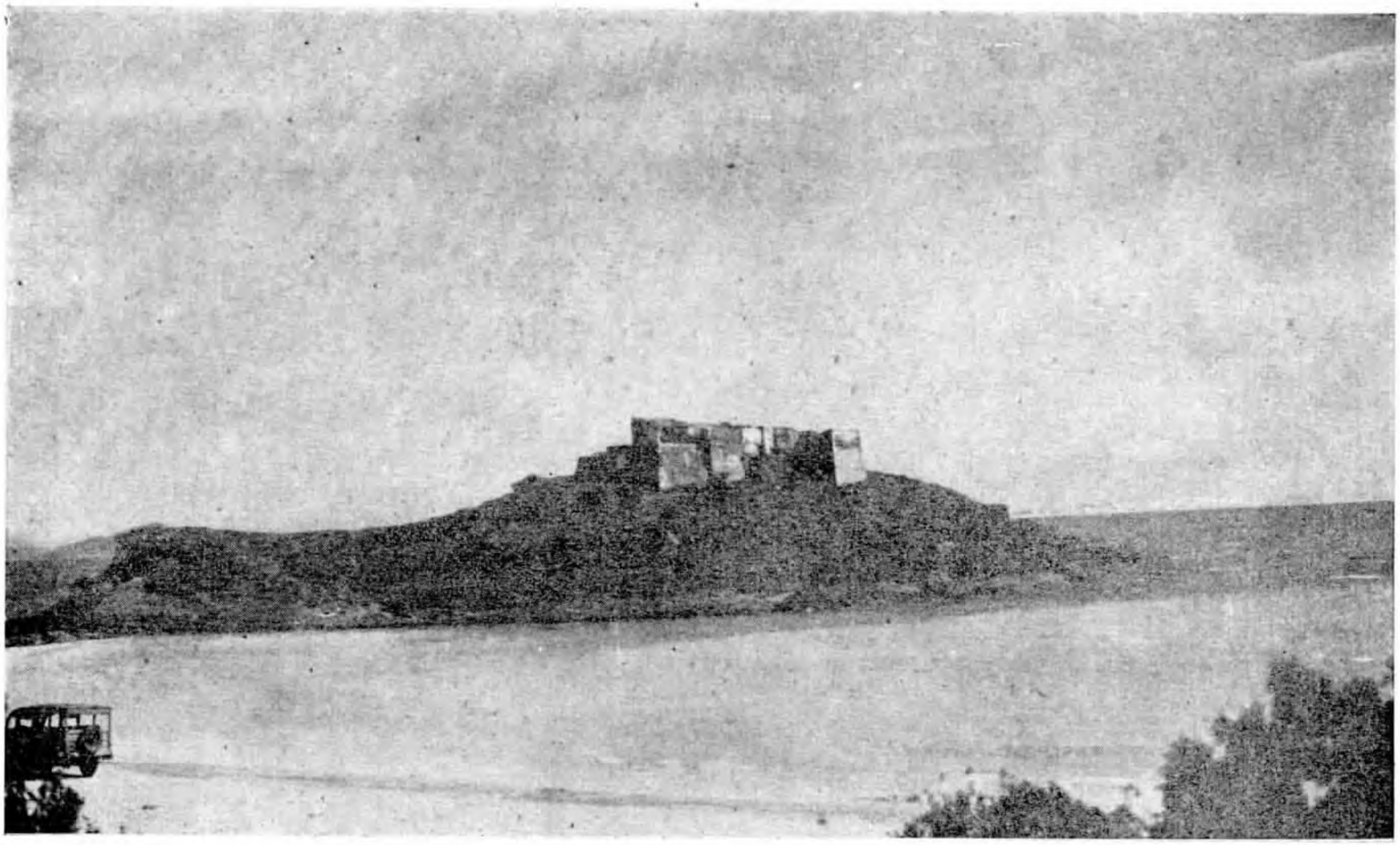
9. *Outro aspeto do estado atual da casa da Pólvora e capela*, da fortaleza do Rio Grande. (Foto do arquivo da DPHAN)



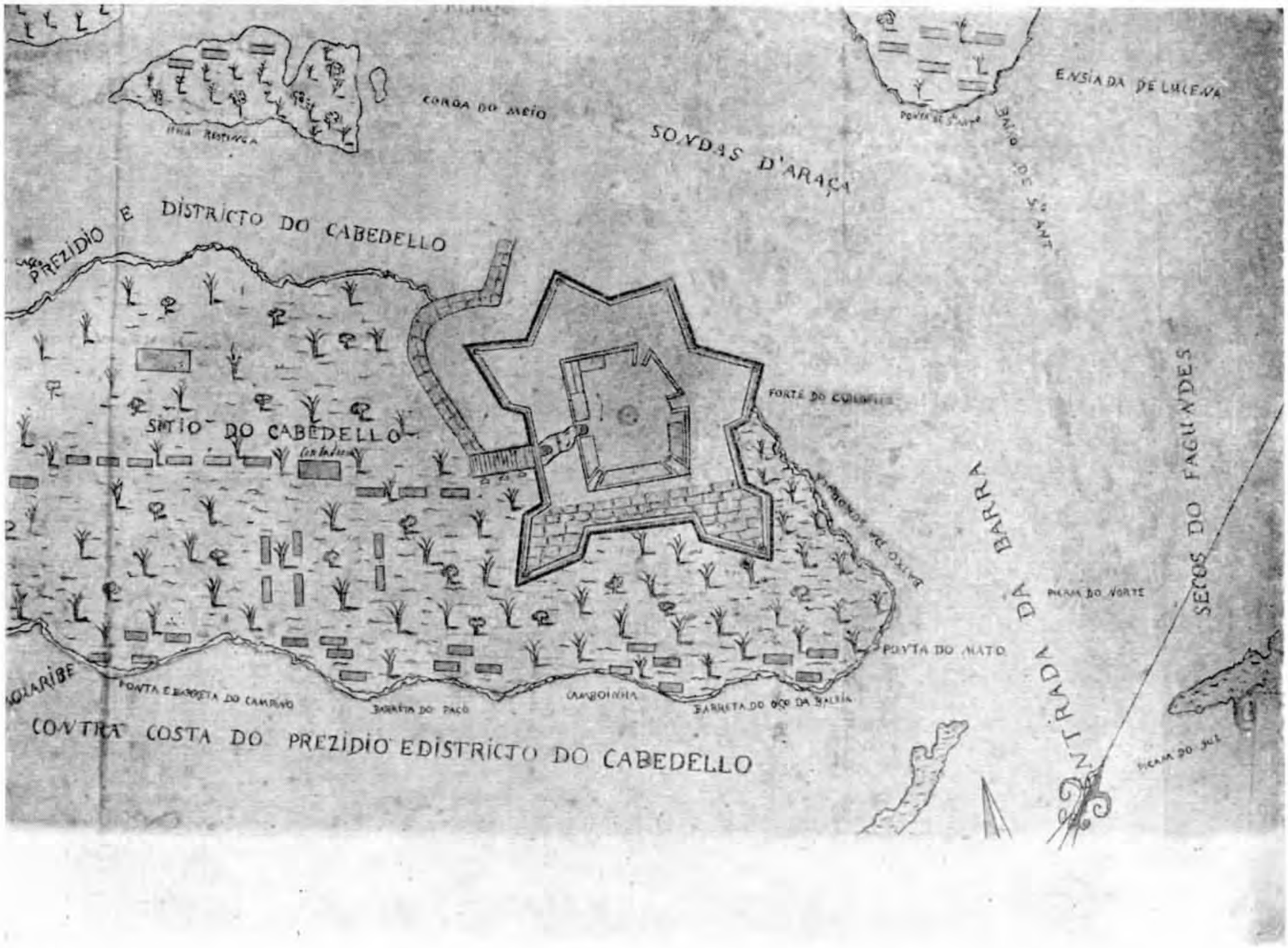

16. *Carta do tempo da conquista do Maranhão*, 1616. (1so códice "Livro que dá Razão do Estado do Brasil", Instituto Histórico Brasileiro)



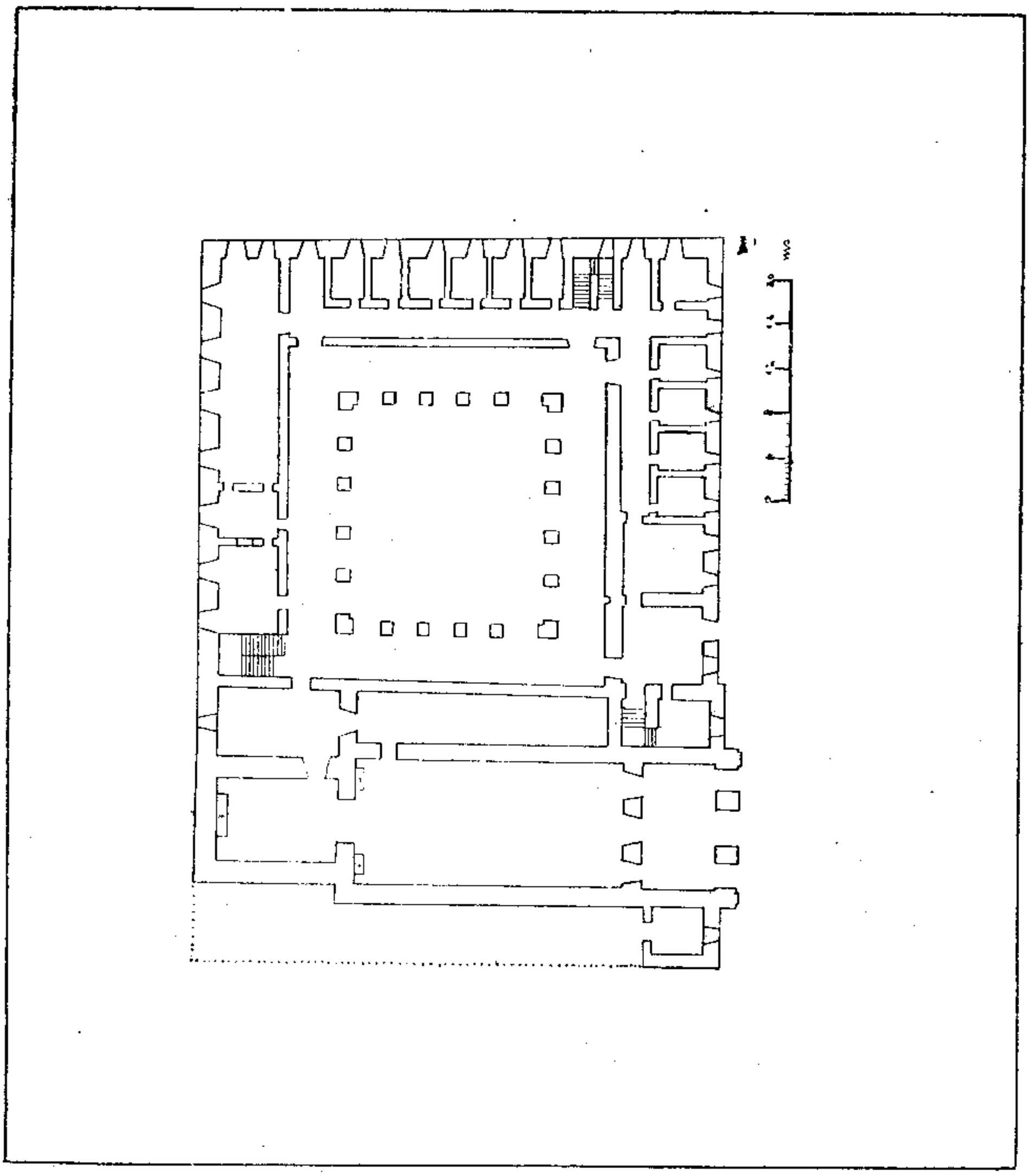

11. *Planta do Forte de S. Mateus* (Cabo Frio). (Arquivo de Obras e Fortificações, Ministério da Guerra, Rio. Desenho de J. X. G. de Almeida, 1834)



12. *Vista do atual estado do Forte de S. Mateus* (Cabo Frio). (Foto do arquivo da DPHAN).



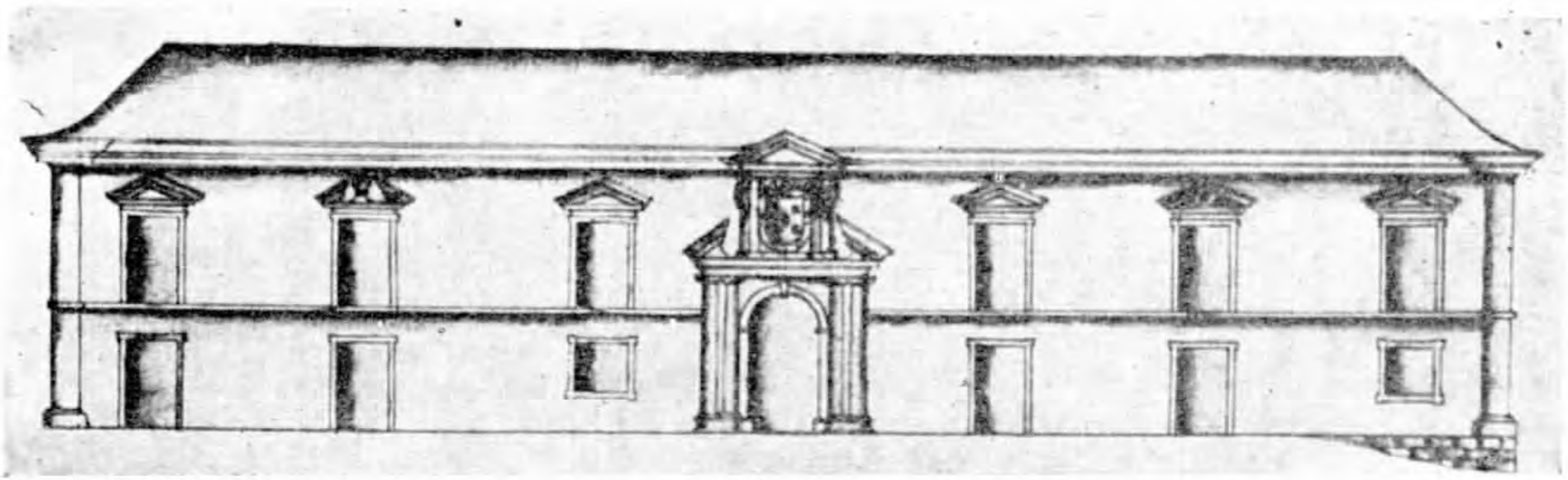

13. *Planta antiga da Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo* (Paraíba). Traçada e construída por Francisco de Frias da Mesquita. (Arquivo de Obras e Fortificações, Ministério da Guerra, Rio).



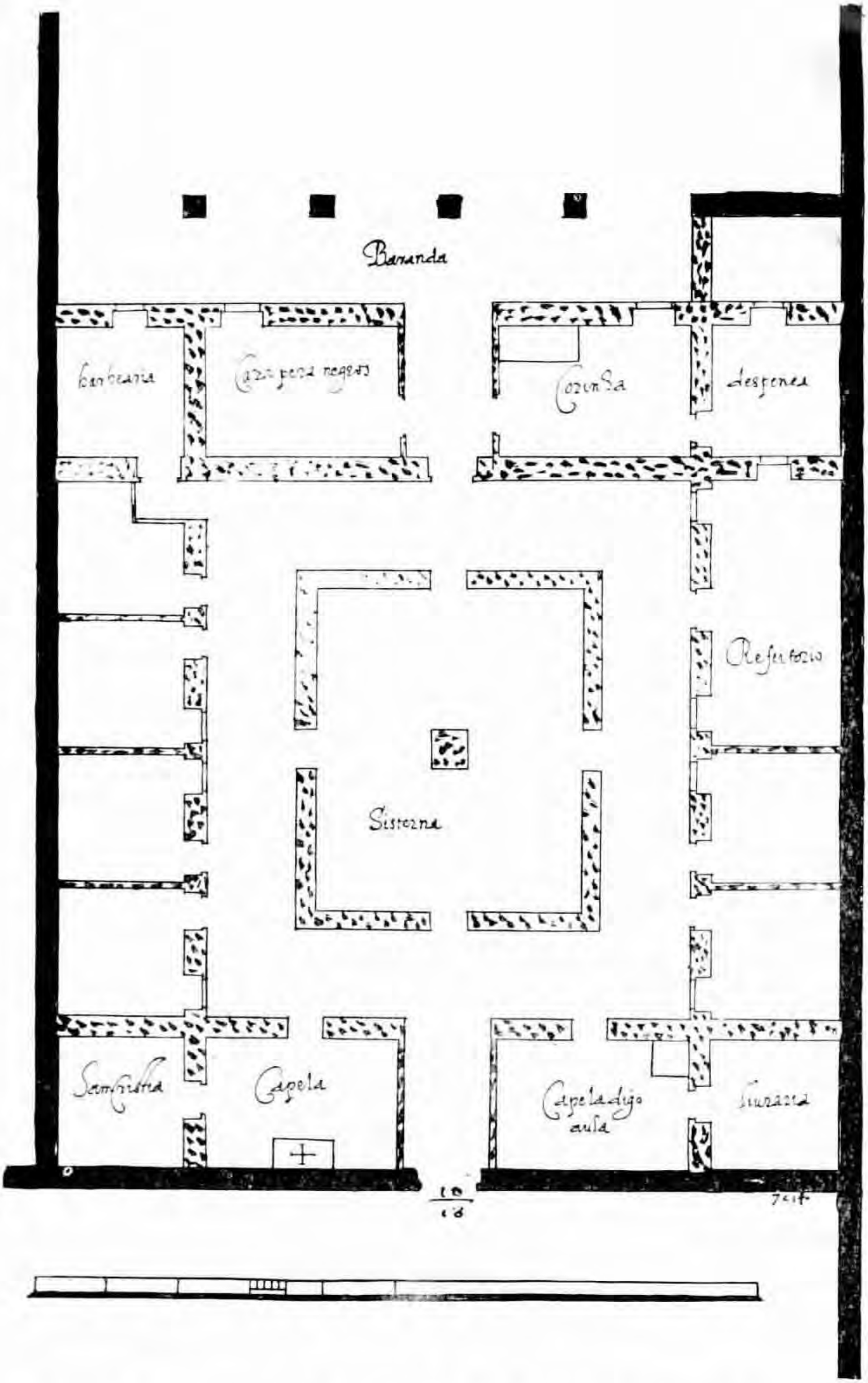
14. *Planta do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro,* 1617, traçada por Francisco de Frias da Mesquita. (Reconstrução)



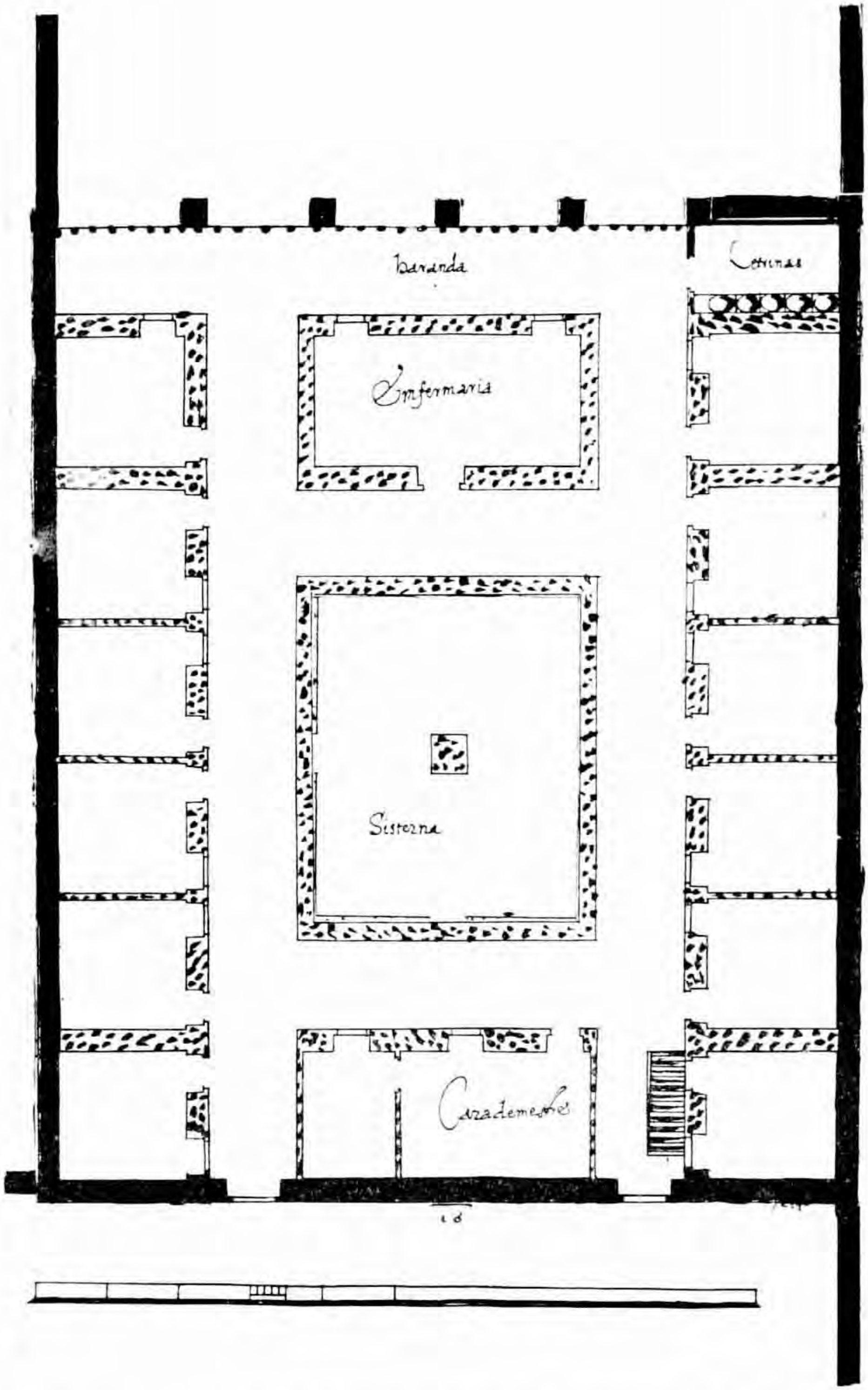

15. Gravura de 1815. Desenho do Barão de Planitz. Litografia de Ludwig de Briges



16. *Fachada do Seminário da Bahia*, 1621. Original do "1.º Livro do Brasil", códice do Itamaratí




17. *Planta do primeiro andar do Seminário da Bahia*. Original do "1.º Livro do Govêrno do Brasil", códice do Itamarati.




18. *Planta do segundo andar do Seminário da Bahia*. Original do 1.º Livro do Govêrno do Brasil", códice do Itamaratí




19. A *fortaleza do Espírito Santo*, de forma redonda, atribuída ao engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita. Gravura do *Reys-boeck*, impresso em Amsterdão, em 1624

# DOCUMENTOS BAIANOS

Ao lado das irmandades e das ordens religiosas, às quais se deve a iniciativa de maior expressão na arquitetura colonial brasileira — a edificação de igrejas e conventos —, colocam-se as câmaras municipais como elemento essencial de estímulo para o desenvolvimento do gôsto e a regulamentação dos processos técnicos de construção, no Brasil. Tanto na edificação e embelezamento das suas sedes como na determinação de diretrizes e instruções a serem observadas nas demais construções, no registro de oficiais mecânicos, na atenção dispensada a contratos e a preços, os antigos Senados da Câmara se preocupavam constantemente com as questões de arte e arquitetura. Geralmente, guardavam com cuidado seus livros de tombo. Êsses documentos, conservados até hoje em vários arquivos municipais brasileiros, constituem campo fertilíssimo, embora pouco explorado, para o estudo da arte colonial no país.

Os livros da extinta Câmara da cidade do Salvador, preservados em grande parte, formam a base da opulenta coleção do Arquivo Histórico da Prefeitura, na capital baiana, onde se encontram bem classificados e fàcilmente acessíveis aos pesquisadores (1). Contêm as mais amplas e variadas informações no tocante a ofícios mecânicos, construções civis e normas de estrutura e decoração na Baía, sobretudo com referência ao século XVIII (2).

Quem se der ao trabalho de compulsar as longas listas de ofícios mecânicos registrados pelo Senado, poderá levantar um catálogo de proporções consideráveis, com os nomes de carpinteiros, marceneiros,

douradores, ferreiros e ourives, até agora desconhecidos na sua maioria (3). Os nomes dos mestres pedreiros do Salvador, durante sucessivas décadas, podem ser encontrados nos contratos, onde também se faz menção das reuniões em que tomaram parte (4). Êsses papéis, que permitem estabelecer tantas identificações novas, constituem um admirável ponto de partida para o estudo pormenorizado dos homens que levaram a cabo a construção da Baía no período colonial. Referências ocasionais às atividades extracurriculares dos engenheiros portuguêses da Academia Militar indicam que Manuel Cardoso de Saldanha, Nicolau Carvalho de Abreu, José Antônio Caldas, Manuel de Oliveira Mendes e vários outros fizeram mais do que conceber, executar e restaurar obras de fortificação (5). A verdade é que êsses arquitetos militares desempenharam um grande papel no processo de formação da cidade (6).

No livro do tombo do arrumamento, bem como em outros papéis, há, disseminadas, alusões preciosas às condições de construção, às normas, que presidiam às proporções das casas, e ao gôsto dominante na pintura de salas e edifícios, em diferentes épocas. A descrição da decoração do fôrro do teto da velha sala grande de vereação do Senado da Câmara, por exemplo, encomendada a 16 de outubro de 1736, vale por um documento altamente característico da era de D. João V (7). A da pintura do quartel próximo ao Carmo revela indiscutìvelmente as tendências do gôsto em 1789 (8), enquanto um terceiro documento sôbre pintura nos proporciona uma relação das côres utilizadas num grande empreendimento artístico em princípios do século XIX (9). As posturas da câmara, baixadas a intervalos, especificam os preços legais de madeira, tijolos, fechaduras, dobradiças, e outros materiais da arte de edificar, juntamente com os ordenados de certos oficiais empregados nas obras.

Dêsse amplo e valioso acervo, contido no Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, quatro documentos foram extraídos e aqui se reproduzem em sua forma original, acompanhados de notas para a sua interpretação. Tais documentos foram selecionados não apenas em virtude da sua importância relativamente à própria Baía, mas também pelo seu interêsse em face da história geral da arte brasileira.

## I

*"Termo de remattaçaõ de dous armarios / que remattou em praça o alferes Manoel de Souza Ribr.º p.ª os fazer por / ordem deste senado.*

Aos vinte e cinco dias do mez de janeiro de / mil e sete centos e vinte e quatro anos nes/ta cidade do salvador Bahia de Todos os Santos nas casas do senado da camera estando / presentes o d.or juiz de fora, Ignacio Barbosa Machado, e mais vereadores e procurador / que servem neste prezente anno abaixo assi/nados mandaraõ vir perante si o porteyro do / conselho Amaro de Araujo Lima, e por elles lhe foi perguntado que tempo havia que / trazia na praça em pregaõ a obra de dous / armarios que este senado mandara fazer p.ª guardar os livros e papeis pertenentes ao dito / senado, e pelo dito port.ro lhes foi respondido / que desde o anno passado os trazia em pregaõ na dita praça, e que o menor lanço que nelles / houvera, fora o de duzentos mil r.s que lan/sara o alferes Manoel de Souza Rib.ro, o qual se obrigara a fazelos na forma seguinte Dous / armarios de vinhatico com onze palmos de / alto, contando da cornija de baixo athe a / de sima e oito palmos de largo medidos de / canto a canto das cornijas, feitos em dous corpos / cada hũ dos ditos armarios, e cada hũ com quatro portas e duas gavetas no meyo / dellas unidas no primeir.º corpo de baixo, e que / teriaõ de fundo tres palmos, incluindose nellas / as grossuras das madeiras, e que seriaõ com / suas pilastras refendidas, e tanto as gavetas / como as portas, e ilhargas seriaõ de almofadas / e em sima das cornijas lhes poria seus remates / de taboas recortadas, e lhes poria tambem, / ...dicessem con toda a / obra, e que nos vaões de dentro meteria os / repartimentos que fossem necessario segundo se lhe ordenasse, e que tambem lhes poria to/da a ferragem que houvesse mister, assim de missagras como de fechaduras e chaves dan/do acabado com inteira

perfeiçaõ dentro de tres mezes da fatura desta remattaçaõ ..... / pelo d.º d.or juiz de fora e mais vereaçaõ dependendo a naõ haver outro lanço menor man/daraõ ao dito porteyro que na forma do lanço / sobredito, remattasse a obra dos ditos dous ar/marios pelo dito preço de duzentos mil r.s / ao dito alferes Manoel de Souza Ribeyro de / baixo de todas as condições ja declaradas. O que o dito porteyro logo fez na praça publica com as / solenidades necessarias que se costumaõ fazer em / semelhantes remattaçoens, mettendolhe ultima/mente na maõ hũ ramo verde que na sua trazia, / em sinal de que lhe remattara a obra dos ditos dous armarios feitos e acabados com intei/ra perfeiçaõ pelo dito preço de duzentos mil r.s / e feita assim a dita remattaçaõ foi dito pelo me/smo remattador, que elle se obrigava a fazelos / na forma que fica referida p.a que obrigava sua pessoa e bens havidos, e por haver com / melhor parado (?) delles. Com o que o dito d.or juiz de fo/ra e mais vereaçaõ lhe houveraõ por bem / feita firma e valioza de que mandaraõ fazer / este termo em que todos assinaraõ com o dito / remattador, e o mesmo porteyro sendo prezentes por test.as Jose G.lz Coelho, e Ant.o Correa Oliv.a, / Agostinho Ximenes, escrvaõ da camera o escrevi.

Por m.do do senado / da camera de 19 / de setr.o de 1724 / teve pagam.to o Alferes M.el de Sou/za Rib.ro do thezr.o / F.co de Salazar / .....da obra do termo in fron/te reg.do no 1.º 3.º dos m.dos a f. 175" (10).

Os dois armários, a que se refere êste documento, já não existem. Desapareceram com as sucessivas remodelações sofridas pela casa da Câmara a atual Prefeitura nos anos posteriores à feitura dessas peças. Felizmente, porém, encontram-se ainda na cidade armários dêsse mesmo período, e que correspondem, boa parte, à descrição feita no documento.

Assim, podemos mencionar as seis belas peças existentes em dependências da igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Salvador, uma das quais é aqui reproduzida (fig. 2). Quatro dêsses armários se encontram na sacristia, e dois outros na sala do consistório,

na parte imediatamente superior. Ocupam todos a mesma posição, estando conjugados nas extremidades das duas salas. Nos armários de cima, faltam as gavetas entre os dois corpos de cada móvel. Dadas as suas proporções e a alta qualidade de sua fabricação, incluem-se entre os exemplares mais notáveis da marcenaria baiana do século XVIII. Não se conhece a data em que foram executados, mas não será difícil estabelecer a época provável em que isto se deu.

O templo da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco foi começado em 1701, inaugurando-se em 1703. Contudo, não é de crer que os armários já estivessem prontos nesse último ano. As igrejas brasileiras do período colonial geralmente estavam longe de ser acabadas, quando eram oficialmente abertas ao culto. Indicam os livros da irmandade que o grandioso templo baiano de N. S.ª da Conceição da Praia, principiado em 1739 e consagrado em 1766, ainda não estava concluído em 1813 (11). Por uma coincidência curiosa, esta última igreja e a da Ordem Terceira de S. Francisco, no seu aspecto original, foram os dois templos baianos mais apreciados por um arquiteto local do século XVIII, à vista da magnificência de seus ornatos (12). Será lícito supor, assim, que a arrematação e execução da talha original e de outros adornos internos da igreja da Ordem Terceira, a maior parte dos quais vieram a ser substituídos na primeira metade do século XIX, sofressem a mesma demora que caracterizou as obras da igreja da Conceição da Praia. Que o estilo dos armários da Ordem Terceira ainda era de uso em 1731, isto se verifica pela data esculpida na peanha no alto da portada da capela de S. Miguel, da cidade do Salvador, cuja execução nìtidamente se assemelha à dos móveis aqui estudados (fig. 5). São as mesmas "portas almofadadas", os mesmos frisos apainelados, o mesmo frontão vigoroso, em forma de arco quebrado (13). Quem examinar um dos armários da Ordem Terceira em confronto com a portada de S. Miguel reconhecerá imediatamente tal semelhança. Outras circunstâncias importantes: a capela foi começada na década de 1720, e mandada fazer por um irmão da Ordem Terceira de S. Francisco, que posteriormente a doou ao patrimônio da Ordem (14). Isto indica, em primeiro lugar, certa identidade entre a portada e os armários; em segundo lugar, a possibilidade de constituírem tais armários uma pro-

dução contemporânea da portada. A data citada colocaria, pois, os móveis da Ordem Terceira em relação próxima com os da Câmara, cuja execução, como sabemos pelo contrato e nota de pagamento anexa, foi ajustada e concluída no ano de 1724.

Voltando ao documento, comparemos os armários existentes com os exemplares perdidos. Verifica-se logo que os da antiga Câmara foram feitos de vinhático. As peças da Ordem Terceira são de jacarandá. Isto pode significar que os armários conservados são na realidade posteriores aos referidos no documento, pois, em geral, o emprêgo do vinhático precedeu ao do jacarandá. Observamos depois que a altura dos armários da Câmara, "contando da cornija de baixo athe a de sima", era de onze palmos, ou 2,42m (15). Medidos a partir da base, da cornija de baixo até à de cima, da mesma maneira, os da Ordem Terceira alcançam uma altura de 2,65m. Tinham os móveis da Câmara uma largura de 1,76m., com profundidade de 0,62m.; já os da Ordem Terceira medem 1,82m. de largura e 0,45m. de profundidade.

Havia, pois, diferença nas dimensões dos dois grupos de armários. Os da Câmara eram mais baixos e mais profundos do que os dos irmãos. Mostravam-se aquêles também mais estreitos. Sob outros aspectos, porém, a descrição dos primeiros se pode aplicar com perfeita exatidão ao segundos.

Declara o têrmo de arrematação, da Câmara, que cada um devia ser feito "em dous corpos... e cada hũ com quatro portas e duas gavetas no meyo dellas unidas no primeir.º corpo de baixo". Temos aí precisamente a disposição encontrada nos armários da sacristia da Ordem Terceira, cujas portas e gavetas também são "de almofadas". Igual tratamento foi dado a um móvel do mesmo gênero, existente no Palacete Ferrão (antigo seminário de N. S.ª da Conceição dos Jesuítas) e a dois outros instalados na interessante capela de Santo Antônio da Mouraria, construções, ambas, contemporâneas (16) e da mesma cidade.

Outra diferença pode ser anotada. Especifica o documento que as "gavetas com as portas e *ilhargas* serião de almofadas". Tal declaração parece indicar que os armários da Câmara não eram embutidos nas paredes, como os da Ordem Terceira, os do antigo seminário, e os de Santo Antônio da Mouraria, pois, do contrário, não se justificariam as

almofadas laterais (ilhargas), que seriam invisíveis. Não obstante essa indicação, torna-se difícil, senão impossível, encontrar armários baianos com essas mesmas proporções características — disposição de portas e gavetas, pilastras, cornija, remate — que tenham sido executados para colocação fora de parede. Todas as grandes sacristias da Baía, como também as do Recife, ostentam armários embutidos. Todavia, resta a objeção de que a presença dêsse tipo de móvel em salas dependentes de igrejas, mesmo em cômodos relativamente afastados do culto, como o consistório da Ordem Terceira de S. Francisco, não pode ter relação com o arranjo de móveis numa grande sala de edifício civil. E' pena que, atualmente, não se possa observar instalação análoga de armários embutidos em nenhuma antiga casa de Câmara da zona baiana. Contudo, encontram-se casos da mesma disposição na arquitetura colonial doméstica, da região, bem como em numerosas casas setecentistas dos Estados Unidos (17). Há um belo exemplar, de fabricação posterior, em uma casa de Cachoeira. O da antiga casa dos jesuítas, à rua do Maciel, já mencionado, integra-se numa construção cuja portada traz a data de 1701, e que, antes de servir de seminário, era residência particular. Isto indicaria, pois, que o destino original da peça provàvelmente fôsse doméstico. Finalmente, as aberturas, a intervalos regulares, nas paredes arruinadas da chamada Tôrre de Garcia d'Ávila sugerem que já nos séculos XVI e XVII as casas baianas possuíssem armários embutidos.

Seguem-se, no têrmo de 1724, referências às "pilastras refendidas" dos armários desaparecidos, que se relacionam com as pilastras almofadadas dos armários da Ordem Terceira de S. Francisco. Também "seus remates de taboas recortadas" se observam nos armários existentes. Os dois grupos de móveis foram feitos "para guardar os livros e papéis", sendo os da irmandade utilizados ainda para tal fim (fig. 3). Em ambos, pois, a importância das estantes, embora escondidas pelas portas, ficava patente.

Formam, assim, contraste muito acentuado com outro agrupamento de armários, onde é possível observar uma infinidade de gavetinhas inteiramente expostas. A êsse último tipo pertencem os elegantes

armários de sacristia nas igrejas dos conventos de S. Francisco e N. S.ª do Carmo, e do hospício de N. S.ª da Boa Viagem, na Baía.

O documento de 1724 declara ainda que o marceneiro Manuel de Sousa Ribeiro recebeu pelo seu trabalho a quantia de 200$000. Através de posturas registradas no Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador podemos calcular o custo aproximado da obra (18). Em 1716, oito anos antes da lavratura do têrmo, vendia-se por 5$500 uma dúzia de tábuas de vinhático, com 6,60 m. de comprimento por 0,33m. de largura. Como é provável que a feitura dos armários da Câmara exigisse, no máximo, quatro dúzias dessas tábuas, Manuel Ribeiro teria feito uma despesa total de 22$000 rs. com a madeira. O têrmo exigia "a fèrragem que houvesse mister, assim de missagras como de fechaduras e chaves". Informações sôbre os preços dêsses artigos em 1716 também nos são oferecidas pelas posturas da antiga Câmara. "Fechaduras mouriscas" custavam $640, e as dobradiças do menor tamanho valiam $160 a unidade. Possuindo um dos armários da Ordem Terceira seis fechaduras e cinco pares de dobradiças, e dada a notável semelhança entre êles e os da Câmara, parece razoável admitir que cada um dêsses últimos haja consumido a mesma quantidade de material. Assim, para fazer dois armários iguais, teria o marceneiro comprado doze fechaduras a 3$840 e dez pares de dobradiças a 1$600, tùdo importando num dispêndio de 5$440. As doze chaves necessárias teriam custado talvez 2$400, pois o preço de cada "chave mourisca" foi fixado em $200 rs. nas posturas de 1716. Temos por fim o pormenor dos pregos, cuja venda aquelas posturas autorizavam à razão de $120 o cento. Quantos pregos utilizaria o marceneiro para fazer dois grandes armários? Como a ligação das várias partes dos móveis era feita, segundo parece, mediante o uso de pequenas cavilhas de madeira, que o carpinteiro podia preparar fàcilmente com as tábuas já compradas, a resposta será: nenhum.

Assim, a despesa total com os materiais não excederia a 30$000. Avaliando o marceneiro seu trabalho em $400 rs. diários (jornal que os mestres carpinteiros ganhavam em 1716, na Baía), os três meses concedidos para a execução do contrato importariam em 36$000. Teria êle, portanto, obtido um lucro de 144$000.

Quem era o alferes Manuel de Sousa Ribeiro? Não se sabe nada a seu respeito, além das referências encontradas no documento. Um Manuel de Sousa, marceneiro, residente na Baía, foi examinado e registrado nos livros de ofícios mecânicos da Câmara, a 15 de setembro de 1706, dezoito anos antes de ser assinado o têrmo de arrematação dos armários (10)? Não basta, contudo, para identificá-lo com o alferes Manuel de Sousa Ribeiro.

O estilo dos armários da Ordem Terceira de S. Francisco revela um caráter decididamente arquitetônico. Na talha sóbria das almofadas, na divisão regular de todos os elementos, e na rigidez intransigente dos perfis, lembram êles fachadas de certas igrejas típicas baianas de fins do século XVII e começos do século XVIII, tais como as da Santa Casa da Misericórdia, a do antigo Colégio dos Jesuítas, a do SS. Sacramento à rua do Passo, a do convento do Senhor Bom Jesus dos Perdões. Ostentam as mesmas formas retilíneas dos edifícios que os jesuítas faziam levantar no decorrer do século XVII e cujo estilo, ainda nas primeiras décadas do século XVIII, vigorava em todo o Brasil. Como naquelas igrejas, há nelas uma opulência contida nos limites impostos pela dignidade do estilo. Podem ser considerados como um desenvolvimento do tipo seiscentista de armário embutido, tal como as pequenas peças, hoje pintadas, da sacristia da Santa Casa da Baía ou o esplêndido exemplar em parte dourado da velha Sé de Olinda (20) (fig. 6). São essencialmente diversos, no estilo e na disposição, dos armários do convento de S. Francisco, relativamente contemporâneos, cujo caráter é eminentemente plástico, e onde uma nova ênfase escultórica substitui a antiga predominância de linhas arquitetônicas (fig. 7). Êstes últimos já denunciam o barroco verdadeiro, que com grande atraso invadira a Baía, alterando profundamente, com sua presença, não sòmente o tratamento superficial dos assuntos, mas também a estrutura. Observa-se a mesma transformação nas pias ou chafarizes das sacristias, nos azulejos, na mobília, e, até certo ponto, nas próprias fachadas.

Mas, apesar de diferenças tão sensíveis, possuem os armários da Ordem Terceira um pequeno elemento em comum com os do convento (21). E' o uso de uma pequena cruz torneada, de bilros, sôbre uma peanha, rematando o conjunto da composição. No tímpano do

frontão, embutido em madeira mais clara, acha-se o emblema franciscano das chagas. Essa forma de inclusão lembra ainda o escudo carmelita colocado por cima de um par de armários, na sacristia da igreja da Ordem Terceira de N. S.ª do Carmo, no Recife, também no princípio do século XVIII — armários que, por sua vez, obedecem ao estilo dos exemplares existentes no convento de S. Francisco do Salvador.

## II

O Senado da Câmara da cidade do Salvador fiscalizava rigorosamente, no decorrer do século XVIII, não apenas os preços de numerosas utilidades essenciais à vida urbana, senão também o próprio aspecto da cidade. E' assim que em um de seus livros de posturas se consigna, já em 1696, esta advertência: "Que nenhuma pessoa fabrique caza alguma que bote sacada sobre a rua, e desta não tome parte alguma, fazendo escadas, balcão ou poyal, sem licença da camera, pena de seis mil reis" (22). A recomendação repetia-se em 1716. Dez anos depois, estabelecia-se a proibição geral de edificar sem consentimento oficial: "Que tôda a pessoa que fabricar obra tenha licença do Senado, inda que esteja coberta de telha, além de mais penas que tem, ademolirá a sua custa" (24). Nos livros de alinhamento e vistoria, aludem os medidores, repetidamente, às dimensões das sacadas. Uma resolução de 8 de novembro de 1747 ordena "sacadas de dous palmos e meyo" (25). Tais proporções constituem, em 1749, fórmula oficial nos têrmos de vistoria, "... e a sacada não terá mais de largo de dous palmos, e meyo" (26). Na década seguinte, permitiam os medidores "botar sacadas que não excederaõ a ley" (27).

Em 15 de novembro de 1785, sendo arruadores do conselho Januário da Costa Carneiro e José Caetano Rebêlo de Mesquita (28), o Senado da Câmara expediu novas determinções a serem observadas na construção de casas dentro e fora dos limites da cidade. O documento, notàvelmente minucioso no que toca a proporções de andares, portas, janelas e sacadas, é da maior importância para a história da arquitetura colonial no Brasil.

*"Cazas*

Qualquer pessoa, que quizer mandar edificar / nesta cidade, e fora das suas / portas, qualquer edificio, / o fará na forma seguinte: Do plano da rua athe / o envigamento do primeiro sobrado terá / de altura quinze palmos e meio, e para a / cornija dous palmos e meio, e querendo / fazer segundo andar ou sobrado, será / com altura proporcionada conforme / delinear o mestre de obras deste Senado. / No primeiro andar naõ faraõ sacadas, / mas sim janellas divididas de pulpitos, / estas naõ sahiraõ fora mais / de palmo, e quando muito palmo e me/io com grades de ferro, ou de pau pin/tadas, ou de janolozias (gelosias ?), naõ exceden/do a altura destas de quatro palmos, / e sem postigos para sima; jane/llas do segundo andar seraõ de para/peito, naõ excedendo a altura destas de quatro pal/mos; as portas teraõ de largura sinco / palmos e meio, e de altura na hombreira, / ou pé direito des palmos, / e seraõ de volta, ou sem ella, fazendo aque/lla figura no ornato que for da vontade, / e melhor gosto dos donos, de sorte que na / largura poderaõ exceder mais, ou menos / meio palmo, porem nada na altura, e / nas loges poderaõ fazer janellas de para/peito, naõ excedendo sete ou quatro palmos / seguindo porem as vergas o mesmo ali/nhamento das portas: nas ladeiras quan/do o terreno declinar sinco palmos, se re/saltará o prospecto, fazendo a sua fa/chada em forma de redentes: Esta mes/ma formalidade se observará quando / houverem de reedificar quaesquer propri/edades, e necessitando alguma sacada das / antigas de concerto consideravel, se naõ / poderá fazer na forma que existia, mas / sim se reduzirá a sacada, as janellas di/vididas com grades, ou rotulas na forma / determinada. Declarasse, que do plano / da rua the o vigamento the digo o vigamen/to do primeiro sobrado, terá de altura quin/ze palmos, e hum para o vigamento, e o / soalhado que fazem desasseis, e deste at/he o cornijamento, quinze palmos e meio. e para a cornija dous palmos e meio, co/mo ja se declarou a

> principio: e para / todas estas obras dará a forma expres/sada o mestre de obras do senado remetendo/selhe esta deligencia para o delinea/mento. E quem quizer fazer al/guma propriedade nobre, e de maior / grandeza das ordinarias, aprezentará / neste mesmo senado o risco do prospeto, e da formalidade do edificio, confor/me o terreno para se averiguar se hé, ou / naõ conveniente, afim de se lhe conceder / ou naõ faculdade. Toda, e qualquer / pessoa que o contrario fizer sera punido / com trinta dias de cadêa, e seis mil reis / de condenaçaõ, alem de se demolir a sua / custa a obra que tiver feita: e nas arua/çõens que se fizerem se mandará logo / observar o que fica determinado, o Mestre / das Obras que der o risco contrario ao que / se acha expressado nesta postura ficará / comprehendido nas mesmas penas e se/rá privado do officio" (29).

Estabeleceu assim a Câmara o padrão de 7,48m. para a altura do casario, a contar do nível da rua até o remate da cornija. Especificou ainda as dimensões de cada parte da edificação. Para uma casa de dois andares, autorizou, no primeiro andar, isto é, o térreo, a altura de 3,52m.; no segundo, 3,41m., e na cornija, 0,55m. Estabeleceu para as janelas de baixo a altura de 1,54m. ou 0,88m., "seguindo porem as vergas o mesmo alinhamento das portas." As janelas superiores; de parapeito, poderiam ter 0,88m. de altura.

A interpretação da postura vai bem até êste ponto. Mas surge logo uma dificuldade. Na parte final do documento, quando se recapitulam as proporções, encontram-se expressas bem claramente as do primeiro e segundo andares. Não obstante, lê-se no princípio que "querendo fazer segundo andar ou sobrado, será com altura proporcionada conforme delinear o mestre de obras deste senado." Há duas explicações possíveis, para isso. A primeira seria que, como a parte final e conclusiva do documento era mais importante do que a sua parte inicial, tal pormenor fôra emendado na recapitulação. Assim, desapareceria a contradição aparente. A segunda interpretação consiste em admitir a possibilidade de uma confusão de terminologia: a referência inicial ao segundo andar corresponderia, na realidade, a uma

terceira parte da construção, autorizando-se destarte a feitura de casas de três andares, sendo o terceiro "com altura proporcionada conforme delinear o mestre de obras deste senado." Casas de mais de dois andares figuram em proporção elevada nos "prospectos" da cidade de Caldas (1759), bem como no manuscrito de Luís dos Santos Vilhena (1800-1801) (30). Encontram-se também na sugestiva aquarela que representa o antigo mercado de Santa Bárbara, existente no Museu do Estado da Baía (fig. 8 e nota 31).

Num desenho que ilustra êste artigo (fig. 9 e nota 32), procurou-se representar a casa típica baiana, tal como a postura de 1785 autorizava a sua construção; foi elaborado em vista da segunda interpretação proposta.

Vêem-se aí, no primeiro andar, janelas de parapeito em forma de púlpito, isto é, com gelosias que se levatam (33), exatamente como na vista do mercado, onde, porém, elas fazem parte das sacadas. O possível "caráter" dessas janelas talvez seja melhor exemplificado (fig. 10) na fachada de uma admirável casa do século XVIII, existente na cidade de Goiana, em Pernambuco (34).

E' curiosa a referência, no documento, às janelas do segundo andar, que "serão de parapeito, não excedendo êstes de quatro palmos". Curiosa, porque, em tôdas as casas baianas que parecem datar dessa época, os vãos superiores descem até o nível da sacada, como também as janelas representadas na aquerela de Santa Bárbara (35). Podemos citar, nesse gênero, duas casas do Salvador, cujas proporções obedecem mais ou menos às da postura. A primeira, à rua Monte Alverne, n.º 15 (fig. 11 e nota 36) é mais regular do que a segunda, à rua Rocha Galvão, n.º 59 (fig. 12 e nota 37). Torna-se interessantíssimo comparar as bacias de pedra das suas sacadas com as das casas do mercado de Santa Bárbara, que se apresentam iguais. Primitivamente, teriam "grades de pau pintadas", como as da aquarela.

No desenho que representa a casa da postura de 1785, tôdas as vêrgas são de forma quadrada, e não de volta, como facultava aquêle documento. A mesma forma quadrada pode ser vista num precioso mapa de casas pernambucanas, de 1788 (fig. 13 e nota 38).

O perfil acidentado da maioria das zonas mais antigas da cidade do Salvador obrigava muitas vêzes a estabelecer, para os fundos das casas aí construídas, nível diferente do das fachadas, como ocorreu na cidade mineira de Ouro Prêto. Para orientar o construtor nesta emergência, a postura autorizava semelhante forma de edificação "nas ladeiras quando o terreno declinar sinco palmos (1,10m.)". Por outras palavras: devia-se obedecer ao declive do terreno, como na fachada do prédio da rua Rocha Galvão (39).

Para regularizar a fisionomia da cidade, a postura tornava obrigatória a observância de todos êsses princípios, quer na construção quer no consêrto das casas. Proibia a perpetuação das antigas sacadas e de outras projeções sôbre a rua: "e necessitando alguma sacada das antigas de concerto considerável, se não poderá fazer na forma que existia, mas sim se reduzirá a sacada". O mesmo quanto às gelosias das janelas. Adotava assim o Senado da Câmara a tendência, que se vinha acentuando havia muitos anos, para eliminar quanto possível as protuberâncias características das velhas casas coloniais. Até 1764 a lei tolerava novas sacadas com a largura de dois palmos e meio (0,55m.) (40). Em 1785, reduziu-se, porém, essa extensão a 0,22-0,33m. Seriam assim as sacadas originais, nas duas casas das figuras 11 e 12.

## III

Tendo reduzido assim as amplas sacadas da cidade, a Câmara, várias décadas depois, atacou as próprias gelosias. Êsses postigos de sarrafos diagonalmente sobrepostos, chamados gelosias, adufas, rótulas ou urupemas, constituíram um dos elementos mais característicos das antigas construções urbanas brasileiras. As gelosias do Rio de Janeiro, delineadas no grande "prospecto" da cidade, de meados do século XVIII, existente no Arquivo Militar, podiam ser vistas em tôdas as casas à beira mar (41). Hoje raríssimas, encontram-se apenas em casos isolados, como na casa citada de Goiana, e em certos conventos baianos, como Perdões, S. Francisco e N. S.ª da Lapa, que resistiram à correnteza do progresso.

O Sr. José Mariano Filho, em seu livro *Influências muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira,* fala do desapreço em que eram tidas as janelas dêsse tipo no Rio de Janeiro, após a vinda do Príncipe Regente (42). Já antes de 20 de maio de 1807 o desembargador João Rodrigues de Brito condenara as da Baía: "As gelosias tambem obstão à civilização, escondendo o bello sexo ao masculino, para apparecer a furto sempre envergonhado. A destruição deste escondrijo mourisco poria as senhoras na posição de vestir-se melhor para chegarem às janellas, a satisfazer a natural curiosidade de verem, e serem vistas, e assim familiarizando-se com o sexo masculino, não olharião como virtude o insocial recolhimento, que as faz exitar os homens, como a excommungados" (43).

Cita José Mariano o trecho de um livro do padre Luís dos Santos Vilhena (44), segundo o qual, por fôrça de um edital do Intendente Geral da Polícia, conselheiro Paulo Fernandes Viana, a 11 de junho de 1809 foram abolidas tôdas as gelosias de madeira da cidade do Rio de Janeiro, menos as das casas térreas, devendo ser retiradas das janelas no prazo de oito dias (45). Outro documento, êste do Arquivo Histórico da Prefeitura do Salvador, revela que, já antes da publicação dêsse edital, o Príncipe Regente se mostrava contrário ao uso das gelosias. Conformando-se com a vontade de Sua Alteza Real, resolveu a Câmara erradicá-las da Baía:

*"Registo da Reprezentação que fez o Senado a S. A. R. a respeito de se tirarem as Gelosias e sacadas desta Cidade como abaixo se declara.*

Senhor. Sendo do primeiro Cuidado / e principal expediente deste Senado, corregir, e ampeliar, tudo / que he proprio para o melhoramento e elegancia não só em par/ticular, da erecção dos Edifficios, mas em geral dos prospetos, se/metria e ordem regular, das Praças e Ruas com preferencia / naquellas Cidades, que pela sua antiguidade, opolencia se fazem mais expectaveis e reconhecidos; . . . nestes ultimos tempos para chamar a este objeto, huma maior circonspeção, a nova Ordem

de população, e policia, que decedida/mente fazem recomendar esta cidade pela principal / dos Estados do Brazil, depois da Corte do Rio de Janeiro, pri/meira absolutamente na Ordem, pela memoravel sorte de preceder a todo o Estado, em selebrar e reconhecer em seu seio / a Regia Familia e Pessoa de Vossa Alteza Re/al, salvo e triunfante: Este monumento que tanto a hon/ra, e condecora, tem progressivamente levantado com mais ge/neroso timbre, e civilização os seus habitantes, não só pela proxima correspondencia, e trato com a Corte de Vossa / Alteza, mas pela noa (sic) facce e franqueza, do seu comêrcio com Naçoens Aliadas, especialmente com a Gram Bertanha, que successivamente estabelecendo-se nesta / Cidade os seus Comissarios, e conrespondentes tem renova/do nas propriedades em que morão, o frontispicio, afor/mosando-os do possivel modo, como gosto, a direcção ma/is nobre e vistosa do que a funebre e antiguada super/fluidade das Adufas e Gelozias, incomodas e inuteis / aos inquilinos, desairozas, e tristonhas ao prospecto publico, / principalmente em correspondencia com as / invidraçadas, e ultimamente enmendadas em milhor / frente. Sendo portanto propostas entre nôs em Camara, estas confrontaçoens legitimas, e rigurozamnte da / nossa inspecção, e vindo igualmente ao nosso conhe/cimento e noticia ser do Real Agrado de Vossa Alteza / Real promover neste Artigo a milhor formalidade, ador/no e explendor ás Cidades e Populaçoens Capitaes do / Reino servindo-se baixar o seu Regio Beneplacito nessa / Capital da America, Corte de Vossa Alteza Real para legislativamente se proceder a esta reforma de / hum total arrancamento de Rotulas, em panadas ou / outros quaesquer tapumes anexos (?), e sobrepostos exterior/mente nas janellas, deliberamos emfim, convenci/dos de que em nada priga nem se arrisca o bem pu/blico, e de que antes este dezabuzo chamava á emolação, / os novos edificadores, para erigisse as suas proprieda/des sem maior pompa, ja sem atenção a hum tão deforme uzo, que a Condescendencia e respeito par/ticulares, ainda authorizava, resolvemos por unani/me

concerto, e aprovação, levar à Prezença de Vossa Alteza Real a prezente proposta, para que a exemplo / dessa Corte e Cidade principal deste Estado, se possa i/gualmente nesta Cidade realizar, com a Sulenida/de e authoridade precizas, esta correcção, e regularidade / dos edificios relativamente ao arrancamento e abulis/são das Rotulas e mais gelozias, que so servem de afe/iarem os edificios de os fazerem escuros, e sombrios, o que acontece as mesmas Ruas. Deos guarde a Vossa / Alteza Real como todos havemos mester. Bahia em / Camara 16 de Abril de 1809. Eu Manoel Ezequiel de Almei/da escrivão no impedimento do actual / o fez escrever. Dezembargador Prezidente João de / Mello Leite Cogomenho de Lacerdo, Nicolao Carneiro da / Rocha Menezes, Selivestre Jozé da Silva, Manoel Jo/zé Villela de Carvalho, Raimundo Jozé do Valle" (46).

Parece, todavia, que esta resolução da Câmara não foi imediatamente cumprida. Encontrou, talvez, demasiada oposição por parte do povo. Entre as cartas do Conde dos Arcos (47), conservadas no mesmo arquivo, há uma em que aquêle governador roga ao Presidente da Câmara mande proceder ao arrancamento das gelosias. Esta solicitação data de 26 de janeiro de 1811, mostrando assim que ocorrera um período de quase dois anos de inatividade, após o registo da representação transcrita. O governador recomendava um prazo "que nunca deve ter menos de quinze dias." No mais, seguia as expressões do edital de 1809, de Fernandes Viana:

"Mande vm. fazer público por Edictal, que em / observancia de Ordens Regias dirigidas ultimamente / a este Governo desde já se devem abolir as Rótulas / das Janelas de sobrado desta Capital, as quaęs desaparecerão no termo, que lhe parecer justo indicar / e que nunca deve ter menos de quinze dias, con/servandose as dos Peitoriz daquellas, que não tem Grades de Ferro, facultando-se o espaço, que tãobem lhe parecer justo, e que não deve ser menos / de nove meses, para se pôrem as Grades de Ferro / ou Balaustres, que as

> imitem, e para desapa/recêrem inteiramente todas as Gelozias, menos nas Cazas térreas, que nada influem na beleza / do Prospecto, sendo recolhidas ao nivel / das Paredes dos Edificios, e todas de huma só uniformi/dade, pondo-se todavia esta de tal ma/neira, que abrão para dentro das Cazas, e não para a Rua, pelo estorvo, que cauzão aos que / passão pelas Ruas e mesmo ás Carruagems, / a que muitas vezes cauzão damnos, que de nen/hum outro modo podem evitar-se. Para assim / se entrar logo logo a executar, deve tãobem ser público, que recôrrão a vm. para qualquer adju/torio que precizem para a prompta execução desta Ordem. Deos g.a vm. B.ª 26 de janeiro de 1811. / Conde dos Arcos. / Sr. Dr. Juiz de Fora e Excel. Prez. do Senado da Camar.ª desta Cid.e" (48).

Já por esta época "as envidraçadas" estavam em moda na Baía. E' certo que não foi possível até agora estabelecer com segurança a data da introdução, no Brasil, das primeiras janelas de guilhotina com vidraça importadas. Trata-se de ocorrência de fins do século XVIII. Uma aquarela de 1787, representando a reforma praticada na antiga Quinta do Tanque dos Jesuítas (49), na Baía mostra vidraças nas janelas principais das fachadas, nas duas alas. Por sua vez, documentos do Arquivo Histórico da Prefeitura informam que em 1791 um novo estabelecimento militar da Baía era dotado de janelas dessa qualidade. Em fevereiro e março dêsse ano compraram-se ao tenente-coronel Francisco José de Matos Ferreira quatrocentos vidros "pª as Vidraças do Quartel das Portas do Carmo" (50). Como se lê na representação do Senado da Câmara, de 1809, os comerciantes inglêses, admitidos na Baía após a abertura dos portos, já vinham empregando vidros nas suas casas. Tão popular se tornou o novo sistema das vidraças, que nem mesmo as casas térreas escaparam a êle. Em fevereiro de 1812, certo Sebastião de Bla recebeu "licença para fazer de novo duas moradas de cazas terreas no lugar de outras muito velhas... pondo-lhes em lugar de gelozias, vidraças nas janelas" (51). No dia 15 do mesmo mês e ano, a José Joaquim Antônio Bastos era concedida licença "para construir casas terreas, pondo-lhes vidraças em lugar de gelosias" (52). Seguem-se

muitas outras alusões a essa transformação, no livro de vistorias. Contudo, apesar do entusiasmo geral, certas casas afastadas, como a nobre residência do Engenho Freguesia, guardaram seus velhos postigos de madeira, sem a introdução de um só vidro.

Dados êstes passos oficiais para modernizar a fenestração da cidade, faltava porém uma providência, a fabricação local de vidros. Apresentou-se um candidato para isto. Já em 1810, o Príncipe Regente concedia a Francisco Inácio de Sequeira Nobre, "negociante dessa Cidade", licença vantajosa para montar em Salvador uma fábrica de vidros:

> "Reverendo Arcebispo, e mais Governadores da Capitania / da Bahia (53). Eu o Principe Regente vos envio muito / saudar. HavendoMe representado Francisco Ign/acio de Sequeira Nobre, Negociante dessa Cidade, que / levado de zelo, e patriotismo pelo aumento da industria, / e riqueza nacional (54), fora a Inglaterra, e la ajustara va/rios Artistas, e entre elles alguns peritos, e destros / em manufacturar vidros (55), e os trouxera com grande despe/za, e risco, por ser ali defezo sob graves penas aliciar, e con/duzir para fora dos tres Reinos unidos Fabricantes al/guns, com o fim de estabelecer nessa Cidade huma Ma/nufactura de Vidros, introduzindo por este modo hum / novo genero de industria, ainda desconhecido neste Es/tado, e para que são necessarios muitos braços, e capitaes, / pedindo-Me alem de muitos outros privilegios, graças, / e izenções, e exclusivo por vinte annos, para que a nin/guem fosse licito erigir fabricas deste genero, durante o referido espaço, e por este modo podesse prosperar o / estabelecimento que tinha projectado erigir, que sofreria / sem este privilegio muitos embaraços estorvos, e pre/juizos, pelo empate, que de ordinário sofrem em manufacturas de novo estabelecidas, em quanto os seus pro/dutos não podem suster a concorrencia dos de semelhan/te natureza mais aperfeiçoados, e acabados com menos / despeza, pela facilidade, divizão, e adiantamento do tra/balho, alem de que tinha tambem a sua Fabrica de / concorrer com os vidros dos es-

BIBLIOTECA da DPHAN — RIO

trangeiros, cuja introdu/ção he livre neste Estado, pela liberdade, e franqueza / do commercio: Tomando em consideração o favor, e protecção, que merecem todas as artes, e manufacturas, como / huma das fontes da riqueza, e os motivos economicos po/liticos, porque Me deliberei a promulgar os Alvarás / do primeiro de Abril de mil oitocentos e oito, e o de vin/te cinco de Abril do anno passado, nos quaes estabe/leci a ampla liberdade de se erigirem fabricas de / qualquer genero, e qualidade em todo este Estado an/tes de fazer, e outorgar todas as graças com/pativeis com o interesse publico, para prosperarem / semelhantes estabelecimentos, não sendo a manu/factura de vidros hum novo invento, mas já conhecida, e praticada em Portugal, nem apre/sentando o referido Francisco Ignacio de Sequeira / Nobre invenção alguma na materia, ou na forma / do trabalho, em conformidade do paragrafo sexto do referido Alvará de vinte e cinco de Abril do anno / passado, para merecer o privilegio exclusivo; não / devendo com mais ampla concessão delle tolher-se / a liberdade, que devem ter todos os Meus fieis Vas/sallos de emprehender qualquer genero de trabalho / ou industria lucrativa, nem empecerse a emula/ção, e concorrencia, que pode produzir o aumento, e / perfeição das Artes, e merecendo ao mesmo tempo / Minha Real Attenção o zelo, e o patriotismo / com que elle se houve, convidando com ajustes avul/tados os Artistas, e Fabricantes, trazendo-os consi/go com perigos, e riscos de sofrer por isto algum casti/go, resultando dos seus esforços estabelecer-se neste Es/tado a primeira Manufactura deste genero, o que / produzirá vantagens ao bem publico, com o aumen/to, e prosperidade da industria, e riqueza nacio/nal, sendo hum dos favores com que se costumão / animar as manufacturas a concessão de algum / capital, e não estando ainda praticadas as provi/dencias determinadas no paragrafo quinto do cita/do Alvará de vinte e cinco de Abril do anno pa/ssado: Querendo animar e promover este util esta/belecimento, por meio de graças, e izenções, que pos/são produzir

estas vantagens, sem ofender o aumen/to do interesse publico, e particular dos Meus fieis Va/ssalos, que quizerem dar-se a este genero de industria / Sou servido ordenar: Primo. Que ao sobredito Francis/co Ignacio de Sequeira Nobre adianteis pro empresti/mo dos cofres da Real Fazenda dessa Capitania, dez / contos de reis, por tempo de dez anno, prestando fianças / idoneas. Segundo. Que se lhe concedão por seismaria du/as legoas de terra, que estiverem incultas, e desaprovei/tadas na Camara dos Ilheos que mais commodas lhe / forem, e que não tenhão sido ainda conhecidas na / conformidade das Minhas Reaes Ordens. Tertio. / Que tenha elle, seus socios, e Mestres Officiaes, e Appren/dizes, hum Juiz Conservador para todos as suas cau/zas civeis, e crimes, o qual escolhereis dentre os Mi/nistros dessa Relação, dando-Me conta, para se lhe ex/pedir o competente Decreto, e a faculdade de cobra/rem por executivo todas as dividas que provierem / dos contratos celebrados acerca desta manufactura: / Quarto. Que os Officiaes vindos de Londres, e Lisboa / por ajuste feito com o sobredito Proprietario da Fa/brica, a sua custa cumprirão os seus contratos na / maneira convencionada, não podendo outros ajus/talos durante a convenção que tiverem feito / requerendo-vos as providencias que forem necessarias a / este respeito. O que tudo fareis executar com o zelo, / e actividade que de vós espero, tendo cuidado em / que esta manufactura não deixe de prosperar por falta de observancia destas providencias, e de todas as mais promulgadas a favor de estabelecimentos deste genero no citado Alvará de vinte cinco de Abril do anno passado, e em outras quaesquer Leis, ou Ordens Minas, que forem aplicaveis. Escrita no Palacio do Rio Janeiro em doze de Julho de mil oitocentos e dez. Principe. Para o Reverendo Arcebispo, e mais Governadores da Capitania da Bahia" (56).

A 4 de setembro de 1810, o governador Conde dos Arcos antes de chegar à Baía, foi informado oficialmente que era intenção real excluir do recrutamento militar as pessoas empregadas na fábrica de

vidros (5). Oito meses depois, o Príncipe aceitava a proposta do Governador da Baía para instalar a fábrica num "terreno rústico" do ex-noviciado dos Jesuítas (58).

Uma planta da Real Fábrica de Vidros, feita em 1818, consigna que êsse estabelecimento se achava instalado no pôrto do Bonfim (59). Possìvelmente já funcionava ali em 1815. Por provisão régia de 15 de fevereiro dêsse último ano, foi abolida a favor de Sequeira Nobre uma velha postura de 1716, que proibia aos taverneiros da cidade o uso de certos pequenos copos (60). Tendo o próprio dono da Real Fábrica solicitado êsse ato, há razão para supor, que já por essa época ela manufaturasse copos e outros objetos dêste gênero de vidro. Um estudo sôbre a história e a produção da Real Fábrica de Vidros forneceria valiosos apontamentos para a história da arte e da indústria no Brasil.

## NOTAS

(1) O Arquivo funciona sob a direção do intelectual Osvaldo Valente, cuja valiosa cooperação muito facilitou o preparo dêste estudo.

(2) Os tomos de interêsse especial são os seguintes: *Têrmos de Alinhamento e Vistorias,* 1746-1812 (vols. 17-19); *Registros de Atas da Câmara,* 1625-1828 (1-39); *Cartas de Exames de Ofícios Mecânicos,* 1713-1829 (65, 122, 124, 125, 126); *Licenças de Ofícios Mecânicos,* 1785-1828 (16, 18, 19, 20); *Arrematação de Obras e Contratos,* 1720-1758 (78); *Registros de Marca de Ourives e Ensaiadores,* 1725-1766 (100), 1824-1845 (51); *Registros de Pagamento pelo Senado,* 1681-1880 (74-87); *Registros de Posturas,* 1650-1742 (53-56); *Provisões do Govêrno,* 1683-1766 (vols. 59-65); *Provisões do Senado,* 1651-1829 (46-55, 57); *Cartas do Senado a Sua Majestade,* 1686-1822 (114-118); *Cartas do Governador Conde dos Arcos* (uma pasta).

Já se publicou um primeiro volume dos *Documentos históricos do Arquivo Municipal* (Baia, Prefeitura Municipal, sem data).

(3) Entre outros, aí se encontram: Joam de Araujo, *marcineiro,* 22 novembro, 1701; Joam da Costa Ferreira, *marcineiro,* 22 fevereiro, 1702; Manoel Ferreira, *marcineiro,* 15 outubro, 1706; Agostinho Oliveira, *marcineiro,* 1706; Manoel de Souza, *marcineiro,* 17 de setembro, 1706; Joseph Rodrigues da Silva, *marcineiro,* setembro, 1706; Manoel da Costa Ferreira, *marcineiro,* 27 setembro, 1706; Antônio da Rocha, *marcineiro,* 18 setembro, 1706; Jacinto de Souza, *marcineiro,* 29 setembro, 1706; Joseph Paulo, *marcineiro,* 5 outubro, 1706; Joam de Couto, *torneiro,* 15 dezembro, 1706; Gaspar dos Reis de Souza, *mar-*

*cineiro,* 11 março, 1707; Luiz da Silva, *enxamblador,* 9 abril, 1707; Manoel Alves da Cruz, *marcineiro,* 26 agôsto, 1707; Joam de Barreto Pereira, *marcineiro* e *torneiro,* 25 novembro, 1707; Antonio Simões, *marcineiro* e *torneiro,* 22 novembro, 1707; Manoel Vieira, *torneiro,* 23 novembro, 1707; Manoel Vieira, *marcineiro* e *torneiro,* 17 julho, 1721; Manoel de Souza, *enxamblador,* 16 agôsto, 1721; Paschoal de Araújo, *marcineiro,* 2 dezembro, 1724; Antônio de Oliveira, *marcineiro,* 29 agôsto, 1725; Gonçalo Alvares da Silva, 8 agôsto, 1725; Antônio Pereira Simas, *marcineiro,* 1 setembro, 1725; Manoel Joam, *maricneiro* e *torneiro,* 29 julho, 1725; Francisco da Mata, *ourives de prata,* 17 novembro, 1725; Joam Correia de Araújo, *carapina,* 23 janeiro, 1726; Antônio Francisco Lisboa, *ourives,* 15 junho, 1726; João Soares de Souza, *marcineiro,* 30 outubro, 1726; Hieronimo Ferreira Pôrto, *ourives,* 6 fevereiro, 1726; Thomas da Juda Pimentel, *marcineiro,* 16 fevereiro, 1726; Manoel João, *enxamblador,* 30 janeiro, 1728; Thomas Ferreira, *marcineiro,* 8 maio, 1728; Belchior Francisco da Cruz, *marcineiro* e *torneiro,* 3 julho, 1728; Simão Henriques, *marcineiro* e *torneiro,* 23 fevereiro, 1731; Manoel de Sousa da Silva, *dourador,* 14 junho, 1738; Ignacio de Souza, *marcineiro,* 9 agôsto, 1741; Miguel de Souza Ribeiro, *marcineiro,* 25 maio, 1745; Antonio da Costa Cordeiro, *marcineiro,* 25 maio, 1748; Olarico de Souza, *marcineiro,* 25 janeiro, 1749; Manoel Gonçalves, *dourador, branqueador, espalanador* (?), 1751; Manoel Teixeira Ferreira, *marcineiro,* 10 novembro, 1751; Antônio Dias de Jesus, *carapina,* 4 julho, 1753; João Ribeiro de Oliveira, *marcineiro,* 1 agôsto, 1753; Luiz Aluizio Braga, *marcineiro,* 14 dezembro, 1754; Estevão Pinto Perreira, *marcineiro,* 14 dezembro, 1754; João Dias de Brito, *marcineiro,* 26 janeiro, 1755; João da Silva Oliveira, *marcineiro,* 24 dezembro, 1755; José Patrício da Assunção, *marcineiro,* 24 julho, 1756; José Gomes Romão, *marcineiro,* 4 setembro, 1756; Phelippe de Mello, *marcineiro,* 27 abril, 1757; Vicente de Matos do Amaral, *marcineiro,* fevereiro, 1760; Antônio de Souza do Bonfim, *marcineiro,* 23 julho, 1768; Francisco Ferreira, *marcineiro,* 17 agôsto, 1768.

(4) "Aos vinte e quatro dias de Mayo de mil setecentos e quarenta e nove annos nesta cidade do Salvador Bahia foram ahy chamados o Tenente Gen.al emgenheiro Nicolau Carvalho e Abreu, e os mestres do officio de pedreiros Eugenio da Mota, Antonio Roiz Pimenta, Vicente Roiz Pimenta, Ant. da Silva Sampaio, Manoel Gomes Ribeiro, Manoel Alvares dos Santos, Felipe de Oliveira Mendes, para o effeito de examinarse a necessidade, risco e perigo que havia no caminho da ladeira que passa por junto do muro novo da Se, e se devia repararse logo ou della podia resultar damno as cazas q ficam da parte de baixo, e se podia comodamente fazerse esta obra, sobretudo se ouviu o parecer do d.º Tenente general, e mestres pedreiros que informaram que se devia reparar o caminho com muro pella parte de baixo que sustivesse a terra, e fizesse o caminho seguro para a parte de baixo..." (*Alinhamento e Vistorias,* n.º 1, 1746-1770, fl. 55 verso-56 verso).

Entre os demais mestres pedreiros aí mencionados, figuram: Antônio de Souza Batista, fonte nova da ponte, 6 março, 1720 (*Arrematação de Obras e Contratos*, 3, 1720-1754); Domingos Quaresma da Silva, calçada da travessa de N. S.ª da Ajuda (*ibid.*, 2 outubro, 1720) e fonte do coqueiro (*ibid.*, 4 março, 1724); Domingos dos Santos, calçadas (*ibid.*, setembro, 1721); Vitoriano Soares Bezerra, calçadas (*ibid.*, 21 fevereiro, 1721); José Moreira de Carvalho, casinha de alvenaria (*ibid.*, 14 dezembro, 1722); Manoel Antônio Lima, fonte de Gravatá (*ibid.*, 5 agôsto, 1724); Antônio da Silva Santos, consêrto da fonte da Gameleira (*ibid.*, 8 dezembro, 1724); Bernardo Correia do Amaral, reparo da porta do açougue (*ibid.*, 15 outubro, 1727); Thomas de Souza, porta no fundo do adro da Sé (*ibid.*, 2 março, 1727) e consêrto da casa da Câmara, (16 março, 1736); Manoel Domingos, calçada da fonte de Vila Velha (*ibid.*, 25 novembro, 1735); Francisco Borges de Barros (*Alinhamentos*, 1, novembro, 1756); Cap. Manoel Domingos Barros, Bernardino José Perreira (*ibid.*, 24 outubro, 1767); Cap. Manoel Domingos de Barros, Manoel Francisco Domingues (*Alinhamentos*, n.º 2, 1775-1800, 10 outubro, 1784); Manoel Francisco Domingues, calçada do Unhão (*Arrematação de Obras*, 1734-1845, 6 junho, 1784); Cap. Geraldo dos Santos Marques, obra de calçada e desmancho das portas do Carmo (*ibid.*, 6 outubro, 1787); Manoel Rodrigues, consêrto da fonte do Coqueiro (*ibid.*, 5 março, 1788); José Martins Santos, obelisco da memória de D. João VI (*Relação das peçoas q trabalharão e despezas q fez o Ill.mo Senado da Camara na obra da memoria de Sua Alteza Real*, 1812). Há menção, também, de Manoel Gomes Ribeiro, fonte da baixa dos sapateiros (*Arrematação de Obras*, 3, 3 maio, 1737), e Felipe de Oliveira Mendes (*ibid.*, 15 janeiro, 1746), consêrto da cadeia.

No rol dos carpinteiros, incluem-se os mestres Antônio Vaz Pereira, fôrro da casa de segrêdo da cadeia (*ibid.*, 3 junho, 1722); Caetano de Souza, duas portinhas na fonte do Buraco (*ibid.*, 19 abril, 1737); Antônio Barreto, consêrto dos telheiros das escadas das casas da Câmara e cadeia (*ibid.*, 7 março, 1746); José Gonçalves da Cruz, mestre carpinteiro das obras da cidade (*Alinhamentos*, 23 fevereiro, 1757); Bernardo Antônio Lisboa, cadeia (*Arrematação*, 5 março, 1786); Tenente Antônio Alvarez de Rebelo da Fonseca, canoa pequena (*ibid.*, 27 fevereiro, 1790); Luciano Domingues Nogueira, obra de carpintaria do telheiro do Curral (*ibid.*, 12 fevereiro, 1791).

(5) Com a publicação em 1899 (vol. 1), 1904 (vol. 2) e 1922 (vol. 3) do seu monumental *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros, e constructores portuguezes* (Lisboa, Imprensa Nacional), o ilustre arquivista português Francisco Marques de Sousa Viterbo chamou a atenção para êstes homens, que serviram de lentes de desenho na Aula Militar da praça da Baía, sucursal da Academia Militar de Lisboa. Talvez o mais conhecido de todos seja José Antônio Caldas, graças ao seu álbum de desenhos dos fortes e da ribeira do Salvador, a *"Noticia geral desta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimento até o prezente anno de* 1759", agora na coleção do Arquivo Histórico da

Prefeitura. Provável autor do risco para um seminário na Baía, que nunca foi executado, ocupou vários cargos no serviço da Câmara, e em 1763 foi seu procurador. Executou obras importantes de engenharia na cidade. Faleceu em 1782. Sôbre a carreira de Caldas, o Sr. Osvaldo Valente prepara uma monografia. A Manuel Cardoso de Saldanha são atribuídas tradicionalmente algumas das concepções arquitetônicas executadas na igreja da Conceição da Praia. Manuel de Oliveira Mendes, filho do mestre pedreiro da Baía, Filipe de Oliveira Mendes, foi medidor e arruador desde 1756 até morrer em 1773 (*Cartas do Senado da Baía a Sua Majestade* — 1742-1822, sem número de página).

(6) Filipe e Manuel de Oliveira Mendes foram os autores da grandiosa matriz de Sant'Ana. O arquivo da respectiva irmandade conserva o contrato para a execução dessa obra, que se publica aqui com autorização da distinta estudiosa e arquivista da Baía, D. Anfrísia Santiago, e do Sr. Valente.

"Termo de resolução que se tomou em mesa para o effº de se ajustar a obra de Frontespicio da nossa Igreja com o mestre Filippe de Olivª Mendes.

Aos quinze dias do mez de Dezembro de mil setecentos e cincoenta e quatro anos no Consistorio da Irmandade, desta nossa Igreja da Srª S. Anna em meza que determinadamente se fez, appareceu Filippe de Oliveira Mendes mestre... e por elle foi appresentado hũ risco feito no papel emperial com a figura, do frontispicio da Igreja, que se ha de faser que consta de tres portas, tres janellas, empenna e dois cunhaes: offerecemdosse, para o faser, pelo presso de dez mil cruzados sendo sentado toda a pedra de que consta o dito risco a sua custa: fasendo em tudo perfeito e sem defeito... obra do frontespicio, no tempo de trez annos; e dar sentadas as trez portas da Igreja e os Cunhaes que necessarios forem para acompanharé toda a altura das portas, que ficarão de todo prefeitos: e sendo ouvido pello Juiz, e mais offes e Irmãos os que presentes estavam; depois de ter corrido o escrutinio, e ser vectado, de que não convinha pelo preço que se ponderarão de que a dª obra se mandasse faser a Lxª como pello irmão Paulo Franco da Silva foi requerido: cuja materia sendo proposta, foy por votos regeitada. E votando-se para effeito de se acordar de se haver ou não de se ajustar a dita obra com o dito Mel Felippe de Oliveira correndo o escrutinio, por votos e favas brancas e pretas; se acharam todos os votos a favor do dº Mº para effº de se ajustar com elle a dª obra: e com effº se ajustou na forma seguinte, Que acertaremos, o risco que apresentava o qual vay por nós assignado ficando elle dº Mº, obrigado apresentallo no fim da dª obra; e todas as veses que por nós for pedido, para se averiguar a idoneidade, e

semelhança da obra que for sentando: e que as almofadas, que mostra o risco serão tiradas, porque serão de Lizas, depois das varas; e que as portas e janellas, que mostra o risco terão forros e vergas; que as duas portas da Igreja e as duas janellas, que não imitão no remate a porta principal, e a janella do meyo, sejão todas de remates redondo e meia volta; e que as duas janellas do coro, seráo em tudo semelhantes, e igualadas com a janella que mostra o risco no Lugar do meio: e que nos dous sepos, de cada hum das duas portas pequenas haja algua, perfeição mais, do que a que mostra o risco, que se acha so em liso: que corresponda a demais obra seguinte; que toda a pedraria será de Itapagipe, dura, de grao grosso sem mistura... e que não acertaremos, outra algua pedra que não for da dita, qualidade, e reporvamos toda pedra de Camamu como tão bem que não acertaremos pedra algua ainda que seja da d.ª qualidade, sendo molle: e que não acertaremos pedra algua que for partida e quebrada mostre defeito depois de sentada: e que o frontispicio será feito sem o resalto que mostra; porque os cunhaes e varas que já se acham sentadas seráo tiradas e lizas atiradas as almofadas, e servirão para os cantos das Torres, e que seriamos nós obrigados a dar logo hum conto de reis; e depois hiremos dando todo o dinheiro que nos sobrar, depois de feito os gastos precisos e necessarios desta Irmandade, e este ordenamos ao nosso Irmão Thezoureiro Luiz da Costa Samdim que logo dê e entregue ao d.º Manoel Filippe de Oliveira hum conto de reis em dinheiro de contado: e alem deste de todo o dinheiro como que a Irmandade poder supprir para a continuação da dita obra cobrem do d.º M.e quitação dos dr.os que lhe for dando:

Logo appareceu o Irmão Manoel de Oliveira Mendes; e disse que elle afiançara ao d.º seu pay Felippe de Oliveira Mendes em todo o dr.º que o dito recebesse desta Irmandade, para cujo eff.º e segurança obrigara sua Pessoa e bens havidos e por haver como se por escriptura publica se obrigasse: como tão bẽ, para a dita segurança obrigava o d.º Manoel Felippe de Oliveira a sua pessoa, bens havidos e por haver; e que se obrigarão hũ por ambos, e ambos por hũ. E disseram ambos, que se obrigaram por sua pessoa e bens, havidos e por haver, hum por ambos e ambos por hũ a acabarem o dito frontespicio, pello d.º risco e pelo d.º preço de dez mil cruzados, na forma acima declarada; e declaram que por razão algua, deixem de completar a d.ª obra ate a sua ultima perfeição: apoderá a Irmandade mandar acabar a custa dos bens delles ambos: e de como assim o disseram e se obrigarão, na forma dita aqui se assignaram ambos: e de como nos

assim nos contractamos, e determinamos, mandarão fazer este termo em que todos assinarão dia, e era ut supra e Eu o P.e Gunc.o Gomes escrivão da irmandade que o escrevi.

(assinado) Gunc.º Gomes

Declaramos que a mudança dos cunhaes que se achão já sentados se hão de mudar para os cantos das torres cujas almofadas se hão de tirar: toda essa despeza será feita por conta da Irmandade; e não entra essa despeza na conta dos dez mil cruzados, do preço do frontespicio como tão bê do que se obriga o d.º M.e e o d.º seu filho a darem sentados as trez portas neste anno de 1754 the o mez de Outubro: e que o assunto de alvenaria do frontespicio fica por conta da Irmandade e não fica senão o d.o M.e a fazer digo obrigado a fazer a dita obra de alvenaria do frontespicio por conta do d.º ajuste: e de como assim nos ajustamos, fis esta declaração em que todos assinamos dia e era ut supra E eu P.e Gonc.º Gomes escrivão da Irmandade que o escrevy:

Felippe de Oliv.ª Mendes,

(assinados) Gonc.º Gomes, M.el de Oliv.ª Mendes, e outros".

Cosme Damião da Cunha Fidié elaborou também o risco do edifício da Associação Comercial da Baía, terminado em 1816, conforme consta do próprio risco, conservado na sede da instituição.

(7) "... cento vinte mil reis que lançado o mestre Pintor Ant. Simões Ribeyro com as condições de pintar de gazio e branco com colla de retalho em filletes açuis e vermelho, e nos paineis do meyo as armas da Cid.e e nos cantos de fora huns florões, e de fazer os andaimes a sua custa". (*Arrematação de obras e contratos*, 3, 1720-1754). Seis anos antes, a 25 de novembro de 1730, o Senado da Câmara tinha contratado com Luís de Sousa de Vasconcelos a pintura do pelourinho "fingido de marmore branco com oleo e gesso" por 27$500 (*ibid.*). Um pouco antes, porém, a 30 de agôsto de 1730, foram dadas instruções ao procurador do Senado em Lisboa, sargento-mor Manuel da Silveira de Magalhães, para a compra de um novo pelourinho de pedra, provàvelmente a fim de substituir o de madeira: "Depois de termos escrito a Vossa Mercé se nos offerece dizerlhe que para o Pelourinho que manda Sua Magestade que Deos Guarde se fassa nesta cidade nos hé necessario que Vossa Mercé comcorra com a sua inteligencia emcomendando a pedra e mandando a fazer pellas medidas do Pelourinho dessa Corte com a brevidade possivel para o qual tomará Vossa mercé dinheiro a risco com o maiz. Com o de que poder ser maiz de qualquer sorte que Vossa Mercé o achar não havendo emcomodo o tomará por não haver demora nesta deligencia, e como há conveniencia em que a

dita pedra venha no Navio Santa Quiteria ou no navio Jesus Maria José por não pagarmos o frete della para o que aviza Domingos Lucas de Aguiar a seus procuradores ordenem aos mestres delles carreguem a dita pedra..." (*Cartas do Senado a Sua Majestade,* 4, 1715-1741, fl. 130-131).

(8) A obra foi dada em 2 de dezembro de 1789 a José Pereira de Matos, "com a condição de serem pintados os tectos do dito quartel em cor de perola com as cornijas de pedras fingidas, as portas de dentro de azul claro, e as de fora azul (*Arrematação de obras,* 1734-1845).

A êsse propósito, vale a pena citar outro documento do arquivo da Irmandade do SS. Sacramento de Santo Antônio do Recife. A 18 de fevereiro de 1794, o pintor Irmão Manoel de Jesus Pinto era encarregado de executar "hum forro do Corredor" e outros trabalhos: "Se deliberou de commum acordo pintarse o dº forro, e propondose ao nosso Irmão Manoel de Jezus Pinto as condições com que a dª obra deve ser feita, as quaes são as seguintes pratiar com aparelho e melhor prata cem bornidor outenta castiçaes de tres palmos, torneados e faxeados, hum forro do Corredor pintado de branco com colla do Reino desde a primr.ª até a ultima mão com três mãos de aparelho, e... a Cornija fingida de pedra azul, e emcarnada, outo Sanefas douradas em todos os altos, e os fundos de focos como os da Igrª tudo com ouro de Lx.ª o melhor quatro janellas, e duas portas oleadas de verde a largura q̃ tiver fingidas de pedra azul e olio com alvisado finno, assim taobem com o m.mo fingido as duas portadas das duas portas, dar sinzento com duas mãos por de traz de todas as portas, e janellas, ultimam.te dourar bornido os dois redondos de toda a Cornija. E juntam.e fazendose a mesma proposta a outro M.e ouvidos os preços pelos quaes podião fazer a d.ª obra por concluzão se deu ao d.º nosso Irmão pelo preço de sento e trinta mil reis pela qual se obrigou a fazer a d.ª obra com as referidas condições dando-a pronta e acabada para vinte cinco de Maio do prezente Anno pelo q se mandou fazer este termo..." (*Livro* 1.º *de Têrmos,* 1791-1837, fl. 23).

Havendo o Cap. Geraldo dos Santos Marques, arrematador do Quartel do Corpo da Guarda das Portas do Carmo, concluído o seu trabalho, foi feita medição pelo avaliador e medidor das obras públicas, Januário da Costa Carneiro. Na certidão de medição figura precioso catálogo da obra de cantaria que Geraldo Marques aí realizou: "frontal dobrado, frontal singelo, arco dobrado e singelo, pillar, ladrilho, reboque, telhado cravejado, calçado de seixo em cal, tijolo ao alto, Pilastras em cal, cabeças fingidas em cal, algerós, espigão, percinta, Cornija, Lancil de Cantaria, capitel, Arquitrave." (*Livro de Requerimento das Partes,* I, fls. 89-100).

(9) Para a pintura da casa da Câmara, a 23 de agôsto de 1815, o "menor lanço que achava era o de Alexandre de Souza Ribeiro q̃ lançava a q.tia de cento e setenta e seis mil reis pela obra a condição seguinte: vinte e sette janellas e vinte huma grades da Cadeia, quatro ditas maiores da Sala feixada,

portas da entrada interior de verde por fora, e vidraças de branco e azul por dentro, e os pulpitos de pritto com seus enfeites de amarello, hombreiras por fora tambem de amarello, barras nas tres sallas tambem de pritto a colla tudo com duas mãons de tinta, sendo só a colla as barras das tres salas e tudo o mais a oleo....." (*Arrematação e obras*, 1734-1845, fl. 41 verso — 42).

(10) *Livro de arrematação de obras e contratos*, 3, 1720-1754, fl. 23 e verso.

(11) "Sem demora se estabeleceu na nova Freguesia a Irmandade do S. Sm° Sacramento com magnificencia o Culto Religiozo até o anno de 1739 em q. os Irmãos deste Irmandade vendo a Igreja pequena deteriorada pelos annos, e indescente a sua devoção de comum acordo com o seu Rd.° Parocho P.e Landim passarão os Vazos Sagrados para a Capela do Corpo Santo, Filial. Demolirão a Igreja velha, traçarão outra de novo no mesmo citio com risco magestozo q se foi levantando. Em 1766 passaraõ para ella o Divino Senhor Sacramentado em procissaõ solemne, naõ acabada, nem ainda o está em todas as suas partes mas já gasto no material da obra e sua fabrica mais de hum milhaõ de cruzados, tendo unicamente contribuido para auxilio da Capela mór com 12:000$000 rs. a Magestade Augusta do Senhor Rey D. Jozé 1° de eterna memoria como Graõ Mestre e perpetuo Administrador do Mestrado de Christo e toda a mais despeza a custa dos Irmãos desta Irmandade carecio dos dinheiros do Cofre da Irmandade da Senhora da Conceição orago lhe pedia por emprestimo para lhe pagar, naõ duvidando empenhar o Divino Filho com sua Santissima May. O interior do Templo se acha quaze acabado, sendo todo de pedra marmore de Portugal até as mesmas grades do pavimento, fazendo em certo modo transplantallo da Europa a este novo mundo." (*Compromisso da Irmandade do SS. Sacramento da Conceição da Praia*, 1813, manuscrito, arquivo da Matriz).

(12) *Relação Topographica da Cid.e do Salvador, Bahia de todos os Santos q. fez o Medidor das Obras da Cidade Manoel de Oliveira Mendes*, 1757 (*Cartas do Senado da Baia a Sua Majestade*, 1742-1822, fl. 73-78).

(13) Observa-se na parede exterior a data de 1732, possivelmente indicando a época de terminação da capela. A portada mede 2,81 m. de altura por 1.55m. de largura. Na parte superior, porém, as pilastras se mostram "refendidas" como nos armários descritos pelo documento.

(14) Alves, Marieta. *Homenagem da Veneravel Ordem 3.ª de São Francisco à memória do Irmão benemérito Francisco Gomes do Rêgo no segundo centenário do seu falecimento*. Baía. 6 de Dezembro de 1945. Francisco do Rêgo encomendou a capela.

(15) Calculando-se o palmo a 0,22 m.

(16) Os de Santo Antônio medem 2,40 m. x 1,38 m.

(17) Lembram, até certo ponto, o estilo dos armários da Ordem Terceira.

(18) "Que o feixo de lenha de hum vintem terá de lenha rachada oito achas de quatro palmos de comprido cada hua, e o de dous vintens dezeseiz das ditas achas.

Que tijclo de alvenaria se não venda por mais de 2 mil 4 centos e terá de grosso dous dedos e mais, de comprido palmo e meio, digo a quatro mil e quinhentos reis posto no porto desta cidade com o frete; tijolo de ladrilho se não venda por mais de dous mil e quinhentos o milheiro de forma a qual de grossura de polegada, e meio digo a quatro mil quinhentos com o frete.

Que a telha se venda a tres mil e trezentos reis o milheiro de tres palmos de cumprido, e hum de largura...

Que taboado barcal se não venderá por mais preço que de outo mil reis a duzia, e será de buraem, Mucuri, Orucuxana, e terá de cumprido trinta palmos e de groço tres dêdos, e de largura palmo e meio, e taboado de Camasary para os altos, tãobem barcal a preço de seis mil reis. E o de Putamuyã, Vinhatico barcal a preço de ditos outo mil reis, os quaes preços se darão nos estaleiros, e pelos fretes dos ditos taboados, se levará somente sinco tostoêns por duzea... e pelos taboadas para cazas, a saber, de vinhatico de assoalhar sinco mil, e quinhentos reis por duzea, de trinta palmos de comprido, e palmo e meio de largo; e taboado de louro para assoalhar, com o cumprimento e largura a sima, pelo preço de outo patacas. Pelo taboado de Paraparaiba, a preco de dois mil reis. E os cedros de molduras, de trinta palmos de cumprido, a tres dedos de alto, a palmo e meio de largura a preço de sete mil reis, e o mesmo cedro com vitola de assoalhar a preço de tres mil reis. E pela duzia de taboado de adorno, de trinta palmos de cumprido e a vitola de assoalhar, a quatro mil reis a duzia, e a ripa com trinta palmos de cumprido, a hum couto de largo, de louro, ou cedro, a duas patacas a duzia, e as cousoeiras de Jatahipeba com dezoito palmos de cumprido, e palmo e meio de largo tres dedos de groço a sinco tostoêns cada huma, e as cousoeiras de Massaranduba, e de outras madeiras semelhantes a esta, a preço de cruzado cada huma... (*Posturas de* 1716, fl. 88-92).

"Que os serralheiros levarão de hua fechadura mourisca sem aldraba porem com os mais ornamentos necessarios seis centos e quarenta reis e com aldraba outo centos reis, das grandes e das pequenas quinhentos reis. De hua chave mourisca duzentos reis. De hum aldrabão duzentos reis, de hua aldraba cento e cessenta reis, missagras de portas de des buracos trezentos e vinte, por cada huma, de outo buracos duzentos e quarenta reis, de seis buracos cento e sessenta reis, e as mais pequenas a cento e vinte reis, com seus pregos. Todas as sobre ditas couzas serão estanhadas pena de seis mil reis.

Que o carpinteiro que for mestre levará de seu jornal por dia quatro centos reis, e o obreiro trabalhando de tudo trezentos e vinte dandoselhe de comer, e se o obreiro souber somente cortar com o machado, e talquear ven-

cerá por dia de seu jornal trezentos e vinte reis a seco (sem comida), e levando mais pagará de pena seis mil reis.

Que os carpinteiros da Ribeira, ou dos engenhos sendo mestres levarão por dia a seco seis centos e quarenta reis, e sendo obreiros quatro centos reis a seco, e levando mais dos ditos jornaes, pagarão de pena seis mil reis, sendo obreiros a quatro centos reis a seco.

Que os ferreiros levarão dos pregos de sumaca, e os contares a preço de des reis cada hum, os pregos de barco pequeno a dez reis cada hum, os pregos palmares e dous vintens cada hum, os pregos de encaixar a quatro reis cada hum, os pregos a cento e vinte réis cada cento, os machados de olho redondo a quatro centos reis cada hum, hua acha de carapina seis centos reis cada hua, hua foice de rouçar quatro centos reis, hum cavador grande duzentos reis, hum cavador pequeno cento e sessenta reis, huma enxada quatro centos e outenta reis, e dando alguma pessoa o ferro para refazerem as sobreditas couzas, relevarão de feites a metade dos ditos preços, e o mesmo de calçar as foices, achas, machados, cavadores e enxadas.

Que os courieiros venderão os couros de hum assento e espaldas de hua cadeira lavrados por mil reis, e sendo sem lavor seis centos reis. Os couros lavrados de hum tamborete outo centos reis, assento de hua cadeira raza sendo lavrado quinhentos reis; de hum tamborete quatro centos reis e sendo chãos tres tostoês por cada couro. De pregar hua cadeira de Espaldas, ou tamborete, cento e vinte reis, e sendo razos tres vintens, e de forrar seis vintens, e o que levar mais pagará de pena seis mil reis" (*Posturas de* 1716, fl. 94-95 verso).

No Recife, entre 1721 e 1725, no *Livro de receitas e despesas*, 1674-1725, manuscrito do arquivo da Irmandade de N. S.ª do Rosário, registraram-se os seguintes preços: tijolos de ladrilho a 1$000 rs. o milheiro (*ibid.*, fl. 186 verso); um pau da Paraíba $480 rs. (*ibid.*, fl. 233); dobradiças para janelas $160 rs. (*ibid.*, fl. 245 verso); e $180 rs. (*ibid.*, fl. 247); huma fechadura e aldraba para uma porta 1$440 rs. (*ibid.*, fl. 246); jornais de pedreiros a $320 rs. (*ibid.*, fl. 186 verso), $360 rs. (*ibid.*, fl. 186 verso), e $400 rs. (*ibid.*, fl. 246).

Fornece o Arquivo Histórico da Prefeitura outras indicações sôbre preços das pedras e custo dos serviços de pedreiro, na relação que o mestre pedreiro Manuel Antônio Lima fêz em 1724 da nova obra da fonte de Gravatá. Declarou êle "que se lhe pagaria por cada braça de alvenaria a sette mil e quinhentos, por cada braça de frontal de brado tambem a 7500, por cada braça de frontal singello a 3600, por cada braça de ladrilho a 3600, por cada braça de abobeda singella a sinco mil rs., por cada braça de cano de telhas a dous mil e 500, por cada braça de entulho ou dezentulho a milrs., por cada vara de cantaria liza a 3500..." (*Arrematação*, 3, 5 agôsto, 1724).

(19) Miguel de Sousa Ribeiro, marceneiro, examinado em 1746 (v. nota 3) talvez fôsse filho do autor dos armários.

(20) Mede 1,12 m. x 0,77 m.

(21) Êstes medem 1,53 m. e 1,55 m. Têm 80 gavetinhas cada um.

(22) *Livro de Posturas*, 2, fl. 4.

(23) Continuando: "Que a limpeza das cazas dos moradores se fassa de dia, e não de noite, levandose com o mais lixo ao mar, com pena de pagarem mil reis sendo escravo, e sendo livre seis mil reis" (*ibid.*, fl. 87 verso — 88 verso).

(24) *Ibid.*, fl. 108 verso.

(25) *Alinhamentos e Vistorias*, fl. 32 verso.

(26) *Ibid.*, fl. 67.

(27) *Ibid.*, fl. 92.

(28) *Ibid.*, 25 de maio de 1785.

(29) *Livro de Posturas*, 2, fl. 135 e verso.

(30) Baseado no de Caldas, faz parte de dois albuns de texto e desenhos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Col. José Carlos Rodrigues, n.º 2, 544). Foi publicado por Brás do Amaral (*Recopilação de noticias soteropolitanas e brasilicas contidas em xx cartas* etc. Baía, Imprensa Oficial, 1921).

(31) N.º 31-65 no inventário do museu (0,36 m. x 0,69 m.). Parece obra de meados do século XVIII.

(32) Êste desenho foi elaborado pelo Sr. Jair Brandão, técnico da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Baía, com autorização do chefe do respectivo Distrito, Dr. Godofredo Filho.

(33) Em vez de se abrirem por dentro ou por fora.

(34) Onde não são, porém, "de púlpito".

(35) E' possível que fôssem modificadas, quando da introdução das vidraças.

(36) Aí a porta mede 2,06m. x 1,02m. As janelas de baixo, 1,42m. de altura; e o primeiro andar, 3,51m.

(37) Porta: 2,35m x 1,27m.; janela: 1,42m.; primeiro andar: 3,30m. Outras casas, de proporções semelhantes, são as das ruas Luís Gama, 11; Saldanha da Gama, 15; Três de Maio, 16; Monte Alverne, 36.

(38) *Vista planisbéltica, vertical, e maritima do areal do S. B. J. do Recife de Pern.co* (0,50m. x 0,73m.). Arquivo Militar, Rio de Janeiro, Armário 22, registo 2255, planta 39.

(39) A passagem torna-se um tanto complicada pelo emprêgo da palavra *redentes* que significa "entrincheiramento em forma de ângulo saliente; ressalto na parte superior de muros construídos em terreno inclinado, para deixar niveladas essas construções" (*Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio, Civilização Brasileira, 1946, pág. 1.059).

(40) *Termo de vistoria, e arruação feita a Joanna de Souza Machado, viuva de João de Brito Cerqueira em huma propriedade de cazas no Cais de Sancta Barbara,* 22 de fevereiro de 1764 (*Alinhamentos e vistorias*, 1).

(41) *Prospetiva da Cidade do Rio de Janeiro vista da parte do Norte, na Ilha das Cobras no baluarte mais chegado a S. Bento, da qual parte se ve diminuir em proporção a seu prospeto, até a barra, como o risco representa. Elevada por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde de Bobadella a quem a cidade deve a mayor p.te da sua prẽnte Grand.a e Magn.ca* (0.64m. x 2,40m.). Esta vista, feita a bico de pena por um artista desconhecido, é um dos tesouros do Arquivo Militar do Rio de Janeiro, onde está classificada como planta 411 da coleção.

(42) Rio de Janeiro, *A Noite*, 1943.

(43) *Cartas economico-politicas sobre a agricultura e commercio da Bahia* (Lisboa, 1821), reeditadas Salvador, Govêrno do Estado da Baía, 1924, pág. 62.

(44) *Memórias para servir á historia do Reino do Brazil*, Lisboa, 1825.

(45) *Op. it.*, pág. 19-21.

(46) *Cartas do Senado* etc., fl. 163-164.

(47) D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos de Val de Vez (1771-1828). Nomeado governador geral da Baía em junho de 1809, tomou posse em setembro de 1810, só se retirando no comêço de 1818.

(48) *Cartas do Conde dos Arcos*, n.º 9 (Arquivo Histórico da Prefeitura).

(49) *Planta, e prospeto, do Ospital dos Lazaros da Cidade da B.a feita por ordem do Ill.mo e Ex.mo Snr. D. Rodrigo Jozé de Menezes, Governador, e Capitão General da Cid.e da B.a no anno de* 1787 (0,56m. x 0,81m.). Aquarela de Vicente Pinheiro de Lemos Fontoura (Arquivo Militar, arm., 2, reg. 2257, planta 41).

(50) *Terço de S. A. R.*, 1788-1811

(51) *Livro de Vistorias*, 1800-1812, fl. 265.

(52) *Ibid.*

(53) Arcebispo D. Frei José de S.ta Escolástica, Chanceler Antônio Pereira da Cunha, Marechal João Batista Vieira Godinho. Formaram a junta de governadores interinos, de 24 de maio de 1809 a 30 de setembro de 1810.

(54) "A sua boa vontade e sinceros desejos pelo bem publico são superiores aos seus talentos e intelligencia". Conde de Linhares ao Conde dos Arcos, 23 set. 1811 (Arquivo Público do Estado da Baía, *Ordens Régias,* vol. 105, fl. 214).

(55) "Ex.mos e R.mo S.res Levando a Real Presença do Principe Regente Nosso Senhor a Conta de V. Ex.as e S.a de 2 de Outubro proximo passado em que participão a Carta que de Liverpool lhes escreveu Francisco Ignacio de Sequeira e Nobre, participando, que remettia aos Negociantes dessa Praça Nobre, Velho, e Magalhães hum Mestre, trez Officiaes, e huma Mulher para o estabelecimento de huma Fabrica de Vidros nessa Cidade, ficando tambem para embarcarem para ahi hum Maquinista, e huns Fundidores de Cobre e Ferro, Artilharia, e Espingardeiro, e outros Artigos pertencentes a estas Fabricas com todo o segredo por assim ser conveniente: Houve o mesmo Senhor por bem approvar tudo quanto V. Ex.as e S.a tem obrado a este respeito: E ordena que auxiliem quanto possivel for os esforços que fez este Negociante, para o util fim de fazer estabelecer Artistas habeis, e tão necessarios neste Estado. Deos guarde a V. Ex.as e S.a Palacio de Santa Cruz em 6 de Novembro de 1809. Conde de Aguiar. Arcebispo e mais Govern.es interinos da Capitania da Bahia." (*Ordens Régias*, 99, fl. 162).

Em carta de 19 de janeiro de 1810, dirigida ao Arcebispo e mais governadores interinos, o Conde de Linhares acusou recebimento da notícia da chegada dos artistas para a Fábrica de Vidros. Avisou que os materiais importadas obteriam isenção de direitos da alfândega, por se destinarem a manufatura "de que há aqui a maior necessidade, e que poderá adiantar-se, e prosperar muito no Brazil, onde há grande quantidade de combustivel, primeiro elemento de taes fabricas." (*Ibid.*, 103).

(56) *Ibid.*, 99, fls. 20-21. Foi registrada a 1 de setembro de 1810 (fl. 413).

(57) *Ibid.*, fl. 474.

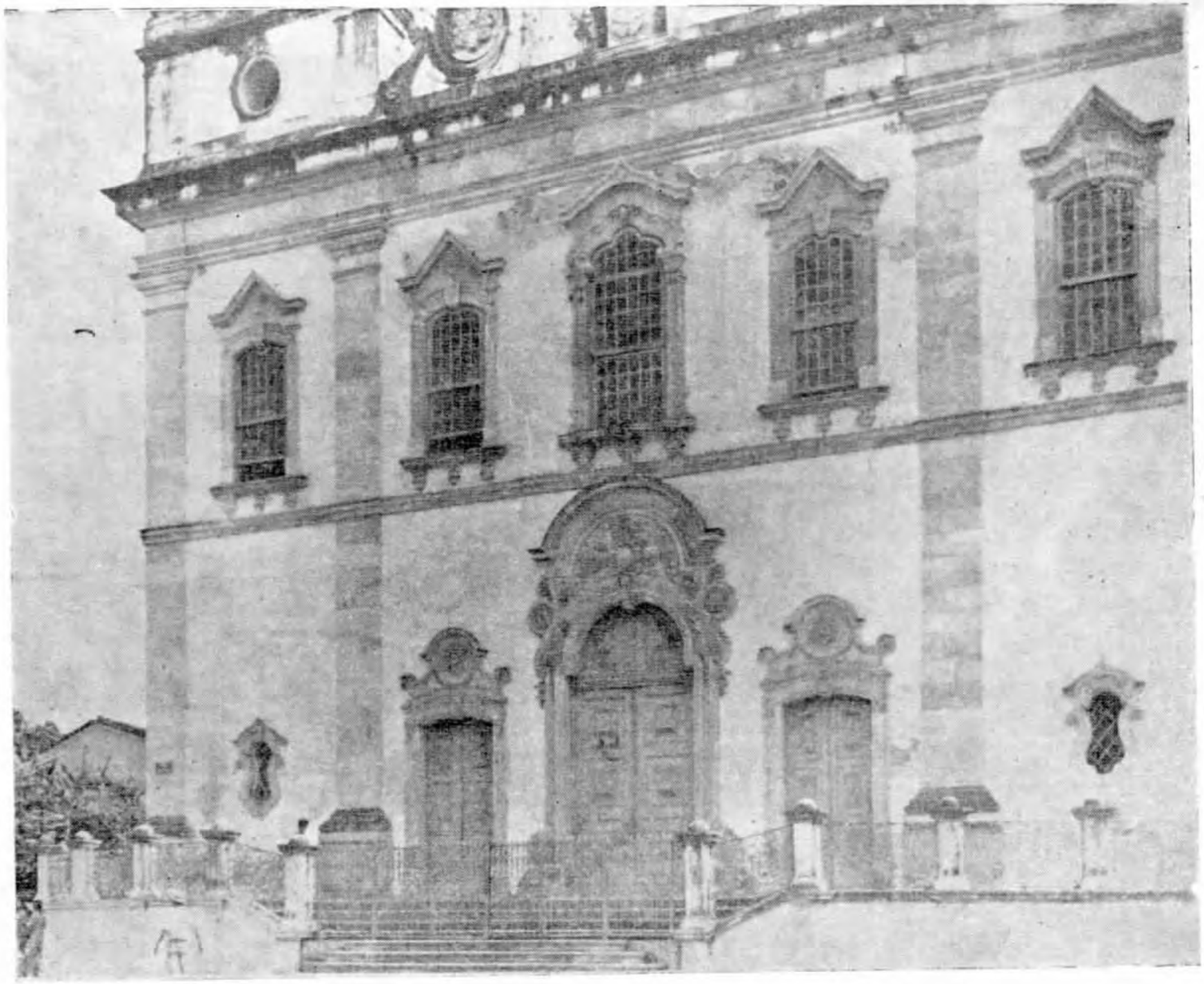
(58) *Ibid.*, fl. 494. Provàvelmente, na Jiquitaia.

(59) *Planta baxa da Fabrica de Vidros, e seu terreno anexo, no Porto de Bom-fim da Cid. da Bahia. Tirado em Setembro do anno de* 1818. *Joaquim de Carv. Seq. Nobre.* (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Col. S. Leopoldo, G78, no 4). Mede 0,54 x 0,75 m.

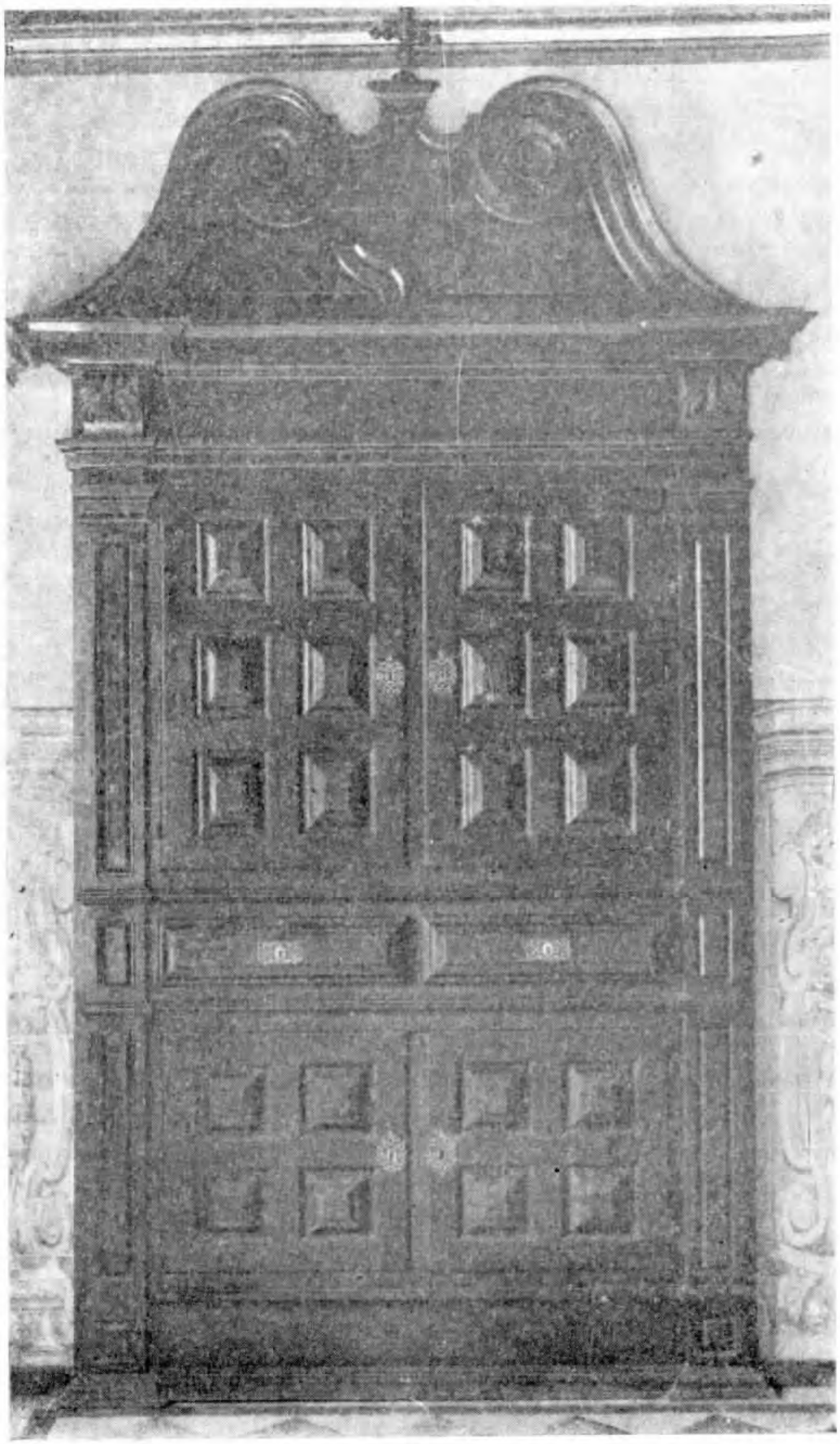
(60) "Que nas tavernas desta cidade se não uze de copinhos pequenos, nem de xicaras da India, tigelinhas, ou covilhetes, pelo damno que se segue ao povo no uzo destas medidas que a malicia tem introduzido nas ditas tavernas, com aparentes pretextos, deixando os ditos taverneiros de medir pelas medidas afilladas segundo as almotaçarias, por lansarem mão das sobreditas vazinhas, e em seu lugar poderão ter copos grandes dos que chamão de Frades, para que nestes lancem a pequena quantidade que pelos copinhos

pequeninos ofereção ao povo, pena que fazendo o contrario pagarem seis mil reis alem das outras penas expressas no titulo do Almotacé mor." Acompanha a postura esta nota marginal. "Por Prov.m de S. A. R. de 15 de Fever.o de 1815 a requerim.to de Fran.co Ign.co de Sequeira Nobre. Foi S. A. R. servido em benef.o da R.l Fabrica dos Vidros desta Cid.e permetir q. nas tabernas se possa uzar dos Copos pequenos, ficando nesta p.te abolida esta Postura q.to ao uzo deles som.e p.a os licores mas não p.a ... elles se medir coiza alguma nem vender. B.a em Cam.a 1 de Abril de 1815. Almeida." (*Livro de Posturas*, 1716, fl. 79 verso).

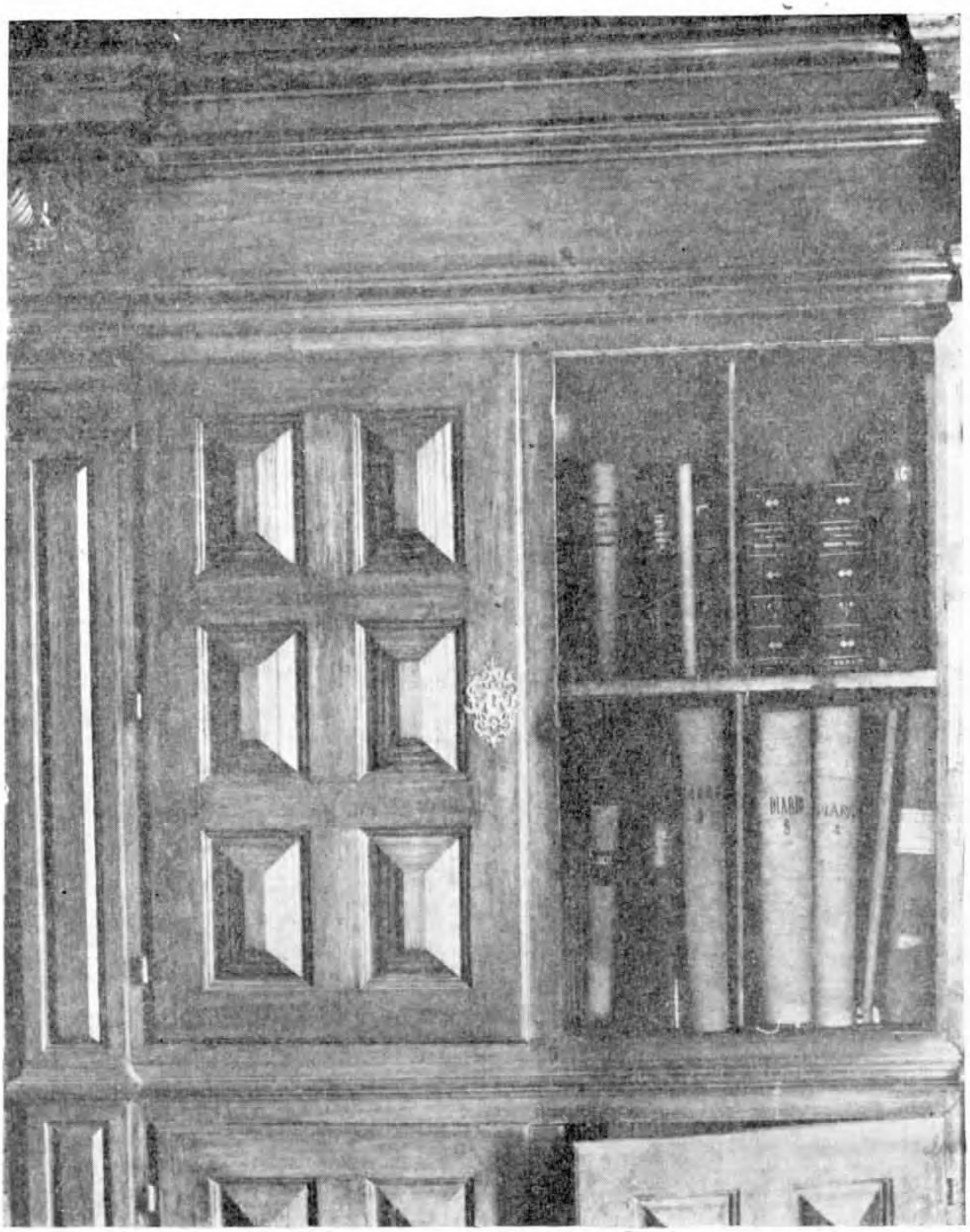
ROBERT C. SMITH



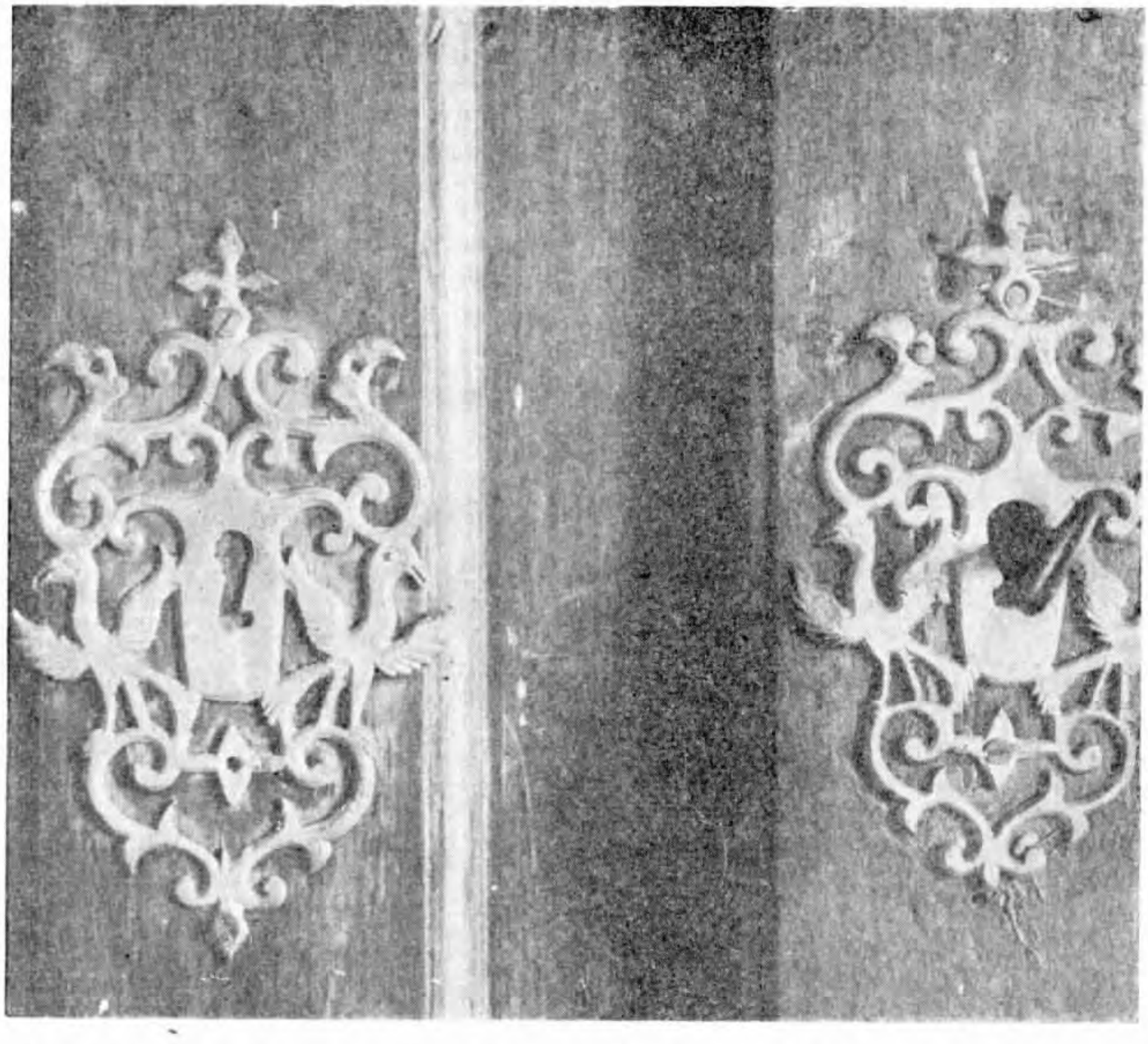
1. Igreja Matriz de Sant'Ana. Salvador, Bahia. (Foto Smith). V. nota 6



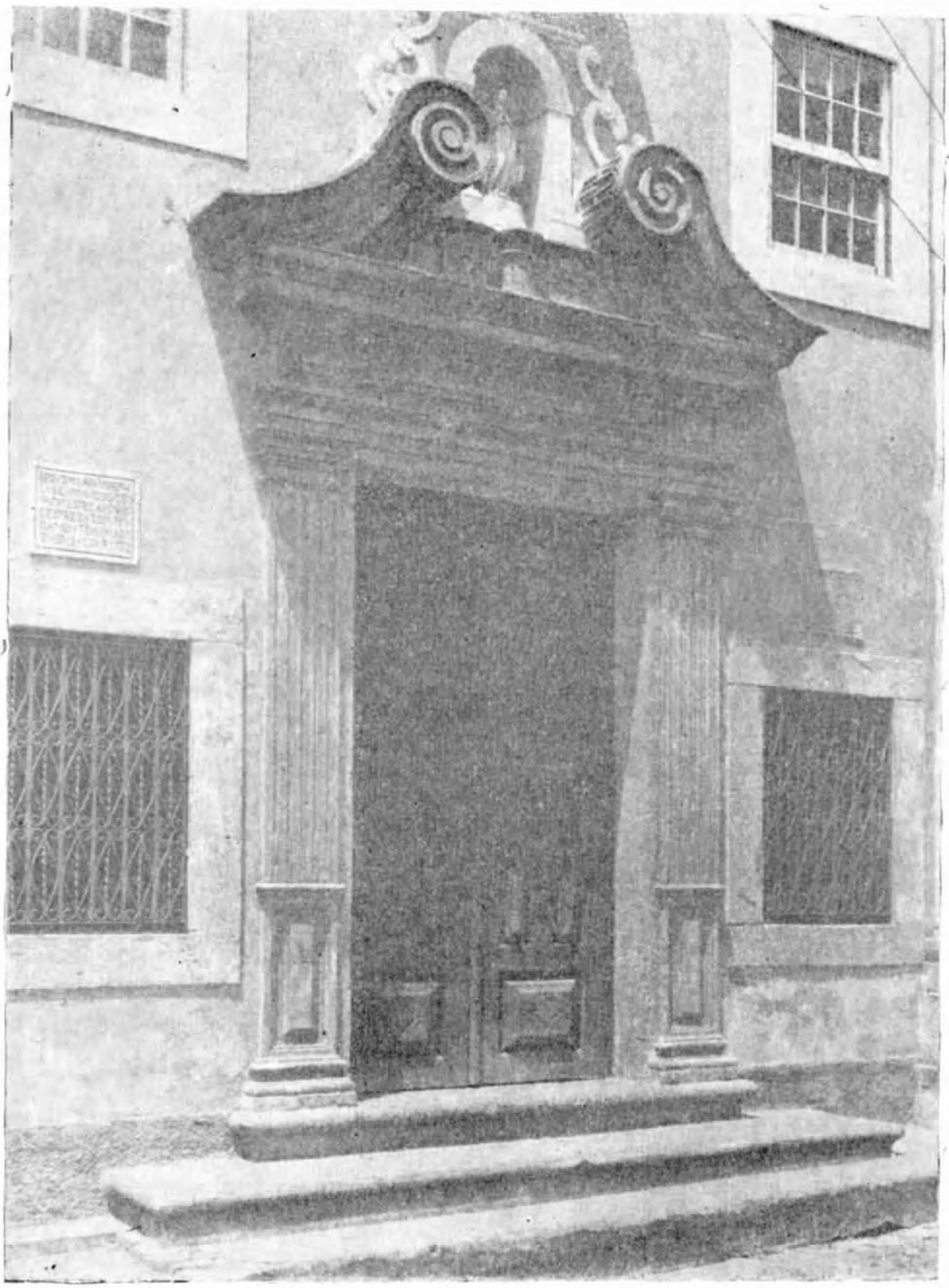
2. Armário da Sacristia. Igreja da V. Ordem 3.ª de S. Francisco. Salvador, Bahia. (Foto Smith)



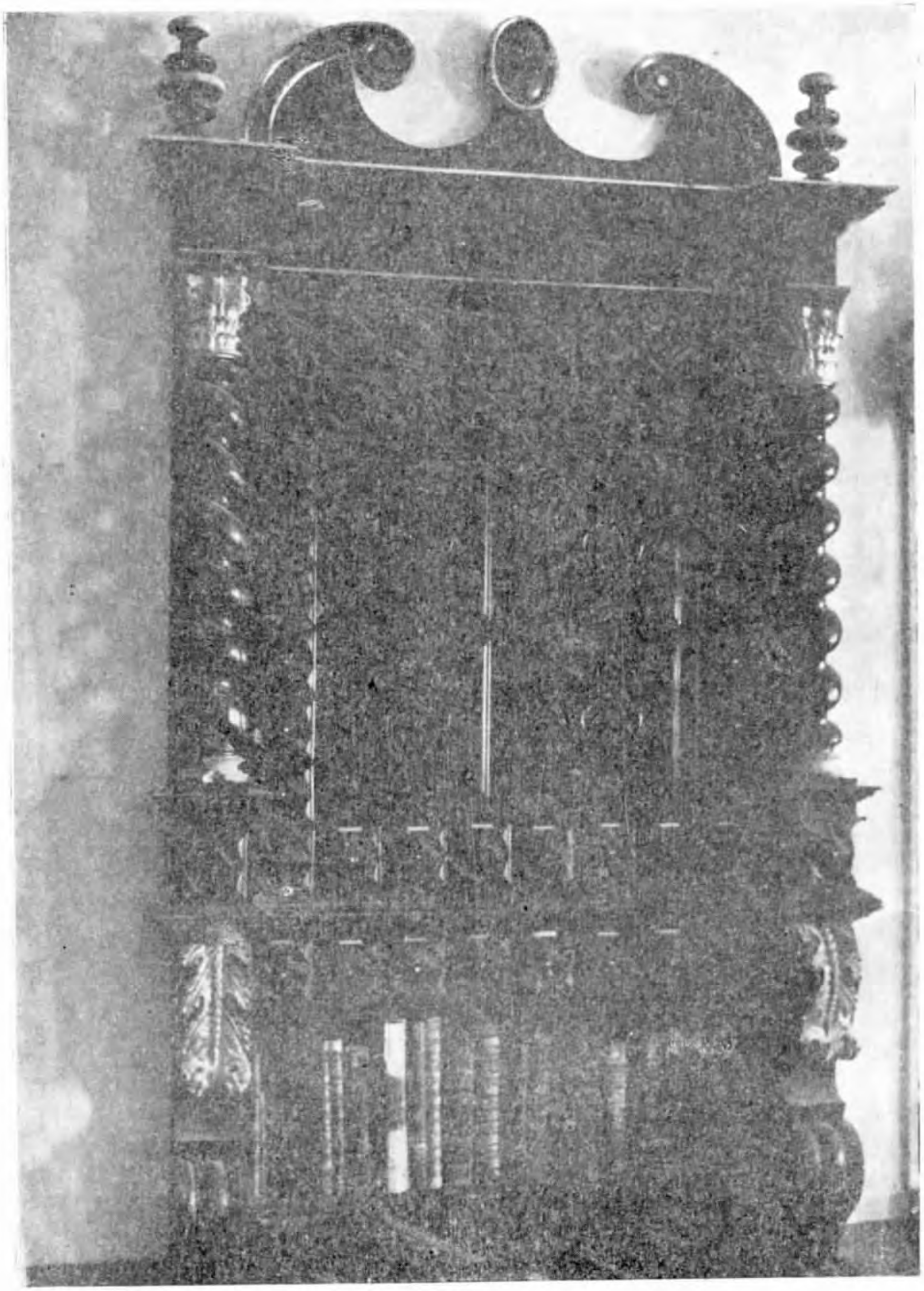
3. Interior de um armário da sala do consistório. Igreja da V. Ordem 3.ª de Francisco Salvador, Bahia. (Foto Smith)



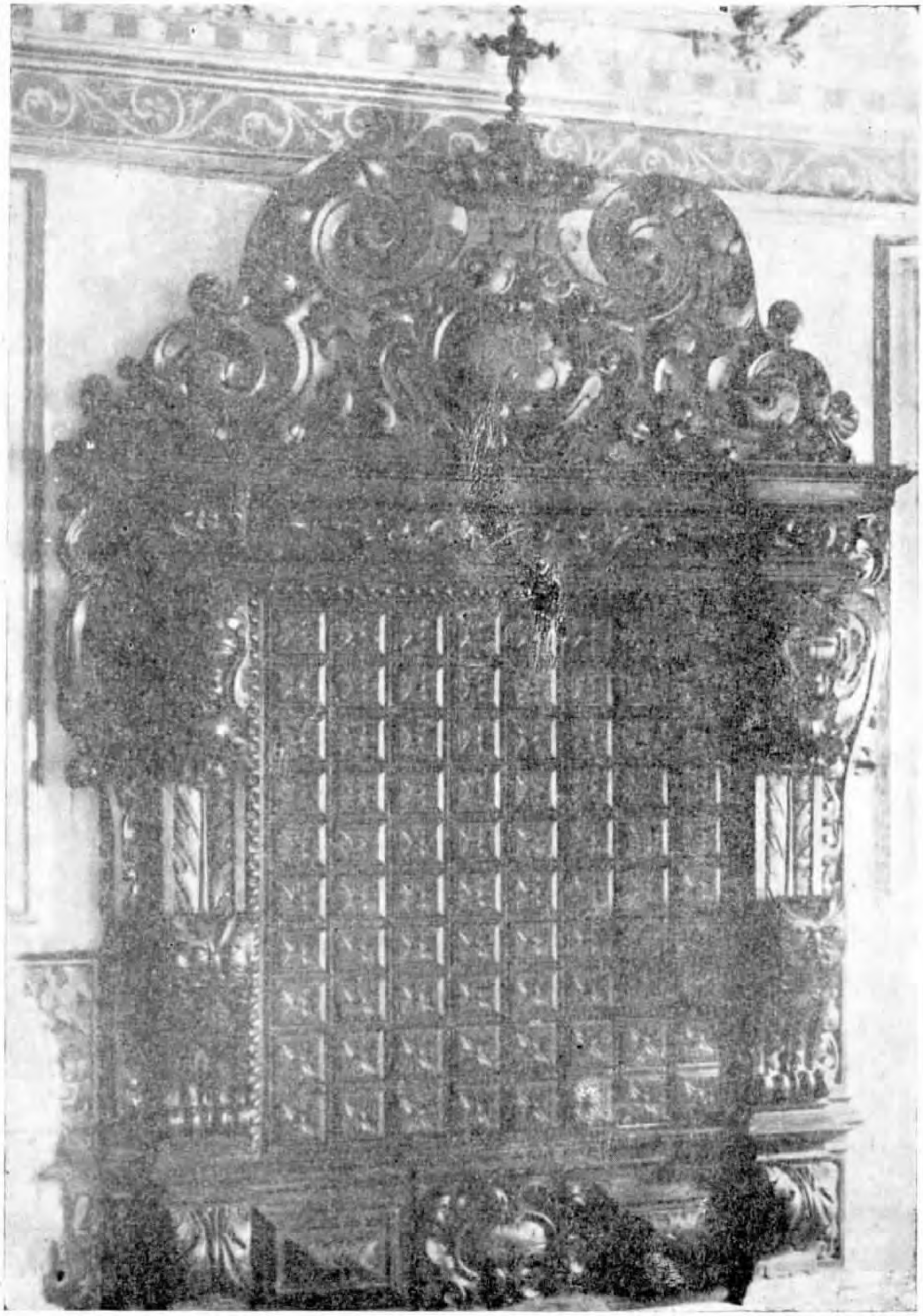
4. Fechaduras de um armário do consistório. Igreja da V. Ordem 3.ª de S. Francisco. Salvador, Bahia. (Foto Smith)



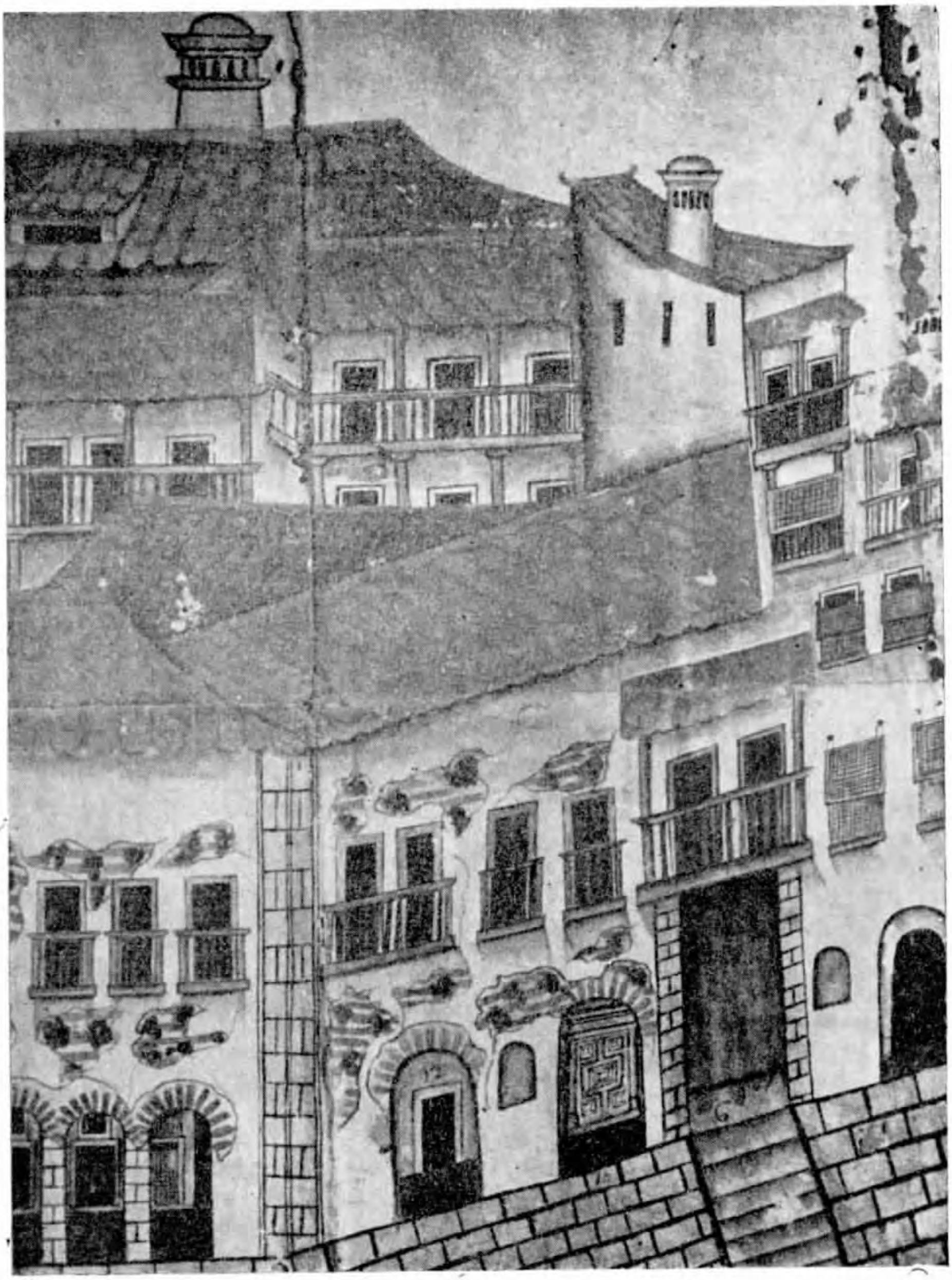
5. Capela de S. Miguel. Salvador, Bahia. (Foto Smith)



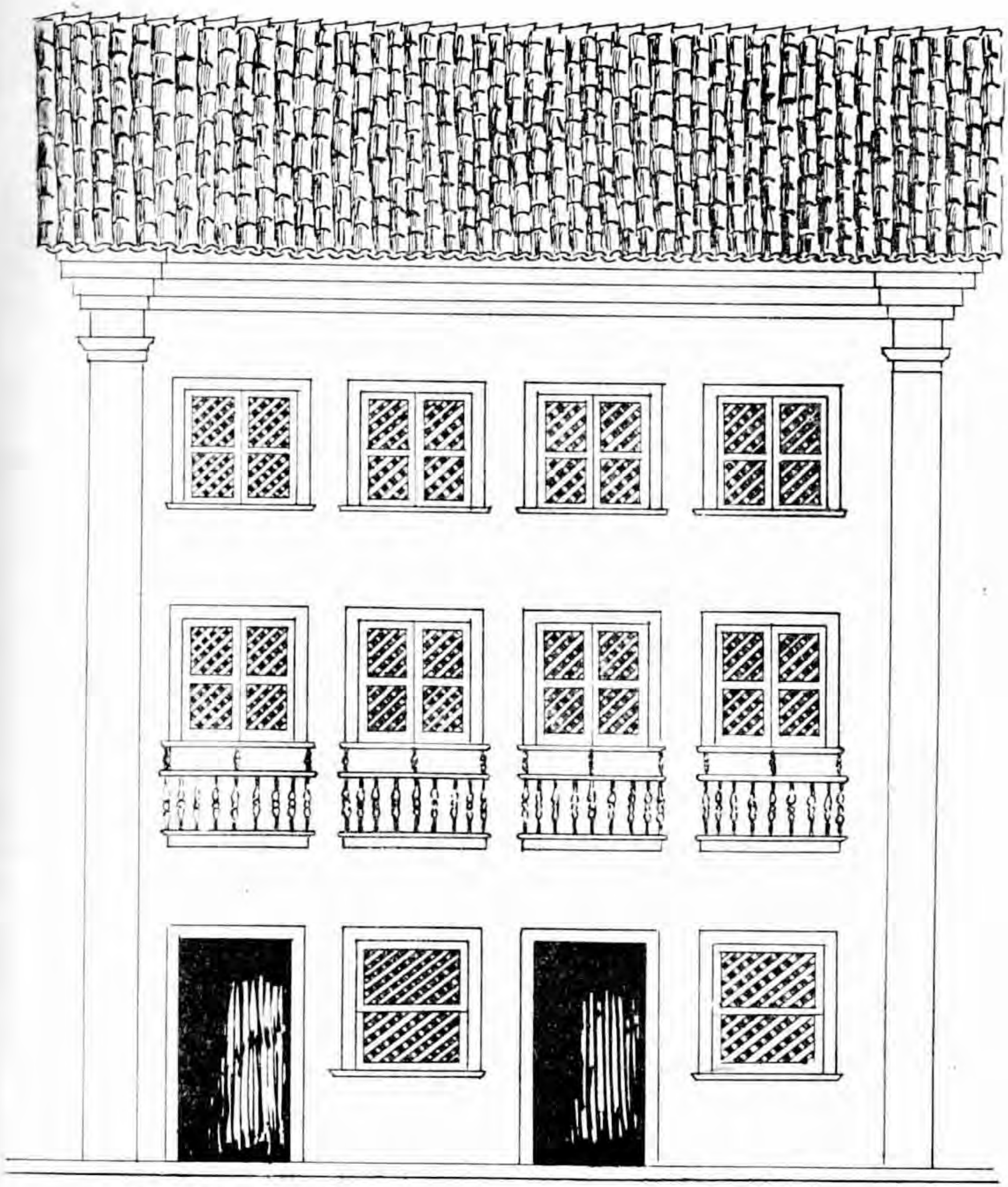
6. Armário da sala capitular, Sé, catedral. Olinda, Pernambuco. (Foto Smith)



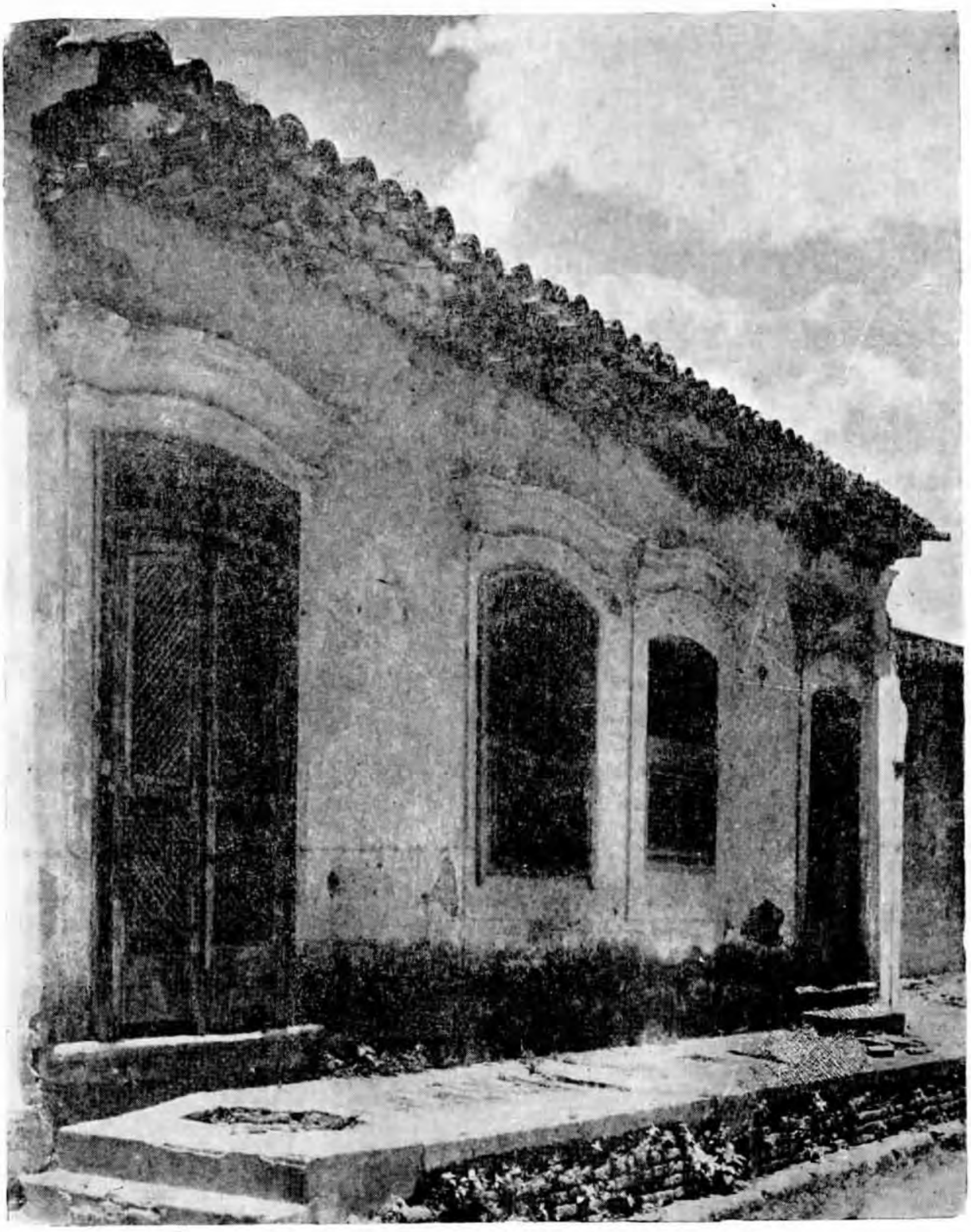
7. Armário da sacristia. Igreja do Convento de S. Francisco, Salvador, Bahia. (Foto Smith)



8. Pormenor de um mapa do mercado de Santa Barbara. Museu do Estado, Salvador, Bahia. (Foto Voltaire Fraga)



9. Casa baiana segundo a postura de 1785. Desenho de Jair Brandão; escala ± **0,01** por metro



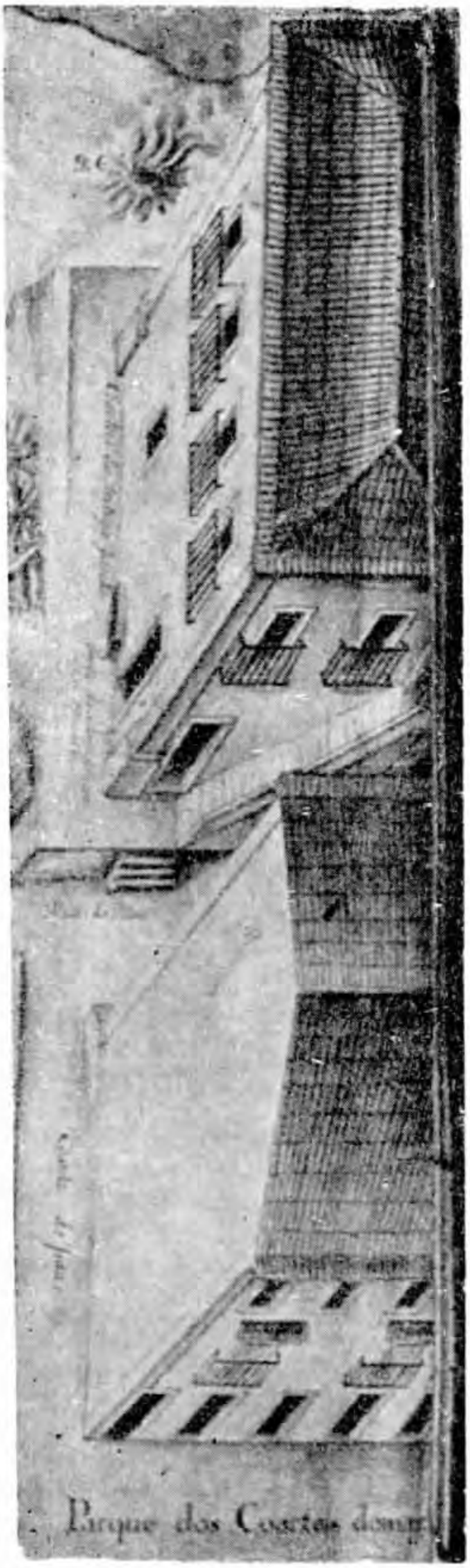
10. Casa com rótulas. Goiana, Pernambuco. (Foto Smith)



11. Casa à Rua Monte Alverne, 15. Salvador, Bahia. (Foto Smith)



12. Casa à Rua Rocha Galvão, 59. Salvador, Bahia. (Foto Smith)




13. Pormenor da *Vista planisbcutica, vertical e marítima do areal do S. B. J. do Recife de Pernambuco*. Arquivo Militar, Distrito Federal. (Foto K. Vosylius)

## THEATRUM RERUM NATURALIUM BRASILIAE

Terminada a segunda guerra mundial, em cuja fase final ocorreram as maiores devastações, registaram-se perdas lastimaveis para o patrimônio artístico da Europa. Em Berlim, os bombardeios de 1944/1945 arrasaram-lhe o centro monumental. De Nürenberg, Francforte e outras cidades da Renânia pouco resta. A Holanda foi cruelmente atingida e até Paris não saiu poupada nos derradeiros dias da liberação.

Num setor, por exemplo, que interessa de perto o Brasil — o acêrvo artístico de Maurício de Nassau — sabemos agora que várias das tapeçarias inspiradas em Albert Eckhout, uns quantos quadros de Frans Post, queimaram-se durante os últimos bombardeios e combates, pairando uma inquietante incógnita sôbre a parte mais valiosa do mesmo, a suntuosa coleção de desenhos da Biblioteca de Berlim, intitulada *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. Já quanto às peças de mobiliário provindas dos palácios de Maurício, que se encontravam em Monbijou Schloss, foram totalmente destruídas.

Dado o grande valor histórico dêsse conjunto, tentou o Govêrno brasileiro have-lo como reparação de guerra, juntamente com o album bem conhecido de Zacharias Wagner e outra admirável coleção de aquarelas do Rio de Janeiro em 1844, de E. Hildebrandt, pertencentes estas últimas, respectivamente, às Galerias de Dresde e Berlim. Nesse sentido, dirigiu às autoridades soviéticas de ocupação, em cujo setor deveriam achar-se, um pedido de informação. Foi, porém, vedada pela legislação que ampara o patrimônio artístico da Alemanha a

retirada de objetos dos museus, salvo em casos de restituição. E, ao indagar a nossa Embaixada em Moscou do respectivo paradeiro, responderam-lhe que as autoridades competentes não conseguiram localizar na Alemanha nenhum dos objetos relacionados.

Entretanto, sabemos, por informações seguras provenientes da Alemanha ocidental, que o *Thierbuch* de Wagner não escapou à destruição e que o *Theatrum Rerum,* da capital prussiana fôra em tempo removido para lugar seguro, na Silésia, de onde, porém, ainda não voltou. Do outro lado da cortina, será agora muito difícil prosseguir nas investigações. Continuará, pois, na melhor das hipóteses, indefinidamente adiada a reparação do quase olvido em que ficou a obra inédita do grande Marcgrave.

## II

Os desenhos reunidos nos monumentais *in-folio* que constituem a referida coleção de história natural, orgulho do Conde João Maurício, que tanto se empenhou junto ao Grande Eleitor de Brandeburgo para que fosse faustosamente legada à posteridade, apenas parcial e parcimosamente têm sido reproduzidos em esparsos trabalhos especializados. Na bibliografia brasileira, por exemplo, só com a tradução do estudo de Paul Ehrenreich *Sôbre alguns antigos retratos de índios sulamericanos,* foram umas poucas estampas antropológicas insertas no volume XII da *Revista do Instituto Arqueologico de Pernambuco.*

As decorativas portadas com que os ornou o médico do Grande Eleitor, Christian Mentzel, permaneceram inéditas e estavam exigindo divulgação. Juntamos-lhes alguns exemplares de aquarelas e óleos, bem como os índices dos referidos tomos, cuja nomenclatura tupí e portuguesa serviu de base para o estudo de Alfredo de Carvalho: *O tupi na corografia pernambucana.* Trata-se do texto original de Marcgrave, que poderá ser assim comparado à revisão feita pelo Dr. Alberto Sampaio — para a primeira tradução da *Historia Naturalis Brasiliae,* impressa sob os auspícios do Museu Paulista e debaixo da direção do eminente historiador Afonso de E. Taunay.

Curioso destino o dessa preciosa documentação, indispensável complemento aos clássicos tratados de Piso e Marcgrave, a despeito dos desvelos com que foi conservada. Permaneceram quasi completamente ignorados os originais colhidos do vivo pelos vários cientistas e pintores que Nassau teve a seu serviço no Brasil e, durante 150 anos, ficaram à margem da ciência até que Lichtenstein para êles chamou a atenção dos entendidos. Se Linneu os tivesse visto, afirmava o ilustre zoólogo alemão em princípios do século passado, quanto teria ganho seu sistema em utilidade e exatidão!

O mundo medieval só conhecia, em matéria de história natural os ensinamentos de Aristóteles e as fábulas mitológicas de Plínio. Para o conhecimento da natureza, das espécies animais e das qualidades das plantas, contentara-se com os clássicos da antiguidade grega e latina.

No ciclo das grandes descobertas, com o advento das navegações, inquieta-se o espírito da Renascença ante as revelações do ultramar. Até então confinada aos estreitos horizontes da geografia antiga, desperta a atenção da Europa para o resto do mundo. As criaturas estranhas trazidas nas frotas de retorno, o éco de exóticas civilizações e eldorados desconhecidos dos autores clássicos, que os aventureiros repetiam: tudo isso alimentava a ânsia de conhecimentos, a que os panfletos de Vespuccio e Cortez mal saciavam. Surgem então os primeiros narradores objetivos: os Monardes e Oviedos, espanhóis; os Gandavos e Garcia da Horta, portugueses; a que se foram juntando as relações dos primeiros missionários, tais como Acosta no Peru, Hernandes no México, Vasconcellos no Brasil.

Com as lacônicas descrições da fauna e flora brasileiras nas obras de Staden e Lery, suas deficientes ilustrações, e o estudo mais circunstanciado que a êstes reinos da natureza dedicou Laet, em seu *Novus Orbis*, são os únicos materiais divulgados sôbre o vastíssimo continente antes da memorável expedição com que, em 1637, o novo Governador do Brasil-Holandês, o Conde João Maurício de Nassau, traria a sua decisiva contribuição para o conhecimento das ciências naturais na América.

Data mesmo de 1648, ano da publicação da *História Naturalis Brasiliae*, a fundação das ciências modernas da botânica, da zoologia e da etnografia.

Foi a obra dos homens que êle trouxe para Pernambuco que veio satisfazer a curiosidade do mundo científico europeu. Georg Marcgrave, astrônomo e geógrafo; Wilhelm Pies, médico e botânico, celebrizaram-se desvendando os mistérios dos trópicos.

Conta-nos Barlaeus que penetraram os dois no interior do país para estudar-lhe a flora e a fauna e obter os especimens vivos que, transportados para os jardins do Conde em Mauritiópolis, foram observados, descritos e desenhados para o conhecimento do mundo. De Post e Eckhout são as primeiras paisagens americanas pintadas *in-loco*. "Palmeiras, bananeiras e heliconias, com seus traços característicos, bem assim os pássaros de brilhantes plumas e os quadrúpedes peculiares ao Novo Mundo com que êstes sábios e artistas regalaram os olhos ávidos de seus contemporâneos, representam um tesouro" (o da Biblioteca de Berlim), no dizer de Humboldt ao qual talvês nenhuma outra coleção do gênero se compara.

Que foi excepcionalmente frutífera a atividade desenvolvida por êsses beneméritos, durante uma permanência de sete anos em solo americano, comprova-o o vastíssimo espólio de história natural que enriqueceria museus e universidades na Europa, e de que os aludidos volumes, suas centenas de aquarelas e pinturas, imagens fiéis de tudo quanto viram, constituem o mais eloqüente depoimento. Não é pois de surpreender o zêlo com que as ordenou Mentzel, de ordem de Frederico Guilherme, em seguimento aos dois volumes da biblioteca de João Maurício.

Coligiu com imenso esforço, em quatro alentados *in folio*, as inúmeras fôlhas avulsas. No prefácio, fala-nos no cuidado com que referiu as epígrafes aos textos de Piso e Margrave e tratou de identificar as que não tinham legendas. A magnificência do *Theatrum* deslumbra o diligente compilador. Nada conhecia de mais soberbo, sendo impossível exagerar-lhe a beleza do colorido ou a perfeição artística das figuras.

Na biografia do Príncipe João Maurício de Nassau (Berlim, 1849), incluiu Driesen o inventário das "curiosidades" cedidas em 1652 pelo Conde.

Eis como vêm descritos os materiais arrolados sob a rubrica *Brasilianische Natur Gegenstaende*:

"n.º 14: Um livro grande *in-folio* real e outro algo menor encerrando figuras humanas, quadrúpedes, aves, reptís, peixes, árvores, ervas e flores, como estas coisas foram vistas e achadas no Brasil, tudo representado em miniaturas habilmente copiadas do natural e acompanhadas dos nomes, qualidades e particulares de cada uma;

"n.º 15: Ainda algumas centenas de pinturas a óleo sôbre papel, de animais e várias coisas das Índias, não encadernadas.

Da primeira dessas coleções — os aludidos volumes da biblioteca de Nassau — foram feitas 429 gravuras xilográficas para a edição da *Historia Naturalis Brasiliae,* contendo o primeiro 455 fôlhas, e o segundo, 488, geralmente com um único desenho por fôlha. Na dedicatória àquela obra, o que vem confirmado por Johannes Laet, Marcgrave se intitula autor das respectivas estampas, donde é lógico concluir que o é também dos originais nela reproduzidos ou, pelo menos, da maior parte.

Quanto à segunda coleção, o texto alemão do inventário reproduzido por Driesen — *Noch etzliche hundert* tem sido traduzido como significando "Ainda cento e tantas" pinturas a óleo, que, se entendido literalmente, deixaria de lado a quasi totalidade das 1460 figuras, que formam os quatro tomos, em que foi a mesma encadernada. Daí ser mais razoável interpretá-lo em sentido amplo, isto é: "várias centenas", abrangendo a obra pacientemente coligida pelo douto prussiano nos quatro volumes *Libri picturati* (A 32 a A 35) catalogados na Biblioteca de Berlim com os dois restantes volumes (*Libri picturati* A 36 e A 37).

Esses *in-folio* contêm, divididos por assuntos: 357 figuras de peixes, 303 de pássaros, 245 de animais e indígenas e 555 de plantas. Medem 35 x 59 centímetros e são ornados com portadas coloridas, em que os títulos das quatro partes aparecem emoldurados por grinaldas,

ao longo das quais se arrumam: na primeira, peixes e crustáceos; na segunda, pássaros; na terceira, animais e homens; e na quarta, frutos e flores. No tope, vêem-se os retratos do Grande Eleitor e sua mulher. Paisagens tropicais compõem a parte inferior dos três primeiros volumes, ao passo que o quarto mostra o castelo real à esquerda, e uma igreja à direita.

A primeira parte — *Icones aquatilium* — contém uma página de dedicatória, três de prefácio e duas de índice. A segunda — *Icones volatilium* — e a terceira — *Icones animalium* — têm uma página de prefácio e duas de índice. Finalmente, a quarta parte — *Icones plantarum* — apresenta três páginas de texto e três de índice.

## III

Na falta de indicação por parte de Mentzel, a autoria dêsses desenhos era matéria para conjeturas, admitindo uns que fôssem todos de Macgrave, outros que diversas mãos houvessem colaborado, inclusive o próprio Nassau. Pode-se agora considerar o assunto como definitivamente elucidado por A. Thomsen, no seu livro sôbre Albert Eckhout (Copenhague, 1938).

A preparação dêsses volumes representara quatro anos de árduo trabalho (1661-1664), tendo Mentzel reportado cada fôlha aos nomes e páginas do livro de Marcgrave. Algumas, porém, ficaram vazias, ou por lhe faltarem as correspondentes figuras, ou porque o compilador não lograsse dar fim à morosa tarefa. Eis a explicação que achou Thomsen para o fato de que tivessem sido incluídas noutro volume — *Miscellanea Crayerii*, dedicado à história natural do Oriente e do Cabo da Boa Esperança, 29 fôlhas que evidentemente provêm dos lotes de Nassau. Foi a atenção de Thomsen chamada para êsse livro e, graças aos desenhos e óleos ali reunidos, pôde chegar a uma conclusão sôbre a autoria dos mesmos, comparando-os às naturezas mortas de Eckhout que estão no Museu Nacional dinamarquês. Verificou serem algumas delas os estudos preparatórios para os quadros, do que é prova concludente a reprodução lado a lado, no livro, de uns e outros. Quanto

às figuras de índios, elas se filiam claramente à série assinada de Copenhague. Da comparação resulta que o que não é da mão do sábio saxão é do pintor holandês que Piso, no prefácio do *in-folio* de 1658, nos informa ter com êle peregrinado pelos sertões nordestinos. São retratos magistrais, captados do natural e cheios de vida e naturalidade, que revelam nova faceta do artista.

Como referiu o ilustre historiador paulista Afonso de Taunay, ficaram pràticamente esquecidos êsses trabalhos, salvo rápidas referências por um naturalista anônimo no *Neue Zeitungen von Gelehrten Sachen* (1717), por G. Schneider no *Leipziger Magazin Zu Naturkunde* (1786), e por M. E. Bloch na sua *Ictiologia* (1788), até que M. H. C. Lichtenstein, o zoólogo alemão, os encontrou em 1814, estudando-os numa série de artigos aparecidos nos *Abhandlungen* da Academia de Ciências de Berlim (1814-1721) e traduzidos por A. de Carvalho (*As obras de Marcgrave e Piso sôbre a História Natural do Brasil comentadas sôbre os desenhos originais novamente descobertos*). O calendário histórico-genealógico prussiano, para o ano bissexto de 1818, ilustrou uma monografia sôbre o Brasil com figuras de tapuias, extraídas do terceiro volume. Era o ano do casamento da Arquiduquesa d'Austria com D. Pedro I, acontecimento que deu ensejo às viagens do Spix, Martius e Pohl.

Driesen revelou-nos sua procedência. Examinaram-nos sucessivamente, utilizando-os nas suas respectivas especialidades, Cuvier-Valenciennes (*Histoire Naturelle des Poissons*, 1826), von Martius (*Dissertação sôbre as plantas na obras de Marcgrave e Piso*, 1855) e Ehrenreich, no já citado artigo, originalmente aparecido no *Globus*, 1894, com reprodução de várias estampas antropológicas, cuja importância foi êle o primeiro a assinalar.

A melhor biografia de Marcgrave deve-se ao Dr. E. W. Gudger, autor da monografia: *George Marcgrave, the first student of American Natural History* (*Popular Science Monthly*, 1912), ilustrada com a portada de um dos volumes. Foi ela parcialmente traduzida por A. de Carvalho (*Bibliotheca Exótica-Brasileira*, 1930).

Em 1918, publicou Juliano Moreira o seu brilhante ensaio sôbre Marcgrave e Piso, condensado por R. Garcia na *História das Expedi-*

*ções Científicas no Brasil* (1922). Também êle examinou o *Theatrum Rerum*.

Ilustraram artigos sôbre Piso e Marcgrave, com reproduções a côres dêsses volumes, o professor L. Darmstaedter (*Velhagen & Klaser* 1928), o Dr. H. Wagner, da Biblioteca de Berlim (*Atlantis*, 1938), bem como a Sociedade Teuto-Holandesa, na monografia sôbre o período colonial holandês, publicada por ocasião do terceiro centenário de Nassau no Brasil.

Thomsen, no seu livro sôbre Eckhout, reproduziu bom número de estampas da autoria dêste artista.

Foi tudo quanto apareceu publicado de mil e tantos desenhos reunidos nos quatro volumes do Teatro Brasiliense, que, na opinião de Ehrenreich, pertencem aos mais notáveis trabalhos de pintura da natureza e constituem sem dúvida o mais importante material para o estudo da história natural, levado do Brasil para a Europa, antes das viagens de Martius. E quanto às estampas antropológicas, as de maior interêsse para nós, acrecentou: "já (aqueles homens) cento e cinqüenta anos antes das viagens de exploração científica estudavam tão a fundo a história natural do Novo Mundo que se adiantaram à sua época". Só recentemente, porém, no Brasil se apreciou como era devido a obra de dois dos mais ilustres colaboradores de Nassau incorporando-a à bibliografia científica brasileira, nas admiráveis traduções comentadas do Museu Paulista.

J. DE SOUSA-LEÃO, FILHO




*Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, de Mentzel; coleção de desenhos da Biblioteca de Berlim. Frontispício do Tomo I


INDEX PISCIUM & CANCRORŪ
IN HOC TOMO PRIMO CONTENTORUM
secundum Appellationes Brasilienses

fndice do tomo I

I

Labebara
Labebarete
Labebrete-pouma
Lacarpchinhuara
Lacitana
Lacitana-guaçu
Lagaiagoiare
Lagoaraca
Laguarnia
Lefiguacura
Iperu
Iperuquitia
Iraçoia
Iunda
Iurumenbeca
Iuruncabeba

L

Lamia 61

M

Manacoani 169
Matoti 25
Maturaque 249
Maturaque 250
Miacupua 105
monstruos bycos 179
mouticos 2
muqui 72
muri 77

N

Nanarari 31
nhaanuda 166
nhandia 43
nhandia 43
nhequindamachefam 167
nigui 101

P

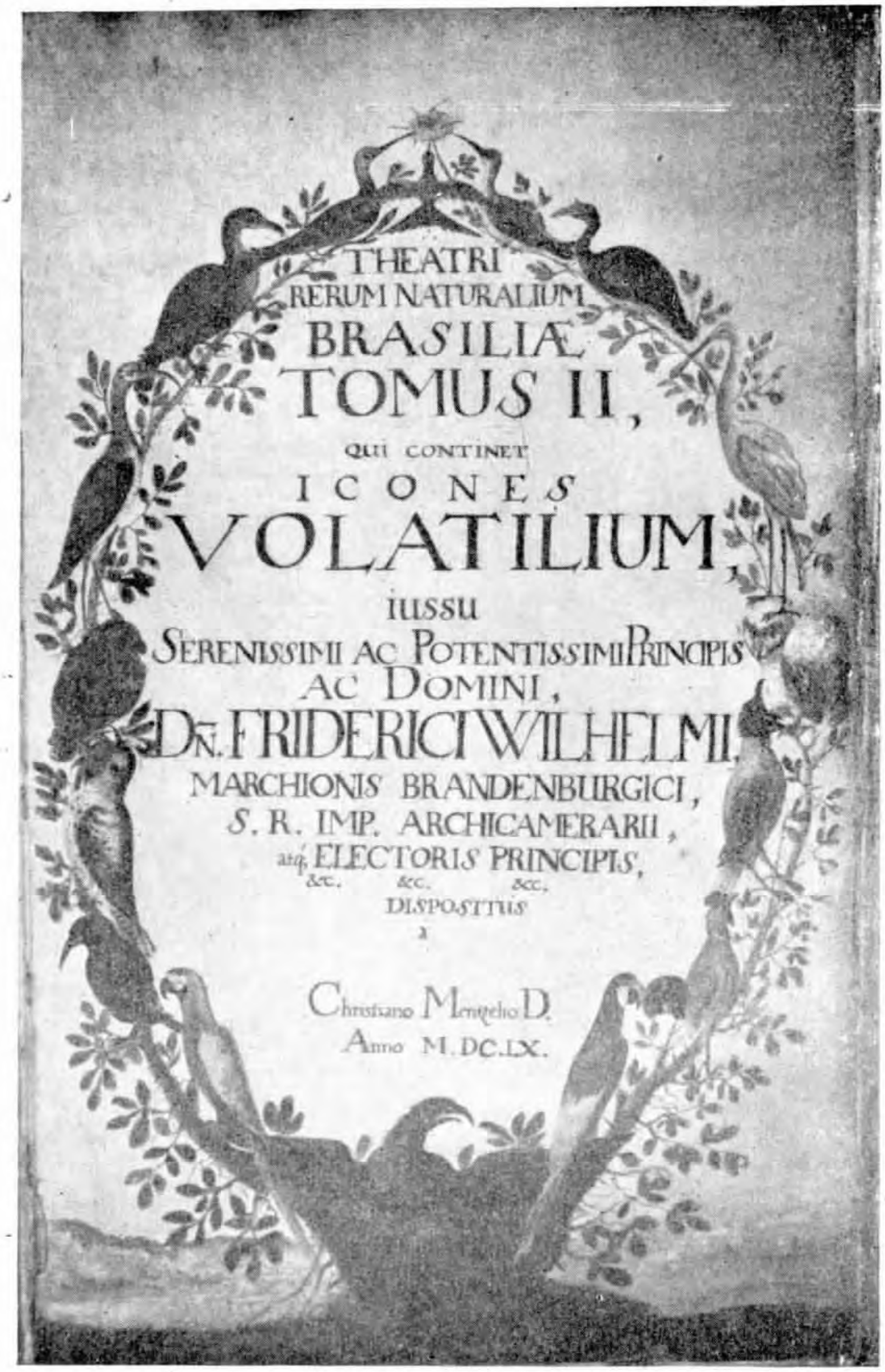
Pacamé 22
Pacaquara 47
Pacaua 23
Paranacare 15
Paraui 1
Paru 169
Patoce 142
Patombuaba 73
Patoia 145
Patoiua 139
Penda 61
Penaca 86
Penacangaua 139 169
Peracatiati 47
Perabebe 141
Peraceaba 170
Peraciaba
Peraga
Peragetinga
Peraiuua
Perajeua
Peramirimenbeca
Perameyui
Perameraui
Perameuera
Peranga
Perapixanga
Perapuka
Perapuringa
Perathapua
Peratapoa
Peratiapia
Peratoba
Peraubba
Pexedadi
Pebahuge 316, 320
Pebauoui 319
Pebiguaçu 325
Pebpeua 328
Pebpiquara 328, 330 332
Pebpiquire 331
Pedrano verde 190
Pedrano vermelho 201
Penaua 16
Peranema 204
Peraque 14

R

Rey 15
Reuapua 16

S

Sabeua 115
Sabeua 116
Sabeuabonete 120
Sabeuabones 120
Sabeuamarina 124
Sabeuamarina 120
Sabeuaroes 120
Sabeuaroes 120
Sabeuaroes




Frontispicio do tômo I:

# INDEX AVIUM, QVÆ IN HOC TOMO CONTINENTUR, juxta appellationes Brasiliensium.


A

Acapema
Acue
Aguapeaçoca
Ajaja
Ajaraj
Ajuruetê
Ajuruetê-Tarmanaj
Ajuru
Anas
Andaraa
Anhima
Anhinga
Ani
Anonyma
Apacani
Arabacanga
Aracua
Araruna
Ardea
Ardeola
Arenguacamucu

Cabiçá
Cabiçá-guaçu
Cabiapitangá
Cabure
Caiçuçu
Caiuçu
Caracará-cuçaya

Pag.
203. Caiçumba
217. Caiunde
53. Caracara
Caraima
198. Capinaraiinga
243. Cauâ
239. Cauçirinima
241. Columba ex Ins. S. Thomæ
231. 232. Corucâ
239. Cucuiambacaba
231. Cuiriri
233. Curicuri
Curucuca
Curucuri
30.
37.
11. Ecua
119.
Anonyma
39. Gabiçá
229. Gaçaroca
240. Garacara
229. Garabeçabi
Garaiuna-guaçu
75. Garaz
285. Garaz-cuna
Garibi-cuna
Garuba-cuna
Garuba-cuna-pitanga
Garuba-cuna-piranga
Garuba-cuna-tinga
Garuba-vinhac
177. Garuçapucaya
177-177. Garuçaua
179. Garuçaueretê
197. Garuçaua-cuna
283. Garuçaua-eretê
277. Garuçaua-mumbi
133. Garuçaueta

135. Garuçaueta
229. Garuçaiinga
209-211. Garuçapeng
35. 37. Garuçapuçeb
43. Garuçapunga
65. 69. Garuçapucu
67. Garuçaubengeua
277. Garuçaua
199. Garuçaua-cuna-bengeua
301. Garuçaubi-cuna
159. Garuçaua-cuna-pitanga
87. Garuçainga
181. Garuçaiuna
184. Garuçuna

Iabiru
269. Iabiru-guaçu
Iacamim
Iacamim
Iacana
Iacanhuaya
Iacutinga
Iacutinga
Iacutinga

Iereba
Iereba-çaba
Inaie
Inambu
Inambu-guaçu
Ipecahapea
Ipecu & Ipeca
Iribaja

Macuague
Macoara
Magagu
Maguari
Magique 13 . 86
Majera 103
Mamicadiata 109
Maracana 246
Maracana atora 246
Mareca 8
Mariatus 29 . 89 . 131 . 179
Mgua 13
Minbu 112
Miha 33 . 287
Mituperanga 280
Muscicapa 287
Mutuperanga 250

Nhandu & Nhandiguaçu 227

Ojendéa 190

Paraqua
Paraua
Pecapeu
Picumene
Picumenha

Piriquaçu 271
Pimpinima 256
Piraputu 200
Pitangua-guaçu 281
Potiri 281
Potiri-guaçu 7
Pratincola cinereus 219
Pullus monstrosus 251

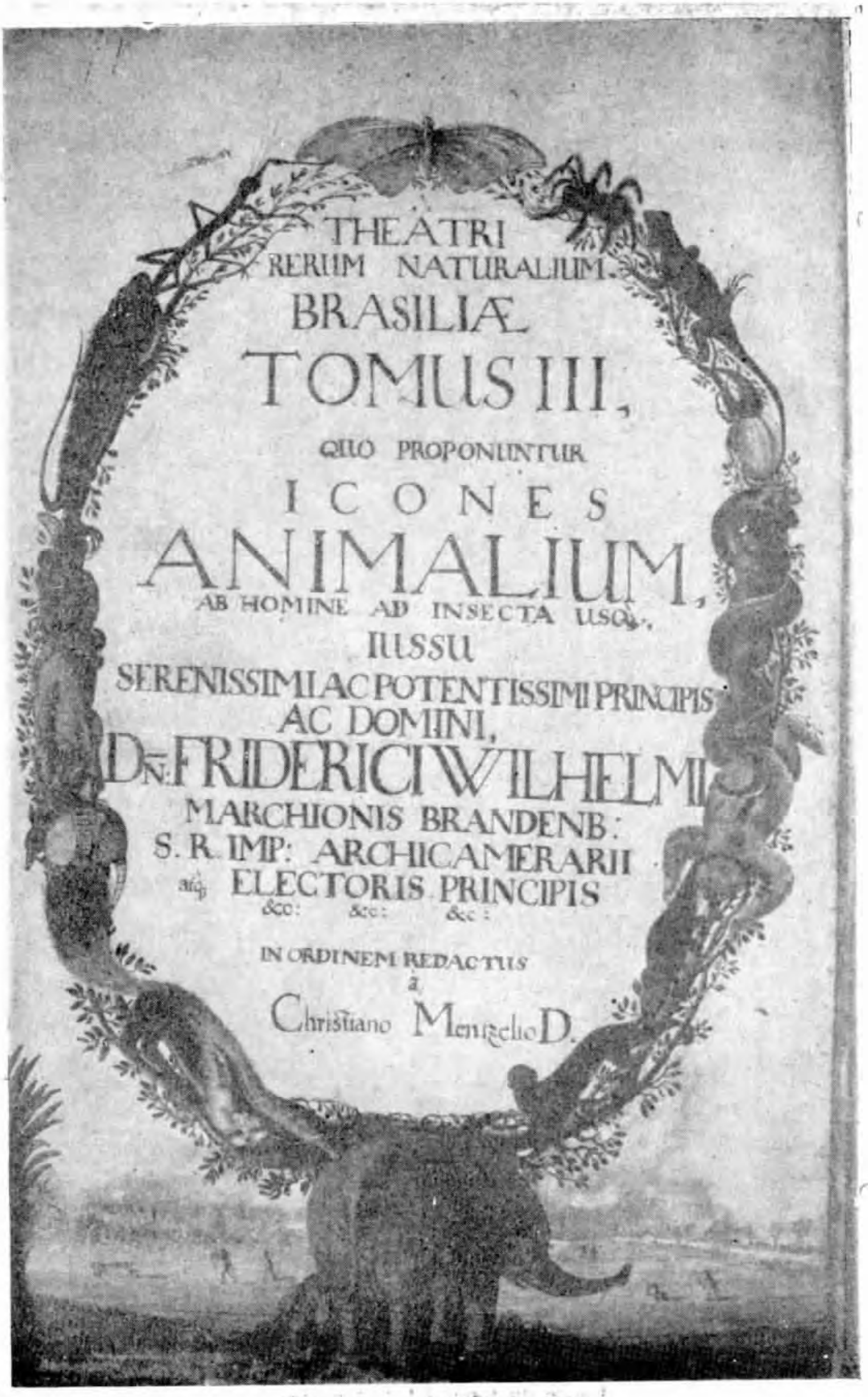
Sabia 172
Sajaca 173
Soco 73

Tamatia 137
Tangara 105 . 107 . 110 . 117 . 119 . 267
Tangara-miri 117
Tapera 240
Tarabe 247 . 265
Tetéo 181
Tieacangpiranga 130
Tieguaçu 183
Tiegua-guapiranga 120
Tiegua-pixcara mac. & fem. 177
Tiepiranga 181 . 120
Tiepixcara 183
Tiema 115 . 116 . 117
Tingaçu 285
Tiuana 39
Tiu 247 . 259 . 265
Tiuapuçoba 277
Tiuacangpiranga 247
Tiudara 196 . 197
Tiuéie 268

Urubu 273
Urubitinga 203
Urucurea 192
Urutaurana 201

Xexeo 187


Índice do tomo II (continuação)




**Frontispício do tomo III**

150

# INDICES DUO ICONUM

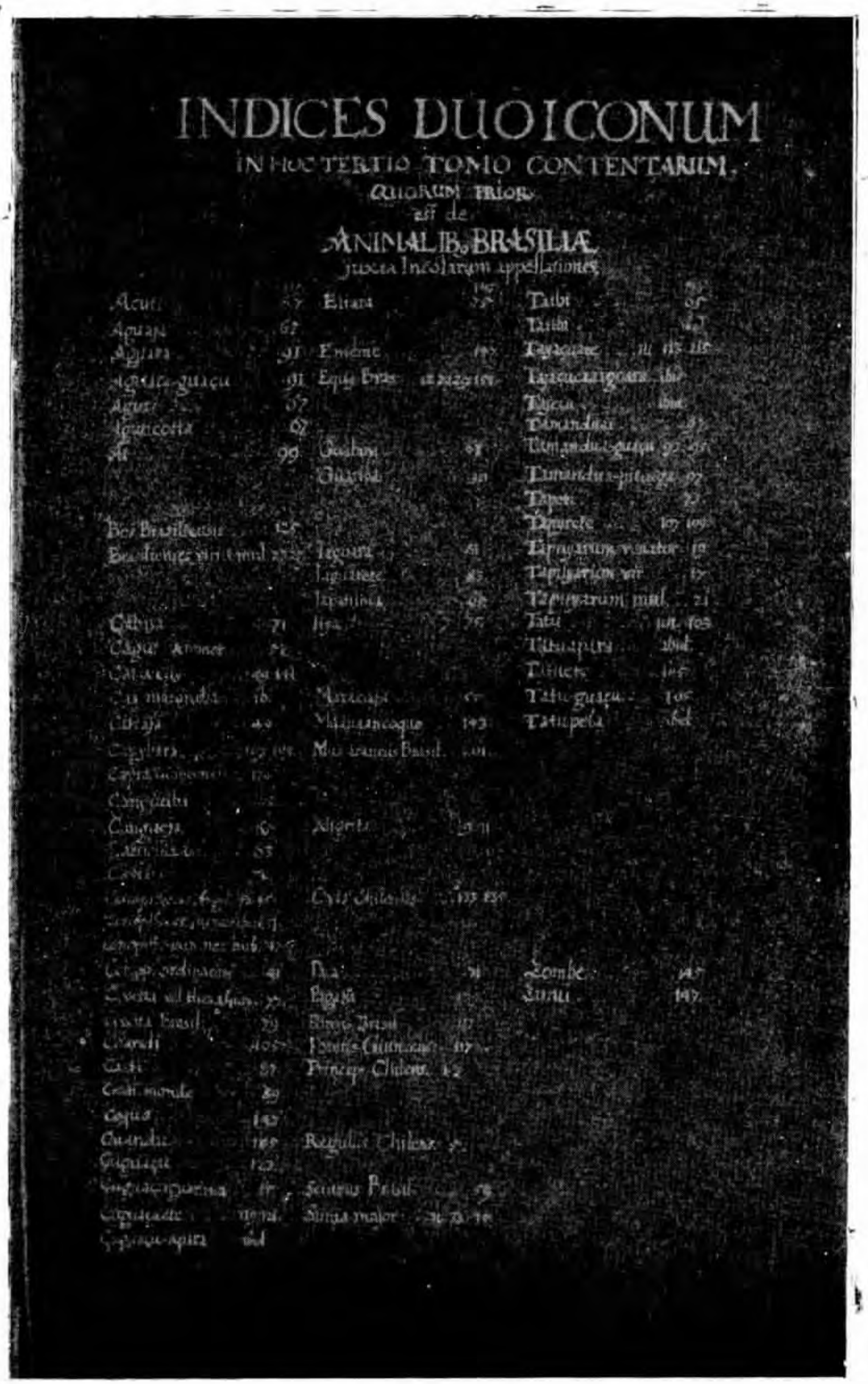
IN HOC TERTIO TOMO CONTENTARUM,

QUORUM PRIOR

EST DE

## ANIMALIBUS BRASILIÆ

INDICES INCOLARUM APPELLATIONES



Índice do tomo III (1.ª parte)

# INDEX ALTER ICONUM
## DE
# INSECTIS BRASILIÆ
Juxta pronunciationem Brasilensium


Amboa 237 237 249
Amerguaja 127
Americana 176
Anigua 167
Anoncpinima 205
Angu 120
Anoqua 172 246 267 267
Apecare 21 267 189
Apege Apoge 259
Arabe 247 255
Arara 222
Aracanga 118

Bira 274
Boidninmongi 191
Boiquatiba 247
Boiobi 197
Boiquaçu 197
Boapeba 196
Borricanga 205
Boriapo 206

Caçare 241 253
Caiboya 228
Caiocanguçu 259
Canana 225
Caripoheba 170
Canimbi 161 165 167
Canindé-una 160
Canindé-pitá 160
Cacuia 261
Cacurina 201
Capa 250
Caracanga 187
Carioeca 171
Cax elegans 188 191 [illegible]

Encoa 241 253
Encambua 247 260 [illegible]

Fonopida 193
Formi-aleur 213

Gaiaraca 265
Gampiaguara 189
Guan 189

Jaiaguara 211
Jaçaca 270
Jaguara 247
Jacaranda 269
Jatchaça 234
Ibiara ibiaram 225
Japirina 229 231 [illegible]
Jararamiri 157
Jaraguaçu 167 [illegible]
Jararacapitinga 167 [illegible]
Jararacapeba 187
Jboobaca 191
Jboiaba 191
Jbirapeçaroca 188
Jibóya 192
Jiboraçu 199
Jcaro 151 167 159
Jcacoia 221
Jçoaica 221
Jnajaçoca 239
Insectum magnitudine brue 167

Locusta nigra 227

Mangangá 207 268
Manuna 263
Maroneh 249
Mamoa 265
Mem 247
Millepeda 227
Mutuca 289 291 293
Mutuca-una 297

Panema 277 279 281 283 287
Panema-guaçu 247
Panapanama 277
Panapanamuçu 227
Panamobi 285
Papagaiaçu 247
Perear 253

Quaci 249
Quaiçiguaçu 249
Quattinga 255

Sancabi 161 163 165 167

Tapuia 250
Tamboia 251 257
Tanaguara 172
Tanicuia 270
Tanaboya 243
Tapiraiuna 230
Tapiaçuaçu 272
Tatu 276
Tatuaçuaçu 170
Tajuba 173
Tamaqua 172
Tucurobi 201
Tucunuca 207


Indice do tomo III (2.ª parte)




Frontispicio do tomo IV.

# INDEX PLANTARUM BRASILIÆ,

QUARUM ICONES IN HOC TOMO QUARTO CONTINENTUR, JUXTA BARBARAS INCOLARUM VOCES,


Abati 256 Baccaba 681 Camará-miri 349
Abatirmotemo 245 Baitinga bananeira 580 Camará-tinga camara-vermelha 583
Acacia 111 Bajaneirinha 450 Camará 650
Acaia & Acaiuba 10 Bajaneira 263 Camambaia 580
Acaiuba 237 Balangola 237 Capaba 90
Acaiuba Bastr 618 Bambi-bebe 511 512 Capichiba 360
Acaiuguapanda 671 Bamba 101 Capinaringa 670
Acaiuguapanda 755 Bajamaraba 411 Capitiçoba 360
Acaiuguapanda 305 Cará 680
Acay 52 Caraguata 156 157 158 159 160 161 162
Aire 55 Caraipuera 264
Albara 150 Caramuru 607 40 41
Alcachofra 171 Caranguejo 681 Carapia 681
Amboaba 172 Caraoja 419 Carapo 59
Ambaiuuna 170 Caraz 418 Carcara 407
Ambaitinga 171 Caraterma 305 Carcharia 169
Amoreira 300 Caraiba 446 Carcarinha 218
Anauas 1 Caraipeuna 618 Cardo real 198
Anauacheuiri 47 Caramuru 485 Carioema 690
Anda 167 Carapia caapia 22 Carpotroca 408
Andira 460 Carapoba 707 Carquacuba 633
Andiraobajamori 440 Carapegoba 467 469 471 Carapoba 77
Anhuiba 175 Carapumanga 451 Carbroca 641
Anguria 718 Carapeiragua 437 Carcoma odor 67
Anonyma 40 120 182 189 Caraoba 174 Camaradaguara 407
224 231 276 281 290
281 283 314 320 340
370 389 405 411 444 447
526 536 543 546 607 620
621 639
Camaraguaçu 640 Camarajuba 807
Apeiba 242 Camaraiba 316 Camambi-miri 645
Apne 59 Cachara 136 137 Camarabuba-mirim 701
Apuy 118 Cajaiba 446 447 Capaibatapiba 77 79
Araca-guaba 112 113 Caiambella 586 Caraiba 27
Aracanga domato 118 Caiambebebe 725 Caraiba 718
Aracua-pixuna 111 Caiacaca 87 Caraiba 617
Aracua-penhe 87 Caiabus 285 Caraiba-cambuim 331
Aracuba-mirim 719 Caiapo 328 Caraiana 209
Aracuc: grenguda 716 Caiara-apoa 347 Caraibe 201 539
Aracuri 81 Caiaraiapo 713 Caraiuna 495
Aracuçu-ruinguá 647 Caiara-juba caiarauna 711 Caraibaguaçu 679
Arazeiro-miro 245 Caiaraiguaçu 676 677 Caraibaguiri 679

Cumanda-miri . . . 681
Cumbeba . . . 31
Curaja . . . 392
Curaru . . . 609
Curica . . . 709
Curuapé . . . 281. 673
Curuba . . . 709
Curuiri . . . 673
Curupaimeri . . . 415
curupicaiba . . . 81.
cuty . . . 173

Embayemba . . . 711

Erva do capitão . . . 361
Erva de S. Maria . . . 657
Erva mimosa . . . 423
Erva pulgeira . . . 707
Erva quebra . . . 499

Filix . . . 641

Gangua . . . 634
Genondoma . . . 675
Guabiraba . . . 215
Guabiroba . . . 559
Guajanarendo . . . 431. 671
Guajabu . . . 587
Guyra & guaeru . . . 275.
Guaimamóacaiba . . . 437
Guaridaeava . . . 409
Guaraiu . . . 687
Guaraiba . . . 171
Guaraema-obá . . . 717
Guarumbeo . . . 683
Guiraparába . . . 583
Guiticonya . . . 99
Guit-guaçu . . . 101
Guiyr-açu . . . 103. 107

Herba linuginosa . . . 635. 663
Hydropiper . . . 707

Labarinda . . . 311. 313
Labarinda-guaçu . . . 315. 317. 319
Laertipira . . . 593.
Labiriçaiba . . . 24.
Lacaracaiba . . . 679.
Lacarandé-açu . . . 97. 99
Lacarenda-apé . . . 291
Lacapo . . . 365
Lagapucaio . . . 35
Lanaianga . . . 171. 175
Lacc . . . 743
Lancarapé . . . 23. 25. 27. 29. 31
Lanipiba . . . 109
Lapacaiba . . . 45.
Lapaiba . . . 215
Ibaçamuci . . . 667
Ibacuapiri . . . 107. 349
Ibaguaçu . . . 713
Ibamebira . . . 111
Ibapebanga ibipitanga . . . 277
Ibapunanga . . . 170. 279.
Ibaz . . . 337
Ibira . . . 371
Ibiracoem . . . 665. 135
Ibira-oh . . . 667
Ibirapitanga . . . 573
Ibiratemo . . . 651
Igaracaiba . . . 71
Igapó . . . 697
Igapoeca . . . 451
Igaramacc . . . 453
Iaraiba . . . 99
Iatica . . . 261.
Iatipé . . . 269.
Iatiuca . . . 271.
Iatiucu . . . 273.
Iiambo . . . 741.
Ilex . . . 225. 227. 563.
Imajagiçaiba . . . 67.
Inambuguaçu-quiyá . . . 289

Ingá . . . 39. 395
Inimbi . . . 681. 189.
Inimbimirim . . . 685.
Ipacaiba . . . 637.
Ipecacuanha . . . 637.
Ipecoaiba . . . 591
Ipereba . . . 663.
Ipuiba . . . 61.
Ipepeba . . . 105. 499
Ipapainga . . . 695.
Iuapiba . . . 499
Iuca . . . 325.
Iva . . . 501
Iva-imbi . . . 201. 503.
Iubepeba . . . 257.
Iucara . . . 51.
Iupiuna . . . 171.
Iupicanga . . . 693
Iupucu . . . 425.
Iupucu-omirim . . . 427.
Iurupeba . . . 497.
Iurumu . . . 715.
Iutu . . . 471.

Lamonia mulus . . . 725.

Macarandiba . . . 613
Macumba . . . 237
Mamoeira . . . 529.
Mamanga . . . 601.
Manaca . . . 223.
Mandapium . . . 109.
Mandibuca . . . 85.
Mandiba . . . 85.
Mandobi . . . 691
Mangaratia . . . 673
Mangaba mangabe mangabeira 203
Mangue spé . . . 167. 169. 171.


Indice do tomo IV (continuação)

Maxyaba 65
Maxixeabba 82
Murimbu 18
Marrubium Americanum 632
Melissa agrestis 601
Melongeli 232
Mamike 609
Mirti 83
Mocuuba 247
Mouconna 405
Mocutiba 247
Mocutiba mucunguera 190
Mundubi 089
Mundubi d'Angola 691
Munduguassu 104
Muna 507
Murici mucuyguera 472 [illegible]
Muricuja spec. 432 [illegible] 435

Nana 1
Nanasapora 2
Nhambi 830
Nhambu-guaçu 446
Nhandireba 442
Nhandu-thandi 027
Nhua 147
Nhuatuiara 340

Onoanapoyrima 280
Onorida spec. 642

Paconaranga 179
Pacoqueira 177
Pacoeira 581
Pajurutuba 009 011
Parano 287
Peraitura 367
Pequeá pixira 115
Perrui do mar 711 720
Pitume ou Tabaco 018
Pindova 41
Pinha 109
Pino 482
Pinoguaçu 91 91 574
Pipi 298
Pipoca Brasil spec. 305-309
Pipoca Abbeg. spec. 324
Pitanga 525
Pitangoba 627
Pitu 101
Pulgera 037

Quaporba 157
Quaraiba 591
Quaya spec. 307-309
Quaya-apricot 308
Quiri 552
Quisgombo 610

Romano 153

Saamoiana 491
Sargaço 724
Sesamum Africanum 621

Tacomarca 89
Taiaiba spec. 653 656
Tajoja 711
Tamarinho 424
Tamoatuana 657
Tangarana 487
Tangua-guaçicaa 193
Tangarana 192-197
Taqua 113
Tapicuraba 297
Tapiragoa 525
Tapiracoayana 559
Tapoqueira 419
Taracuaguaçu 191
Tatuaba 209
Tchipoo-tbi 675
Timbopeaca 669
Tipi 649
Tremaz 493
Tremate 493
Tucum 17
Tucuna 1
Tucunapora 2
Tupi 649
Tupiçava 405
Turari 286

Ubaeya 179
Ubapiranga 339
Visqueiro 585
Umari 603
Umbaiba 457
Umbi 261
Umuatu 380
Ucuuba 9597
Uricurana 573
Urucury 54
Urucuriba 52
Uruparica 503
Urumbeba 33
Uuba 82 185
Urtica spica Americana 661


índice do tomo IV (fim)



Cabeça de índio Tapuia, desenho a lápis de côres, por Albert Eckhout, 1638. Do *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliæ*, de Mentzel. Biblioteca de Berlim



India Tapuia, estudo a óleo, por Albert Eckhout, 1638. Do *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliæ*, de Mentzel, Biblioteca de Berlim

# A CASA DE MORADIA NO BRASIL ANTIGO

Interessante sob muitos aspectos, sobretudo como um dos principais entre os elementos auxiliares para a melhor compreensão da nossa história, é, sem dúvida, o estudo da casa antiga no Brasil. Interessante, pelas características permanentes dessa casa principalmente pela unidade do seu aspecto em todo o território, e pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção, fenômeno êsse comparável, pela semelhança (tendo-se em vista a extensão territorial) ao da língua e ao da religião. Sofrendo entretanto como a raça, ou melhor como o homem, um processo lento de formação, como êste, manteve a casa o seu caráter, a sua fisionomia, enquanto não perturbados pela ocorrência de elementos estranhos em certas regiões, e a partir de certas épocas — incidente natural e inevitável.

Outros aspectos de nossa antiga casa de moradia que ressaltam ao primeiro exame, e dignos de imediata análise, são: a absoluta naturalidade do seu modo de ser, a simplicidade do seu aspecto sempre enquadrado pelo bom senso, e a pobreza dos seus elementos decorativos. Procuramos descobrir nela intenções sutis, arte requintada, erudição; examinamo-la sob diversos prismas, alguns modernos —, mas tudo em vão; apenas o problema se complica através de alguns alvitres extravagantes, pois não sai ela dessas condições fundamentais. E, nisto, nos diferençamos da maioria dos outros povos que, no período moderno, pós-renascentista, tiveram sempre, na sua construção civil, exemplares que, recebendo influência culta se destacaram do conjunto, inspirando-se nos estilos vigentes. Em nosso território, devido

talvez apenas à nossa passada condição de dependência, tal não se deu, e a casa se manteve durante séculos, numa uniformidade impertubada, numa constância impressionante. Esta observação é necessária como ponto de partida para que compreendamos melhor as exceções, os movimentos e as influências que notamos por vezes em relação àquela casa típica.

Vista de relance, dentro dos vastos limites do país e pelo passado, notamos em primeiro lugar, que as casas rústicas, de pau e barro, com vãos e coberturas rudimentares, levantadas nos primeiros cercados de paliçada, ao iniciar-se a colonização, são iguais às primeiras casas existentes junto aos engenhos e nas aldeias em Pernambuco, quando da invasão holandesa; iguais às dos primeiros arraiais de Minas um século depois, na época febril do ouro; iguais às casas isoladas, pioneiras, que vemos em qualquer rumo do sertão, esparsas à beira dos rios, nas roças longínquas ou dentro da mata espessa.

A casa que veio em seguida, feita, do mesmo modo, de paus cruzados e barro; de pedra irregular ligada com argamassa, de adôbe ou taipa de pilão, é já de melhor construção e realizada com os ensinamentos e reminiscências da casa portuguêsa, pois, edificada por portuguêses, segue os seus sistemas de construção, apenas adaptados ao meio e aos materiais existentes. Define-se; toma logo forma precisa e estabelece usos que serão imutáveis como leis, no correr do seu desenvolvimento, daí por diante. Não podia ser de outro modo: planta transplantada a um chão rústico e inculto, ela surge apresentando uma fisionomia que lhe será constante e peculiar, em conseqüência dos característicos herdados na enxertadura, da mão-de-obra e do clima, dos recursos materiais e da condição política.

A terra de Santa Cruz, teve, na sua infância, uma formação severa, posto que serena e silenciosa; algo filosófica e tolerante, na sua aparência. Poucos países naqueles tempos, como Portugal — dado o seu tamanho — tutelando pupilo de tal rusticidade em tamanha terra, conservaram seu patrimônio, incutindo-lhe logo um sentido de unidade, em épocas em que terras virgens e povos selvícolas pouco valiam.

Quando os primeiros colonizadores construiram as primeiras casas, não encontraram nesta parte da América, uma tradição de construção representativa, nem auxiliares que interpretassem os seus métodos, mas apenas, o aborígene, a floresta, o rio caudaloso e a taba com suas ocas de trançado, cobertas simplesmente de fôlhas de pindoba ou sapé. Não encontraram aqui, como o espanhol no Pacífico e na América Central, um povo com uma cultura, que, não sòmente interpretou o barroco mas colaborou eficientemente nele, trabalhando a ornamentação de uma maneira própria, introduzindo elementos seus, dando assim um aspecto inconfundível à construção. O nosso indígena apenas conseguiu reproduzir, quando muito, e toscamente, os modelos vindos de fora.

*
* *

A casa portuguêsa é produto de longa experiência e do ensinamentos trazidos ao solo pelas raças que o palmilharam, ou nele assentaram, e que, cristalizando-se através dos séculos em lenta maceração, formaram, com o povo existente, de remota e incógnita origem, um misto com o latino, o visigodo, o árabe. Dos elementos que entraram neste amálgama, fundidos e refinados pelo tempo, ficaram construções esparsas no pequeno solo portucalense, formando um cenário perene, para testemunho de fatos e ensinamentos constante.

São ruínas romanas, muros visigodos e paredes românicas; e ainda: alcaçares e castelos ameados.

A casa lusitana adquiriu dêsse modo uma sólida tradição de construção, um *facies* severo, castigado, imutável. Constante nos seus defeitos e qualidades, e tão definida e definitiva como a própria raça. Seja ela simples, no conjunto da cidade ou povoado, como a pedra minúscula de um mosaico; isolada, no campo o casal, a moradia do lavrador; ou mesmo, tendo sinais de apuro, como nos solares, conserva sempre as linhas tradicionais. As das cidades, pombalinas como as da rua Augusta em Lisboa, ou, em lugares extremos como Bragança e Faro, com seus peculiares atavios, antes de ser regionais, são casas inconfundìvelmente portuguesas. Esta unidade de forma e persistên-

cia de princípios, Portugal no-la soube transmitir e manter em tôdas as latitudes, como soube preservar e manter o sentido da unidade da terra, da língua e da religião. Resultante de circunstâncias inevitáveis ou ocasionais, não importa, registramos fatos consumados.

Quais as particularidades da casa portuguesa ? Seria difícil resumi-las. Paredes lisas, vãos bem distribuídos e telhados simples; às vezes, uma varanda, quase sempre a chaminé de uma lareira. É, porém, acima de tudo, honesta, pois, feita em boa fé e despida de artifícios a acessórios inúteis, o bom senso dá-lhe equilíbrio; a naturalidade, proporções; o instinto, apêgo à tradição.

Assim, seja rural, solarenga ou urbana, a casa apresenta-se sempre como brotando do chão ou ìntimamente integrada ao bloco que a envolve. Tem, às vezes, ligeiras marcas que, como sinais de identidade ou cifras, nos dizem algo do seu passado.

As casas urbanas, acomodadas entre si em ruas e praças, ou aconchegadas em vielas, enfeitam-se de grades, portadas, molduras, águas-furtadas e pouco mais. Algumas evocam o faustoso D. João V, pelas suas volutas e acantos, ou Pombal, pelo mármore de lioz que as emoldura. Outras, raras, com alizares em ogiva abatida, blasonam o seu passado, remontando sua origem à época da epopéia da raça: o reinado de D. Manuel.

*
* *

No Brasil, domina um padrão uniforme. Não temos regionalismo, nem podemos — como outros países — distinguir nìtidamente, por meio de dados abundantes, na construção civil antiga, o encadeamento de estilos e modalidades arquitetônicos que se sucederam pelos séculos passados. Nem mesmo como em Portugal, onde a unidade dominante permite, contudo, que se distinga a casa do Algarves da do Minho, e onde palácios e solares nobres, enriquecendo o patrimônio artístico do país, sustentam a construção civil, mantendo-a em disciplina e influindo sôbre ela pela intenção elevada.

Entre nós, faltaram: a casa apalaçada, o solar rico e o palácio que, servindo de padrão e estimulando uma construção melhor pu-

rificassem as formas e impedissem o abastardamento e o marasmo. Faltou-nos, no passado, a construção erudita, a ordem arquitetônica. Não herdamos, na construção civil, colunas, capitéis, entablamentos, áticos e tímpanos: em execução severa ou simplesmente adaptados. Não temos portanto edifícios faustosos, contemporâneos — não diremos do barroco seiscentista, mas do século XVIII, nas suas diversas modalidades. Apenas a religião, agrupando os artistas nos templos, realizou a obra de arte. Contudo, as igrejas não preenchem esta lacuna, pois sua arquitetura está disposta em arranjos especiais, que nem sempre se adaptam à construção civil. Seus problemas são outros, além de convencionais e dogmáticos. Seria temeridade inspirar-se em suas fachadas e extrair delas elementos para palácios. Bem sabemos que a grande alavanca propulsora da arquitetura em todos os tempos foi sempre a religião. Em tôdas as épocas, o templo foi a construção pioneira nos diversos estilos, mas esta afirmação deve ser tomada num sentido remoto fundamental, referindo-se a momentos propícios, como o da Grécia e o do gótico, ou a templos que foram manumentos-padrão, como S. Pedro e Gesú, em Roma; os Jerônimos e Mafra, em Portugal.

Infelizmente assim é. Nas três primeiras centúrias da nossa história, circunstâncias como a condição de colônia e a parcimônia ultramarina obstaram a que fôssemos favorecidos com obra de arte monumental. Sem êsse cabedal básico — considerando-se a situação com isenção de ânimo e a melhor boa-vontade —, temos de contentar-nos com poucos e esparsos elementos. Na Baía, alguns solares do século XVII ou começo do XVIII — de resto notáveis pelos portais —, e ainda algumas casas de Câmara, da mesma época. No Pará, a Residência; em Ouro Preto, a Casa dos Contos; no Rio, o antigo palácio do Bobadela, ou Paço da Cidade, hoje sede dos Correios e Telégrafos. Ainda em Ouro Preto: a antiga Câmara e o Palácio dos Governadores, hoje Escola de Minas, êste uma fortaleza. Que outras construções podemos apontar e que mereçam destaque? Meia centena de casas de engenho, de residências assobradadas ou casas solarengas, com janelas e grades de estilo, na Baía, no Recife, em S. Luís do Maranhão e no Pará; em Minas, alguns pormenores atraentes em construções do século XVIII.

Casas com certo requinte de construção, mas já do século XIX, no Rio e em S. Paulo, são dignas de destaque. Raros pormenores podem ser citados como peculiaridades regionais. Apenas certos motivos que, insistentemente, ocorrem mais num ponto que noutro, pois em geral se acham todos mais ou menos espalhados por todo o país.

Tem-se tratado muito do aspecto artístico das igrejas e conventos, sem se cuidar suficientemente da casa residencial, isoladamente. Detemo-nos sempre em face da arte religiosa, absorvidos pela sua opulência, atraidos pelo seu esplendor. Restringindo êste estudo à construção civil, não cuidaremos de igrejas ou conventos, senão acidentalmente e em referências sumárias.

*

* *

Do primeiro século da nossa vida colonial, nada de representativo se pode referir em matéria de construção civil. Iconografia não existe, e o que parcos documentos descrevem é superficial e pouco encorajador para uma recomposição: fica-se no terreno da hipótese. O que existiu desapareceu; de resto, não consta que tenha havido obra digna de nota, no sentido que nos interessa.

Igrejas e colégios, já em pedra e cal, rodeados de algumas casas espaçosas, onde o confôrto e fartura estavam presentes, feitas do mesmo material e onde entravam o tijolo e a telha, foram então construidas. O restante seriam casebres ou casas modestas, feitas de taipa ou de baldrame e barro, cobertas de telha ou sapé, e em arruamentos incipientes. Os fortes e terraplanagens completavam a paisagem de então. Na vizinhança dos povoados, os primeiros sítios e roças de índios aldeados; em Pernambuco e S. Vicente, os primeiros engenhos de açúcar. Muros de taipa ou de pedra, e paliçadas protegiam S. Paulo, defendiam o Castelo do Rio e contornavam a cidade do Salvador.

Nos começos do século XVII, algumas igrejas e outras construções já se apresentam imponentes, como na Bahia a Tôrre de Garcia d'Avila, cujas ruínas, pela sua estrutura e solidez, nos falam hoje do que foi sua grandeza no passado. Com a vinda dos holandeses a Per-

nambuco, opera-se grande atividade. Franz Post nos mostra em seus quadros o engenho e a casa rural já com os perfis que lhes serão tradicionais. Wegener deixa-nos alguns aspectos de ruas do Recife: são casas pitorescas na sua simplicidade, com janelas nos oitões à moda do *pignon* holandês; sacadas rústicas e portas com as fôlhas divididas horizontalmente, como se usa ainda hoje em muitos lugares. Barleus nos dá em sua obra minuciosos esclarecimentos sôbre o engenho e o casario esparso pelo campo, ou agrupado em torno do *castrum*. São de baldrame à vista, mostrando os esteios e as asnas laterais. As casas pequenas, sempre de barro e pau-a-pique; as grandes, com paredões de pedra. As da ilha Mauricéia, com um ou dois andares, já se apresentam com telhados empinados, em duas águas, como ainda o são hoje no Recife. Os próprios palácios de Nassau — Boa Vista e Friburgo —, apesar de suas particularidades originais, analisados objetivamente, não passam de casas grandes com tôrres laterais, sem nenhum apuro arquitetônico; meros produtos da nossa mão-de-obra e do material regional, empregados pelos holandeses.

Terminado, êsse período confuso do domínio espanhol, com a restauração de Portugal e elevando-se a Baía a sede de vice-reinado no Brasil, notáveis construções são então levantadas; construções que revelam solidez e gôsto, como o Paço do Saldanha, com seu portal monumental — o mais belo de todos —, e mais alguns outros solares com portadas de pedra, em linhas modelares.

Inicia-se o século XVIII de maneira auspiciosa para as artes. Sob D. João V, as construções tomam grande desenvolvimento, já pelo afluxo do ouro, já por efeito de novos aspectos introduzidos por mestres italianos chegados a Lisboa. O barroco rejuvenesce, ganha em graça e erudição. A arquitetura pesada e retardada, do século anterior, refaz seus elementos clássicos em proporções mais apuradas, e o Convento de Mafra se torna guia da nova ordem de idéias.

Na ornamentação, ainda seiscentista, a transformação, posto que lenta, é visível. As folhagens arredondadas e volumosas (como na igreja do mosteiro de S. Bento, no Rio de Janeiro) tendem-se acrescidas de volutas, plumas, conchas e flores, servindo a igreja de S. Francisco, no Salvador, como padrão dessa fase. Logo depois, a ornamentação

adquire mais distinção e elegância, como se vê em S. Francisco da Penitência, no Rio de Janeiro, ou na igreja do Pilar e na capela do Padre Faria, em Ouro Preto. Os elementos progridem ràpidamente para o próximo advento do rococó português, no reinado de D. José I. Tão peculiar e própria, tão definida e original é essa modalidade do estilo português, que não se confunde com qualquer outra em nenhum outro país; aquêle que Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, seu maior intérprete entre nós, realizou em pedra-sabão, com o seu talento criador, em igrejas mineiras, a *suite* de portadas, lavabos e mais peças ornamentais, em que a erudição, a leveza e a originalidade são sem par.

Dentro dêsse século, nos últimos anos, de novo a influência francesa se faz sentir em Portugal. E' o Luís XVI que, na sua expansão, adquire ali aspecto especial, em fusão com os restos do Pombalino. Aparecem então palmas, flores, fitas e pérolas, e voltam a dominar as linhas retas e as curvas perfeitas.

Surge nessa fase um grande artista, representante magistral da nova corrente: o mestre Valentim da Fonseca e Silva. Santa Cruz dos Militares e outras igrejas do Rio são excelentes mostras do estilo vigente e do mestre toreuta.

Nesse século, a construção no Brasil se desenvolve enormemente, como é natural. Estende-se o povoamento aos vastos sertões de Minas, onde aparece um tipo de construção algo leve e um tanto liberto de ligações, por falta de precedentes locais que a influenciem. A construção se processa sob uma contextura mais simples, define-se e padroniza-se, — se assim podemos dizer. Começa um período áureo para o estilo "colonial". Pelo menos, já possuimos maior cópia de elementos, e podemos deduzir algo — dado o que a construção recebeu por tradição e à vista do aspecto que toma, observando o que nela se transforma lentamente, daí por diante. Estará, porém, sempre sujeita às imposições tirânicas do material, que limitarão tôda expansão, limitando as possibilidades artísticas — sobretudo em Minas Gerais. Diversas maneiras de levantar parede foram usadas antigamente: em pedra aparelhada em silharia e assentada com argamassa forte (igreja dos jesuitas e Conceição da Praia, no Salvador — casos raros no

Brasil), ou, em pedras grandes irregulares, de mistura com outras miúdas, vendo-se às vezes o tijolo de permeio; tudo com reboque de cal ou reboque pobre. No Rio de Janeiro, talvez devido à abundância do granito, as paredes eram feitas, até recentemente, de fragmentos dessa pedra, misturados irregularmente com tijolos e ligados com argamassa de barro ou de cal, porém muito friável, entrando também a madeira em grande escala. Alcançam essas paredes de 0,40 a 1,00 de espessura.

De taipa: terra úmida, calcada com soquetes pesados, dentro de uma armação de tábuas (lembrando o cimento armado de hoje), presas a esteios verticais e êstes aos horizontais, do andaime. A armação ia subindo e acompanhando o crescimento da parede, preservados naturalmente os vãos da casa. Terminada a obra, ficavam os buracos dos paus horizontais, que eram então tapados. Rebocada de barro, era caiada. A conservação em tal sistema de construção, assim como em outros nos quais entrava o barro, devia ser constante, do contrário logo a casa adquiria um ar de vetustez, resistindo porém suas paredes, tanto quanto as de pedra, e só se arruinando, quando o telhado deixava de ser conservado com constância. Os muros de divisas, cobertos de lajes ou telhas eram de grande duração.

Outro tipo de construção muito disseminado é o de adobe: tijolos de barro crú misturado com capim, e secados ao sol, com 0,30 de comprimento por 0,15 de altura e de largura, aproximadamente — como ainda os fazem no sul de Minas. São ligados e rebocados também com barro.

Em algumas casas antigas, a parede era construída com duas ordens de esteios verticais, paralelos e travados, sendo o vão cheio com adobe ou pedaços de pedra e barro. Tinha assim meio metro ou mais de espessura. Este processo foi muito usado em S. Paulo.

Alusões ao uso do tijolo e da telha no Brasil já se encontram em cartas e documentos a partir da segunda metade do século XVI. O tijolo era irregularmente empregado em construções muito antigas, em arcos ou aduelas, de mistura com pedra, como no convento do Carmo, em Belém do Pará, e em fortalezas antigas. E' do tipo romano, grande e de pouca altura, como os do fôrno. Êste mesmo tipo fomos

encontrar ainda, há muitos anos, em uso em Fortaleza. Notámos também em Ouro Preto, em casa de João Fortes, sobrado do século passado, um tijolo ainda com as dimensões dos primitivos: 0,23 de comprimento por 0.13 de largura e apenas 0,035 de altura — simples chapa de barro cozido. Tijolos assim foram muito usados para colunas de alvenaria de terraços, ou para revestir o chão.

O processo de construção mais usado, porém, sobretudo em São Paulo e Minas, era o de barro e paus cruzados — o barro-de-mão ou pau-a-pique.

Em Minas, generalizou-se a partir do primeiro quartel do século XVIII, tanto em sobrados de vulto como em pequenas casas urbanas; e até mesmo igrejas foram assim construídas (Diamantina, Santa Rita Durão, Santa Bárbara, etc.); com exceção de certos edifícios administrativos. Em muitas casas cujas paredes externas são de pedra ou taipa, as divisões internas obedecem a êsse sistema, com função de tabique. Nota-se a transição do processo em Ouro Preto e Mariana, onde as casas mais antigas, dos começos de 1700, são em pedra e argamassa, o que se pode observar nas ruínas do Morro da Queimada, onde as paredes são ainda em pedra tôsca.

Fazia-se essa construção armando o esqueleto, ou gaiola, sôbre embasamento de pedra, acima do nível do solo. Os esteios, com 0,15 ou 0,20 de face, conforme o tamanho da casa, eram embutidos nas pedras dos angulos, em buracos de 10 centímetros, mais ou menos, de profundidade. Determinavam-se as janelas e portas pelas suas ombreiras, que ficavam geralmente equidistantes, em correspondência as de cima com as de baixo; traves horizontais marcavam os peitoris e as vergas, — estas, curvas ou retas. O vigamento dos soalhos e o madeiramento do telhado eram então armados. Madeiras em diagonal travavam os espaços entre janelas e portas. Paus roliços, verticais, enchiam êsses espaços: presos das pedras do chão às diagonais, e, das diagonais a linha superior ou vigas, em furos adequados. Êsses paus roliços, geralmente com o diâmetro de 6 a 8 centímetros, espaçados de 12 a 15, recebiam dos dois lados as ripas horizontais, com seção de 7 x 2 centímetros mais ou menos, ou bambus, ou paus finos que eram fixados com pregos ou amarrados com tiras de couro ou

cipó. Feito isto, enchiam-se os interstícios com barro amassado e consistente, pelas duas faces, e revestido algumas vezes com cacos de telha. Executado o rebôco a trolha, com o mesmo barro e areia, vinham finalmente as caiações que, em sucessivas mãos, com o tempo, formavam uma camada protetora, como casca de ovo (fig. 1). Os esteios, os ângulos, nas casas simples, ficavam à vista; nas de categoria mais elevada, eram revestidos, formando cunhais ou pilastras, o que se obtinha picotando a madeira a enxó e guarnecendo-a horizontalmente com pequenos pedaços de ripas (como tacos), pregados e também picotados e chanfrados por dentro, para melhor reter o barro e os cacos de telha, sendo depois tudo rebocado. Todo o madeiramento grosso se facetava a machado (fig. 2).

A espessura dessas paredes variava de 18 a 25 centímetros, conforme o vulto da construção. Nas construções esmeradas, o madeiramento era aparelhado meticulosamente.

Este conjunto, sobretudo a cobertura, obedecia aos princípios da técnica de carpintaria em sua ensambladura. Entre nós, foram sempre muito usados paus roliços para as madres ou terças, barrotes, caibros e mesmo, algumas vezes, para as asnas, os pendurais e os níveis, o que obrigava o carapina a um cuidadoso trabalho de ajustamento. O telhado, estendendo-se além da cornija, formava o beiral, por meio de vigotas que, partindo de certo ponto dos barrotes, se projetavam sôbre o entàbuamento que cobria os cachorros e as pontas das linhas, ou sôbre a cornija, produzindo assim uma ligeira curva no telhado. Com efeito, êste não podia terminar a zero sôbre a parede, o que produziria a infiltração das águas para o interior do prédio. Tal sistema de construção é universal, e de uso em todo o sul da Europa; não é, portanto, característica exclusiva, nossa ou portuguêsa (fig. 3).

Os cachorros ficavam à vista ou eram guarnecidos de tábuas que formavam molduras, ou de fasquias cobertas à maneira de estuque. No Rio de Janeiro, pelo fato de serem as paredes grossas e fortes, a cornija era de alvenaria e jamais com cachorros à vista ou com moldura de madeira. Por volta de 1865, entrou em moda um tipo de platibanda que formava um falso beiral, de telhões esmaltados e ornamentados de azul. Em Minas, foi também usado um beiral forrado

de esteira de taquara, rebocado. Quando a casa era de construção forte, com os ângulos e os vãos guarnecidos de pedra, a cornija geralmente também o era. O algeroz, beiral formado de diversas ordens de telha sobrepostas, é visto no Brasil em qualquer tipo de construção e por tôda a parte, como no litoral de S. Paulo, em S. João d'El Rei e no norte.

Com relação a todos êstes pormenores existem exceções, aparecendo constantemente casos imprevistos, porém os princípios são gerais e simples.

*

* *

A planta da casa antiga apresenta multiplicidade de tipos, como é natural, tanto a do sobrado espaçoso da cidade ou a da esparramada casa de fazenda ou de engenho, como a da modesta e pequenina casa de porta e janela. Nas casas pequenas, apertadas entre construções, um corredor lateral serve a todos os cômodos; às vezes um ou outro vazio, à maneira de pátio, serve para clarear o interior. Para as grandes, há uma variedade enorme de soluções, raramente dignas de nota, pois, havendo espaço, os problemas são fáceis de resolver. Destacam-se entretanto as casas com plantas simétricas, pela sua simplicidade e harmonia.

A planta de um sobrado, quando simétrica e de tamanho médio, tendo a casa 15 metros de frente mais ou menos, isolada, e com janelas laterais, forma um retângulo dividido por linhas cruzadas em xadrez, ficando três peças na frente. Essas três peças são a sala e dois quartos. Há ainda uma peça central, recebendo a escada que vem do vestíbulo térreo e completando-se com uma alcova ou oratório; nos fundos a sala de jantar. Os demais cômodos são dormitórios. A cozinha e suas dependências estão geralmente reunidas em um corpo agregado aos fundos. Uma varanda ou terraço coberto, do qual desce a escada para o quintal, liga geralmente a sala de jantar à cozinha. Quando esta peça é larga e envidraçada, formando alpendre, chama-se copiar — nome que no norte se dá à sala de jantar (fig. 4).

O sobrado urbano, encravado entre outras construções, tem sempre um ou mais pátios que recebem e distribuem luz e ar a algumas peças internas. Uma ou outra casa de fazenda ou de engenho, sobretudo no Norte e quando vasta, mostra-nos, também o seu pátio. Os pátios, dando para o rés-do-chão ou porão, são áreas inúteis; calçados de grossas pedras, não são aproveitados para jardim com repuxo e canteiros, como erradamente se supõe. Contorna-os geralmente, no sobrado, um corredor ou passadiço coberto, às vezes envidraçado. Mesmo tendo arcaria ou estando ao nível do andar nobre, o pátio é sempre uma superfície abandonada; quando muito o ornamentam sem grandes cuidados, com vasos de avencas, e tinhorões.

No andar térreo, dando para a rua, ficam as lojas, armazens e o vestíbulo da casa. Em algumas, antigamente os baixos eram aproveitados apenas para dependências, depósitos, ou quartos de empregados e agregados, ou mesmo senzala, pois morando a família sempre no andar superior, deixava abandonada a parte inferior da casa.

A escadaria parte do vestíbulo, onde há sempre uma porta que se comunica com os fundos e por onde passa a cadeirinha ou o bangüê. Em certas casas, uma porta larga, dando para a rua, serve para carruagens, como se vê em muitos sobrados velhos do Rio de Janeiro.

Debret reproduz em um dos seus desenhos um vestíbulo de casa nobre, exatamente igual a muitos outros ainda existentes em Minas, (vimos um em Sabará): com bela balaustrada de jacarandá torneado e grandes volutas no topo. No norte, são particularmente interessantes certos vestíbulos antigos, encontrados na Baía e em S. Luís do Maranhão. No Recife, destaca-se um na rua Aurora, em estilo *Império*, de disposição original. Contudo, notam-se em muitas casas incoerências ou defeitos, como sejam cubículos inúteis ao lado de amplos salões, ou uma série de quartos em labirinto.

São interessantes, em Minas, a planta simétrica da casa do padre Lucindo Coutinho, em Santa Bárbara, e a do Hotel Quadrado na mesma cidade, pelo seu pátio. Em Mariana, a da casa do Barão do Pontal, e a do palácio do Conde Assumar, com um lado de viés, e com as antigas enfermarias. Além destas, vale observar outras grandes residências, com pátios, na praça da Independência (fig. 5) da

mesma cidade. E' digna de nota também a "Casa dos Contos" em Ouro Preto, pelo tamanho dos seus cômodos e pelo pátio com passadiço e escada. Em Sabará e em muitas outras cidades mineiras encontram-se igualmente plantas curiosas.

Compreende-se a simplicidade e a ausência do ornato no interior das casas brasileiras. Nas de barro-de-mão, as paredes, pela sua contextura, são apenas caiadas e não permitem painéis, requadros, lambris, etc.; de quando em quando, encontramos no alto, um friso com o moldurão; às vêzes marmorizados ou filetados de côres vivas, ou com grinaldas, pintados a têmpera ou a cola.

No Rio e no norte, sendo a casa antiga de paredes grossas e fortes, foi possível uma ornamentação mais rica e sólida. Em um ou outro exemplar encontramos portas internas com alizares em molduras, encimadas de cornijas, ou outro remate discreto. Será inútil portanto procurar uma porta com entalhes, tão comum em igrejas; encontramos, sim, uma ou outra com almofadas salientes e mesmo volumosas, sobretudo a da entrada. Os tetos, geralmente em tábuas lisas, às vêzes formam maceira ou apainelados, que foram pintados em tempos idos com cenas, paisagens ou flores, e das quais muito pouco chegou até nós. Teto de esteira de taquara é comum em Minas; podemos citar o da casa da Câmara, em Santa Luzia do Rio das Velhas, pintado em côres variadas. Tetos vazados, de grades de sarrafos, são de uso no norte. O artesoado e os caixotões são conhecidos apenas em sacristias de igrejas.

Em tetos de grandes salões de casa nobres e solares, encontram-se por vêzes grandes florões entalhados para o lustre, acompanhados de entalhes menores pelos cantos, dourados ou pintados. Vigamento à vista, só em teto de rés-de-chão; o que se nota em vestíbulos, ou em casas térreas, como numa velha hospedaria de Cachoeira do Campo, em Minas Gerais.

Quando a casa dispõe de terreno lateral, é comum haver aí um alpendre sôbre pilastras, coberto, como o da casa de Chica da Silva em Diamantina, êste todo em rótulas. No norte é também encontradiço, mas inteiramente aberto (fig. 6).

Por tôda parte, em casas térreas rurais, engenhos ou fazendas, observava-se ampla varanda na frente, com colunas ou pilastras de alvenaria ou esteios de madeira, tôda aberta, ou tendo no eixo a escadaria, e de um lado a capela ou um cômodo a fechá-la (fig. 7). Nas assobradadas: alpendre na frente, sôbre pilastras com grades de madeira recortada (fig. 8).

Casas urbanas com amplas varandas no primeiro andar e em tôda a extensão da fachada, com peitoril de alvenaria ou de tábuas, ou de torneados, não são raras. Em Diamantina, Santa Rita Durão e Ouro Preto (Largo do Bom Jesus) existiam ou existem ainda casas dêsse gênero, como também no norte, sendo bastante um exemplar com rótulas, em Olinda (fig. 9). Outro exemplar típico é o da residência dos padres jesuitas, no Colégio de Sergipe, reproduzida na figura 32 do n.º 5 da *Revista do SPHAN* (*A arquitetura jesuítica no Brasil,* Lúcio Costa).

A cozinha antiga era, como se sabe, ampla, de chão batido, ou calçada de lajes ou de pedras pequenas; ou mesmo assoalhada, com tábuas largas. Com o fogão e o forno no centro e sem chaminé, êsse tipo é vulgar em Minas. Quando o fogão era encostado, abria-se uma abertura na parede, para a saída do fumo. Teria havido no Brasil fogão à moda européia, com largo chapéu ligado à chaminé? Sim, em grandes casas e conventos. Em Minas são conhecidos o da cadeia de Mariana e o da "Casa dos Contos", em Ouro Preto, sendo que o desta última serviu para fundição de ouro.

No norte terá também existido êsse tipo de fogão, pois assim o indica a chaminé do Convento de Santo Antônio, em Cairu, na Bahia. De qualquer modo, verifica-se que o fogão antigo é simples em tôda parte. Os de maiores proporções eram construídos em tôda a extensão da parede e sôbre arcos, dentro dos quais se guardava lenha.

Nada é mais curioso do que a questão suscitada pela ausência, nas casas antigas, de certa dependência necessária. E' próprio do tempo. Já Versalhes se ressentia da mesma falta. A solução era dada como em tôda a parte: transportando-se certo móvel de um cômodo para outro, ou reservando-se um quarto para tal fim. Tratando do assunto, diz Edouard Rouvayre que, no século XVIII, em França, para

neutralizar certos inconvenientes, as casas eram perfumadas com folhagens aromáticas, postas em ricos vasos sôbre os mármores das lareiras. Havia mesmo um receituário das combinações de extratos e ervas em uso.

O banho era tomado num quarto, em bacião ou tina. No século **XIX**, começaram a vir da Europa banheiros de mármore e já se construía também, para êsse fim, um pequeno cômodo no quintal.

*
* *

A fachada da casa antiga era em geral lisa; quando enfeitada, despretensiosa e discreta, pela disposição de seus vãos, percebe-se-lhe quase sempre a divisão. Sobrados com a porta no centro, e janelas distribuídas simètricamente, na maioria com sacadas, tendo apenas molduras sôbre as janelas superiores, constituem a grande maioria das casas de destaque. Guarnecem-nas, além da cornija do beiral, às vezes com friso e arquitrave, um listel à altura do piso do sobrado, acompanhando o alinhamento das sacadas. No chão, ligeiro ressalto indica o embasamento.

Sóbrias e corretas, como ainda as há por tôda parte, sobretudo em Minas e no Norte, sem saliências nem movimentos artificiais, apenas as distingue entre si uma grade com desenho especial, ou vidros com pinásios em curvas originais, ou ainda a porta com saliências e moldurão curvo, em execução caprichada (como o portal em madeira de uma casa em Sabará, cujas pilastras arqueadas parecem ceder ao peso do coroamento). A esta altura devemos lembrar mais uma vez a "Casa dos Contos", construída em 1787, e única pela ousadia e originalidade da concepção, a qual fugia ao padrão geral, com as ombreiras dos seus janelões e portas, suas molduras e quinas, em arenito amarelo, fortemente desenhadas e executadas.

Saindo da casa de residência para buscar alguns exemplos fora, ocorre-nos fazer especial menção da antiga Câmara e Cadeia de Ouro Preto, construída em 1785, hoje Museu da Inconfidência, pela sua concepção arquitetônica elevada, e pelos seus pormenores raros, como a platibanda de balaustres. Lembra êsse edifício, ao primeiro exame,

o Capitólio de Roma. Encerra entretanto uma extravagância um êrro que clama contra os princípios fundamentais da arquitetura: o de apresentar no eixo uma coluna, em lugar de um vão — o que não deixa de ser também uma nota de originalidade, pois, dificilmente se apontaria coisa semelhante em edifício pós-renascentista. A Câmara de Mariana, guarnecida de pedra esverdeada, a que chamam *serpentina*, destaca-se pela escadaria monumental, de dois lances; a de Santa Bárbara, térrea e despretensiosa, com beiral e portal de madeira, notáveis. Torna-se interessante observar aqui ser a madeira o único recurso ornamental em casa de pau-a-pique.

Na Bahia, caracterizam-se as Câmaras por uma galeria no andar térreo, sob arcadas. Assim a da capital, a de Cachoeira, a de Maragogipe; o que também se vê em engenhos e solares, como no Solar do Coronel.

Em Niterói, caso idêntico se registra na casa velha da fazenda Jurujuba. No norte do país, os sobrados mais antigos — solares — destacam-se pela solidez, tamanho e sobriedade, sobretudo na Bahia.

Com suas janelas apenas requadradas e fundas, guarnecidas de pedras, com bancos dispostos internamente na reentrância do peitoril, ou sacadas com ferros sóbrios, firmados em lajes retangulares, ostentam geralmente, como única ornamentação exterior, magníficos portais. Os do fim de setecentos já apresentam janelas de contornos ornamentados, o que também ocorre em S. Luís e no Pará, onde alguns sobrados antigos se distinguem pela ornamentação elegante e bem distribuída.

O telhado da casa brasileira segue, como tudo mais, os usos de Portugal; usos que ficaram tàcitamente assentes entre nós, sem discrepância: com duas águas ou, quando isolado, com tacaniças laterais.

Tem o telhado, habitualmente, uma inclinação que vai de 18 a 30 graus, raramente ultrapassando êste limite: baixo como no Colégio dos Jesuitas, em Paranaguá, ou empinado, como nos sobrados do Recife. Em geral o telhado termina mostrando de um a dois palmos de telha além da cornija ou sôbre as tábuas que cobrem os cachorros. Era também de uso, como em Portugal, emboçar as fiadas de telhas

que correspondem às tesouras, ficando o telhado marcado por listas claras e espaçadas. São conhecidos vários tipos de enfeite nos ângulos dos beirais: uma ponta ou uma pomba, em geral feitas de telha, são os mais comuns em tôda a parte. No norte, encontramos grande variedade dêles: fôlhas de acanto, águias, etc., em telha, alvenaria e mesmo ferro.

As águas-furtadas são bastante visíveis no perfil da cidade antiga. Às vêzes amplas, formando um cômodo, outras vêzes minúsculas, servindo apenas para arejar o sótão. Também se usou muito em tôda parte, uma contrução no telhado, à frente do prédio, em forma de cruz ou de T, de modo a ficar uma de suas partes sôbre a fachada, e as demais lateralmente, indo de um lado a outro da casa, e tendo muitas vêzes as paredes forradas de telhas invertidas à moda portuguêsa (fig. 10).

O torreão central e o mirante, muitos portuguêses, não constituem raridade. Típico, a êsse respeito, são o da Casa dos Contos, em Ouro Preto, o do Tribunal de Justiça, em S. Luís. O palácio da Boa-Vista, construído em Pernambuco pelos holandêses, mostrava ao centro uma construção dessa ordem. Tôrre lateral bem caracterizada é a da Casa da Tôrre, nos arredores do Recife.

De jardins coloniais, nada resta além do pequeno jardim da Casa dos Contos, que, simples, com chafariz central, planta simétrica e canteiros altos, protegidos por grandes lajes verticais, muito nos diz sôbre êste complemento da casa nos tempos idos.

Alguns bancos forrados de conchas, pedregulhos ou azulejos restam ainda de antigos jardins do século XIX.

*

* *

As janelas das construções remotas, dos primórdios da colonização, ou de casas rústicas, engenhos e sítios eram, muitas vêzes, protegidas por grades de jacarandá facetado ou torneado, como ainda as encontramos em velhas casas de taipa, nos arredores de S. Paulo. Devemos historiar a evolução da janela primária, sem caxilhos nem rótulas, tendo a fechá-la apenas o *escuro* (mesmo em janelas com

sacadas). Foi elemento constante, no período colonial, e ainda hoje é observada em casas pobres, urbanas, ou em casebres da roça. Janela que se transformou, recebendo a rótula, depois o caixilho com vidros.

Por tôda parte observamos êste pormenor, tanto em cidades de Minas, de S. Paulo e do norte, como em sítios e fazendas velhas. Primitivamente, quando se abria o *escuro* (espécie de fôlha de porta que, por dentro, a fechava herméticamente), o vento e a luz eram contidos apenas por uma cortina de encerado transparente, ou de oleado, como em tôda parte, mesmo depois do Renascimento. Em certos casos, o *escuro* tinha postigos almofadados.

A vidraça já é citada entre nós em documentos dos fins do século XVI. No século seguinte, com a vulgarização do vidro, acrescentam-se caixilhos aos postigos, ou se abrem no *escuro* frestas que vão receber caixilhos sobrepostos com dois ou três vidros cada um. O processo formou estilo, tanto no Brasil como em Portugal, os *escuros* passaram a ser feitos com caixilhos salientes, como ainda os vemos na Baía; no século XVIII, êsse pormenor se fazia notar na Casa dos Contos, em igrejas e em numerosíssimas casas por todo o país. Entretanto, a êsse tempo certas janelas já eram abertas em novas linhas, leves e elegantes, para receber dez ou doze vidros em cada fôlha; ou a janela de guilhotina (fig. 11).

Muitas residências podem ainda ser vistas no Brasil, com caixilhos magníficos. Qualquer enumeração seria fastidiosa, bastando citar o antigo palácio dos Governadores, atual Escola de Minas, em Ouro Preto, cujas janelas, com vinte e oito vidros cada uma, podem ser apontadas como modelo de carpintaria do século XVIII.

O vidro para tal fim era caro, e já vinha cortado em pequenas dimensões. O vidro plano para vidraça começa a disseminar-se na Europa nos meados do século XVII, embora conhecido havia muitos séculos. O mais usado, nos fins da Idade Média e no Renascimento. era o vidro minúsculo, disposto nas janelas em desenhos geométricos simples, e preso a fio de chumbo, como nos vitrais. Sòmente em fins do século XVIII começa a fabricar-se vidro plano em grandes dimensões. Contemporâneamente, à janela térrea de *escuro* sobrepunha-se a rótula, caixa com maior ou menor espessura, o que já representa

uma evolução ou adaptação da janela primária (fig. 12). Mais generalizada se tornou então a simples aplicação de uma bandeira fixa, de torneados ou tábuas recortadas, acompanhada de duas fôlhas de rótula pregadas no batente e abrindo para fora; isto, numa grande variedade de modelos e tamanhos, em todo o Brasil. A janela de guilhotina também foi usada com êste tipo de rótulas: vidro em cima, e fôlhas móveis em baixo. A cidade do Rio de Janeiro andava cheia de janelas assim protegidas, e que não foram totalmente abolidas em 1309, como faz crer a ordem categórica do intendente de polícia Paulo Viana, pois nos desenhos de Debret e de outros artistas documentadores figuram numerosas rótulas em sacadas e em janelas térreas. Uma varanda de rótulas, à rua do Hospício, perdurou mesmo até alguns anos atrás.

Outro tipo de janela digna de atenção é a janela térrea, guarnecida com fôlhas rendadas ou vazadas em volutas e arabescos, girando a fôlha inferior sôbre um eixo horizontal, como havia muitas em Minas. Casos especiais existem: como a janela com o *escuro* ou os caixilhos abrindo para fora.

A rótula ou adufa (grade feita de reixas ou tiras paralelas de madeira, em duas ordens, sendo geralmente a da face interna em vertical, e a do exterior em diagonal formando espinha, ou simplesmente cruzadas em aspa) era aplicada em sacadas, varandas, portas, postigos e também como divisão interna. Nas sacadas, dois tipos se apresentavam mais generalizados: o de painéis de reixas, acompanhados de almofadas na parte inferior, e outro, mais simples, sem almofadas. Era também costume protegê-las exteriormente com uma guarnição de torneados em duas ordens, sendo a de baixo mais alta e mais cheia que a de cima. Esta sacada de torneados, sem a rótula interna, é também muito comum (fig. 13).

Nos sobrados, numa ou mais janelas, era aplicado o muxarabiê: caixa de rótulas, com as fôlhas móveis, geralmente abrindo de baixo para cima, à moda árabe, como proteção contra olhares indiscretos.

Havia grande variedade dêstes resguardos, geralmente usados em janelas de quartos de dormir que davam pará a rua.

O *muxarabiê* era sempre postiço, apoiado à sacada e preso aos esteios da janela (fig. 14).

Diamantina possui ainda um belo exemplar dêles, provàvelmente o último dc quantos existiram no Brasil. Em S. Paulo, no ano de 1860, sòmente à rua do Rosário, atual Quinze de Novembro, ainda existiam oito; à rua do Cotovelo, atual Quitanda, viam-se dois, tal como o testemunham fotografias da época. Em Mariana, conservava-se um muito interessante, na casa que pertencera a Cláudio Manuel da Costa. Certas casas dispunham de varandas laterais, sob o abrigo de rótulas, como a de Diamantina, já citada. Janelas de parapeito de torneados, alguns volumosos, ou de tábuas recortadas formando balaustrada dentro do vão e no alinhamento da parede, ou mesmo formando sacada, são constantes em casas antigas ou em igrejas, em interessantes e variados modelos, e encontram-se em Sabará, Ouro Preto, como na Paraíba.

Não consta que janelas com venezianas tenham sido usadas no Brasil antes do comêço do século passado, embora Rugendas assim as apresente em sua estampa "A rua Direita", que se diria antes o Faubourg Saint Martin, sob Carlos X, do que uma rua do Rio de Janeiro. Corre esta fantasia por conta de V. Adam, desenhista que reproduziu em França os *croquis* de Rugendas para a conhecida obra. As venezianas aparecem aqui, — supomos — por volta de 1835, aplicadas à metade inferior das janelas; disposição mantida até hoje no Rio de Janeiro.

Usaram-se, isto sim, toldos de pano, ou formados de tábuas finas horizontais — fasquias — presas por meio de cadarços, e que se suspendiam mediante cordéis, graduando-se à vontade, como ainda se usam: pormenor que o próprio Rugendas e outros autores da época documentam.

Um dos elementos mais curiosos da construção brasileira antiga, não pela riqueza e versatilidade, senão justamente pelos recursos sóbrios e estilo constante — no que se afina com o resto — é a ferragem, o ferro forjado das grades e sacadas. Não existe entre nós o ferro trabalhado, exuberante de folhagens e ornatos, enfim, a obra

artística de forja. A ferragem da casa, composta de espelhos e fechaduras, trincos, ferrolhos e aldrabas, puxadores, dobradiças e argolas de bater, reproduz os puros modelos de Portugal. Os variados espelhos de porta, nas casas antigas de Ouro Preto, Mariana e Diamantina, seja com a cruz de Cristo, com pássaros ou folhagens, ou simplesmente em linhas tradicionais na arte da serralharia, em chapa chanfrada e estanhada, estão rigorosamente na tradição lusitana. Do mesmo modo os ferrolhos das pesadas portas, e o uso de pôr as chapas das dobradiças na sua face interna, ficando para o exterior apenas as grossas cabeças dos pregos.

Nossas mais interessantes sacadas de ferro forjado são as que aparecem em alguns dos edifícios mais antigos. Filiam-se a um único padrão, posto que com algumas variantes. Grades de feitio extremamente singelo, compostas de varões verticais em duas ordens, separados por uma barra de ferro; a ordem inferior mais cheia e mais alta que a de cima, e os varões guarnecidos de arruelas e cones (fig. 15).

Êsse tipo de sacada é puramente português, e muito comum em Portugal. Na Baía, vemo-lo no Paço do Saldanha, no Solar dos Sete Candeeiros, no antigo Seminário de S. Dâmaso e em alguns outros edifícios, geralmente do século XVII. Do século XVIII, temo-lo em Ouro Preto, no antigo Palácio dos Governadores, e na Casa dos Contos. No Rio de Janeiro, ostenta-o o antigo paço da cidade, hoje Correios e Telégrafos, de forma idêntica, aliás, à observada no palácio do Conde da Figueira, em Lisboa.

Após êsse padrão especial e uniforme de sacada, vem a de tipo comum. E' ela sempre formada de varões de 15 a 20 milímetros de diâmetro, em combinação com tiras de ferro, com a secção de 15 x 5 milímetros, entrando o chumbo ou o rebite como ligação; alguns ferros simples, roliços, servem de esteios, e outros, em tiras curvas, de ornamento. De resto, êstes elementos e a maneira de trabalhá-los são também conservados em Portugal.

Do século XVIII, temos meia duzia de belas sacadas em estilo francês ou D. José I, no Recife, em S. Luís do Maranhão e no Pará (fig. 16).

Outros tipos singelos, inspirados no estilo Luís XVI, também foram praticados. Fazem exceção à regra as sacadas da antiga Câmara de Ouro Preto, e de raros outros edifícios.

Nos fins do Setecentos e em todo o Oitocentos, adotaram-se também grades leves e em desenhos variados, mas que se repetiram por todo o Brasil, como obedecendo a modelos preestabelecidos, sendo que muitos dêsses modelos são encontrados em Portugal (fig. 17). Durante o século XIX, as grades receberam também influência do estilo *Império*, com rosetas, estrêlas e palmas, e, mais tarde, do Romantismo, com liras, vasos, iniciais, etc.; modelos que foram usados até recentemente e se reproduziram no Rio, em S. Paulo, Ouro Preto e no norte do Brasil, formando alguns extensas sacadas que abraçam tôdas as janelas do mesmo andar.

Foram igualmente usados, nesse último século, esteios altos de ferro, enfeitados e presos às sacadas para a luminária nas noites de festa.

Grades antigas de proteção, em janelas térreas, são singelas, de motivos repetidos, às vêzes bem compostas em seus arranjos. Com barriga ou ressalto, à moda ibérica, existiram e ainda se vêem por tôda parte, sobretudo em açotéias. Das antigas, como as da Sé Velha da Baía, hoje demolida, com seus ganchos e pinhas, e outras, em ferro torcido, são raros exemplares restantes.

Nesse mesmo ramo, existem alguns portões curiosos, sendo digno de destaque o da Quinta das Laranjeiras, na estrada do Anil, em S. Luís do Maranhão.

*

* *

O azulejo português foi sempre um elemento decorativo largamente usado, especialmente nas igrejas. Os mais antigos que temos são os do século XVII, em motivos isolados, como flores, pássaros, animais, etc., à moda holandesa, (já não alcançámos os azulejos moçárabes, em relevo). São grosseiramente pintados, e mais espessos que os azulejos holandeses (fig. 18).

Azulejos ornamentais de "tapête", com flores em azul e amarelo, às vêzes filetados de côr de vinho, ou com ornatos de influência oriental, para lambris, com cercadura de moldura arquitetônica e rodapé marmorizado, pertencem igualmente a êsse tempo ou ao começo do século XVIII, como os que se vêem na Baía (Catedral e Paço do Saldanha), no Rio (igreja do mosteiro de S. Bento), e, em geral, nos conventos mais antigos (fig. 19). Em seguida, temos os painéis enquadrando vasos ou flores entre golfinhos e volutas com cercadura de folhagem em meandros, como na igreja de Santo Antônio, em Belém, e no Convento da Santa Teresa, no Salvador (fig. 20)

Não possuímos painéis de época anterior, e muito menos algo que se compare por exemplo aos painéis quinhentistas da igreja de São Roque, em Lisboa. Surgem logo no começo do Setecentos os painéis com cenas profanas, ou religiosas, pastoris, mitológicas, etc., onde a cercadura de meandro é substituída por elementos arquitetônicos faustosamente ornamentados, sem quebrar contudo o enquadramento retangular exterior: exemplos no salão nobre da Santa Casa, no Salvador, e no Convento do Desterro, na mesmo cidade; na igreja da Glória do Rio de Janeiro; no Carmo, de Belém, e em outras igrejas (fig. 21).

Ainda sob D. João V, e em seguimento àqueles, vêm os grandes painéis já com a linha superior em curva, rematados por vasos ou ânforas nas pilastras e com cartelas nos lambris, tudo ainda barroco, tais como os conhecidos painéis do claustro de São Francisco, no Salvador (fig. 22).

A partir de D. José I, começa a dominar o espírito rococó, que se faz sentir profundamente neste gênero de decoração. Tornam-se os painéis mais movimentados, e os ornatos mais leves, ficando muitas vêzes a côr azul reservada para a cena central, e sendo a cercadura polícroma, em amarelo, verde-azeitona e côr-de-vinho. Dêste tipo de azulejos existem diversos conjuntos na igreja do Rosário, no Salvador (fig. 23).

Nas igrejas e conventos, naturalmente, as cenas dos painéis só podem versar temas religiosos ou bíblicos, representar vidas de santos ou figuras simbólicas, ao passo que nas residências os lambris, quando

não de simples azulejos de "tapête" ornamental, apresentam composições profanas ou emblemáticas, ou mesmo simplesmente, uma composição arquitetônica ornamentada, cercando pequenas cenas bucólicas, paisagens, marinhas ou vasos com flores.

Da época de D. Maria I, painéis polícromos neste gênero, existentes no solar do Conde dos Arcos, foram revelados por E. C. Falcão, em *Relíquias da Baía.*

Nos fins do Setecentos, aparece um elemento imprevisto, quebrando a seqüência dos ornatos nos lambris: uma figura em azulejo, em corpo inteiro e do tamanho natural (a parte superior recortada na parede), e que, num gesto acolhedor, convida o visitante a entrar.

Na escadaria do antigo Colégio dos Jesuitas, no Salvador, havia (ou há) uma figura vestida à Luís XV, recebendo, com um sorriso, o visitante. Em S. Luís do Maranhão diversos exemplares dêste gênero existem ou existiram, pois lá os vimos há muitos anos. Numa casa residencial desta última cidade, um rajá fuma tranqüilamente o seu longo cachimbo e sustenta um pesado bordão montando guarda no corredor da entrada. Em outra, dois sargentos de infantaria portuguêsa de 1816, um do 22.º, outro do 18.º, postos um em face do outro, estendem a mão, num gesto franco de acolhimento (fig. 24). À rua das Flores, casa de esquina com a rua dos Afogados, notam-se quatro soldados, sendo um granadeiro de Napoleão I, dois porta-machados e mais um granadeiro, os três últimos brasileiros, formando ala para os visitantes. Os brasileiros envergam o uniforme de 1845, e estão primorosamente pintados em azul, amarelo e branco. Devem representar soldados do antigo 5.º de fuzileiros, corpo então tradicional no Maranhão.

No meado do século XIX, divulga-se a moda de forrar a fachada de casas com azulejos, como ainda as vemos no Rio, na Baía e em S. Paulo, por tôda parte enfim; uso que se estendeu também às igrejas. Alguns sobrados, no Recife e em S. Luís, mostram até hoje azulejos polícromos, que remontam à primeira metade do século. Têm todos a média 0,125 e 0,140 de face. Êste uso se tornou generalizado entre 1850 e 1890. Os azulejos são estampilhados ou pintados à mão, em azul, azul e amarelo, e, às vêzes, filetados de côr-de-vinho. Em côr verde

são muito raros. Usaram-se também modelos com relevos em azul e amarelo. A França forneceu-nos muitos dêstes azulejos, que se conhecem pela marca no reverso e pelas medidas: 0,11x0,11. Os azulejos espanhóis têm medidas extremas, 10 x 10 ou 20 x 20.

*
* *

Como vimos, os elementos de que se compõe a casa antiga no Brasil se distribuem igualmente por todo o país, sendo que poucas particularidades podem ser apontadas como exclusivas em uma ou outra região. Com efeito: dentro desta uniformidade geral, certos pormenores referentes à construção, ao material ou aos ornatos, repetindo-se, agrupando-se, ou insistindo mais numa cidade do que noutra, formam como uma peculiaridade regional, sem contudo chegar a definir-se em um regionalismo marcante.

Examinemos algumas destas particularidades, começando por Minas Gerais, pois no Rio o que existe se situa dentro do aspecto geral, uniforme. Nossas observações, contudo, são aplicáveis ao que desapareceu, na Capital do país, pelo que nos informam desenhos, quadros e estampas de Debret, Rugendas, Chamberlain, Mary Graham e outros viajantes anotadores, dignos de fé. A única particularidade do Rio, que sob êsse aspecto se torna diferente do resto do país, é o uso intensivo do granito nas ombreiras e vêrgas, soleiras e peitoris, das portas e janelas.

Ouro Preto teve e ainda conserva alguns oratórios de esquina.

E' cidade rica em bandeiras de janela do século XIX, em variadas fantasias. O beiral de suas casas pode ser tido como peculiar: formado por uma cornija volumosa de madeira, ou melhor, em tábuas aparelhadas, com balanço e altura que vão de 75 cms. a 1 metro (fig. 25). Outro característico ouropretano é a ornamentação originalíssima, feita no reboque da parede, por meio de molde de ferro, em tôda a superfície, à maneira de azulejos. Não podemos também deixar de apontar, no antigo Palácio dos Governadores, o portal toscano, correto como um ensaio de Vignola.

Mariana integra-se no aspecto geral, sem particularidades que a distingam expressamente. Seus beirais, sacadas e cornijas assemelham-se aos de outras cidades mineiras. Contudo, pode exibir com orgulho as sacadas em pedra-sabão, da casa do Barão do Pontal, únicas no Brasil; e a Casa Capitular, prédio pequeno, mas de belo desenho e apurada execução em material nobre.

Diamantina destaca-se extraordinàriamente por uma grande cópia de peculiaridades. Em primeiro lugar, os beirais, verdadeiras obras primas de carpintaria — são formados de largas molduras de madeira, de que saem os cachorros intercalados com as pontas grossas das *linhas,* todos recortados em perfis caprichosos (fig. 26). Mais notável ainda é o colorido alegre, variado e harmonioso, que cobre não só paredes, como molduras, beirais e janelas, de suas casas e igrejas: marmorizados dos batentes, festões de flores nos frisos ou ornatos extravagantes, tudo isto pintado em verde, ocre, azul e vermelho, em variados tons, bizarramente disposto. O mesmo ocorre nas sacadas de rótulas ou de torneados, onde cada uma das partes é pintada em côr diferente; era pelo menos assim, ainda em 1930. Encontrámos também aí o uso curioso de se estampar nas vidraças flores ou ornatos em côr branca, por meio de moldes. Outra particularidade, bem estranha, é a de terem certas casas as paredes exteriores forradas de fôlhas de ferro, cuidadosamente ajustadas e pintadas.

Em São João d'El Rei, observa-se uma nota interessante: casas enfeitadas com ornatos em barroco ou rococó em relevo, nos frisos, cunhais e capitéis, pintados em côres variadas. Há ali também muitos beirais em algeroz (fig. 27).

Montes Claros apresenta um fenêmeno muito curioso: frisos, cunhais ou pilastras dos ângulos com capitéis, trabalhados em relevo, fugindo completamente a qualquer influência ou reminiscência barroca ou tradicional; de forma, composição e execução primárias ou bárbaras, lembrando, por por vêzes, o românico. E' a ornamentação autóctone de uma cidade isolada, que se cristalizou formando estilo local, pois, são muitos os casos em tôda a cidade (fig. 28).

Em São Paulo, cujas casas eram muito semelhantes às de Minas, destacavam-se como particularidade, em primeiro lugar, os beirais

grandes, planos e lisos, que se estendiam com um metro ou mais de avanço, por tôdas as ruas centrais (fig. 29). Ainda, beirais e cachorros recortados; sacadas com a base em moldura ou linhas curvas; rica variedade de grades; altas janelas bem desenhadas, algumas com coroamento *imperio;* rótulas e muxarabiês; elementos coloniais ou do século XIX, que davam à cidade, por volta de 1860, uma homogeneidade repousante, distinta e mesmo elegante. Em Santos, Iguape, Itu, Sorocaba e Parnaiba, encontram-se restos ou interessantes remanescentes de construções coloniais.

No Norte, a Baía, só por si, é tão rica de elementos no acúmulo de construções de diversas épocas, que dificilmente se poderia enunciá-los todos. Os solares e casas de engenho, vastos e ricos, testemunham a abastança e mesmo o luxo que por ali reinava. Dentro dos característicos gerais. destacam-se dois elementos, como já dissemos: portais em estilo barroco, e janelas ornamentadas.

Os portais, dos fins do século XVII e coméço do XVIII, como no Paço do Saldanha, nos solares Berquó, Ferrão, Gregório de Matos e Sete Candeeiros e em muitos outros, em barroco clássico, italiano, com frisos de caneluras ou folhagens, cartelas com escudo de armas entre as volutas da cornija, e guarnição ao longo da porta ou nas pilastras, em entrelaçados, são peças que nos ligam à arquitetura erudita do Renascimento, e que, lembrando similares da Itália, de Portugal e da Espanha, elevam e enobrecem sobremaneira nossa arquitetura civil, no seu conjunto simples e mesmo pobre (fig. 30).

Outro elemento: as janelas. São interessantes pela ornamentação peculiar que as reveste: um friso que as contorna, rematando ao alto em curvas, sustenta geralmente pequena cornija movimentada e, pela parte de baixo, é rematado por consolos ou suportes. Acompanham o friso orelhas laterais, guirlandas, flores, cêstos ou simples folhagens. E' igualmente digna de nota, como peculiar da Baía, a janela com os vidros divididos em losangos, como na Associação Comercial (fig. 31).

O Recife caracteriza-se por altas e estreitas construções de duas águas, e empinados oitões com janelas e aberturas em losango nessa parte do sótão. Outra particularidade, e bem local, é a de terem as

sacadas consolos de pedras a sustentá-las. Pesados, volumosos e simplesmente retangulares, às vêzes chanfrados, não têm similares no Brasil. Existe também notável variedade de grades de ferro, sendo algumas originais, e desenhos variados nos pinásios das janelas, tanto de guilhotina como de sacada.

Em Fortaleza, podem ver-se, em grande número de casas, interessantes anteportas de entrada, com rótulas e venezianas abrindo para fora à moda árabe, e variada quantidade de bandeiras de janelas e de portas, internas ou externas, rendadas ou vazadas nos mais caprichosos desenhos ou feitas de tiras trançadas, o que dá às casas ventilação excelente. Chama também a atenção do observador a grande quantidade de buzinotes ou canos de águas em fôlha-de-flandres, terminados em boca de peixe ou de dragão, com os tubos enfeitados com fôlhas recortadas: arte de encanador, dando um aspecto especial às ruas da cidade. O antigo casarão do Hotel Avenida era interessante, pelo entressolo com janelas pequenas, quina em silharia e cornija superior. Não podemos esquecer um esguio e elegante chafariz da Praça dos Mártires, com quatro jarrões chineses enfeitando o seu bordo, isto há vinte anos...

S. Luís do Maranhão possui variada coleção de ferros em estilo Luís XV, verdadeiros modelos de arte e gôsto. Possui também notáveis cornijas e belos vestíbulos, sendo abundante na cidade o mármore de lioz (fig. 32).

Em Belém do Pará, janelas e portas guarnecidas de ornatos bem desenhados e elegantes, ligando os vãos de baixo com os de cima, dão raro destaque a certas casas, entre as quais a "Residência". A cidade dispõe também de belas grades, como S. Luís. Caso único no Brasil, o da "Residência": verdadeira casa palaciana do século XVIII, apesar de pequena e interiormente sem nenhum interêsse, possui belíssimas grades de ferro, portas e janelas ornamentadas com equilíbrio e requintado gôsto, destacando-se a janela central, correspondente à larga porta de entrada.

Cumpre citar, por último, certos portões de alvenaria, que se vêem ainda um pouco por tôda parte. O Rio de Janeiro possui alguns portões coloniais, como o do Passeio Público; é rico em portões do século

passado, com vasos portuguêses e belos ferros; Recife mostra ainda (?) em seus arredores notáveis entradas de chácaras, como o portão do Poço. Em Fortaleza, à rua General Sampaio, um velho portão em linhas retangulares ostentava impávido, há muitos anos, a pureza da sua silharia. Ouro Preto, S. Paulo, e, no sul, Porto Alegre, têm ainda ou tiveram belos portões.

*
* *

Muito embora a igreja se distinga pelo seu aspecto peculiar, suas soluções próprias, com uso de elementos tradicionais, e tenha constituído por tôda parte, no Brasil, o ponto de convergência dos esforços artísticos, ficando a casa civil em segundo plano, é indiscutível que em muitas cidades brasileiras um certo parentesco, um certo ar comum existe entre as igrejas e as casas — sem se identificar pròpriamente a influência direta de uma sôbre outra. Nota-se que foram construídas contemporâneamente, estabelecendo-se um certo paralelismo entre elas, através do tempo; produto natural do emprego em comum da mão-de-obra e do material. Êsse paralelismo, em Minas, cessa aos poucos a partir do reinado de D. José I, tomando as igrejas novos rumos, movimentando-se e adotando novas linhas, enriquecendo suas janelas e portais, como em S. Francisco e no Carmo de Ouro Preto, Mariana, São João d'El Rei e em outros casos, desprendendo-se do ar jesuítico das primeiras igrejas — as mais velhas —, como a catedral de Mariana e as matrizes de Sabará e de Santa Bárbara.

Em Diamantina, as igrejas são de baldrame e barro, como as casas; os beirais, janelas e grades são comuns em umas e outras. Em S. Paulo, os beirais e as janelas laterais da Sé eram iguais aos das casas, — tão características.

Na Baía, a construção civil acompanha mais ìntimamente e por mias tempo a construção religiosa. Os portais pomposos do século XVII e comêços do Setecentos, tanto nos solares como em muitas igrejas e casas religiosas, como na Sé demolida, no Paço do Arcebispo,

no Antigo Seminário e na Santa Casa de Misericórdia, são idênticos, guardando as devidas proporções entre si.

Nos fins do Setecentos, nota-se, ainda na Baía, certa afinidade entre algumas janelas enfeitadas, como as do Convento do Carmo, e as da sua galeria lateral, largas e em arcos, com a de algumas casas urbanas e com as de galerias laterais ou varandas de alguns solares dos arrabaldes.

No Pará, dá-se o mesmo caso entre as janelas do Carmo, das Mercês e mesmo da catedral, com as de algumas casas — feita a devida adaptação.

Contudo, o parentesco não vai além dêstes pormenores, resultantes mais do contacto do que de imposição artística, pois não há em construções civis frontões em curvas ou fracionados, etc. Pináculos ou coruchéus, rematando as quinas no telhado, tão comuns em solares portuguêses, existem entre nós em limitado número de casas: em um grande sobrado de São João d'El Rei, junto à ponte da Cadeia; no Solar da Boa Vista, no Salvador, e no Paço da Cidade, no Rio de Janeiro.

Tem havido entre nós certa deficiência no trato dêstes assuntos, por falta de divulgação bem orientada dos autênticos elementos de nossa arquitetura civil. Os críticos e estudiosos, à falta de dados seguros, dissertam sôbre igrejas e conventos dando ao tema um sentido genérico, e compensam dêsse modo a pobreza da casa com a riqueza da igreja; subterfugio usado em boa fé, inconscientemente, dada a impossibilidade de estabelecer com nitidez os característicos de uma e de outra.

Pela mesma razão, os construtores, — quando era moda o neocolonial, — supriam aquela falha com pormenores catados nas fachadas das igrejas, preenchendo o resto com o "mexicano" e o "missões", inspirados em publicações americanas. Daí ter o colonial brasileiro se definido num aspecto surpreendentemente imprevisto, se não estranho e exótico, como se vê por tôda parte.

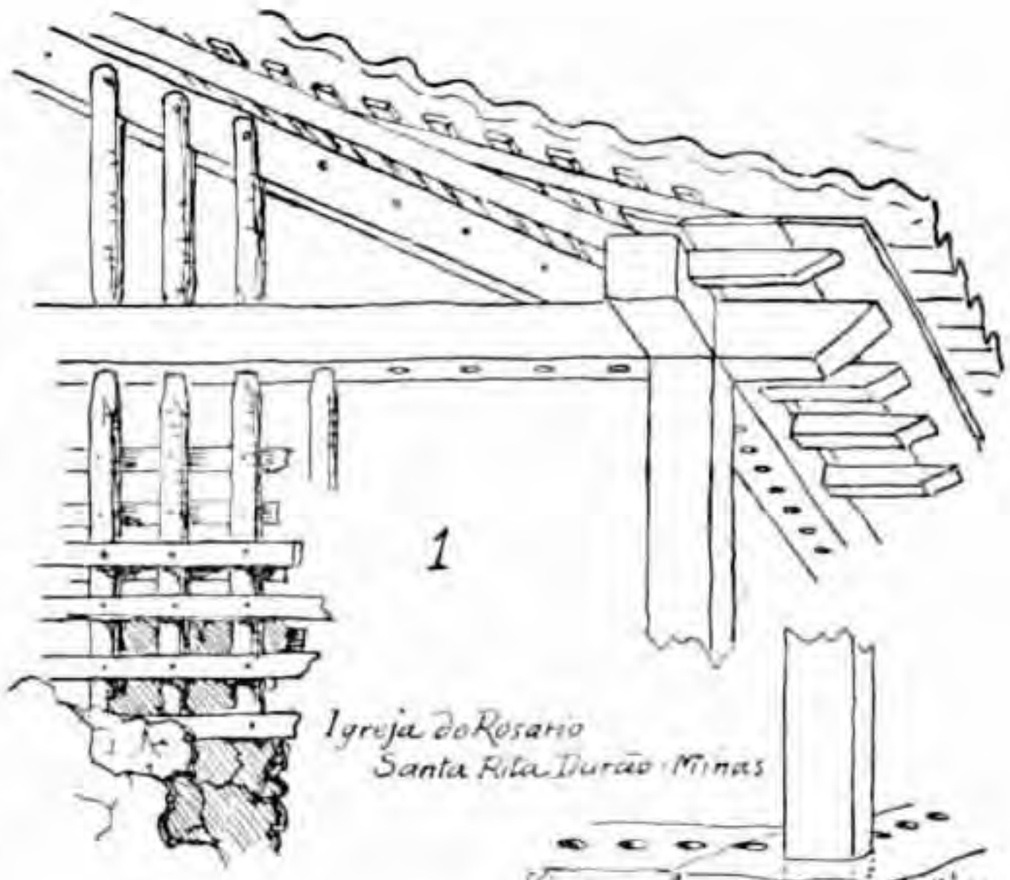
A igreja foi sempre entre nós uma obra arquitetônica barroca, obedecendo geralmente, até meados do século XVIII, às ordens romanas, próprias do barroco, emancipando-se então de certas peias.

Na residência ou construção civil, não existe elemento que a integre nos rigores rígidos de uma ordem. Quando ela é rica, ornamentada ou simplesmente imponente, seu aspecto não se confunde com o de uma igreja, como se pode observar na Casa dos Contos, em Ouro Preto; na Residência, em Belém; no Paço do Saldanha, no Salvador, ou nos sobradões de S. Luís do Maranhão, de Minas e de tôda parte.

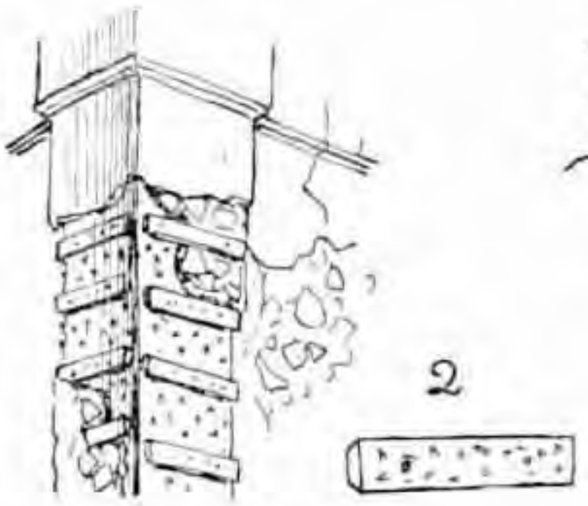
JOSÉ WASTH RODRIGUES.



1

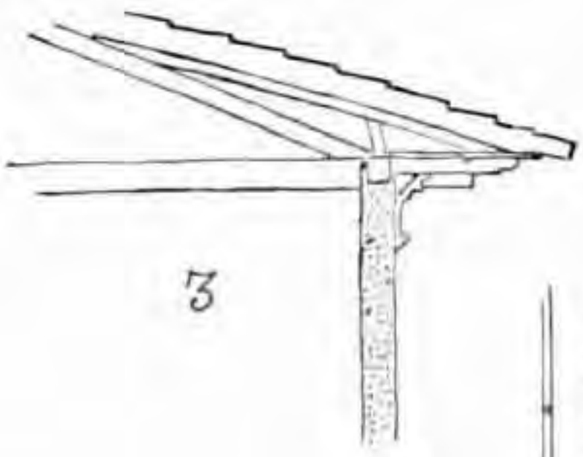


Igreja do Rosario
Santa Rita Durão - Minas



2

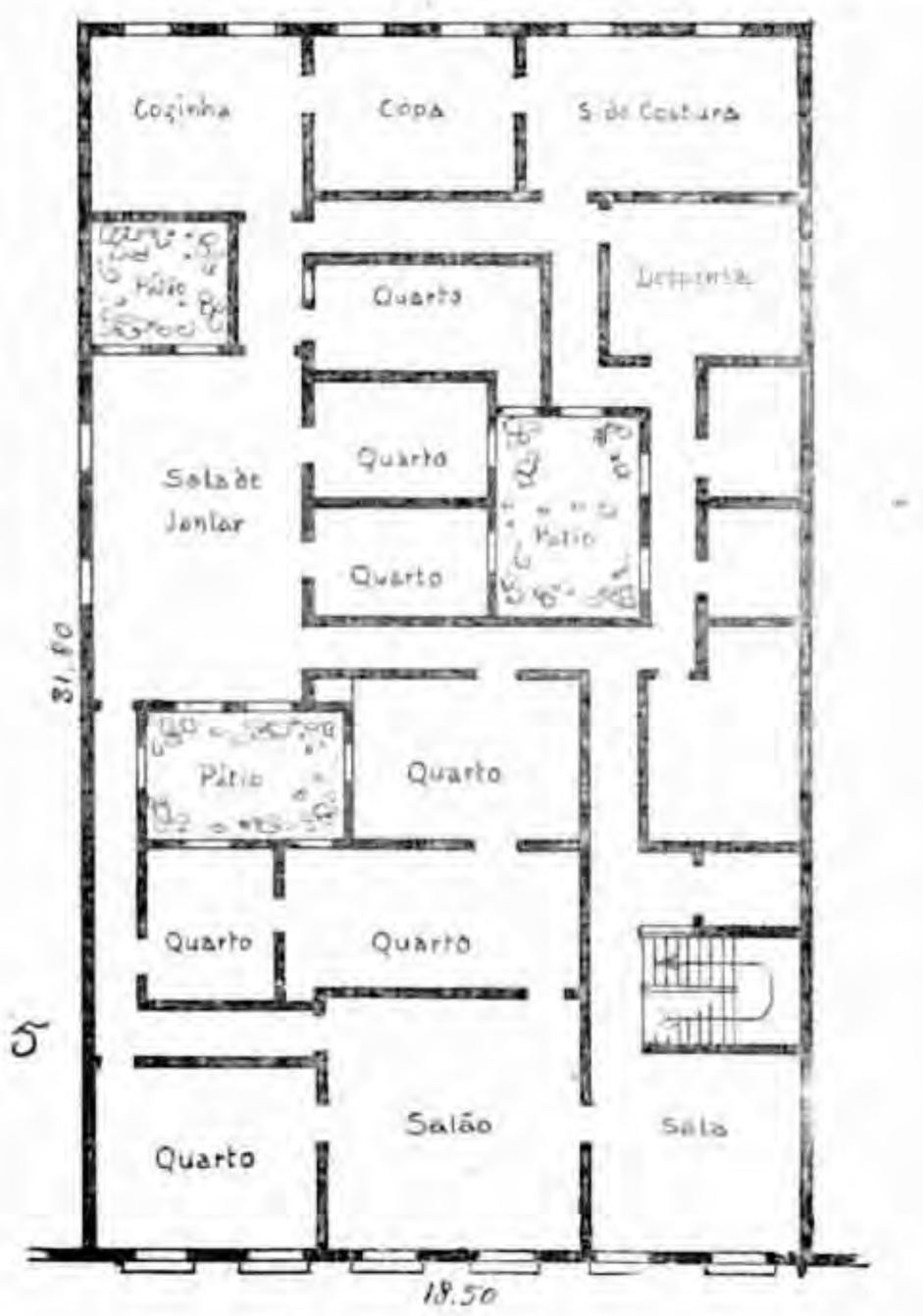




3




Sobrado
Sabará

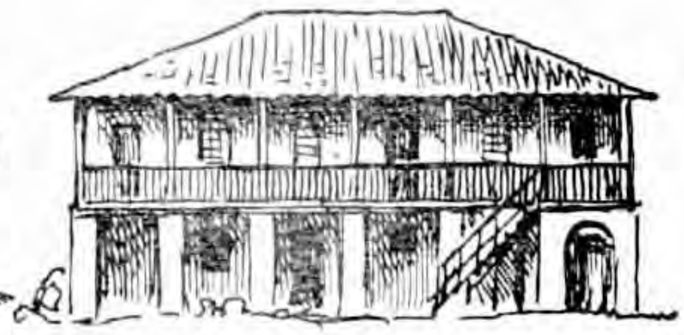




6



7



8

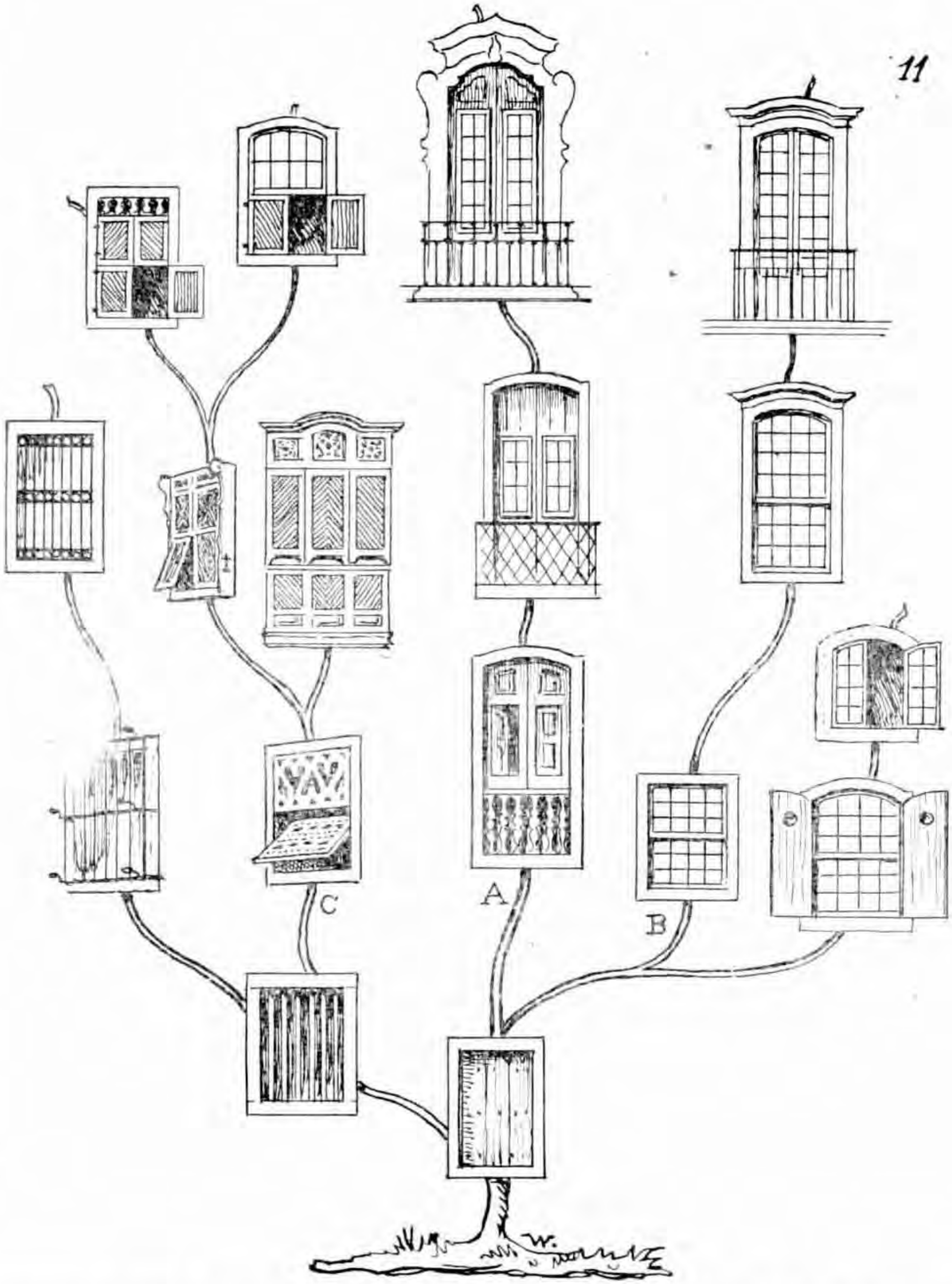


9



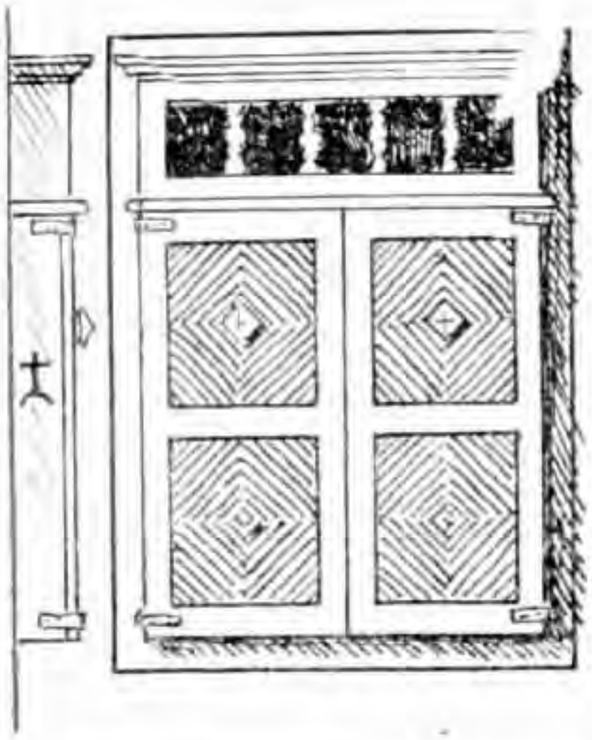
10

11

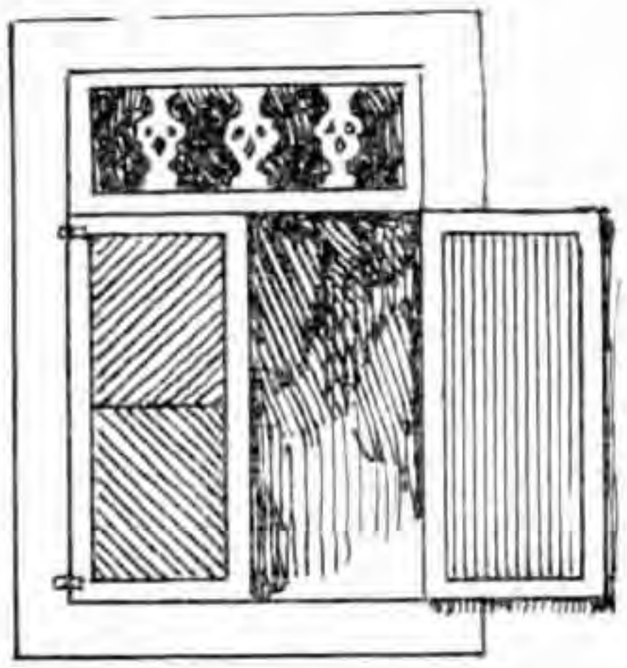


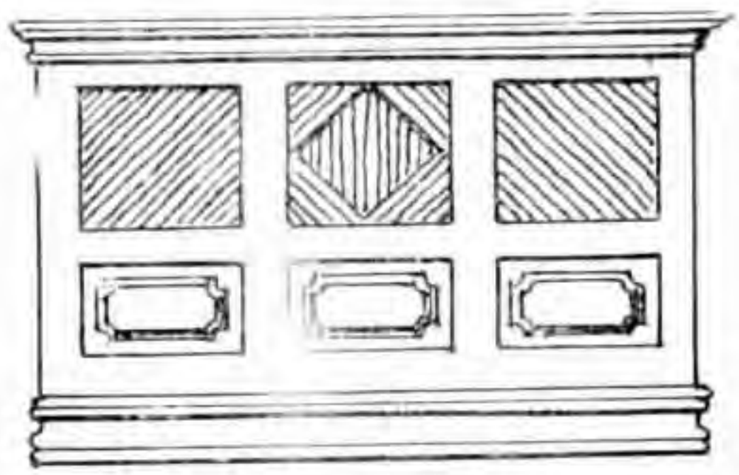

Evolução do vidro, da rótula e da grade. — Transformações por que passa a janela primária, de *escuro* liso, total, em diversos tipos, independentemente do tempo, pois muitas são contemporâneas: A) - janela cujo *escuro* passou a ter postigos, êstes receberam depois, caixilhos sobrepostos com vidros, formando-se assim um estilo caraterístico. — B) - janelas que receberam caixilhos com vidros, independentemente do escuro (guilhotina, etc.). — C) - janelas tapadas com fôlhas rendadas, ou que receberam caixão de rótula por fora. As de sacada: muxarabiês. Outras fôlhas de rótula, ou rótula e vidro. — E ainda: janelas primitivas, protegidas por esteios de madeira, vindo em seguida o ferro

194

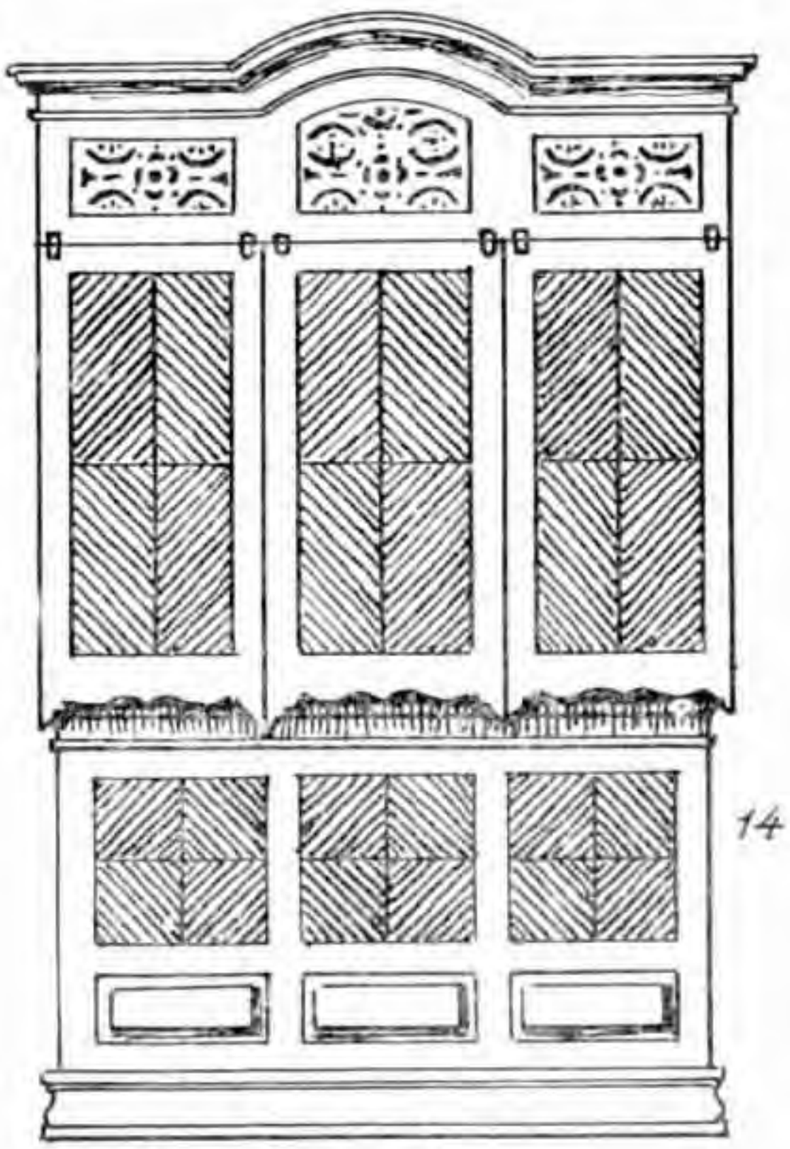


12

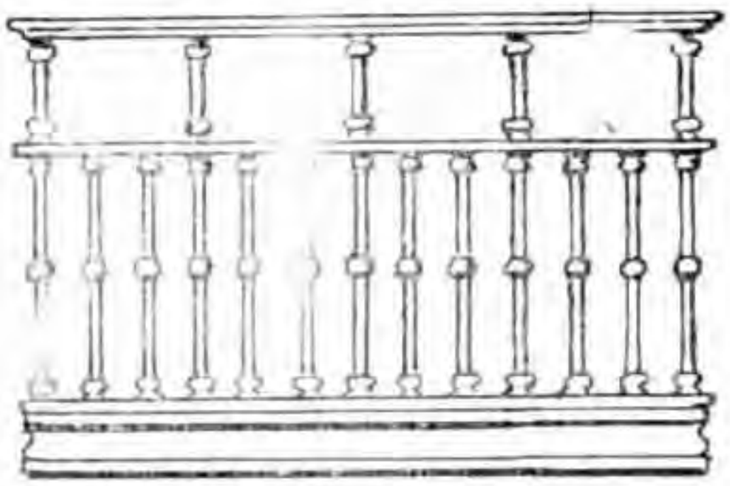


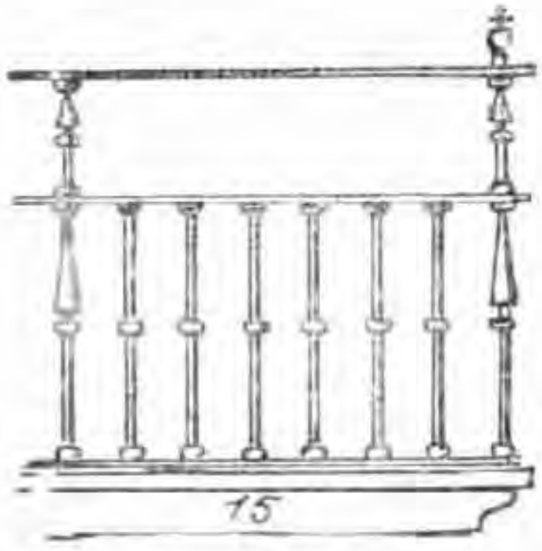


13

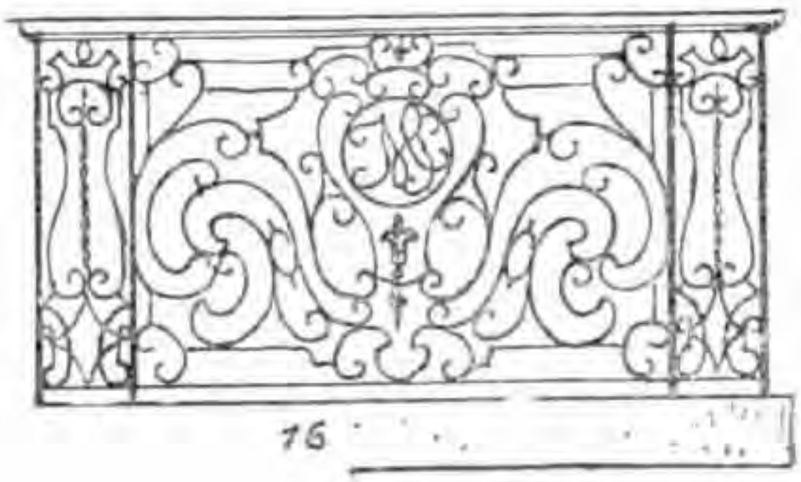


14

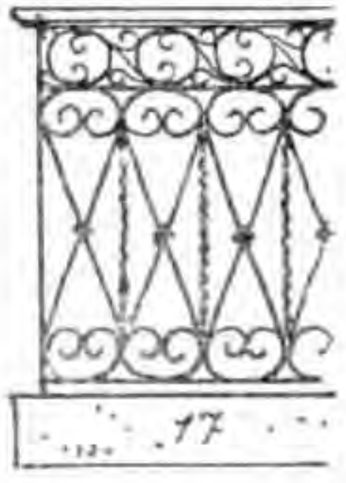




15



16



17

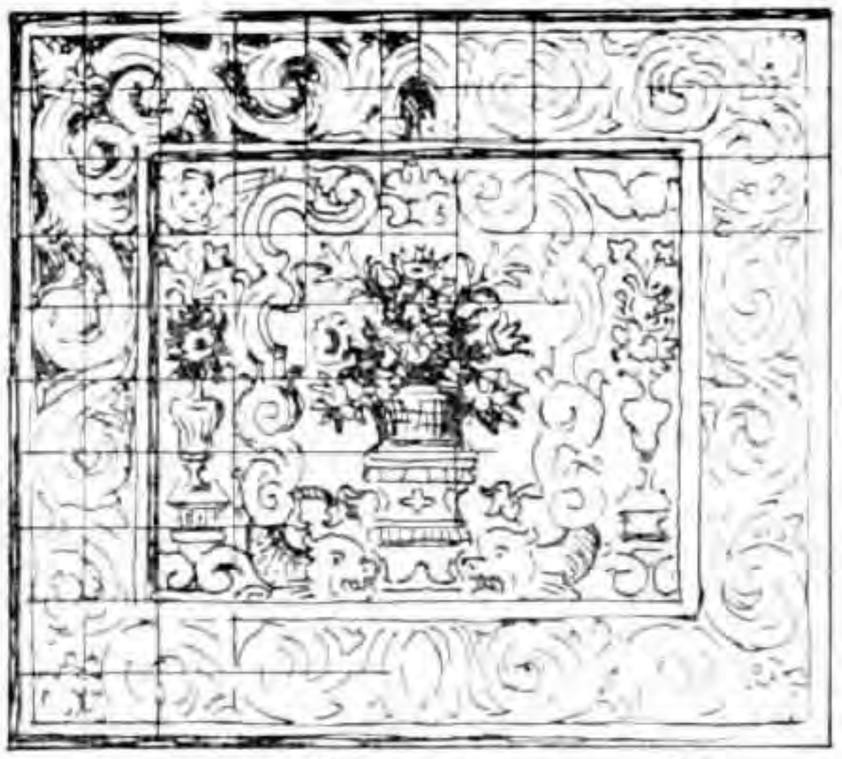


18

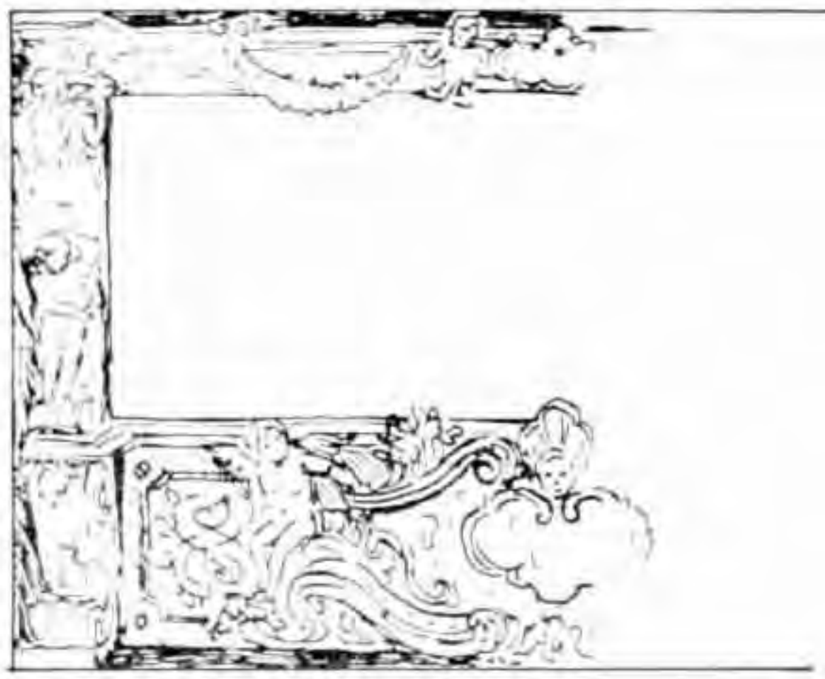


19

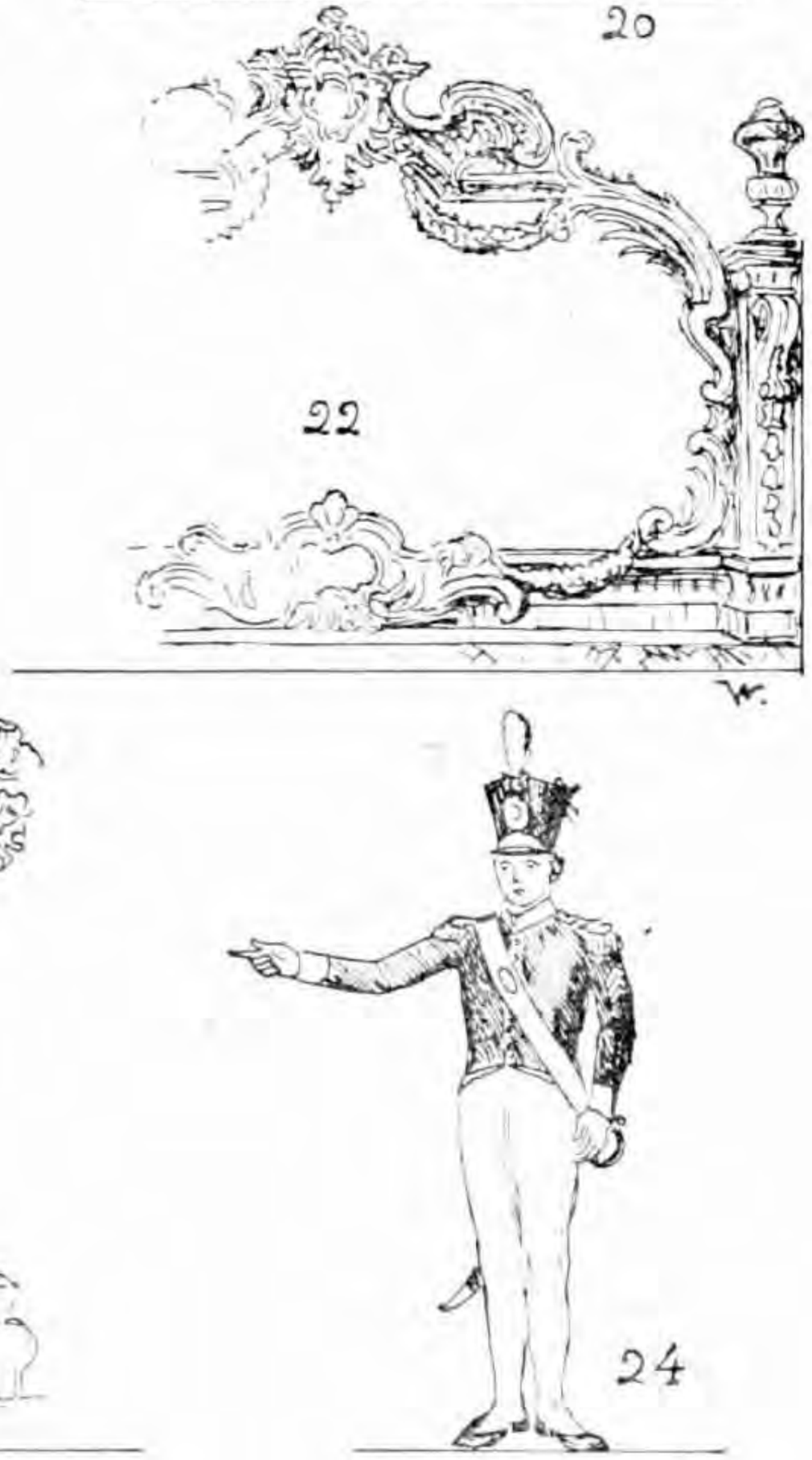




20



21



22

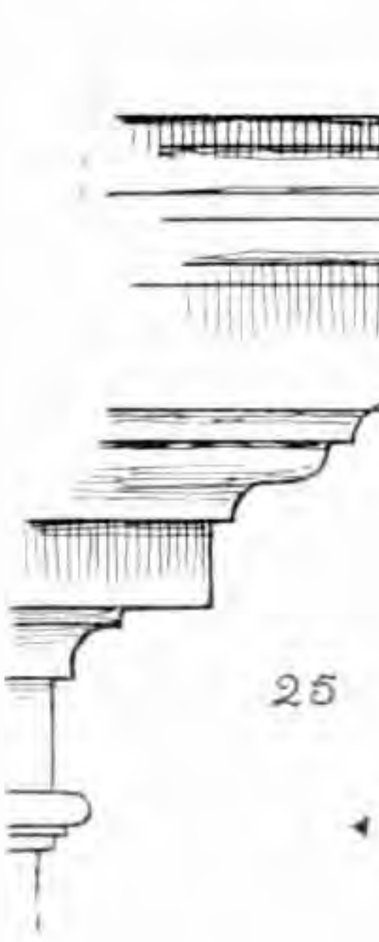




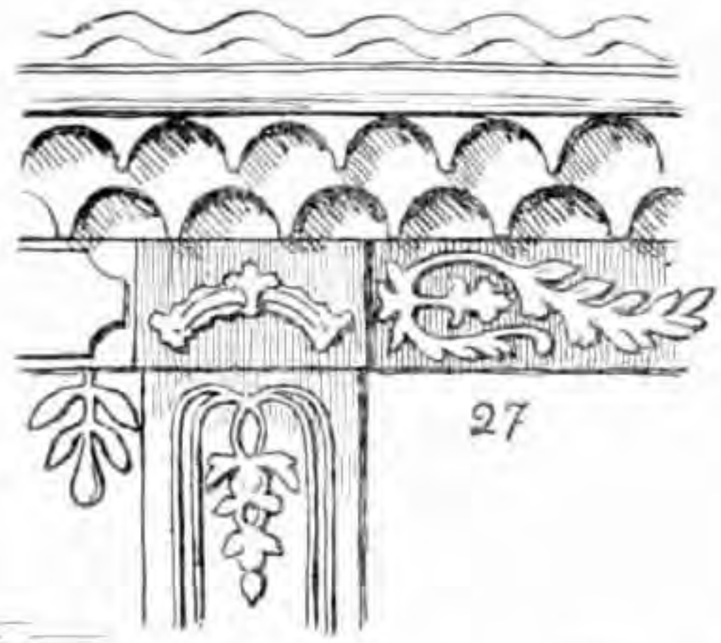
23



24



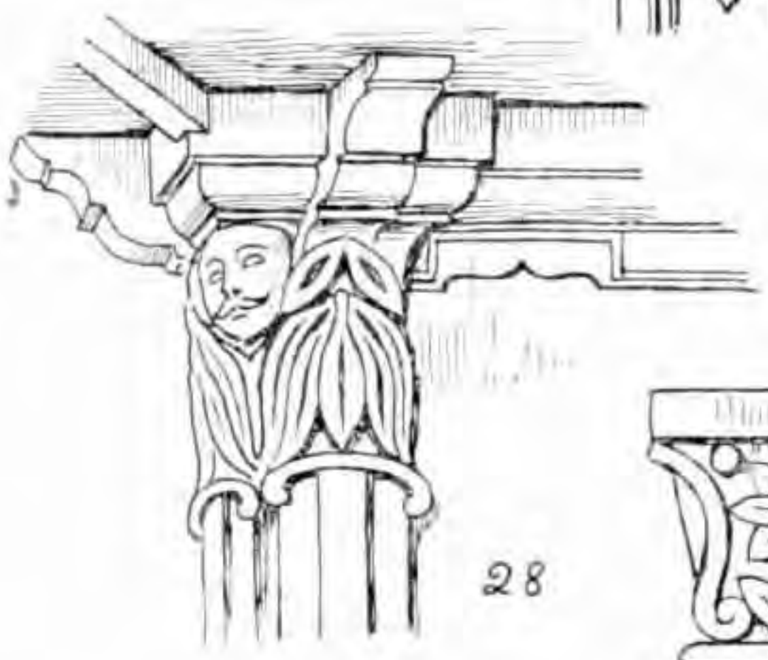
25



27

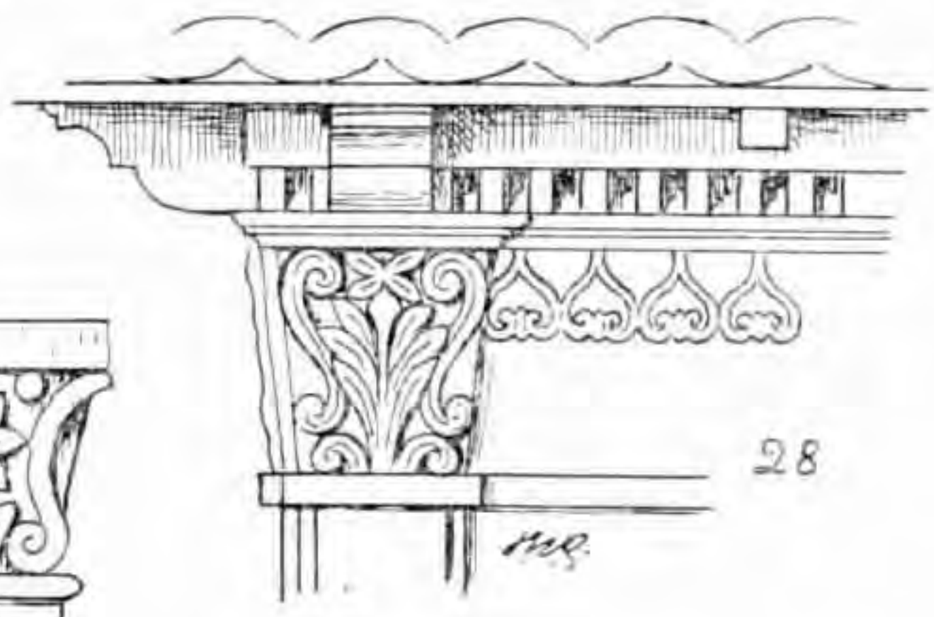


26



28



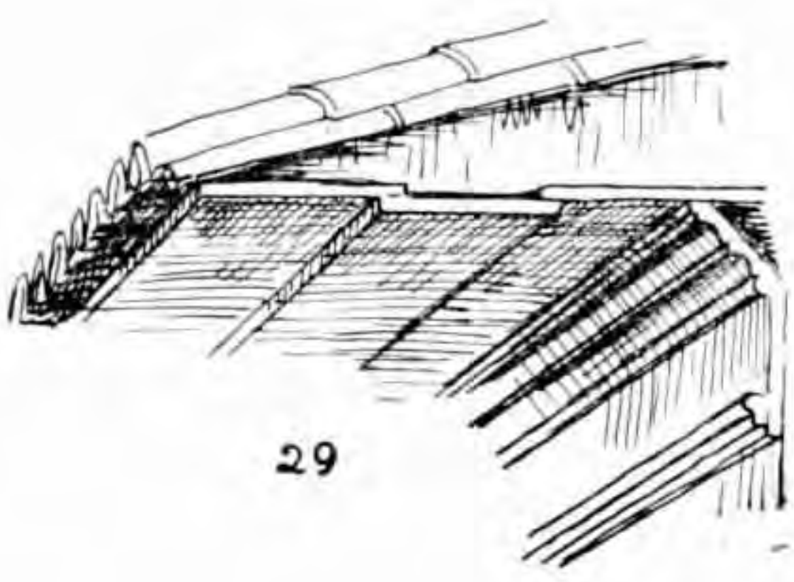


28

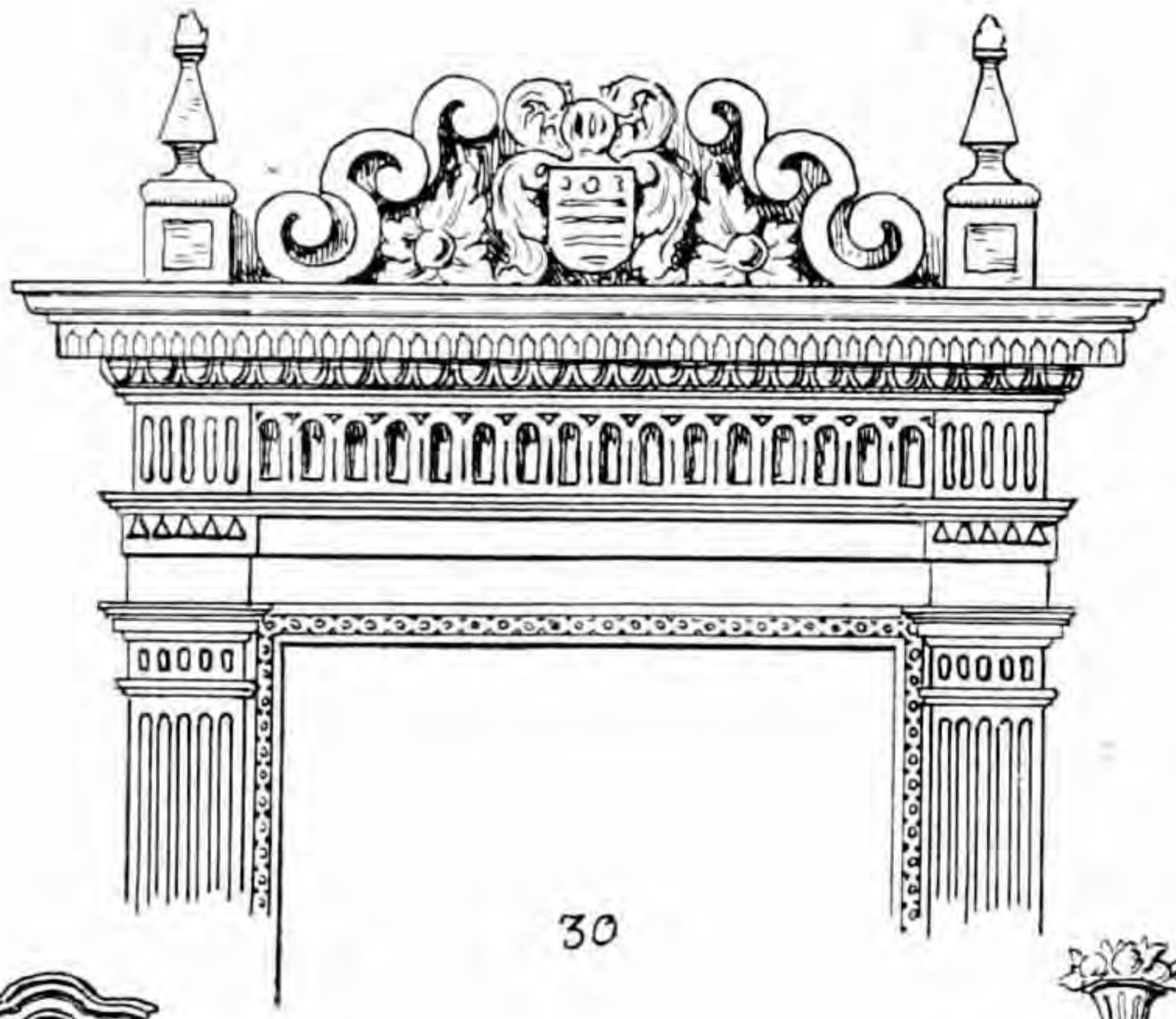




28



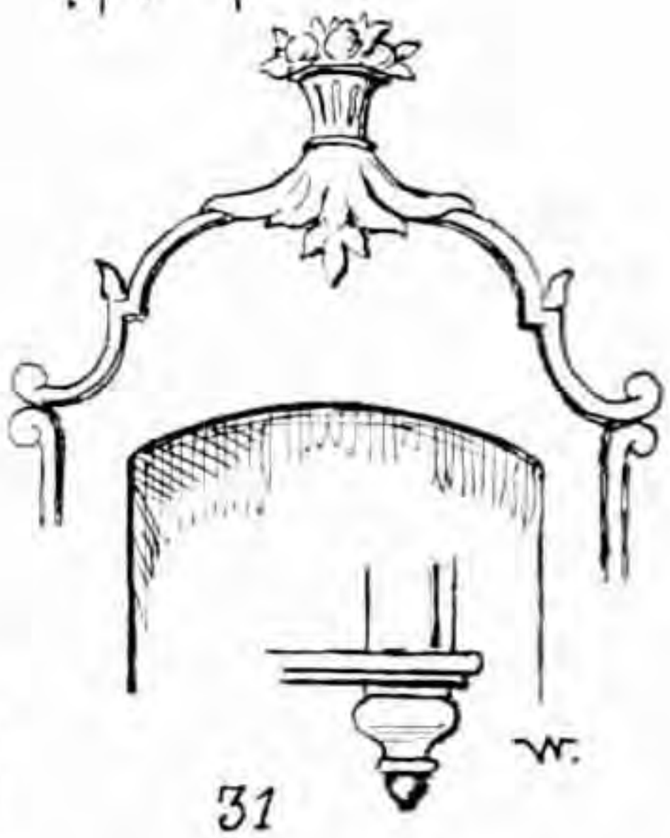
29



30



31



31



32

# O CONVENTO DA PENHA

A iniciativa de uma capela, origem do Santuário e do Convento da Penha, à entrada do canal de acesso à capital do Estado do Espírito Santo, remonta a meados do século XVI.

Cêrca de 1558, chegou à antiga Capitania o irmão leigo, franciscano, frei Pedro Palacios. Trouxe uma tela de 0,4m x 0,56m, representando a Virgem, em carinhosa atitude de afagar o Menino Jesus: pintura de artista desconhecido, mas de origem evidentemente castelhana, foi restaurada, em 1945, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com êsse quadro, o franciscano animou os moradores da pequena vila do Espírito Santo, a tradicional Vila Velha, a erguerem, ao alto da colina, uma acanhada ermida a S. Francisco. Pelo que resta da parede da frente, voltada para a barra, imagina-se como devia, realmente, ser pequena...

Não satisfeito, Frei Pedro mandou buscar, na metrópole, uma imagem de N.ª S.ª da Penha, e iniciou uma capela, no cume pedregoso da colina, onde se viam duas palmeiras.

Celebrada nessa capela a primeira festa, o modesto irmão asturiano foi encontrado morto na ermida, "de geolhos e com as mãos levantadas, como quando orava", refere frei Vicente do Salvador.

Pedro Palacios acabou virtuosa e santamente na casa que fundara, de N.ª S.ª da Penha, na vila onde passou uma vida de muita edificação para o povo. *Foi sepultado em uma ermida e capela, que a êsse tempo tinha feito.* Assim reza a escritura pela qual D. Luísa Grimalda, viúva do terceiro donatário, assistida por seu adjunto, o capitão Miguel de Azeredo, doou, em 1591, a dita casa e igreja de N.ª S.ª da Penha, aos franciscanos, já que podiam êles receber doações

dessa natureza [1]). Faleceu em 1575. Após a morte dêle, refere o mesmo códice, "os moradores da Capitania, por sua devoção e respeito ao lugar, a reformaram, aumentaram e sustentaram em o estado que hoje está."

Um manuscrito de 1730, citado por frei Basílio Röwer, constata que, desaparecido o piedoso fundador, Nicolau Afonso aumentou "a capela em redonda", e ornou-a custosamente. Cardim descreveu-a "de abóbada, pequena; mas de obra graciosa e bem acabada". Também Anchieta a celebrou, como centro de grande devoção, especialmente de navegantes em romaria, porque muito branca, ao alto, era visível do mar, a grande distância. Tinha, além disso, "um alpendre ou copiarzinho junto ao portal que entra para ela."

Frei Vicente, que a viu no comêço do século seguinte, considerou-a "uma das maravilhas do mundo." Era acessível por 55 degraus, "lavrados no mesmo penedo", acima do *plateau* onde frei Pedro erguera a primeira. Descreveu-a igualmente abobadada. Ficava num plano que permitia andar ao redor em procissões, "cercado de peitoril de parede, donde se não pode olhar para baixo sem que fuja o lume dos olhos..."

E' de presumir que o resto do peitoril, ao fundo da sacristia, e a abóbada da capela-mor sejam dessa época.

Crescia a devoção, e os franciscanos resolveram transladar, em 1609, os restos mortais de Pedro Palácios, para o Convento em Vitória. Baltasar Lisboa afirmou essa transferência operada em 1774, por ocasião de grandes obras na Penha; escrevendo, porém, em 1627, frei Vicente do Salvador já a referiu, aludindo a curas miraculosas verificadas em pessoas que tocaram nos ossos, segundo depoimentos logo recolhidos ao arquivo conventual.

O governador Francisco de Aguiar Coutinho não se preocupava em fortificar as vilas da Capitania. Como o frade baiano estranhasse essa falta, logo lhe retorquiu, confiante: — "tinha uma fortaleza na barra da sua Capitania que lhe defendia e não havia mister mais; e

---

(1) BALTASAR DA SILVA LISBOA: *Anais do Rio de Janeiro*, vol. VII, págs. 227 a 233.

que esta era a ermida de N.ª S.ª da Penha qüe ali está". Já mandara dizer o mesmo ao Rei, acrescentou...

O historiador, apesar de frade, não parecia ter a mesma confiança: os fatos, porém, verificados logo depois, na repulsa à invasão holandesa de 1625, graças à chegada oportuna de recursos inesperados, deviam ter fortificado, ainda mais, a confiança do governador.

Iniciaram-se, depois, novas obras vultosas, a partir de 1630. De 1639 a 1643, frei Paulo de Santo Antônio levantou o corpo do Santuário; colocou azulejos na parte inferior do recinto; ampliou a sacristia; e cuidou da ladeira.

Depois que os jesuítas, num pleito judicial, pretenderam, em 1648, obter a propriedade do histórico morro da Penha, frei Paulo, que continuava residindo junto ao pequeno templo, sugeriu ao Custódio a construção, ali, de um Convento. A idéia empolgou o superior, que o autorizou a agenciar e reunir material e elementos para a obra. Tendo falecido êsse Custódio, o sucessor, frei Sebastião do Espírito Santo, não só aceitou o alvitre, como delineou o projeto e a respectiva planta. Submetendo tudo à junta dêsses religiosos, reunida na Bahia, a 21 de novembro de 1650, foi a construção autorizada.

As obras foram iniciadas em 1651. A partir do ano seguinte, tiveram os frades o auxílio anual de 25 cabeças de gado, cêrca de cem mil réis, segundo escritura firmada por Salvador Correia de Sá e Benevides [2]). Os descendentes elevaram o donativo para 30 animais; e Martim Correia, filho do doador, acrescentou mais dois. Êsses donativos foram regularmente pagos, pela fazenda dos Assecas em Campos, até 1849, pôde frei Basilio Röwer apurar. Ao findar o ano de 1653, D. João IV mandou entregar-lhes, anualmente, uma pipa de vinho, um quarto de azeite, outro de farinha do Reino e duas arrôbas de cêra: era mais um auxílio para o Convento de N.ª S.ª da Penha, um dos que "de novo", digamos recentemente, haviam sido fabricados, segundo a expressão da Carta Régia [3]).

Vários cronistas registram um assalto de holandeses ao templo, durante a construção do convento: de tudo quanto levaram, só os

---

(2) Baltasar da Silva Lisboa, *op. cit.*, vol. VII, pág. 239.

(3) Brás da Costa Rubim: *Memórias Históricas e Documentadas.*

escravos foram restituídos, graças à interferência dos franciscanos de Recife, logo que, expulsos os invasores, foi aquela praça reconquistada em 1654.

Só em 1660 ficou inteiramente concluído o Convento; mas aparelhado, apenas, com onze pequenas celas.

No século XVIII, a Penha recebeu outros melhoramentos, a partir de 1744: é a data aposta ao portão monumental da velha ladeira empedrada, que vai sendo esquecida e desprezada pela moderna estrada de automóveis, menos fatigante.

O calçamento e os muros da ladeira são daquele ano, assevera Daemon, que supõe da mesma época a capela do Bom Jesus, na última curva. Foi demolida, por estar muito arruinada, já na Republica.

Em 1750, o Provincial frei Agostinho de S. José acrescentou um corredor à parte inferior do Convento, desde a sala da portaria até o atual refeitório. Aumentou dessa forma a respectiva capacidade para 23 religiosos. A porta sob o alpendre, tendo ao centro um ralo com as armas franciscanas, conta perto de duzentos anos. A construção primitiva fôra sôbre arcos.

Foi visitado, no princípio do século passado, por Saint-Hilaire e por Maximiliano de Wied-Neuwied.

Há uma carta do padre Diogo Antônio Feijó, que celebrou no Santuário, quando, já enfêrmo e não obstante Senador, esteve deportado no Espírito Santo, em conseqüência da Revolução de 1842.

Um Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, deixou descrição minuciosa do Convento em 1941 [4].

Procuremos resumi-la.

Junto à vetusta ermida de S. Francisco, havia, nesse tempo — "uma linha angular de pequenas casas em que se aposentam os devotos que, por haverem contribuído com oferendas para a festividade anual da Virgem da Penha, têm ali mais decente tratamento e tomam os primeiros lugares no jantar festivo: essas habitações

---

(4) *Revista do Instituto Histórico*, tomo V, pág. 123; e *Revista da Sociedade de Geografia*, tomo VIII.

chamam-se *casas dos romeiros.*" Eram os campistas dinheirosos, figuras habituais da tradicional festa, antes que o distrito de Campos fôsse incorporado ao Rio de Janeiro.

Depois de aludir a essa fila de casas, cita a capela erguida, segundo Daemon, em 1774:

"No extremo ocidental dessa linha, vê-se com frente ao sudoeste, a capelinha do Bom Jesus, precedida de um pequeno adro ao nível de seu pavimento, para a qual se sobe por cinco degraus, estando o mais inferior imediato à estrada." E continua a descrever: "Detrás dessa capelinha, e guardando o mesmo alinhamento, existe outra, em que está recolhida a imagem do Seráfico, sendo ambas de simples artefacto, mediocremente ornadas." Foi a ermida que recolheu a derradeira prece de Pedro Palacios.

Ao fim da ladeira, vencido o pequeno portão, penetrava-se no recinto onde ficavam as *casas dos romeiros,* tendo um cruzeiro no extremo, voltado para a fortaleza de Piratininga, transformada, por último, em quartel. Via-se também a longa escadaria para os fundos do Convento, ainda conservada.

No portão, em Vila Velha, já estava *desamparado* o nicho, ao alto do pórtico, sob o emblema do fundador da ordem. E' curioso observar que a parte inferior dêsse portão foi trabalhada modernamente, como observaram os técnicos do Patrimônio Histórico, ao restaurá-lo.

Na ladeira há vários vãos coincidindo com as curvas, onde o primitivo projeto cogitava de erguer estações para Via Sacra. Em cada um, havia uma pequena cruz pintada de prêto.

A casa, que o Bispado fêz reconstruir — escreve Machado de Oliveira — era a hospedaria, na qual se serviam os jantares festivos. Vimos, porém, velhos capixabas apontarem-lhe as ruínas, antes da reconstrução, como de uma famosa casa de... jôgo!

Dêsse lado, por um portão ainda existente e descendo 31 degraus, alcançava-se a horta e a senzala constituída por duas ordens de casinhas.

Uma lenda, que Vítor Meireles objetivou em pequena tela, fazia crer houvesse frei Pedro Palácios escolhido o mais alto ponto da

colina, para a *ermida das palmeiras,* por ter um dia encontrado lá o quadro que trouxera de Espanha, entre duas palmeiras. Machado de Oliveira asseverou ter ainda contemplado vestígios dessas palmeiras: "Por um postigo praticado ao lado direito do altar, vai-se ao lugar dêsses troncos mutilados, que estão dois ou três palmos fora da terra, meio carcomidos."

No côro, guarnecido de alta balaustrada, viu êle um órgão, ainda citado, em 1856, nas impressões da viagem de Eduard Wilberforce. Havia uma disforme poltrona de espaldar, destinada ao regente; uma grande estante, "de pesada estrutura mosaica", e a bancada dos coristas, muito grosseira, como ainda hoje se vê.

Os dormitórios inferiores, em número de oito, já não estavam ocupados em 1841: Saint-Hilaire encontrou, em 1818, apenas dez frades. No ano seguinte residiu lá, como guardião, o insgine orador frei Francisco de Monte Alverne.

Do lado da portaria, ficavam o refeitório, o *de profundis* e a cozinha, donde se descia para a estância de lenha, casa do capítulo e adega. Dêsse último compartimento, afastada uma grade de ferro, atingia-se, por uma escada portátil, "um recinto cavernoso, úmido e escuro, a que se deu o terrível nome de clausura."

Um secular relógio, cujo maquinismo, não obstante enferrujado, ainda funciona, martelava por tal forma um dos sinos, que o rachou.

O Santuário possuía alfaias e adornos valiosos. A devoção continuava, como ainda hoje, muito intensa. Frei Basílio Röwer refere a discussão que a lei provincial de 12 de novembro de 1844, considerando feriado o dia da festa, provocou depois no Parlamento, o que forçou o Presidente Providencial, D. Manuel de Assis Mascarenhas, a confessar o receio de ser "fulminado com os raios da execração pública. se não tivesse deixado passar êsse voto dos eleitos da Província"! Esse mesmo franciscano informa que, só em ouro, havia em 1859, 335 1/4 oitavas, sem contar os enfeites da veneranda imagem e coisas da tesouraria.

Em 1873, frei João do Amor Divino Costa fez iniciar grandes obras no monumento.

Prosseguiam em 1879, quando Daemon publicou a *História* e *Estatística da Província*. À pág. 378 dêsse livro, afirma que os novos retábulos foram pintados — "pelo hábil pintor Vítor Meireles". São, efetivamente, quatro pequenas telas ovais, colocadas nas paredes laterais da capela-mor. Foram tôdas cuidadosamente restauradas, ao mesmo tempo que a do primeiro século, pelo pintor Edson Mota, do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Uma figura o aspecto primitivo que a colina devia apresentar. Outra representa, como dissemos, a aparição da Virgem entre palmeiras, vendo-se ao lado a primitiva ermida de S. Francisco. A terceira mostra a construção do Santuário. Na última, o glorioso artista fixou o Convento concluído.

Encontram-se ainda na Penha quatro grandes telas, pintadas, em 1926, por Benedito Calixto.

Uma resolução eclesiástica de 18 de dezembro de 1898, firmada pelo internúncio D. José Nacchi, a pedido do primeiro bispo do Espírito Santo, confiou, provisòriamente, à jurisdição do mesmo diocesano e a sua pastoral solicitude, os dois conventos franciscanos, naquele ano ainda existentes no Estado.

O de Vitória ruiu, restando em pé apenas uma parte da parede de frente.

No da Penha, o bispado deixou substituir, em 1908, o primitivo altar.

Sob as vistas zelosas da DPHAN, prosseguem nêle oportunas obras de conservação. Em 1945, foi possível restaurar e reerguer a chaminé conventual, tal como se conservava até 1917.

Enumerando várias aplicações ou diferentes destinos do ouro proveniente das *minas-gerais*, escreve Daniel de Carvalho:

"Não admira, pois, que datem do século XVIII os mais suntuosos templos e solares da Bahia e os monumentos de mais alto valor artístico no Rio de Janeiro (Igrejas da Glória do Outeiro, do Carmo, de S. Francisco, obras de talha do Mosteiro de S. Bento, obras do Mestre Valentim e outras)."

O que tivemos de admirável nos templos do Espírito Santo vinha dos séculos anteriores, como as obras de talha dos altares e do côro,

no Convento de S. Francisco; os altares laterais da igreja dos jesuítas; e o altar-mor da antiga Matriz de Vitória.

O ouro das famosas minas não nos favoreceu... Isolada a Capitania, durante o ciclo dessas explorações, não bastaram para evitar, por ela, o descaminho dos réditos, as gigantescas florestas do vale do Rio Doce e suas adjacências. Vedando, com extremado rigor, qualquer trânsito por essa região, o Rei facilitou a formação, nesse ponto, das "Áreas Proibidas", último reduto a que se recolheram os temidos botocudos.

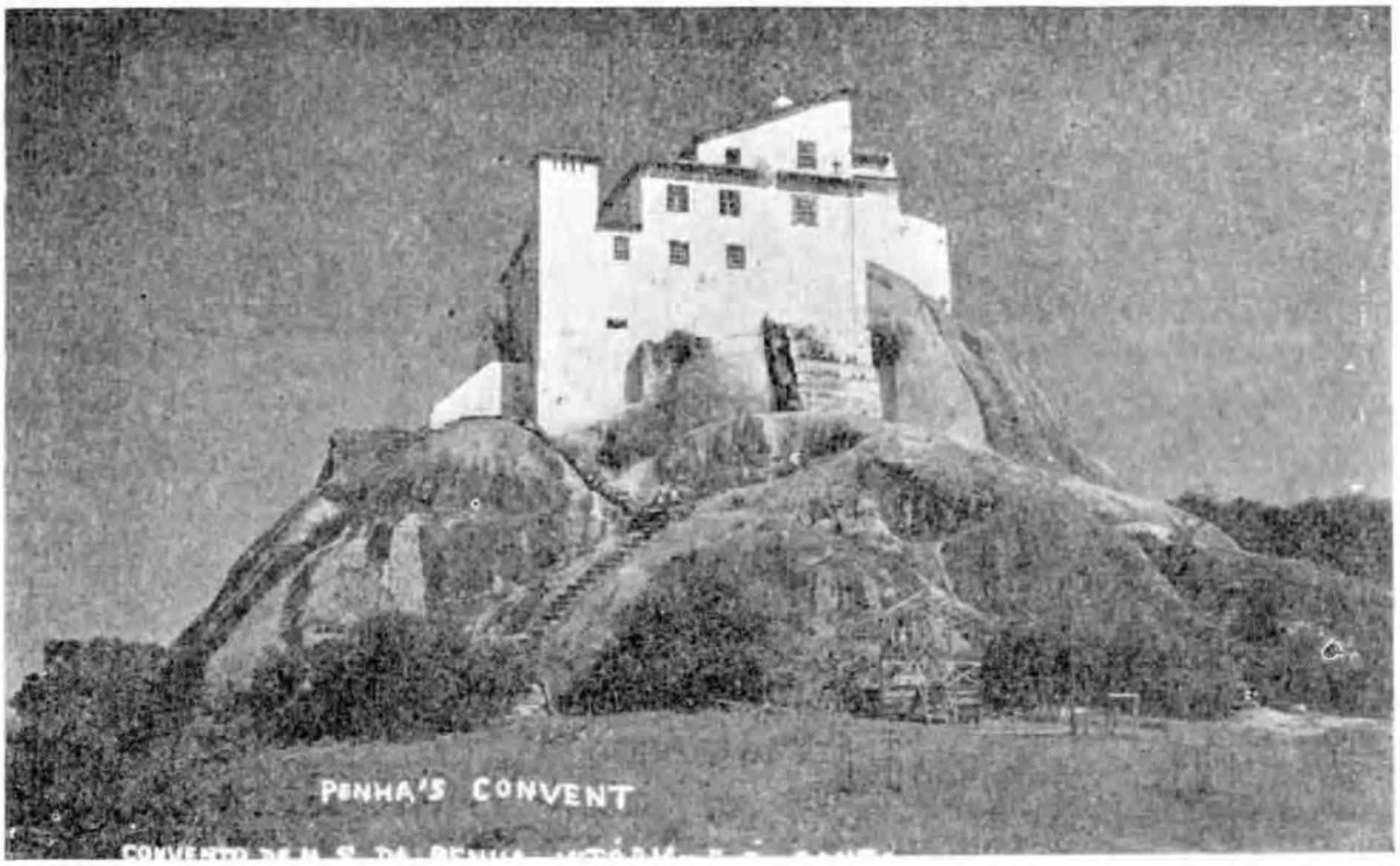
Admiràvelmente situada, porém, a obra secular e grandiosa da Penha teve sempre a enriquecê-la a própria natureza.

Conservemo-la.

MÁRIO A. FREIRE



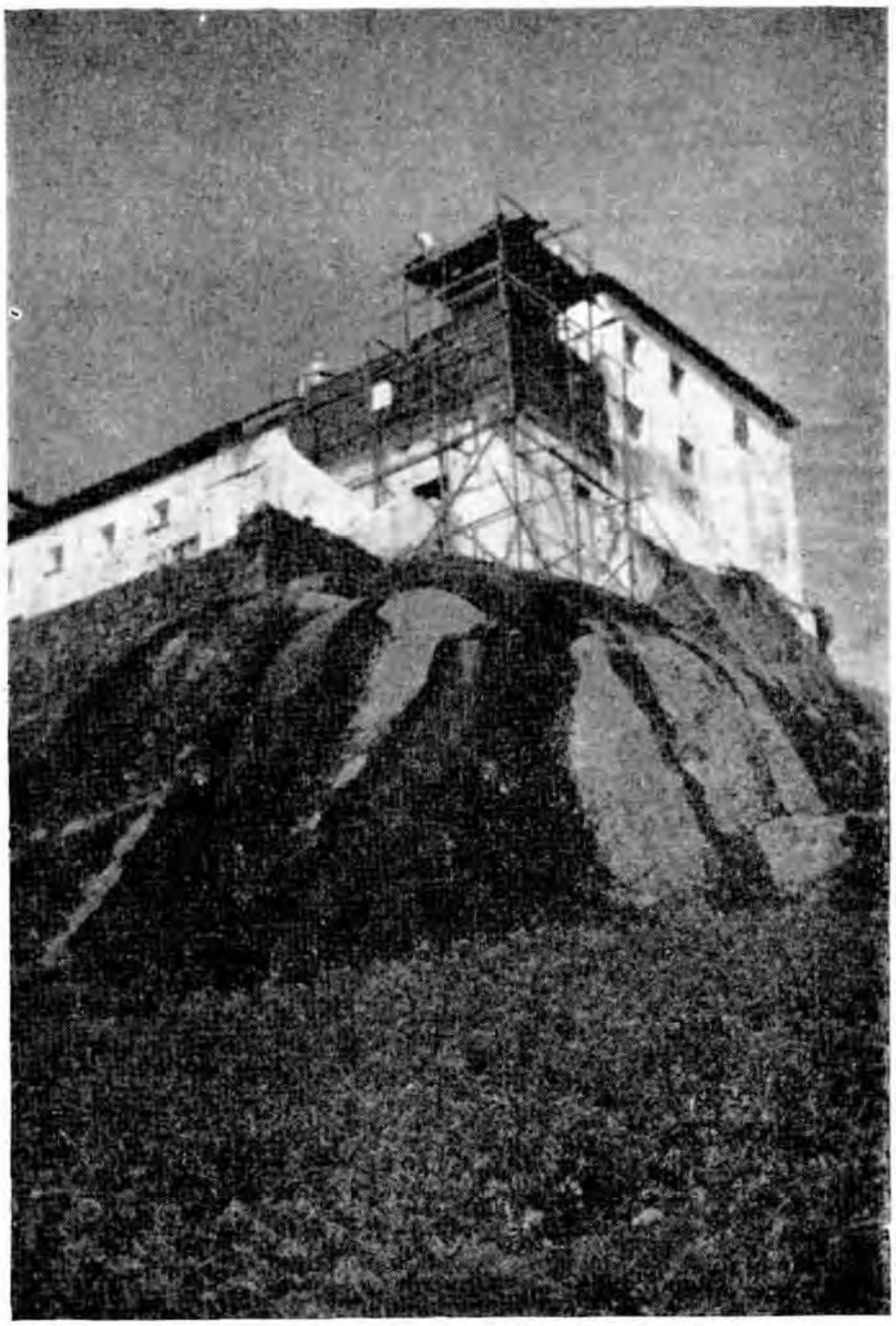
Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha, Vitória, Estado do Espírito Santo




Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha




Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha



Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha, durante as obras de restauração promovidas pelo S. P. H. A. N.
(Agôsto de 1945)



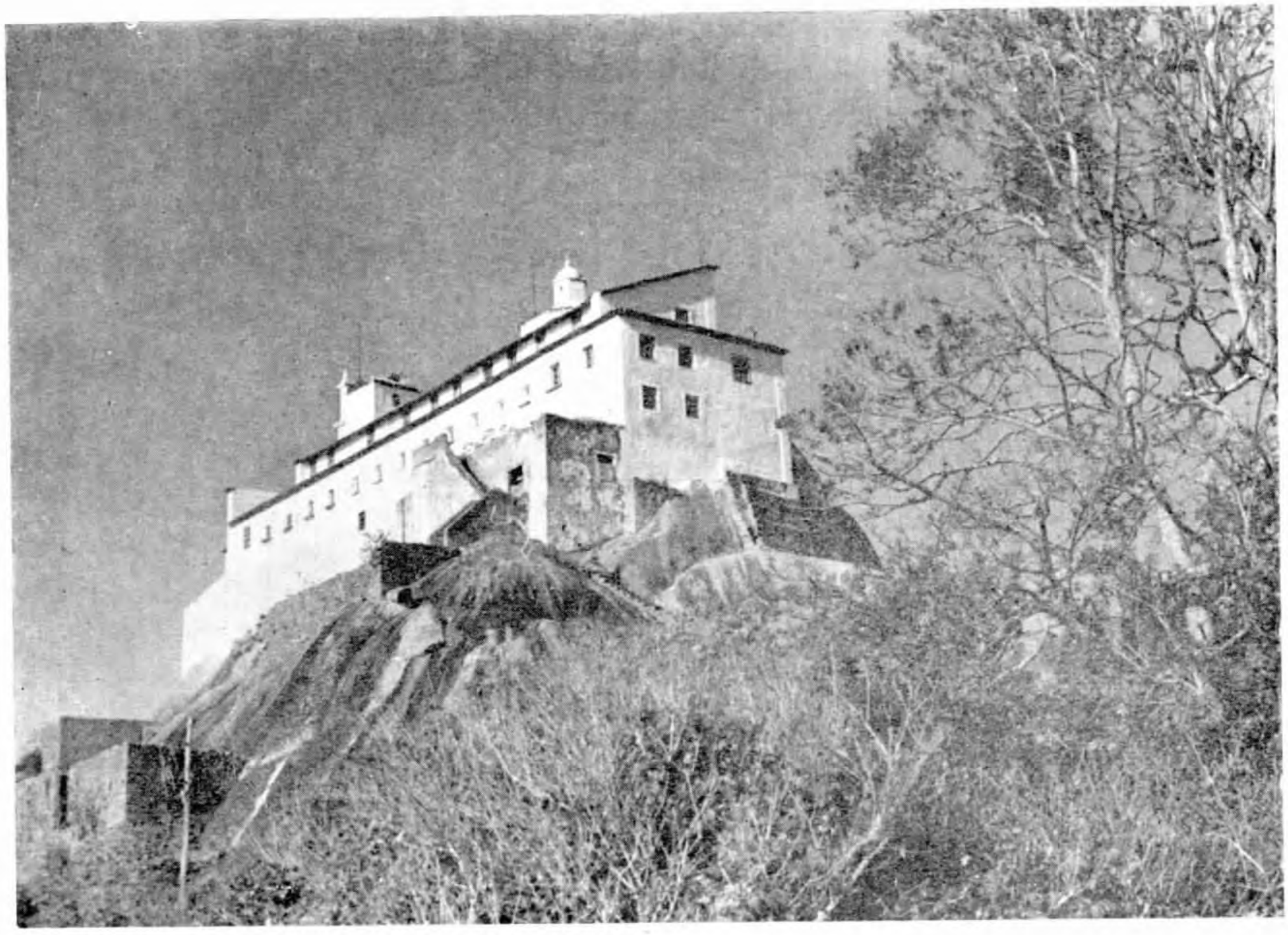
Nossa Senhora e o Menino: tela trazida da Espanha, em 1558, por Frei Pedro Palacios. Convento da Penha, Vitória.



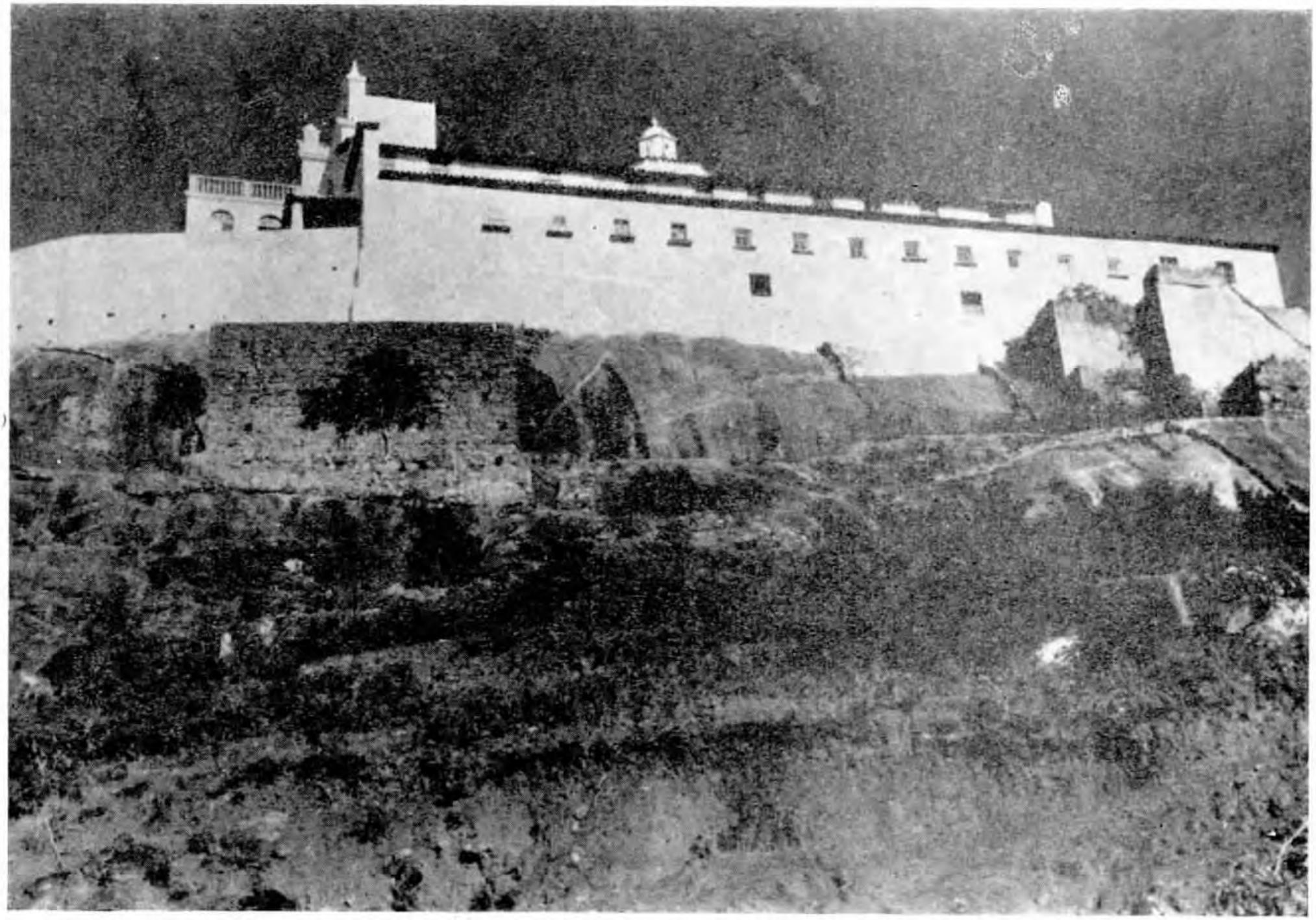
Portão do Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha



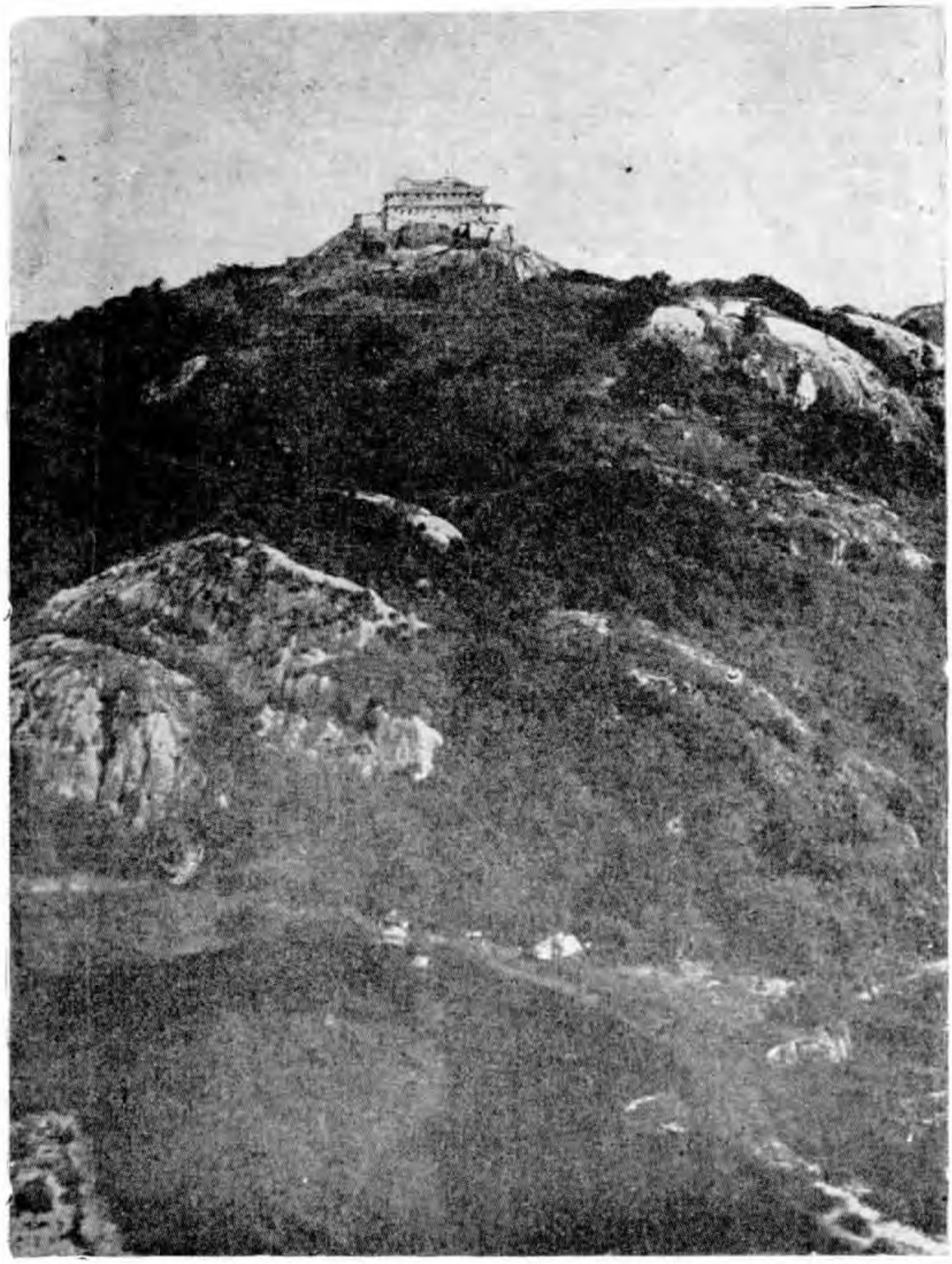
Portão do Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha



Vista geral do Convento e Igreja



Vista geral do Convento e Igreja



Vista geral do Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha

# A CASA CAPITULAR DE MARIANA

Tem a Casa Capitular de Mariana uma história singela que poderia expor-se em breves palavras, não a deturpasse uma falsa tradição que, insinuando-se jeitosamente em livros e gazetas e propagando-se sorrateiramente através de gravuras e postais, pretende impor-se com a chancela da verdade.

À celebrada balela, a que cronistas de boa fé querem conferir as honras da história, negam, no entanto, qualquer fundamento os arquivos da cidade episcopal, cuidadosamente investigados em anos seguidos de empenhadas pesquisas. E não só recusam apoio àquela falsidade, como nos dão, ao invés, plana e desimpedida, em documentos de limpidez absoluta, a história verdadeira da Casa Capitular.

Consiste a lenda, como se conta, em localizar no prédio magnífico uma *prisão de padres*...

Prisão de padres! Os documentos aludidos, que se oferecem páginas além, à análise dos estudiosos, demonstrarão, a tôda a luz, a inanidade desta fantasia.

Removida a fábula, narra-se fácil e brevemente a história do precioso monumento. Breve e simples tem de ser a história, de vez que o prédio de que vai ocupar-se, propriedade exclusiva do Cabido, não serviu nunca ao fim a que era destinado, porque nem chegou jamais ao definitivo acabamento que lhe projetaram seus autores.

A nobre sede do Senado Episcopal não se transformaria, sem que a isto se referissem as atas do Cabido, em cárcere, destino que evidentemente repugnaria a uma corporação muito ciosa de suas prerrogativas e de seus direitos.

Recenseada por competentes entre as jóias arquitetônicas mais preciosas de que se esmalta a velha cidade mineira, a Casa Capitular

de Mariana deve-se, quase exclusivamente, aos cônegos que, de 1765 a 1770, formavam o Cabido da Sé Marianense.

Consignem-se aqui, para apresentá-los ao público reconhecimento, os nomes e ligeiros traços biográficos dêsses eclesiásticos, alguns dos quais só por isto beneméritos:

*Dr. Geraldo José de Abranches*. Natural de Nossa Senhora da Assunção do Ave, bispado de Coimbra. Como Arcediago, exerceu a primeira presidência do Cabido Diocesano. Desempenhou igualmente o cargo de Vigário Geral, tendo sido o primeiro a servir êste lugar depois da instalação de Dom Frei Manuel da Cruz no Bispado. Não foi feliz no exercício de suas funções. Incompatibilizou-se logo com o seu prelado e viu-se forçado a retirar-se de Mariana em 1752. Reaparece no Pará, onde em 1769 exercia o ofício de Vigário Capitular em *sede vacante* de Dom Frei João de São José Queirós.

Fortemente apadrinhado pela Mesa da Consciência e Ordens, um de cujos deputados era próximo parente seu, manteve-se Arcediago de Mariana até a morte, em flagrante oposição à lei canônica da residência. Êsse desafio aos cânones prolongara-se por trinta e cinco anos, visto como faleceu em 1787.

Havia sido arcipreste na Sé de São Paulo, donde emigrara para as Minas por malquistar-se, também ali, com o bispo Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, em cuja companhia viera de Portugal, compadecido o prelado de sua pobreza no reino. Não era de bom temperamento êsse padre.

Embora ausente em 1765, quando os cônegos decidiram construir a Casa Capitular, deve aqui figurar, visto como, ainda fora, era o Arcediago da Sé e Presidente do Cabido.

*Dr. Manuel Cardoso Frazão Castelbranco*. Segundo Arcipreste e terceiro Vigário Geral do bispado. Havia sido antes Vigário da Vara de Vila Rica. Faleceu em Mariana em 1772.

*Vicente Gonçalves Jorge de Almeida*. Mestre em Artes. Desceu do Maranhão com o primeiro bispo. Era cônego da Catedral de São Luís e foi em Mariana um dos fundadores do Cabido. Promovido a Chantre

em 1779 foi o segundo a investir-se nessa Dignidade na Sé Marianense. Constituído Provisor por Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével em Março de 1780, neste cargo se conservou até 26 de Abril de 1790, data de sua morte em Mariana. Antes, desde 1788, havia acumulado a vara de Vigário Geral e a 12 de agôsto dêsse ano o mesmo bispo fê-lo Governador do bispado com inteira jurisdição ordinária, cargo que desempenhou durante as prolongadas ausências do prelado diocesano que, por êsse tempo, "para o bem da Igreja", residia em Vila Rica.

Anos antes, em sé vaga de Dom Frei Manuel da Cruz (do qual fôra sempre secretário particular), havia exercido, por eleição de seus pares, o cargo de Vigário Capitular, o terceiro que teve a Diocese.

Êste austero sacerdote, virtuoso e culto, viveu em Mariana, sempre auxiliar da administração eclesiástica, quarenta e dois anos.

*Dr. Teodoro Ferreira Jácome*. Foi o segundo Tesoureiro-Mor da Catedral por apresentação régia de 1757. Exerceu os cargos de Vigário Geral e de Reitor do Seminário. Governara a Diocese durante a enfermidade de que veio a falecer Dom Frei Manuel da Cruz. Quase três anos depois de seu bispo, falecia êle em Mariana a 28 de Dezembro de 1766.

*Dr. Inácio Correia de Sá*. Cônego Doutoral por apresentação régia de 20 de setembro de 1758. Eleito Vigário Capitular a 18 de outubro de 1764, foi o segundo que regeu a diocese na vacância de Dom Frei Manuel da Cruz. Ia no quarto ano de uma boa administração quando, prêso por influência e intriga de colegas ambiciosos, houve de largar o govêrno. Não o fez, contudo, sem defender, em erudita carta pastoral, os direitos de sua jurisdição. À beira da morte, em documento de seu punho, declarou: *nunca fui inconfidente a Sua Majestade; mas, sim, seu fiel vassalo, sendo assim falsa a culpa que me argúiram.*

No Cabido ocupou ainda a cadeira de Tesoureiro-Mor, desde 25 de janeiro de 1780.

Ainda estão de pé, aos fundos e um pouco abaixo da igreja do Rosário em Mariana, as ruinas do prédio que fôra propriedade e residência dêsse ilustre sacerdote, casa nobre, conhecida, ainda nos mea-

dos do século XIX, pela denominação de *Chácara do Cônego Inácio*. Aquelas ruinas pertencem hoje aos herdeiros de Monsenhor Horta.

Era o Cônego Inácio natural do reino, filho de João Moreira de Figueiroa, de Santa Marinha de Paradela, e de Mariana de Sampaio e Sá, de São Cristóvão de Cabeçudos, ambos do arcebispado de Braga.

Faleceu em Mariana a 21 de junho de 1782, legando sua chácara ao padre, seu sobrinho e testamenteiro, José Bernardo de Sá Figueirca.

*João Rodrigues Cordeiro*. Cônego Prebendado. Natural de uma localidade portuguêsa denominada Pastor, pertencente à vila de Penela, freguesia de Santa Eufêmia; filho de Miguel Rodrigues Santarém e de Maria Cordeiro. Grande canonista. Faleceu repentinamente, às onze horas da noite de 21 de setembro de 1792.

*Dr. Antônio Freire da Paz*. Cônego Prebendado. Apoiado pelo seu colega João Rodrigues Cordeiro, o Dr. Freire da Paz, acatado canonista, protestou enèrgicamente contra as invasões do Cabido na jurisdição dos Vigários Capitulares.

Deve ter falecido em 1786, porque em abril do ano seguinte era sua vaga preenchida pelo Dr. João Ferreira Soares.

*Dr. José dos Santos*. Cônego Magistral. Segundo Vigário Geral da diocese, provisionado a 16 de maio de 1752. Estabeleceu na Catedral, com forte oposição da maioria dos cônegos, o culto do Sagrado Coração de Jesus, acêrca do qual o instruira e a que o inclinara o Padre José Nogueira, da Companhia de Jesus, reitor do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Boa Morte. (O Seminário de fato esteve entregue à Companhia de Jesus, tendo sido seu primeiro reitor o Padre José Nogueira, a pedido de seu tio Dom Frei Manuel da Cruz. Aquêle jesuita, tendo-se recolhido ao Rio, onde já se encontrava em 1757, foi sucedido pelo Padre Manuel Tavares. Êste, com o irmão leigo João de Morais, fundou, em Mariana, a primeira *Residência* da Companhia em Minas, de duração efêmera, por sobrevir logo a expulsão dos jesuitas). Sôbre o estabelecimento daquela devoção na Catedral e da lide inglória que, à volta dêle, se travou entre os eclesiásticos da cidade episcopal, consulte-se o vol. II da *Archidiocese de Mariana*.

Quando Vigário Geral, certos advogados e solicitadores de Mariana decidiram em concordata solene, julgada por sentença do juiz de fora, não advogar nem requerer no juizo eclesiástico enquanto no cargo se mantivesse êsse sacerdote. Não lhes convinha aos interêsses a retidão e incorruptibilidade do Vigário Geral e pretendiam com aquêle insólito e injurioso procedimento forçar o bispo a demitir de suas funções o juiz que se não vendia. Saiu-lhes cara a atitude revoltosa. Tomando conhecimento do ocorrido o govêrno da metrópole providenciou sôbre êle com a seguinte *Ordem de 26 de Janeiro de 1756, na qual se ordena que o governador mande prender na cadeia pública de Vila Rica aos advogados e agentes de causas que assinaram uma concordata na cidade de Mariana, debaixo de certa pena, para não advogarem nem requererem mais no juízo eclesiástico da dita cidade, enquanto o Dr. José dos Santos exercer a ocupação de Vigário Geral, a qual concordata foi julgada por sentença pelo juiz de fora Silvério Teixeira, e que estando assim presos debaixo de chave por tempo de quinze dias e suspensos dos exercícios de suas ocupações por tempo de dois meses, os mande vir a sua presença quando forem soltos e os advirta que não tornem a concorrer para semelhantes desordens, porque serão castigados com maior aspereza : e que ao cabeça dêste excesso o fará sair da cidade de Mariana para a comarca de Sabará ou Rio das Mortes : e que chame também a sua presença ao sobredito juiz de fora e o repreenda da parte de Sua Majestade por haver julgado por sentença a dita concordata.*

*Dr. Francisco Xavier da Silva*. Cônego Prebendado. Professo na Ordem de Cristo.

*A saída dos Padres da Companhia de Jesus de Minas e do Brasil teve em tôda parte protestos de diversa índole, em geral o protesto discreto de lágrimas coletivas, que não poderiam constituir corpo de delito perante o Juizo da Inconfidência. Minas manifestou-se por escrito, antecipação de outra Inconfidência mais célebre.*

*Aparecera, no mês de Janeiro de 1760, em Vila Rica, um papel* sedicioso, *a favor dos Padres da Companhia de Jesus. E, naturalmente, pois êles eram os perseguidos, o papel era contra quem os perseguia.*

*Fez devassa o Juiz ordinário Luís Henrique de Freitas, que não deu resultado. Parecia a Bobadela, já decadente, que se devia descobrir o autor de "tão abominável papel". E mandou ao desembargador Agostinho Félix Pacheco que, para essa "importantíssima" diligência, marchasse a Vila Rica. Achou serem "culpados" o Pe. Francisco da Costa, "autor do papel", e o Cônego Francisco Xavier da Silva, Manuel de Paiva e Silva e ainda o negro Veríssimo Angola. Foram todos presos. Ao Pe. Francisco da Costa e Cônego Francisco Xavier da Silva confiscaram-se os bens* (*).

Remetido para a Metrópole, obteve anos depois a liberdade. Num inventário de documentos (hoje perdidos) do arquivo capitular, lê-se o seguinte: *Aviso do Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça, de 8 de março de 1765, para se restituir a sua cadeira ao Cônego Francisco Xavier da Silva, em solução do que deixou de perceber durante a sua suspensão e levantamento do sequestro de seus bens, por certidão do Cônego Secretário Gomes de Sousa.* Entretanto, sòmente em 1772 voltou a Mariana. E' o que se infere de uma provisão régia, na qual se afirma que *naquela frota voltaria ao Brasil o Cônego Francisco Xavier da Silva;* que lhe fôssem restituídos todos os bens e pagas as suas côngruas vencidas desde o dia de sua prisão.

Foi êste Cônego notável orador. Pronunciou na Catedral a oração fúnebre nas exéquias de Dom João V, produzindo famoso discurso que causou sensação, granjeando-lhe renome e simpatias na côrte.

Faleceu a 23 de abril de 1775.

*Francisco Gomes de Sousa.* Cônego Prebendado. Natural da Bahia. Seus pais, Alexandre Gomes de Sousa e Ana da Encarnação, foram abastados agricultores no Itacolumi, de Mariana, e na Barra do Bacalhau, de Guarapiranga. Nesta última freguesia fundou Alexandre Gomes, a quinze léguas da sede, uma capela dedicada a São João Batista.

O Cônego Sousa foi o único brasileiro entre os capitulares que, a 8 de dezembro de 1748, inauguraram a Sé de Mariana.

Seu falecimento se deu a 4 de julho de 1780.

---

(*) SERAFIM LEITE: *História da Companhia de Jesus no Brasil,* vol. VI, pág. 201.

*Domingos Fernandes Barros*. Cônego Prebendado. Bandeou-se para o partido que na Sé hostilizava o prelado, e foi dentro daquela facção o mais implacável adversário de seu benfeitor. Por uma excepcional e honrosa concessão de D. João V, pôde Dom Frei Manuel nomear, em Mariana, para as primeiras investiduras no Cabido, a sacerdotes de sua exclusiva eleição, independentemente de apresentação régia. A murça, devia-a, por isto, o Cônego Barros a D. Frei Manuel, e, a êle sòmente, o benefício canonical de que desfrutou em Minas. Negra e revoltante diante disto à ingratidão dêsse capitular, cuja vaga, verificada em 1796, foi preenchida por Francisco Soares Bernardes.

*Francisco Ribeiro da Silva*. Cônego Prebendado. Da guerra sem tréguas movida por alguns capitulares ao bispo diocesano foi êste Cônego o instigador mor. Fiz há pouco alusão a essa campanha e a ela abri largo espaço em *Archidiocese de Mariana*. Excusado insistir nêste assunto, que é um salpico negro na história eclesiástica de Minas. Direi, contudo, que também o Cônego Ribeiro devia mimosos favores ao bispo eminente, contra quem se levantou por motivos ignóbeis e a quem moveu injuriosíssimo pleito ao qual resultou para êle apenas um nome para sempre maculado nos anais religiosos de Mariana.

Ao entrar certo dia na matriz de Santa Justa em Lisboa, aonde fôra para acompanhar de perto as últimas fases do monstruoso litígio, a êste tempo já liquidado, cai fulminado por morte repentina, a 13 de agôsto de 1778.

*Dr. José Botelho Borges*. Cônego Prebendado. Ocupou a sétima cadeira (terceira aquém das Dignidades), que vagara em 1753 e que pertencera ao Dr. Manuel Ribeiro Soares, um dos mais dignos dentre os catorze capitulares com que se instalou a Catedral de Mariana.

Promovido a Chantre em 1763, preencheu a vaga do venerando Cônego Vicente Gonçalves Jorge de Almeida. Ainda dêste ilustre cônego foi sucessor no Provisorado da diocese, de 1790 a 1793, nos últimos anos do episcopado de Dom Pontével.

Ocupante de três vagas ilustres, foi a seu turno capitular e magistrado que dignificou altamente os cargos que serviu.

Como juiz das justificações, de capelas, etc., acompanhou sempre o bispo diocesano em visitas pastorais.

Possuiu uma chácara, com capela, no *Morro de Santo Antônio,* nos subúrbios de Mariana.

Foi encontrado morto em sua residência da cidade na manhã de 1.º de agôsto de 1795, tendo-se recolhido de véspera com saúde. Devia ir nos seus setenta anos de idade.

Êstes, os cônegos que em capítulo de 1765 assentaram, e pediram a El-Rei, a construção da casa que devia ser a sede de suas tertúlias e de suas assembléias capitulares.

Pretendiam os cônegos fôsse a construção custeada pela fazenda real, e não era pretensão descabida, por visto que os dízimos da diocese cobrava-os El-Rei, e não lhos devolvia senão em uma ou outra rara edificação de caráter religioso e em côngruas ordinàriamente irrisórias. Nossas velhas igrejas devémo-las, em geral, às irmandades do Santíssimo Sacramento e às Ordens Terceiras, particularmente do Carmo e da Penitência..

Evadiu-se El-Rei, sem rebuços, à solicitação capitular e, para dar alguma resposta ao Cabido, mandou recomendar-lhe que realizasse obra perfeita e que as despesas, daí decorrentes, as satisfizesse a mitra cujos cofres (dizia) deviam encontrar-se providos, estando o bispado, desde algum tempo, em sede vacante. Determinava ainda que se pusesse a obra em hasta pública e que fôsse arrematada "pelos mais baixos e seguros lanços", recomendação seu tanto impertinente, uma vez que Sua Majestade fechava sem cerimônia a bôlsa ao Cabido, sôbre o qual, em conseqüência, viria recair em grande parte o pêso da construção.

Pôs-se a obra em arrematação. Depois de andar em praça três meses (de 27 de fevereiro a 27 de maio de 1770), foi aceito, afinal o lanço de José Pereira Arouca. O conhecido Mestre se obrigava a entregar as chaves da Casa Capitular pela quantia de dezesseis mil cruzados e cento e cinqüenta mil réis.

Reza assim o *Auto de arrematação*:

"Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e setenta, aos vinte e sette do mez de Maio, nesta Leal Cidade de Mariana, e Caza em que costuma congregar-se o Illustrissimo e Reverendissimo Cabido da Santa Igreja Cathedral da mesma, aonde eu Escrivão adiante nomeado fui vindo; e sendo ahi, presentes o Illustrissimo Cabido, e Dr. Dezor. Joam Caetano Soares Barreto, Provedor da Real Fazenda nesta Capitania, se mandou pelos mesmos proceder à Rematação da obra da Caza Capitular, segundo a Ordem de sua Magestade Fidelissima, Cuja obra, tendo andado em PraSa os dias da Ley, como consta da Certidam inserta nestes autos, do Pregoeiro deste Juizo Eclesiastico, Theodozio Ferreira Soares; depois de varios Lansos, ultimamente Lansou nela o Rematante José Pereira Arouca morador nesta Cidade, a quantia de desesseis mil cruzados, cento e cincoenta mil réis, para fazer na forma das Plantas, Risco, e Apontamentos asinados, e aprovados pelo mesmo Illustrissimo Cabido: dandose-lhe logo tres mil cruzados à vista; e os mais a pagamento na forma das Condiçoens. Com o qual lanso andou o sobredito Pregoeiro paSeando pela PraSa, debaixo para cima, de hua para outra parte: dizendo em voz alta e inteligivel, que todos muito bem entendião — por desesseis mil cruzados à vista, e os mais a pagamento na forma das Condiçoens, se faz a Caza Capitular, segundo as mesmas Condiçoens, e Riscos: se algũ nella quizer Lansar, chegue-se a mim, receberei seo Lanso. E repetindo o dito Pregoeiro hua, e muitas vezes pela PraSa o referido Lanso, por dar sua fé, de nam haver quem nela quizesse Lansar menos; foi mandado pelos ditos Illmo. Cabido e Dezor. Provedor da Real Fazenda, que affrontasse, rematasse, e desse o ramo; e logo o dito Pregoeiro, em obediencia deste mandato, andou pela mesma PraSa afrontando a todos os Lansadores que nella

estavão, dizendo — por desesseis mil cruzados, cento e cincoenta mil reis, com tres mil cruzados à vista, se faz a Caza Capitular na forma das Condiçoens, e Riscos, e agora se remata; se ha quem nela queira Lansar menos, chegue-se a mim, receberei seu Lanso; afronta faSo, que menos não acho; se menos achara, menos tomara; dou-lhe húa, dou-lhe duas, dou-lhes tres: ha quem menos Lanse, senão remata-se? afronta faSo, que menos não acho; se menos achara menos tomara, dou-lhe hua, dou-lhe duas, dou-lhe tres. — E dice, mediando espaSo de tempo — E dou-lhe hua, mais pequenina — E metendo hú ramo verde na mão do Lansador, que na sua trazia para o dito efeito; lhe dice — pois menos não me dam, faSa-lhe muito bom proveito, pelo mesmo Lanso atraz declarado de desesseis mil cruzados, cento e cincoenta mil reis, na forma sobredita.

— Cõ o que houverão o Illmo. Cabido, e Dr. Dezor. Provedor da Real Fazenda, por rematada a mesma obra da Caza Capitular pelo sobredito rematante Joze Pereira Arouca: o qual se obrigou, e com effeito se obriga por sua pessoa, e bens presentes, e futuros, dos mais bem parados destes, a fazer a referida obra, segundo as Condiçoens, e Riscos mencionados; e a correr-lhe o Risco ano e dia, na forma da Ley, depois de entregue ao Illmo. Cabido; fazendo-a no decurso de ano e meio e de como assim o dice, e se obrigou a cumprir, mandaram o Illmo. Cabido e Dr. Dezor. Provedor da Real Fazenda, fazer este Auto de Rematação, que assinará com o mesmo Rematante, Pregoeiro, e testimunhas presentes Joam de Caldas Bacelar, e Custódio Ferreira dos Santos, moradores nesta Cidade, e eu Joam Soares d'Araujo, Presbitero secular, Escrivão da Camara Ecclesiastica deste Bispado a escrevei.

Almeida — Xavier — Barr$^{o}$ — Souza — Botelho — Domingos Frz. de Barros — Joze Per$^{a}$ Arouca — Theodosio Soares Fer$^{a}$ — Joam de Caldas Bacelar — Custódio Ferr.$^{a}$ dos Santos".

Decorridos, poucos dias, a 12 de julho. apresenta o Mestre ao Cabido a petição assim redigida:

> "Diz José Pereira Arouca, morador nesta cidade e rematante da fatura da Casa Capitular, que se acha o risco da mesma autoado e incorporado às condições e auto de arrematação na Câmara Eclesiástica, por Portaria de Vossas Senhorias, e para dar princípio à dita obra lhe é preciso o dito risco, sem o que a não pode executar. Pede a Vossas Senhorias sejam servidos mandar ao seu escrivão da Câmara entregue o dito risco ao Suplicante para poder dispôr e assentar a dita obra e receberá mercê".

Risco e condições lhe foram logo entregues. Êste risco se perdeu e com êle se foi, talvez para sempre, a notícia do arquiteto que projetou a obra magnífica. Entre as *Condições*, que daqui a pouco iremos ler, uma há com referência ao risco. E' a 28.ª. Por esta ficaria o arrematante na obrigação de pagar ou levar em conta ao Cabido o preço do risco. Não parece inculcar tal condição que dentro do corpo capitular estaria o autor do projeto ?

O Cônego Vicente Gonçalves, a êsse tempo Vigário Capitular, era arquiteto, afirma-o o Dr. Lima Júnior, de certo bem informado. E arquiteto, era-o certamente o Dr. José Lopes Ferreira da Rocha que, não pertencendo embora ao Cabido, a êle era bastante chegado pelo sacerdócio e pelos cargos que desempenhava na magistratura eclesiástica. Como se sabe, era dêste o primeiro projeto da igreja de São Francisco de Mariana.

O certo, contudo, é que já não se pode apontar quem traçou a planta, à vista da qual o Arouca levou quase a cabo a obra da Casa Capitular.

Era das *condições* que a obra se concluisse em dezoito meses. No entanto, em 1793, vinte e três anos depois de iniciada a construção, propunha o Cabido uma ação contra o Arouca pela mesma razão por que, a êsse tempo pròximamente, o acionara a Ordem Terceira da Penitência. (Cf. *Rev. do SPHAN*, n.º 7, pág. 72). Ainda voltarei a referir-me a êste pleito.

Foi indicado nas *condições* o local em que se devia levantar a Casa Capitular. Situava-se êle entre a sacristia da Sé e uma casa pertencente ao Padre Mestre Domingos Xavier, casa que o Arouca, adquirindo-a, substituiu por um grande prédio, atualmente conhecido por *Palácio Verde,* propriedade da Mitra Arquidiocesana.

O Cabido protestou contra esta construção que se apoiava na Casa Capitular, afogava-a e fazia-a perder parte considerável do seu merecimento.

Como se verá em documento, adiante transcrito, o arrematante faria também "outras oficinas", indispensáveis ao Cabido. Tais *oficinas* eram a *casa dos caixões* ou dos *armários* isto é, a sala anexa à sacristia, que o Arouca efetivamente construiu, bem como êsses *caixões,* hoje substituídos por guarda-roupas modernos. Neste apartamento, entre a catedral e a casa capitular, com as quais se comunica, sempre se realizaram, como ainda hoje, as assembléias capitulares.

No local indicado, isto é, entre a casa do referido Padre Mestre e a mencionada *casa dos caixões* ergueu-se a Capitular.

Iria adiantada a obra, talvez houvesse já atingido o ponto de acabamento, com o aspecto que conserva atualmente, quando, não se sabe por que, suspendeu o Arouca a construção.

Entre os dois primeiros pagamentos feitos ao arrematante, respectivamente a 7 de julho de 1770 e a 25 de março do ano seguinte, devem ter-se iniciado as obras, cuja realização obedeceria a estas

Condições

"Condições com que se há de fazer a Casa Capitular que manda fazer S. Majestade Fidelíssima que Deus guarde para o Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido desta Cidade.

1 — Será obrigado quem rematar a Casa Capitular mencionada nestas Condições, plantas e riscos a fazer todos os alicerces na forma da planta de baixo, com altura e largura que se julgar necessárias para segurança da mesma obra, com a condição porém que sempre o dito

alicerce há de chegar a formação atendendo ao dano que podem causar as formigas à mesma obra e em cima dêstes correrá pela parte de fora em tôda a circunferência uma sapata, pela parte de frente, de cantaria lavrada a picão de um palmo de grosso, e pelas outras três frentes de lages do Matacavalos ou do Itacolomí ou da caxoeira, ficando esta com altura para levar na porta da loja um degrau e na porta principal da escada dois, e êstes degraus serão feitos de ..... e seguirão o sentido que vai apontado com a letra — A. E a sentada desta sapata será de um palmo dos prumos das paredes e por dentro levará outro corte de outro palmo em altura suficiente para receber os barrotes do soalho de baixo.

2 — Fará mais tôdas as portas que mostra o risco da frente assim de baixo como de cima, em baixo as portas seguirão a porta principal da escada e a dita porta da escada levará as *Armas* do Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido na verga e cimalha e estas serão bem feitas na última perfeição e as janelas de peitoril que leva na mesma frente seguirão o sentido da do meio que vai apontado em a letra — B. E as cinco janelas do andar de cima seguirão o sentido tanto no feitio como nas *grades de ferro* do que vai apontada na letra — E. E tôdas estas janelas, assim de cima, como de baixo, com todos os seus ornatos hão de ser de cantaria da melhor que se achar neste país para se fazer a dita obra.

3 — Fará mais os dois cunhais da frente todo de cantaria na forma do risco desde a sapata até a cimalha real e os dois de trás o da porta da sacristia do Ilustríssimo Cabido será só de cantaria até o embasamento e o da porta de cima que lhe corresponde não levará embasamento em razão de ficar em quintais dos vizinhos e

as portas dos ditos dois cunhais serão fingidos com todos os seus ornatos seguindo em tudo os da frente e tôda a cimalha com todo o seu ornato será fingida com cal preta ou tijolo, exceto nos dois cunhais da frente que essa será de cantaria como acima se diz. E as pirâmides dos quatro cunhais serão de cantaria, seguindo em tudo o risco, mas porém lisas e não levarão folhagem.

4 — Fará mais quem rematar a dita obra tôdas as portas que mostram as plantas no seu interior de dentro com mais larguesas que mostram as mesmas plantas e a sua altura será as da frente e as vergas de tôdas serão de volta como se costume fazer. Fará mais tôdas as janelas que mostram as plantas de cima e da parte de trás. Estas serão tôdas de peitoril e levarão seus assentos com leve moldura assim as de cima como as de baixo.

5 — Fará mais na loja grande duas frestas rasgadas para fora e para dentro sendo estas frestas ao baixo atendendo a não prejudicar os quintais dos vizinhos e terão de largo cinco palmos e meio e na casa das comuas meterá outra na mesma forma da mesma parte correspondendo tôdas estas às janelas do andar de cima e fará mais as duas frestas que mostram as plantas abaixo da parte da sacristia, isto é, podendo ser, não as prejudicando a casa dos armários, que nesta parte determinará o Rematante a melhor forma; e tôdas estas frestas levarão seu *varão de ferro* em cruz e serão fingidas e metidas em cal.

6 — Fará mais o óculo para dar luz ... *com grades de ferro* na forma do risco e êste será assentado em altura suficiente e será fingido e metido em cal.

7 — Fará mais a porta que mostra a planta de baixo para dar serventia para a sacristia de cantaria ficando esta

com os alizares pela parte da escada, digo, com as ombreiras e verga e a porta e janela da mesma casa levará alizares de cantaria por dentro, porém lisos e a sala de espera também levará nas suas janelas alizares lisos e a Casa Capitular levará alizares com sua mocneta na forma das da frente como também levará cimalha por cima de suas vergas as cinco janelas desta sala e estas poderão ser fingidas e metidas em cal e as janelas da casa do arquivo e loja grande e as das câmaras não levarão alizares por dentro assim nas janelas como nas portas.

8 — Fará mais uma porta na casa das comuas que mostra a planta de baixo com suas ombreiras e vergas de cantaria, porém lisas. —Será mais obrigado a lagear a casa da escada com lages de cantaria lavradas tôdas defiadas (sic) e quadradas e em boa grossura. Será mais obrigado a lagear as casas das comuas e para as mesmas comuas fará os canos preciosos e necessários com tôda a segurança com a largura e altúra de três palmos lageados e cobertos de lages grossas por baixo e por cima com a melhor disposição que se poder dar a água para a sua limpeza.

9 — Fará mais as comuas que vão apontadas com as letras 2-3-4-5. E estas serão repartidas de madeira com suas portas lisas e com seus feixos por dentro e sua ferragem necessária. Levarão tôdas feixaduras que sirvam as chaves de umas nas outras.

10 — Fará mais a escada na forma das plantas, a saber o primeiro lanço e pátio há de ser de cantaria lavrada e os degraus hão de ser de ... e levará seu corremão também de cantaria com sua moldura por cima e com sua quartela em baixo a qual vai apontada com a letra D. E os dois lanços, o do meio e o de cima serão de madeira feitos com perfeição. E o último lanço

levará seu parapeito e barra de jacarandá preto e os balaustres necessários e dois pilares quadrados tudo de jacarandá preto feito com perfeição, o qual vai apontado com a letra E. E a largura desta escada será de oito palmos na forma da planta.

11 — Fará mais os pilares que mostra a planta nos pátios da escada para formar os arcos para forrar os mesmos de barreto e o lanço do meio será forrado de meia laranja, levando a mesma moldura da importa dos arcos dos pátios e êstes forros serão de estuque feitos de giz ou cal.

12 — Será mais obrigado a fazer tôdas as paredes de fora e as de dentro até o soalho de pedra e cal na forma das plantas, e a alvenaria com que se fizer tôda esta obra será boa, grande e dura e a area que se gastar em tôda esta obra será de pedreira e do córrego do Seminário, e da praia por nenhuma forma, e as paredes de dentro do andar de cima serão engradadas de madeira de um palmo de grosso e de adobes e êstes serão assentados em cal para melhor segurança e as portadas que levar nestas paredes serão de madeira seguindo em tudo as de cantaria. Fará mais a obra de carapina que fôr precisa e necessária para esta Casa Capitular, a saber tôda as portas e janelas declaradas nestas condições e no risco, e estas serão feitas de almofadas embaseadas com tôda a perfeição conforme os seus lugares em que deverem de servir, a saber, as de fora feitas de canela preta ou jacarandá vermelho e as de dentro de outra qualquer madeira de lei, e as que houverem de ser assentadas em portada de pedra levarão suas ferragens necessárias, a saber feichaduras sem ser de carregação..... e os feixos pedreiros, parafusos chumbados e tôda a mais ferragem para estas portas ficarem com tôda a perfeição e tôdas estas levaram seus postigos na forma que se costuma fazer.

13 — Será obrigado a fazer todo o madeiramento do telhado e êste será feito de gopiara com tôda a segurança e as suas madeiras serão tôdas de lei e os caibros serão serrados ou lavrados a machado e a ripa será de boa bitola e serrada de madeira de lei e tôda a madeira do dito madeiramento terá a grossura necessária conforme o seu lugar em que houver de servir e serão tôdas das qualidades seguintes = candeia, peuna, gendiaiba, canela preta, tobu, sucupira, bagre, cangerena e os caibros poderão ser de canela.

14 — Será mais obrigado a fazer todo o telhado e feito de telha da Passagem e será embocado com cal e area e amoriscado de quatro em quatro canais bem feito como pede a mesma obra.

15 — Fará mais o fôrro da Casa Capitular de cinco painéis por forma de barrete e êste será formado liso e ao depois de partido em painéis grandes com suas molduras de táboa e seus cordões por cima da ditas portas ficando de calha um palmo entre as ditas molduras e a mesma correrá em roda por cima da cimalha .... Fará mais a cimalha da dita Casa Capitular segundo a regra da ordem jonica sem que lhe falte coisa alguma do seu ornato e levará esta ressaltos nos cantos e a donde mais precisar para tôda a perfeição da mesma Casa.

16 — Fará mais o fôrro da casa do Arquivo da mesma forma que fica dito com sua cimalha mais ao menos e o mesmo fará a sala de espera e casa da escada em baixo e êstes fôrros hão de ser direitos e não de barrete destas ditas três casas. Será mais obrigado a soalhar tôda esta obra, a saber, sala capitular, casa do arquivo, sala de espera, loja grande, tudo assoalhado de bagre ou sucupira de meio fio e limpo de enxó, e limpo de branco e podre, e os barrotes do soalho de cima terão

os comprimentos que se precisar para a boa segurança e a sua grossura será de um palmo por uma parte e um ..... pela outra e os do soalho de baixo serão de barauna com a mesma grossura, uns e outros serão assentados em distância de dois palmos e meio e o rematante dará todos os pregos precisos e necessários para todos êstes madeiramentos.

17 — Será mais obrigado a fazer dois arcos toscos por baixo da Casa Capitular na forma da planta, os quais vão apontados com as letras FF para melhor segurança do soalho de cima; as sacadas das janelas da frente hão de ser de dois palmos com suas almofadas entre os cachorros e a sua moldura e ilharga dos cachorros é a que vai apontada fora da planta com a letra G.

18 — Será mais obrigado a fingir a cimalha real e cunhais de trás, frestas e óculo e a rebocar tôda esta obra por dentro e por fora a duas mãos de cal e areia e caiada com cal branca, tudo na última perfeição. Será mais obrigado a fazer na Casa Capitular um arco tosco no lugar que vai apontado com a letra H.

19 — E suposto nas plantas e risco declare os comprimentos e largueza desta obra aqui se declara que a Casa Capitular há de ter de comprido cinqüenta e dois palmos, tudo isto é de vão e os seus repartimentos na forma das plantas adverte-se que suposto da sala da escada aponte o vão para três arcos aqui se declara os não levará por se determinar os dois lanços da escada de madeira, só sim será esta forrada por baixo.

20 — Será obrigado o dito rematante a fazer uma casa para os armários entre a Casa Capitular e a sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido e terá esta de frente pela parte da rua vinte e dois palmos e de fundo para trás vinte e oito e o pé direito desta casa há de ser o que couber na altura do telhado da sacristia do mesmo

Ilustríssimo Cabido em razão de ficar tudo no mesmo pavimento e na mesma forma do telhado da sacristia, e levará esta uma janela no meio na sua frente e duas para trás que em tudo corresponderão a da sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido e os portais das ditas três janelas serão de barauna e as paredes desta casa dos armários hão de ser de pedra e cal, a saber, a da frente de três palmos de grosso e a de trás de quatro atendendo a que no meio das duas janelas há de levar vão para um armário e na parede da Casa Capitular há de levar vão para três armários e êstes serão feichados de arco de tijolo ou de pedra.

21 — Fará mais da parte da sacristia na parede que se acha feita de adobes vão para três armários e sendo preciso engrossará a dita parede para caber o vão dos ditos armários e fará mais uma porta também de almofadas da sacristia para a mesma casa e terá esta os degraus que forem precisos e necessários para a sua servidão e serão êstes de cantaria.

22 — Será mais obrigado a assoalhar a dita casa dos armários de taboado de bagre e os seus barrotes serão de barauna e êste soalho em tudo seguirá o da loja grande da Casa Capitular e o fôrro desta casa será na forma do da sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido com sua cimalha e tudo o mais na mesma forma e o madeiramento do telhado será feito na forma do da mesma sacristia e será êste de duas águas e o telhado da mesma será feito na forma da da mesma sacristia e para tôda esta obra que se há de fazer na forma destas condições e risco dará êle dito rematante tôdas as ferragens necessárias na forma já declarada nestas condições e também rebocará e cairá as paredes da casa dos armários por dentro e por fora na forma da Casa Capitular.

24 — Adverte-se que as madeiras das janelas e portas, soalhos e fôrros se princiará a serrar assim que se rematar a dita obra atendendo a estar sêca quando se precisar para a mesma obra e os fôrros de tôda esta obra podem ser de cedro, canela parda ou vinhático. Todo o preço por que se arrematar esta obra se pagará na forma seguinte:

25 — Estando cheios os alicerces de tôda a obra com a sapata corrida, três mil cruzados. Estando a mesma em a altura do pavimento de soalho de cima *com as três grades de ferro das janelas das lojas em seu lugar*, outros três mil cruzados. Estando tôdas as paredes de pedra acabadas, outros três mil cruzados. E o resto que faltar para o cômputo da arrematação, feita e acabada que seja tôda a obra acima declarada sem que lhe falte cousa alguma para dar cumprimento às condições aqui declaradas e a obra acabada com tôda a perfeição, assim de pedreiro e carpinteiro e *grades de ferro das janelas* da frente e para a entrega da mesma nomeará louvados para lhe serem aprovadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido e o mesmo lhe nomeará louvados para êle dito rematante aprovar.

26 — E tôda esta obra acima declarada será obrigado êle dito rematante a dar feita e acabada na forma dita por tempo de um ano e meio e não a dando feita a acabada dentro do dito tempo a mandará acabar a custa dêle rematante o Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido. Será obrigado o rematante a comprar a sua custa *as casas* que forem precisas para a fatura da mesma obra e se poderá utilizar êle dito rematante dos massames das ditas casas que comprar para a fatura da mesma obra por êstes lhe pertencerem.

27 — Será mais obrigado a dar fianças que lhe forem pedidas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido para a fatura da mesma obra.

28 — Será mais obrigado quem rematar a dita obra a pagar ou a *levar em conta* o que se arbitrar a quem teve o trabalho de *fazer o risco* e condições para a fatura desta obra, cujo arbítrio será feito pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido.

29 — Adverte-se que suposto no risco do ... da frente da obra se declare a altura da mesma obra, aqui se declara que as lojas terão de pé direito dezassete palmos e será o soalho do andar de cima assentado em dezoito palmos e dois dedos, e o pé direito da Casa Capitular e mais salas do andar de cima terão de pé direito vinte e um palmos que vem a ter de pé direito. E a dita obra da sapata para cima trinta e nove palmos, e tôda a obra declarada nestas *condições* será feita e acabada a porta feichada na forma das mesmas e custa dêle rematante, sem acréscimo nem diminuição alguma, e o Ilustríssimo Cabido terá obrigação de dar livres e desembargados os chãos que se acham entre a sacristia do mesmo Ilustríssimo Cabido e as Casas do *Padre Mestre Domingos Xavier* com o fundo necessário para a fatura da mesma obra.

30 — Suposto nestas *Condições* se tem declarado serem tôdas as portas e janelas de almofadas embaseadas, aqui se declara que serão só as da frente e tôdas as mais serão de almofadas sobrepostas, tanto as da casa capitular, como as da casa dos armários // *Vicente Gonçalves Jorge de Almeida // Francisco Xavier da Silva // José Botelho Borges // Francisco Ribeiro da Silva // José Pereira Arouca.*

Fez-se ao Arouca o último pagamento — último conforme relação constante dos autos da ação a que já me referi — a 20 de dezembro de 1771. Perfez-se com esta prestação a quantia de rs. 5:600$000, pouco

menos dos dezesseis mil trezentos e trinta e cinco cruzados, pelos quais foi orçada e contratada a obra em estudo (*).

Paralisou-se esta por êsse tempo, conforme alega o Cabido na petição que se vai ler:

"Diz o Rmo. Cabido da Catedral dêste Bispado de Mariana que, obtendo Provisão de S. Majestade, por seu Tribunal competente, datada em 24 de abril de 1769, para edificar uma Casa Capitular e outras mais oficinas indispensáveis a sua corporação; com efeito se pôs a obra a lanços, conforme a lei, e segundo as condições do contrato; e foi dela arrematante o Alferes José Pereira Arouca aos 27 do mês de maio de 1770, na presença do Rmo. Cabido e assistência do Desembargador Provedor da Real Fazenda, que então era o Dr. João Caetano Soares Barreto: o Suplicado arrematante tomou a seu cargo fazer a dita obra conforme o risco e apontamento que consta dos autos, e de que se junta documento em forma, obrigando-se o Suplicado na condição 25 do contrato judicial receber 3 mil cruzados, estando a obra com os alicerces completos e cheios, que no auto da arrematação se variou em dar-se-lhe antes disso, e no princípio dessa obra a sobredita quantia e outros 3 mil cruzados estando em altura do pavimento do soalho de cima, e outros 3 mil cruzados estando as paredes tôdas de pedra acabadas até o telhado, e o resto depois que a obra fôsse tôda completamente feita dentro de ano e meio, como se vê da condição 26, com expressa cominação que, não dando o Suplicado perfeitamente acabada a obra em o referido tempo, poder o Rmo. Cabido mandá-la acabar a custa dêle arrematante: o Suplicado não só tem recebido o dinheiro

---

(*) Os pagamentos, conforme os autos, vinham-se realizando nestas datas:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 5-VII-1770 | — | 3000 | cruzados | — | 1:200$000 |
| 25-III-1771 | — | 3000 | '' | — | 1:200$000 |
| 2-VIII-1771 | — | 4000 | '' | — | 1:600$000 |
| 2-VIII-1771 | — | 1000 | '' (emprestados) | — | 400$000 |
| 20-XII-1771 | — | 3000 | '' | — | 1:200$000 |
| | | 14000 | '' | | 5:600$000 |

do ajuste que foi especificado naquelas condições, mas ainda recebeu de mais, e até a título de empréstimo 400$000, que consta dos mesmos autos, e documento junto em pública forma; e porque o Suplicado não tem satisfeito da sua parte o contrato e suas obrigações, tendo decorrido *mais de vinte anos* e estando incurso no comisso cominatório, requer que V. M. se sirva mandar que o Suplicado se cite para alegar qualquer razão que seja suficiente de o excluir da pena, com outra comissão de se julgar a primeira, não dando descarga cabal, ou à sua revelia a fim de se proceder contra o Suplicado e seus bens e contra as Testemunhas da abonação ——— P. a V. M. seja servido deferir à citação requerida, na forma cominada ——— E. R. M."

O Suplicado foi citado pessoalmente a 20 de agôsto de 1793.

Movimentou-se irregularmente o processo, que se encerrou, com perda total para o Cabido, em 20 de agôsto de 1800, cinco anos decorridos do falecimento do Arouca (21-VII-1795).

Não revela o processo, cujo patrocínio recusaram quase todos os advogados de Mariana, o motivo da paralisação.

Enfermidade do Mestre? Prejuízo do contrato?

Ignora-se. Uma circunstância que se não deve esquecer e que se conclui fàcilmente dessa paralisação é que não era aquela uma obra subvencionada pela fazenda real. Aliás não teria sido suspensa... Demais, Dom José I adverte positivamente que as obras não se pagariam pela sua real fazenda. Vêde:

"Dom José por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar, em Africa Senhor de Guiné, etc. Como Governador e perpétuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo: Faço saber a vós Reverendo Cabido, sede vacante, do Bispado de Mariana, que no Meu Tribunal de Mesa da Consciência e Ordens se viu a conta que Me destes sôbre não ter essa Sé Casa em que se possam congregar em Cabido os Capitulares dela,

por cuja causa fazeis os congressos capitulares na Sacristia da mesma, e que esta necessita também de armários grandes, pedindo-me fôsse servido mandar fazer a dita Casa Capitular com a decência devida e os referidos armários para a sacristia, o que visto informação que precedeu do Governador e Capitão General dessa Capitania e respostas do Provedor da Fazenda da mesma e dos Provedores da minha Real Fazenda e Geral das Ordens: Hei por bem ordenar-vos que, fazendo com as legalidades necessárias e com assistência do Provedor de minha Real Fazenda por avanços as ditas duas obras, da Casa Capitular e Caixões da Sacristia segundo o risco e apontamentos em que tiveres convindo sem mais objeto que o da precisa decência, *os mandeis arrematar pelos mais baixos e seguros lanços* que houver para o que mandareis fazer escritura e tomareis as finanças necessárias por que se obrigue o mestre ou mestres a quem as ditas obras forem arrematadas a fazê-las com tôda a perfeição e segurança na forma dos referidos apontamentos e o preço por que foram arrematadas mandareis satisfazer ao depois, *não pela minha Real Fazenda como pretendieis, mas dos rendimentos pertencentes à Mitra que se tem recolhido em cofre por se achar em sé vacante,* o que assim cumprireis. El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos doutores Manuel Ferreira de Lima e João de Oliveira Leite de Barros, deputados do despacho da Mesa da Consciência e Ordens. José do Nascimento Pereira da Silva a fez em Lisboa aos vinte e quatro de abril de mil setecentos e sessenta e nove anos. José Joaquim Oldemberg a fez escrever // Manuel Ferriera de Lima // João de Oliveira Leite de Barros. Por despacho da Mesa da Consciência e Ordens de oito de abril de mil setecentos e sessenta e nove."

No correr da construção o Arouca levantou, apoiando-o na Casa Capitular, o sobrado atualmente apelidado de *Palácio Verde*. O Cabido, como vimos, protestou judicialmente contra semelhante abuso, acionando o construtor; mas, bem que manifesta a justiça de sua causa, perderam-na redondamente os Cônegos.

Como dissemos, estavam paralisadas as obras em 1793. E estão por concluir, pelo menos como foram projetadas. Assim o têm verificado os técnicos que visitam e admiram o belo edifício.

Em 1926, por doação do Cabido, passou êle para o domínio da Mitra Arquidiocesana, que aí instalou a Cúria Metropolitana e o seu Arquivo.

O autor dêste trabalho acompanhou de perto as obras de adaptação para o seu novo destino. Pavimentou-se então o andar térreo, lançando-se o concreto sôbre o velho chão virgem da longinqua Vila do Carmo. Fizeram-se ainda as portas que se abrem para as sacadas do segundo pavimento e outras obras de pequeno custo.

E nada mais se sabe, *com documentos,* em relação à Casa Capitular.

Se a história se escreve com documentos, aí está com os documentos que a ela se referem, a História da Casa Capitular de Mariana.

## *Aljube*

Era o cárcere privativo do juízo eclesiástico. Por êste juízo, que se manteve no Brasil até pouco depois do 7-de-Setembro, eram julgadas, além das causas pròpriamente eclesiásticas, em que entravam as de divórcio, adultério, sevícias, esponsais, etc., as seguintes: testamentarias das pessoas que faleciam em meses ímpares (direito de alternativa dos testamentos); cobranças em que devedor fôsse clérigo; crimes de qualquer natureza, sendo eclesiástico o réu...

Como vêem, não eram sòmente sacerdotes os réus do juizo eclesiástico. De uns e de outros, de sacerdotes e de seculares, condenados a prisão, há numerosas notícias nos arquivos eclesiásticos.

Sem embargo de um ou dois lexicólogos definirem aljube — prisão de padres; outros, mais acatados, o definem bem — prisão eclesiástica, prisão do juizo eclesiástico, prisão do bispo.

As *Constituições do Arcebispado da Bahia* prescreviam (Tit. XV do Liv. 4.º) que os clérigos não fôssem presos no aljube senão por casos muito graves. Donde se infere que, em rigor, era o aljube prisão

de leigos (culpados no juízo eclesiástico) mais do que prisão de padres.

## *Aljube em Mariana*

Não encontrei a mais pequenina notícia dêsse cárcere na cidade episcopal.

Dom Frei Manuel da Cruz, ainda do Maranhão, já transferido para as Minas, pediu a El-Rei a necessária licença para construí-lo no seu novo bispado. A êsse plano ou desejo do ilustre bispo se referem os documentos seguintes:

> 1 — *Provisão régia* — Dom João por graça de Deus etc. Faço saber aos que esta minha Provisão virem que, tendo respeito a representar-me o Bispo de Mariana que em razão de se haver criado novamente aquêle Bispado e não ter aljube em que se possam recolher os culpados pelo Juízo Eclesiástico necessita das cadeias da jurisdição secular, enquanto não há outra providência para aquêle efeito: Hei por bem que enquanto das despesas e condenações eclesiásticas se não fizer aljube, dentro de tempo que lhe mandarei limitar, ou não ordenar o contrário, os presos que o merecerem ser pelas culpas da jurisdição eclesiástica sejam recolhidos nas cadeias públicas e os carcereiros obrigados a dar conta dêles na forma em que o fazem dos que lhes são entregues pelas Justiças Seculares. Pelo que mando ao meu Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro com o govêrno das Minas Gerais, mais ministros e oficiais de justiça a que pertencer, que cada um na parte que lhe tocar, cumpra e guarde esta Provisão e a façam cumprir e guardar como nela se contém sem dúvida alguma, a qual valerá como Carta e não passará pela Chancelaria, sem embargo da Ordenação do Livro Segundo, títulos trinta e nove e quarenta em contrário: e se passou por duas vias. El Rei, Nosso Senhor, o mandou por Tomé Joaquim da Costa Côrte Real e pelo Doutor Antônio Freire de Andrade Henriques, conselheiros do seu

Conselho Ultramarino. Luís Manuel a fez em Lisboa a três de maio de mil setecentos e quarenta e sete. O conselheiro Antônio Freire de Andrade Henriques a fez escrever. *Tomé Joaquim da Costa Côrte Real // Antônio Freire de Andrade Henriques*. Por despacho do Conselho Ultramarino de dois de março de mil setecentos e quarenta e sete.

2 — *Carta de Dom Frei Manuel da Cruz* — Snr. Por Provisão de Vossa Majestade de 2 de Março de 1747, foi Vossa Majestade servido haver por bem que, enquanto das despesas e condenações eclesiásticas se não fizesse aljube dentro do tempo que me mandaria limitar ou não ordenar o contrário, os presos que o merecessem ser pelas culpas da jurisdição eclesiástica, seriam recolhidos nas cadeias públicas, e os carcereiros obrigados a dar conta dêles na forma dos que lhe são entregues pela justiça secular. E para que sem controversias se administre com quietação a justiça eclesiástica se faz preciso fazer aljube a custa das despesas e condenações eclesiásticas e haver um aljubeiro; peço a V. Majestade me conceda licença para que em algum chão mais cômodo que esteja devoluto e não aforado possa eu fazer o tal aljube e nomear aljubeiro, e juntamente para que, enquanto se não conclua a dita obra, possa alugar algumas casas para servirem de aljube. Vossa Majestade mandará o que fôr servido. Mariana — 1753 — Pelo Conselho Ultramarino (Copiador de Dom Frei Manuel, 163 v.).

O aljube não se fez, nem tais casas se alugaram.

Ao raiar o século XIX era ainda a Casa Capitular objeto de litígio: estava paralisada a sua construção.

Veio a Independência e sem demora era abolido o juizo eclesiástico e com êle extintos os seus aljubes.

Evidentemente não se apoia sôbre seguro a lenda da *prisão de padres* em Mariana.

## DOCUMENTOS

(Do Copiador de Dom Frei Manuel da Cruz, a fls. 135 verso)

"Carta para o Exmo. Sñr. General Gomes Freire de Andrade — 1751.

"Illmº. e Exmo. Sñr.

"Quiz responder a V. Exª, segundo ordena Sua Magᵉ, pertendendo certidão com o theor do Assento, que a Ordem do Ouvidor se faz na pessoa do Bacharel Jorge de Abreu Castelbranco na Cadea desta Cidade, em que estava prezo pela do meo Vigrº Geral, e juntamente com o theor de trez Provisoens, que o Juiz de Fora Francisco Angelo Leitão no Livro dos Assentos deo com injúria e detrimento desta minha jurisdição; porem depois de se mandar passar, se frustou a diligencia por se intrometter o dito Bacharel a impedir a dita certidão, agravando para o Ouvidor, como tudo consta da petição e instrumento extrahido dos autos, que a seo requerimento se ficão processando sem interece ou direito algum do dito Bacharel, senão a prepozito, e cazo pensado, com que favorecido dos Ministros Seculares pertuba e inquieta continuamente esta jurisdição // Se se negar a dita certidão se colhe quam prejudiciais, e menos attenciozos a esta minha Jurisdicção forão os ditos Provimentos, e procedimentos do Ouvidor; e supposto eu não os cheguei a ver,nem o meo Vigrº Geral, sabe-se com certeza, que a recõmendação que se fez por ordem do Ouvidor está no Livro, em que se fazem os assentos dos prezos a folhas quarenta, e trez, e que os Provimentos são trez, e se achão no mesmo Livro a folhas cento, e trinta, e oito verso, donde só por ordem de V. Exª se poderão ver, e tirar por certidão; porem varias pessoas a quem tudo se deo a ler em contumelia desta Jurisdição attestão com certeza individual que nos ditos trez provimentos está a imũnidade Eccleziastica gravemente offendida; porquanto se prohibe ao Carçareiro = Que receba prezos desta Jurisdicção sem expressa licença do Juiz de Fora, o que experimentão os Officiaes deste Juizo = que os mesmos Officiaes não farão diligencias aos prezos dentro da Cadeya sem a dita licença, o que tãobem experimentão e que se não abra assento a prezo algum sem que se saiba a cauza de prizão para se resolver, se devia ser ou não prezo = que qualquer prezo desta Jurisdicção se pode embargar, e recõmendar por ordem do Juiz de Fora, ou de outro Ministro Secular, o que se manda consentir ao dito Carcereiro sem embargo de quantas excõmunhões se lhe cõminarem = que hindo os Officiaes deste Juizo a qualquer diligencia da Justiça a dita Cadea, o carçareiro os recolha em costodia e retenha prezos the se dar parte ao Juiz de Fora para se resolver o que ha de obrar = que o Carçareiro suprimisse e recolhesse a sy os livros dos Assentos e Alvarás de soltura deste Juizo Eccleziastico, e os não entregasse, e fizesse os assentos nos livros seculares = e alem disto contem os ditos provimentos

outras varias couzas offensivas, e gravemente prejudiciaes a esta Jurisdição, a qual se deve acodir com prompto remedio, antes que expire de todo; que foi o estimulo, por que dei conta a Sua Mag.e, em cuja veneração tenho dissimulado, esperando ser pelo mesmo Sñr. satisfeito. // E porque este Bacharel tem sido cauza, e occasião de quantos disturbios, e perturbaçoins se tem experimentado pelo Virg.º Geral e seus Officiaes, e continua orgulhozamente neste projecto por contemplação do Ouvidor, de sorte que thé estando elle de correição nesta Cidade o mes passado veyo em seo nome perturbar e inquietar ao mesmo Vigr.º Geral em Audiencia publica, sem temor, nem respeito algum, estando suspenso no seu auditorio, o que já outra vez obrara com escandalo grande, sendo precizo ao Vigr.º Geral por evitar dsiturbios e mayores perturbaçoens soffrelo com paciencia, e dissimulação; me resolvi a mandar fazer a Justificação que remetto a V. Ex.cia pela qual consta o que este Bacharel hé, e como tem procedido com esta Jurisdição, para que V. Ex.cia se sirva fazela prezente a Sua Mag.e com os mais Documentos para o mesmo Sñr. acodir com a providencia de que tanto se necessita, não só para restauração da Imũnid.e e liberdade Ecclez.a, mas tãobem para punição do dito Bacharel, e de quem mais for servido. Marianna, etc.".

*

* *

"Outra para o mesmo Exmo. General — 1751 (Cop. 136).

"Illmo. e Exmo. Sñr.

"Na creação deste Bispado, a requerimento meo, foi Sua Mag.e Fidelisis.ma servido conceder a Provizão inclusa, a qual the o prezente esteve em sua obvervancia depois de cumprida por V. Ex.cia e pelo Juiz de Fora, que foi desta Cidade, recebendo-se nas Cadeas desta Cidade e Bispado os prezos a ordem dos meos Ministros, e soltando-se pela dos mesmos, para o que ha livros dos Assentos e Alvarás privativo para os prezos desta Jurisdição; mas como o dito Juiz de Fora, que foi Francisco Angelo Leytão, entre varias materias, com que offendeo esta Jurisdição, ordenou que o Carçareiro subtrahisse os ditos livros proprios dos prezos Eccleziasticos, hum dos quaes agora he precizo para se passarem Alvarás de soltura a dous prezos, e se mandou buscar para esse fim, pertende o Doutor Juiz de Fora actual sustentar os provimentos do seo Antecessor, ordenando que o dito Carcereiro não entregue o referido livro, não obstante o meo Vigario geral mostrar-lhe a dita Provisão e ter representado o que devia para cessar nelle qualquer escrupulo, satisfazendo ao unico que apontou de que se costumava nesta Juizo reputar a Cadea por Aljube, certificando-o; que se não uzar mais da palavra Aljube, mas sim de *Cad*· com o que se não quiz conformar, nem tãobem com que o dito Carcereiro

recolhesse os prezos sem proceder licença sua, soppondo ao que parece ser esta necessaria, havndo a de Sua Mag.e Fidelissima. A vista do que pede a Veneração, que tenho a V. Excia., e não menos o desejo, que sempre tive de não naver discordias, dar a V. Excia. esta noticia, para que como Dignissimo Governador, e Capitão General a quem Sua Mag.e Fidelissima primeiramente cometteo a execução da dita Provizão como della consta, se digne acodir com a prompta providencia, de que se necessita, afim de que se não subtrahão os ditos livros, nem seja precisa a licença para o Carcereiro recolher os ditos prezos, ficando as demais controversias esperando a resolução de Sua Mag.e Fidelissima // Fico como sempre muito prompto a execução das ordens de V. Ex.cia a quem Deus guarde m.s an.s — Mariana, etc.".

"Carta para o Illmo. e Exmo. Sñr. Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General destas Minas e Rio de Janeiro, etc. (*Copiador*, fl. 139).

"..... Ao Sñr. Governador devo o mesmo affecto e os mesmos favores que a V. Excia., a quem dará conta do que tem succedido ao Bacharel Caetano da Costa Mattoso, e do que veyo contra elle nesta Frotta; e isto he o menos, porque ainda não tinha chegado a Corte a noticia do arrombamento da Cadea, e as incriveis insollencias que aqui obrou contra o Doutor Juiz de Fora. Graças a Deus que ficou desaggravada e vindicada a Jurisdicção Eccleziastica, a quem tanto tinha ultrajado aquelle mao homem e peor Ministro, porque Ministro de Satanaz, e entendo que as suas desordens e desconcertos forão a ultima disposição que moveo a Sua Mag.e a tirar por hum Decreto os Juizados da Coroa a todos os Ouvidores do Brasil, mandarido se julguem nas Relaçoens respectivas, fazendo-se só nas Ouvidorias os preparatorios, como V. Excia. lá saberá e Sua Mag.e foi servido mandar-me participar por huma Ordem sua: e assim viverão os Prellados e seus Ministros com algum socego e livre das oppressoens de algum insollente. // Eu pelo especial affecto que tenho a V. Excia. desejo muito, e peço a Deus o bom socesso de V. Excia. assim na jornada, como na expedição de tão graves negocios, e que Deus o restituha com perfeitissima saude a este Paiz para bem delle, e alivio meo, ficando eu nelle com o mais profundo respeito promptissimo para executar as suas Ordens // Deus guarde a V. Excia. m.s an.s // Marianna e de Julho 24 de 1752."

CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE.



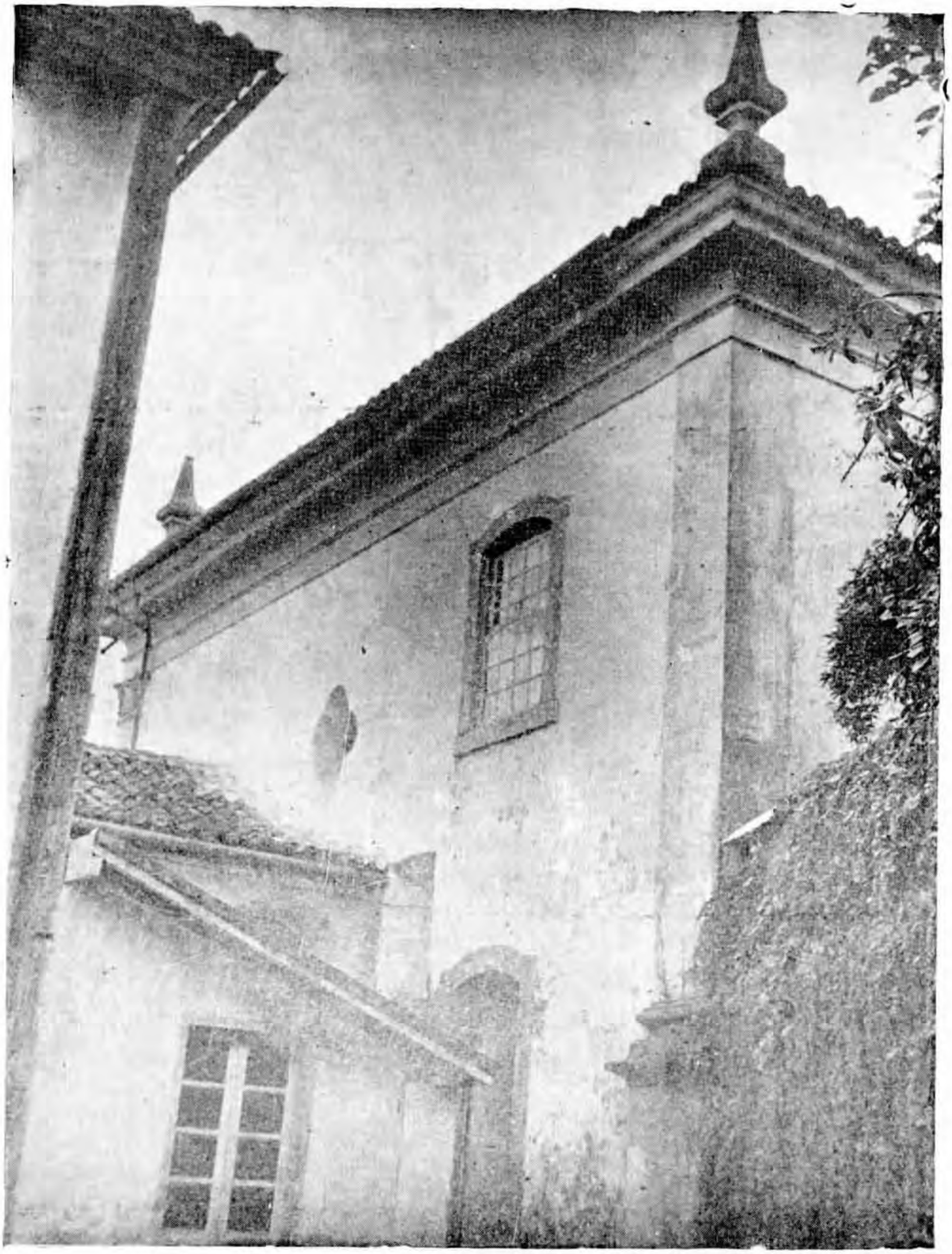
Casa Capitular de Mariana. Fachada



Casa Capitular de Mariana. Fachada



Casa Capitular de Mariana. Tarja da fachada



Casa Capitular de Mariana. Vista lateral e fundos

# RETRATOS COLONIAIS

Êste trabalho constitui uma primeira tentativa de estudo, em conjunto, dos retratos brasileiros do periodo colonial. Traçamo-nos como tarefa principal o esclarecimento de dois problemas que podem ser enunciados através das seguintes perguntas:

1.ª Quais as características principais dos retratos brasileiros, do ponto de vista artístico (composição, colorido, "pose", etc.)?

2.ª Revelam êsses retratos um estilo próprio, definido, ou constituem simples reflexo provinciano da arte dos retratos da Metrópole?

A fim de responder tais perguntas, temos de considerar certos fatores extra-artísticos, sem os quais não poderíamos explicar nem apreciar devidamente determinados aspectos dos retratos coloniais brasileiros.

O retrato constitui, ao lado da pintura religiosa decorativa, a parte mais numerosa do patrimônio artístico brasileiro do período colonial. Em muitos conventos e irmandades, e sobretudo nos das Santas Casas da Misericórdia, conservam-se ainda retratos de fundadores, benfeitores, provedores, beneméritos, etc. Fora daí — com exceção de alguns retratos da família real portuguêsa — são escassos os retratos da época colonial. Faltam sobretudo, e de modo quase completo, retratos de família (grupos), de donos e "sinhás" de "casa-grande". Certamente, não deve esta lacuna ser atribuída à ação do tempo, — por destruição ou perda dos painéis. Seria mesmo de admirar que se houvessem perdido precisamente retratos que representavam os antepassados, dado o aprêço que as famílias brasileiras consagravam a tudo que constituía tradição familiar. Tradição que per-

maneceu viva sob outros aspectos da vida doméstica, no que se refere, por exemplo, a processos de trabalho, receitas culinárias, móveis, vestidos, etc. De resto, a falta de retratos de família explica-se perfeitamente pela própria estrutura social e econômica, o "modus vivendi" das famílias do Brasil colonial. Deve-se também observar que só uma parte ínfima da população poderia ter a idéia de se fazer retratar; é claro que nem escravos nem pequenos comerciantes se lembrariam disto. No fundo, sòmente as famílias das "casas-grandes" e dos engenhos formavam o elemento social com possibilidade de mandar fazer retratos. O uso ou a moda de retratar pessoas da família era, porém, forçosamente inexistente nesse período em que o laço familiar se determinava muito mais pela natureza peculiar do trabalho do que por elementos de sangue, tradição, cultura, ou sentimento (1).

O caráter social, peculiar, da organização familiar da "casa-grande" e dos engenhos explica também outro fato que chama logo a atenção de quem se disponha a estudar os retratos coloniais brasileiros. Queremos referir-nos ao predomínio absoluto dos retratos masculinos sôbre os femininos.

De um modo geral, retratos femininos só aparecem com freqüência a partir de meados do século 19, época em que floresceram os "salões" na alta sociedade baiana, pernambucana, carioca, etc. E' natural que a dona de casa, como mulher elegante, espirituosa ou

---

(1) Caio Prado Júnior: *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia*. Livraria Martins Editora. S. Paulo. 1942, pág. 350: "...Tudo contribuiria para se opor à constituição da família, na sua expressão integral, em bases sólidas e estáveis. A formação brasileira, ao contrário do que se afirma correntemente, não se processou, salvo no caso limitado, e como veremos deficiente, das classes superiores da "casa-grande", num ambiente de família. Não é isto que ocorre com a massa da população: nem com o colono recém-chegado, nem com o escravo, excusado acrescentá-lo; talvez ainda menos com esta parte da população livre, econômica e socialmente instável, que temos já visto sob outros aspectos, e à qual falta base sólida em que assentar a constituição da família.

Quanto à casa-grande, se é certo que o seu núcleo é a família, ou antes a família do senhor, e só ela (da pequena, da minúscula minoria portanto, e isto se esquece freqüentemente); e se, neste sentido, é um ambiente familiar que cerca o filho-rico da sociedade colonial, exceção, no conjunto, quase única; há que abrir larga margem para restrições se pelo conceito de família não entendemos apenas uma estrutura exterior, mas todo aquêle complexo de normas, de "atmosfera" mesmo, que concede à família, nas sociedades da nossa civilização, o grande papel de formador dos indivíduos e do seu caráter. Neste sentido, a casa-grande ficou muito aquém de sua missão."

particularmente bela, adquirisse nesses "salões" uma importância especial, inexistente nos tempos tradicionais da casa-grande e do engenho. Êsse relêvo, de fundo mundano e social, não poderia deixar de refletir-se nos numerosos retratos daquela época, representando damas de sociedade. Inversamente, o papel bem diferente da "sinhá" da casa-grande, de par com a sua falta de importância política ou moral na vida social, explicam a ausência de retratos femininos no período colonial (2).

O retrato de criança nunca foi cultivado, ao que parece, na sociedade brasileira, — nem durante os tempos coloniais, nem durante o primeiro e até talvez o segundo reinado. Corresponde êsse fato exatamente aos conceitos que orientavam então a educação das crianças brasileiras; segundo tais conceitos, a situação dos filhos perante os pais se parecia muito com a dos escravos perante os senhores (3). Além disso, como "perder um filho pequeno nunca foi para a família patriarcal a mesma dor profunda que para uma família de hoje", compreende-se por que não pensavam então os pais em perpetuar, por meio do retrato, a efígie do filho morto.

O maior número de retratos fica pois reservado, e isto quase que exclusivamente, a duas categorias de pessoas. A primeira, mais numerosa, compreende os indivíduos que ocupavam lugar de relêvo nas numerosas irmandades ou ordens terceiras, como provedores, fundadores, membros de mesa administrativa, etc. Também se incluem nesse grupo as pessoas que, em virtude de doação de terrenos ou de dinheiro, pela fundação de determinados estabelecimentos, como abri-

---

(2) Gilberto Freyre: *"Casa-Grande e Senzala"*. 2.ª edição, Schmidt Editor, 1934, pág. 297: "A menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência... As meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais — depois substituída pela tirania dos maridos". (Ver igualmente a nota 2 da mesma página).

(3) Gilberto Freyre, *op. cit.*, págs. 295 e seguintes: "A vítima dêsse snobismo foi o filho. Que judiasse com os moleques e as negrinhas, estava direito; mas, na sociedade dos mais velhos, o judiado era êle... Êle que ao pai devia chamar "senhor pai" e à mãe "senhora mãe": a liberdade de chamar "papai" e "mamãe" era só na primeira infância. Êste duro costume modificou-se, porém, no século 19. Como modificou-se o das mulheres só chamarem o marido de "senhor."

"... Até então, espôsas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos." (*op. cit.*, pág. 274 e notas 2 e 3 da mesma página).

gos para órfãos, ou ainda pela instituição de legados pios, se destacassem entre os demais irmãos. De vez em quando, uma figura feminina é encontrada entre êsses benfeitores. Provisòriamente, chamaremos de "retratos de burguês" as telas incluídas em tal grupo.

O segundo grupo (cujos componentes se confundem às vêzes com os do primeiro) abrange essencialmente personalidades da administração civil ou religiosa, representadas não tanto em função de suas atividades administrativas mas antes como pessoas dadas ao estudo, particularmente instruídas e cultas. Podemos mesmo adotar a denominação de "retratos de erudito" para designar êsse tipo de quadros. Mais adiante, ver-se-á que, na realidade, um e outro grupo obedecem a uma espécie de esquema artístico, que determina a atitude do retratado, a maneira de representar o fundo, o traje, etc.

Um terceiro grupo, diferente, por vários motivos, dos dois acima citados, compreende os retratos da família real portuguêsa.

Passamos agora a expor os traços que predominam de tal maneira nos numerosos retratos do primeiro grupo, que podem ser considerados típicos. De um modo geral, todos os fundadores, benfeitores, provedores, etc., são representados de corpo inteiro, e de pé. O tamanho, via de regra, é de 3/4 do natural. O retratado é em geral visto de frente, numa atitude calma, quase rígida, em todo caso sem "pose". Às vêzes, tem na mão uma carta ou um documento alusivo à doação por êle feita ou à instituição por êle dirigida. À postura simples do corpo, raramente animado por um gesto, corresponde a expressão não menos simples e natural do rosto onde não se vislumbra nenhum sinal de emoção forte, e que nos aparece antes sério, fechado, como que indiferente. O olhar pousa no observador, sem revelar aquela forte agitação íntima, que vamos encontrar em tantos outros retratos barrocos, e que tanto pode significar uma efusão sentimental transbordante, como um esfôrço por impressionar o observador com ares altivos e dominadores.

Outros fatores artísticos contribuem para imprimir a êsses retratos um caráter perfeitamente simples e estático: colorido, tratamento da luz e da sombra, modelado, distribuição das figuras no conjunto, e tratamento do fundo.

O colorido é vazado em tons sombrios — marron, prêto, verde-escuro, cinzento-escuro — e pouco diferenciados. A aplicação das tintas faz-se em pinceladas lisas, uniformemente, de modo que se torna difícil distinguir uma pincelada de outra (4).

O modelado, como também o desenho, mostra-se pobre e bastante duro, destituído de suavidade e delicadeza.

Quanto ao tratamento da luz e da sombra, observa-se em geral nessas telas uma claridade difusa e monótona. Não há gradação do claro para o escuro, da sombra para a luz. Nos quadros em que o pintor lançou mão de sombras, estas são sempre nìtidamente delimitadas e bruscas, e servem apenas como um fundo escuro, que permite destacar com facilidade o contôrno do rosto sem modificar os tons da encarnação. Exemplos típicos dêsse tratamento são o retrato do bandeirante Pedro Ruiz, na Casa Pia de São Joaquim, no Salvador, e o de José de Sousa Barros, na Santa Casa da Misericórdia, do Rio de Janeiro. Entre os muitos retratos em cuja fatura os artistas renunciaram até a êsse meio plástico primitivo, citamos o de Gonçalo Gonçalves, o moço, e sua mulher (Santa Casa, Rio de Janeiro), o do coronel Domingos Pires de Carvalho (Igreja da Ordem Terceira de São Franisco, Salvador), e o do casal Teodoro R. Silva (Igreja da Misericórdia, Salvador).

Do ponto de vista da composição (distribuição das figuras no espaço, arranjo do "cenário", do fundo, etc), também se observa uma extrema simplicidade. Os retratos estão quase sempre dispostos no centro da tela, em primeiro plano. Exemplos: retratos de Luís Vaía Monteiro, na igreja de N. S.ª do Rosário e S. Benedito, Rio de Janeiro; de Domingos Pires de Carvalho, em S. Francisco, Salvador, etc.

Já dissemos que a atitude é sempre calma, quase imóvel. Os indivíduos, porém, nunca são representados em atitude de descanso ou de abandono confortável, por assim dizer não oficial, como se estivessem na intimidade do lar, fora do alcance dos observadores.

Os trajes são os da época e da condição social a que pertenciam os retratados. Não encontraremos aí os vestuários suntuosos e um

(4) Conviria, de resto, verificar se essa pintura lisa é sempre a original ou resulta das restaurações sofridas pelos retratos.

tanto fantasistas, que os pintores europeus costumam inventar por motivos puramente pictóricos. Não conhecemos tampouco nenhum retrato colonial que representasse determinada pessoa sob as aparências de figura alegórica ou mitológica. Mas, se não há exemplares que figurem roupas extraordinàriamente ricas, fantasistas ou mesmo apenas "de rigor", também não os há que representem os retratados em trajes desataviados ou caseiros, que não se destinem a ser vistos por estranhos.

O "cenário" é, igualmente, dos mais simples. Não raro, como no retrato de Luís Vaía Monteíro — o Onça —, a figura se apresenta sob um fundo liso e escuro, sem indicação alguma de mobília, paisagem, arquitetura, etc. Em outros casos, a mesa posta ao lado da figura sugere que a cena se passa no interior de uma casa. (Exemplo: retrato de Domingos Pires de Carvalho, em S. Francisco, Salvador). Muitas vêzes também, o espaço é por assim dizer indefinido, não se sabendo ao certo se o retratado está numa sala, nas proximidades de uma casa ou ao ar livre. (Exemplo, entre outros: retrato de Marçal de Magalhães Lima e Francisco dos Santos, no Recolhimento das Órfãs e Desvalidas de Santa Teresa, instituição integrante da Santa Casa do Rio de Janeiro). De qualquer modo, mesmo quando o local é claramente indicado como sendo um interior, o "cenário" nunca vai além de uma mesa ou de um tapete no chão. (Exemplos: retratos de Domingos Pires de Carvalho e Pedro Ruiz). Com exceção do retrato do casal Teodoro R. Silva, onde vemos, além da mesa, um relógio e um tinteiro com uma pena, ao que parece não existe nenhum painel em que o pintor tenha procurado situar o retratado num ambiente mais pessoal, mais definido, que refletisse mais vivamente o "meio" habitual da pessoa retratada.

Numerosos são os painéis que mostram como fundo algum edifício. Em tais casos, podemos estar certos de que êle, quase sempre, tem relação direta com a pessoa retratada, quer se trate de fundação de uma igreja ou de um estabelecimento pio, ou da doação de prédios.

Torna-se interessante observar que, de regra, os pintores coloniais brasileiros nunca basearam a sua composição sôbre a diagonal, como seria lícito conceber, ao representar suas figuras no primeiro

plano, oferecendo à vista, no último plano, essa massa arquitetônica. Pode-se mesmo dizer que tais retratistas evitavam a diagonal, tão tìpicamente barroca, utilizada para suscitar um movimento rápido em direção à profundidade do quadro. Mesmo nos casos em que uma sombra ou uma cortina diagonal se encontra por trás das figuras, essa disposição não sugere um movimento em profundidade (três dimensões), mas permanece antes no plano (duas dimensões). Exemplos para os dois tipos citados: retratos de José de Sousa Barros e Inácio da Silva Medela, ambos na Santa Casa do Rio de Janeiro. É, pois, manifesto o caráter estático dos retratos coloniais brasileiros.

Insistimos nesse caráter estático da primeira categoria dos "retratos de burguês", porque de modo algum corresponde êle ao estilo geral da época, que é o barroco. Reservamo-nos para apreciar mais tarde a evolução estatística que se poderia eventualmente reconhecer nos retratos coloniais, através do tempo. No momento, basta observar que os primeiros retratos se situam no século 17, os últimos no século 19, e que tanto os mais antigos como os mais recentes, do "tipo burguês", apresentam aquela imobilidade essencialmente anti-barroca.

Passemos à segunda categoria de retratos coloniais, os "retratos de erudito". Como ficou dito, abrange êsse grupo a representação de intelectuais, personalidades do clero, etc.

E' regra geral, que tais retratos apresentam as figuras não de corpo inteiro e em pé, mas apenas de busto, e muitas vêzes sentadas. Geralmente, os retratados são vistos de três quartos, estando a cabeça, por vêzes, voltada de face para o espectador.

Pertencendo os retratados, em sua maioria, ao clero, o vestuário que se observa mais freqüentemente é o hábito da ordem a que sejam filiados, ou a veste sacerdotal que indica posição hierárquica da pessoa (bispo, etc.).

Quando o retratado é um doutor, a "borla" quase nunca deixa de aparecer no painel. (Exemplos: retratos de frei Manuel de Buarcos e Manuel de S. José, no Mosteiro de São Bento, Rio; do padre José Gonçalves dos Santos, no Convento de Santa Teresa do Destêrro, Rio).

A atitude em que se representa o "erudito" varia pouco nos diferentes painéis. De ordinário, êle está lendo ou escrevendo. Nêsse

último caso, é típica a representação que mostra o retratado num momento de inspiração: a mão direita segura a pena, enquanto a esquerda se levanta num gesto expressivo ou está posta ao lado do livro, sôbre a mesa, etc. A expressão do rosto é grave, concentrada. Essa concentração de natureza intelectual se reflete de modo particularmente claro no fato de que o olhar raramente se dirige ao espectador.

Mesmo estando na sua direção, o olhar dir-se-ia atravessá-lo. E' fora de dúvida que a atenção do retratado não se acha prêsa a nenhum objeto físico, concreto, e que só o esfôrço intelectual o terá cativado.

Se podemos considerar como típica dos retratos desta categoria semelhante atitude de concentração intelectual, não o é menos a solução dada pelos pintores ao problema do fundo, nesses mesmos trabalhos.

Evidentemente, pretendiam êles, antes de tudo, pôr em relêvo a condição de trabalhador intelectual, de pensador, que caracterizava as pessoas retratadas. E que meio mais fácil para isto, do que mostrar os atributos essenciais do intelectual, isto é, os livros? Assim, em grande número de "retratos de erudito" coloniais vemos, como fundo, estantes carregadas de livros. Para que se destaque bem a cabeça do retratado, parte dos volumes está geralmente coberta por uma cortina escura, colocada por trás. (Exemplos: retrato do bispo D. frei Manuel da Ressurreição, na igreja do Convento da Luz, S. Paulo; do padre Antônio Vieira (5), no Colégio S. Luís, S. Paulo). De outras vêzes, e pelas mesmas razões formais, o fundo é liso, em volta do rosto do retratado, e os livros estão dispostos no espaço restante. (Exemplos: retratos de frei Manuel de Buarcos e frei Manuel de S. José) (6).

---

(5) O retrato do padre Antônio Vieira, tal como se apresenta na reprodução fotográfica, parece mais moderno ou mais retocado do que outros retratos mencionados no texto. Os maiores retoques — duros e grosseiros, como pode-se notar na gravura — parecem ter sido infligidos ao retrato do bispo D. frei Manuel da Ressurreição.

(6) O retrato do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho (Igreja de S. Francisco de Paula, Rio de Janeiro), constitui exceção à regra. O prelado aí figura sentado e parecendo falar a um interlocutor. A estante de livros está colocada por trás. A tela é atribuída a José Leandro de Carvalho. Outra exceção, que mencionamos por ser exemplo raro na pintura colonial brasileira, é a tela que, segundo velha tradição, apresenta Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Como fundo, vêem-se esculturas, que significariam as obras do artista retratado (êste quadro pertence ao Arquivo Público Mineiro).

Como retratos do mesmo tipo, variando, porém, na atitude das pessoas ou na solução dada ao problema fundo, podem ser citados os da Madre Jacinta de S. José, obra original de Oliveira Rosa (Convento de Santa Teresa do Destêrro), do padre José Gonçalves dos Santos (mesmo local), e de frei José da Natividade (Mosteiro de S. Bento). Êsses três painéis apresentam um fundo liso e escuro. Nos dois primeiros, os retratados aparecem de frente, olhando para o observador. Madre Jacinta empunha uma bíblia sôbre o peito, enquanto o Padre-doutor, que figura no retrato pertencente ao mesmo convento de Santa Teresa, põe a mão direita sôbre a borla. O painel do mosteiro de S. Bento, um dos mais lindos da série de "retratos de erudito", representa Fr. José sentado em frente ao púlpito, com um livro aberto, a mão esquerda entre as páginas, interrompendo por um instante sua leitura para meditar no que acaba de ler.

Cumpre ainda citar duas peças que, embora pertencendo à mesma categoria, se distinguem das demais por uma concepção distinta do assunto e da representação. Trata-se do retrato do padre Alexandre de Gusmão (cópia da tela original no Museu Paulista) e de um retrato de Anchieta, proveniente do Sítio de Santo Antônio e atualmente no Colégio S. Luís em S. Paulo. Ambos acentuam muito menos o fato geral da atividade intelectual dos retratados, que determinados aspectos dessa atividade: o fervor religioso, o estrito cumprimento dos deveres eclesiásticos, sugerido pela atitude recolhida do padre Alexandre de Gusmão, que aparece de joelhos; e o zêlo piedoso do incansável propagador da palavra de Deus, Anchieta, que se apoia a um bastão, empunhando um breviário ou uma bíblia.

Parece fora de dúvida que êsses dois últimos retratos são anteriores aos demais citados, e não pelo seu caráter mais primitivo, mas pela própria concepção do retrato, completamente diferente da que pudemos observar nos outros, datados, em sua maioria, das últimas décadas do século 18 e das primeiras do século 19. Como a unidade de estilo, ou melhor, a uniformidade de forma e concepção é manifesta nos retratos dessa época, podemos concluir daí que as duas telas em aprêço, que tanto se afastam das normas observadas, pertencem a um outro período.

A uniformidade estilística verificada respectivamente nos "retratos de burguês" e nos "retratos de erudito" torna possível o cstabelecimento de uma delimitação exata entre êsses dois grupos. O mesmo se dá com os retratos da família real portuguêsa, integrantes da terceira categoria, na classificação por nós esboçada.

Reunimos êstes últimos em grupo distinto, não por se tratar de pessoas reais, mas porque o estilo de tais retratos é profundamente diferente do estilo dos retratos de "burgueses" e "eruditos".

Procurando uma designação que, como as anteriores, definisse o traço peculiar dêsses retratos, poderíamos chamá-los "retratos oficiais representativos". Em contraste com os "retratos de burguês", os da família real e os de governadores ou vice-reis oferecem de fato exemplos típicos do estilo internacional barroco e grandiloqüente do retrato, tão de gôsto dos príncipes absolutistas. E' evidente que êsses retratos brasileiros — ou feitos no Brasil (7) — do ponto de vista da qualidade artística, não poderiam rivalizar com obras de Rubens, Velásquez, Rigaud, etc. Mas a intenção estitlística, que só ela nos interessa no momento, é a mesma. E essa intenção visa, em primeiro lugar, a impressionar por todos os meios possíveis o observador, súdito fiel e obediente de sua majestade: pela atitude altiva, olhar imperioso, vestuário pomposo, cortinas agitadas, etc.

Êsse tipo de "retrato oficial representativo" não ficou reservado apenas às pessoas da família real; os artistas o utilizaram sempre que se fazia mister pôr em relêvo a alta posição social do retratado.

E' assim que os retratos do Conde de Bobadela, no painel da Câmara Municipal, bem como na tela existente no Convento de Santa Teresa do Destêrro (Rio de Janeiro) valem como exemplos típicos desta categoria, do mesmo modo que o do bispo D. frei Antônio do Destêrro (Mosteiro de S. Bento, Rio de Janeiro). Êste último ilustra particularmente a afirmação de que não é o indivíduo, e sim a sua posição social, que determina o tipo do retrato. O prelado poderia

---

(7) Como em todo êste trabalho deixamos de lado questões de autoria, que só pesquisas demoradas podem esclarecer, também não entramos aqui em pormenores. Limitamo-nos a indicar a probabilidade de muitos dos retratos reais não serem obra de artistas brasileiros, e sim de portuguêses, mandados pelo govêrno da Metrópole para a colônia. Em alguns casos, serão obras executadas aqui segundo estampas européias.

naturalmente ser representado sob o aspecto de "erudito", mas nesse caso o conteúdo do retrato seria inteiramente diverso, como já tivemos ocasião de verificar através de vários exemplos. Tal como aparece frei Antônio do Destêrro no painel do Mosteiro de S. Bento, seu retrato pertence indubitàvelmente à categoria dos retratos oficiais: observem-se a atitude, a mão com o anel episcopal, o olhar severo, a exposição da mitra, como a da coroa nos retratos reais, insígnia de poder, e a cortina agitada (8).

Resta-nos expor, em algumas palavras, a atitude fundamental adotada pelos pintores com relação aos seus modelos.

Quer parecer-nos que essa atitude revela, antes de tudo, uma grande e sincera modéstia, e um honesto desejo de objetividade que se teria imposto o nosso retratista colonial. Em todos êsses quadros, em vão procuraremos o mais leve sinal de que o autor houvesse aspirado a distinguir-se pela originalidade da composição, do colorido, ou da interpretação psicológica, dos seus modelos. E convenhamos que isso valia mais — dado o modesto nível de capacidade artística, revelado pelos retratos — de que quaisquer tentativas vaidosas pelas quais pretendessem os artistas, de qualquer forma, revelar a sua personalidade própria.

De resto, êsses trabalhos refletem muito menos preocupações artísticas do que a necessidade de perpetuar os traços de determinadas pessoas por meio da pintura, já que não existia objetiva fotográfica.

Todos êsses fatores — baixo nível técnico e artístico dos pintores, exigências dos retratados, ambição da imagem fiel — geraram uma espécie de realismo moderado, como "clima" característico dos retratos coloniais.

Passemos à segunda pergunta formulada no início dêste trabalho, Revelam os retratos brasileiros um estilo próprio, definido, ou constituem simples reflexo provinciano da arte dos retratos da Metrópole?

Antes de mais nada, torna-se necessário confrontar os retratos brasileiros com os de Portugal.

---

(8) Entre outros exemplos de retratos oficiais, podem ser citados: a série de retratos de D. João VI, disseminados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Convento de Santo Antônio, nas igrejas de S. Pedro, S. Benedito e N. S.ª do Rosário, e no Museu Histórico Nacional; e os de D. José I e D. Maria I, no Museu da Inconfidência, em Ouro Prêto.

A tarefa pode ser empreendida com o auxílio de trabalho recente do Sr. Reynaldo dos Santos — *A pintura portuguêsa no século XVII* — (9), estudo precioso, cujo tema principal são precisamente os retratos portuguêses dessa época. Ora, comparando-se os retratos portugueses do século XVII, reproduzidos nessa obra, com os quadros brasileiros do mesmo género e do mesmo século, aliás raros, e do século 18, mais numerosos, não é possível deixar de atentar nas semelhanças de concepção, forma e colorido, que existem entre as telas da colônia e da Metrópole. O texto da obra a que nos reportamos confirma ainda essa impressão visual. A vista do que se contém no volume, não resta a menor dúvida de que os retratos brasileiros coloniais nada mais são do que a continuação direta e o reflexo fiel, às vêzes forçosamente de caráter provinciano, dos retratos portuguêses do século 17.

Falamos em continuação. E' realmente importante notar que os retratos brasileiros continuam no século 18 a tradição do retrato português do século 17. Na própria Metrópole, o século 18 significa por assim dizer o fim da genuína arte portuguêsa do retrato. "Quando passarmos ao século 18, tudo se adoçará; mas a estrutura do retrato torna-se frouxa e amaneira-se sob as influências mal assimiladas da Itália e da França" (10).

Não poderíamos justificar melhor a conclusão a que chegamos, quanto ao caráter puramente português dos retratos brasileiros coloniais, do que citando alguns trechos do trabalho do ilustre historiador e crítico de arte português. Trata-se das passagens onde é pôsto em relêvo o que há de típico nos retratos portuguêses do século 17. Ver-se-á que a análise dessas obras corresponde, ponto por ponto, nos traços que constituem as características principais do retrato brasileiro, sobretudo de tipo "burguês", dos séculos 17 e 18:

"A pintura portuguêsa do século 17 é, não o esquecemos, contemporânea de Velásquez, de Franz Hals, de Rubens, de Rembrandt, de

---

(9) Reynaldo dos Santos: *Conferências de arte; II A pintura portuguêsa no século XVII*, Lisbca. 1943.

(10) *Op. cit.*, pág. 56,

Van Dyck... Época esmagadora para comparações, porque é o período áureo da arte espanhola, flamenga e holandesa. Se o seiscentismo português representa um período de lutas, de pobreza e de guerras, não admira que a sua arte seja pobre e triste. Por isso não pode alcançar a distinção elegante ou a pompa ardente daqueles mestres e muito menos aspirar ao mundo misterioso, de sonho e trevas, de Rembrandt. E' a pintura realista, rude, das figuras austeras, de mãos plebeias, sôbre fundos sem mistério" (11). "Mas a própria austeridade dá-lhe nobreza, embora as tonalidades quase monocromáticas do colorido e as durezas um pouco rudes da modelação e dos contornos, os afastem (os retratos) do belo estilo da grande pintura européia contemporânea" (12).

"O que domina nestes retratos é o caráter do seu naturalismo, que numa época de fascinação fácil pela arte da Espanha, da Itália ou dos Países-Baixos, então em pleno esplendor, segue a linha tradicional do retrato português, de uma dignidade sem espetáculo, austero na côr, nobre na atitude, humano no sentimento" (13).

A frase com que o autor, ao terminar o seu trabalho, enaltece o retrato português do século 17, depois de falar na influência crescente e não sempre bem compreendida da arte italiana e francesa no retrato português do século 18, poderia aplicar-se também ao Brasil. "E' então que reconhecemos o que havia de caráter na Arte do século 17" (14).

No Brasil, foi menos a influência de determinado país do que a da pintura erudita em geral, que, a partir do século 19, veio modificar o aspecto tradicional do retrato brasileiro (15).

Até aquela época, na qual se inicia a propagação maior da pintura erudita ou acadêmica no Brasil, não se pode falar de evolução na pintura de retratos, cujas características permaneciam essencialmente

---

(11) *Op. cit.*, pág. 56.

(12) *Op. cit.*, pág. 55.

(13) *Op cit.*, pág. 45.

(14) *Op. cit.*, pág. 56.

(15) Não entram naturalmente em linha de conta, do ponto de vista dêste trabalho, os retratos aqui executados pelos membros da Missão Francesa, como Debret, Taunay, etc.

as mesmas desde o século 17. Comparando, todavia, os nossos retratos do século 19 em diante com os simples e rudes painéis do século 18, não podemos deixar de reconhecer, com o autor português, "o que havia de caráter" nos retratos coloniais brasileiros do século 18 e começo do século 19.

*
* *

Poderia terminar aqui nossa rápida incursão nos domínios do retrato brasileiro do período colonial. Contudo, parece adequado fazer menção ainda de um grupo de telas, que se situa entre os retratos "puros" e a pintura religiosa decorativa. Queremos referir-nos aos ex-votos de pintura, as "mercês" que pessoas piedosas, curadas de doença ou salvas de perigo mandaram representar, em testemunho da graça recebida.

Dos diversos tipos de ex-votos existentes, só nos interessam no momento aquêles que, pelo seu conteúdo, se aproximam dos retratos. Escapam, assim, à nossa observação os ex-votos que representam ùnicamente a Virgem Maria ou determinado santo, autor do milagre, como também os que evocam o fato memorável por meio apenas de inscrição e de alguns motivos decorativos. Interessam tão sòmente os ex-votos em que aparece o retrato da pessoa beneficiada pela "mercê" do seu santo predileto.

Esses trabalhos coloniais eram executados, via de regra, por artistas populares, pobres artesãos ou humildes "pintores" de acaso, e o retrato seria uma tarefa muito superior às suas fôrças. Por certo, seus clientes não seriam muito rigorosos em matéria de arte; o que tinham em vista era tão sòmente a lembrança do milagre verificado. Tornava-se pois necessário ao artista encontrar uma solução que, contornando as dificuldades de fatura de um verdadeiro retrato, satisfizesse o desejo do piedoso cliente.

A solução do problema foi conseguida de maneira bem simples, pela criação de uma espécie de pintura de gênero, ou anedótica, que, embora primitiva e rudimentar, oferece ao observador de hoje muitos elementos não identificados nos retratos coloniais nem tampouco na pintura religiosa daquela época. Os humildes artistas de ex-voto ado-

taram o expediente de traçar uma vaga e sumária aparência de retrato da pessoa ofertante, aplicando-se, em compensação, a uma descrição bastante minuciosa das circunstâncias em que se operara o acontecimento prodigioso. Como exemplo, pode ser citado, entre outros, o ex-voto do padre Agostinho Pereira da Silva (ermida de Monte-Serrat, no Salvador), que conta, com intenção visível de retrato, os muitos e variados perigos enfrentados e finalmente vencidos por aquêle sacerdote, representando, a êste ensejo, edificações, trajes e armas da época.

Outros ex-votos, mostrando-nos interiores de casas, com o ofertante prostrado ao leito, enfêrmo, permitem-nos reconhecer o mobiliário colonial — sejam camas ricas com baldaquins, cortinas e outros ornatos, sejam simples catres, sem obra de talha nem colchas bordadas. Como fôsse variável a condição social do ofertante, não só o mobiliário como também os trajes e o arranjo geral ilustram muitas vêzes a diversidade de classe. (Exemplos: ex-voto de 1792, na igreja de N. S.ª das Mercês, em Diamantina, Minas Gerais; ex-voto de 1756, na igreja de Santo Amaro, em Brumal, município de Santa Bárbara, no mesmo Estado).

Não fôra o receio de nos afastarmos do tema proposto, lembraríamos ainda os numerosos painéis que celebram os "milagres de São Cosme e São Damião" (Igreja de São Cosme e São Damião, em Igaraçu, Pernambuco), e onde são representadas cenas de guerra, frotas, casas em construção, etc.

Por primitivos que sejam os ex-votos, técnica e artìsticamente falando, oferecem entretanto ao observador a representação de um ambiente individual, coisa que nunca se vê nos retratos coloniais. Dado o seu interêsse histórico-documental, constituem, pois, valioso elemento complementar dos retratos de sua época.

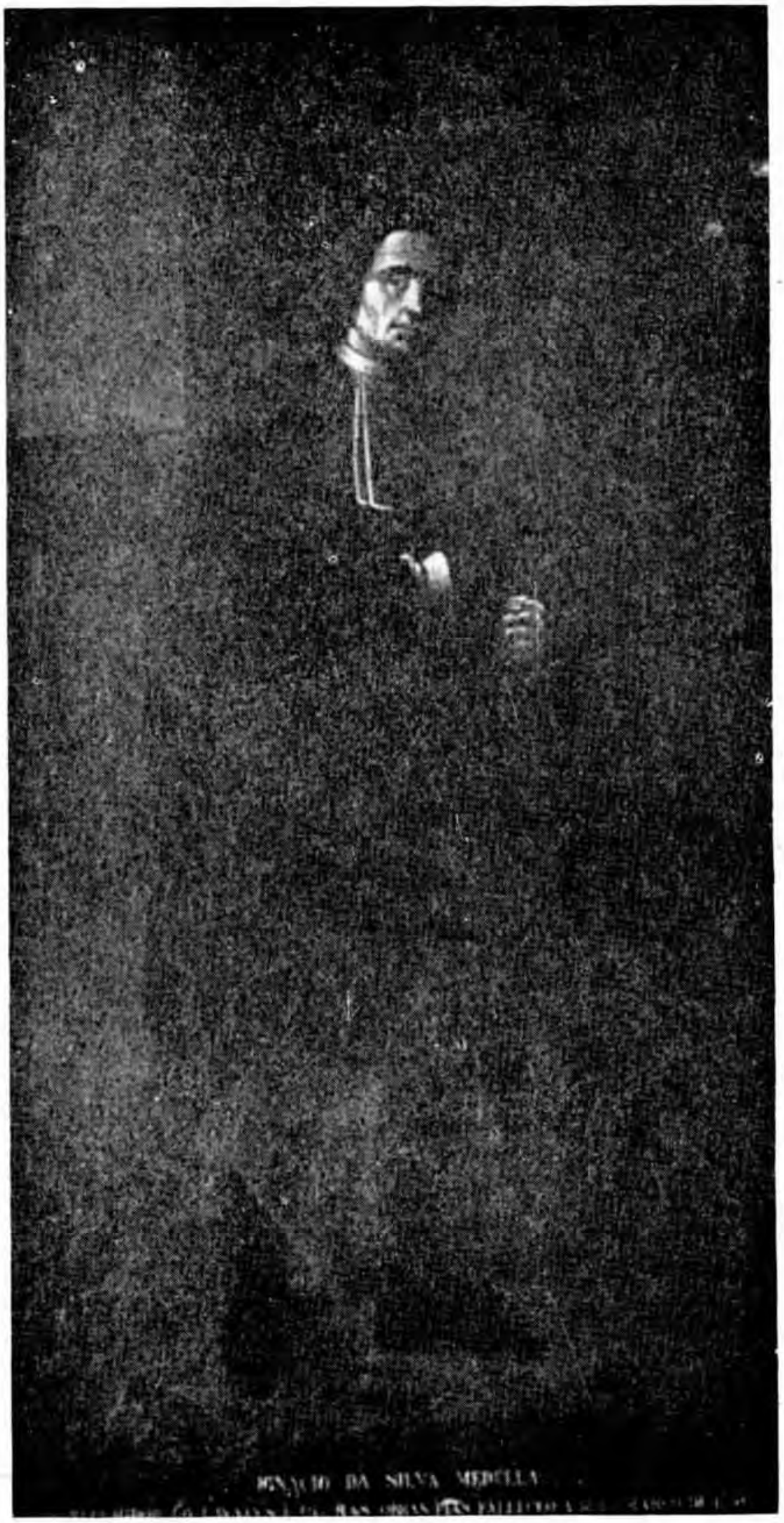
HANNAH LEVY.



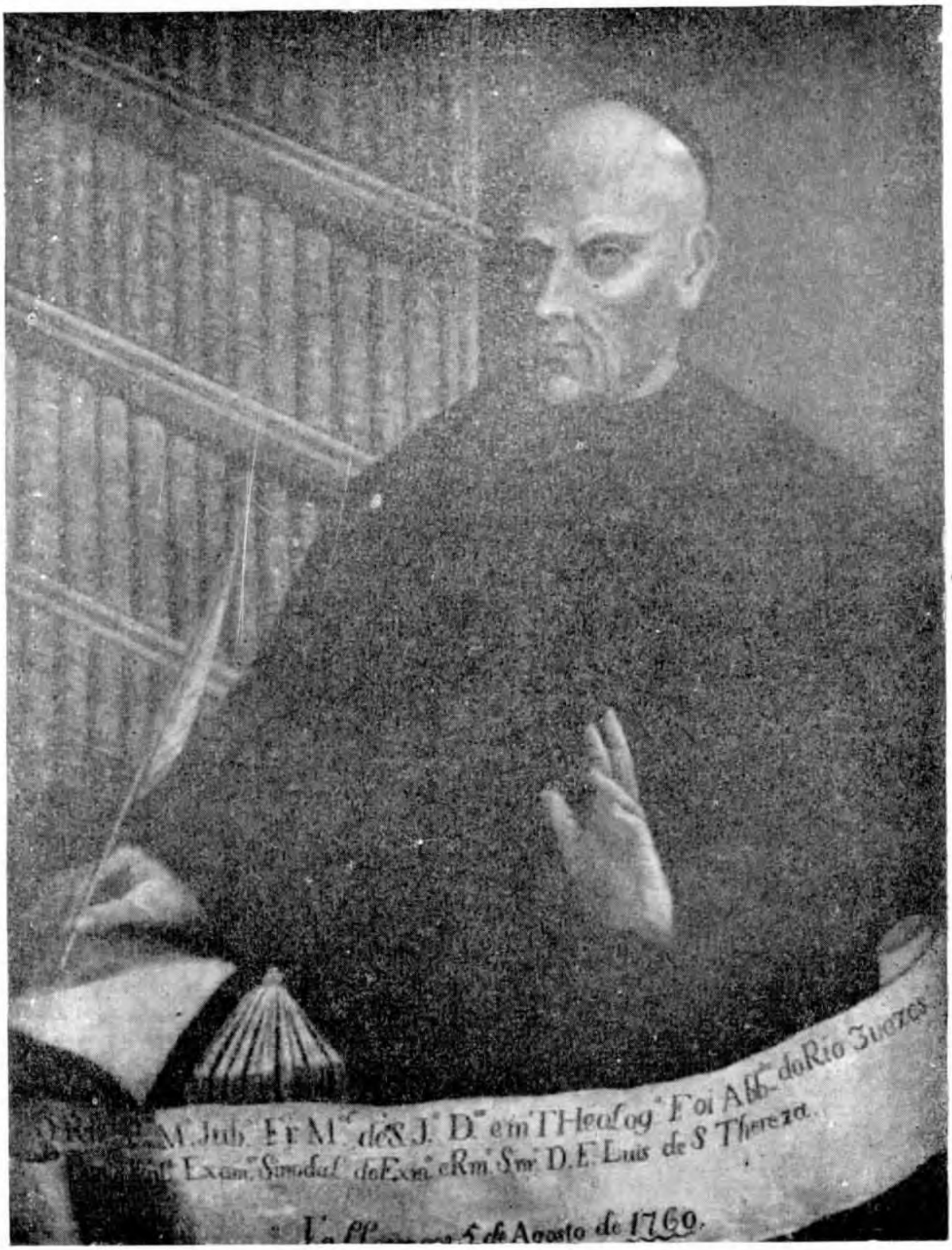
Retrato de José de Souza Barros. Santa Casa de Misericórdia, Rio



Retrato do Governador Luís Vahia Monteiro. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Rio



Retrato de Inácio da Silva Medella. Santa Casa da Misericórdia, Rio




Retrato do Abade Frei Manuel de São José



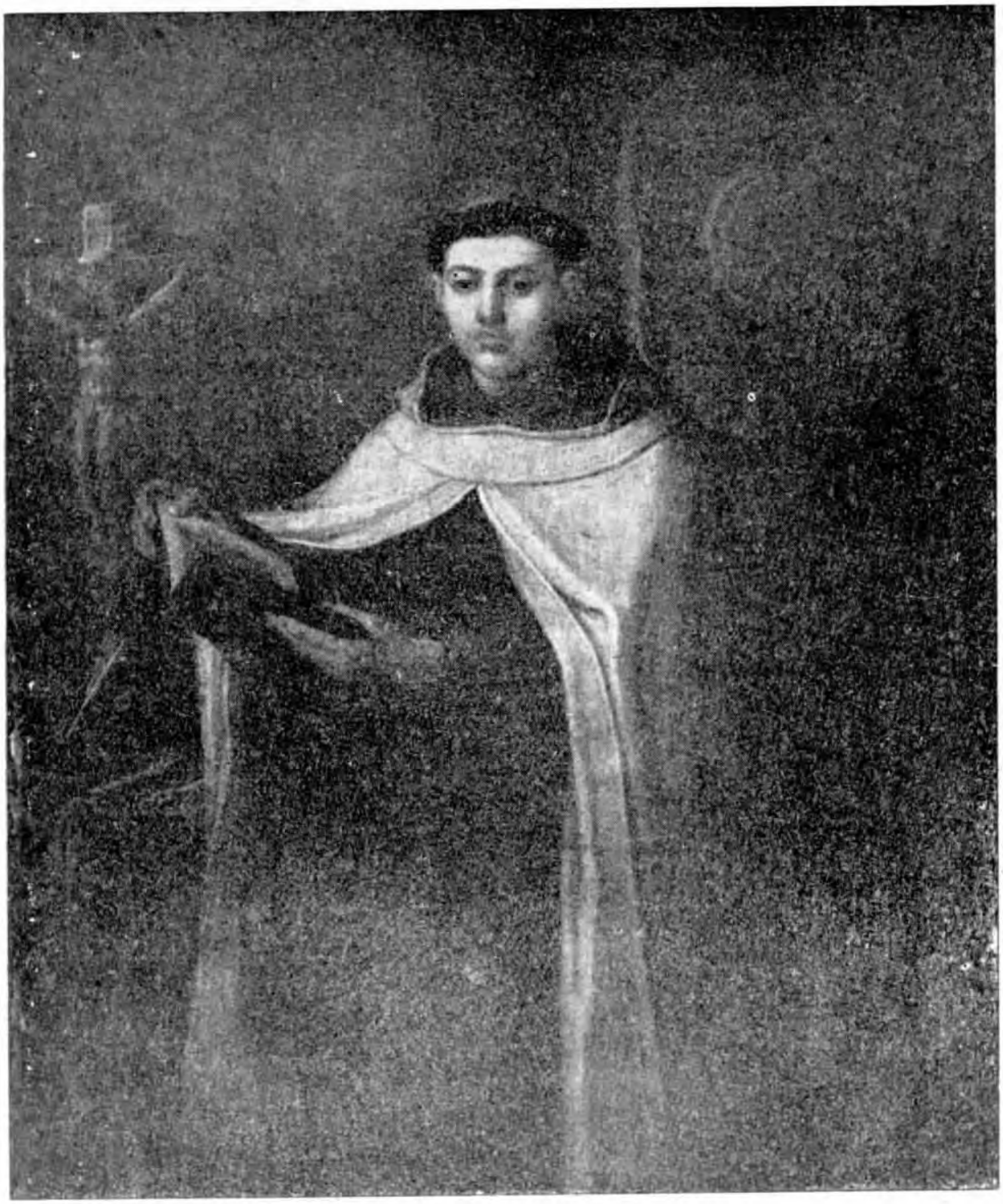

Retrato do Padre Antônio Vieira. Colégio S. Luís, S. Paulo



Retrato de Frei Manuel da Ressurreição. Igreja do Convento da Luz, S. Paulo
(Foi retocado grosseiramente)




Retrato de D. José Caetano da Silva Coutinho. Igreja de S. Francisco de Paula, Rio



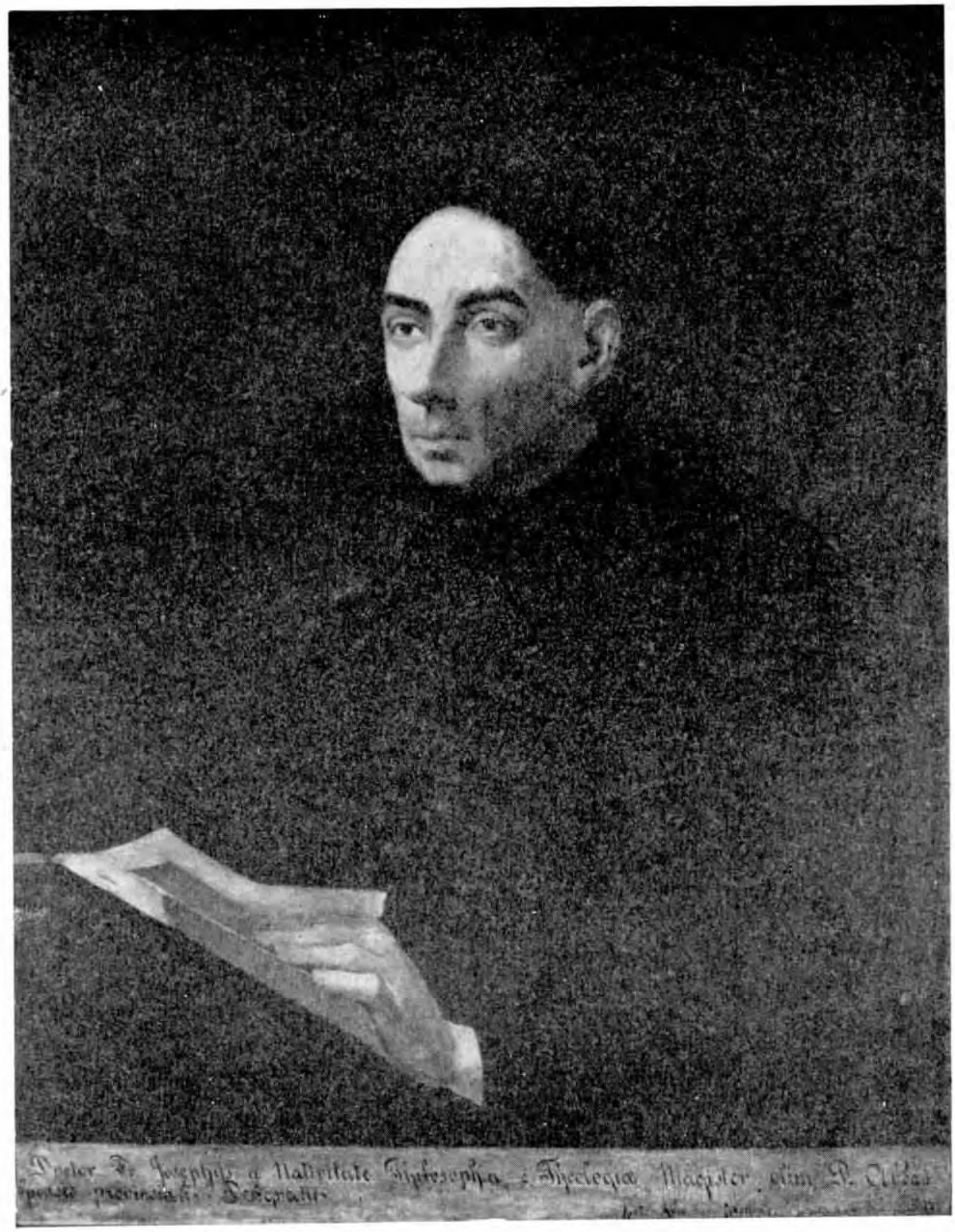
Retrato de um Carmelita. Convento de Santa Teresa do Desterro, Rio



Retrato da Madre Jacinta de S. José. Convento de Santa Teresa do Desterro, Rio



Retrato do Padre José Gonçalves dos Santos. Convento de Santa Teresa do Desterro, Rio



Retrato de Frei José da Natividade, por Antônio José Moniz (Bahia, 1775).
Mosteiro de S. Bento, Rio



Retrato do Padre José de Anchieta. Museu Paulista, S. Paulo



Retrato do Padre José de Anchieta. Colégio S. Luís, S. Paulo



Retrato do Governador Gomes Freire de Andrade. Convento de Santa Teresa do Desterro, Rio



Retrato de D. Frei Antônio do Desterro, bispo beneditino do Rio de Janeiro, por José de Oliveira Rosa. Mosteiro de S. Bento, Rio



Retrato de D. João VI. Igreja do Rosário e São Benedito, Rio de Janeiro



Retrato de D. José, príncipe do Brasil. Museu da Inconfidência, Ouro Preto



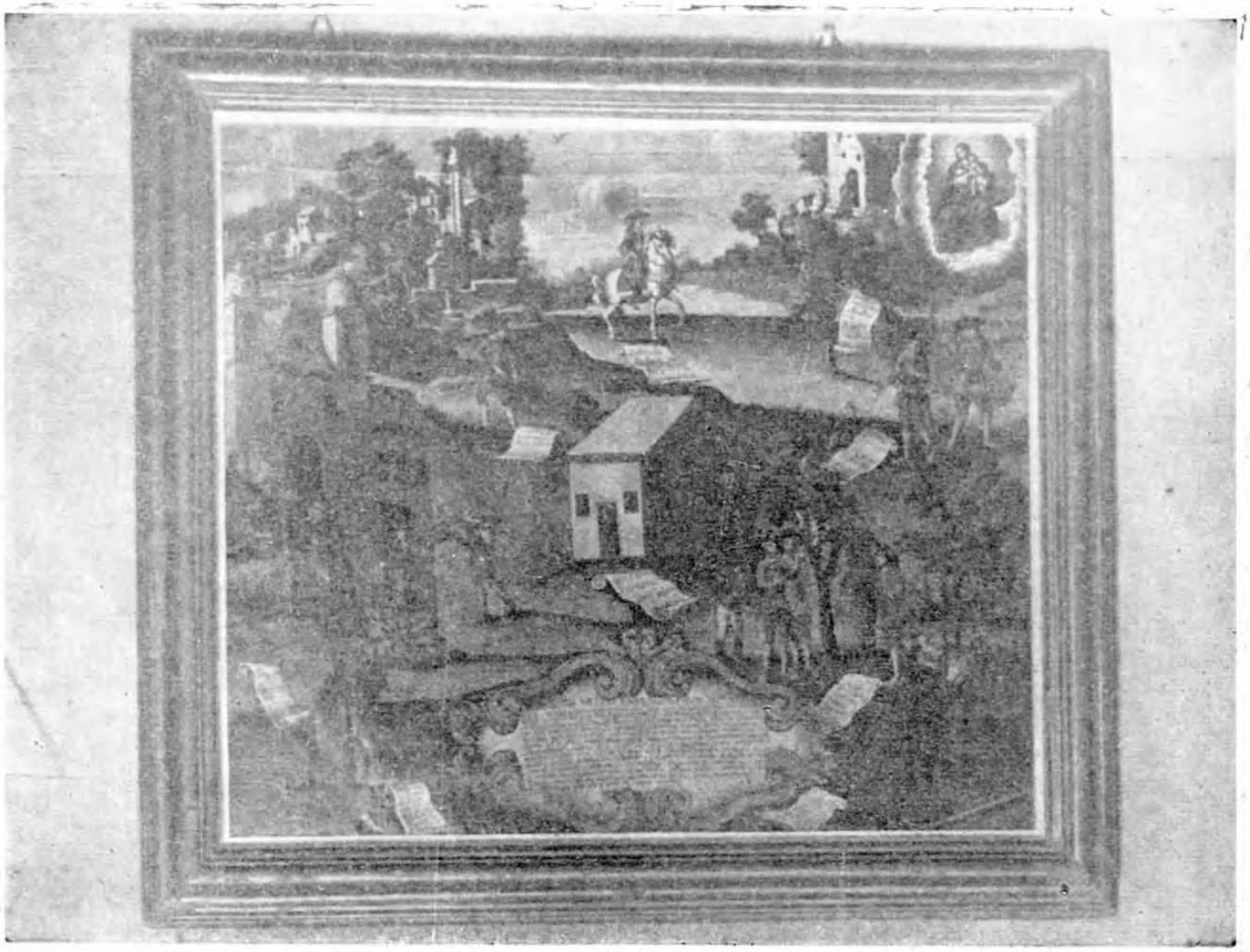
Retrato de Pedro III, rei de Portugal. Museu da Inconfidência, Ouro Preto



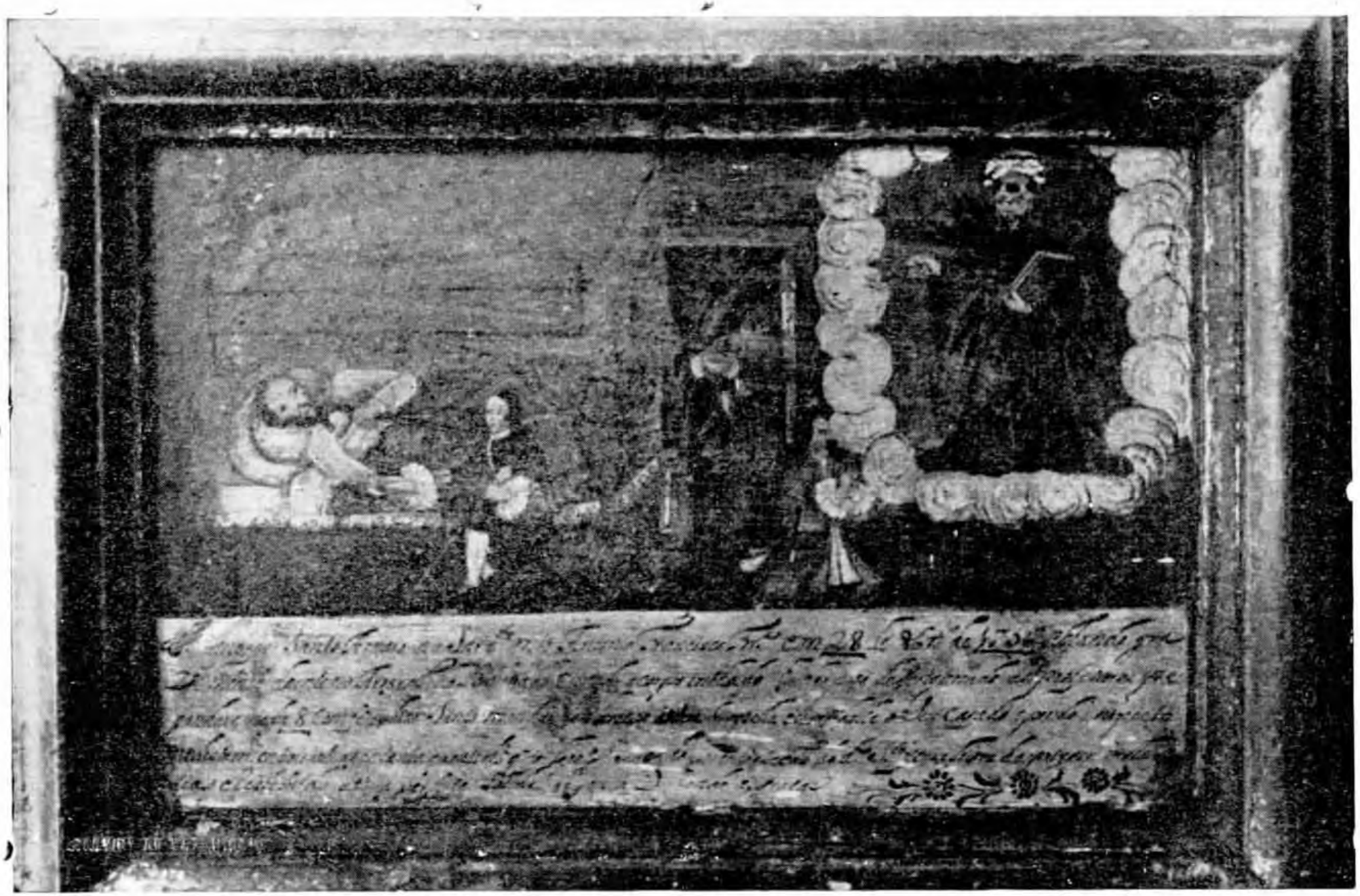
Retrato de Maria 1.ª, rainha de Portugal. Museu da Inconfidência, Ouro Preto



Retrato de Mariana Vitória, rainha de Portugal. Museu da Inconfidência, Ouro Preto



Ex-voto (Século XVIII). Ermida de Mont Serrat, Salvador



Ex-voto (1756). Igreja de Santo Amaro, Brumal, Minas Gerais



Ex-voto (1805), Igreja de S. Francisco, Sabará, Minas Gerais




Ex-voto (1792), Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Diamantina, Minas Gerais

# COMO NASCEU SABARÁ

*Nome e desbravamento — Primeiras arranchações — Primeiras datas minerais — Primeiros lançamentos.*

A presunção histórica da nominata de Sabarabuçu, dada ao território, e da conseqüente fundação do Sabará pela bandeira esmeraldina de 1674 merece ainda ser estudada e convenientemente interpretada à luz da razão, pois não corresponde, em nossa humilde opinião, à realidade dos fatos.

Um e outro dêsses assuntos tem sido por nós amplamente ventilado em artigos pela imprensa de Belo-Horizonte, sendo os últimos nesse sentido os que estampámos pelo "O Estado de Minas" em dezembro de 1941. E apraz-nos aqui registrar a satisfação que tivemos em ver essa mesma indagação vigorosamente debatida e documentadamente sustentada pelo erudito e pranteado escritor mineiro Zoroastro Passos, em seu precioso e alentado trabalho *"Em tôrno da História do Sabará,* editado em 1942.

Ao ensejo, hoje, de levantar o censo demográfico da velha e histórica cidade mineira, procuraremos nas linhas seguintes aditar e desenvolver algumas considerações à margem do que anteriormente escrevemos.

## I

Para sustentar a primeira tese, não há mister remontar-se a primeira indagação ao afastado período das expedições exploradoras do

final do século XVI, vindas do litoral nordestino ao encalço da misteriosa Sabarabuçu, como desnecessário é invocar-se a incursão de 1601, partida do sul com André de Lião e Glimer, identificadora dos montes Sabaraoson, em ponto ainda não devidamente localizado no território mineiro.

Basta que tenhamos em vista o argumento de que já em 1663, onze anos antes da entrada de Fernão Dias, tôda a margem baiano-mineira do São Francisco, desde o Morro do Chapéu até às águas do rio das Velhas, havia sido objeto de uma vasta sesmaria de 160 léguas lineares, outorgadas pelo vice-rei D. Vasco de Mascarenhas ao mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, libertador daqueles rincões contra a bugrada do norte e os preadores clandestinos do gado. (*Códice n.º 14, S. G., do Arquivo Público Mineiro, 68*). E basta considerarmos, como fato correlato ou conseqüente, que a êsse tempo já o setentrião mineiro, das lindes baianas ao médio rio das Velhas, se achava sabidamente riscado de trilhos e caminhos de gado, aos quais aludiram, mais tarde, Antonil e outros escritores antigos.

Sabido é, além disso, que o trecho mais cruciado de reveses e contratempos da jornada esmeraldina, desde que penetrou nas Cataguás, foi precisamente o d'aquem Mantiqueira até ao Sumidouro, pelos recontros sucessivos com os homens do arco e da flexa. Os episódios dessa trajetória marcaram, com efeito, na alma do grande chefe, a primeira conjuntura da investida. Desfalcado em homens, em víveres e munições, viu-se êle na contingência de fazer do Sumidouro o primeiro e prolongado pouso, onde permaneceu longos quatro anos quase isolado, na alternativa — escreve Diogo de Vasconcelos — ou de regressar a São Paulo, cedendo à pressão dos companheiros, que o exigiam, ou de manter-se no arraial, mandando vir novos recursos e abastecimentos. A primeira solução — observa ainda o escritor — pareceu-lhe de revés à própria dignidade; porque não era justo ao seu caráter confessar-se vencido a meio caminho, tendo gastado o melhor de sua fazenda, sacrificando amigos e parentes, vendo morrer a maioria dos seus índios e escravos, para depois sujeitar-se ao ridículo no teatro de sua magnificência passada.

Se, entretanto, assim foi até ao Sumidouro, daí por diante, depois de reconstituir a bandeira, tornou-se a marcha relativamente fácil, mercê exatamente dos trilhos e caminhos já existentes, e que traziam e levavam os rebanhos bovinos aos currais do norte.

Saía um dêsses caminhos do rio das Velhas, passava pelo Ivitoroí (penhascos intratáveis, batidos constantemente pelos ventos, dos quais nos fala em seu poema Cláudio Manuel da Costa), mais tarde Sêrro-do-Frio, seguia em direção às chãs do Araçauí e do Jequitinhonha; o preferido pela bandeira. Outros, margeavam o rio das Velhas, o Jequitaí, o São-Francisco, o Verde-Grande, interessando os já mencionados domínios de Guedes de Brito; além de um sem-número de atalhos e variantes em tôdas as direções. (Cf. os mapas e roteiros de Antonil. J. J. da Rocha, Quaresma, Urbino Viana e outros.)

A precedência, pois, do elemento nortista no conhecimento topográfico do centro-norte mineiro, em relação à bandeira de 1674, é fato incontroverso e de cristalina evidência. Do Sumidouro para o norte, todo o cenário se apresentava, a bem dizer, terra conquistada e batida. Foi o boiadeiro do norte e do nordeste o precursor da invasão, o abridor dos caminhos, o dominador do planalto.

## II

Não menos insustentável é a assertiva da fundação do arraial por Borba Gato, Garcia Rodrigues ou outro componente da bandeira.

Certo é que êsses dois auxiliares da expedição, bem como o lugar-tenente Matias Cardoso de Almeida, apesar de já experimentado naqueles sertões, não acompanharam até à meta da jornada o fiel amigo e chefe. Das Paraopebas, depois de perder quase tôda sua tropa nas refregas do rio das Mortes, regressou para São Paulo o vanguardeiro da expedição, Matias Cardoso de Almeida. No Sumidouro, guardando a Quinta, ficaram Borba Gato e Garcia Rodrigues. Tocados, porém, da mania dos descobrimentos, com a idéia da prata e das pedras verdes a enrugar-lhes constantemente a testa, certo não permaneceriam de braços cruzados no Sumidouro, com o só cuidado das roças e o esporte de anzolar nas águas do lago próximo os saborosos pes-

cados. Saíam a intervalos pelos arredores, sondando o terreno, inspecionando os cerros e os socavões vizinhos, à procura da cobiçada riqueza, objetivo principal da bandeira.

Daí, e porque em outubro de 1698 Artur de Sá e Meneses, do Rio de Janeiro, outorgara a Borba Gato a patente de tenente-general, a efeito, ainda, de descobrir a Sabarabuçu da prata, a versão corrente, que passou à historia, de haver êle, nessas batidas, desvendado e fundado o Sabará.

A interpretação serena dos fatos, porém, desautoriza, no nosso entender, essa inferência.

Qual teria sido, com efeito, o comportamento do egrégio sertanista no interregno dêsses vinte anos decorridos entre 1678 (data em que ficou no Sumidouro) e 1698, quando recebeu a patente de Artur de Sá ?

Ouçamos os escritores antigos e a voz dos arquivos.

1.º — Tomando como centro o Sumidouro, é sabido que Borba Gato dali voltou às Paraopebas, por onde já havia andado a bandeira, e ali se apossou de uma grande área, entre aquêle rio, a cordilheira do Itatiaia e o chamado mais tarde Morro de Mateus Leme, terrenos que legalizou com a sesmaria que obteve em 1711 e que se acha registrada no Códice n.º 7 do Arquivo Público Mineiro, pág. 38 verso (1). A seguir, rumando para o nordeste, estabeleceu-se com outra feitoria, abaixo do Sumidouro, no lugar Jequitibá, onde mais tarde se desenvolveu uma pequena povoação, que se chamou por muito tempo arraial do Borba, em local ainda hoje conhecido por *Tapera do Borba Gato* (2).

---

(1) Lê-se no têrmo: "... havendo respeito ao que por sua petição me enviou o tenente-general Manuel de Borba Gato, que há *muitos anos* está de posse de uma sorte de terras entre o rio Paraipeba, a cordilheira do Itatiáia e o Morro de Mateus Leme... que terá de comprimento 5 léguas e de largo 3, por ser o sup. o *primeiro descobridor* das ditas terras no tempo dos primeiros descobrimentos a serviço de S. Maj. — Hei por bem &."

(2) Quando, em 1711, Domingos Dias da Silva conseguiu nas imediações uma sesmaria, declarou-se no têrmo: "...que o sup. haverá 10 anos está de posse de dois sítios, um no Sumidouro e o outro no *Jequibá*", começando êste "nos limoeiros da Mata Grande — *Tapera que foi do tenente Manuel de Borba Gato*, correndo rumo até á estrada de Itaubira..." (Código n.º 7 S.G., cit., 42 v.).

Finalmente, subindo o rio das Velhas em marcha mais feliz foi ter a uma nova arranchação, a que deu o nome de *Roça-Grande* (mais tarde Santo-Antônio do Bom-Retiro da), a alguns quilômetros abaixo da atual cidade de Sabará. Aí, encontraria vestígios pronunciados do ouro de lavagem, a que, entretanto, não ligaria maior atenção, ou por não emprestar ainda ao fulvo metal o devido valor, ou por estar com o pensamento prêso inteiramente à idéia da prata (3).

Eis que, nesse entrementes, já na altura de 1681, chega a São Pedro do Paraopeba D. Rodrigo de Castel-Branco, a efeito de apcderar-se, em nome de el-rei, das feitorias lançadas por Fernão Dias.

Que sucedeu a Borba Gato nesse momento, quando não se falava ainda no "Sabarabuçu" cu Sabará ?

Di-lo a história e o repetem os escritores: agente indigitado da morte do fidalgo, desaparece Borba Gato nas dobras do sertão. Tomando para exílio voluntário as matas do rio Doce, foi ter dali às paragens sulinas do rio Grande e do Sapucaí, onde continuou foragido durante longos anos, até que, depois de 1698, com a patente outorgada por Artur de Sá e Meneses, que implicava em perdão, reingressou à sua feitoria de Roça-Grande, onde o vemos em 1700 nomeado guarda-mor das *minas do Rio das Velhas* e logo depois provedor dos quintos e dos confiscos na mesma sede. (*Anais da Biblioteca Nacional,* cit.)

Ora, o Sabará a êsse tempo era já um núcleo desenvolvido, com suas jazidas a descoberto, seus agrupamentos definidcs, como o de João Velho Barreto, o da Mãe Domingas, das Mamoneiras, do Tapanhuacanga e outros, quase todos providos de seus oratórios particulares e de suas capelas; com uma população mesclada de paulistas, baianos, pernambucanos, negros e portuguêses, de que daremos adiante um rol tanto quanto possível completc.

---

(3) Também essa posse Borba Gato legalizou, com sesmaria, em 1711, doando depois os terrenos para patrimônio da capela. (*Cód. cit.*, *n.º* 7).

A uma e outra dessas últimas posses refere-se Antonil, quando, falando nos caminhos da Bala, escreve: "...do campo da Garça vão ao *arraial do Borba* (do Jequitibá), donde brevemente chegam *ás minas gerais do Rio das Velhas* (Roça-Grande)" (*Cultura e opulência do Brasil*).

Que foi Roça-Grande, e não Sabará, a estância preferida quando reingressou do exílio em 1700, di-lo de modo inequívoco o documento seguinte:

> "Aos dezoito de Abril de mil e Sette Sentos e hum neste Aryal de S. Ant° do bom retiro, do Rio das Velhas nas casas de morada do Thenente Gnal. Manoel de Borba Gatto Guarda Mor deste distrito em vertude da portaria asima fez emtrega em minha presença o dto. Guarda Mor, ao secretario Joseph Rebello Perdigão de mil seis sentas esincoenta eseis outavas de ouro em poô pertencentes afazenda de Sua Magde." (*Documentos do Arquivo da Casa dos Contos, copiados e anotados por José Afonso Mendonça de Azevedo,* in *Anais da Biblioteca Nacional,* vol. LXV, pág. 73).

Também êste outro:

> Aos vinte e seis dias do mez de Julho de mil e sete centos e cinco annos em estas minas do R° de Janr° e pouzadas, digo em estas minas do R° das Velhas e pouzadas do Thenente General Manoel de Borba Gatto onde eu escrivão fui e sendo ahi estando o d° Thenente General Juiz superintendente por comissão do Dezembargador o Dtor. Josephe Vaz Pinto", etc. (*obra cit.*, pág. 80).

Ora, por que, voltando do exílio nesse comenos, não foi Borba Gato residir no Sabará, juntando-se aos seus amigos e parentes paulistas, se fôra êle o fundador do arraial? Por que, se fôra êle o fundador, não teria ali a sua posse, o seu rancho, o seu lavrado de origem, onde devia de preferência ir residir? E por que, morando em Roça-Grande desde 1700, não assinara o têrmo de elevação da Vila em 1711?

2.° — Verdade é que, no têrmo de confirmação da patente de 1698 por Antônio de Albuquerque, em 1711, se declara que a mercê se justificava, entre outros motivos, — *por ter êle procurado com muito empenho o descobrimento do muito ouro que tem tirado nestes*

*distritos do Rio das Velhas, SABARÁ e Caeté.* (*Cód. n.º* 7, *cit.*. 68 *v.*). Essa referência a Sabará pode, à primeira vista, impressionar ao intérprete menos avisado de hoje. Mas, em 1711, data da confirmação, e desde 1700, quando regressara do homízio, podia e teria Borba Gato recolhido ouro no Sabará, grande centro que era, já, de exploração aurífera. Mesmo em 1703 o vemos (documento adiante) pagando confiscos no arraial. Nada prova, portanto, em contrário à nossa tese, essa referência isolada do têrmo de confirmação de 1711.

Não há, enfim, ato algum, ou referência, anterior ou posterior à morte de D. Rodrigo, até 1700, por onde se possa inferir sequer a convivência de Borba Gato na formação do colmado. Não consta o seu nome do rol das primeiras datas minerais, nem nos primeiros aforamentos. Pousos diversos êle os teve, antes e depois do Sumidouro: as já referidas posses do Jequitibá, do Itatiaia, de Roça-Grande; outra, ainda, no Tombadouro, indo até ao Cercado, no antigo Curral d'El-Rei. Nada, absolutamente, porém que indique atuação sua na formação do arraial desde a entrada da bandeira até ao seu retôrno às minas do rio das Velhas, ou seja entre 1674 e 1700.

3.º — Certo, a nominata de "Sabaravaassú", dada impròpriamente ao arraial por Artur de Sá e Meneses em 1700, quando imbuído ainda da idéia de prata naquele recinto (onde aliás nunca existiu nem sinal de prata, senão o ferro especular de aparentes cintilações argentíferas), foi a pista enganadora que levou alguns escritores a ligar o nome de Borba Gato à descoberta dêsse imaginário "Sabarabuçu" e à conseqüente fundação do colmado.

Mas, o verdadeiro Sabarabuçu, na sua significação originária de *serra-resplandescente*, esta coisa misteriosa, que escaldou por mais de três séculos a mente dos madrugadores dos sertões e dos atilados representantes da coroa lusa, continua até hoje embuçada nas brumas do desconhecido.

Nem Fernão Dias e seus companheiros de jornada, homens experimentados nas mais arrojadas batidas pelos sertões brasileiros, tangenciando, como o fizeram, a serra do Curral, a das Congonhas e da Moeda, divisando a não grande distância a majestosa serra da Piedade, deixariam de abarracar-se na vasta cratera do Sabará e de ali

se demorar o tempo preciso em explorações, se desconfiassem sequer que podia estar naqueles desvãos o decantado Sabarabuçu tão cobiçado desde a última metade do século XVI. Entretanto, não consta da história, nem dos relatos da época, houvesse e bandeira deixado ali sinal sequer de uma feitoria. As únicas arranchações ou feitorias abertas pela tropa em todo o seu percurso foram, sabidamente *Ibituruna, São-Pedro do Paraopeba, Sumidouro, Serra-Fria, Tucumbira, Rio das Pedras ou Itamarandiba, Serra das Esmerladas.*

Mais uma razão, portanto, para se excluir, històricamente, o Sabará das vistas e da ação dos componentes da tropa de 1674.

Verdade é que Garcia Rodrigues, mais tarde, ao pleitear a mercê do fôro de Fidalgo da Casa Real, pelos serviços prestados por seu pai e por êle próprio no descobrimento das Minas das Cataguás, fala diversas vêzes em Sabarabuçu (*Fernão Dias Pais, o descobridor das Esmeraldas,* etc., documentos coligidos por Capistrano de Abreu. in *Revista do Arquivo Público Mineiro, t. XIX, 1921, pág. 11 e seguintes*). Mas, como expressão vaga e imprecisa, referindo-se ora a "distrito", ora a "cerro", ora a "minas dos Cataguás", como se vê notadamente do trecho seguinte (pág. 14):

> "Por certidoens, Patentes, cartas, e mais documentos q offerece consta q' o supp^te Gracia Roiz Paes, depois de haver vindo a este Reyno com as dittas amostras das esmeraldas, p^a nesta Corte se fazerem os exames necessarios, se offerecer de novo a continuar nesta diligencia, profundando mais a terra por se entender q' se a,harião mais perfeitas, e com deferente bondade em razão das qe trouxe serem da superficie da terra, e deixando nesta cidade ao d^o seu Thio (o padre João Leite), se embarcar antecipadamente p^a o Rio de Jan^o, e fazer duas entradas ao *Serro de Sabarabossú,* q^e hoje chamam *Minas dos Cathaguas,* ou *Serro das Esmeraldas", etc.* (os grifos são nossos).

Já por aí se vê que Sabarabuçu, na linguagem e no pensamento colhidos da petição de Garcia Rodrigues, era naquele momento tôda

a região dos Cataguás, que, como se sabe, ia da serra das Vertentes no sul, à Serra das Esmeraldas, no longínquo nordeste.

Nada, pois, aí, nem nos demais documentos e relatos alusivos ao processo, que particularize o Sabará como sendo o verdadeiro Sabarabuçu, crismado como tal por Artur de Sá e Meneses só em 1700. Estaria o incipiente colmado dentro da extensa região dita de Sabarabuçu (impròpriamente, aliás), não era, porém, nem nunca foi o âmbito do Sabará o Sabarabuçu da prata e das esmeraldas da designação indígena. Sabarabuçu sem prata e sem pedras verdes só poderia ser, em verdade, uma designação forçada.

4.º — Ainda sôbre a pretendida paternidade de Borba Gato na formação do arraial, ocorre lembrar aqui velha tradição mantida pelos antigos sabarenses e mais de uma vez divulgada pelos escritores modernos: a de haver à margem do rio das Velhas, acima da atual cidade, um núcleo, hoje decadente e quase desaparecido, onde existiram duas vetustas capelinhas, de Santo Antônio da Mouraria e de Sant'Ana; dizendo-se mais que esta última teria sido erguida por Borba Gato.

Isso, evidentemente, veio reforçar a crença do primado do egrégio sertanista na fundação do povoado.

E' sabido, entretanto, que o verdadeiro berço da cidade não está por aquêles lados, e sim no Tapanhuacanga, mais para o leste, junto ao córrego que por ali déflui, crismado também por Artur de Sá, em 1700, de "Ribeirão do Sabaravaassu", mas que já havia tido anteriormente o nome de "Ribeirão de Nossa Senhora da Expectação", por ter existido ali, segundo outra tradição, a primitiva capela dêsse orago, que foi a primeira matriz do povoado (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. II, 1946, pág. 178 e seguintes, com um artigo nosso, documentado, a êsse respeito). Ainda em 1702, apesar do empenho de Artur de Sá, conservava o riacho o seu antigo nome, como se vê pelo têrmo de arrematação de 30 braças de terras que faz Jacinto Vaz de Gusmão, a 24 de maio de 1702, têrmo êsse lavrado "nefte Ribeyro de N. Sra. da Expectação." (*Anais da Biblioteca Nacional, cit.*, pág. 66). Dizemos — anteriormente — por ser tradição no Sabará que a igreja *mais antiga* da atual cidade é

realmente, a de Nossa Senhora da Expectação ou do Ó, que segundo legenda conservada em um quadro na sacristia, veio de 1693 (sic) (Zoroastro Passos, *"Em tôrno da História do Sabará"*).

Quanto à capelinha de Sant'Ana, não é lícito negar tenha sido erguida por Borba Gato. Se-lo-ia, porém, já depois de 1700, quando, retornando ao cenário de Roça-Grande e estendendo até àquele ponto suas faisqueiras, a teria edificado. Nem Borba Gato, entre 1678, data em que deixou a bandeira no Sumidouro e saiu a descobrir terras, e 1682, quando desapareceu foragido após a morte de D. Rodrigo, tempo e vagar teria tido para levantar uma igrejinha de cunho definitivo, tôda de pedra, coberta de telhas, com obras de talha e devidamente paramentada, qual se apresentou até hoje, ao ser restaurada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Todo o seu aspecto, aliás, denuncia construção já do século XVIII.

Se, pois, erguida por Borba Gato, o que não pomos em dúvida, antes subscrevemos, só o teria sido depois do seu regresso e do arraial já formado.

5.º — Com referência a Garcia Rodrigues, provável companheiro do Borba no descobrimento do ouro de lavagem do rio das Velhas, não há, por igual, documento algum positivo que o defina ou eleja fundador do Sabará. Nem mesmo no rol das primeiras datas, dos aforamentos e da cobrança dos quintos do distrito. Com êle se deu mais ou menos a mesma reviravolta que atropelou o cunhado entre 1678 e 1700. Com o regresso do pai em 1681 e sua morte no sertão, achando-se no Sumidouro, encheu-se de cuidados para retirar das águas o cadáver daquele Hércules, conforme registram as atas paulistas e o repetem Pedro Taques e outros escritores antigos. Encontrando ou não as relíquias do pai — é uma das atas que o declara —, e entregando a D. Rodrigo o saco das esmeraldas, no arraial de São Pedro do Paraopeba, voltou Garcia para o Sumidouro a "tratar dos seus índios atacados de febre". Depois disso, fêz uma viagem ao Reino, a fim de levar a exame as esmeraldas. Voltando com o laudo negativo, por não serem verdadeiras as pedras encontradas, fêz mais duas jornadas ao sertão e à Serra das Esmeraldas, não havendo relatório minucioso dessas diligências. Em 1698 achava-se novamente em São

Paulo, onde se avistou com Artur de Sá e Meneses, que ao tempo viera em visita às minhas do sul. Aí, teria instruído o governador sôbre a necessidade de abrir o *caminho novo* que pusesse em mais fácil comunicação a sede do govêrno com as minas das Cataguás e facilitasse também, ainda, o "descobrimento do Sabarabuçu", emprêsa de que foi encarregado e que não pôde concluir inteiramente, das Minas para o Rio de Janeiro, devido a vários contratempos que não iremos apurar aqui. Em 1702, abril, foi nomeado guarda-mor geral das Minas, cargo que o não obrigava a afastar-se do contrato do caminho novo. Em 1717 surgiu no Pitangui um Garcia Rodrigues Pais, em companhia de Bartolomeu Bueno da Silva, de Domingos Rodrigues do Prado e outros paulistas, e que presumimos tenha sido o mesmo filho do Caçador das Esmeraldas; requeria ali uma sesmaria a efeito de facilitar a extração do ouro por meio de máquina.

Nada, porém, encontramos em todos êsses interregnos que ligasse o nome do operoso paulista à fundação do Sabará.

*

* *

Não há negar que, entre os membros da bandeira de 1674, foram Manuel de Borba Gato e Garcia Rodrigues Pais, nas duas décadas finais do século XVII, assim como no primeiro quartel do século XVIII, como esvreve Basílio de Magalhães (*Expansão Geográfica do Brasil Colonial*), inolvidáveis epígonos da revelação das riquezas auríferas do território mineiro. Só o descobrimento do ouro de lavagem do rio das Velhas, pôsto não explorado no momento, bastava para sagrá-los os verdadeiros pioneiros do grande ciclo do ouro dos nossos sertões.

Mas, no caso particular do Sabará, urge corrigir-se êsse capítulo, evidentemente errado, da História Mineira, que arvora os dois egrégios paulistas em fundadores do povoado.

Antes, o que a lógica dos acontecimentos está a indicar, e de vez que não surgiu ainda à tona documento comprovante de quem armou ali o primeiro rancho, é que Sabará, ao contrário do que se tem afirmado até aqui, não teve um só fundador, nem foi o resultado de uma bandeira determinada. Formou-se pelo afluxo migratório de vários

grupos, saídos do norte e do sul, e que, animados e tangidos já pelas alvissareiras notícias dos descobertos das minas do nascente — Ribeirão do Carmo, Ouro Prêto e outros distritos anexos, teriam afluído para o Sabará, Caeté, Itabira do Campo, Santa Bárbara e adjacências.

Parecerá isso, à primeira vista, em contradição com o que de começo afirmamos — ter Borba Gato, antes do episódio do Sumidouro, dado com os vestígios do ouro de lavagem nas barrancas do rio das Velhas.

A explicação, porém, é fácil, e no-la dá Calógeras, estribado em Orville Derby.

E' que, preocupado naquele momento com a procura da prata e das esmeraldas, não teria o andejo sertanista ligado maior atenção ao seu achado de Roça Grande, ou apenas iniciaria a sua exploração até 1682. Dado, porém, nesse comenos, o episódio da morte do Fidalgo, desaparecendo no sertão e indo afinal refugiar-se no sul de Minas, divisas com São Paulo, teria Borba Gato travado ali relações e tratado com o padre João de Faria, que mais ou menos pelas alturas de 1693 explorava, com proveito, os ricos tabuleiros do rio Grande e do Sapucaí. Sucedendo, logo depois, deslocar-se para o nascente a bandeira então formada, do padre Faria, Antônio Dias de Oliveira, os irmãos Camargo e outros, não convindo ainda a Borba Gato ostentar-se no aparato de uma grande tropa, resolveria, seduzido já pelas fascinações da futurosa indústria, volver de novo as suas vistas para as posses do Paraopeba e do rio das Velhas, embora em lances arriscados, na situação de foragido em que se achava ainda. Acontecendo, porém, ter chegado a São Paulo em princípios de 1698 Artur de Sá e Meneses em visita às minas do sul, inteirado talvez por Garcia Rodrigues Pais dos vestígios pronunciados do ouro de lavagem, por êle e pelo cunhado, encontrados nas barrancas do rio das Velhas, permitiu o governador comparecesse perante êle o refugiado, e tomou-o, a seguir, por companheiro na jornada às Cataguás, que ia encetar em princípios de 99, sob promessa de perdão, desde que lhe manifestasse, em troca do indulto, as proclamadas minas.

Daí, a patente de outubro de 1698, passada já no Rio de Janeiro..

Foi assim que, encontrando-se o governador em 1700 no Sabará (já então arraial incipiente) e passando dali à Roça-Grande, pôde o indultado oferecer a Artur de Sá 30 arrôbas, ou 450 quilogramas de ouro em pó, tirado de suas minas do rio das Velhas. (Calógeras, *As Minas do Brasil,* vol. I, pág. 68).

## III

Difícil é hoje, senão impossível, levantar-se uma relação, mesmo aproximada, dos primeiros ranchos e habitantes do Sabará, como de qualquer outro distrito do ouro. Só os registros paroquiais dos primeiros tempos forneceriam êsses dados, hoje preciosos para o conhecimento do alvorecer da nossa demografia histórica. Êsses registros, porém, ou nunca existiram, ou desapareceram. Não há dêles notícia nas Cúrias nem nos arquivos privativos de cada capela ou paróquia.

Sòmente depois de 1700, iniciada a vida administrativa dos arraiais do ouro, com a instituição das Superintendências, por Artur de Sá, começou, pode-se dizer, a escrituração regular e nominativa da arrecadação dos quintos, taxas de confiscos e outros tributos devidos ao erário régio. Verificando, com efeito, Artur de Sá, na sua primeira visita às Minas, o prejuízo que resultava para a coroa portuguêsa do extravio do ouro e do comércio de secos e molhados vindos pelos caminhos da Baía, criou as primeiras Superintendências, nomeando para juiz da repartição do Rio das Velhas ao desembargador José Vaz Pinto, provedores e guardas-mores Manuel de Borba Gato, Garcia Rodrigues Pais, Domingos Dias da Silva, além de outros.

Com a elevação da Vila, em 1711, outros tributos e arrolamentos surgiram, para a concessão de datas minerais, aforamentos, capitação de escravos, licenças para lojas, etc.

Entre 1701 e 1703, moravam já no Sabará, conforme apuramos em livros do Arquivo Público Mineiro, entre outros, quase todos baianos, paulistas, pernambucanos e portuguêses:

Capitão João Velho Barreto, João Amaro Maciel, Manuel Soares, Gaspar Soares, capitão João dos Reis Cabral, José Ferreira de Brito, alferes Manuel do Carmo Abreu, Sebastião Ferreira de Aguilar, Do-

mingos José da Silva, Antônio Pacheco, Frutuoso Nunes do Rêgo, Manuel de Azevedo Ferreira, Diogo Correia Galaz, José de Sampaio, Manuel Afonso Gaia, Domingos da Silva Bueno, Domingos Dias da Silva, José de Godói Morais, Miguel Estati, Manuel Veloso, Justino Rabelo, Salvador Fernandes de Queirós, Antônio Camelo, Antônio Pais Leme, João da Rosa, João Barão, Manuel de Sá Moreira, Amaro Antunes, Estêvão Raposo, Pedro de Morais Raposo, Domingos Vieira da Silva, João Gonçalves de Oliveira, capitão-mor Manuel da Rocha Castro, Manuel Rodrigues Soares, capitão José de Jesus Morais, Manuel da Silva Ferreira, João Gonçalves da Fonseca, Antônio Madureira, Manuel da Cruz, capitão-mor D. Pedro de Alarcão, Bernardo da Rocha Andrade, Manuel Monteiro da Costa, João Gonçalves Escobar, Manuel Rodrigues, Rafael Pereira de Barros, Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), Domingos Rodrigues do Prado, João Gonçalves Figueira, José de Seixas Borges, frei Jorge Moreira, José Rodrigues Betim, José Prêto Pimentel, Antônio Prêto do Prado, João dos Reis Cabral Souto Maior, Antônio Bicudo de Brito e centenas de outros.

Melhor o dirão, porém, os róis seguintes, livro por livro, dêsse mesmo período até 1741.

A partir de 1701, foram êstes, com ligeiras omissões, devido à impossibilidade de se traduzirem algumas páginas inteiramente ilegíveis, os principais habitantes do incipiente arraial, não se falando na população adventícia e no grande número de escravos, mulheres, crianças e desocupados:

LIVRO N.º 1 - DO ERÁRIO RÉGIO — (*Arrecadação dos quintos, datas e confiscos*):

1701

| | | |
|---|---|---|
| Alferes José Pires Monteiro (arrematante dos quintos) | 1.312 | oitavas |
| Tomaz Ferreira de Souza | 280 | |
| Leonardo Nardes Arzão | 17 | |
| Capitão João de Arruda Cabral | 2 | 1/2 |
| Padre José Rodrigues Pinto | 80 | |
| Reverendo Frei George Moreira | 40 | |
| Pedro Nunes de Cerqueira | 249 | |
| Pedro Gomes | 667 | |
| Manuel da Costa | 125 | |

| | |
|---|---|
| Quirino Rabelo | 61 |
| Manoel das Neves Fontes | 239 |
| Domingos Pinto de Moura | 96 |
| Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida | 260 |
| Inácio da Rocha | 84 1/2 |
| Duarte de Sousa Leitão | 296 |
| João Lopes Soeiro | 48 1/2 |
| Miguel Gonçalves de Siqueira | 60 1/2 |
| José Rodrigues | 640 |
| Antonio Gonçalves | 55 |
| Manoel de Azevedo Pereira | 62 |
| Paulo de Souza Pimentel | 60 |
| João Rodrigues | 246 |
| Antônio de Carvalho Lima | 259 |
| Capitão Francisco de Lima Araujo | 400 |
| Cipriano Mendes | 51 |
| Joana Ferreira | 58 |
| Domingos Fernandes | 80 |
| Bartolomeu de Barros | 171 |
| Antônio Barreto Dantas | 331 |
| Manuel de Sobral | 77 1/2 |
| Antônio da Rocha Franco (arrematante) | 1.664 |

1702

| | Datas |
|---|---|
| Antônio Raposo da Silveira | 64 |
| João Carvalho Pinto | 444 |
| Jacinto Vaz Gusmão | 370 |
| Antonio Bicudo de Brito | 70 |
| Tomaz Ferreira de Souza | 350 |
| João Henrique de Siqueira | 60 |
| | Quintos |
| Antonio Camilo | 28 |
| | Confiscos |
| João Velho (vindo da Baía) | 215 |
| J. Pereira de Brito | 160 |
| J. Gonçalves e outros | 294 |

LIVRO N.º 15 — DE SABARÁ (antigo 85-A e 86) (*Rendimento dos Quintos e Confiscos*):

1703

| | Pagamentos |
|---|---|
| *Quintos* | |
| Capitão João Amaro Maciel | 409 1/2 oitavas |
| Capitão João dos Reis Abreu | 120 |
| José Pereira de Brito | 150 |
| O mesmo | 76 |

| | |
|---|---|
| Alferes Manuel Queiroz de Abreu | 100 |
| Sebastião Pereira de Aguilar | 272 |
| Domingos Dias da Silva | 60 |
| Antônio Peixoto | 24 |
| Manuel de Azevedo Pereira | 20,14 |
| Diogo Correia Galaz | 497 |

*Confiscos*

| | |
|---|---|
| José de Sampaio | 200 |
| Domingos da Silva Bueno | 732 |
| O mesmo | 503 |
| O mesmo | 256 |
| José de Godoi | 300 |
| Manuel Estrati | 34 |
| Manoel Veloso | 33 |
| MANOEL DE BORBA GATO | 52 |
| Faustino Rabelo | 20 |
| Antonio Camelo | 143 |
| Salvador Fernandes de Quadros | 318 |
| Antonio Pais Leme | 11 |
| João da Rosa | 6 |
| João Barão | 20 |
| Manuel de Sá Moreira | 140 |
| Amaro Antunes | 16 |
| Estêvão Raposo | 4 |
| Pedro de Morais Raposo | 32 |
| Domingos Vieira da Silva | 504 |
| Jerônimo de Brito | 56 |

1704

| | |
|---|---|
| João Fernandes | 41 oitavas |
| Manuel Alves Ferreira | 25 1/2 |
| Lucas e Andrade Pereira | 1.110 |
| Faustino Rabelo Barbosa | 79 |
| João Gonçalves da Fonseca | 24 |
| Domingos da Silva | 103 |
| Manuel Carneiro de Sá | 36 |
| Simão Pereira de Brito | 1.663 |

1705

| | |
|---|---|
| Padre Paulino Pestana | 64 |
| João Lopes Soeiro | 1.640 |
| Domingos Rodrigues do Prado | 212,3/4 |
| Manoel Gomes Soares | 224 |
| Pedro Nunes de Siqueira | 60 |
| Simão Ferreira Spinula | 600 |
| Padre Manuel Pires de Carvalho | 49,132 |
| José de Queiroz Abreu | 73 |

1706

| | |
|---|---|
| Manuel Borges | 160 |
| Manuel Alvares Fragoso | 102 |
| Paulo de Souza Pimentel | 78 |
| João da Costa Veiga | 243 |
| Manuel Cabral de Oliveira | 15 |
| Valentim Alvares Antunes | 36 |
| Manuel de Sousa Costa | 60 |
| Antônio Pinto de Magalhães | 70 |
| Adrião Gonçalves Ferreira | 157 |
| José da Costa Soares | 52 |
| Antônio Tavares de Miranda | 98 |
| Antônio Ferreira Gomes | 55 |
| Manuel da Silva Ferreira | 46 |
| João de Sousa Souto Maior | 112 |
| Bernardo da Silva | 80 |
| Manuel Dutra de Medeiros | 57 |
| Capitão Martim Afonso de Melo | 30 |
| Simão de Spinola Bitencourt | 600 |
| Padre Simão de Santa Teresa | 38 |
| Domingos da Rocha Vieira | 180 |
| Lucas de Andrade Pereira | 203 |
| Francisco Peixoto de Andrade | 89 |
| Padre Paulino Pestana | 40 |
| João Freire de Macedo | 100 |
| Domingos Lourenço de Sampaio | 182 |
| José Gomes da Costa | 80 |
| Paulo de Macedo | 128 |
| Padre Manuel de Castro Morais | 70 |
| Manuel da Silva Ferreira. | 718 |

1707

| | |
|---|---|
| Antônio Alvares da Silva | 220 |
| Tomé Ribeiro de Carvalho | 30 |
| Manuel das Neves Fontes | 93 |
| Lucas Goulart | 1.218 |
| Sebastião da Cata Preta | 449 |
| Antônio Gonçalves | 6 |
| Bento de Sousa Gonçalves | 1.520, 1/4 |
| Gonçalo Pinto Ribeiro | 1.553 |
| João Coelho David e Albuquerque | 519 |
| Manuel da Silva Ferreira | 147 |
| Lourenço de Burgos | 91 |
| José Coelho de Sousa | 41,1/2 |
| Antônio Cardoso Homem | 19 |
| João da Cunha Melin | 72 |
| Francisco de Souza Oliveira | 18 |
| Pedro de Oliveira Alvares | 102 |

| | |
|---|---|
| Antônio de Oliveira Maia | 83 |
| Teodósio Ferreira | 38 |
| Gonçalo Carneiro de Araújo | 207 |

1708

| | |
|---|---|
| Bento Gonçalves | 218 |
| Simão da Costa Barbosa | 90 |
| Capitão-mor Domingos Carvalho | 2.239 |
| Damaso Carvalho | 414 |
| Pascoal de Almeida | 170, 1/2 |
| Bento Pires | 155 |
| Pedro da Silva | 245 |
| Francisco Gomes Ribeiro | (?) |
| Manuel de Mendonça | 1.927 |
| Francisco Soares de Campos | 602 |
| Francisco Pereira de Barros | 332 |
| João Rodrigues da Costa | 113 |
| Antônio de Oliveira | 75 |
| Domingos Vieira da Silva | 200 |
| Manuel das Neves Fontes | 100 |
| Francisco Veloso | 75 |
| João Carvalho da Silva | 36 |

1709

| | |
|---|---|
| João Leite da Silva | 104 |
| Capitão Antônio Alvares da Silva | 141 |
| Manuel de Souza Souto Maior | 139 |
| Manuel de Mendonça Lima | 105 |
| Antônio de Rocha Paiva | 80 |
| André Gomes Ferreira | 137 |
| Lucas Goulart | 78 |
| João Velho de Melo | 55 |
| Sebastião Correira de Brito | 1.325 |
| João Rodrigues | 1.260 |
| Amaro Homem de Almeida | 102 |
| Martim Afonso de Melo | 260 |
| Salvador Souter de Oliveira | 52 |
| Gonçalo Pinto Ribeiro | 90 |
| Manuel Pereira Porto | 858 |
| Francisco Veloso | 1.251 |
| Inácio Afonso Fero | 28 |
| Francisco Pereira da Silva | 57 |
| Domingos de Abreu Lixa | 200 |
| Antônio Cardoso Homem | 134 |
| Domingos da Rocha | 73 |
| Manuel da Silva Avelar | 90 |
| Miguel da Silva | 20 |

1710

| | |
|---|---|
| Capitão Francisco de Assis Velho | 70 |
| Francisco Mendes de Barros | 187 |
| Manuel Guedes de Oliveira | 35 |
| Frutuoso Nunes | 47 |
| Francisco Monteiro | 32 |
| Tomaz do Lago Medeiros | 23 |
| André dos Passos | 60 |
| Antônio de Amorim Soares | 70 |
| Padre Bento de Sousa | 50 |
| Custódio da Costa Freire | 140 |
| Francisco de Brito | 126 |
| Lourenço de Oliveira Barcelos | 50 |
| Capitão José Correia do Vale | 80 |
| Estevão Ferreira de Morais | 119 |
| Felipe de Souza | 46 |
| Inácio de Figueiredo | 552,36 |
| Pedro da Silva Guedes | 82 |
| Domingos da Silva Salgado | 70 |
| Francisco Vaz de Araújo | 45 |
| Amaro Homem de Almeida | 80 |
| João Alvares da Rocha | 52 |
| Capitão Antônio Pereira de Lacerda | 30 |
| Baltasar Ferreira | 32 |
| João Jorge Rangel | 63 |
| Manuel Cardoso Guimarães | 326 |
| Gregório de Freitas | 50 |
| Francisco Gomes Ribeiro | 40 |
| José da Silva Brandão | 50 |
| Lucas de Andrade Pereira | 28 |

1711

| | |
|---|---|
| Padre Lourenço Borges Machado | 160 |
| Capitão Tomaz Correia Pimentel | 35 |
| Domingos de Araújo Dantas | 40 |
| Capitão MANUEL NUNES VIANA | 96 |
| Luiz de Andrade Dutra | 220 |
| Pedro da Fonseca Flores | 72 |
| Salvador de Sá | 171 |
| Padre Cipriano Gomes | 60 |
| Diogo Pereira | 91 |
| João Pinheiro Barcelos | 172 |
| João Ferreira Brandão | 54 |
| Manuel Fernandes Rabelo | 162 |
| Manuel Fagundes | 1.577 |
| Cristóvão Gonçalves de Oliveira | 118 |
| Luís do Couto | 260 |
| Tomaz do Lago de Medeiros | 23 |
| Nicolau de Abreu Bezerra | 162 |
| Manuel Pereira de Castro | 1.769 |

LIVRO DE 1719-1721, que tomou no Arquivo Público Mineiro o n.º 1, de registros (*Licenças para lojas, vendas e pagamento dos quintos*):

1719:

Sargento-mor João de Sousa Souto Maior, com casa de morada na Vila.
Manuel Lopes do Rego, escrivão dos quintos.
Manuel Lopes Machado, provedor dos quintos.
Manuel Loureiro, morador no arraial da Igreja Nova.
Manuel Rodrigues de Carvalho, morador ao pé da Igreja Nova.
Manuel Ferreira Ribeiro, morador no arraial de Lucas Rodrigues.
Manoel Rodrigues, morador no arraial de Lucas Rodrigues.
Joana de tal, moradora na Barra.
Gonçalo Dias, morador no Morro da Barra.
David mina, morador em (ilegível).
João de Magalhães Fonseca, morador no arraial de José Leite.
Ventura Leite Ferreira, morador na Barra.
Ana mina moradora no Morro da Barra.
Manuel de Barros da Silva, morador na Igreja Velha.
João Francisco Parada, morador em (ilegível).
Teresa de Jesus, moradora na Igreja Nova.
Cristóvão Barbosa, morador nesta Vila.
Francisco da Silva e Souza, morador na Igreja Velha.
João da Silva Chaca, morador na Igreja Nova.
Francisco mina, morador na Barra.
Domingos Rodrigues Bera — Igreja Nova.
José Lopes Siqueira — Tapanhuacanga.
José Gaia — Tapanhuacanga.
José Ferreira da Costa — atrás da Igreja Nova.
Antonio da Silva Guimarães — Barra.
Miguel de Sousa e Silva — Barra.
Pedro Ferreira de Azevedo — arraial de Lucas Rodrigues.
Antônio Coelho de Leão — Barra.
Manuel da Costa Braga — idem.
Antonio Alves Coelho — idem.
Manuel Alves Coelho — idem.
Domingos Lopes de Almeida — idem.
Capitão José Leite Romano — arraial de João de Sousa Neto.
Manuel Gonçalves da Cruz — idem.
Agostinho da Costa — Vila.
João de Sousa Castro — Igreja Nova.
Sebastião de França — arraial de João de Sousa Pereira.
Maria Benguela — Tapanhuacanga.
Antônio de Souza Fernandes — Morro.
Josefina Prado Ferreira — Igreja Nova.
Adrião Gomes — Barra.
Manuel de Souza Costa — Barra.
Francisco Gonçalves Viana — Igreja Velha.
Manuel Alves — córrego do Padre Marcos.
Antônio Leite Guimarães — Igreja Velha.
João Alvares da Silva — Tapanhuacanga.
Pascoal da Costa Alvares — Vila.

Diogo Martins — rua do Fogo.
Domingos Soares — Barra.
Antônio Ferreira dos Santos — Barra.
João Batista — Tapanhuacanga.
Manuel de Souza Rego — Vila.
Antônio Velho Cabral — Vila.
Manuel Roiz de Mendonça — Vila.
Domingos José da Silva — Arraial do Capitão João de Sousa Neto.
Manuel da Rocha — Morro.
Hilário Ribeiro, preto fôrro — Morro.
Dorotéia, preta forra — Barra.
Dionísio da Silva — Arraial do Piolho.
Manuel Soares — Morro.
João de Oliveira — Barra.
Domingos Gonçalves — Vila.
Domingos Teixeira Silveira — Barra.
Bernardo... (ilegível) — Barra.
Damásio da Silva — Idem.
Francisco Alvares Pinheiro• — idem.
João Pereira — idem.
Bento Cardoso Coimbra — Tapanhuacanga.
Antônio de Sousa Crespo — Barra.
Francisco Roiz da Cruz — arraial do Tenente Antônio Pereira de Macedo.
José Alves da Silva — arraial do Cap. Lucas Roiz Machado.
Paulo Pereira — arraial do Piolho.
Domingos Barbosa — Vila.
Felício Ribeiro — Igreja Velha.
João de Oliveira — Barra.
José Antunes da Silva — Vila.
Tenente-coronel Antônio Pereira de Macedo, provedor dos quintos — Vila.
Antônio Pinto da Cruz — Esperança.
Padre Frei Francisco — Vila.
André Correia de Melo — idem.
Manoel de Sousa Rêgo — idem.
Manuel Pereira Leão — idem.
Diogo Lopes da Veiga — idem.
Gaspar Ferreira da Cunha — idem.
Bartolomeu Simões — idem.
João Coelho da Rosa — idem.
Manuel Gomes — idem.
Francsico Ferreira Soares — idem.
Mel. de França Tavares — idem.
Antônio Carvalho de Oliveira — idem.
Silvestre Henriques Aires — idem.
Manuel Moreira Lima — idem.
Cosma Gomes — Tapanhuacanga.
Ricardo da Silva — arraial do Piolho.
Mel. da Fonseca Cruz — Igreja Nova.
Manuel de Souza Pereira — arraial do Pi, digo arraial da Igreja.

João Ferreira Passos — idem.
Pedro Duarte da Silva — idem.
Gaspar Ribeiro — Tapanhuacanga.
Manuel Alves dos Santos — Vila.
Antônia da Silva — idem.
João Jorge das Neves — idem.
Manuel Dias Ferreira — idem.
Pedro Lopes Guimarães — idem.
Domingos de Morais — idem.
Henrique de Abreu — idem.
Teresa Cardoso — idem.
João Gomes de..... (ilegível) idem.
Bento de Sousa — idem.
Antônio Gonçalves Varella — idem.
Luiz Moreira Ferr — Barra.
Francisco de Queiroga Teixeira — Barra.
Paulo Teixeira Taveira — Barra.
Manuel da Cruz Pinto — Barra.
Antônio Carneiro Leão — idem.
Manuel do Rêgo de Oliveira — idem.
Manuel Miz Viana — Arraial Lucas Roiz.
José Roiz Freire — arraial de João de Sousa Neto.
Antônio da Costa — Tapanhuacanga.
João Antunes Barbosa — Barra.
Maria Ribeira do Rosário — Arraial de João de Sousa Neto.
Simão Muniz Duarte — Igreja Nova.
João de Holanda Pôrto — Tapanhuacanga.
Antônio Muniz — idem.
Jacinto Pereira — Igreja.

1720

Gaspar Pereira da Cunha — Ponte de João Velho Barreto.
Manuel Frz. ...(ilegível) — Pompéu.
Domingos Ferreira Basto — Barra.
Manuel da .....(ilegível) Pompéu.
José de Oliveira Chaves — Igreja.
Antônio Roiz — arraial de João de Sousa Neto.
Antônio Ferreira — Igreja.
João Veira Lima — arraial de João de Sousa Neto.
Manuel Nunes Barreiro — Vila.
Jair Fernandes da Rocha — arraial de João de Souza Neto.
Manuel Muniz de Carvalho — Igreja.
João de Barros Ferreira — Barra.
Remígio de Souza — Barra.
Manuel Marques Cardoso — Igreja.
Luís Rougin Leão — arraial onde morou o faramungo José Leite.
João Gonçalves — arraial de Lucas Roiz.
Antônio Nunes Duarte — Tapanhuacanga.
Antônio Alves — Vila.
Simão Rodrigues de Souza — Tapanhuacanga.

Francisco Xavier da Silva — arraial de Lucas Roiz.
Antônio Ribeiro — Tapanhuacanga.
Manuel Nunes Velho — Vila.
José da Silva Miz — Barra.
Ventura Leite Ferreira — Barra.
Bartolomeu Moreira Frazão — arraial de Joaquim de Sousa Neto.
Mel. da Cstoa Braga — Vila.
Sebastião de França — arraial de João de Sousa Pereira.
Francisco de Queiroga — Barra.
Antônio de Sousa Fernandes — idem.
João Álvares dos Santos — idem.
Manuel Alves Fontes — Morro.
Diogo Alvares — rua do Fogo.
Manuel de Sousa Rigo — rua direita da Barra.

Da página 75 em diante vem arrolado também o número de escravos:

Dionísio da Silva Correia (com 7 escravos) Vila.
Luiz Pinto Ferraz (com 3 escravos) Vila.
José Antônio Morais (2 escravos) Igreja.
Pedro Ferrª Barbosa — Esperança (17 escravos).
João Coelho de Magalhães — Barra (2 escravos).
Luís Álvares da Costa (2 escravos) Pompéu.
Tomé João Nogueira — Vila — (1 escravo).
Francisco da Costa Araújo — Vila (4 escravos).
Luís Fernandes — Vila (1 escravo).
Sargento-mor Manuel Pereira Teixeira — Vila — (16 escravos).
Tomaz Pinheiro — Vila (2 escravos).
Antônio Dias Pereira (atrás do cap.º João Velho) (1 escravo).
Anto. Glz. Carneiro — Barra — (2 escravos).
Martinho Ribº — junto a Mel. da Silva Rios — (7 escravos).
Pedro Lopes Guimarães — Barra.
Antônio Jorge da Cruz — Vila (4 escravos).
Domingos Barbosa Malheiros — Vila (5 eseravos).
João Monteiro — Barra — (4 escravos).
Domingos de Melo Abreu — Tapanhuacanga — (2 escravos).
João Pereira — Barra (1 escravo).
Vicente Ferreira — Vila — (2 escravos).
Antônio Carvalho de Oliveira — Vila (9 escravos).
Jacinto Lopes — Vila — (1 escravo).

LIVRO N.º 2 — C-M-S — DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (*Capitação de escravos*):

*Rol dos escravos do distrito da Ponte, da Igreja Velha, de que é provedor Manuel Pereira Bahia (athe a ponte de João Velho Barreto)*

1721

| | |
|---|---|
| Bento Cardoso | 6 |
| Veríssimo da Costa | 12 |
| José Lopes Cerqueira | 4 |
| Micael Fernandes Silva | 9 |

| | |
|---|---|
| Antônio Pôrto | 9 |
| Miguel Francisco | 1 |
| João Roiz Pimentel | 12 |
| Alexandre Carvalho | 2 |
| Gonçalo de Oliveira Guimarães | 1 |
| Domingos Correia | 5 |
| Antônio Fero | 1 |
| Simão Gomes | 3 |
| José Rodrigues | 1 |
| Perpétua Félix (fôrra) | 3 |
| Antônio José Coutinho | 4 |
| Damásio Carvalho | 1 |
| André Frz. Pedra | 6 |
| Luiz Dias Santiago | 2 |
| João Batista | 2 |
| Cap.º Manuel Lopes Machado | 33 |
| João Velho de Melo | 1 |
| Miguel da Silva Rosado | 3 |
| Antônio Dias | 5 |
| Mel. Sá Gomes | 2 |
| Simão Antunes | 6 |
| Serafim de Sampaio | 3 |
| Manuel Gomes Valverde | 1 |
| Manuel Teixeira | 1 |
| João de Holanda Porto | 7 |
| Antônio Martins | 3 |
| Simão Roiz | 2 |
| Antônio Pereira | 3 |
| Bento Garcia | 2 |
| Antônio Francisco | 2 |
| José de Oliveira | 2 |
| Catarina Mendes | 2 |
| Manuel Muniz | 7 |
| Alexandre Afonso | 28 |
| Martinho Cardoso | 7 |
| Manuel Frz. Aleixo | 23 |
| João Gonçalves de Azevedo | 4 |
| Manuel Álvares Cardoso | 2 |
| Gaspar Pereira da Cunha | 11 |
| Paulo Pereira de Magalhães | 2 |
| Luzia (fôrra) | 4 |
| Antônio Roiz de Oliveira | 10 |
| Antônio Paulo dos Reis | 2 |
| Henrique de Abreu | 4 |
| Marta (fôrra) | 5 |
| Antônio Jorge da Cruz | 5 |
| Francisco Roiz da Cruz | 2 |
| Isabel (fôrra) | 1 |
| José Antunes Silva | 10 |
| José Antônio de Brito | 4 |
| Francisco Ferreira de Carvalho | 9 |

| | |
|---|---|
| Antônio de Souza Porto | 16 |
| Franc[a] de Azevedo | 5 |
| João Coelho Rosa | 12 |
| Antônio Duarte | 9 |
| Domingos de Vilas-Boas | 25 |
| Domingos de Morais | 2 |
| Dionísio da Silva | 15 |
| Simão Alvares | 1 |
| Manuel Soares | 5 |
| Maria Carvalho | 2 |
| Domingos Ferreira Parada | 2 |
| Antônio Gonçalves Varela | 3 |
| Pedro Ferreira de Azevedo | 4 |
| Antônio Álvares Coelho | 3 |
| Manuel da Costa Braga | 8 |
| Manuel de Sousa Pôrto | 2 |
| Domingos Barbosa | 10 |
| José Rodrigues | 3 |
| Francisco Xavier | 1 |
| João Barbosa de Oliveira | 4 |
| Ld[o] João Barbosa da Rocha | 1 |
| Clemente Ferreira | 1 |
| Manuel Ferreira Ribeiro | 4 |
| Bento de Sousa | 5 |
| Cap.[o] Lucas Roiz Machado | 42 |
| Bento de Sousa | 4 |
| Ten.-Cel. Antônio Pereira de Macedo | 45 |
| Matias Ribeiro | 3 |
| Cap.[o] André de Passos | 17 |
| Total em oitavas | 1.109,80 |

*Vendas e lojas no mesmo distrito:*

| | |
|---|---|
| Bento Cardoso Coimbra | 1 |
| José Lopes Cerqueira | ” |
| P. Michael Frz. Silva | ” |
| Gonçalo de Oliveira Guimarães | ” |
| Teresa (escrava) | ” |
| Domingos Afonso | ” |
| André Fer.[a] Pedra | ” |
| Antônio Dias | ” |
| Mel. de Sá Gomes | ” |
| Simão Antunes | ” |
| João de Oliveira Pôrto | ” |
| Antônio Moriz | ” |
| Simão Rodrigues | ” |
| Caetano Ferreira | ” |
| Bento Garcia | ” |
| José de Oliveira | ” |
| Manuel Ribeiro | ” |

| | |
|---|---|
| Manuel Alz. Cardoso | ” |
| Paulo Ferreira de Magalhães | ” |
| Agostinho Gonçalves | ” |
| Henrique d'Abreu | ” |
| Francisco Roiz da Cruz | ” |
| Manoel Soares | ” |
| Domingos Ferreira Parada | ” |
| Antônio Gonçalves Varela | ” |
| Pedro Ferreira de Azevedo | ” |
| João Américo | ” |
| Antônio Muniz Coelho | ” |
| Manuel da Costa Braga | ” |
| João Roiz da Serra | ” |
| Domingos Lopes de Almeida | ” |
| Manuel Ferra. | ” |
| Domingos Barbosa Malheiros | ” |
| João Batista | ” |
| Francisco Xavier | ” |
| Clemente Ferreira | ” |
| Manuel Ferreira Ribeiro | ” |
| Bento de Sousa Lopes | ” |
| Total das lojas em oitavas arrecadadas pelo Manuel Pereira da Rocha | s. m. 1.569 |

*Lista dos escravos da freguesia do Arrayal Velho, tirada por Antonio de Amorim Soares, êste ano de*

1721

| | |
|---|---|
| João de Araújo Ribeiro | 16 |
| Pedro de Araújo | 6 |
| João Correia Tavares | 2 |
| Domingos de Oliveira | 3 |
| Antônio da Silva | 1 |
| Anastácio Gomes da Costa | 2 |
| Antônia Mendes (fórra) | 8 |
| Manuel Gonçalves da Silva | 6 |
| Francisco Lopes Vilas-Boas | 3 |
| José Alves Lonhoso | 8 |
| João Vaz da Afonseca | 1 |
| Antônio Pereira de Sá | 1 |
| Luís Nunes Calado | 7 |
| Jerônimo Pinto de Magalhães | 22 |
| Em casa do dito | 7 |
| Antônio Roiz Chaves | 4 |
| Manuel Luís Ferreira | 10 |
| Manuel de Oliveira | 2 |
| José Vigia | 1 |
| Manuel Francisco Braga | 12 |
| José Correia Salazar | 2 |
| Catarina da Silva (fôrra) | 2 |

| | |
|---|---|
| Luci Rodrigues | 4 |
| Inês de Cerqueira | 2 |
| Antônio da Rocha | 2 |
| Manuel de Sousa Sá | 2 |
| S. m. João de Sousa | 30 |
| Cap.º José de Sousa Souto | 5 |
| João da Silva e Sousa | 2 |
| Francisco Gomes de Matos | 6 |
| Gabriel Coelho | 4 |
| Bento Rodrigues de Andrade | 43 |
| Francisco de Sá | 1 |
| Capitão Salvador Lopes de Magalhães | 30 |
| Tenente Lourenço de Oliveira | 15 |
| Manuel Roiz Lxª | 5 |
| Antônio da Silva Galvão | 18 |
| Lourenço Jorge Lxª | 7 |
| Bartolomeu Gonçalves | 2 |
| Francisco Pinto Leitão | 3 |
| Francisco Muniz | 6 |
| Hipólito de S. Payo | 6 |
| Baltasar Mendes | 2 |
| Garcia da Silva | 3 |
| Antônio Pinto Ferreira | 3 |
| Mel. Dias de Sá | 4 |
| Manuel Muniz de Meireles | 9 |
| S. m. Manoel Nunes | 10 |
| Francisco de Faria | 4 |
| Poseval da Silva | 9 |
| Mestre de Campo Antônio Pinto | 21 |
| Mestre de Campo André Gomes | 39 |
| Domingos do Rego | 8 |
| Gonçalo Fernandes da Silva | 8 |
| Antônio Francisco dos Santos | 2 |
| S. m. Luiz Tenório | 60 |
| Felipa de Azevedo | 4 |
| Antônia Francisca | 1 |
| Vitoriano Moreira | 4 |
| Gonçalo Pais | 5 |
| Luíza (fôrra) | 2 |
| João de Almeida | 3 |
| Antônio de Amorim | 16 |
| Antônio Roiz Alves | 4 |
| Soma a quota paga | 1.170 1/2 oitavas |

*Lançamento dos escravos do Distrito do Arraial da Igreja Matriz, de que é provedor da cobrança Miguel da Silva Pousada*

| | |
|---|---|
| José Fernandes da Costa | 7 |
| Antônio de Sousa Costa | 3 |
| Mel. da Silva de Andrade | 3 |
| João Pereira | 1 |

| | |
|---|---|
| Mel. da Rocha Vieira | 1 |
| Teresa de Jesus | 1 |
| Jorge Mendes Palmela | 2 |
| Gregório da Costa | 14 |
| Cap.º João de Sousa Neto | 30 |
| Manuel Gonçalves da Cruz | 4 |
| João Lopes Ribeiro | 2 |
| Luís Roiz Leão | 1 |
| João Ferreira Lima | 1 |
| Lucrécia (fôrra) | 1 |
| Diogo Tostes | 3 |
| Manuel Cabral de Sousa | 17 |
| Manuel Jorge | 6 |
| Antônio da Silva Marques | 6 |
| Antônio Pinto de Mendonça | 4 |
| João Ferreira Parada | 6 |
| Mel. Vieira Duarte | 2 |
| Miguel Duarte Peixoto | 4 |
| Antônio Ribeiro | 2 |
| Francisco Cortes | 1 |
| Domingos Simões | 2 |
| João de Souza Pereira | 5 |
| Agostinho da Costa Teixeira | 3 |
| Francisco de Sousa Moura | 6 |
| João Henriques | 4 |
| João Esteves Correia | 1 |
| Feliciano de Magalhães | 1 |
| Manuel Ferreira Tarris | 3 |
| Luzia de Abreu | 1 |
| Mel. Moreira | 6 |
| Luzia (fôrra) | 1 |
| Antônio Teixeira da Costa | 2 |
| Francisco Gonçalves Viana | 1 |
| Antônio Muniz Sampaio | 4 |
| José Pereira da Costa | 10 |
| João de Sousa Castro | 1 |
| Manuel Lopes do Rego | 3 |
| Domingos Dias de Figueiredo | 1 |
| Bartolomeu, fôrro | 1 |
| Margarida de Medeiros | 1 |
| Simão Nanes | 1 |
| Domingos Dias | 2 |
| Antônio Francisco dos Santos | 12 |
| Lourenço Botelho Fogaça | 1 |
| Amaro Soares Louzada | 18 |
| Diogo de Tôrres | 1 |
| Francisca da Silva (parda) | 1 |
| Tomé Alvares Guimarães | 1 |
| Manuel Ribeiro Mamede | 9 |
| Jorge Moreira de Vasconcelos | 8 |

| | |
|---|---|
| Bento da Silva Braga | 3 |
| Manuel Pinto Lobo | 1 |
| Luís Leite | 1 |
| Manuel Marques Cardoso | 1 |
| Mel. de Miranda Varela | 3 |
| Mel. Simões Tavora | 7 |
| Mel. Cardoso Arruda | 4 |
| José Muniz | 2 |
| Joana de Sousa | 4 |
| José Gomes da Mota | 10 |
| Pascoal da Costa | 1 |
| Antônio Leite Gez. | 15 |
| Luzia Pinto (fôrra) | 3 |
| Teresa Pinto (fôrra) | 1 |
| Mel. da Guerra e Mena | 8 |
| José Antônio | 4 |
| Maria da Cunha (fôrra) | 1 |
| Jacinto Pereira Vaz | 1 |
| João de Almeida Pôrto | 4 |
| João Gomes de Araújo | 3 |
| Felício Ribeiro | 4 |
| Mel. Nunes de Carvalho | 2 |
| Francisco Gonçalves Belém | 6 |
| Bernardo de Afonseca | 1 |
| João Rui da Mota | 3 |
| Antônio Marques | 3 |
| Mel. de Barros | 3 |
| João da Fonseca Barata | 5 |
| Mel. de Magalhães | 1 |
| Gualter Velho | 8 |
| José Gonçalves Ribeiro | 1 |
| João Gonçalves da Rocha. | 2 |
| Veríssimo Antunes | 1 |
| Rosa (fôrra) | 1 |
| Inocência de Cerqueira | 5 |
| Mel. de Sousa Sá | 5 |
| Domingos Ferreira da Costa | 6 |
| Domingos Mays | 2 |
| Maria de Campos (fôrra) | 1 |
| Mel. Carvalho Ribeiro | 3 |
| Manuel de Souza Pinto | 1 |
| Antônio Roiz Silva | 8 |
| João Lopes Pinto | 3 |
| Inácio de Leão | 3 |
| Bento de Sousa | 2 |
| Manuel Pinto de Barros | 19 |
| João Reis Creta | 3 |
| Antônio Gomes Coimbra | 4 |
| Inocêncio Gonçalves | 11 |
| Manuel Ribeiro | 13 |

| | |
|---|---|
| Antônio Gonçalves | 9 |
| Estevão de Barros | 4 |
| Domingos (ilegível) | 12 |
| Rodrigo Dias | 6 |
| Mel. de Araújo | 10 |
| Francisco Pereira da Silva | 2 |
| Soma, a pagar | 1.059 3/4 |

*Lojas e vendas do mesmo Distrito de Igreja Matriz:*

| | |
|---|---|
| José Gonçalves da Rocha | |
| Antônio Pereira Lage | |
| José Machado | |
| José Ferreira Parada | |
| João de Sousa Pereira | |
| Agostinho da Costa | |
| João Esteves | |
| Manoel Ferreira Parrio | |
| Antônio Ferreira Vaz | |
| Manuel Dias Ferreira | |
| Caetano de Oliveira | |
| João de Sousa | |
| Manoel Lopes do Rêgo | |
| Lourenço Botelho | |
| Tomé Alves | |
| Manuel Marques | |
| Pedro Coelho | |
| Bartolomeu de Azevedo | |
| Pascoal da Costa | |
| Antônio Leite | |
| Manuel Ferreira de Barros | |
| José Antônio | |
| Jacinto Pereira Vaz | |
| João Gomes de Araújo | |
| Felício Ribeiro | |
| José Gonçalves | |
| Maomé Carvalho | |
| Antônio Muniz Sampaio | |
| Manuel Pereira da Costa | |
| Antônio de Miranda | |
| João Jorge Nunes | |
| Francisco Muniz Côrtes | |
| João Ferrª dos Passos | |
| Antônio Teixeira Cobra | |
| Francisco Gonçalves Viana | |
| Domingos Dias de Figueiredo | |
| João Gomes (ilegível) | |
| Total da cobrança | 1.473 3/4 |

*Escravos de Possa Grande, de que é provedor o Capm. Manoel da Rocha Pimentel*

1720-1721

| | |
|---|---|
| Capitão Manuel da Rocha Pimentel | 20 |
| José Ferreira do Vale | 1 |
| Em moradas do Pe. Antº Fez. | 3 |
| Antônio Luiz Aleixo | 2 |
| Manuel da Silva Frazão | 1 |
| Manuel Viana Moreira | 12 |
| Gaspar Dutra | 1 |
| Mel. Miz Mascarenhas | 5 |
| Furriel Bento Ferreira Frazão | 8 |
| Romão Roiz | 1 |
| Antônio Pôrto Rabello | 2 |
| Mel. Alvares Santiago | 2 |
| Pedro Cardoso Pereira | 3 |
| Gonçalo Domingos | 5 |
| Domingos de Freitas Guimarães | 10 |
| Félix de Souza Pereira | 1 |
| Matias de Castro Pôrto | 3 |
| João Gomes | 1 |
| Manuel da Costa Pacheco | 1 |
| João de Paiva Rabelo | 1 |
| Alferes José Tavares | 22 |
| Matias da Costa Maciel | 27 |
| Alferes Miguel Perª Franco | 10 |
| Silvestre Pereira | 5 |
| Mel. Duarte do Crarto | 5 |
| Felício Gonçalves de Sousa | 18 |
| Cel. Antônio de Sá Barbosa | 51 |
| Sebastião Miz. do Couto | 2 |
| Cap.º-mor Mel. da Costa de Castro | 59 |
| João Pires de Carvalho | 1 |
| Gonçalo Nunes | 18 |
| Caetano Duarte | 12 |
| Joaquim Soares | 5 |
| João de Barros | 2 |
| Cap.º Mel. Miz Silva | 12 |
| Alferes Mel. de Souza Rêgo | 18 |
| João Batista | 1 |
| Luís Pereira | 5 |
| Miguel de Sousa | 3 |
| Manuel Machado | 1 |
| Miguel Tavares do Amaral | 4 |
| Miguel de Matos | 1 |
| José Roiz | 1 |
| João Pereira de Oliveira | 4 |
| Manuel Pereira de Oliveira | 6 |
| Domingos da Mota | 1 |

| | |
|---|---|
| Manuel Robulo | 2 |
| S. m. Antônio Marques | 5 |
| Veríssimo Correia da Costa | 4 |
| Te. Francisco Leite de Faria | 14 |
| Manuel Monteiro | 18 |
| Antônio Miz. Coelho | 1 |
| Manuel Álvares Teixeira | 10 |
| Felipe Barroso | 6 |
| Manuel Jorge | 1 |
| Simão Frez. da Silva | 13 |
| Estêvão Pereira | 6 |
| Simão Machado | 3 |
| Teodósio de Morais | 5 |
| Francisca da Cunha | 6 |
| Joaquim da Silva | 18 |
| Inácia (fôrra) | 1 |
| Isabel Sutil (sic) | 1 |
| Luzia da Silva | 1 |
| Maria Angola | 1 |
| Domingas (fôrra) | 1 |
| Isabelinha (fôrra) | 1 |
| Luzia (fôrra) | 1 |
| Manuel da Cunha | 4 |
| Eugênio Teles | 2 |
| Maria (fôrra) | 1 |
| Custódia Marques | 3 |
| Total a pagar | 1.105-8as |

*Lojas e vendas*:

| | |
|---|---|
| José Ferra do Vale | 1 |
| Antônio Luís Aleixo | 1 |
| Antônio da Silva | 1 |
| João de Paiva | 2 |
| Total | 1.110-8as |

Seguem-se Raposos, Rio das Velhas Acima, Congonhas, Curral d'El Rei.

LIVRO N.º 3 C.M.S. (*Cartas de aforamentos* — 1720-1742):

Fôlha:

"Aos 21 dias domes de Junho de 1723, nesta Vila Real, em cazas de mim Escrivão da Camara, abaixo nomeado, apareceu Manuel Antunes com hua petição com despacho dos Officiais da Camara e por ela constava haverem concedido ao Supp. 3 braças de terras para fazer huas cazas de vivenda, e por elle me foi dito que vinha assignar o termo no livro dos Foros, de que fiz estetermo, que assigna commigo

com hua Cruz por não saber ler nem escrever. — Antonio dos Passos Atahyde — Manoel Antunes."

Fl. 2: Em 6 de outubro de 1723, idêntica declaração, em favor de Manuel da Cruz, morador no arraial do Piolho.

Fl. 6: *Idem, idem,* "em favor de Manuel Ferreira, morador junto à Igreja Velha — 5 braças."

Fl. 8: Em 26 de julho de 1720, *idem, idem,* em favor de José Vieira, "para comprar huas cazas que constam de 2 braças de chãos no terreiro da Igreja matriz", assinado por êle José Francisco Gago.

Fl. 9: Em novembro de 1722, *idem, idem,* "a Antônio Teixeira Brataca, 3 braças".

Fl. 9 v.: Em dezembro de 22, "a José Ferreira da Costa, 3 braças no Tapanhuacanga".

Fl. 10: Em abril de 23, "3 braças a André Leal Pereira, nesta Vila."

Fl. 10 v.: Em 20 de fevereiro de 23, "4 braças a Manuel de Oliveira Campos, nesta Vila."

Fl. 11 v.: Em (ilegível), "a Manoel da Costa Barreto, 3 braças nesta Vila."

Fl. 12 v.: Em maio de 23, "a João da Silva, 4 braças, para fazer huas casas de vivenda nesta Vila."

Fl. 13: Em maio de 23, "a Anastácio da Silva, hua braça, na rua do Fogo."

Fl. 13 v.: Em 23 de junho de 23, "a José Correia, 4 braças, nesta Vila."

Fl. 14: Em 30 de junho de 23, "a Manoel Ferreira Bezerra, 3 braças, nesta Vila."

Fl. 14 v.: Em 15 de maio de 23, "a Micael Fernandes, 3 braças junto ao córrego do padre Marcos."

Fl. 15: Em 3 de junho de 23, "a Clemente Ferreira, 3 braças, nesta Vila."

Fl. 15 v.: Em 1 de agôsto, "ao mestre ferrador João Mendes, 3 braças."

Fl. 10: Em 10 de julho de 1722, *idem, idem,* "em favor de Manuel Cardoso Arruda de 10 braças de terrenos aforadas à Câmara, nas cazas onde mora."

Fl. 10 v.: Em 3 de maio de 22, *idem, idem,* "a José da Silva Muniz, 3 braças de chãos no Morro, desta Vila."

Fl. 15 v.: Em 11 de novembro de 22, *idem, idem,* "a Antônio Gonçalves, 4 braças para fazer huas cazas junto á ponte do Cabral."

Fl. 16 v.: Em 20 de junho de 23, *idem, idem,* "a MATIAS CARDOSO DE ALMEIDA, 3 braças, em Tapanhuacanga."

Fl. 16 v.: Em 27 de janeiro de 23, *idem, idem,* "a Duarte Ferreira, ferrador, 3 braças para fazer huas cazas, da outra banda do rio Sabará."

Fl. 17: Em 15 de fevereiro de 23, *idem, idem,* "a Manuel Rodrigo de Aguiar, 4 braças nesta Villa."

Fl. 17 v.: Em 15 de fevereiro de 23, *idem, idem,* "4 braças a João Jorge Portela, para fazer cazas, nesta Villa."

Fl. 18: Em 11 de janeiro de 23, "a JOÃO GOMES DE ARAÚJO, 3 braças para fazer huas cazas, nesta Villa."

Fl. 18: Em 24 de fevereiro de 23, "a Manuel Pinto de Sousa, 3 braças nesta Villa."

Fl. 18 v.: Em 1 de janeiro de 23, "a Bento de Sousa, 4 braças de chãos, junto á ponte de João Velho Barreto."

Fl. 19: Em 15 de janeiro de 22, "a João de Oliveira, 2 braças para fazer cazas, nesta Vila."

Fl. 20: Em 27 de fevereiro, "a Geraldo Gomes, 6 braças, nesta Vila."

Fl. 21: Em 8 de abril de 22, "a Antônio Ferreira, 3 braças, adiante da ponte do Sabará."

Fl. 21 v.: Em 18 de abril de 24, "a Jerônimo Gonçalves de Almeida, 3 braças para fazer casas, nesta Vila."

Fl. 22: Em abril de 24, êste têrmo:

> *Os officiais da Camara que servimos o presente anno nesta Real Villa de Nossa Senhora da Conceição do Sabará & Fazemos saber aos que este nosso Alvará de doação virem que a Nós enviou a dizer por sua Petição Francisco da Guerra Loubato, que ele era possuidor de huma casa de capim muito antiga, antes de ser Villa, por cuja razão lhe concederam 6 braças de Chãos os antecessores que servirão neste Senado, cujos documentos o conservam na posse antiga, de 6 braças de chãos, para levantar as suas cazas, na Barra, desta Villa, e por não estar registrada, pedia etc.*

Fl. 22 v.: Em 12 de junho de 24, "a Silvestre Peixoto, 6 braças, para fazer casas nesta Vila."

Fl. 23, em 3 de fevereiro de 26, "ao Revmo. padre Manuel Nunes Neto, 2 braças na rua do Bom-Retiro, acima da ponte do Sabará, para levantar huas cazas."

Fl. 23 v., o seguinte têrmo:

> *Diz Manuel Fernandes Neves, morador nesta Vila, que ele supp. he possuidor de 3 moradas de cazas, de que está pagando fóros a este Senado e que no ano de 1715 por huma petição que fez aos senhores camaristas que então servião, em como queria levantar huas cazas no logar onde se tinha queimado outra caza já existente antes de ser Villa, pedia etc.*

Fl. 24, êste têrmo:

> *Diz Francisco de Oliveira que elle possue huma morada de cazas nesta Villa vinda para elle de compra que fez a Francisco Antonio Gonçalves, porque as ditas cazas foram*

*feitas em huns chãos concedidos por este Senado livres de fóros, por serem cazas antes de se levantar a Villa, por cujo respeito etc.*

Fl. 24 v.: Em 10 de junho de 26, "4 braças concedidas a Antônio Gonçalves Fernandes, nesta Vila."

Fl. 24 v.: Em 10 de junho de 26, "5 braças concedidas a Domingos (ilegível) nesta Vila."

Fl. 25: Em 10 de maio de 22, "20 braças ao capitão Manuel Gonçalves Soares de Moura, nesta Villa."

Fl. 25: Em 26 de setembro de 26, "a Francisco de Sousa, 4 braças nesta Vila."

Fl. 25 v.: Em 20 de outubro de 26, "a Manuel Teixeira dos Santos, morador no arraial do Piolho, por huas cazas compradas ao padre Manuel Vidigal."

Fl. 26: Em 1727, "6 braças a Domingas Gonçalves preta fôrra, no Caquende."

Fl. 26 (sem data): "a Domingos de Castro, 4 braças junto á ponte da Barra, pegado ao Passo."

Fl. 26 v.: Em 27, "a Manuel de Albuquerque, 4 braças para fazer huas cazas na rua do Fogo."

Fl. 27: Em 1729, "2 braças a Antônio Gonçalves debaixo do Morro, desta Vila."

Fl. 27 v.: Em 1729, "3 braças a Pascoal da Rocha, no Caminho Novo."

Fl. 28 v.: Em 1 de novembro de 29, "ao padre Felix de Oliveira, 3 braças na passagem do arraial de João de Sousa Neto."

Fl. 28 v.: Em 3 de julho de 1732, "2 braças a Felipe de Oliveira, na rua do Caquende."

Fl. 29: Em 30 de janeiro de 1730, "1 braça a Manoel Jorge, morador na Praça, desta Villa."

Fl. 29 v.: Em 1730, "a MANOEL JOSÉ LIXA" (o resto ilegível).

Fl. 30: Em 30 de janeiro de 34, "16 braças no campo defronte dos Currais onde se mata o gado, a Manuel Duarte Lessa, para fazer huas casas de vivenda."

Fl. 31: Em 30 de janeiro de 1734, "4 braças na rua do Caquende, a Manuel Leitão Cardoso."

Fl. 31 v.: "a Rafael Freire da Silva" (o resto ilegível).

Fl. 32: Em 13 de fevereiro de 34, "a Domingos Luiz Vale, morador na Barra, oficial de carpinteiro, 3 braças."

Fl. 33: Em 13 de fevereiro de 34, "ao mesmo, 3 braças na rua do Caquende."

Fl. 34: Em 13 de fevereiro de 34, "a José Francisco Penha, 3 braças na rua do Caquende."

Fl. 35: Em 20 de fevereiro de 34, "ao padre Domingos Rodrigues da Cruz, 6 braças em frente às casas em que vive e que divide a rua em meio para a parte do rio."

Fl. 36: Em 20 de março de 34, "a Jacinto de Barros Nogueira, 6 braças em frente ás cazas em que mora Jerônimo da Costa, indo pelo beco que sahe para o Campo pela rua Direita da Cadeya."

Fl. 37: Em 29 de março de 34, "a Inocência de Siqueira Távora, moradora junto da Igreja Matriz na rua de Cima, 2 braças e meia junto ao seu quintal."

Fl. 38 (ilegível): "1 braça a Raimundo Mendes Pereira, perto do beco que vai para a Cadeya."

Fl. 39 (ilegível): "a Antônio Correia Armonde."

Fl. 40: Em 4 de maio de 34, "a Bento da Silveira, 6 braças no largo da Igreja Grande."

Fl. 41: Em 9 de (ilegível), "9 braças a Melchior Cardoso de Cerqueira Rezende, na rua do Caquende."

Fl. 42 (daí por diante não se consignam as datas) — "4 braças a Manuel Antunes Viana, morador perto da ponte do rio das Velhas, nesta Villa."

Fl. 43: "3 braças a José Fernandes Teixeira, entre as cazas de Domingos de Castro e de Francisco Marques."

Fl. 44: "Nicolau da Silva Carvalho, 4 braças na rua Direyta."

Fl. 45: "Dr. Francisco de Brito Maia, 10 braças na rua Direyta."

Fl. 46: "Antônio da Borba Lima, 10 braças nas Mamoneiras."

Fl. 47: "Manuel Domingos, 6 braças na rua Direyta."

Fl. 48: "Teotônio Martins, 3 braças na rua Direyta."

Fl. 49: "José da Costa Pôrto, 2 braças na rua do Fogo."

Fl. 50: "Manuel Moreira Leitão, uma braça no largo da Igreja."

Fl. 51. "Matias de Brito, 4 braças nesta Vila."

Fl. 52: "João de Sousa Barroso, 6 braças nesta Vila."

Fl. 53: "Manuel Antônio, 4 braças na Lagoa."

Fl. 54: "Francisco Pereira Pinto, 5 braças no Caquende."

Fl. 55: "João Cardoso, mestre cutileiro, 3 braças na rua Direyta."

Fl. 56: "Domingos da Costa Loureiro, 6 braças ao longo do córrego."

Fl. 57: "Antônio de Barros Teixeira, 4 braças junto ao córrego."

Fl. 58: "Antônio Gonçalves, junto à ponte da Lagoa."

Fl. 59: "João de Barros Trovão, 4 braças na rua do Fogo."

Fl. 60: "Francisco Magalhães de Azevedo, 4 braças na rua Direyta."

Fl. 61: "Antônio Soares Pereira, 11 braças na rua do Fogo."

Fl. 62: "Caetano Gomes de Lima, 20 braças no arraial do Piolho."

Fl. 63: "Antônio Gomes dos Santos, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 64: "João Ribeiro Guimarães, 2 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 65: "João Ferreira dos Santos, 8 braças nesta Vila" (mestre carpinteiro).

Fl. 66: "Manuel da Silva, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 67: "Manuel Duarte Lessa, 3 braças no Caquende."

Fl. 68: "Alferes André Francisco Braga, 5 braças no arraial da Igreja Grande."

Fl. 69: "Jerônimo Rodrigues Guimarães, 3 braças na Lagoa."

Fl. 70: "Manuel Francisco Jardim, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 72: "Antônio Pereira de Melo, 3 braças no Beco do Jogo."

Fl. 73: "Manuel Gomes da Mota, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 74 "Caetano Gomes de Lima, 6 braças na ponte de João Velho Barreto."

Fl. 75: "Maria de Jesus, 2 1/2 no Tapanhuacanga."

Fl. 76: "Manuel Gonçalves, 3 braças no arraial do Piolho."

Fl. 77: "José Fernandes, 3 braças junto ao córrego do padre Marcos."

Fl. 78: "Antônio de Barros Teixeira, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 79: "Brites Pereira, preta fôrra, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 80: Inácio Pereira Guimarães, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 81: "Antônio Gonçalves, 3 braças na Lagoa."

Fl. 82: "Agostinho de Lemos Ribeiro, 6 braças nas Mamoneiras."

Fl. 83: "Manuel Rodrigues de Almeida, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 84: "José Ferreira da Fonseca, 3 braças nesta Vila, entre as cazas em que vive e as de Francisco Gonçalves de Andrade."

Fl. 85: "Manuel Nunes, 3 braças na rua Direyta."

1735

Fl. 86: "Antônio Mendes de Almeida, 2 1/2 braças no arraial do Piolho."

Fl. 87: "Tomé Ribeiro Leme, 5 1/2 braças no largo da Matriz."

Fl. 88: "Teodósio de Sousa, 2 1/2 braças no largo da Matriz."

Fl. 89: "Domingos Dias Tôrres, 3 braças na rua do Caquende."

Fl. 90: "Manuel Gonçalves Gomes, 3 braças na rua do Caquende."

Fl. 91: "Manuel Alves Sobreira, 3 braças no Caquende."

1736

Fl. 92: "Gonçalo João Sobreira, 3 braças na Lagoa."

Fl. 93: "Diogo Martins, 3 braças no Morro."

Fl. 94: "Anna de Oliveira, preta fôrra, 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 95 "Manoel da Costa Braga, 6 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 96: "Francisco Borges, 3 braças na Lagoa."

Fl. 97: "Melchior Cardoso de Siqueira 3 braças no Tapanhuacanga."

Fl. 98: "O mesmo (ilegível).

Fl. 99: "Marçal Duarte Lelis, 3 braças no Caquende."
Fl. 100: (ilegível).
Fl. 101: "Antônio Pereira Machado, 4 braças nesta Vila."
Fl. 102: (ilegível).
Fl. 103: "Caetano Soares Marques, 3 braças nesta Vila."
Fl. 104: "Baltasar Gomes Guimarães, 3 braças nesta Vila."
Fl. 105: "Manuel Gonçalves, 3 braças nesta Vila."
Fl. 106: "Jerônimo Rodrigues Guimarães, 3 braças junto ao córrego do padre Marcos."
Fl. 107: Francisco Jorge Aires, 3 braças no Caquende."
Fl. 108: O mesmo (ilegível).
Fl. 109: "Manuel Francisco Pinto, 3 braças no Caquende."
Fl. 110: "Domingos Vieira de Sousa, 5 braças no Caquende"
Fl. 111: "Joana de Sousa, 2 braças nesta Vila."
Fl. 112: "Domingos Alves Fiusa, 2 braças na Igreja Velha."
Fl. 113: "Muniz José Felicíssimo, 2 braças na Igreja Velha."
Fl. 114: "Luzia Pereira de Avelar, preta fôrra, 8 braças na Barra."
Fl. 115: "Antônio Pereira Machado, 2 braças na rua Direyta."

1739

Fl. 116: "Francisco Ferreira da Silva, 3 braças na rua Direyta."
Fl. 117 "João Fernandes Gonçalves, 2 braças na Igreja Grande."
Fl. 118: "Veríssimo Vieira da Mota, 5 braças na Igreja Grande."
Fl. 119: "João José Gonçalves, 3 braças na Igreja Grande."
Fl. 120: "Alferes André Francisco Braga, 2 braças na rua da Igreja Matriz."
Fl. 121: "Manuel Gomes Sampaio, 8 braças, na rua da Matriz."
Fl. 122: "Antônio José Machado de Araújo, 3 braças nesta Vila."
Fl. 123: "João Gorizertino (*sic*), 1 braça nesta Vila."
Fl. 124: "Domingos do Rosário Varela, 5 braças nesta Vila."
Fl. 125: "Padre Manuel Cardia Peixoto, 6 braças nesta Vila."
Fl. 126: "Francisco Vieira Rabelo, 5 braças, no córrego de João de Sousa Matos."
Fl. 127: "Rosa Sampaio, 4 braças nesta Vila."
Fl. 128: "Antônio de Barros Moreira, 3 braças na Barra."
Fl. 129: "FRANCISCO HOMEM D'EL-REY, 3 braças na Lapa."
Fl. 130: "Francisco Xavier da Costa, 8 braças na Vila."
Fl. 131: "Felipe de Siqueira, 4 braças na Vila."
Fl. 132: "Padre Manuel Cardia Peixoto, 3 braças na Vila."
Fl. 133: "Francisco Ferreira Ribeiro, 3 braças na Vila."
Fl. 134: "Antônio Ribeiro de Sousa, 2 braças na Vila."
Fl. 135: "Manuel Maciel, 7 braças na Vila."

Fl. 136: "Lourenço Ferreira da Silva, 15 braças na rua do Fogo."
Fl. 137: "Marçal Duarte Lessa, 4 braças na rua Direyta."

1740

Fl. 138: "Domingos Muniz Chaves, 8 braças na rua Direita."
Fl. 139: "Braz Gonçalves da Mota, 8 braças na Vila."
Fl. 140: "José da Costa Pôrto, 11 braças na Vila."
Fl. 142: "Pascoal da Rocha Clemente, 8 braças no Caminho Novo."
Fl. 143 v.: "Domingos do Rosário Varela, 3 braças na Vila."
Fl. 144 v.: O mesmo.
Fl. 145 v.: O mesmo.
Fl. 146 v.: "Manuel Gonçalves Vieira, 3 braças na Vila."
Fl. 147 v.: "Antônio de Sousa Fernandes, 9 braças junto aos Quartéis da Intendência."
Fl. 148 v.: "Antônio Francisco da Silva, 6 braças na rua do Fogo."
Fl. 149 v.: "Manuel Antunes Viana, 4 braças na rua do Fogo."
Fl. 150 v.: "Francisco Belchior de Amorim, 4 braças na Vila."
Fl. 151 v.: "Domingos Fernandes, 5 braças na Barra."
Fl. 152 v.: Antônio da Mota, 3 braças na Igreja Grande."
Fl. 153: "João Pacheco Monteiro, 6 braças na Vila."
Fl. 155: "Manuel Pereira da Cunha, 4 braças na rua do Fogo."
Fl. 156: "Manuel Gomes de Sampaio, 4 braças na Vila."
Fl. 157: "Manuel Gonçalves Pereira, 3 braças na Vila."
Fl. 158: "Manuel Pereira da Cunha, 5 braças na Vila."
Fl. 159: "Antônio de Barros Moreira, 2 braças na Vila."
Fl. 160: "João Rodrigues de Barros, 4 braças na Vila."
Fl. 161: "Manuel Vidal da Cunha, 3 braças na Vila."
Fl. 162: "Manuel Antunes Viana, 6 braças na Vila."

1741

Fl. 163 v.: "Manuel Francisco da Trindade, 6 braças na rua do Fogo."
Fl. 164 v.: "Luís Pereira dos Santos, 6 braças no Tapanhuacanga."
Fl. 165 v.: "Pedro Ribeiro de Araújo, 3 braças na rua das Bananeiras.
Fl. 167 v.: "Andreza de Sousa, 3 braças na rua do Piolho."
Fl. 166 v.: "Manuel Pereira da Cunha, 2 braças na rua do Fogo."
Fl. 168 v.: "Antônio de Sousa, 3 braças na rua de Baixo."
Fl. 169 v.: "Francisco Vieira, 3 braças na Lagoa."
Fl. 170 v.: (ilegível).
Fl. 171 v.: (ilegível).

(Seguem-se algumas fôlhas ilegíveis).

LIVRO N.º 9 C.M.S. — (*Arrematação e medição de datas minerais*)

1736-1738

Fl. 5: "A Manoel de Oliveira Cunha — no Arraial Velho."
Fl. 5: "A José de Sousa Araújo, no Arraial Velho."
Fl. 5: "A Manuel Pereira Guimarães, idem."
Fl. 6: "A Bento Barbosa da Silva, idem."
Fl. 6 v.: "A Jacinto de Sá Barreto, idem."
Fl. 7: "A Joaquim Soares de Meireles, idem."
Fl. 8: "A Francisco da Rocha Leme, idem."
Fl. 8 v.: "A Francisco de Carvalho, idem."
Fl. 9: "A José de Meireles, idem."
Fl. 10: "A Antônio Fernandes Volante, idem."
Fl. 10 v.: "A João da Rocha Dante, idem.'
Fl. 11: "A Antônio dos Santos, idem."
Fl. 11 v.: "A Manoel Gomes da Rocha, idem."
Fl. 12: "A Manuel Ferreira Fróes, no Pissarrão."
Fl. 16: "A Pedro de Almeida Diniz, no Arraial Velho."
Fl. 19 v.: "A Felício Gonçalves de Sousa, no Arraial Velho."
Fl. 21 v.: "A Francisco Xavier Alvares Pereira, em Santo Antonio da Mouraria do Arraial Velho."
Fl. 22: "A Manuel Alvares de Oliveira, no Arraial Velho de Santo Antônio da Mouraria."

SALOMÃO DE VASCONCELLOS

# A CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO E SUAS IGREJAS EM PERNAMBUCO

Em 1654 exercia as funções de confessor, capelão e pregador da Côrte de D. João IV em Lisboa um piedoso sacerdote natural da ilha de S. Miguel, nos Açores, e que se chamava padre Bartolomeu do Quental.

Não nascera, porém, o padre Quental para os luzimentos de uma Côrte, nem certamente nela se deu bem, pois que em 1659 reuniu outros padres para se constituirem em congregação sob a regra de São Felipe Néri.

Entre êles se encontrava o padre João Duarte do Sacramento, credenciário da Capela Real, além de outros sacerdotes diretamente ligados aos serviços religiosos do rei de Portugal.

Recebia a nova congregação o título de Nossa Senhora das Saudades.

Mal ensaiava a nova confraria seus primeiros atos de estabelecimento, quando chegaram notícias de Pernambuco sôbre a indigência de sacerdotes nas terras que o herege holandês ocupara tanto tempo, cujos moradores andavam vivendo animalmente, sem assistência espiritual e entregues a uma existência fora dos paradigmas que deviam governar os espíritos cristãos.

Ouvindo tais narrativas de pessoas que do Brasil iam à Côrte de Lisboa, moveu-se a piedade do padre João Duarte do Sacramento, que logo deixou as galas do serviço régio, embarcando-se para Pernambuco, em companhia de outro sacerdote o padre João Rodrigues Vitória.

Chegaram ao Brasil êsses dois abnegados sacerdotes nos fins do ano de 1659, iniciando desde logo o piedoso mister que lhes fizera abandonar a Côrte Real pelas terras selvagens do novo mundo.

Obtidas as licenças necessárias, começaram as prédicas religiosas, a confessar e a socorrer doentes e abandonados, não só no Recife e Olinda mas também nos matos e sertões, fundando aldeias e batizando gentios que atraíam à fé católica pelo seu zêlo apostólico.

Reconhecendo a enormidade da tarefa apostólica que tinham diante de si, e que exigiria esforços de número maior de operários de Cristo, resolveu o padre João Duarte do Sacramento fundar um recolhimento ou congregação onde se formassem missionários, e que servisse de base e descanso para as expedições missionárias, e de pouso para os que delas regressassem fatigados ou doentes.

Requereu então o padre Sacramento ao Vigário Geral da Diocese que lhe fôsse consignada alguma ermida, juntando ao seu pedido um breve regulamento no qual se estipulavam as obrigações que haveriam de assumir os que voluntàriamente ingressassem no projetado sodalício.

Concordou o Vigário Geral com os propósitos do padre João do Sacramento, e ofereceu-lhe para escolha a ermida de São João, sita na cidade de Olinda, a de Nossa Senhora de Guadalupe, junto à mesma cidade, e a de Santo Amaro, distante meia légua. Por ser esta a mais retirada, e portanto mais tranquila, a sua situação, foi a escolhida pelo padre Sacramento.

Segundo se lê na crônica da Ordem foi a dita ermida, de acôrdo com a preferência que lhe foi dada, concedida pelo Vigário Geral e Provisor, que era o Dr. Antônio Velho da Gama. O vigário licenciado padre Manuel Ferreira Nunes, concordou prazeirosamente com a medida, desistindo de sua jurisdição. Diz a crônica que *Santo Amaro dando-se por obrigado desta ação* (do vigário Nunes) *lhe satisfez livrando-o no seu mesmo dia de um tiro de bacamarte que aleivosamente lhe atiraram de noite pela sua janela.*

Concordou também com o ajuste o ermitão estabelecido em Santo Amaro, conhecido como "o Montes Claros", e que passou a ajudar os novos ocupantes.

O padre Sacramento e seu companheiro João Rodrigues Vitória tomaram posse da ermida no ano de 1662 (1), ampliando-a com alguns cômodos construídos de pau a pique e barro. Em agôsto do citado ano, foram os dois sacerdotes habitar a casa, principiando assim a desejada fundação, tomando o padre Sacramento o hábito de congregado por suas próprias mãos e o impondo ao seu companheiro. Era a roupeta de pano de serrapilheira parda, cingida por uma correia sem voltas. Usavam na cabeça um barrete de quatro cantos. Não havendo ainda nesse tempo bispo em Pernambuco, e estando em sede vacante o Bispado da Baía, por falecimento de D. Pedro da Silva e S. Paio, sétimo bispo daquela diocese, recorreu o padre Sacramento ao Cabido, rogando-lhe confirmasse a licença da Congregação que fundara, bem como os estatutos, até que tais providências pudessem ser rogadas diretamente à Santa Sé Apostólica.

Segundo os assentos da Congregação, *já em a cidade da Bahia estavam todos certificados do bem que lograva Pernambuco e do superior talento e virtudes daqueles missionários de Cristo; mas por não faltarem aos têrmos ordinários expediu aquêle advertido e prudente Cabido várias ordens para que o seu Provisor e Vigário Geral em Pernambuco, o Dr. Antônio Velho da Gama, tirasse uma jurídica informação pelas pessoas mais qualificadas, do procedimento e prendas do novo fundador e companheiro e das conveniências que teria a Congregação que fundavam, encarregando outrossim a todos os prelados das Religiões que o informassem por certidão do conceito que formavam nesta matéria. Assim se fêz esta diligência em novembro de 1663 com tanto lustre e crédito dos nossos padres que geralmente os publicavam por santos, jurando ser convenientíssima a fundação e que de tão conhecido zêlo e virtude seguramente se esperava o fruto das almas mais copioso. E tais foram os elogios dos prelados das Religiões, do Governador, da Câmara e mais pessoas principais que parece não achavam têrmos equivalentes pelo muito que se achavam obrigados a dizer.*

---

(1) Ou 1667, segundo frei Bonifácio Mueller, *"Olinda e suas igrejas"*.

*O traslado jurídico dos ditos informes se acha em nosso cartório do Recife.*

Diante do processado, concedeu o Cabido a licença pleiteada e aprovou os estatutos, *ad instar* do pronunciamento da Santa Sé.

Vamos agora, de acôrdo com as informações dos assentos da Congregação, tentar descrever o Convento de Nossa Senhora da Encarnação, matriz da Congregação do Oratório no Brasil.

Como já ficou dito, era a capela de Santo Amaro modesta ermida situada a meia légua de Olinda, e dispunha apenas do *cômodo onde habitava o ermitão Montes Claros.* (2) Em pouco tempo, com esmolas obtidas de pobres e ricos, o padre Sacramento logrou aumentar a igreja e construir em tôrno dela um pequeno convento. Para isso muito concorreram o governador Francisco de Brito Freire, o mestre de campo D. João de Sousa, João Batista Pereira, o padre Domingos Gonçalves, e Domingos Monteiro, para só falar dos principais.

Nos livros da Congregação assim se descreve o convento de Santo Amaro:

> "Está o dito templo edificado em a planície de um elevado e vistoso monte, do qual se descobre não só a maior parte da cidade de Olinda e de tôda a vila do Recife, légua e meia distante, mas também se divisa a Barra, e quantos navios aparecem, assim do Norte como do Sul, aumentando-se a recreação com os vistosos arvoredos e frescas roças, que, por ficarem em baixo circunvizinhas, são dominadas daquele monte, quanto os olhos podem dar alcance. Não era mui dilatada a área do edifício mas para êle bastantemente acomodado."
>
> "Vencida a subida do outeiro, ainda se sobem três degraus para o átrio do templo; tem o dito átrio de cumprimento 124 pés e 55 de largo com seus assentos pelas duas partes que descobrem o caminho e fronteira da igreja, porque da outra fica o muro do Convento e fizeram também no seu

(2) A ermida ocupada pelos oratorianos — Santo Amaro d'Água Fria — não deve ser confundida com a de Santo Amaro das Salinas, ainda aberta ao culto. (N. da R.)

lugar assentos. Ocupa o meio do átrio um cruzeiro sôbre três degraus, pouco suntuoso mais muito devoto. Defronte dêle fica a igreja com seu proporcionado alpendre que serve de disfarçar assim o pouco dilatado do templo, como de abrigar os roceiros, que a horas improporcionadas chegam a venerar aquela casa de devoção. Tem uma só porta e sôbre ela um devoto nicho de Santo Amaro e das bandas duas janelas com suas grades de ferro, as quais ficam dentro do mesmo alpendre. Compreende a igreja 48 palmos de comprido e 30 de largo com duas janelas no côro e uma tribuna defronte do púlpito para assistência dos Governadores ou alguma pessoa principal. Tem a capela-mor 16 palmos em quadra, ázulejada de azul e branco do antigo. Do pavimento se sobem para o altar três degraus cercados de suas grades de pau prêto perfilado de ouro. Antigamente teve um retábulo dourado que foi o primeiro que se viu em Pernambuco e pela consumpção da madeira se veio a tirar, suprindo hoje as suas vêzes, algumas pinturas que se fizeram. Na bôca da tribuna e meio do retábulo estava uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação; em dois nichos ou arcos que tinha por bandas, se viam, da parte do Evangelho, colocadas as imagens de S. Pedro e Santo Amaro, e da Epístola, São Cosme e São Damião, perfeitas e mui milagrosas, como publicam os continuados romeiros que a elas recorrem pela saúde que pretendem uns e conseguem outros, deixando pendentes nas paredes os sinais dos alcançados benefícios. Tem dois altares colaterais sòmente, em um dos quais se venera uma primorosa pintura de Nossa Senhora da Soledade e no outro o retrato de S. Miguel e Almas do Purgatório, com seus crucifixos de marfim etc. Tem no cruzeiro duas portas, uma que serve de serventia para a sacristia, e outra que vai ter ao claustro interno. Neste cruzeiro entre as duas grades se divisam, duas campas de sepultura com epitáfios e armas seguintes: a que está da parte do Evangelho diz assim: "Aqui jaz D. Manoel Pessoa de Figueiredo, Prelado e Administrador

que foi do Rio de Janeiro, Presbítero desta Congregação do Oratório do Brasil. Faleceu nesta Casa de Santo Amaro aos 28 de agôsto de 1673." Tem por armas um chapéu de Bispo com suas borlas e por baixo cinco fôlhas de figueira em um escudo. A outra campa que está da parte da Epístola tem a seguinte inscrição: "Aqui jaz Fernando de Sousa Coutinho, Governador que foi desta Capitania de Pernambuco, Irmão desta Congregação do Oratório do Brasil. Faleceu nesta Casa de Santo Amaro aos 16 de Janeiro de 1664. Pede um Padre Nosso e Ave Maria pelo amor de Deus." Tem por armas um escudo repartido em quatro partes das quais duas ocupam as cinco quinas de Portugal e duas dois leões.

Êstes sujeitos se intitulam congregados porque alcançando em vida Carta de Irmandade desta Congregação, em suas últimas doenças recolhidos a Santo Amaro tomaram a roupeta e com ela morreram.

Também no corpo da igreja se acha da parte esquerda junto à grade uma campa pequena com êste título: *Sepultura do licenciado Domingos Monteiro de Oliveira e de sua mulher e herdeiros. Anno de 1678.*

Não contém mais esta igreja de Santo Amaro. Não falamos do fôrro da igreja por não conter cousa especial e era toda forrada de estuque que êste era também o fôrro da sacristia e da mesma maneira o dos corredores e maior parte dos cubículos. Ao lado esquerdo da igreja está encostada a sacristia bastantemente espaçosa com um caixão e armário de jacarandá com seu lavatório de pedra de feitio ordinário... Tem duas janelas que recebem luz de um claustrozinho que lhe fica contíguo e neste a portaria com entrada mui vistosa e alegre. Da parte direita da igreja fica um corredor que servia de noviciado porque o outro que fica por detrás da igreja era habitação da mais comunidade. Por baixo dêstes, estavam as oficinas precisas ao Convento com saída para outro claustro com vários nichos e imagens de devoção para que em tôda a parte tivessem os congregados desper-

tadores que lhes elevassem as potências ao emprêgo do Criador. Os cubículos não passavam de doze palmos de comprido e oito de largo, sem mais aderêço do que uma pequena barra, uma tábua pregada na parede em lugar de mesa e um banquinho em que se sentavam; só excediam esta regra um grande cubículo que intitulavam a Casa do Bispo por ser onde se recolhia quando lá ia, e mais três que serviam para os hóspedes os quais sem turbação da comunidade tinham serventia pelo claustro da portaria. Tudo com tanto asseio e pinturas que quantos ali entravam se não podiam apartar e interiormente se confessavam recolhidos e devotos. A cêrca era espaçosa e tôda murada, adornada de muitas arvores frutíferas e variedade de flores que permite o terreno e neste jardim se deram em Pernambuco os primeiros jasmins e esponjas que de Portugal vieram de mimo ao Governador João Fernandes Vieira que os ofertou a Santo Amaro. Nisto se cifrava tôda a fábrica do templo e convento de Santo Amaro, sendo a maior parte feita de barro e adôbes, sòmente com o reboque da cal, razão porque teve pouca permanência e já hoje se divisam algumas ruínas porém não chegaram as esmolas para mais despesa e suntuosidade."

Regularmente instalados na Casa que se acabou de descrever, cuidaram os componentes da nova Congregação de regularizar canônicamente o sodalício, mandando a Roma, como seu deputado, o padre João Rodrigues Vitória, para que obtivesse da Santa Sé a aprovação definitiva, bem como a filiação ao instituto de São Felipe Néri. Passando por Lisboa, lá encontrou êle o emissário de Pernambuco, seu antigo amigo e companheiro, padre Bartolomeu do Quental, que terminava a organização do ramo português da Congregação do Oratório e cuidava também de igual medida para sua instituição. Ficou o padre Vitória com sua missão acrescida, pois o padre Bartolomeu do Quental lhe deu ainda a de impetrar, também para os novos congregados de Portugal, a mesma aprovação que o emissário de Pernambuco ia buscar para os do Brasil.

Conseguiu o emissário obter o procurado. Foi bem acolhido em Roma, tendo a Santa Sé, pelo Breve de 17 de julho de 1671 — *Ex injuncto nobis coelitres*, etc. — aprovado as duas congregações, subordinando-as à regra de São Felipe Néri, concedendo indulgências plenárias e enriquecendo a casa de Santo Amaro com valiosas relíquias.

Nascidas independentes, embora oriundas de uma mesma inspiração, em pouco verificaram os religiosos de Pernambuco que não poderiam viver sós num país deserto e onde as vocações eram raras por serem escassos os elementos europeus ou de raça européia, capazes dos sacrifícios da vida religiosa. Trataram então de abdicar da independência, em troca do socorro que lhes viria de uma incorporação ao instituto do padre Bartolomeu do Quental. Foram enviados à metrópole com poderes de procuradores dois padres que chegaram a Lisboa em 29 de março de 1686 e logo obtiveram a incorporação desejada, regressando ao Brasil em 10 de maio de 1686, em companhia de novo superior — o padre José Lôbo — e mais vinte padres e irmãos para socorrer a desabitada casa de Santo Amaro.

Nesse episódio encontra-se uma prova da humildade e dedicação ao serviço de Deus por parte do padre Sacramento, que renunciou à categoria de superior entregando-a às mãos do padre Quental, que assumiu o govêrno de Olinda pelo seu preposto, o padre José Lôbo.

Incansável na obra benemérita de apóstolo do Evangelho, seja entre índios, seja entre colonos europeus, não tardou que seu prestígio fôsse motivo de penosos encargos que de todos os lados para êle apelavam.

Tendo sido criado o Bispado de Pernambuco em 1676, com sede em Olinda, foi nêle provido como prelado D. Estêvão Brioso de Figueiredo, que exercia as funções de vigário geral do Arcebispado de Lisboa. Não podendo o novo Bispo embarcar imediatamente para a sua Diocese, nomeou seu procurador e Governador do Bispado o padre João do Sacramento, que exerceu essas funções até 9 de abril de 1671, com grande virtude e capacidade. A fama de suas virtudes e as provas que deu de talentos e amor ao trabalho fizeram que seu nome fôsse o escolhido para suceder na Sé de Olinda ao primeiro Bispo, D. Estêvão Brioso, quando êste, em fins de novembro de 1683, se

retirou para Portugal por ter sido nomeado Bispo do Funchal, na ilha da Madeira.

Não chegou a tomar posse da Diocese o padre Sacramento, porquanto no dia 10 de janeiro de 1686, à hora em que aproava à barra o navio que trazia as letras de Roma com a sua confirmação pelo Papa Inocêncio XI, expedida a 1 de setembro de 1684, expirava êle no convento da Madre de Deus, cercado pelo carinho da comunidade e pelo pranto dos fiéis de tôda a capitania. Foram os funerais do padre Sacramento uma cousa grandiosa, como demonstração de piedade pública. Os restos ficaram sepultados na igreja provisória, do Recife sendo em 13 de abril de 1715 trasladados para o presbitério da nova igreja da Madre de Deus, em campa do lado do Evangelho.

Foi rápido o desenvolvimento da Congregação do Oratório no Brasil, especialmente nas terras do nordeste onde exerceu ela, de modo especial uma longa e profícua influência, nãc só em relação à catequese de selvícolas como na difusão do ensino entre os filhos de europeus. Em meados do século XVIII, havia, dependentes já da nova Casa do Recife, cêrca de setenta congregados, distribuídos por vários misteres, não só em Pernambuco mas também nas capitanias adjacentes. Dirigiam êles quatro missões de assistência perpétua entre os índios, no interior de Pernambuco e no Ceará Grande, afora diversas outras pequenas aldeias já constituídas por gentio cristianizado e emancipado.

Entre os principais centros de catequese que pela ação dos padres do Oratório se tornaram centros civilizados, ainda existentes em nossos dias, citam-se em Pernambuco as aldeias de Ipojuca, Iratagui, Limoeiro e Ararobá. Mantinham também os padres no Recife cursos de Gramática Latina, Filosofia e Teologia, além de escolas de primeiras letras, abetras a todos.

Como nos referimos a uma casa do Recife, vamos transcrever o ligeiro histórico de sua fundação e grandeza:

> "Estava fundada a Congregação em a Casa de Santo Amaro, distante da cidade de Olinda meia légua e suposto que, para o fim dos missionários, pareceu muito a propósito

o dito retiro, e para lá se procuraram tôdas as confirmações necessárias, e a sereníssima Rainha Senhora Dona Luísa se dignou tomar esta casa debaixo de sua valiosa proteçãc, intitulando-se por uma Provisão Real sua padroeira, e agradecendo com muitas cartas honoríficas o serviço que esta casa fazia a Deus Nosso Senhor, na conversão das almas e conservação da Real Coroa de Portugal, contudo como pelos novos estatutos acresceu a obrigação dos sermões e práticas todos os domingos e dias Santos, assistência nos confessionários e outras muitas perfeições que no dito deserto se não podiam observar pela falta de gente, pois apenas acudiam os de mais perto a ouvir missa nos dias de preceito e os de longe por função a alguma romaria, estando o mais do tempo ocioso o zêlo dos padres que naquela casa residiam, além dos que andavam nas missões, quando todos suspiravam por se empregarem nos serviços dos próximos, determinou o venerável padre Sacramento com o parecer do Bispo e Governador, que então eram de Pernambuco, fundar no Recife um hospício onde viessem os padres de Santo Amaro revezados a pregar, confessar e fazer oração mental pùblicamente, e mais funções de congregados. Impetrou licença da Câmara e vencidas algumas dificuldades lhes foi concedida a fundação do dito hospício para habitação de doze sujeitos em terras que doou o capitão Antônio Fernandes de Matos, em o ano de 1687 como da sua escritura que está no nosso cartório, feita depois de tôda a obra acabada, com obrigação de uma missa quotidiana. Brevemente se concluiu tôda a fábrica do dito hospício por ser feita de taipa de uns tijolos simples com uns paus, constando a igreja de uma capela-mor e dois altares colaterais pequenos, forrada de esteira, porém tòda pintadinha e devota e a todo o possível proporcionada para o intento.

Em os primeiros tempos por impedimento da Câmara se não abriu na igreja porta para a rua e sòmente os homens que entravam pela portaria gozavam do bem espiritual que

fervorosamente lhes dispensavam êstes novos operários até que crescendo os requerimentos do povo com o patrocínio do Governador Aires de Sousa e o Ilm.º Bispo D. Estêvão Brioso se rompeu a porta para a rua e se começaram a exercer para todos os homens e mulheres os exercícios que se costumam na Congregação em o ano de 1683 em dia de Natal. Correram os anos e como trabalho desta Casa do Recife ia em aumento foi preciso habitarem nela mais sujeitos e notando-se que o fruto que aqui se fazia era inexplicável e mui numeroso o concurso do próximo o que se não via na Casa de Santo Amaro, conseguimos uma ampla licença de El Rei D. Pedro II para que esta Casa do Recife fôsse a principal da Congregação e o dito senhor a tomou debaixo da sua proteção fazendo-lhe uma côngrua de quinhentas arrôbas de açúcar, todos os anos, como adiante diremos.

Também impetramos um Breve Apostólico vindo em o primeiro de julho do ano de 1688 o qual trouxe em sua companhia o Sr. D. Matias de Figueiredo, terceiro Bispo desta terra e nêle se determina que esta Casa do Recife seja a principal da Congregação e que a de Santo Amaro fique servindo de hospício para os convalescentes e sujeita em tudo aos prelados da Casa do Recife. Nesta forma se conserva, passando-se para o Recife todo o corpo da Comunidade e as cousas do seu uso condizentes ao ministério da Congregação, servindo a de Santo Amaro para as férias dos estudantes e retiro dos convalescentes.

Com esta maioria de sujeitos que vieram à Casa do Recife e concurso do povo, que continuou com aumentos na freqüência dos Sacramentos, e práticas e também por se ir já arruinando com o tempo a primeria igrejinha pela debilidade e corrupção de seus materiais, tendo já em muitas partes feito algum estrago, como cair uma noite o frontispício, e outras paredinhas internas, foi preciso aos padres fabricarem nova igreja de pedra e cal com mais fortaleza para duração e mais espaço para o concûrso.

Não tinha para isso a Congregação cabedal suficiente, mas tirando fôrças da fraqueza, com algumas esmolas dos benfeitores amparados do nosso fidelíssimo rei D. João V de gloriosa memória que foi servido conceder-nos a esmola de cinco mil cruzados e se deu princípio a nova igreja que se acha já acabada e dela adiante fazemos especial menção. "Lançou-se a primeira pedra para o dito edifício em 16 de julho de 1706 e, estando feita a metade, se passou para ela o Santíssimo Sacramento na quinta feira Santa, 19 de abril de 1715 em que se cantou a primeira missa.

Ùltimamente acabado o frontispício e côro nos começamos a servir em tôda a igreja no domingo de Ramos em 24 de março de 1720. Da parte do Evangelho está o convento que faz quadra perfeita com um espaçoso claustro. Por menos advertência ficou esta obra tão baixa a respeito da igreja e têm mostrado tão pouca firmeza os seus materiais que já em uma noite se arruinou em muita parte de um corredor que servia de noviciado, vindo por êste princípio a ser necessário o reedificar-se ao diante. No dito convento não há singularidade notável de que se faça menção, exceto a boa vista que se logra descobrindo o mar e terra com notável recreação. Esta casa e igreja do Recife está debaixo da proteção e padroado d'El Rei D. João V de feliz memória de que temos provisões. Segundo as diversas côres que tem a igreja romana, tem a nossa todos os ornamentos com aquêle asseio que permitem as posses. Não é grande a nossa livraria mas se reputa por ser a maior de Pernambuco."

A descrição da igreja da Congregação do Oratório do Recife é assim feita nos documentos a que nos reportamos:

"A igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus da Congregação do Oratório de S. Filipe Néri em Pernambuco, não sendo a maior se pode numerar por uma das melhores em sua arquitetura e pela mais perfeita que de presente há em tôdas estas capitanias de Pernambuco. Tem de comprimento livre da grossura das paredes 145 palmos craveiros e de lar-

gura 58. Tem de alto 64 palmos. E' forrada de esteira e assenta o fôrro sôbre uma bem obra da cornija que tem de alto com seu friso e arquitrave 7 palmos desta para baixo, tem por banda cinco tribunas meio fingidas que dão luz à dita igreja. Assentam as soleiras destas sôbre outra cornija da mesma obra, mas com menos altura porque têm só quatro palmos e meio; esta reveste quatro capelas por cada lado, duas paramentadas e duas fingidas em que saem duas portas, uma no cruzeiro, uma no meio do cruzeiro, outra embaixo junto ao côro. Esta dita cornija vai a revestir com os capitéis do arco da capela-mor, e dos capitéis dos arcos do corpo da igreja se atam com outra cornija, mas pequena, sôbre a qual assentam quatro tribunas de cada lado com suas grades entalhadas para acomodar gente nos dias de maior concurso. As capelas do corpo da igreja têm de alto até o fecho do arco 34 palmos e de largo 15. As capelas colaterais têm a mesma altura e 11 de largo. A capela-mor tem de fundo, com a casa da tribuna, 80 palmos e de largo 30, com duas tribunas de cada lado para pessoas de distinção. O retábulo da mesma capela-mor é a obra mais perfeita que há nestas partes. Nas ilhargas tem dois óculos um de cada parte que a fazem muito clara e também estão cobertas de talha com oito quadros ou painéis em que se vêem pintados os principais mistérios de Nossa Senhora. Tôda esta obra se anda agora dourando. Sobem-se do pavimento para o subterrâneo cinco degraus feitos e lavrados ao moderno, com seus presbitérios. Abaixo dêstes de cada parte fica uma porta com 14 palmos de alto, e 17 de largo. Junto ao arco da mesma capela está pendente uma bem primorosa alâmpada que tem de prata cinco arrôbas e meia com 11 palmos de alto e circunferência proporcionada. Sobe e desce com muita facilidade. Da capela-mor para fora, distância de dez palmos para o cruzeiro, fica uma grade que ocupa de parede a parede em que se dá a Sagrada Comunhão. Desta para baixo fica o cruzeiro que tem de largo 25 palmos. O corpo

da igreja se divide com duas téas fixas para separação de homens e mulheres. Cada uma destas téas tem cinco confessionários e fecham as ditas duas téas com uma grade no cruzeiro, e em cada lado também tem sua grade."

"O côro tem de largo 31 palmos e assenta a sua madre sôbre duas colunas de pedra e estas sôbre seus pedestais com 6 palmos de alto. Tem o dito côro duas portas, uma em correspondência da outra e três janelas de 11 palmos de alto por 6 1/2 de largo. Tem o frontispício três portas: a do meio, de vinte e um palmos de alto e onze de largo, e as duas, dezoito palmos de altura cada uma, e nove e meio de largo. Sôbre os quartões da porta do meio assentam as armas reais. Ao lado do dito frontispício sobe uma tôrre quadrada de vinte e três palmos de largo e noventa e seis de alto, até o sobreleito da dita cornija, e desta para cima sobe a cúpula de tijolo em forma elíptica ou ovada, com vinte palmos de alto. A outra tôrre correspondente a esta ainda não está feita. As duas portas da capela-mor saem duas via-sacras que vão parar a uma sacristia que tem quarenta palmos de largo, setenta de comprido e vinte e cinco de alto. Tem esta casa quatro janelas bem rasgadas que caem sôbre o rio com suas vidraças e caixilhos destas à inglêsa. O fôrro desta casa ou sacristia é de talha repartida em painéis com grande perfeição. Tem um lavatório singular de pedra de várias côres, bem lavrado com suas figuras e tarja e uma tarja em que estão as armas da Congregação. O caixão é de um pau a que chamam jacarandá e está feito com a maior perfeição que pode a arte, como também o respaldo. No meio tem um oratório em que se acha uma devota imagem de Cristo crucificado e de baixo Santa Maria Madalena. Tem também dois armários de cada parte para os amictos e cálices. Estão também lavrados e primorosos com sua ferragem dourada. E' das melhores cousas que há por estas partes esta sacristia. Por cima dela fica outra casa do mesmo comprimento e largura com outras quatro janelas de assentos de treze pal-

nos de alto e seis de largo. O frontispício desta igreja demora diretamente o nascente. A portaria que fica debaixo de uma das tôrres corre dela para detrás de um corredor de duzentos e trinta e oito palmos de comprido e de dezoito de largura, em cujo corredor saem de uma parte as duas portas da igreja, uma da via-sacra, e outra da sacristia e da outra parte uma da casa da portaria e duas para o lustro. Neste corredor há vários confessionários para o povo que é grande em dias particulares, e não é pouco aos domingos e dias santos. Na capela-mor do arco para dentro estão sepultados alguns varões insignes como o venerável padre João do Sacramento, fundador desta mesma casa e Bispo eleito de Pernambuco; o padre João Alvares da mesma Congregação e também Manuel de Sousa Tavares, Governador e Capitão-General que foi destas capitanias. Abaixo da tribuna da mesma capela-mor está em um nicho o mistério do nascimento com as imagens do Menino Deus, do Patriarca São José e Nossa Senhora, tôdas mui perfeitas. Fazia-se a sua festa que é o do orago desta igreja aos 26 de dezembro. Agora, porém, se faz no primeiro domingo de maio, por neste dia se rezar da maternidade de Nossa Senhora com particular reza. À ilharga do nicho e mais em baixo está da parte do Evangelho o apóstolo São Pedro e da outra o patriarca São Filipe Néri. As capelas colaterais têm, da parte do Evangelho uma bela imagem da Senhora com o título da Saúde em seu nicho e com sua vidraça, a da outra parte tem uma respeitosa imagem de Cristo Crucificado de onze palmos de alto e tem ao pé da cruz a Senhora da Piedade com seu bendito Filho morto nos braços. Desta mesma parte da igreja no corpo da igreja está a capela de Nossa Senhora dos Remédios, imagem das melhores que há nestas partes. Tem sua irmandade os irmãos da qual se intitulam escravos da Senhora e se faz a sua festa em dia do nome de Maria. Defronte está a capela de Santana, em que estão também as imagens de Nossa Senhora da Conceição, São Joaquim e o Menino Jesus.

> Tem também sua irmandade mui lustrosa e se faz a festa no dia da Santa, com o Senhor exposto todo o dia e procissão à tarde e novena antecedente com o Senhor na bôca do sacrário. A festa da Senhora da Saúde fazem os seus confrades aos 2 de fevereiro e as outras duas capelas que se seguem em correspondência, a da parte da Epístola tem no meio uma imagem do nosso glorioso padre São Francisco de Sales e de uma ilharga São Gonçalo e, da outra, ainda não tem imagem alguma. A da parte do Evangelho é de Nossa Senhora com o título de Mãe dos Homens e de uma ilharga está Santo Ovídio e a outra ainda não tem imagem alguma."

Além da prática de grandes e numerosas benemerências, que enchem as páginas da história religiosa do Brasil, a Congregação do Oratório dotou a cidade do Recife com um dos seus mais notáveis monumentos de arte religiosa: a igreja da Madre de Deus. Foi êsse templo restaurado e está sob a vigilância da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A Congregação do Oratório, de tão assinalados serviços à cultura, seja no Brasil, seja em Portugal, extinguiu-se nos dois países devido às atrocíssimas perseguições que contra as congregações religiosas moveu a maçonaria (3). Se, ainda hoje no Brasil e em Portugal, a cultura em geral tem o baixo padrão que todos lamentamos, isto se deve, sobretudo, à inconsciência com que foram perseguidos e extintos os centros de instrução, mantidos quase que exclusivamente por ordens religiosas. Hábeis em destruir, os maçons nada souberam colocar de novo no lugar daquilo que arrasaram.

Em outra memória, pretendemos ainda ocupar-nos com a Congregação do Oratório, divulgando novas informações sôbre a sua benemérita existência no Brasil.

AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR.

---

(3) Em 1825, a Congregação do Oratório teve de abandonar a sua sede, que foi aproveitada para alfândega. Deixando o convento da Madre de Deus, passou a ocupar o de Santa Teresa, até que se extinguiu, em virtude da lei de 9 de dezembro de 1830 (N. da R.)

## CASAS DOS SÉCULOS 18 E 19 EM SOROCABA

Pondo em jogo uns poucos inventários do século 19 (começos), fazendo comparações diretas entre as edificações, estudando, mesmo sem ser especialista, os livros que versam a matéria, poderemos determinar, embora nem sempre com certeza mas pelo menos com grandes probabilidades, a antiguidade de muitas casas sorocabanas, generalizadamente, e não raro sem razão, chamadas coloniais.

Com base principalmente em José Wasth Rodrigues, *Documentário Arquitetônico*, ser-nos-á possível não só estabelecer semelhanças gerais da edificação civil de Sorocaba com as de S. Paulo, do Brasil e de Portugal, donde vem a casa brasileira, como também fixar particularidades exigidas pelo meio, pela topografia, pela economia, mesmo, dos moradores.

Por exemplo, e para começar, nunca houve em Sorocaba sobrado de mais de um andar fora do rés-do-chão, nem mesmo em forma de água furtada. Tais casas denotavam falta de espaço, o que não era o caso da cidade paulista em questão. E geralmente, pelo menos onde as há em maior quantidade, nas grandes cidades litorâneas, postulavam muros fortes de pedra. Havia pedra em Sorocaba, não havia pedreiros-canteiros em grande quantidade.

São muito comuns, nos grandes centros, sobradinhos economizando espaço. Em Sorocaba havia poucos, comprovadamente coloniais do século 18, na praça da Matriz, mais por causa das festas do que para habitação. Tanto que seus donos moravam no sítio, onde tinham suas comodidades.

No século 19, só se construiram sobradões. Os donos eram grandes comerciantes com loja ao rés-do-chão, e aquêles que pròpriamente não trabalhavam no balcão, vivendo de seus vultosos negócios na feira de animais, não deixariam de imitar seus contemporâneos, evitando assim o fazer triste figura. E não lhes faltavam escravos, para transformarem o andar térreo numa senzala "sui generis". De fato, ou todo êle, ou na parte atrás da loja e do saguão, o andar térreo era abandonado aos cativos, sem fôrro, aparecendo visìvelmente as grossas vigas e as largas tábuas do soalho de cima, de terra socada o piso, enfim, todo o sentido de desprêzo que há na expressão "baixos do sobrado".

O grande tamanho dos sobrados era exigido também pela família numerosa e pelos hóspedes também em grande número, bastando lembrar que, não só nas festas religiosas, como nos dois meses de feira, a vila, depois cidade, regurgitava de forasteiros.

Exceto um que ainda existe (e foi dos capitães-mores Madureira) e outro modificado, que pertenceu ao capitão-mor Santaiá, ambos de 1750 pouco mais ou menos, todos os sobradões abandonaram o arco achatado colonial das janelas e portas, pela linha reta com ornatos externos.

De fato, Aires do Casal, Milliet de Saint Adolfe, e também Spix e Martius, Saint-Hilaire e os viajantes do Brasil-Reino se referem ao maior número de casas térreas e baixas encontradas em Sorocaba.

Em feliz desenho de Hércules Florence, de 1830, que devemos à gentileza nunca desmentida de Afonso de E. Taunay, aparecem poucos sobrados, inclusive dois ou três juntos, ao lado da igreja do Rosário em construção. Aquêles sobrados eram propriedade dos Lopes de Oliveira; hoje se acham adaptados para colégio, mas conservaram nìtidamente as linhas e dimensões de portas e janelas do século 18. As portas de lojas do andar térreo estão convertidas em janelas. A altura é diminuta nesses andares térreos. Quase se alcança o fôrro com a mão.

Até 1820-1822, essa rua (dos Lopes de Oliveira) foi a da Passagem das Tropas, ou do Comércio. Daí por diante, a rua das Flores a suplantou, e nessa última se construiram sobrados, dos quais alguns exemplares serão, no máximo, pouco anteriores ao período de Pedro I. Con-

tinuou, porém, rivalidade entre as duas vias públicas, pois ainda há sobradões imperiais perto dos Lopes de Oliveira.

Depois que se reduziram os negócios de animais, passou o comércio para a rua da Cadeia, onde, aliás, faziam já seus grandes negócios os Loureiros, que eram conservadores, contra os Lopes de Oliveira, liberais, e isto influìa na construção e localização. A partir de então — 1865, 1870, 1880, — construiram-se ainda sobradões, como por exemplo o que serviu de sede à firma Araújo Costa e Cia., mas já não se parecem com os antigos: caracteriza-os a simplicidade de linhas, a ausência de desenhos. São utilitários, quando muito ostentando grandes sacadas, assim mesmo porque vinham mais baratas do Ipanema.

Dêsses sobradões de após a guerra do Paraguai basta dizer que não eram familiares, pròpriamente, pois já pousavam com os donos, portugueses recém-vindos, os rapazes caixeiros, igualmente recém-vindos, bem como os fregueses do interior. O bom vinho português corria à vontade à hora das refeições. O costume, enfim, assemelhava-se ao dos portuguêses enriquecidos no comércio, em todo o Brasil.

Nesse tempo acaba a tradição dos solares antigos. Desde então, mudaram de donos os sobradões, e a tradição foi-se apagando. Alguns há cujos primeiros ocupantes nem sequer descendentes contam hoje.

Voltemos, pois, aos antigos.

Havia muitos sobrados de paredes-meias. Interpretemos o motivo. Primeiro: utilização de maior fachada em ruas comerciais. Segundo: economia de muros. Terceiro: facilidade técnica para o telhado de duas águas sòmente.

Não sejamos precipitados, porém. E' que a maioria dos nossos sobradões, mesmo isolados, tem telhados de duas águas.

Não esqueçamos que êsses sobrados não são baixos, como os coloniais. E como ocupam grande espaço da frente até os fundos, o que acontece é que os oitões são muito altos. Se em paredes meias, uns aos outros se protegem. Mas, sòzinhos ?

Estudando um sobrado de esquina do século 19 e uma casa baixa do século 18, baixa mas de grande tamanho, concluimos que os carapinas de então preferiam o telhado de duas águas. Uma das razões, para as casas de taipa, isoladas, seria o derramar a água do telhado só em

duas faces. Para isso tinham que fazer grandes beirais, como se sabe. No século 18 o cobre para as calhas era difícil, caríssimo.

A porta principal, em arco inteiro ou romano, e não abatido, é outra característica mais comum da edificação em Sorocaba. Como já existia no século 18, inclusive em casas baixas, segue-se que os sobradões a conservaram.

O estudioso se enganaria, comparando com as casas do século 19 algumas do século 18, e só levando em conta essa forma de portas principais. Em Ouro Preto há exemplos de sobrados coloniais assim.

As casas térreas de Sorocaba apresentam mesmo essa particularidade. Principalmente se as portas são altas, pois têm a soleira junto à rua; já os cômodos de dentro muita vez estão mais acima, pela natureza do terreno.

O formato da porta principal repete-se na porta do meio, de uma forma geral e, mais adiante, na parede (sem fôlhas) do corredor para a varanda (sala de jantar). Neste caso, o arco em taipa de pilão ou de mão é coberto por madeira em tabuinhas, com moldura ou friso no ponto mais alto, e vertical.

Depois de estudar várias casas baixas, dêsse tipo, reconhecendo-lhes uma antiguidade ao menos centenária, fácil nos foi concluir que portas e varandas muito baixas e mesmo com a parede interna muito grossa, eram mais velhas, do século 18. Comprovamo-lo por um documento de 1790 que se refere a uma casa hoje ainda existente, e que pertencera ao capitão-mor José de Barros Lima, de 1750 mais ou menos.

Depois disto, eis-nos na casa grande da antiga rua da Ponte, que ocupa lugar conhecido como sendo o da casa do capitão-mor José de Almeida Leme, sucessor daquele — cêrca de 1770. Aí também a passagem da varanda para a cozinha mostra êsse arco da parede. No desenho de 1830 bem que aparece tal casa. Tudo indica que é a mesma de hoje. Não fôsse a de Almeida Leme; sem dúvida, porém data do século 18.

Digamos logo que se trata de casas térreas, porém grandes e nobres. A de Barros Lima, já mais perto do século 17 (o dono casou-se aproximadamente em 1730) é baixinha, atarracada. A de Almeida Leme

ou a que teria sido dêle, só é alta na fachada, pelo declive para a rua. Basta entrar, para ver como era baixa.

Além do tamanho, e dêsse pormenor arquitetônico, nada mais, senão o fôrro distinguia a casa rica da casa pobre do século 18. Porque encontramos fôrro dourado e em caixotões (1) nobres. A varanda da casa de Barros Lima era e é atijolada. E sem fôrro. O que aliás foi conservado por tradição: a varanda da antiga casa grande paulista muito se parece com a verdadeira varanda, exterior.

Casa pobre do século 18 foi fácil descobrir pelo inventário do capitão-mor Salvador de Vieira Leme, o Santaiá, falecido em 1802, dono de casinhas de alugel que, fora de tôda dúvida, contavam mais de dois anos de existência.

Ora, as casas muito pobres, como essas, não só deixam de mostrar os arcos romanos como até mesmo arcos abatidos. A linha reta prevalece. São baixinhas. Chão socado. Nem sequer têm porta do meio, porque lhes falta corredor. Ou são apenas sala, varanda e cozinha. servindo de quarto a varanda, ou contam um quarto de dormir a que corresponde, para a rua, o cômodo com balcão e prateleiras, para taberna e venda.

Entre umas e outras observa-se um tipo de casa muito comum, de moradores nem ricos nem pobres, e cuja fachada compreende porta com uma ou duas janelas de cada lado. E' ainda comum a casa pobre com uma porta e uma janela, mas provida de corredorzinho e porta do meio. Tôdas, então, apresentam linhas coloniais das portadas, parede de quase meio metro de largura em taipa de pilão, grossa madeirama visível do teto, tudo isso indicando o século 18.

Não foi possível encontrar um caso provado de casa do século 17 ou seiscentista, em Sorocaba. Encontrou-se a casa do século 18, casarão de chácara, em ruinas, exatamente no lugar onde morou Baltazar Fernandes, que em 1654 já ali estava. Vale a pena lembrar que essa casa tem mais de metade em porão alto, e o resto com dois lenços, sendo uma cozinha, diretamente no chão. As dimensões das vigotas de soalho e de todo o madeiramento em uriunduba são de natureza a lem-

---

(1) Empregamos esta palavra entendendo com ela significar teto de vários planos, do centro para os cantos. Nossa falta de especialização obsta a clareza.

brar algo ainda mais antigo que o século 18. Os muros são de taipa de pilão, mas de terra quase branca e misturada com pedregulho de granito. Altos panos de muros, descobertos, sem ligação entre si, como espectros do passado, lá estão, lembrando que era possível proteger da chuva os alicerces, mesmo sem beirais, conforme fôsse a qualidade da terra.

Se apenas conjeturamos, na edificação civil, a existência de uma ou outra casa seiscentista, o mesmo não acontece com a igreja e convento de São Bento. Essa igreja foi entregue aos monges em 1660, 20 de abril, sob condição de fazerem êles por si os quatro dormitórios. E os fizeram, fora de dúvida, antes de 1690, quando já tinham portaria, a que o povo revoltado foi bater para que não saissem.

Não há muita documentação a respeito de S. Bento.

Fora isso que aí fica dito, houve reformas várias vêzes, mas nunca destruição para nova construção. As celas de cima revelam grande antiguidade. As de baixo, no século passado eram um montão de terra, inabitadas. Foi no fim dêsse século 19 que se mudou a porta principal, até então à esquerda da igreja, para o meio do edifício. Tal porta abria para um corredor ou varanda lateral, de que hoje só existe a parte correspondente ao claustro, interno. Isso, o soalho, o corredor interno, a escada há pouco modificada, uma porção de pequenos nadas fazem lembrar o estilo jesuítico do século 17 com raizes anteriores.

Especialmente na igreja, as paredes são verdadeiras fortalezas, exceto a sineira, em sua parte mais alta.

Pormenor digno de lembrar-se: as taipas de S. Bento foram socadas por escravos vermelhos na sua maioria.

Terminaremos com a referência aos beirais, voltando à construção civil dos séculos 18 e 19. Nas casas térreas do século 18, os beirais atingem a pouco mais de meio metro de largura. Os cachorros são aparentes e o taboado assenta por cima dêles, sem mais enfeite algum. Esta singeleza faculta-nos a identificação, com outros pormenores, que combinam entre si, das casas daquela centuria. Os sobradões mostravam beirais de quase um metro de largura; os de-

senhos não aparecem nas raras fotografias que restam. Hoje, têm calhas e horríveis platibandas.

Quanto à forma do telhado, o de duas águas é comum, mas nas casas baixas maiores, principalmente das chácaras encontra-se o de quatro águas.

Nestas casas grandes, além do lanço da cozinha, há outro, fronteiro. Nos sobradões, sempre dois lanços, sendo encontradiços lanços de quatro águas, em vez de água furtada.

Só de um sobradão do século 18 resta uma varanda de madeira ao fundo, com restos de escada. Noutros, não se vêem sequer vestígios da escada externa, dos fundos para o quintal. Não é possível que a reclusão familiar do tempo permitisse à gente feminina a volta pela escada do saguão. Como se sabe, a escada do fundo devia dar para um pátio interior, ladrilhado, entre os dois lanços. Ali era o jardinzinho, independente da horta mais além. Ali, o poço de água. Encontramos vestígios dêsse delicioso pátio interior no palacete sobradão do Barão de Mogi-mirim, em cujo teto, sôbre a escada, se vê uma pintura, aliás, representando pessoas da família num dêsses recantos amoráveis de que só resta a saudade.

Em uma casa grande de rés-do-chão, cuja construção no século 18 foi fácil estabelecer pelos paredões e por vários arcos de madeira hoje disfarçados nas novas madeiras, morou, na segunda metade do século 19, um rico negociante, avô de Olavo Dias da Silva. Êste erudito sorocabano, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, proporcionou-nos gentilmente a descrição do jardinzinho, que êle chamava *da vovó,* pois era junto da varanda, com as suas pequenas ruas calçadas em pedra côr de rosa, que sua avó colhida flores e folhagens para juncar a frente da casa, nas procissões do Santíssimo, e mandar ao cemitério, em Finados. Ora, se casa de rés-do-chão tinha êsse retiro bucólico, quanto mais os sobrados solarengos!

A descrição de Olavo Dias nos autoriza a mencionar como dependências da casa grande, além da cozinha e despensa, o galpão onde se guardavam ferramentas, lenha, tacho para sabão, fabricação de velas de sebo, etc. Além, a horta e, depois desta, se o quintal o permitia, o pomar de arvoredo de espinho e de outros.

Nas cidades do interior muita gente podia dar-se êste luxo, pois se a fachada da casa estava em rua comercial, o quintal geralmente dava para ruas menos importantes, quando não para o rio grande ou o ribeiro.

Quanto ao material da edificação de Sorocaba, a maioria das casas era de taipa de pilão, pouquíssimas de taipa de mão na cidade (não falamos de ranchos nos sítios) e nenhuma de adobes, e nenhuma de pedra.

O adobe é o grande tijolo cru de barro e palha, sêco ao sol. Usava-se na região limítrofe com Minas Gerais, no vale do Rio Pardo, segundo diz *O Agricultor Paulista*, de 1860. Êsse jornal, do Dr. Carlos Ilídio da Silva, acrescentava que os mineiros de perto dos limites, quando queriam taipa de pilão, procuravam os paulistas, bons taipeiros.

Os fechos ou cêrcas também se faziam de taipa de pilão. Paredes internas, muitas em taipa de mão nas casas baixas, e tôdas no sobrado, por serem mais leves.

Havia olarias desde o comêço de Sorocaba. Para telhas e tijolos. Dêstes se encontram pedaços de muros junto às portas, e escadas. Os ladrilhos de barro tinham seis lados, depois quatro.

A cobertura de telhas prevaleceu, mesmo em casebres. A de sapé, não de palmeira, é comum nos ranchos de sítio. Na vila, em 1720, havia casas de palha além do rio, nos arrabaldes, e foram avaliadas. por sinal que pertencentes a Diogo Domingues, bandeirante. As igrejas atuais, contudo, nunca foram capelas de palha, fato comum em tantos lugares.

De um sobradão derrubado em 1945, mais que centenário, vê-se que as madeiras mais usadas foram a peroba e o jacarandá. Noutros, a uriunduba e a cabreúva.

Só no Ipanema houve serra de água já em 1812. O mais, tudo a mão. Transporte, em carretões.

As edificações antigas, que ainda restam na cidade, foram revestidas de cal e areia, não de tabatinga, por existirem muitas pedras calcáreas. Vendia-se "cal de pedra" aos alqueires, em cestos. Não só os ricos Madureira, mas até uma senhora viúva de um dêles.

Cláudio de Madureira Calheiros, por nome dona Ângela de Siqueira, irmão do capitão-mor de Itu, Vicente Taques, fabricou cal para a tôrre da matriz.

Encontram-se ainda pelos sítios casas de paredes bem caiadas, portas e janelas em azul de anil, tinta preparada em casa, com leite, anil e um fixador, pedra-ume. A poesia dessas casas, ao longe, é cem por cento brasileira.

## ARMAZENS E SÓTÃOS

Dentro da cidade de Sorocaba existem ainda duas casas com "armazens". O armazem é o sótão. Sendo alto o telhado, o fôrro é um forte soalho a que leva boa escada de madeira e degraus. Tivesse ou não loja e venda o dono da casa, aí se guardavam gêneros e mercadorias, principalmente aquêles que não deviam apanhar umidade. A palavra "armazem", com descrição completa permitindo identificação, encontramo-la no inventário do coronel Francisco Antônio de Aguiar. 1821, e ouvimo-la da bôca de uma anciã, em 1943, enquanto nos mostrava o pequeno armazem de sua casa.

Existe por trás de Santo Antônio curioso sobradinho que tem em baixo uma venda e, em cima, apesar de sua linda sacada de ferro, um cômodo sem fôrro, depósito de gêneros. O prédio é mais recente, mas o fato liga-se a uma tradição antiga. Hoje ninguém conhece mais armazem nessa acepção.

## SAGUÕES E ESCADAS

E' muito variada a forma dos saguões e escadas dos sobrados. Todos com o piso em pedra, laje ou lousa de Itu, conduzida em carros de bois. Aliás, dessa mesma pedra é a calçada ou passeio na rua. Se os meninos diziam: "Vamos brincar na pedra lisa", já se sabia que era à porta da rua, a jogar, por exemplo, a "amarelinha".

Há verdadeiros saguões, de cêrca de quatro metros quadrados, com a porta de rótula, dos cômodos de rés-do-chão, ao lado do pri-

meiro lanço da escada, lanço êste que fica em frente à porta da rua e a pouca distância. O segundo lanço forma em ângulo reto à direita ou à esquerda e às vêzes já entre duas paredes, outras vêzes com uma parede a um lado e grade a outro, sempre com um simples corrimão. Já o primeiro lance é notável pelo corrimão em madeira (jacarandá, caviuna, uriunduba) torneada, envernizada ou não, cobrindo extensa grade de ferro. O segundo lance termina em outro saguão com grades, que tem portas para a sala de visitas e para os cômodos internos. Num dos sobradões derrubados em 1945, no ângulo dos dois lances havia uma porta abrindo para uma verdadeira cafua, cômodo infecto, sem ar e sem luz.

Contamos doze a treze (sim, às vêzes treze, apesar da superstição) degraus, em cada lance. Largura: 1 1/2 a 2 metros.

Em vez de saguão, porém — máxime se a porta principal ficava a um canto, e não ao meio da fachada —, o corredor estreito se prolongava por alguns cinco ou mais metros, dando numa parede fechada, e de um ângulo à esquerda ou à direita partia a escada de um só lance, corrimão singelo de madeira.

Em substituição a essa parede fechada ao fundo, usava-se por vêzes a escada, embora em ângulo e oculta, mais perto da porta da rua e, então, fronteira a esta, via-se a porta de rótula para os baixos do prédio. Trata-se de soluções mais pobres e mais modernas. De fato certos sobradões de Itu, como o do Museu da Convenção, mais recentes, apresentam escadaria menos rica.

Os grandes saguões e escadarias nobres correspondem às grandes portas da rua, largas, em arco romano, bandeiras em ferro com as iniciais do dono, e raro, a data. Essas grandes portas estão de acordo com os janelões das sacadas de ferro. Antes, no século XVIII os sobrados eram mais atarracados, de frestas menores e com janelas e portas em arcos coloniais, achatados. Depois dêsses sobradões, o luxo começou a minguar, voltando-se aos tipos mais simples. Sabe-se logo que éstes não são nem imperiais (1850) nem coloniais (1750-1800) mas de 1870, e talvez mesmo alguns já não se possam chamar imperiais.

## BANDEIRAS E VIDRAÇAS

Os sobradões que chamamos imperiais, por já não serem coloniais, oferecem desenhos interessantes nos caixilhos para os vidros de janelas e bandeiras de porta. O arquiteto vingava-se da simplicidade das linhas retas das portadas, com as curvas complicadas dos caixilhos. José Wasth Rodrigues, em *Documentário Arquitetônico* estampa 7, dá alguns exemplos dessas janelas de Sorocaba, junto com as de Itu e São Paulo, apontando-as como "provàvelmente já do século 19". Quanto às de Sorocaba, devemos distinguir: os caixilhos para vidros, sim. Mas o resto dos desenhos na madeira, cimalhas e florões em leque, não. E' verdade que logo depois aquêle autor ministra outros exemplos, acrescentando dataram provàvelmente do século 18.

## FORROS

Os tetos dos sobradões de 1850 (a era é dada aqui aproximadamente) faziam-se com tábuas largas, de cedro. Nas salas de visita, eram dourados e feitos em ângulo para o centro, onde havia florões barrocos, de que pendiam lustres. Êsses tetos nobres já eram notados, porém, em casas baixas do século 18, como se vê na pertencente ao coronel Francisco Antônio de Aguiar.

Em Itapetininga, observa-se, em casas pobres o teto do chamado estuque de esteira e cal, sem as pinturas e ornamentos que se encontram por exemplo, em Sabará e Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais. Gente inda mais pobre forrava seus dormitórios com pano de algodão grosso, acompanhando caibros e ripas.

## SOALHOS

Afora os saguões de pedra de que já falámos, tudo o mais nos sobrados era soalho de tábuas largas de peroba ou uriunduba, sôbre grossas vigas.

As cozinhas dos sobrados eram atijoladas, fazendo-se o alêrro e ladrilhamento sôbre vigas e lascas de madeira.

Os cômodos de baixo, assoalhados, atijolados ou em terra socada, pois a família morava em cima.

A largura da tábua de soalho é um elemento que nos habilita a reconhecer a idade da casa: nas construções do século 18, mostra-se geralmente maior. O rodapé de madeira era comum.

## DECORAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A era dos sobradões importava óleo de linhaça e tintas químicas, como o alvaiade e o azul.

As côres predominantes nas portadas eram o azul claro, quase branco. E nos muros externos, a caiação.

De outras côres não podemos falar com documentos porque não os encontramos escritos, e os sobradões atuais já não ostentam a côr primitiva. Que não havia, em Sorocaba, não só no século 19 mas também no século 18, abarradcs de azulejos externa e internamente, é certeza absoluta. Acaso por serem caros, e difícil a condução desde Santos em lombo de burro. Ponha-se reparo: no Brasil as cidades litorâneas são as que exibem maior número de prédios coloniais com azulejos. Era sóbria a decoração interna: abarrados até menos de um metro, riscos azuis geralmente seguindo os cantos até o fôrro, algum desenho singelo. No mais, a brancura da cal.

Na saia de visitas, segundo costume antigo em todo o Brasil, havia o espelho em moldura dourada no centro da parede, quase sempre fronteira à janela, e nessa direção o tapete com o sofá, e cadeiras em jacarandá e sola, com pregaria dourada.

E os quadros a óleo, dos donos, de que ainda existem preciosos guardados por alí.

As paredes começaram a ser empapeladas já depois de 1850.

Grande parte dos sobradões de que estamos tratando tinha portas de loja em baixo, pois os seus donos eram grandes comerciantes, cujos negócios iam do Rio Grande do Sul ao Rio, Minas Gerais e Bahia.

As sacadas, em conjunto servindo a três e mais janelas, existem nos sobrados mais recentes; parece que já vieram prontas do Ipanema.

E' mais comum cada janela ter a sua, em composição com ornatos repetidos, segundo a expressão de Wasth Rodrigues. Não há — talvez tenha havido — grades simples de madeira ou de ferro. Assim deviam ser sobradinhos no largo da Matriz já em ruinas em 1840. O inventário chama "pulpito" a essas sacadas.

E agora os beirais. Pelo estudo dos de casas baixas e pelas gravuras de Wasth Rodrigues, tem-se uma idéia de como êles seriam. Porque atualmente estão modificados em horríveis platibandas e cimalhas.

## RÓTULAS, GRADES, POSTIGOS, FECHOS

Atualmente, podemos encontrar em Sorocaba três ou quatro rótulas de janelas dando para a rua. Mas no século passado, mesmo depois que acabaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, eram elas numerosas. Nos sobradões, só ao rés-do-chão. Porque a sua missão consistia em tornar indevassável o interior. Não era complicado o seu desenho, e as que ainda existem são em duas fôlhas, abrindo para fora. "A sala de fora" (sala de visitas) era, assim, bem escura, mas a família passava o dia na "varanda" (sala de jantar) e na cozinha.

As rótulas dispensavam vidraças. De dentro, ouvia-se o barulho de fora. E via-se alguma ccusa.

As rótulas foram feitas para a reclusão das senhoras e donzelas, que, até os últimos anos da monarquia, só saiam à rua de mantilha, se eram ricas, e de baeta azul, se pobres.

As próprias velhinhas iam à missa diária pela madrugada, para não se mostrarem. Nos domingos, nos dias santos e nas festas a reclusão abrandava, porque a família vinha à rua, é verdade que de mantilha e baeta.

De um casamento em rica família sorocabana de 1850, sabemos que o noivo, bom cavaleiro, passava tôdas as tardes escaramuçando junto à rótula, de onde sentia que o espiavam olhos amorosos. Vira de longe as três moças indo para a missa. Quando foi pedir em casamento a sua eleita, só sabia dizer que era a de mantilha com fôrro verde.

A maioria dos grandes sobrados de Sorocaba, célebres outrora e de que já não restam senão quatro ou cinco, foram construídos entre 1800 e 1845. O saguão, neles, estava sempre aberto, e à noite não faltava um candeeiro na escada. Mas porta ao lado desta, dando para os aposentos do rés-do-chão, embora habitados por escravos ou criados, ou por isso mesmo, era uma grade ou rótula de madeira envernizada, em belos desenhos, com a bandeira em arco e também em rótula.

A porta do meio, nos prédios de só um andar, ou rés-do-chão, igualmente aparece às vêzes em rótula, da metade para cima. Encontramos por fim bandeiras de porta em rótula, e não em ferro ou vidro, evidentemente para fechar e arejar ao mesmo tempo.

As rótulas só não existiam nas janelas dos sobrados do século 19 acima aludidos, porque todos tinham sacadas de ferro, feitas de propósito para as famílias. Isso denotava progresso, pois houve em S. Paulo, no Rio e alhures, sacadas de madeira com rótulas. Mas nos sobrados do século 18, de que hoje só existem um ou dois não havia sacadas de ferro e eram mais comuns as pequenas janelas. Portanto, antes do vidro havia rótulas.

Descobrimos também a existência de postigos, pequenas janelas dentro das grandes fôlhas de porta.

Estas, muitas vêzes de uma só parte, fechavam-se com aldrabas que a visita batia do lado de fora, fazendo-se anunciar.

Nem sempre era sinal de pobreza a tranca de madeira de lei que se guardava ao canto ou atrás da porta, tendo o comprimento de um a outro batente. As "tramelas", estas sim, apareciam mais em casas pobres, pequena tábua girando entre a fôlha e o batente das janelas.

Uso curioso era o das grades em janelas, principalmente nas chácaras e nos sítios. Trata-se de grades de madeira verticais de cada 9 a 10 centímetros, de quatro faces de cerca de 3 centímetros de largura, e fixas nos batentes e em hastes horizontais. Essas grades existiam nos quartos de dormir, e destinavam-se talvez a prender espôsa e filhas do proprietário zeloso.

Grades semelhantes, e até nas portas interiores, existiam ainda para guardar mentecaptos furiosos, da própria família.

A êsse propósito ocorre-nos lembrar que de enormes chácaras fazem menção inventários dos séculos 18 e 19, cercadas de taipa de pilão, como um cemitério, e de muitas delas encontramos não só os alicerces, mas os panos de muro dentro do matagal. A própria senzala ficava dentro dêsses muros altos, lembrando fortaleza. Se o quintal acabava no rio grande, aí naturalmente ficava sem taipa, e cada um tinha o seu "pôrto" particular, contrastando com os portos gerais.

## O SOBRADÃO DE FRANCISCO MANUEL DA SILVA

Existe êsse sobrado na esquina da rua Barão do Rio Branco (antiga da Cadeia ou Comércio) com a rua da Penha. Exibe ainda, apesar de muitas modificações, a porta principal com a grande bandeira em arco e as iniciais F.M.S. em ferro, bem como de ferro conserva as sacadas. E' curioso, porque a porta está na fachada mais comprida, na rua da Penha. Na outra rua, apenas janelas. Quintal pequenino.

Aproveitando a boa vontade do vizinho, outro proprietário construiu em paredes meias um sobradinho com frestas na fachada, que pertenceu, um tempo, ao Barão de Antonina, e foi recebido por dívidas, talvez, sendo que pela mesma razão outro Barão do Sul de Minas teve casa em Sorocaba. Negócios da feira de animais. Êsse sobradinho em 1842 estava de posse de um político conservador, corajoso, que ali se entrincheirou e avisou aos liberais revoltosos que se o atacassem faria o prédio voar pelos ares (um paiol de pólvora)!

O sobradão de Francisco Manuel da Silva estava sendo construído em 1836, quando por morte do empreiteiro foi avaliado o material de construção (Cartório do 1.º Ofício, Sorocaba). O empreiteiro carapina era Joaquim Correia Santos, filho de José Correia e de Ana Maria de Jesus, e casado com Ana Maria.

Na documentação que se lhe refere, encontramos notícia de doze duzias de barrotes a $400, e "cargas de cipós" a $720. E' que de pau a

pique se faziam as paredes internas. O cipó substituia o arame. De taquaras para os barrotes, consumiram-se 7 feixes, a S160 cada feixe. 6 jogos de portadas, a 1$280 cada portada. 16 pés direitos, a S320 cada um. 3 esteios, a $280 cada um. 1 pau roliço, $960. E mais tabuados e vigas, importando tudo em 395$780.

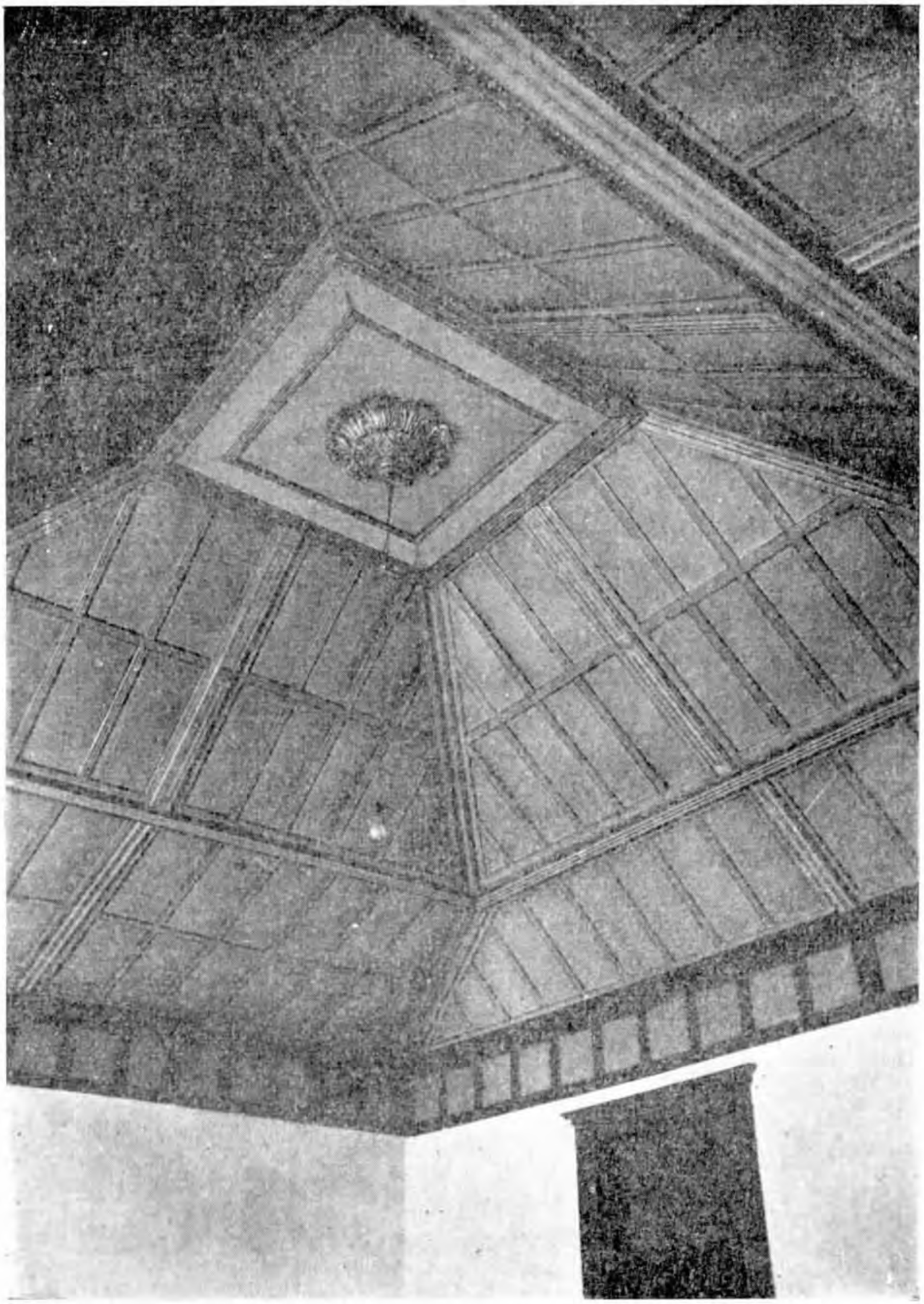
ALUÍSIO DE ALMEIDA.



Casa-grande da chácara do Quinzinho, Sorocaba, S. Paulo



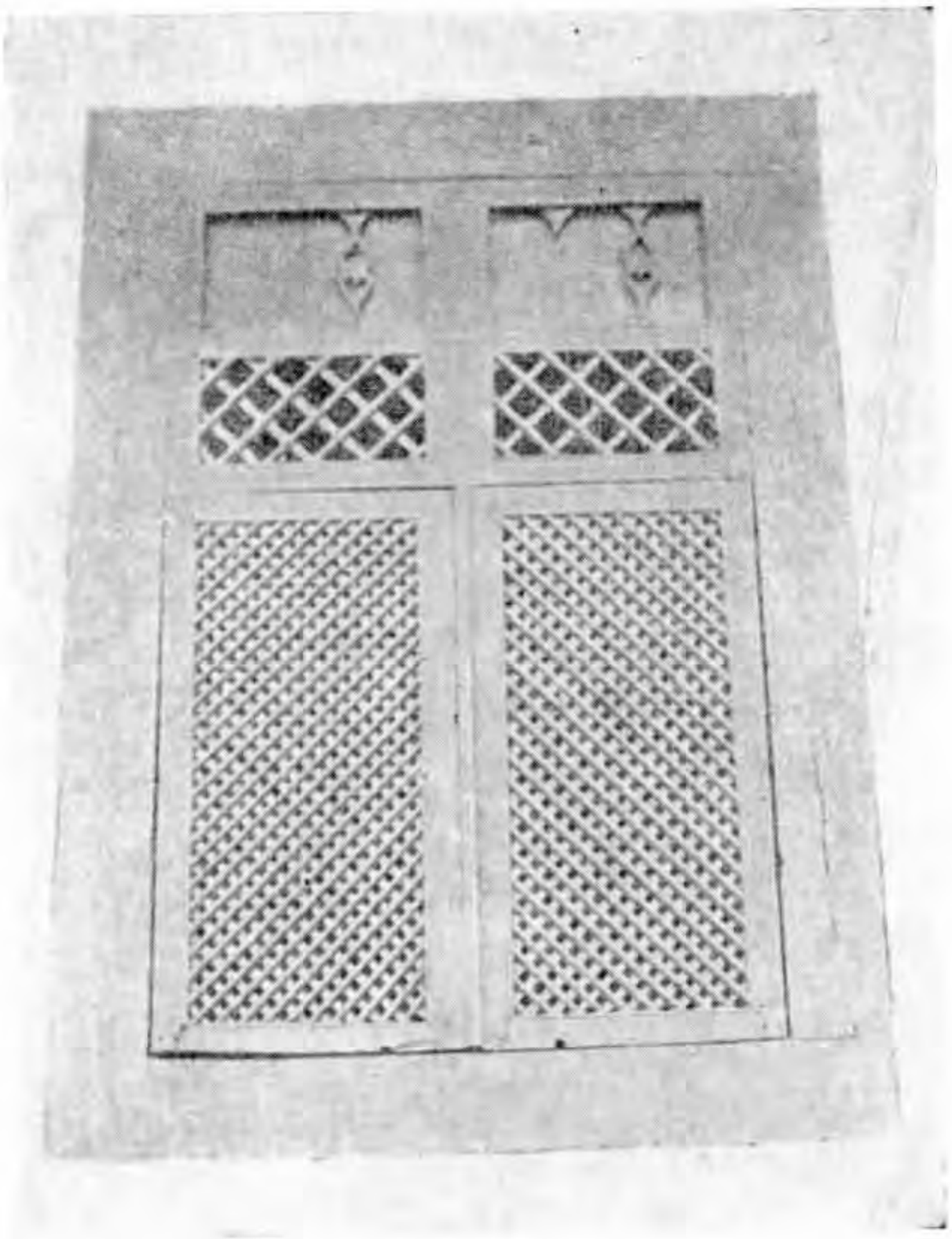
Imagens de Nossa Senhora, em barro; e de Santa, em madeira. Capela de Itarurú, Sorocaba



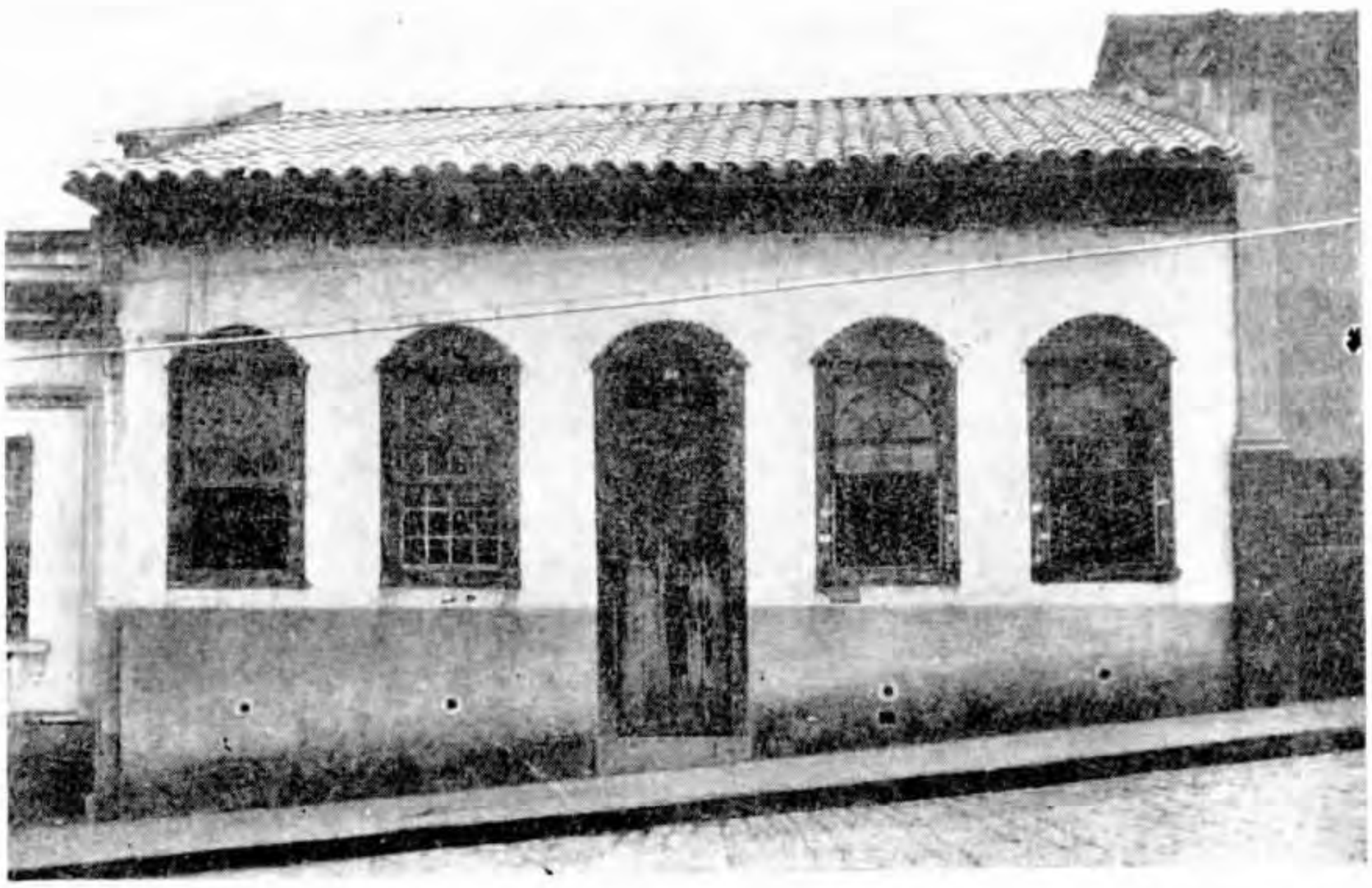
Fôrro de sala no sobrado do Barão de Mogi-Mirim. Rua Monsenhor Soares, Sorocaba



Tipo de sobrado comercial (1860-1870). Rua Barão do Rio-Branco, Sorocaba



Rótula de casa citadina. Sorocaba, S. Paulo



Casa baixa do fim do século XVIII, com restauração recente. Rua Quinze de Novembro, Sorocaba



Imagem do Cristo Crucificado, feito por um escravo (século XVIII). Sorocaba, S. Paulo

# A FORTALEZA DE VILLEGAGNON

> "... esse Deos. onde estam todalas verdades, ordene que venha alguem menos occupado, e mais doucto do que eu sou, pera que emêde meus defeitos, os quaes bem se podem recompensar com o zelo, e amor que tenho á patria."
>
> João de Barros — *Décadas da Ásia,* Liv. I, Cap. I.

A quem atingir o campo de esportes da Escola Naval, logo ressalta a imponência do antigo forte. Destaca-se altaneiro dentre as muralhas, ora forradas de verde hera a recobrir, qual manto, a vetustez e a pátina do tempo.

Vê, outrossim, que na singeleza de uma inscrição lapidar, sita logo abaixo do frontão cujo encima duas colunas que enquadram vasta porta ferrada e apeirada à antiga, ressuma tôda uma página de história, retratada, não só no caráter típico da letra, mas, também, na forma e no teor dos dizeres ali gravados:

FORTALEZA DE N SNRª
DA CONCEIÇAM DE VILLAGALHON
PRINCIPIADA EM 1775 REINANDO
O S D IOZE Iº SENDO VICE REY E CAPITAM GNªl DE MAR
E TERRA DOS ESTADOS DO BRAZIL O ILLUSTRISSIMO E EXCELENTISSIMO
S D LUIZ DE ALMEIDA PORTUGAL 2º MARQUEZ
DE LAVRADIO DO CONSº DE S MGe F TENe GNªl
DE SEUS EXERCITOS CONCELHEIRO DE GUERRA

Como personagem central desta epígrafe, avulta, de pronto, a inconfundível figura de D. Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão

Essa Mello Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre, segundo Marquês de Lavradio e quarto Conde de Avintes; terceiro Vice-Rei do Brasil, no Rio de Janeiro.

Com esta superabundância de nomes, coisa comum na época, apresenta-se-nos quem realmente grande foi não só nos qualificativos e títulos, mas, igualmente, na arte de administrar; pois que "soube governar sem ofender, obrigar sem oprimir, repreender sem agravar", pondo ao "serviço de tão vasto império tôda a sua inteligência, tôda sua energia, tôda sua atividade e até a sua fortuna pessoal". (1)

Vem, dest'arte, muito a pêlo citar a carta régia em que Sua Magestade Fidelíssima, El-Rei D. José I, designava o Marquês de Lavradio Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, sucessor de D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja:

> "Dom José por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia Pérsia e Índia etc. Faço saber aos que esta minha carta patente virem, que atendendo à qualidade, merecimento e serviços do Marquês de Lavradio: Hei por bem fazer-lhe mercê de o nomear (como por esta nomeio) no emprego de Governador, e, Capitão General da Capitania da Bahia, e das mais a êle subordinadas, por tempo de 3 anos, e o mais, que eu for servido, enquanto lhe não mandar sucessor, e com o dito govêrno haverá o soldo, que lhe competir, pago na forma de minhas ordens, e gozará de tôdas as honras, poderes, mando, jurisdição, e alçada, que tem, e de que gozou o seu antecessor, e de mais, que por minhas ordens e instruções lhe for concedido, com subordinação sòmente do V. Rei e Capitão General do Mar, e Terra do Estado do Brasil, como a têm os mais Governadores dela. Pelo que mando ao meu Governador, e Capitão General da sobredita Capitania da Bahia, e oficiais da Câmara daquela cidade, dêem posse do mesmo govêrno ao dito Marquês de Lavradio; e a todos os oficiais de Guerra, Justiça e Fazenda, ordem também que em tudo lhe obedeçam, e cumpram suas ordens, e mandados,

como ao seu Governador e Capitão General; e ao Tesoureiro, ou recebedor da minha Fazenda, da mesma Capitania, a quem o recebimento dela tocar, lhe faça pagamento do referido soldo, aos quartéis por esta carta sòmente, sem para isso ser necessária outra provisão minha, a qual registrará para o dito efeito nos livros da sua despesa, para se levar em conta, o que assim lhe pagar; e o dito Marquês de Lavradio jurará em minha Chancelaria, na forma costumada, de que se fará assento nas costas desta minha Carta Patente, e antes de partir desta Côrte, fará em Minhas Reais Mãos preito, e homenagem pelo dito governo, segundo usos e costumes dêstes Reinos, de que apresentará certidão do meu secretário de Estado; e por firmeza de tudo lhe mandei passar Esta Carta Patente por mim assinada, e selada com o sêlo grande de minhas Armas; e pagou de novo direito um conto, novecentos, e dezassete mil quinhentos réis que se carregarão ao Tesoureiro dêles a fs. 367 v. do Livro quinto da sua receita, e deu fiança no livro segundo d'elas a fs. 98 a pagar os novos direitos do mais tempo que servir além de 3 anos, como constam dc seu conhecimento em forma registrada no Livro Vigésimo do Registro Geral a fs. 73 v.; Dada na Cidade de Lisboa a vinte e seis de Agosto: ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos sessenta e sete — Selo. El-Rei."

Durante cêrca de um ano D. Luís de Almeida governa a Capitania da Bahia, embora na curteza do tempo, mostrasse, à saciedade, a forma ímpar como estava ocupando o cargo.

Foi quando nova carta-régia de seu augusto soberano, o nomeou Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, em substituição ao Conde de Azambuja:

"Honrado Marquês de Lavradio, Governador e Capitão General da Capitania da Baía, amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquêle que prezo. Fui servido nomear-vos V. Rei, e Capitão General do Mar, e Terra do Estado do

Brasil, e declarar para vos suceder nesse govêrno ao Conde de Povolide (2) o qual passará a exercitar o mesmo emprêgo na conformidade da minha Real Ordem. E porque convém muito à meu serviço, que sem a menor perda de tempo passeis à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a suceder ao Conde de Azambuja (3) que pelas suas moléstias mando recolher a êste Reino: vos ordeno, que logo, que a Nau de Guerra Nossa Senhora dos Prazeres chegar ao Porto dessa cidade, entregueis o govêrno dela, e a sua Capitania ao sobredito Conde de Povolide, e vos embarqueis na mesma Nau, e vades exercitar o sobredito emprêgo de V. Rei e Capitão General debaixo de homenagem que destes dêsse Govêrno, sem que vos seja necessário outro algum despacho, além do conteúdo nesta Carta. Para o que vos hei por levantada a homenagem, que jurastes nas Minhas Reais Mãos dêsse dito govêrno. E à Câmara da dita Cidade de São Sebastião fui servido mandar escrever na referida conformidade a carta que será com esta. Escrita em Salvaterra de Magos aos oito de Abril de mil setecentos sessenta e nove, Rei. Para o Marquês de Lavradio."

"Abria-se uma outra época para o Brasil: o novo Vice-Rei ia dar um grande impulso à formação dêsse novo estado, a êle ficaria a dever o Brasil uma grande parcela do seu progresso e civilização." (4)

Dentre o muito que aqui faria, durante os onze anos de seu Vice-Reinado, destaca-se, em primeira plana, a defesa militar do Rio de Janeiro, pois que as fortalezas (5) que defendiam o pôrto

"ainda que poucas, e muito menos desnecessárias para defesa interna da mesma capitania, tôdas elas se achavam em muito mau estado, não porque se tivesse deixado de trabalhar nelas, porque quando o Conde da Cunha (6) chegou a êste governo, vendo que o Conde de Bobadela (7) em perto de trinta anos que governou esta capitania, tinha deixado destruir tôdas as

fortalezas, e abandonado estas por tal modo que a artilharia não tinha reparos, às fortalezas faltava a palamenta e mais munições para poderem fazer qualquer defesa, e finalmente tudo quanto pertencia à ordem militar e à segurança dêste porto estava em tal estado, que se não pode explicar. Logo o Conde da Cunha cuidou com tôda fôrça em reparar quanto pudesse êstes danos; porém os oficiais de que se serviu para executores das suas ordens, por imperitos, as executaram tão mal, que fizeram gastar muito dinheiro ao Vice-Rei, ficando tudo em tão mal ou pior éstado em que se achavam. E' verdade que se fizeram algumas muralhas, também se acrescentaram algumas obras nas fortificações que haviam, porém estas muralhas pareciam mais muros de quintas, aos quais bastava ter uma competente altura para que não entrasse ninguém para dentro, e a grossura precisa para o rigor do tempo a não derribar, e por esta ordem regulou as muralhas que deviam ter a grossura que corresponde a resistir aos tiros da grossa artilharia, e do mesmo modo regulou os parapeitos, fazendo-os de tão pouca resistência, que até as chuvas os desfaziam; e como o Conde tinha um gênio forte, e se satisfazia muito das suas resoluções, ninguém se atrevia a representar-lhe os inconvenientes; e desta sorte ficou tudo do mesmo modo, ou pior do que estava. Sucedeu-lhe o Conde de Azambuja, e sem embargo do pouco lugar que lhe deram as muitas moléstias que aqui padeceu, compreendeu logo que isto necessitava de providência, pelo grande risco em que estava a capital sem as suas competentes defesas; e logo no segundo dia de eu aqui chegar me repetiu isto mesmo, e não só me mostrou alguns lugares, que deviam ser fortificados, mas até me apresentou os planos que tinha mandado fazer pelo Marechal Funck, os quais não tinham podido ser executados assim por não terem cabido no pouco tempo que S. Ex.ª aqui esteve governando, como pela falta de meios que havia nesta capital; e muito mais por se precisar de ordem para aquilo se poder fazer, de sorte

> que tôda a defesa ficou feita em papel, existindo aquela ùnicamente que não podia resistir a duas ou três fragatas." (8)

Diante de tamanha incúria que se perpetuava através dos governos, logo pôs o Marquês de Lavradio, mãos na obra.

Sabe-se, com segurança, dos perfeitos conhecimentos que possuia êle sôbre a ciência militar, pois que quando em París, onde o mandara seu pai, no intuito de lhe esmerar a educação, "procurou conviver com os homens mais notáveis daquele tempo, aplicando-se particularmente a observar os progressos que a arte de guerra havia feito em França, e convidou alguns distintos oficiais franceses a irem a Portugal, entre êles Mr. de Valeré, que em Portugal se aplicou à construção de fortificações." (9)

Eis porque, judíciosamente, aqui determinou ao Tenente-General Jacques Funck, ao Coronel José Cûstódio de Sá e Faria e ao Capitão Francisco João Roscio, oficiais engenheiros (10), que lhe apresentassem, cada qual, seu projeto sôbre a defesa do Rio de Janeiro.

Logo propendeu para os planos do Capitão Francisco João Roscio, por estarem êles mais de acôrdo com os princípios proclamados por Vauban. Neste particular, indubitàvelmente, influiu a opinião hábil do Tenente-General João Henrique de Böhm, comandante de tôdas as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia, que, em minucioso relato, estuda cada um dos planos em particular. (11)

Não há negar o papel preponderante que representava na defesa da capital do Vice-Reino a Fortaleza de Villegagnon, do que, de longa data, bem se tinham apercebido todos quantos aqui vieram. (12)

Atendendo ao fato, quer de se ter ali erigido a primeira fortificação do Rio de Janeiro (13) quer por se tratar do próprio tema dêste estudo, cumpre-nos, em simples debuxo retrospectivo, acenar as princípais etapas porque passou ela, da segunda metade do décimo sexto seculo ao último quartel do décimo oitavo.

Em 10 de novembro de 1555, (14) chega a "êsse grande rio, chamado de Guanabara pelos do logar (por ser semelhante a um lago)

ou de Janeiro, pelos que primeiro o descobriram" (15), o Vice-Almirante de Bretanha, Nicolau Durand de Villegagnon, um dos mais famosos membros da Ordem dos Cavalheiros de São João de Jerusalém, modernamente conhecida por Ordem dos Cavalheiros de Malta.

Aqui vinha êle com o intuito de atacar as possessões portuguêsas da América do Sul. Logrando firmar pé, denomina, à terra conquistada, *França Antartica.*

*Subindo o rio*, topa Villegagnon, com um rochedo raso, de 100 a 120 passos de circunferência, que chama *Ratier* (a atual Lage) — "depois de desembarcar alfaias e artilharias, pensou nêle fortificar-se, mas a maré o expulsou dali."

A êsse ilhéu rochoso, preferiu outro, também desabitado, sito uma légua mais para dentro, cercado de pedras, que não permitiam aos navios aproximarem-se a menos do alcance de um tiro de canhão.

"Com efeito ninguém pode ali atracar, nem mesmo pequenos barcos, a não ser pelo lado do pôrto, situado em posição contrária ao mar alto. Ademais nas extremidades desta ilha existem dois morros nos quais Villegagnon mandou construir duas casinhas, edificando a sua, em que residiu, no centro da ilha em uma pedra de cinqüenta a sessenta pés de altura. De ambos os lados dêsse rochedo, aplainamos e preparamos pequenos espaços onde se construiram não só a sala, onde nos reuníamos para a prédica e a refeição, mas ainda vários outros abrigos em que se acomodavam cêrca de oitenta pessoas, inclusive a comitiva de Villegagnon. Entretanto a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento, e alguns baluartes para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens, que de fato os fizeram. Eis em poucas palavras em que consistia o forte que Villegagnon denominou Coligny, almirante da França, sem o apoio do qual... jamais tivera meios de fazer a viagem nem construir nenhum forte no Brasil." (16)

Era essa ilha cognominada *Serigipe* pelos naturais, em seu linguajar tupí-guaraní. Todavia, também se afirma, era ela conhecida pelo nome de *Itamoguaia;* sendo-o, posteriormente, pelo de *Ilha dos Franceses* ou *Monte das Palmeiras*. De todos os epítetos, entretanto, o que predominou foi o de *Villegagnon,* que lhe legou a tradição. (17)

Retomando, porém, a narrativa, vemos que só em 1560, cêrca de 5 anos após a chegada dos franceses, cuida Portugal de enviar, da Bahia, o terceiro Governador Geral, Men de Sá, que aporta, ao Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro.

Vinha êle com uma boa armada, "acompanhado dos principais portugueses da Bahia, e alistados os mais soldados que poude, assim brancos como índios da terra." (18)

Depois de indispensáveis aprestos, em 15 de março, inicia o ataque à fortaleza, que é, finalmente, tomada e arrasada.

A despeito da opinião otimista de Men de Sá, sôbre a posição da ilha considerada tão feliz, conforme retrata em epístola dirigida a "Sua Alteza a Senhora D. Caterina de Austria, Irmã do Imperador Carlos Quinto, que por morte d'El-Rei D. João seu marido, e de seu filho o principe D. João, governava o Reino em lugar de El-Rei D. Sebastião seu neto, por ser ainda de pouca idade;" logo depois da vitória, abandonaria-na o Governador Geral, "por não ter gente que bastasse para poder defender esta fortaleza.

Não se conformaria, contudo, a rainha D. Catarina com a justificativa de Men de Sá, pois que lhe haveria de obtemperar que muito estranhava "o haver arrazado o forte e não deixar quem defendesse e povoasse a terra."

Seria erro supor aí não voltassem os franceses, que derrotados, "lançaram-se na terra firme com o gentio *Tamoyo,* que os favorecia muito" (19) sob o comando, agora, de Bois le Comte, sobrinho de Villegagnon, uma vez se retirara este para seu país natal.

Tão sòmente a 20 de Janeiro de 1567, ainda o mesmo Men de Sá, em seguida a cruenta batalha, aniquilaria, definitivamente, os franceses e seus sonhos de fundação da França **Antártica.**

Com o rolar do tempo resolvem-se, enfim, os governadores a fortificá-la, tendo em conta sua posição, de novo assinalada e posta

em destaque, agora, na crônica do jesuíta Padre Simão de Vasconcelos, ao andar por aqui, de 1663 a 1671:

> "a fortaleza principal da ilha, que chamão Villagailhon, e parecia inexpugnavel; porque tudo o que era ilha, era fortaleza, e tudo o que era fortaleza, era ilha, e toda (excepto hum pequeno porto de praia) era cercada de penedia brava, onde bate o mar." (20)

Foi o Governador Sebastião de Castro Caldas (21) quem mandou erguer, durante seu curto govêrno, de 1695 a 1697, uma bateria, em uma das pontas da ilha; que uma explosão destruiria, em 1711, ao tentar a fortaleza opor-se à passagem de Duguay-Trouin. (22)

Durante anos esteve a ilha de Villegagnon arrendada aos jesuitas, arrendamento êsse que cessou, ao serem os padres da Companhia de Jesus expulsos do Brasil, por ordem do Marquês de Pombal. A carta-régia de 17 de outubro de 1761, ao mesmo tempo que lhes mandava confiscar os bens, fazia cessar o arrendamento. (23)

Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, intenta edificar o *Forte de São Francisco Xavier*. "A sua fortificação na ponta do norte era defeituosa por pequena, porque um alto penhasco que lhe era imediato não lhe deu muito lugar", e, "contra a expectação quasi geral, que julgava por temerária a empreza, conseguiu com suma felicidade e pouca despeza o grande projeto de aplanar tão alto monte de pedras".

O Conde da Cunha, a seguir, "mandou trabalhar nela, com tanto cuidado anos".

Coube finalmente ao Marquês de Lavradio, fortificar, às direitas, a ilha, que passou a ser denominada *Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon,* (24) da qual, em relatório, dizia a Martinho de Melo Castro (25):

> "Cuidei sem perda de tempo em a pôr em estado de defesa; tem sido uma obra muito trabalhosa e ainda que não se acha de todo concluída, está já tôda ela em estado de montar artilharia, de poder receber dentro em si a guarni-

> ção que lhe é competente; tem um competente e seguríssimo armazem para pólvora, vão-se continuando a fazer as casas-matas para guarnição e se acaso fôr atacada, já hoje poderá fazer uma vigorosa resistência".
>
> "Como a ilha é grande e seria de grandíssimo custo e desnecessário fortificá-la tôda, separei o que pertence à fortificação do que não ficava fortificado, fazendo-lhe uma cortadura larga, por donde passa o mar e ali uma ponte levadiça para se poder comunicar a Fortaleza com o resto da Ilha. Estou cuidando com tôda fôrça em lhe demolir as alturas, a fim de que fique padrasto nenhum que embarace aquela fortaleza". (26)

Em síntese, eis como se apresentava, até pouco mais de meio século atrás, a Fortaleza de Villegagnon, de gloriosa memória, tal qual a deixara o Marquês de Lavradio, de quem, com suma justiça, disse o Visconde de Pôrto Seguro: "em seu largo vice-reinado de dez anos e cinco mezes, o Marquês de Lavradio, que antes governava na Bahia, em meio dos cuidados em que se viu com as hostilidades e guerras no sul, dedicou-se, com o maior zelo e inteligência, a todos os ramos da administração."

E, como remate, não é demais acrescentar o juízo póstumo, que dêle exarou Frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, em sua *"Oração fúnebre à memória do Ilustríssimo e Excelentíssimo Marquês de Lavradio, recitada na Catedral do Rio de Janeiro, nas exéquias que lhe consagraram os cidadãos da mesma Cidade."* "...homem singular, em que o contágio da dignidade, e da grandeza não tinha feito mudar o aspecto, nem corromper o coração."

MÁRIO FRANÇA.

## NOTAS

(1) Aqui, como alhures, fartamente usaremos, quer a biografia, quer a vasta documentação que apresenta a preciosa obra de D. José d'Almeida Corrêa de Sá, 6.º Marquês de Lavradio, intitulada: *Vice-Reinado de D. Luiz De Almeida Portugal,* Rio, 1942. Também foram compulsados vários trabalhos, onde vêm referências que nos interessaram, sôbre o Marquês de Lavradio: *Memórias do descobrimento e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro,* em *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.,* XXVII, I — *Almanac Histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, composto por Antônio Duarte Nunes, Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia desta Praça,* em *Rev. Inst. Hist. Geográfico Brasileiro,* XXI, e *Catálogo dos Capitães Móres, Governadores, Capitães Generais e Vice-Reis, que têm governado a Capitania do Rio de Janeiro desde sua primeira fundação em* 1565, *até o presente ano de* 1811 — *Copiado de um manuscrito, que existe na Biblioteca Episcopal Fluminense,* em *Rev. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro,* II.

(2) Luis José da Cunha Grã Ataíde e Lencastre, Conde de Povolide. Tomou posse do cargo de Governador e Capitão-General de Pernambuco em 14 de abril de 1768; governando até 3 de outubro de 1769, quando foi mandado para a Bahia a suceder o Marquês de Lavradio.

(3) D. Antônio Rollim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, 2.º Vice-Rei do Brasil, no Rio de Janeiro. Tomou posse em 19 de outubro de 1767.

(4) D. José d'Almeida Corrêa de Sá, ob. cit.

(5) Dentre as várias fontes de onde haurimos elementos para êste estudo, destacamos *Fortificações no Brasil,* memória escrita por convite da comissão diretora das conferências sôbre história e geografia do Brasil, em 1881, por Augusto Fausto de Souza, em *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.,* XLVIII, 2.ª e *Reparos e anotações,* sôbre a barra do Rio de Janeiro, suas fortalezas e defensas, em *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.,* XXXIII, 1.ª. Luis Viana Filho publicou em *Estudos Brasileiros,* ano III, vol. 5, ns. 13 e 14, Rio, 1940, um trabalho curioso com preciosa carta jesuítica datada de 5 de Setembro de 1736. Sôbre ela o Padre Serafim Leite, S. J. forneceu-nos os seguintes dados referentes ao autor, ali apenas citado no nome: trata-se do Padre Plácido Nunes, S. J.,

Reitor do Colégio da Bahia, natural de Lisbôa e falecido naquela cidade, em 2 de março de 1755. Essa missiva dirigida ao 5.º Vice-Rei do Brasil, na Bahia, André de Melo e Castro, Conde das Galveias, contém uma passagem valiosíssima: "em nossos tempos tôdas as fortalezas que se acham no Rio de Janeiro, sendo esta praça ao presente a mais fortificada por arte, que se acha nas conquistas, *foram feitas pelos índios* de Cabo Frio, e S. Barnabé e outras Aldeias, que em esquadras de cinqüenta, sessenta, e mais índios alternadamente se revezavam de dois em dois mezes no serviço de S. M. pelo seu justo estipêndio, como era razão e justiça." O grifo é nosso.

(6) D. Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha, 1.º Vice-Rei do Brasil, no Rio de Janeiro. Tomou posse em 19 de outubro de 1763, governando até 17 de novembro de 1767.

Chegou à Bahia, na nau "N. S. da Caridade, S. Francisco de Paula e Santo Antonio", como "Governador que foi do Reino de Angola, aonde grangeou moléstias tais, que não obstante a mudança de clima ainda se acha bastantemente mal convalescido..." (*Ofício do Vice-Rei, Conde dos Arcos, para Tomé Joaquim da Costa Côrte Real,* Bahia, 10-12-1758, *Inv. dos Doc.* — Vide nota 12) — Sua moléstia, contudo, agravou-se tanto que chegou o doente, ao ponto, de pedir um padre da Companhia para o sacramentar. (*Ofício do V. Rei para o mesmo,* Bahia, 19-1-1759, *Inv. dos Doc.*) — Já "inteiramente convalescido das moléstias" que ali experimentou, seguiu viagem para o Rio de Janeiro, a bordo da Galera "N. S. da Arrabida e Santa Rita". (*Ofício do V. Rei para o mesmo,* Bahia, 24-3-1759, *Inv. dos Doc.*).

(7) Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, Sargento-mór do Regimento de Cavalaria de Alcântara, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro. Tomou posse em 10 de agôsto de 1733. Ficava sob seu govêrno uma grande parte do Brasil: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento.

(8) *Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o govêrno a Luiz de Vasconcelos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado,* em *Rev. Inst. Hist. Geog. Brasil.,* IV.

(9) D. José d'Almeida Corrêa de Sá, ob. cit.

(10) *Jacques Funck,* sueco de nascimento, veio para o Brasil no posto de Brigadeiro, como chefe do Corpo de Engenheiros e Artilheiros. Dêle disse, ao Conde da Cunha, o Conde de Oeiras: "E' porém profundíssimo na ciência do ataque e defesa das praças; e em tudo o que pertence ao gênio, ou engenharia e artilharia." (Comentários de Rodolfo Garcia a Varnhagen). Diz o Visconde de Pôrto Seguro que servira êle "com distinção às ordens do Marechal de Saxe, acerca de cujas campanhas, escrevera." Em 1774 foi promovido a Marechal de campo. Dentre as várias memórias que deixou, há uma interes-

sante com o título: *Relation de l'Exercise de la Compagnie de Mineurs à Rio de Janeiro* — 1763 et 1769, sôbre os exercícios que essa companhia de mineiros realizava na Fortaleza de Villegagnon, onde também existia um depósito de minas. Escreveu ainda, em 1768, a *Relation générale de toutes les places fortifiées autour le port et la ville de Rio de Janeiro, avec leur situation et leur état présent* — Trata-se de um in-folio manuscrito, existente na Biblioteca Nacional, ao qual acompanham doze planos de fortalezas, e um do armazém de pólvora, para o serviço dessa praça; precedidos do plano do Rio de Janeiro com seus fortes a uma parte da baía. Todos êles são finamente desenhados a aquarela. Os planos são referentes às seguintes fortalezas: Santa Cruz, São João, Laje, Praia Vermelha, Praia de Fóra, Boa Viagem, Gravatá (Gragoatá), Villegagnon, Ilha das Cobras, São Sebastião, Conceição e Calabouço. Sôbre Villegagnon diz o seguinte, que é interessante apesar das inúmeras incorreções ortográficas em francês, o qual traduzimos em parte: "Do lado da ponte é a fortaleza completamente descoberta; a guarnição e as munições necessárias ao seu serviço, ficam do lado de fora, mais ou menos no meio da ilha; sôbre a água doce necessária, são obrigados a transportá-la, diàriamente, da cidade; além dêsses inconvenientes, fica a fortaleza um pouco afastada do canal (*du grand passage*) — *pour fair bon service, tous les coups vers se coté ne rencontrent, que par accident; et par consequence font très, peu à la defence de ee passage*" (dada a quase impossibilidade de traduzir êste trecho, apresentamo-lo tal e qual, com o objetivo, também, de mostrar, no original, o estilo e a ortografia do autor) — "para impedir outras operações, que o inimigo possa levar a cabo na baía; mas como fica esta ilha mui próxima da cidade, para lhe fazer mal, se o inimigo dela se apoderar; parece merecer ser melhor cuidada para servir de cidadela, que se possa opor a motins entre os habitantes, impedindo ao mesmo tempo ao inimigo de se aproximar, por êste lado da cidade, deve ser posta em melhor ordem que atualmente, fechada do lado da ilha, com um fosso, sendo a guarnição alojada dentro; de outra forma não poderá jamais ser denominada fortaleza." Alinea *Francisco João Roscio* — O Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em ofício de 27 de junho de 1767, participou ao Conde da Cunha o embarque de Francisco João Roscio para o Brasil, deixando metade do soldo para alimentação de sua mulher e filha em Lisboa. Das certidões em pública forma da fé de ofícios dos serviços por êle praticados, de 1767 a 1779, vê-se que aqui serviu, a princípio como Sargento-Mór, e, posteriormente, como Capitão de Infantaria, com exercício de Engenheiro e Ajudante de Ordens do Brigadeiro Funck. Esteve na Ilha de Santa Catarina, por ordem do Marquês de Lavradio, "para facilitar as passagens dos rios à tropa e cavalaria, que passou para o Rio Grande." Também esteve em Laguna e Tramandaí. Em 1781, no govêrno de D. Maria I, foi nomeado Coronel de Infantaria com pôsto de Engenheiro. Em 1801, o Príncipe-Regente D. João,

promoveu-o a brigadeiro. Ha uma carta do Marquês de Lavradio a Roscio, que não só lhe faz agradecimentos e o louva, como ainda lhe comete incumbência valiosa. Ei-la:

"Com a chegada da Corveta Conceição vinda da Ilha de Santa Catarina recebi a carta de Vmce. dando-me a certeza de terem feito felismente a sua viagem, sem embargo de se terem demorado nela mais alguns dias dos que aqui se supunham; esta incerteza me não fez admiração por ser muito natural o errarem-se todos os cálculos, que se fazem sobre cousas tão incertas como é a navegação, finalmente chegaram Vmces. muito bons, que é o que mais estimo, e com a mesma felicidade principiarão as suas marchas por terra. Devo agradecer a Vmce. e louvar-lhe muito o zelo, inteligência, e atividade, com que tem trabalhado para se vencerem as dificuldades, que sempre se tinham encontrado nas marchas para aquele continente, devendo-se estar c. sc terem abreviado a constância, com que Vmce. se tem oposto a todos os discursos dos ignorantes, não tendo Vmce. condecendência senão com o que lhe parece mais útil para o serviço d'El-Rei Meu Senhor e mais próprio para se executarem prontamente as ordens de que Vmce. foi incumbido. A grande confiança que faço do prestimo de Vmce., o muito que me esperancejo que os seus trabalhos sejam de muita utilidade ao estado, o grande perigo em que considero presentemente o continente do Rio Grande, fazendo-se ali presentemente sumamente preciso um engenheiro hábil, que tenha zelo pelo serviço, e pela Pátria, me fazem indispensável haja de ordenar a Vmce., parta imediatamente àquele continente, isto é naquelas partes, em que lhe encarregar o Governador José Marcelino, fazendo Vmce. ao mesmo tempo tôdas as observações que lhe forem possíveis para se haver de formar um mapa do mesmo continente, mais certo e com menos defeito, que os que até agora se tem feito. Do mesmo continente me dará Vmce. conta daquilo que foi encarregado do que se tiver posto em prática a êste respeito, e de tudo que tiver acontecido nas partes, em que Vmce. se achar, esta conta bastará, que seja por um diário muito simples afim de não estar embaraçando a Vmce., que lhe tomem o tempo, e sejam inúteis. Nessa ocasião mando mais um reforço de gente para as tropas do continente, e se fôr preciso irei continuando a mandá-los, segundo os avisos que fôr recebendo. O grande trabalho, em que presentemente me acho, não permite que eu agora possa ser mais estenso; Vmce. me tem sempre muito pronto para em tudo lhe mostrar a estimação. Deus guarde a Vmce. muitos anos. Rio de Janeiro a 15 de fevereiro de 1774. Marquês de Lavradio. Snr. Cap.am Engenheiro Francisco João Roscio." *Bib. Nac., Mss.*

*José Custódio de Sá e Faria* — Nasceu no Brasil e foi engenheiro militar. Dentre as comissões de destaque que teve avulta a de membro da terceira partida, em 1752, para demarcação dos limites sul, da foz do Igureí á do Jaurú, para execução do Tratado de Madrid de 1750. Era então Sargento-Mór.

Trabalhou até 1777, quando desempenhou triste papel na rendição das tropas que guarneciam e defendiam a Ilha de Santa Catarina: "desgraçada e infame ação", dela disse o Marquês de Lavradio. Acompanhou, a Buenos Ayres, D. Pedro de Cevallos, o general espanhol vitorioso, tendo ali prestado, como engenheiro e cartografo, serviços relevantes. Deixou memórias e inúmeros trabalhos cartográficos de valor.

(11) *João Henrique de Böhm*. Foi nomeado pelo Marquês de Lavradio chefe das tropas que reforçaram, em 1774, o Rio Grande do Sul. Veio da Alemanha nomeado General em Chefe e inspetor geral de tôdas as tropas do Brasil. Dele escreveu ao Conde da Cunha o Conde de Oeiras: "O Tenente-General João Henrique de Böhm é certamente um oficial de guerra consumado, por ciência, experiência, valor, probidade, docilidade e cortezia, sem as quais se não podem governar homem racionais." Foi um dos mais hábeis e bravos oficiais do Conde de Lippe — S. A. Mgr. le Maréchal Général — Conde reinante Schaumberg Lippe — segundo cópias de cartas trocadas a respeito de "Souvenirs qui m'ont fait entrer dans le service de S.M.T.F." — com as respectivas respostas — 1758-1767 — Cód. da Bib. Nac. — E' também curiosa a correspondência trocada com o Conde de Oeiras — Cód. de 1767-1775 — com anexos: cartas e outros documentos — Bib. Nac Mss.

(12) "... ser a dita fortaleza huma das mais importantes da defesa e reparo aquella cidade pelo sitio em que está, donde defende a enseada que faz na terra firme." — *Representação do Sargento Mór Antônio de Barros Leitão, Comandante da do Virgalhão da Barra do Rio de Janeiro, em que pede a restituição de peças de artilharia, a construção de quartéis e de uma embarcação para o serviço da fortaleza* (1735) — Em "Inventario dos documentos relativos ao Brasil existente no Arquivo de Marinha e Ultramar organizado por Eduardo de Castro e Almeida" — Vol. XLVI referente aos anos de 1729-1747 dos *Anais da Biblioteca Nacional.*

(13) "... esta foi a primeira Fortaleza que se fez logo que se fundou aquella cidade." — Id. Ib.

(14) 10 de novembro é a data que consigna Gafarel. Nicolau Barré em "Lettres sur la navigation du chevalier de villegaignon", diz: "Nous arrivãmes le dizième Guanabara, pour la similitude qu'elle a au lac..." — Cit. por Noronha Santos em "Villegagnon e Bois le Comte", *Correio da Manhã,* 20-1-1929

(15) Frei André Thevet, *Singularidades dã França Antartica,* Pref., trad. e notas do Prof. Estevão Pinto, 1944, p. 161.

(16) Jean de Léry, *Viagem á terra do Brasil,* Trad. integ. e notas de Sergio Milliet, ps. 94 e 95.

(17) O *Vocabulario da Lingua Brasilica,* de 1591, do Padre Leonardo do Vale, S. J. (cuja autoria foi recentemente demonstrada pelo Padre Serafim Leite, S. J., em estudo publicado na revista *Verbum,* Junho, 1944) coordenado

e prefaciado por Plínio Airosa — Vol. XX da *Col. do Dep. de Cult.*, S. Paulo, 1938, consigna a denominação *Itamoguaia* para a Ilha de Villegagnon. O Padre Barbosa, de Lambarí, Minas Gerais, a êste respeito escreve a Basílio de Magalhães: "*Itamoguaia*, nome da Ilha de Villegagnon (Voc. Lingua Brasil., p. 261) deve significar "pedra cortada". *Moguai* significa "cortar". "ferir" (com instrumento) V. Voc. L. Bras. 166, 235. Compõe-se de "*mo*" ou "*mbo*" e "*knái*". V. Montoya, Tesoro, ed. 1876, p. 327 v./321 v. O "*a*" final de "*moguaia*" se deve ao fato de estar o verbo na forma infinitiva. V. Anchieta, ed. 1933, p. 27; Figueira, ed. 1880, p. 103. De acôrdo com êsses autores, os verbos acabados em ditongo adicionam "*a*" no infinitivo. O infinitivo está aí adjetivado, num sentido *passivo*: "cortada". Isso com verbo transitivo, como "cortar", é um tanto insólito e contra as gramáticas. Mas não é sem precedentes. V. p. ex. Voc. L. Brasil, p 412: "Tostar assi como eles fazem assando na lavareda, e fumo. — *Aimocaẽ*, act." e no entanto, ibid. "Tostada carne, ou peixe. — *Caẽ. Mocaẽ*". Basílio de Magalhães é de opinião que *Serigipe* quer dizer *local onde abundam os siris*. — O aportuguesamento e deturpação do nome francês Villegagnon, além de Viregalhão, Vilagalhão e Vilagaleão, como cita Plínio Airosa, deu outros bastante curiosos que passamos a assinalar: Frei Vicente do Salvador: Vilaganhon; Gabriel Soares: Viragalhon; Monsenhor Pizarro: Vergalhão; Padre Simão de Vasconcelos: Villagailhon; Brigadeiro João Henrique de Böhm: Villagalhão; Marquês de Lavradio: Villegaillou e Villegayllou. Vimos em varios livros mestres do antigo quartel do "Corpo de Marinheiros Nacionais", a expressão Villagalhão assinalada. Por isto se explica a razão da "Ordem do Dia", n.º 109, do Estado Maior da Armada, de 19-5-1906: "que vindo freqüentemente errado, mesmo em importantes papéis oficiais, o nome da ilha em que se acha aquartelado o Corpo de Marinheiros Nacionais manda que a ortografia do mesmo nome seja Villegagnon."

(18) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, São Paulo.

(19) Gabriel Soares de Souza, *Tratado descriptivo do Brasil em* 1587, 1939. p. 95.

(20) Padre Simão de Vasconcelos, *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, Lisboa, 1865, I, p. 153.

(21) Foi nomeado por carta-patente de 4 de Fevereiro de 1695 para substituir, interinamente, a Paes de Sande em seu impedimento. Tomou posse em 19 de de Abril deste mesmo ano, e, governou até depois de 2 de Julho de 1697.

(22) Existe na Bib. Nac. um volume com gravuras intitulado "*Les campagnes de Duguay-Trouin*", sem a página de rosto; o que tanto importa em não assinalar nome do autor, título exato e data (quanto a esta atribuímos a ter sido impressa no XVIII século) que em uma das estampas, sob a denominação "*Prise de Rio de Janeiro* — 1711", se vê um forte saltando aos ares

em conseqüência de explosão. Parece tratar-se da Fortaleza de Villegagnon. Em "Notisias sertas do q̃ susederão em este Rio de Jan.ro" — curioso documento da Biblioteca da Ajuda, cit. por Eduardo Brazão em "As expedições de Duclere e de Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, 1710-1711", Lisboa, 1940, lê-se: "Em a entrada dos nauios susede hũa disgrasa e foy q̃ tendo posto m.tos cartuchos de poluora p.ª fortaleza do veygalham q̃ assim se chama lhe pegou o fogo e se queymou o m̃eu Cpp.am e outros 2 e cousa de 30 pesoas..."

(23) Sôbre a data inicial do arrendamento, não nos foi possível determiná-la. Contrariando a opinião de Melo Morais em seu *Brasil Histórico*, que consigna o ano de 1711 como início dêsse arrendamento, lemos em Vivaldo Coaracy, "o *Rio de Janeiro no século* 17 — 1619" — p. 47: "A varíola grassava ora num ora noutro ponto da costa, e os navios que mantinham a comunicação entre as capitais eram veículos que a transportavam. A população do Rio de Janeiro foi numerosas vêzes assolada pela doença e, como medida de proteção, a Câmara resolveu instituir a quarentena para os navios que chegassem ao pôrto com os casos suspeitos. Para êsse fim foi destinada a ilha de Villegagnon que passou a ser conhecida como *Degredo das Bexigas*, nome antipático que conservou por algum tempo. *Os Jesuitas que estavam na posse da ilha*, cederam-na à Câmara para êsse fim." Êste último grifo é nosso, e por aí se vê que, já em 1619, os Jesuitas possuiam o arrendamento da ilha.

(24) Não conseguimos apurar a razão porque o forte que Bobadela denominara *São Francisco Xavier*, passou a se chamar *Nossa Senhora da Conceição*. Na impossibilidade de saber de ciência certa, pensamos tratar-se de uma homenagem prestada ao Marquês de Lavradio, que nasceu em uma quinta cognominada "da Conceição" tendo sido batisado na ermida de Nossa Senhora da Conceição.

(25) Estadista português, nascido em Lisboa. Foi colaborador do Marquês de Pombal, e, depois seu inimigo e acusador. Minlstro da Marinha no reinado de D. Maria I, teve as mais ousadas e inteligentes iniciativas, reformando inteiramente todos os ramos do serviço naval.

(26) A fortaleza pròpriamente dita foi pelo Marquês de Lavradio, edificada na porção mais elevada da ilha, onde antes houvera o forte de São Francisco Xavier. O acesso a ela se fazia por um tunel, de cêrca de 15 metros de extensão, onde estavam situados os quartéis e as prisões subterrâneas. O túnel, em uma das extremidades, possuia um portão e uma ponte levadiça, que isolavam a fortaleza da parte baixa da ilha, e, na outra extremidade confinava com uma ladeira, em zig-zag, que facilitava o acesso ao recinto do forte. Ao centro se encontrava o *castelo*, de cêrca de 5 metros de altura, sôbre o qual estava a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. No

interior do castelo estavam os paióis de pólvora e de munições. Em volta, protegidos por parapeitos de pedra e cal, de mais de um metro de espssura, ostentavam-se os velhos canhões que a guarneciam. E' curioso confrontar as estampas IV e V; por elas se vê a Fortaleza de Villegagnon antes e depois da reforma executada pelo Marquês de Lavradio.

## EXPLICAÇÃO DAS ESTAMPAS

I — Antigo portão ainda hoje conservado em seu aspecto primitivo.

II — Lapide, esculpida em pedra de Lioz, e sobreposta ao portão.

Sua inscrição, em linguagem corrente, é a seguinte: "Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon, principiada em 1775, reinando o Senhor D. José I, sendo Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra dos Estados do Brasil o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Luís de Almeida Portugal, 2.º Marquês de Lavradio, do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima, Tenente General de seus Exércitos, Conselheiro de Guerra."

III — Aspecto geral da Fortaleza de Villegagnon, conforme remodelação operada pelo Marquês de Lavradio, e que, até pouco mais de 50 anos atrás, ainda podia ser apreciada.

IV — Plano da Fortaleza de Villegagnon, levantado, em 1768, pelo Tenente-General Jacques Funk, existente em *"Relation générale de toutes les places fortifiées autour le port et la ville de Rio de Janetro, avec leur situation et leur état présent."* — Vide nota 10.

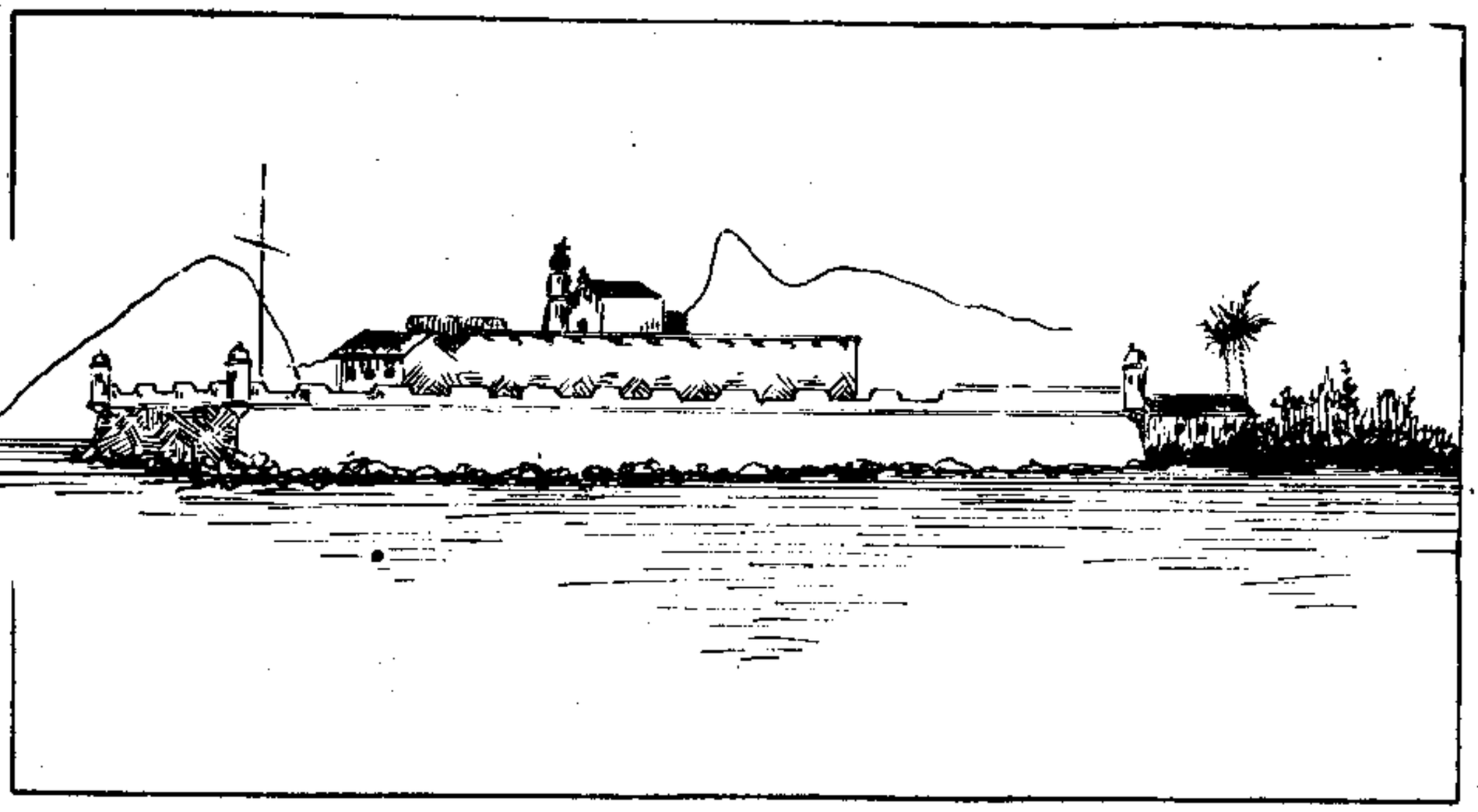
V — *Plano da Fortaleza do Vilgalhon com os acrescimos que se lhe fizerão,* conforme *Coleção de planos feitos por ordem do Conde de Rezende Vice Rey do Estado do Brazil, em que se mostrão as baterias, que novamente se erigirão para defença da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro assim como os concertos, e acrescimos, que se fizerão nas principais Fortalezas, precedidos de dous Planos da Bahia do Rio de Janeiro, que dão idéa da entrada do Porto, e das differentes ancoragens acompanhados de sua inscripçõens, e Mappas das peças de Artilherias. Dezenhos e postos em ordem por José Correa Rangel de Bulhoens, Ajudante de Infantaria com exercicio de Engenheiro, Anno de* 1794. — In-folio, finamente desenhado a aquarela, existente na *Comissão de Tombamento do Ministério da Guerra,* e, que se compõe dos seguintes planos: Plano de hua parte da bahia do Rio de Janeiro, que comprehende a Cidade de Sam Sebastião, todas as Fortalezas, que defendem a sua entrada, e circuito da Cidade; plano hydrografico do porto do Rio de Janeiro; plano da Marinha em frente da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com as suas fortificaçõens, e a Fortaleza da Ilha das Cobras; plano da Marinha do

Norte da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com as suas fortificaçõens; plano da Marinha do Sul da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com as suas fortificaçõens; plano da Fortaleza da Lagea; plano da Fortaleza de São João e das Baterias que defendem a Barra; plano da Fortaleza da Praya Vermelha; plano da Fortaleza de Santa Cruz; plano da Fortaleza de Caraitá e plano da Fortaleza de Vilgalhon.

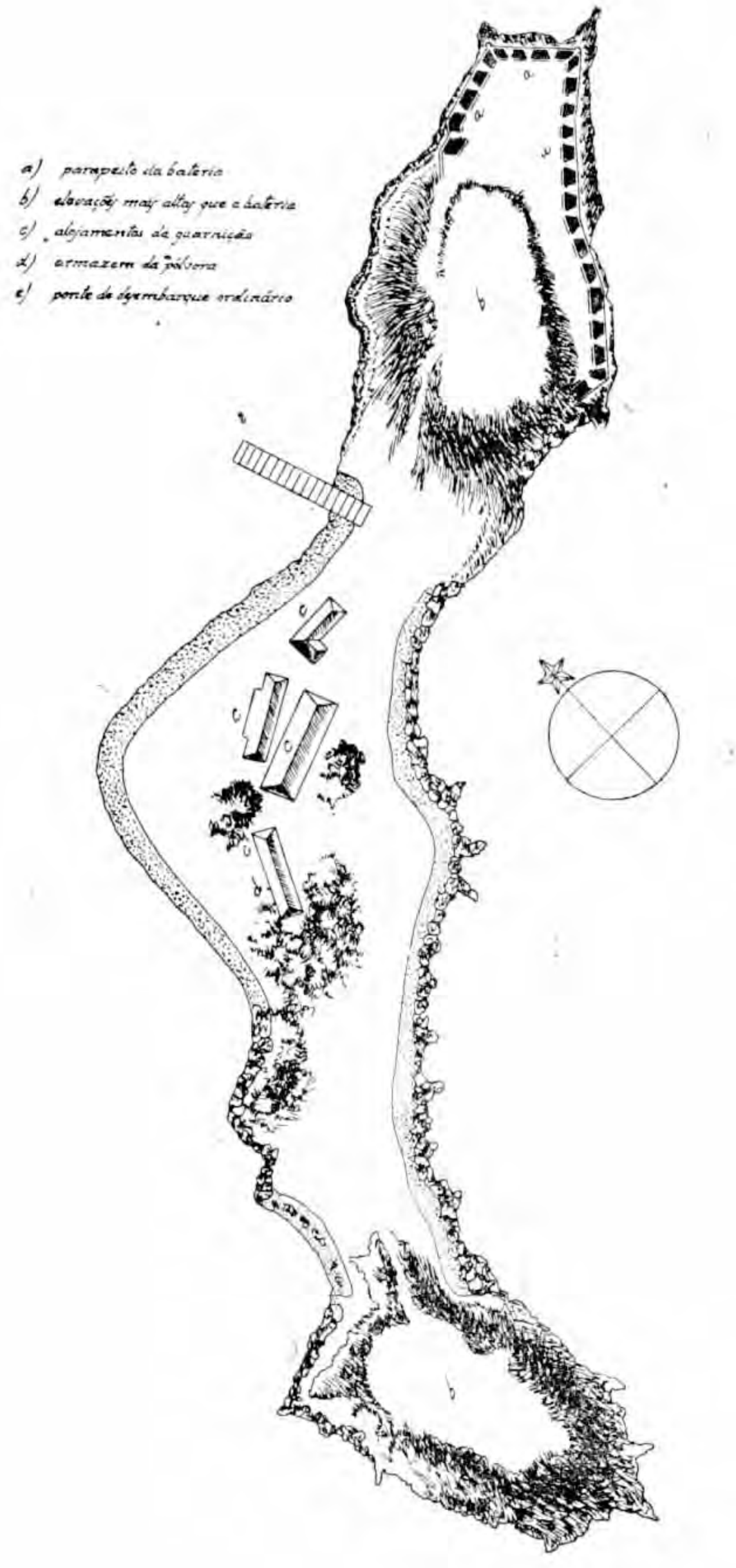

FORTALEZA DE N SNR.ª
DA CONCEIÇAM DO VIGIA LHON
PRINCIPIADA EM 1775 REINAN-
DO O SD. JOSE I SENDO VICE REY E CAPITAM GN.AL DE MAR E
E TERRA DOS ESTADOS DO BRASIL O ILL.MO E EXC.MO
SD. LUIZ DE ALMEIDA PORTUGAL 2 MARQUEZ
DE L AVRADIO DO CONS.HO DE S.M.T. TEN.TE GN.AL DEL REY NOS
SOS CONCELHOS DE GUERRA
LINDENBERG

FORTALEZA DEN SNRª
DA CONCEICAM DO VILAGALHON
PRINCIPIADA EM 1775 REINAN=
DO O SD IOZE Iº GENDO VICE REY E CAPITAM GNª DE MAR=
E TERRA DOS ESTADOS DO BRASIL O ILLUSTRISSIMO E EXSE=
LENTISSIMO SD LUIZ DE ALMEIDA PORTUGAL 2º MARQUEZ
DE LAVRADIO DO GOI Sº DE SMGᶜ F TENᵉ GNᵃˡ DE SEUS EXERCI=
TOS CONCELHEI RO DE GUERRA

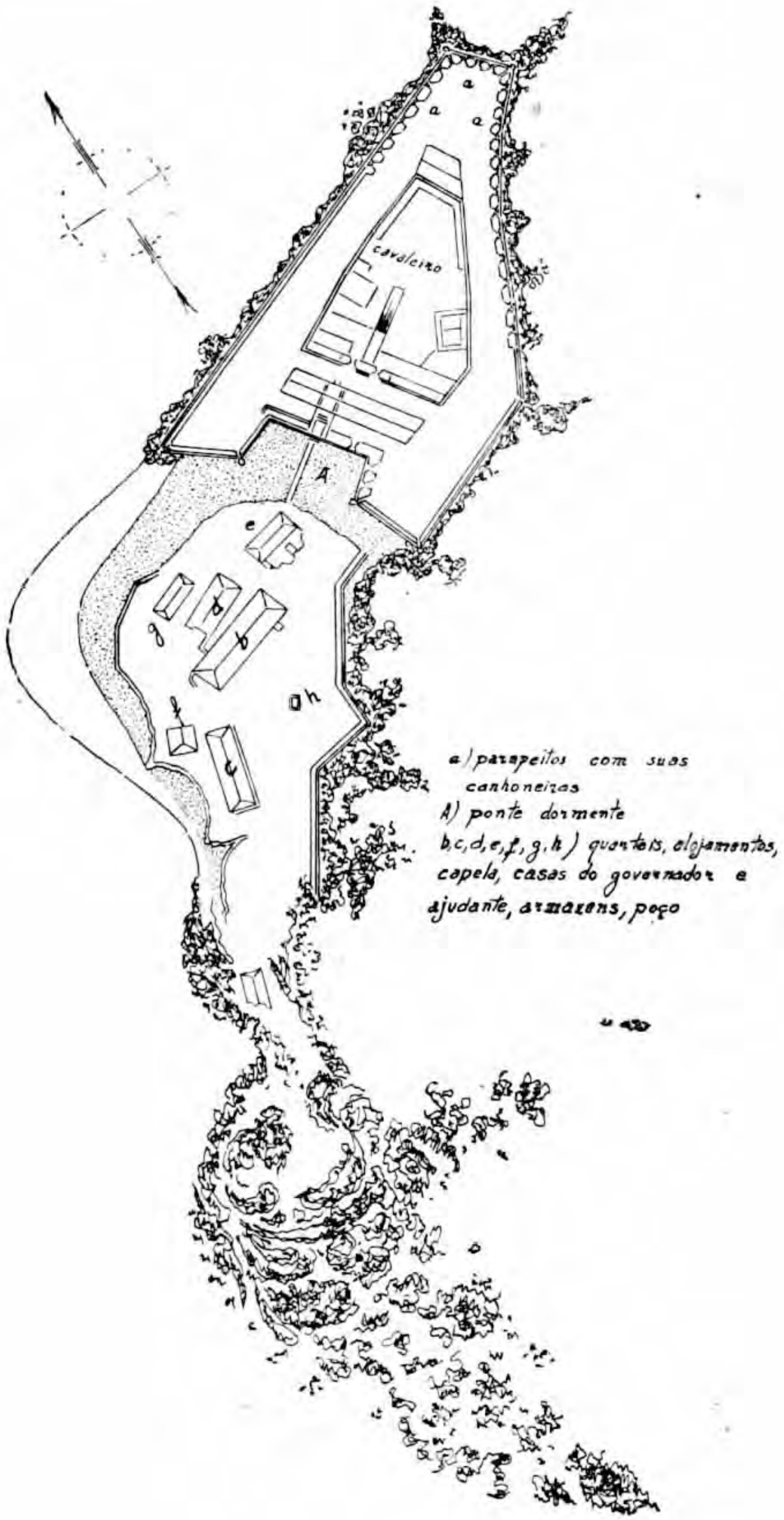
II — Fortaleza de Villegagnon,. Inscrição lapidar no Portão



III — Fortaleza de Villegagnon. Após a remodelação empreendida pelo Marquês de Lavradio




IV — Fortaleza de Villegagnon. Planta levantada em 1768




a) parapeitos com suas canhoneiras
A) ponte dormente
b, c, d, e, f, g, h) quarteis, alojamentos, capela, casas do governador e ajudante, armazens, poço

V — Fortaleza de Villegagnon. Planta levantada em 1794

ACABOU DE SE IMPRIMIR NAS OFICINAS
DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL PARA A DIRETORIA DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
EM 25 DE JULHO DE 1952

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL